

O LIVRO QUE INSPIROU O FILME



Maria Rainha dos Escoceses

DUAS RAINHAS, UM FUTURO

JOHN GUY

 Planeta



John Guy

Maria, Rainha dos Escoceses

Sou Dona do Meu Coração

Tradução

António Carlos Carvalho

 Planeta

Agradecimentos

Escrever este livro foi uma experiência empolgante e estimulante, uma das mais emocionantes da minha vida, uma aventura mesmo para alguém que já tinha trabalhado nos registos históricos durante vinte e cinco anos. Quando comecei, não fazia ideia de que tanto material novo podia ser encontrado nos arquivos acerca de uma mulher que tinha sido assunto de debates durante quatro séculos. Depois, quando comecei a descobrir esse material, senti uma sensação de júbilo. E não consegui parar de trabalhar no livro até chegar ao fundo e ao fim da história.

Estou muitíssimo grato por toda a ajuda e apoio que recebi por parte dos arquivistas e conservadores cujos arquivos e bibliotecas esquadrinhei durante tantas semanas e meses. Monique Cohen e o seu pessoal na Secção de Manuscritos na Bibliothèque Nationale de France, em Paris, mostrou-me como encontrar o que necessitava numa biblioteca que nunca usara antes. Em lugares mais conhecidos, a doutora Sarah Tyacke e a sua equipa nos National Archives (Public Record Office) de Londres e o pessoal da University Library em Cambridge foram tão prestáveis e corteses como sempre. A doutora Andrea Clarke e os seus colegas na Secção de Manuscritos da British Library foram sempre solícitos a ajudar-me, fornecendo-me microfilmes de volumes essenciais dos Cottonion and Additional Manuscripts para que os pudesse ler em casa. Também agradeço ao pessoal da Secção dos Livros Raros por me mostrarem todos os exemplares de certos títulos da colecção, incluindo múltiplos exemplares da mesma edição. O doutor Richard Palmer e o seu pessoal na Lambeth Palace Library proporcionaram-me a oportunidade de ler documentos recém-adquiridos, respeitantes ao julgamento e execução de Maria, alguns dos quais tinham estado fora do domínio público há décadas. Estou muito grato aos depositários por ter tido acesso a esse material.

Em Edimburgo, o meu caminho foi bastante facilitado pelo pessoal da sala de leitura dos National Archives of Scotland, HM General Register House e da

Secção de Colecções Especiais da National Library of Scotland. Na St. Andrews University Library, Christine Gascoigne e os seus colegas na Secção de Livros e Manuscritos Raros vieram em meu auxílio. Pelo acesso e autorização para citar manuscritos da antiga Advocates Library e outros documentos guardados no arquivo George IV Bridge da National Library of Scotland, desejo agradecer aos conservadores.

Pelo acesso aos Cecil Papers na Hatfield House e pela autorização para os citar, estou muito grato à marquesa de Salisbury e a Robin Harcourt Williams, bibliotecário e arquivista. Pelo acesso e autorização para citar manuscritos e livros raros na Henry E. Huntington Library, em San Marino, Califórnia, agradeço com todo o prazer à doutora Mary Robertson, conservadora-chefe dos Manuscritos, a quem, por uma feliz coincidência, conhecera no seminário *sir* Geoffrey Elton's Tudor há uns trinta anos. Pela autorização para ler os manuscritos e livros raros na Folger Shakespeare Library, Washington, agradeço a generosidade da doutora Gail Kern Paster, directora, e dos administradores.

Os mapas e quadros genealógicos foram desenhados e digitalizados por Richard Guy, da Orang-Utan Productions, a partir de rascunhos grosseiros que forneci. Por ter levado a cabo a pesquisa de imagens e obtido empréstimos de diapositivos, agradeço a Sheila Gerarthy, cuja perícia é inestimável. O meu colega Stephen Alford em Cambridge leu o manuscrito inteiro ainda em rascunho e saboreei todas as nossas longas conversas. O professor Michel Lynch, do Departamento de História Escocesa da Universidade de Edimburgo, leu e comentou muito generosamente as provas tipográficas do livro ainda por corrigir. Estou grato pelas suas sugestões e pela lista de correcções no lado escocês, e pelas correcções fornecidas por Rachel Guy, que também leu as provas. Aceito toda a responsabilidade pelos erros que ainda possam existir.

Devo dar aqui nota de duas omissões na Bibliografia. Uma transcrição completa da carta de Randolph de 14 de Fevereiro de 1566 para Dudley foi publicada na *Scottish Historical Review*, 34 (1955), pp. 135-9, e um artigo de A. A. MacDonald, «Mary Stewart's Entry to Edinburgh: an Ambiguous Triumph», *Innes Review* 42 (1991), pp. 101-10, fornece mais pormenores acerca da entrada em Edimburgo em 1561.

Alguns historiadores do mundo académico podem lamentar a minha ortografia de «Stuart» em vez de «Stewart» para designar a dinastia. Mas Maria chamava a

si mesma «Stuart» e não «Stewart»; a sua divisa *Sa Virtù m'Atire* só funciona como um anagrama quase perfeito se o nome de família for ortografado «Stuart»; e parece provável que muitos leitores se sintam irritados se «Stuart» e «Stewart» forem usados promiscuamente. Também prefiro «Ker of Fawdonside» em vez da alternativa «Kerr», adoptando a ortografia dos manuscritos. Por fim, segui o exemplo de Isabel I e William Cecil ao denominar James Hamilton, terceiro conde de Arran, como «Arran» tal como o pai dele, o segundo conde, foi feito duque de Châtelherault, embora não fosse estritamente conde de Arran até o pai morrer.

Só posso agradecer e ter admiração por Peter Robinson e Emma Parry, os meus agentes em Londres e Nova Iorque, pelo seu constante encorajamento e por me convencerem que eu podia escrever este livro e que ele iria mesmo resultar. Ambos leram o manuscrito e deram-me conselhos úteis. Ao preparar um livro em que a interpretação conta tanto como a pesquisa nos arquivos, apercebi-me também de quanto aprendera com os produtores da BBC com quem tive o privilégio de trabalhar durante os últimos quatro anos, em especial Catrine Clay, Dick Taylor e Jane McWilliams.

Devo muitíssimo a Courtney Hodell e Nick Davies, os meus editores na Fourth Estate. Os comentários pormenorizados e exigentes de Courtney ao meu primeiro rascunho completo foram certos, desafiando-me e incitando-me a concretizar a minha melhor obra, talvez o melhor elogio que qualquer editor possa fazer ao seu autor. Sinto-me privilegiado por ser publicado pela Fourth Estate, cuja magnanimidade em permitir-me prosseguir a minha obra ininterruptamente durante quase três anos gerou o mais próximo do que se pode chamar condições ideais. Pela ajuda no processo editorial e de produção, também desejo agradecer a Natasa Kennedy, Michael Cox e Louise Tucker.

Quero expressar a minha profunda gratidão aos meus antigos alunos na University of St. Andrews e àqueles que ensinam em Cambridge pelas suas contribuições para seminários e supervisões onde Maria fez a sua aparição mais vezes do que devia. Também sou devedor a Fiona Alexander, que viu logo que o misterioso «objecto» que Mary segura na mão esquerda no *placard* da sereia e da lebre, o qual até então desafiava qualquer explicação, é uma rede enrolada. Frances e David Waters ofereceram-me constante incitamento, estranhamente

prevendo a data em que eu entregaria o manuscrito final e assegurando que tínhamos bilhetes para *As Bodas de Fígaro*, de Mozart, na noite seguinte.

Mais importante do que tudo o mais, Julia aceitou a presença de Maria no que cada vez mais parecia um *ménage à trois*, mostrando uma paciência infinita. Leu com atenção inúmeros rascunhos, lendo alguns capítulos uma dúzia de vezes e debatendo o assunto de Maria a todas as horas do dia ou da noite. Nunca poderei agradecer-lhe ou retribuir o seu amor. Emma foi tolerante, nunca se queixando por quase nunca ver o pai e só o provocando acerca de quando terminaria «o livro». Lucy, Susie e Gemma meteram por vezes as patinhas nos assuntos de Maria, mais do que eu poderia gostar, mas ao fazerem isso mantiveram-me em contacto com a normalidade.

Cambridge, 24 de Outubro de 2003.

CLARE COLLEGE

Prólogo

Por volta das oito horas da manhã de 8 de Fevereiro de 1587, quarta-feira, quando havia luz do dia suficiente para se ver sem ajuda de velas, *sir* Thomas Andrews, xerife do condado de Northamptonshire, bateu a uma porta. O lugar era o Castelo de Fotheringhay, a cerca de cento e vinte quilómetros de Londres. Tudo o que resta agora aí debaixo das ervas daninhas é o parapeito de terra levantado da parede interior do castelo e um talude truncado no sítio da torre de menagem, a uns cem metros da aldeia junto de um trecho vagaroso do rio Nene.

Mas no século XVI esse lugar estava cheio de vida. Fotheringhay era uma mansão real. Ricardo III nascera nesse castelo em 1452. Henrique VII, o primeiro dos reis Tudor, que matara Ricardo na Batalha de Bosworth, deu a propriedade como dote à sua mulher Isabel de York, e Henrique VIII concedeu-a à sua primeira noiva, Catarina de Aragão, que reformou extensivamente o castelo. Em 1558, Isabel I herdou-o quando subiu ao trono após a morte da sua irmã mais velha, Maria Tudor.

Apesar das suas ligações com a realeza, nada preparara Fotheringhay, ou na verdade as Ilhas Britânicas, para o que estava prestes a acontecer ali. Andrews encontrava-se acompanhado por dois dos nobres mais importantes de Inglaterra, George Talbot, conde de Shrewsbury, e Henry Grey, conde de Kent. A porta à qual bateu era a porta exterior dos aposentos privados de Maria rainha dos escoceses, rainha viúva de França e durante quase dezanove anos prisioneira de Isabel em Inglaterra.

A porta abriu-se, mostrando Mary ajoelhada, rezando com as suas criadas de quarto. Andrews informou-a que tinha chegado o momento e ela levantou os olhos e disse que estava pronta. Levantou-se e as suas damas de companhia afastaram-se.

Só tinha quarenta e quatro anos. Nascida e educada para ser uma rainha, atravessou confiante a porta como se estivesse mais uma vez a caminho de uma festa da corte. Com quase um metro e oitenta de altura, sempre se tinha

comportado como uma rainha. Desde a sua infância em França, fora elogiada pela sua beleza e fascínio. «Encantadora» e «a mais perfeita» eram os adjetivos mais aplicados à sua singular combinação de celebridade. Não apenas fascinando fisicamente com o seu rosto, pescoço, braços e cintura bem proporcionados, tinha um invulgar carácter cordial com a capacidade de iniciar uma relação instantânea. Sempre expansiva e vivaz, podia ser generosa e afável sem quaisquer reservas. Tinha uma inteligência perspicaz e era uma conversadora inata. Sociável e fascinante, podia ser genial ao ponto de ser informal desde que a sua «grandeza» fosse respeitada. Muitos dos seus contemporâneos comentaram a sua capacidade quase mágica para gerar a impressão de que a pessoa com quem estava a falar era a única cuja opinião contava para ela.

Em resultado de velhice prematura, causada pela inércia e falta de exercício da qual se tinha queixado amargamente durante o seu longo cativeiro, a sua beleza estava em declínio. Os seus traços fisionómicos tinham-se tornado mais carregados e tinha ombros arredondados e uma ligeira corcunda. O seu rosto, outrora lendário pela pele branca suave e imaculada, uma tez quase marmórea, tinha ficado mais cheio e com duplo queixo. Mas o cativeiro não tinha alterado tudo. Os seus pequenos olhos profundos cor de avelã dardejavam tão inquietos como sempre, e os caracóis de cabelo castanho-avermelhado pareciam ainda brilhantes.

Maria estivera acordada durante a maior parte da noite a preparar-se para esse momento. Essa deveria ser a sua maior actuação, o seu maior triunfo, e ela tinha pensado em todos os pormenores.

As suas roupas davam o exemplo. Parecia estar vestida de negro, tirando um véu de linho branco. Bordado com renda e tão delicado como uma gaze, pendia do cabelo sobre os ombros e para os pés ao estilo francês. Presa ao alto do véu havia uma pequena touca de cambráia branca. Tocava apenas na ponta da testa e estava também decorada com rendas nas bordas, deixando espaço para que os caracóis dela sobressaíssem dos lados. O vestido de grosso cetim preto chegava quase ao chão onde estava ligado à sua cauda. Guarnecido com bordado dourado e zibelina, estava salpicado de botões de bolotas cor de azeviche adornados com pérolas.

Um olhar mais atento revelava um corpete exterior de veludo carmesim e um saiote de cetim preto bordado, ambos visíveis onde o vestido fora bem cortado. Para o enfeitar, Maria usava mangas compridas, ricamente bordadas e recortadas ao estilo italiano, sob as quais se podiam ver mangas interiores sem corte, de veludo púrpura. Os sapatos eram da melhor camurça espanhola. Mais tarde, seria observado que ela usava meias azul-celeste bordadas com fio prateado e seguras por cintas de seda, estas por cima de meias brancas macias que usava para proteger a pele de escoriações.

Levava um crucifixo de marfim numa mão e um livro de orações em latim na outra. Um fio de contas de rosário com uma cruz de ouro pendia de uma faixa na cintura. À volta do pescoço tinha um fio de prata ou de ouro do qual estava suspenso um pingente, um medalhão com a imagem de Cristo enquanto «Cordeiro de Deus».

Conduzida por Andrews e seguida pelos dois condes, Mary atravessou o corredor e entrou numa sala maior, onde o seu pessoal doméstico aguardava para a saudar e despedir-se dela. Uma testemunha ocular (talvez o conde de Kent) escreveu que Maria exortou os seus servidores a temer a Deus e a viver em obediência. Beijou as suas servas e deu a mão a beijar aos servos. Pediu-lhes para não chorarem, mas para «rejubilarem e rezarem por ela». Mais tarde, um deles relatou que ela não mostrou nenhum receio e até sorriu.

Depois Maria desceu as escadas para o grande salão no piso térreo. As suas pernas estavam tão inchadas e inflamadas pelo reumatismo que se apoiou nos braços de dois soldados. Quando a procissão chegou ao vestíbulo do salão, deparou-se com Andrew Melville, o mordomo dela, que se ajoelhou e, reprimindo as lágrimas, gritou:

– Minha senhora, será a mensagem mais dolorosa que alguma vez transmiti, quando relatar que a minha rainha e querida senhora morreu.

Maria respondeu, também a chorar:

– Deverias rejubilar em vez de chorar porque o fim dos problemas de Maria Stuart chegou agora.

E depois continuou:

– Leva esta mensagem e diz aos meus amigos que eu morro como uma mulher fiel à minha religião, e como uma verdadeira mulher escocesa e uma verdadeira mulher francesa.

Enquanto Maria recuperava a sua compostura, o seu humor mudou de repente. Olhou de relance para as escadas atrás dela e exclamou que estava «mal assistida». Exigiu «por consideração pela feminilidade» que pudesse ter as suas servas a escoltá-la. Arengou aos condes, que ficaram com receio que ela pudesse fazer um escândalo ainda maior e tivesse de ser arrastada à força para o grande salão.

Shrewsbury alegou debilmente que ele e Kent estavam apenas a cumprir as ordens deles. Ouvindo isso, Maria respondeu, indignada:

– A pessoas bem piores do que eu não lhes foi negado tão pequeno favor.

Kent replicou:

– Minha senhora, tal favor não pode ser concedido, porque se receia que algumas delas, com os seus discursos, possam perturbar e afligir Vossa Graça e inquietar os presentes... ou procurar esfregar os seus guardanapos em algum do vosso sangue, o que não seria conveniente.

Maria afirmou:

– Meu senhor, dou-vos a minha palavra e prometo que elas não farão tal coisa.

Mas não conseguiu evitar de acrescentar:

– Sabeis que sou prima da vossa rainha, descendente da linhagem de Henrique VII, rainha de França pelo casamento e ungida como rainha da Escócia.

Os condes juntaram-se, sussurrando palavras inaudíveis, e depois acederam ao pedido de Maria, que estava habituada a obter o que queria. As suas damas de companhia preferidas, Jane Kennedy e Elizabeth Curle, e quatro dos seus criados de quarto, incluindo Melville, foram autorizados a juntar-se à procissão.

Sorrindo, Maria disse:

– *Allons donc*, vamos então.

Falou em francês porque esta e o dialecto escocês eram as suas línguas maternas, só aprendera inglês, e com dificuldade, durante o cativo.

Com a sua comitiva agora pronta, encaminhou-se resoluta para o grande salão com Melville pegando na cauda do vestido. Era uma entrada real: Maria caminhou perante a centena de espectadores para o ponto focal, uma plataforma de madeira que tinha sido construída apressadamente durante os dois dias anteriores ao lado de um braseiro aberto onde ardia uma grande pilha de troncos. Subiu os dois degraus que conduziam à plataforma e sentou-se num banquinho

baixo que lhe foi oferecido, após o que os condes se sentaram também à sua direita, enquanto o xerife se sentava à esquerda dela.

Claro que não havia nenhum trono. A plataforma era um cadafalso com uns sessenta centímetros de altura e cerca de três metros e meio de largura, coberto com lençóis de algodão preto que pendiam para os lados para esconder a rude carpintaria, com um corrimão de dezoito polegadas de altura à volta de três dos lados e um quarto lado aberto à plena visão dos espectadores no extremo mais baixo do salão. Havia uma almofada para que Maria se pudesse ajoelhar sobre ela ao lado de um cepo de execução também coberto com um pano preto.

Dois homens mascarados encontravam-se a postos na plataforma, um tal *Bull*, o carrasco da Torre de Londres, e o seu ajudante. Estavam vestidos com batas pretas compridas e usavam aventais brancos; o machado jazia encostado ao corrimão. Na ponta mais baixa desse espaço, os cavaleiros e cavalheiros de Northamptonshire e dos condados vizinhos olhavam para a plataforma flanqueados por um grupo de soldados, com uma visão sem restrições porque a plataforma tinha sido montada com a altura certa. Lá fora, no pátio além da passagem, na entrada principal para o grande salão, uma grande multidão de uns mil aguardava a notícia.

O xerife pediu silêncio, após o que Robert Beale, escrivão do Conselho Privado de Isabel e o responsável por ter entregue a ordem de execução em Fotheringhay, a leu em voz alta. Enquanto falava – a ordem deve ter levado cerca de dez minutos a ser lida –, Maria manteve-se calma. Não mostrou nenhuma emoção, escutando, tal como relatou Robert Wingfield de Upton, Northamptonshire, que estava a uns dez metros dela, «com pouca atenção, como se isso não lhe dissesse de modo nenhum respeito, e com um semblante tão alegre como se tivesse sido um perdão».

Contudo, a sua presença de espírito iria ser posta à prova quando o doutor Richard Fletcher, reitor de Petersborough e nesta fase da sua carreira um dos pregadores favoritos de Isabel, avançou após um sinal do conde de Shrewsbury.

Fletcher, o pai do dramaturgo John Fletcher, que foi colaborador de Shakespeare em *Henrique VIII*, tinha sido trazido ali para fazer uma «admoestação» pré-preparada a Maria que a censurava pelo seu catolicismo pérfido e para dirigir a assembleia nas orações. Era um dos capelães habituais de Isabel, famoso por ser «uma pessoa digna» e pelo seu «discurso requintado».

Mas a sua «admoestação» correu espetacularmente mal: a tentativa de sermão – porque era apenas isso – foi a maior gafe da sua carreira. Quando chegou o momento, começou a gaguejar nervoso. Começou a dizer:

– Minha senhora, a muito excelente majestade da rainha... Minha senhora, a muito excelente majestade da rainha...

Por três vezes gaguejou, mas quando começou pela quarta vez Maria interrompeu-o. Com uma voz clara e firme, disse:

– Senhor reitor, não vos vou ouvir. Nada tendes a ver comigo nem eu convosco.

Fletcher, de algum modo embaraçado, contrapôs:

– Só digo o que justificarei perante a majestade de Deus Todo-Poderoso.

Ao início, não estava disposto a ceder perante ela, acreditando que Deus nunca abandona o justo, mas presta-lhe assistência através dos seus anjos. Se Maria fora condenada a morrer, era obra de Deus e o pregador seria chamado a prestar contas pelo seu sermão apenas diante de Deus.

Ouvindo isso, Maria avançou com firmeza, como sempre fazia numa discussão, e retorquiu:

– Estou contente com a antiga religião católica romana e decidida a perder o meu sangue em defesa dela.

Fletcher respondeu imprudentemente:

– Minha senhora, mudai de opinião e arrependei-vos da vossa anterior perversidade e assentai a vossa fé apenas em Jesus Cristo, para serdes salva por ele.

Esta não era a maneira de se falar com uma rainha. Maria, corada, mandou-o calar-se. Fez-se uma pausa constrangedora. Então os condes cederam. Disseram a Fletcher para omitir o sermão, o qual, num acesso de orgulho, ele insistiu em que fosse transcrito a partir das suas anotações num relatório dos acontecimentos desse dia.

Seguiu-se uma cena bizarra e até mesmo burlesca. O conde de Kent instou Fletcher a iniciar as orações, mas quando o reitor começou a falar, Maria rezou em voz alta, e em latim, com o seu crucifixo posto diante dos olhos.

Seguiu-se uma batalha de vontades, porque enquanto os cavaleiros e os cavalheiros no salão se juntavam a Fletcher nos versículos e responsos, Maria e

os seus seis servos gritavam cada vez mais alto, até a rainha em lágrimas escorregar do banco, altura em que se ajoelhou e continuou como antes.

Mesmo depois de Fletcher ter parado de rezar, Maria continuou com as suas orações, agora em inglês para causar o máximo de embaraço. Rezou pela Igreja, pelo fim da discórdia religiosa, pelo filho de vinte anos, Jaime VI da Escócia, que os inimigos dela tinham educado como protestante, para que fosse convertido à verdadeira fé católica. Pediu nas suas preces que Isabel pudesse prosperar e continuar a reinar por longos anos, servindo Deus. Confessou que esperava ser salva «pelo e no sangue de Cristo aos pés de cujo sacrifício iria derramar de bom grado o seu sangue». Por fim, pediu aos santos que rezassem pela sua alma e que Deus, na sua grande misericórdia e bondade, desviasse as suas pragas desta «ilha pateta».

Para o conde de Kent, um protestante convicto, isso foi bastante ofensivo, pelo que lhe disse:

– Minha senhora, assentai Cristo Jesus no vosso coração e deixai esses disparates.

Mas Maria ignorou-o. Por fim, terminou as suas preces, beijando o crucifixo e fazendo o sinal da cruz à maneira católica.

Isso foi muito forçado. Maria nunca fora a católica que agora desejava mostrar ao mundo. Era demasiado política para isso. Enquanto governante na Escócia, aceitara um compromisso baseado no *status quo* religioso e nos avanços feitos pela Reforma protestante oficial. Apenas após o seu aprisionamento em Inglaterra é que se tinha reinventado como pobre mulher católica perseguida apenas por causa da sua religião. O que aconteceu no grande salão de Fotheringhay foi puro espectáculo, e resultou. Ao humilhar Fletcher conquistou uma vitória de propaganda que ressoou por toda a Europa católica.

Satisfeita, Maria virou-se para *Bull*, que se ajoelhou humildemente e solicitou o seu perdão. Ela respondeu:

– Perdoo-te do fundo do coração porque agora, espero, irás pôr fim a todos os meus problemas.

Os carrascos ajudaram as damas de companhia de Maria a despi-la até ficar só com o saíote. Enquanto a desabotoavam, ela sorria e brincava dizendo que «nunca tivera antes tais camareiros para a apanharem desprevenida» nem «nunca antes tirara a roupa diante de tal companhia».

Pousou o crucifixo e o livro de orações no banco, e um dos carrascos retirou o medalhão que tinha pendurado ao pescoço, visto que os costumes permitiam que tais artigos pessoais fossem uma gratificação. Mas Maria opôs-se, dizendo que iria dar essas coisas à suas servas e que ele receberia dinheiro em vez delas.

Quando o véu e as vestes pretas exteriores foram retirados, gritos abafados de choque e de espanto ecoaram por todo o salão. O saiote dela era de veludo fulvo, o corpete interior era de cetim fulvo. Uma das damas de companhia entregou-lhe um par de mangas de cor fulva com as quais ela cobriu os braços. Ocorrera uma metamorfose.

Durante alguns minutos, Maria ficou imóvel na plataforma, vestida toda ela com a cor de sangue seco: a cor litúrgica do martírio na Igreja Católica Romana. Era uma visão tão melodramática, tão abominável para os condes, que omitiram qualquer referência a isso nos seus relatórios oficiais para o Conselho Privado. O incidente é conhecido apenas a partir de um relato francês contemporâneo baseado nos relatos dos servos de Maria, os quais são confirmados por dois relatos ingleses independentes, sendo um deles de um servo de Shrewsbury que escrevia a um amigo e não tinha nenhum motivo para mentir.

Maria beijou as suas damas de companhia, que irromperam em incontroláveis acessos de soluços.

– Não choreis, prometi por vós – disse ela em francês.

Ou tal como uma das testemunhas oculares inglesas transmitiu:

– Paz, paz, não choreis, prometi o contrário, não choreis, mas rejubilai.

Levantou as mãos e abençoou-as, e virando-se para os outros servos, sobretudo Melville, que estavam a chorar alto a persignarem-se, rezou em latim e abençoou-os também, despediu-se deles e pediu-lhes para se lembrarem dela nas suas orações.

Ajoelhou-se «resoluta» na almofada enquanto Jane Kennedy tapava os olhos dela com um pano branco do Corpus Christi bordado a ouro, que Maria escolhera na noite anterior. Jane beijou o pano, atou-o à volta do rosto de Maria com a forma de um triângulo e prendeu-o à touca. Depois as duas damas de companhia abandonaram a plataforma.

Enquanto Maria se ajoelhava, recitou em latim o salmo *In te Domino confido* – Em Ti, ó Senhor, pus a minha confiança.

Estendendo a mão para o cepo, baixou a cabeça, posicionando o queixo com as suas mãos e mantendo-as lá, pelo que, se um dos carrascos não as tivesse afastado, teriam sido decepadas. Esticando os braços e pernas, gritou:

– *In manus tuas, Domine, commendo spiritum meum.*

Repetiu essas palavras três ou quatro vezes até que, com um dos carrascos a controlar o corpo dela, o outro a decapitou.

Só que foi a vez de o carrasco cometer um erro. Deveria bastar um único golpe, mas a tensão era demasiado grande, até mesmo para o carrasco mais experiente de Inglaterra. O seu primeiro golpe foi desalinhado e o machado caiu no nó da venda, falhando o pescoço e cortando a parte de trás da cabeça. Um relato conta que Maria fez «um ruído muito pequeno», mas outro diz que ela gritou em agonia, «Senhor Jesus, recebe a minha alma». Um segundo golpe cortou o pescoço, mas não completamente, e o carrasco cortou então os últimos tendões, usando o machado como um cutelo. Por fim ergueu a cabeça, gritando: «Deus proteja a rainha.» Um arquejo audível ergueu-se do salão, porque os lábios de Maria ainda se mexiam como se fosse em oração e continuaram a fazê-lo durante um quarto de hora.

E depois a reviravolta final. Quando o carrasco levantou a cabeça dela, os caracóis castanho-avermelhados de Maria e a touca branca separaram-se do crânio. A ilusão da monarquia dissolveu-se quando o carrasco deu por si agarrando um punhado de cabelo e a cabeça caiu para o chão, rolando como uma disforme bola de futebol na direcção dos espectadores, que viram que era «muito grisalha e quase careca».

De súbito, tudo era claro. A rainha dos escoceses tinha usado uma peruca. A assembleia ficou sem fala, até o conde de Shrewsbury não aguentar mais e desatar a chorar.

Enquanto o carrasco recuperava a cabeça, o doutor Fletcher reencontrou a sua presença de espírito e berrou:

– Assim perecem todos os inimigos da rainha.

Ao que o conde de Kent, de pé por cima do corpo, fez eco dizendo:

– Este é o fim de todos os inimigos da rainha e dos Evangelhos.

Mas era um fim macabro, uma catarse pungente. Mesmo nos teatros de Londres, onde peças e tragédias de vingança estavam em moda, ninguém vira nada como isto.

Os perturbados criados de Maria foram levados desse local e trancados nos seus quartos. Os carrascos estavam a despir o cadáver, quando um deles viu que o cão preferido dela, um *terrier Skye*, se escondera nas pregas do saiote e entrara à socapa na plataforma. Quando foi detectado, correu por ali ganindo com tristeza e deitou-se na poça de sangue cada vez maior entre a cabeça cortada e os ombros. Uma vez que não o conseguiam convencer a afastar-se, foi retirado dali à força e lavado, após o que se recusou a comer. Um dos servos de Maria afirmou que morreu pouco depois, mas isso não foi confirmado.

À tarde, por ordem dos condes, os lençóis de algodão preto, o cepo da execução e a almofada, as roupas e ornamentos de Maria e tudo o mais que estivesse ensanguentado foi queimado no braseiro aberto para que nenhuma relíquia do «martírio» que ela tinha tão procurado que evocasse pudessem ser obtidas pelos seus apoiantes católicos. Ainda presentes no grande salão para observarem essas operações de limpeza encontravam-se os cavaleiros e cavalheiros do condado, e quando os condes escreveram o seu relato oficial da execução, esses homens subscreveram o relatório como testemunhas solenes.

O quarto filho do conde de Shrewsbury, Henry Talbot, foi enviado com a máxima urgência a Londres para entregar o relatório ao Conselho Privado nessa mesma noite. Quando já tinha partido, os restos mortais da rainha morta foram postos numa maca e levados de volta para o andar superior a fim de serem embalsamados. O cadafalso foi desmontado e todos, excepto o xerife, que tinha a tarefa de enterrar o coração e os órgãos internos num lugar muito secreto dentro das fundações do castelo, foram mandados para casa. Alguns dos ornamentos de Maria também devem ter sido enterrados nas reentrâncias profundas do castelo, porque o anel que lhe fora dado no noivado com o segundo marido, Henry, lorde Darnley, foi mais tarde desenterrado nas ruínas e exibido em Peterborough em 1887.

Ninguém que tivesse testemunhado o último dia de vida de Maria poderia alguma vez esquecê-lo. Seja qual for a visão que se tenha do seu carácter, qualquer que seja a credibilidade atribuída às histórias contadas acerca dela como maneira de justificar a sua abdicação forçada e execução, o que se passou nesse dia foi um regicídio. Maria era uma rainha ungida. Isabel, a sua colega soberana, tanto como sua rival nos últimos trinta anos, estava demasiado ansiosa por defender o ideal da monarquia, o princípio de que os governantes só deviam

prestar contas a Deus. Fizera tudo o que era possível para evitar a execução de Maria até sentir que já não era possível impedi-la, e depois passar a culpa por isso para os ombros de outros.

Isabel tinha uma firme compreensão do que estava em causa. Sabia que a morte de Maria iria alterar para sempre a maneira como a monarquia era olhada nas Ilhas Britânicas. Um regicídio iria dar um enorme estímulo ao Parlamento, diminuindo para sempre a «divindade que cobre um rei». Ajudaria a propagar a teoria da soberania popular – a crença de que o poder político reside no povo e não no governante – e a ideia de que os representantes do povo eram aqueles que eles elegiam para o Parlamento. Essa fora a ideologia invocada pelos lordes rebeldes contra Maria para a depor. E a mesma teoria seria instilada ali, e mais subversivamente em partes de França, durante duzentos e cinquenta anos após a morte dela, atravessando o Atlântico quando o doutor William Small, um escocês, ensinou ética e ciência política ao jovem Thomas Jefferson no College of William and Mary na Virgínia.

Como uma rainha tão versátil como Maria, tão bela e inteligente, tão jovial e terra-a-terra, tão cheia de vida e irresistível, acabou em desgraça e deposta? Um dos motivos é que o principal ministro e conselheiro de Isabel durante quarenta anos, William Cecil, era seu adversário. Mais do que ninguém, ele era a sua grande Némesis. Ao contrário de Isabel, Maria era uma católica e a ambição primordial de Cecil era remodelar o conjunto das Ilhas Britânicas numa única comunidade protestante. Tinha pouca margem para uma Escócia independente – daí os conflitos intermitentes com os seus aliados escoceses acerca da extensão do domínio inglês. Ao passo que Isabel fez tudo o que podia para proteger o ideal da monarquia de «direito divino», apesar da religião do seu titular, Cecil acreditava que o Parlamento tinha o direito de estabelecer a sucessão ao trono baseado em fundamentos religiosos, o que significava que a reivindicação dinástica de Maria tinha de ser reduzida a todo o custo.

Na morte como na vida, Maria suscitou sempre os sentimentos mais fortes. Para os seus apologistas, foi uma vítima inocente. Foi maltratada e caluniada: um peão político nas mãos desses pérfidos lordes escoceses e dos ambiciosos políticos franceses e ingleses que a achavam inconveniente e uma pedra de tropeço no caminho deles. Para os seus críticos, estava fatalmente eivada de falhas. Era demasiado afectada pelas emoções. Governava com o coração e não

com a cabeça. Era uma mulher fatal: uma sereia manipuladora, que ostentava a sua sexualidade nas danças e nos banquetes e não se importava com quem soubesse disso.

Os seus inimigos ganharam a discussão. Maria chegou até nós na história não como uma jovem governante perspicaz e carismática que apreciava o poder e, por algum tempo, conseguiu manter unido um país instável, mas antes como alguém que se importava mais com os seus luxos e animais domésticos. Sabia como agradar ao público. Um dos relatos da sua execução rejeita-a como «transcendendo as capacidades da actriz mais talentosa». Mas uma noção de teatralidade era essencial para o exercício do poder no século XVI, e havia muito mais em Maria do que um juízo tão cínico pressupõe.

Este livro tenta obter a verdade acerca dela, ou chegar o mais perto da verdade que é possível: vê-la como uma mulher total cujas escolhas estavam correctas e cujas decisões faziam sentido, e não como um feixe de estereótipos ou como uma série de mitos convenientes e tenuemente ligados entre eles. A fundamentação lógica prende-se de perto com o método: escrever a vida de Maria e contar a sua história usando os documentos originais em vez de depender das conhecidas recolhas impressas ou sínteses editadas, muitas vezes compiladas para perpetuar as lendas em vez de as contestar. Pode ser uma surpresa ficar a saber que tais documentos sobrevivem em enormes quantidades, preservados em arquivos e bibliotecas de investigação tão distantes como Edimburgo, Paris, Londres, em mansões de Inglaterra e em Washington e Los Angeles. Alguns deles não foram lidos por um historiador desde 1840. Muitos não foram examinados desde a década de 1890, e entre estes há transcrições manuscritas, não reconhecidas, de duas das famosas Cartas do Cofre.

O objectivo é contar a história de Maria, onde for possível deixando-a falar com as suas palavras, mas também ponderar por que razão as histórias de outros acerca dos mesmos acontecimentos são muitas vezes tão diferentes. Só quando isto está feito milhares de factos podem ser peneirados, a sequência de acontecimentos ser explicada e compreendida, e um holofote lançado sobre uma vida turbulenta.

Capítulo 1

O primeiro ano

Maria Stuart nasceu no mais frio dos invernos. A neve cobria o chão e os estreitos caminhos e os atalhos sinuosos entre Inglaterra e a Escócia encontravam-se bloqueados. O gado que vagueava pelas Lowlands e pelos vales da região fronteiriça durante os meses de Verão encontrava-se acorrido nos seus baixos estábulos de pedra. O rio Tweed, em geral uma torrente furiosa enquanto fluía para o mar em Berwick-on-Tweed, no lado oriental da fronteira, encontrava-se gelado. Enquanto um correio a cavalo demorava cinco ou seis dias a levar despachos importantes entre Edimburgo e Londres, a notícia do nascimento de Maria levou quatro dias a chegar a Alnwick em Northumberland, apenas a poucos quilómetros a sul de Berwick.

O novo bebé era a única filha e única herdeira sobrevivente de Jaime V da Escócia e da sua segunda rainha, Maria de Guise. Nasceu no Palácio Linlithgow, a uns vinte e oito quilómetros a oeste de Edimburgo, na sexta-feira, 8 de Dezembro de 1542.

O frio intenso pouco incomodou os ocupantes da suíte da rainha no segundo andar da torre noroeste do palácio. Trabalhos recentes de construção tinham transformado Linlithgow numa residência luxuosa. Jaime V tinha gostos extravagantes e procurou introduzir os últimos estilos da Renascença. As janelas do palácio eram envidraçadas, os tectos tinham sido pintados, a cantaria e a carpintaria esculpidas intrincadamente com coroas e cardos. No grande salão e em toda a dúzia de quartos dos aposentos reais, ardiam troncos nas lareiras. As melhores tapeçarias flamengas e colgaduras de ricos panos de arrás e tecidos dourados cobriam as paredes de pedra para evitar correntes de ar.

Linlithgow, com Falkland in Fife, era um alojamento preferido de Maria de Guise. Ela ajudara a redesenhar ambos os palácios como se fossem palácios franceses. O que não era de admirar, porque era francesa, sendo a condessa viúva de Longueville, a filha mais velha de Cláudio, duque de Guise, e da mulher,

Antonieta de Bourbon. Os Guise eram uma das mais poderosas famílias nobres de França. A sua sede patrimonial era em Joinville, na região de Champagne, e as suas propriedades espalhavam-se através das zonas estrategicamente mais importantes do norte e leste da França.

A família do seu primeiro marido, Louis d'Orléans, duque de Longueville, possuía propriedades significativas na região do Loire, por isso Maria de Guise sabia tudo acerca de palácios da renascença. Comparava Linlithgow, pela sua elegância e cenário pitoresco, com os castelos e palácios do Loire, onde a família real francesa vivia quando não se encontrava perto de Paris. Como Chenonceaux, a jóia do Loire, Linlithgow era um palácio de recreio em parte rodeado por água. As muralhas exteriores erguiam-se numa colina semicircular estendendo-se para o lago no lado norte, com vista para a igreja paroquial de St. Michael e a cidade de Linlithgow a sul.

Maria Stuart nasceu num ponto de viragem da história. Apenas duas semanas antes, a 24 de Novembro, as forças do seu pai tinham sido derrotadas pelos ingleses na Batalha de Solway Moss. Para os escoceses, Inglaterra era a «velha inimiga». As relações entre os dois vizinhos tinham-se tornado latentes desde que Eduardo I reivindicara a suserania feudal da Escócia e tentara anexar o país na década de 1290. Os escoceses buscaram o apoio francês e papal e promoveram um forte patriotismo em defesa da independência do seu reino. Uma vintena de invasões inglesas após 1296 inaugurou um período de hostilidades que durou cinco ou mais gerações.

As escaramuças na fronteira eram a norma. A guerra aberta era a excepção, porque os dois países eram muito desiguais. A Inglaterra era muito mais rica e poderosa do que a sua vizinha a norte. A sua população rondava os 3,5 milhões, enquanto a Escócia mal tinha oitocentos e cinquenta mil habitantes. Era muito mais fácil aumentar impostos e recrutar tropas em Inglaterra do que na Escócia, dado que a máquina governamental estava mais centralizada e a cadeia de comando era mais eficiente. Uma batalha iria quase acabar com uma derrota esmagadora para os escoceses.

Também havia desigualdades regionais dentro da Escócia. Entre um terço e metade da população viva na região da fronteira e nas Highlands, enquanto o resto ocupava as Lowlands, mais prósperas e cosmopolitas. O rei era aconselhado pelos lordes no Parlamento, mas ainda que o Parlamento escocês

devesse representar todo o país, tendia a estereotipar os *highlanders* e as populações fronteiriças como sendo oportunistas e criminosos. Os clãs Highland mantinham-se afastados do resto do país e, como regra, os *highlanders* e os *lowlanders* tinham um acordo tácito em se ignorarem. Muitos *highlanders* falavam gaélico, em vez do escocês *lowland*, exacerbando as diferenças culturais. A linguagem dos *lowlanders* era de facto muito próxima do inglês do norte do que algo falado por *highlanders*.

Os políticos da Escócia eram tribais: laços de sangue e cultura familiar eram predominantes. Por detrás do lorde feudal encontrava-se o estatuto mais antigo de chefe de um clã ou aparentado. A lealdade à família colocava os lordes escoceses à frente de redes por vezes cobrindo regiões inteiras e modelando as estruturas de poder a todos os níveis. A monarquia dependia dessas estruturas e do que podia redistribuir a partir do padroado da Igreja.

As guerras entre as Ilhas Britânicas recomeçaram no reinado de Henrique VIII, que subiu ao trono inglês em 1509. Henrique era um líder forte. Via-se como um patriota inglês e também como um estratega militar. A sua ambição era recomeçar a Guerra dos Cem Anos contra a França e fazer conquistas lá. Dos seus antecessores, os que mais admirava eram o *Príncipe Negro* e Henrique V, cujas vitórias gloriosas em França lhes trouxeram terras e reputação. Vezes sem conta, os esforços dos seus conselheiros eram atormentados pelos seus sonhos de cavalaria. Mas a guerra era o «desporto dos reis», e se Henrique buscava conquistar território francês, tinha de lidar primeiro com a Escócia, «velha aliada» da França e porta das traseiras de Inglaterra.

Uma rima popular fazia a seguinte observação sarcástica: «Aquele que pretende a França ganhar, com a Escócia tem de começar.» Henrique gostava de a citar e pôs as suas lições em prática.

A derrota dos escoceses em Solway Moss foi menos o resultado de uma invasão inglesa em grande escala do que uma escaramuça na fronteira que correu tragicamente mal. O desastre resultou menos da agressão de Henrique VIII do que da decisão de Jaime V de lançar um contra-ataque numa escala épica sem escolher o terreno ou o momento.

Em reacção às incursões das forças inglesas comandadas pelo duque de Norfolk, Jaime enviou um exército para saquear o território disputado a norte e leste de Carlisle conhecido como a Terra Contestável. As suas tropas

transpuseram o rio Esk na maré baixa. Quando regressaram, estava maré alta e foram apanhadas entre o rio e um pântano. Forçados a retirar por um batalhão inglês mais pequeno mas melhor disciplinado, os escoceses foram apanhados numa armadilha. Cerca de mil e duzentos foram feitos prisioneiros, incluindo vinte e três dos mais importantes nobres e proprietários de terras, que foram despachados como reféns para Londres, onde foram postos na Torre.

Jaime V sentiu a derrota como um profundo golpe psicológico. Tinha sido militar e humilhado, a sua vergonha sendo ainda maior pelo facto de ter ficado resguardado em segurança ao longe e não estar a comandar as suas tropas. A cobardia não era a questão. Jaime era um bravo guerreiro, mas avaliou mal os riscos. O resultado foi a desintegração das suas forças. Era um dano maior na sua reputação do que aquele que sofrera trinta anos antes o seu pai, Jaime IV, cujo exército fora despedaçado em Flodden Field pelo pai deste mesmo comandante inglês. Os efeitos políticos de ambas as derrotas – uma longa minoria régia – foram idênticos. Mas em 1513 pelo menos os escoceses tinham sido ceifados num combate corpo-a-corpo durante uma batalha preparada. Morreram honrosamente, em vez de morrerem como ratos numa ratoeira.

Jaime V viajou para Linlithgow para ver a sua mulher iniciar o parto, mas partiu quase logo para Edimburgo e depois para Falkland, onde se recolheu ao leito. É improvável que ele amasse a sua esposa, uma vez que teve muitas amantes. Mas preocupava-se muito com o seu bebé, e a sua partida súbita diz-nos mais acerca do seu estado mental do que acerca dos seus laços familiares. Ficou destroçado quando soube que o seu herdeiro não era um menino. Os seus filhos pequenos tinham morrido no ano anterior e agora os seus pensamentos viravam-se para Margarida Bruce, filha do rei Roberto I, fundador da dinastia Stuart. Exclamou:

– Que isso vá para o diabo! Acabará como começou. Veio de uma mulher e acabará numa mulher.

Ou como uma fonte mais coloquial diz:

– Veio com uma rapariga e morrerá com uma rapariga.

Jaime morreu à meia-noite de 14 de Dezembro. Tinha apenas trinta anos, mas sofria de doenças recorrentes. Uma vida de devassidão sexual, conduzindo à sífilis e «febres» endémicas, e um grave acidente de caça tinham enfraquecido o seu sistema imunitário. Os seus últimos sintomas, um «vómito assombroso» e

uma «grande soltura», sugerem disenteria como sendo a causa da morte, talvez o resultado de ter bebido água contaminada. Outras possíveis causas eram «pestilência» ou cólera apanhada do conde de Atholl, com quem Jaime tinha estado na pândega e que acabara também de morrer.

Jaime V morreu de causas naturais, ao contrário do seu pai, que pereceu em Flodden nas mais obscuras circunstâncias. Embora aparentemente morto pelos ingleses na batalha, é provável que tenha sido assassinado na fase final da luta por um dos seus lordes rebeldes.

O seu filho sucedera-lhe com dezassete meses. Agora a história repetira-se. A sua neta, Maria Stuart, era rainha com seis dias.

Foi baptizada assim que foi seguro levá-la para o ar frio exterior. Atravessou a curta distância entre o portão sul do Palácio de Linlithgow e a igreja de St. Michael nos braços da sua ama, Janet Sinclair. Deram-lhe o nome da mãe, Maria, mas também porque o seu aniversário era o dia em que a Igreja Católica Romana celebrava como sendo aquele em que a Virgem Maria fora concebida.

Após o baptismo na pia baptismal, Maria foi ungida com os óleos do crisma e envolvida num manto de tafetá branco de Génova que tinha sido feito para a ocasião. Quase de certeza (porque essa era a prática com crianças da realeza) foi levada ao altar-mor e confirmada, embora não tivesse recebido o sacramento da comunhão na missa até ter nove anos. Um relatório que chegou às mãos de Henrique VIII indicava que ela era «uma criança muito débil, não sendo provável que sobreviva». Isso estava longe da verdade, e o que em breve se tornou uma ameaça mais insidiosa à sua segurança e sucessão tranquila seria dissipado pela coragem da sua mãe.

A morte de Jaime V desencadeou uma complexa cadeia de acontecimentos nos quais se combinaram manobras políticas, religiosas e de facções. A Inglaterra e a França competiam para impor uma hegemonia sobre a Escócia, que se tornou um peão na luta entre os dois maiores países e as suas dinastias reinantes. Enquanto criança, Maria não desempenhou nenhum papel nessas intrigas, mas todas estas tinham a ver com ela. O objectivo de todas as conspirações era ou garantir a segurança física da pequena rainha ou então casá-la na família real inglesa ou francesa como garantia de futura influência. Tais maquinações ajudaram a modelar o legado dinástico que Maria iria herdar quando cresceu, e

todas se combinaram para determinar os objectivos que ela iria enfrentar com coragem quando atingiu a maioridade.

Ao longo dos seus anos de formação, a mãe dela foi o seu exemplo. Vivendo na Escócia há menos de cinco anos quando a sua filha nasceu, Maria de Guise era astuta na política, embora numa acentuada curva de aprendizagem. Depressa virou a sua mente para a política, mantendo as exéquias pelo seu falecido marido reduzidas ao mínimo.

Era invulgarmente alta, com cabelo castanho-avermelhado e feições delicadas. A sua compostura era régia, as maçãs do rosto altas, as sobrancelhas erguidas e arqueadas, a testa alta. Os seus lábios eram comprimidos, o nariz tendendo a parecer aquilino quando visto de lado. A sua maneira de andar era segura e digna; era inteligente e atenciosa, generosa com os amigos e apoiantes, tendo maneiras simples mas polidas, afável tanto com os seus iguais como com os inferiores.

Essas eram todas qualidades Guise consumadas. A viúva de Jaime V conquistou admiradores na Escócia. Era popular junto do povo e capaz de uma lealdade fervorosa. Todas essas mesmas qualidades seriam mais tarde visíveis na sua filha, que chegou a assemelhar-se muito à mãe no aspecto e na personalidade.

Maria de Guise aprendeu as suas capacidades políticas com a família. Algo arrivistas, os Guise tinham ascendido na corte francesa através de uma combinação de casamentos perspicazes e de proezas militares. Ligados de muito próximo, no reinado de Francisco I, ao triunvirato que compreendia Anne de Montmorency, condestável de França, o delfim Henrique, herdeiro do trono, e a sua bela e sofisticada amante Diana de Poitiers, eram influentes na hierarquia da Igreja Católica. O irmão do duque Cláudio, Jean, era um detentor de vários benefícios eclesiásticos que conseguiu acumular nove bispados e seis abadias. Os seus proventos incluíam o cardinalato-arcebispado de Rheims, a mais importante diocese de França porque era na grande catedral gótica de Rheims que os reis de França eram coroados. Além disso, os Guise mantiveram isso na família conseguindo que o cargo fosse outorgado, antes da morte de Jean, ao segundo filho de Cláudio Carlos, cardeal de Lorena, que tomou posse das funções com catorze anos.

Ao todo, Cláudio teve dez filhos sobreviventes, cada um deles detendo uma posição significativa no Estado ou na Igreja. Quando Maria de Guise se casou com Jaime V, deu início a cinquenta anos de envolvimento da família no centro dos assuntos escoceses, franceses e ingleses. Isso era porque as alianças diplomáticas eram seladas por pactos de casamento no século XVI. A política internacional centrava-se em torno de famílias, filhos e sucessão de direitos hereditários, e nos círculos dinásticos essas preocupações tinham precedência sobre as filiações religiosas.

Maria de Guise entendeu o seu papel. Começou a proteger o direito da filha ao trono e salvaguardou a tradicional «velha aliança» entre a França e a Escócia. Estava habituada a cumprir obrigações. Sendo a mais desejável viúva de França aos vinte e um anos, foi escolhida por Francisco I para suceder à filha deste, Madeleine, primeira esposa de Jaime V, que morreu vítima de uma infecção viral poucas semanas depois de desembarcar no porto de Leith. Mostrara-se relutante em sair de França, mas a honra exigia que o fizesse. Estava acostumada a infortúnios. Três dos seus cinco filhos morreram na infância: um filho do primeiro marido (outro rapaz, Francis, sobreviveu até 1551) e os filhos que teve com Jaime.

Após o seu casamento na Escócia, Maria de Guise escrevia à mãe, Antonieta de Bourbon, uma figura matriarcal acerca da qual se disse que até mesmo o rei francês tinha um profundo respeito por ela. As suas cartas mostram que se adaptou à nova vida. Tolerou as infidelidades do marido – que gerou sete e com certeza nove filhos ilegítimos – e passou o tempo a supervisionar obras nos palácios reais e a desenhar os jardins, onde plantou uma série de árvores de fruto ornamentais a partir de estacas enviadas de França. No Palácio de Falkland, onde as suas melhorias elegantes na fachada ainda podem ser vistas, inspeccionou as obras, subindo uma escada para ver mais de perto antes de autorizar o pagamento dos pedreiros. Tinha o seu pessoal doméstico francês, porque era impensável que os seus criados que a serviam na intimidade pudessem ser escoceses: os franceses faziam frequentes piadas grosseiras acerca da vulgaridade dos escoceses nas costas destes. Os seus servos adoravam-na e após a morte de Jaime vários dos criados deste tentaram negociar uma transferência para o serviço dela porque pagava os salários mais altos.

A bebé Maria era rainha desde o momento em que o pai morreu. Na prática, isso era uma ficção. Teria de ser nomeado um governador ou regente para governar até ser declarado que ela se encontrava «na idade» e capaz de desempenhar a função. A prioridade para todos era saber quem seria escolhido, dado que uma longa menoridade régia era um convite para lutas internas dos nobres. Isso era sobretudo verdadeiro no caso da Escócia, onde a monarquia era muito mais fraca do que em Inglaterra ou em França, e a coroa dependia das redes de parentesco dos lordes para ajudarem a manter a lei e a ordem.

A maneira mais vinculativa de se nomear um regente era incluir isso mesmo no testamento do governante moribundo. Embora Jaime V não o tivesse feito – se calhar porque não sabia que a sua morte estava tão próxima –, o seu testamento foi fabricado em seu nome. Foi formulado por David Beaton, cardeal-arcebispo de St. Andrews, o magnata que exercera a maior influência no tempo da vida do rei e que estava determinado a manter-se no poder.

Beaton chefiava a facção pró-francesa e era um convicto opositor da Reforma protestante. Procurou reclamar os postos de «tutor testamentário» para Maria e de «governador do reino» para si e para três dos seus aliados. O seu objectivo era antecipar-se à reivindicação do mais forte candidato alternativo, James Hamilton, conde de Arran, que era pró-inglês e herdeiro natural do trono se Maria morresse. Pelo seu lado, Arran afirmou bem alto que Beaton tinha forjado o testamento, dizendo que quando Jaime V caiu num estado de semiconsciência Beaton o «forçara a assinar um papel em branco» no qual isso seria inscrito.

Os nobres votaram a favor de Arran para governador, mas ele não era o candidato ideal. A melhor coisa alguma vez dita sobre ele era que se tratava de um sobrevivente. Fraco, hesitante e cobarde, era também excepcionalmente ganancioso. A sua legitimidade foi questionada por Beaton, mas enquanto neto da filha mais velha de Jaime II tinha direito à regência por linhagem de sangue.

Embora Maria de Guise não pusesse em causa a nomeação dele, não confiava em Arran. Sabia que a sua política era menos a protecção da pequena rainha do que a promoção para ele e para a sua família, atingindo o alvo quando o descreveu como «um homem simples e o mais inconstante do mundo, porque o que quer que determine hoje mudará amanhã».

Arran passou seis semanas a mudar-se para os seus novos palácios e a rodear-se dos seus amigos e relações, aos quais concedeu pensões. Numa tentativa de

reconciliação, nomeou Beaton para a Chancelaria, um dos maiores gabinetes do Estado; mas provando a exactidão da avaliação feita pela rainha viúva, mudou de ideias duas semanas depois e atirou-o para a prisão.

O novo governador estava impregnado da tradição escocesa. Encontrava-se bem consciente do papel desempenhado pela violência na sociedade e na política. Apoderou-se de todos os castelos de Jaime V, excepto Stirling, que fazia parte do dote de Maria de Guise e ainda era sua propriedade. Depois, assim que se sentou confiante, começou a prestar atenção aos esforços de Henrique VIII para influenciar os assuntos escoceses.

Henrique estava determinado a vencer a França pela astúcia e pela estratégia. Queria que Arran alimentasse uma facção pró-inglesa na Escócia que afastasse a influência francesa ali existente. Tencionava usar os reféns feitos em Solway Moss para esses fins. Henrique estava prestes a declarar guerra à França. Já tinha acordado com o seu principal aliado europeu, Carlos V, rei de Espanha e também imperador do Sacro Império Romano, que iriam juntar forças num ataque coordenado procurando partilhar a França entre eles.

Henrique tinha um plano dinástico ambicioso. Queria governar todas as Ilhas Britânicas. Agarrou a oportunidade assim que Jaime V morreu deixando uma bebé como rainha. Desde o início do seu reinado, reiterara a reivindicação de Eduardo I à suserania feudal da Escócia. Era uma fórmula que aprendera de cor. Mais tarde, quando brigou com o papa e cortou com Roma para se poder divorciar da primeira esposa, Catarina de Aragão, desenvolveu uma teoria de reinado «imperial», concebida para justificar o seu título de Chefe Supremo da Igreja Inglesa, mas na qual também se via como «rei» e «imperador» da totalidade das Ilhas Britânicas.

Segundo a versão de Henrique da lei e da história, a Escócia, apesar de ser um Estado independente e um reino soberano, tornar-se-ia um satélite de Inglaterra, uma jóia dentro do orbe da coroa «imperial» de Henrique. Era o início da reivindicação Tudor de um império «anglo-britânico» que, enquanto Maria era ainda uma criança, iria provocar a contra-reivindicação francesa de um império «franco-britânico».

Henrique libertou os vinte e três reféns escoceses da Torre, depois convidou-os a admirar o seu palácio recém-acabado de construir em Hampton Court. Iriam

juntar-se a ele nesse palácio como seus convidados para as sumptuosas festividades do Natal.

Antes de permitir que eles partissem, Henrique obrigou-os a apoiar o seu plano dinástico. Era esperado que todos assinassem artigos obrigando-os a enviar a sua pequena rainha para Inglaterra. Maria deveria ser «mantida» aí, para ser criada por Henrique até poder ser casada com o príncipe Eduardo, então um menino de cinco anos, seu filho e herdeiro pelo casamento com Joana Seymour. Além disso, dez dos reféns mais importantes concordaram em defender a imediata reivindicação de Henrique do trono da Escócia no caso de Maria morrer inesperadamente.

Em Março de 1543, *sir* Ralph Sadler foi enviado para Edimburgo como embaixador de Henrique para negociar um tratado. O elemento central deste era o casamento de Maria com Eduardo. Ela tinha menos de quatro meses, mas Henrique estava a levar o assunto a sério. Tal união podia permitir-lhe alcançar o seu objectivo de uma só vez. Sadler, que não sabia bem o que esperar, começou por se encontrar com Arran no jardim do palácio de Holyroodhouse em Edimburgo. Achou-o evasivo e mal informado. Arran encarou essas negociações da maneira mais tacanha que era possível. Exigiu subornos e recompensas e uma promessa de que continuaria a governar como regente se Henrique conseguisse o que queria.

Após estas conversações inconclusivas, Sadler foi-se encontrar com Maria e a sua mãe em Linlithgow. Queria ver Maria com os seus olhos, porque Henrique continuava a fazer-lhe perguntas acerca dela. A mãe dela entrou no jogo, pedindo a uma ama para a «desembrulhar das suas roupas» a fim de poder ser inspeccionada. Sadler balouçou Maria nos seus joelhos e relatou: «Asseguro a Vossa Majestade que é uma criança com tão bom aspecto como as que vi da sua idade, e como tal capaz de sobreviver, com a graça de Deus.»

Depois Sadler abordou o assunto do noivado de Maria com o filho de Henrique. Para seu espanto, Maria de Guise concordou, oferecendo-se para ajudar e até mesmo apoiando o plano inglês de levar Maria para Londres como «salvaguarda». A sua reacção foi tão diferente do que Sadler esperava que este, ao início, ficou perplexo. Suspeitou de algum «embuste» e tinha razão. Maria de Guise dissimulou. Mas tinha um propósito claro, que então revelou. Ao passo que Henrique VIII queria subordinar a Escócia à Inglaterra através de um

casamento dinástico que desligava o país da influência francesa, Maria de Guise estava determinada a proteger os interesses da França e da família Guise ali. E se Arran tentava marginalizá-la ao negociar com Inglaterra nas suas costas, ela fingiria aliar-se também com a Inglaterra, conduzindo Sadler a uma falsa sensação de segurança e portanto flanqueando Arran, que estaria sempre em desvantagem desde que lhe faltasse a custódia física de Maria.

Maria de Guise tinha boas razões para suspeitar de Arran, que cortara os seus canais de comunicação com a França. Colocara espiões no seu pessoal doméstico e procurava interceptar as cartas dela. Mas ela conseguiu fazer passar uma mensagem. Antonieta de Bourbon recebeu notícias dos problemas da sua filha a 10 de Junho e avisou os filhos na corte de Francisco I para ver se alguma pressão podia ser aplicada a fim de a ajudar.

As acções de Arran, a seguir à detenção de Beaton, pretendiam prejudicar o partido pró-francês. O governador decidira aliar-se com Henrique VIII. Como que para reforçar os seus laços com o rei inglês, tornou pública uma surpreendente declaração de apoio ao corte de Henrique VIII com Roma e à dissolução dos mosteiros. A acção de Arran foi ainda mais bizarra porque era ainda um católico que reconhecia a autoridade do papa. Mas ele estava cada vez mais na defensiva, apanhado entre os lordes pró-franceses e os pró-ingleses, que estavam divididos: o momento era perfeito para um golpe.

Ao encantar e iludir o embaixador de Henrique VIII, Sadler, Maria de Guise mostrou a sua habilidade política. Um plano formara-se na sua cabeça. Iria mudar Maria de Linlithgow, um palácio de recreio que não poderia aguentar um cerco, para a segurança do seu palácio em Stirling, uma fortaleza quase inexpugnável no alto de um rochedo íngreme que também se encontrava perto da costa para restabelecer as suas ligações com a França por mar.

Já tinha enviado um criado de confiança para Stirling com arcas cheias de roupas e bens domésticos. Seguiram-se remessas maiores de camas e móveis, com mais entregas de baixelas de prata, loiças, roupas de cama, géneros alimentícios secos e utensílios de cozinha como potes, panelas e espetos de assar.

Arran insistiu que ninguém devia sair de Linlithgow. Maria de Guise ignorou-o, fazendo jogadas brilhantes. Contou a Sadler a história de que Arran não fazia tentações de casar Maria em Inglaterra. Iria negociar com Inglaterra a fim de enviar Maria para o sul, a fim de conquistar recompensas para ele e para os seus

aliados, mas depois quebraria a sua promessa e iria mantê-la como prisioneira na Escócia, aguardando o momento até Henrique VIII estar morto, quando planeava usurpar o trono escocês. Sadler iria relatar isso a Henrique, mas sem revelar as suas fontes ou então ela e a sua filha estariam em perigo.

Em Inglaterra como em França, delinear o que podia ou não acontecer no futuro se e quando o rei morresse era um crime grave. Parecia tornar a sua morte mais provável como uma contingência, e era chamado «imaginar ou envolver» a sua morte, um ramo da lei da traição e punível com a morte. Sadler tinha de se afastar de Arran se este estivesse a conspirar dessa maneira. Senão ele podia ser acusado como cúmplice.

E o pior ainda estava para acontecer. Arran, continuou a rainha viúva a dizer, planeava casar Maria com o filho. Henrique VIII devia ter cuidado para evitar tal coisa, ordenando a Arran que libertasse Beaton, que tinha sido caluniado em relação ao assunto do testamento forjado e que iria substituir Arran como governador. Ao contrário dos seus inimigos, o cardeal «podia tomar melhor em conta o benefício do reino».

Era um *bluff* clássico. Maria de Guise estava a difamar Arran baseada na sua baixa opinião acerca do carácter dele. Sabia que estava numa luta mortal pela custódia da sua filha e encontrava-se determinada a obter o apoio de Sadler para a sua jogada de trazer Maria em segurança para Stirling. Além disso, Sadler, que por essa altura desconfiava da intriga, hesitante em relação a Arran, deixou-se enganar.

Havia outras razões para Sadler ser receptivo a Maria de Guise. A pressão da mãe dela na corte francesa tinha compensado. Francisco I decidira intervir. Desejava frustrar as intenções de Henrique VIII e distraí-lo dos seus planos para invadir França. Já se falava em Paris que o duque de Guise se estava a preparar para embarcar em direcção à Escócia. Dizia-se que a sua missão já tinha sido atribuída e Sadler necessitava desesperadamente de saber o que estava prestes a acontecer e o que os franceses tencionavam fazer.

Afinal, o duque nunca chegou. Francisco I revogou a sua missão, enviando o jovem lorde escocês exilado, Matthew Stuart, conde de Lennox, em vez dele. Isso era quase tão preocupante para Sadler. Lennox, chefe de um ramo menor da família Stuart e naturalizado como súbdito francês, tinha a melhor hipótese de reclamar a regência se Arran fosse derrubado. Desembarcou no mês de Abril em

Dumbarton, a fortaleza ancestral da sua família na margem norte do Clyde, e foi logo ter com Maria de Guise.

Ela tornara-se o eixo. Quer Sadler estivesse ou não persuadido pela sua adulação, o simples facto de ele ter tido livre acesso a ela era uma vantagem.

Arran esforçou-se por recuperar a iniciativa. Sentiu-se cada vez mais sitiado quando um grupo quase todo constituído por lordes católicos congregado à volta de Lennox e Beaton escapou da prisão. Com Lennox de regresso à Escócia, Henrique VIII suspeitou de uma conspiração para raptar a pequena Maria e levá-la para Dumbarton. Ordenou a Arran que reunisse as suas forças e trouxesse, sem demora, Maria para a «segurança» do Castelo de Edimburgo.

Mas Arran encontrava-se num dilema. Sentia a sua fraqueza, e no fim de Abril estava reconciliado com Lennox. Muitos dos seus aliados tinham resistido à ideia do noivado de Maria com o filho e herdeiro de Henrique VIII. Era ir demasiado longe e Lennox aproveitou-se disso. Por fim, Arran disse a Sadler que os termos da Inglaterra eram muito insensatos, «cada homem, mulher e criança na Escócia morreria de bom grado num dia do que aceitá-los».

Henrique VIII apresentou um ultimato. Se Arran recusasse o plano dinástico inglês, enfrentaria uma guerra total. A ameaça de Henrique foi uma profunda ofensa. Contudo, em 1 de Julho de 1543, foi recompensado pelos termos do tratado de Greenwich. Ostensivamente, obteve o que desejava. Maria devia ficar na Escócia até ter dez anos, idade em que se casaria com o príncipe Eduardo em Inglaterra. O seu dote, a ser pago por Henrique, seria a considerável soma de duas mil libras por ano, uma quantia que duplicaria se se tornasse rainha consorte de Inglaterra.

O resto do tratado era uma solução de compromisso. Até estar casada, a educação de Maria deveria ser deixada aos escoceses, excepto que, «para o seu melhor cuidado», Henrique podia, às suas custas, enviar um nobre inglês com a sua esposa ou outras preceptoras e auxiliares, não excedendo vinte no total, para viverem com ela. Esta era uma cláusula concebida para assegurar que Maria falaria inglês como sua língua materna em vez de escocês ou francês.

Mas Henrique teve de fazer concessões. Queria um acordo rápido para o libertar a fim de se concentrar na sua planeada invasão da França. Para conseguir um resultado rápido, deu por si a aceitar termos que garantiam a independência da Escócia. Uma cláusula essencial confirmava que o país «deve continuar a ser

chamado reino da Escócia e manter as suas antigas leis e liberdades.» Os escoceses também insistiram que, se do casamento não resultassem filhos, Maria poderia regressar a casa como rainha independente. Isso deveria ser uma «união» dinástica da Inglaterra e da Escócia com o núcleo esvaziado.

Maria de Guise rejubilava, as brechas no tratado eram evidentes. Arran começou a entrar em pânico. Avisou Sadler de que a pequena Maria tinha de ser vigiada de perto, estando «um pouco atribulada com o nascimento de dentes». Nem Sadler era tão crédulo. Escrevendo a Henrique VIII, tentou entender por que Arran devia querer proteger Maria «como se fosse sua filha». Claro que o maior receio de Arran era que ela fosse levada em segredo para França e criada lá pela família Guise da mãe.

O tratado de Greenwich foi letra morta desde o início. Maria de Guise não fazia tenções de o honrar, usara o período de negociação apenas para intimidar Arran e Henrique VIII e para ganhar tempo a fim de criar uma nova e mais abrangente coligação. Agora revelava a sua verdadeira jogada. Aliou-se com os pró-franceses Beaton e Lennox, cujas forças juntas se reuniram em Linlithgow a 24 de Julho. Aí, foi assinado um *bond* para evitar que Maria fosse retirada para Londres e para defesa mútua contra o pró-inglês Arran.

Dois dias depois, Arran chegou, mas com uma comitiva muito menor. A partir desse momento, a sua capitulação estava assegurada. Sadler tinha já aprovado a retirada de Maria para Stirling, onde deveria ser guardada por um grupo de lordes escoceses oficialmente nomeados no Parlamento. Maria de Guise então conseguiu que a sua filha fosse levada para lá em circunstâncias muito diferentes.

A criança e a sua mãe fizeram a sua viagem no dia 27. Lennox forneceu os guarda-costas delas, reunindo um exército de 2500 homens da cavalaria e de mil da infantaria para proteger um comboio de carroças com bagagens que se estendia por quase mil e seiscentos metros. Embora mal tendo acabado de largar os cueiros, a pequena Maria viajou com toda a pompa e circunstância que um dia viria considerar como algo que lhe era devido.

Stirling, sempre o destino escolhido por Maria de Guise, iria tornar-se o lar delas nos quatro anos seguintes. Era um cenário apropriado, dado que o seu magnífico grande salão e os aposentos reais tinham sido luxuosamente

reconstruídos como parte de um grande programa de reconstrução real. Só o grande salão tinha espaço para trezentas pessoas se sentarem a jantar ali.

Quinze dias depois de elas chegarem, Sadler foi convocado para uma audiência. Maria de Guise continuava a dissimular e, contudo, o embaixador foi incapaz de descobrir porquê. Ela disse-lhe que tinha estado sempre disposta a permitir que Maria fosse levada para Inglaterra por uma questão de «salvaguarda». Só a duplicidade de Arran a impedira. Na verdade, ela esperava poder melhor apresentar as suas verdadeiras intenções agora que escapara às garras dele. Estava «em boas condições» para entregar Maria aos nomeados por Henrique, se este ainda o desejasse.

Ela usou esta entrevista para ganhar mais tempo. Sadler, que sempre tivera um fraquinho por crianças, foi levado a ver Maria, que estava a crescer depressa. «Em breve será uma mulher», disse ele, «se sair à mãe.» A menina sofrera um ligeiro acesso de varicela, mas encontrava-se recuperada. Como Sadler observou, era uma «criança muito bela e agradável».

Sadler tinha sido ludibriado. A retirada de Maria para Stirling era para a mãe dela o início e o fim da questão. Arran, sempre um sobrevivente, diminuiu os prejuízos fazendo as pazes com os seus rivais. A 3 de Setembro, o governador deixou Edimburgo aparentemente para visitar a sua esposa doente, mas encontrou-se em segredo com Beaton em Falkirk. Os dois homens abraçaram-se e cavalgaram para Stirling, onde Arran revelou a extensão total das suas negociações com Henrique VIII e repudiou o seu apoio à Reforma.

No dia 8, Arran aceitou rever os termos da regência, prometendo partilhar o poder com Beaton e seguir as indicações de um conselho compreendendo representantes da facções pró-francesa e pró-inglesa e presidido por Maria de Guise. O resultado foi reconciliar os nobres, que cerraram fileiras contra a agressão de Henrique VIII.

Seguiu-se o apogeu. No dia seguinte – por uma deliciosa ironia, o trigésimo aniversário da batalha de Flodden – Maria foi levada em procissão desde o seu quarto das crianças em Stirling e coroada rainha dos escoceses na Capela Real adjacente. Foi um acontecimento do maior significado. A coroação era o ritual mais solene para a Igreja e para o Estado: o seu simbolismo era sacramental e conferia legitimidade religiosa e civil à pequena rainha. No decorrer da cerimónia, essa criança de nove meses era transformada numa rainha ungida,

possuindo esses poderes sagrados de Majestade que só Deus podia outorgar ou pedir contas deles.

Na procissão, Arran transportou a coroa, Lennox o ceptro e o conde de Argyll, o mais poderoso de todos os lordes escoceses e cunhado de Arran, a espada do Estado. Estas insígnias, conhecidas como as «honras da Escócia» e ainda hoje em exibição no Castelo de Edimburgo, tinham sido obtidas por Jaime IV e pelo seu filho nos seus incansáveis esforços para se vangloriarem do seu prestígio. Foram usadas juntas pela primeira vez nesse dia. A coroa, originalmente usada por Jaime V na coroação de Maria de Guise, era demasiado grande e pesada para uma criança. Foi segura por cima da cabeça de Maria por Beaton, que estava vestido com todos os paramentos de um cardeal. Abençoou-a e ungiu-a com os santos óleos. Ela berrou e continuou a fazê-lo enquanto cada bispo e par do reino ali presente se ajoelhava à vez e recitava o seu juramento de lealdade.

Segundo a tradição, na cerimónia arautos liam em voz alta a genealogia real, uma lista de títulos e dignidades que podiam demorar meia hora a serem recitados. Tendo em vista as intervenções vigorosas de Maria, essa parte dos procedimentos foi omitida. Os lordes pró-ingleses fizeram-se notar pela sua ausência, mas tirando esse detalhe o dia decorreu «com grande solenidade» e foi completado com banquetes, mascaradas, interlúdios teatrais e outros entretenimentos no grande salão, seguidos por «um grande baile perante a rainha com grandes lordes e senhoras francesas».

A coroação de Maria concluiu um notável interlúdio que começara quando a mãe dela ao início virou as suas atenções para o embaixador de Henrique VIII. Significava uma completa mudança na balança do poder. Os lordes pró-ingleses tinham sido marginalizados e Arran reconciliara-se com Beaton, que recuperou a sua função de chanceler. O tratado de Greenwich tinha sido rejeitado: a facção pró-francesa estava em ascensão na Escócia.

Henrique VIII fizera a sua jogada inicial e perdera. Também aprendera uma importante lição. Tal como disse a todos os que o quiseram ouvir, nunca mais confiaria nos escoceses. Debaixo do olhar vigilante da sua mãe, Maria subira ao trono. E se era agora rainha, a sua mãe era a responsável.

Capítulo 2

Os Cortejos Brutais

Quando Maria de Guise concretizou o golpe que tornou possível a coroação da sua filha, sabia que o seu espaço de manobra era curto. Arran e Lennox eram reclamantes rivais da sucessão. As suas famílias eram velhas inimigas; era impossível acreditar que ficariam muito tempo do mesmo lado. Mesmo antes de Arran aceitar partilhar o poder com o cardeal Beaton e repô-lo nas suas funções, Lennox estava a ficar cada vez mais descontente. Em qualquer caso, a reconciliação de Arran com Beaton era apenas o prelúdio para os seus esforços de encenar um regresso. Maria de Guise sabia que tinha de manter o apoio dele à sua política pró-francesa até o tratado de Greenwich ser oficialmente rejeitado pelo Parlamento.

Para esse efeito, os negócios podiam ser combinados com o prazer. Com Maria coroada rainha, a sua mãe podia-se permitir algum divertimento e namoro. Mal o grande salão do Castelo de Stirling tinha sido arrumado após as festividades da coroação, foi o aniversário de Maria de Guise. Ainda só tinha vinte e oito anos. Tal como escreveu um cronista, embora se estivesse no fim do Outono, foi «como Vénus e Cupido no tempo do fresco Maio, porque houve tanta dança, canto, jogos e alegria...que nenhum homem se teria cansado aí».

Um passatempo como esse tinha um objectivo político, porque Maria de Guise, mal sendo um ano mais velha do que Lennox e ainda uma das mulheres mais belas da Escócia, planeava assegurar a lealdade dele com ideias de casamento. Avaliara com precisão a ambição de Lennox. Em breve essa questão se tornou uma obsessão, ao ponto de Lennox mal conseguir distinguir entre um casamento na Escócia ou na Inglaterra desde que isso o trouxesse mais perto de uma coroa.

Lennox era ágil e cortês, inteligente embora dúplice, «um homem forte, de figura bem proporcionada em todos os seus membros, com um semblante enérgico e viril». Alto e esbelto, exsudava sofisticação e era «muito agradável

aos olhos das damas». O seu tacto tinha sido adquirido em França, onde serviu como tenente da guarda escocesa, a guarda pessoal do rei.

O seu rival no amor, senão mesmo na linhagem, era Patrick Hepburn, conde de Bothwell. Exilado por Jaime V para Veneza e para a Dinamarca pela sua indisciplina, regressara há pouco à Escócia. Os seus antepassados eram lordes de Hailes em East Lothian, uma região próspera das Lowlands a leste e sul de Edimburgo. O seu avô ascendera no campo de batalha, foi feito conde e recebeu o Castelo de Bothwell em Lanarkshire. Mais tarde, trocou-o pelo Hermitage, uma grande e isolada cidadela de fronteira no vale do rio Hermitage em Liddesdale, a meio caminho entre Hawick e Carlisle, perto da Terra Contestável. A troca tornou os Hepburn em poderosos lordes da fronteira. O Hermitage era uma posição essencial, a fortaleza a partir da qual os sectores ocidental e central da fronteira com a Inglaterra eram controlados. Jaime IV também deu à família o Castelo de Crichton, a uns vinte quilómetros a sudeste de Edimburgo, permitindo-lhes melhorar a sua posição na corte e no Parlamento.

Patrick era um patriota escocês, pró-francês e anti-inglês, mas também um oportunista que namoriscava com a Inglaterra quando lhe convinha. Os mexericos diziam que era um bastardo real. Isso é improvável, embora a sua mãe tivesse sido uma das amantes de Jaime IV por breve tempo. A fortuna da família provinha do avô dele, que acumulara uma série de cargos, mantidos pelos seus herdeiros. Em resultado disso mesmo, Patrick era lorde almirante hereditário, um posto lucrativo dado que fazia com que os Hepburn tivessem direito aos proventos de todos os navios naufragados ao largo da costa da Escócia, fazendo deles uma das poucas famílias nobres que gozavam de independência financeira em relação ao rei. Era xerife de Edimburgo, o que dava influência à família com a profissão legal no Tribunal Criminal e no Parlamento.

Os Hepburn defendiam os valores da cavalaria e da guerra. Viam-se como «homens de honra», o que, aos olhos deles, justificava o duelo e até mesmo a traição como actos de autodefesa. O seu código de ética floresceu entre os militares no continente e na Irlanda, mas foi considerado repugnante por administradores civis e diplomatas. Sadler, o embaixador de Henrique VIII, descreveu Patrick como «o homem mais vaidoso e insolente do mundo, cheio de orgulho e insensatez, e aqui nada estimado». Podia ter dito o mesmo acerca de Lennox, só que os valores dos Lennox eram civis, baseados nos costumes da

corte e numa sociedade bem-educada: a perfídia era também feroz, mas encoberta pelo véu da nobreza.

Patrick era louro, de estatura média, com tez clara e uma ligeira corcunda. Tinha um sorriso aberto e ar sedutor. Tal como Lennox, conseguia cativar as mulheres. Tinha numerosos casos amorosos e não teve nenhum escrúpulo em abandonar a esposa para fazer a corte à mãe de Maria, usando a sua influência na Igreja Católica para obter a anulação do seu casamento sem prejudicar a legitimidade dos filhos.

Lennox e o seu rival calcularam que quem se tornasse padraсто de Maria seria capaz de substituir Arran como regente e governar em nome de Maria. Portanto, seguiam os passos da mãe dela de Stirling a Edimburgo e vice-versa, posicionando-se como pavões para captar as atenções dela. Dançavam, cantavam e recitavam poemas. Entravam em competições de tiro e em torneios, vestindo as roupas mais elegantes e acumulando imensas contas nos joalheiros e nos lojistas de Edimburgo. Seguiam-na até St. Andrews, onde era hóspede de Beaton no castelo deste. Ela lidou com os dois homens tão convenientemente como uma experiente praticante do amor cortês, fazendo sinais de encorajamento mas não oferecendo «nada a não ser belas palavras».

Patrick tentou um atalho fazendo saber que ela prometera casar com ele. Lennox tomou esse boato como verdade e retirou-se para a sua fortaleza em Dumbarton. Amuado, decidiu mudar de lado, pedindo a Henrique VIII a mão de *lady* Margarida Douglas, a sobrinha do rei e filha da irmã dele, Margarida, viúva de Jaime IV, pelo seu segundo casamento com o conde Angus. Também procurou a ajuda de Henrique para recuperar «o seu direito e título» à regência da Escócia, que alegou ter sido usurpada por Arran. A sua abertura deliciou Henrique, que viu Lennox como um substituto para Arran, agora que este tinha desertado para o lado de Beaton.

A reviravolta de Lennox perturbou o equilíbrio entre as facções nobres na Escócia. Agora era pró-inglês, em vez de ser pró-francês. Numa tentativa para contrariar isso mesmo, Francisco I cumpriu a promessa feita à família Guise. Em Outubro de 1543, seis dos seus navios zarparam para o rio Clyde e desembarcaram em Greenock. A bordo encontravam-se os novos embaixadores franceses, Jacques de la Brosse e Jules de Mesnage, que trouxeram dinheiro e artilharia para ajudar Maria de Guise e os seus apoiantes.

A flotilha navegou para Dumbarton, onde Lennox abusou da sua força. Apoderou-se do dinheiro dos embaixadores e da maior parte dos canhões. Um impasse só foi evitado quando Lennox foi avisado de que, enquanto súbdito francês naturalizado, podia ser julgado em França por traição. Lennox acedeu de má vontade e regressou a Stirling, onde foi reconciliado com a causa francesa.

Então La Brosse usou o dinheiro à sua disposição para proporcionar pensões aos principais lordes. No montante de 59 mil coroas (mais do que o rendimento habitual de Jaime V no último ano do seu reinado), era um golpe de sorte substancial. Nada oleava melhor as rodas da política escocesa do que pensões, e quando o Parlamento se voltou a reunir em Dezembro, demorou menos de uma semana a ilibar Beaton de todas as acusações contra ele e promulgar, em nome de Maria, uma renovação da «velha aliança» entre a Escócia e a França.

O passo seguinte do Parlamento foi repudiar o tratado de Greenwich, rasgando o contrato de casamento entre a Escócia e a Inglaterra. A revogação do tratado deixou Henrique VIII exasperado. Segundo La Brosse, ameaçou vingar-se como se tivesse perdido uma grande batalha.

Maria de Guise estava exultante. O restabelecimento da «velha aliança» era um triunfo pessoal. Passou um Natal feliz com a sua pequena filha num sempre animado Stirling. O entretenimento para os embaixadores franceses foi luxuoso e ilimitado. Mais uma vez houve música, dança e banquetes. Até ganhou cem libras a Arran nos jogos de cartas.

Contudo, Lennox representava uma ameaça. A 21 de Março de 1544, encontrou-se com Maria de Guise pela última vez. Ela não tinha nenhuma intenção de o tornar padraсто da sua filha. Quando lhe disse isso, Lennox saiu dali furioso. Uma semana depois, zarpou para Inglaterra, onde assinou um contrato para se casar com Margarida Douglas. Por essa escritura, equivalente a uma cedência legal, prometia lutar por uma união dinástica entre a Inglaterra e a Escócia e governar a Escócia, se alguma vez conseguisse obter a regência, sob a direcção do rei inglês, ao qual até confiou a sua pretensão ao trono escocês.

A 29 de Junho, a missa de casamento de Lennox e Margarida Douglas foi celebrada na presença de Henrique VIII e de Catarina Parr, a sua sexta e última rainha. O dote da noiva foi providenciado por Henrique, que concedeu ao casal propriedades substanciais em Yorkshire.

Mesmo antes do casamento, Henrique decidira vingar-se dos escoceses. Estava tão exasperado pela desaprovação do tratado que avisara os cidadãos de Edimburgo que os «exterminaria» «até à terceira e quarta gerações» se se metessem no seu caminho. Indignado com o que via como uma completa traição, estava também ansioso para que Maria fosse enviada para França, fora do seu alcance.

Enquanto Lennox tinha estado a esforçar-se o melhor que podia para jogar as suas cartas, Henrique estava a reunir tropas para uma invasão da Escócia. A sua paranóia era evidente. Não só tencionava desencadear a maior invasão desde o reinado de Eduardo I, como foi ao ponto de compilar listas de alvos de indivíduos escoceses. Os seus planos não recusavam o assassinio. Beaton era um dos principais alvos, porque Henrique o culpava, mais do que Maria de Guise, por afastar Arran do partido pró-inglês. Em breve Sadler, um apoiante da Reforma, estava a procurar inimigos protestantes de Beaton, infiltrando as suas redes secretas para ver se uma conspiração podia ser concebida. O principal objectivo da invasão de Henrique VIII era obrigar os escoceses a restabelecer as cláusulas do casamento dinástico do tratado de Greenwich. Por esse motivo, foi depois dito que começaram então os Cortejos Brutais de Maria rainha dos escoceses. A campanha começou na primeira semana de Maio, sob o comando de Eduardo Seymour, conde de Hertford, tio do príncipe Eduardo.

Dado que Henrique já se tinha comprometido com uma invasão de Verão da França em aliança com Carlos V de Espanha, estava a lutar em duas frentes. Para evitar tal coisa, deu a Hertford apenas um mês, depois reduzido para três semanas, para cumprir a missão escocesa. Devia fazer o cerco à cidade e ao Castelo de Edimburgo, destruir o porto de Leith, o mais profundo no Estuário de Forth e a entrada para Edimburgo, e depois virar-se para a faixa central das Lowlands entre Edimburgo e Stirling. Assim que estas tivessem sido devastadas, devia atravessar o Forth para Fife, a região cerealífera da Escócia, onde devia «estender tais medidas extremas e destruições a todas as cidades e aldeias» e sobretudo à fortaleza de Beaton em St. Andrews.

Hertford viajou por mar, navegando pelo estuário do rio Forth e desembarcando quinze mil homens em Granton, a uns três quilómetros além de Leith. Avançando para a cidade, encontrou seis mil escoceses alinhados na margem interior do Water of Leith, a posição estratégica a partir da qual

Edimburgo era defendida a partir do norte. Arran, Beaton e Patrick, conde de Bothwell, comandavam essas forças, mas após meia hora de combates foram esmagados e fugiram.

Contudo, Hertford não conseguiu tomar o Castelo de Edimburgo. A sua posição era quase inexpugnável; estava altamente fortificado com artilharia e quem se aproximasse ficava vulnerável a um ataque. Por isso foi dada ordem para ignorar o castelo e incendiar e pilhar o resto da cidade e os seus subúrbios. Os incêndios duraram três dias: quase todas as casas e igrejas dentro das muralhas foram saqueadas ou destruídas. O Palácio de Holyroodhouse e a adjacente Abbey-Kirk foram saqueados. Um destacamento de tropas foi depois enviado para Fife, incendiando Kinghorn e as aldeias ao redor de Kirkcaldy, mas em breve regressaram. O tempo era curto e as tropas de Hertford foram incapazes de chegar a trinta quilómetros de St. Andrews.

Durante esses terríveis acontecimentos, Maria foi protegida pelas altas muralhas de Stirling. Sadler soube que as suas amas, encarregadas da sua segurança com as suas vidas, iriam, se fosse necessário, enviá-la para as Highlands, onde «não é possível aproximar-se dela». Hertford avançou para a zona central das Lowlands. A 15 de Maio, relatou que a região tinha sido devastada a «menos de dez quilómetros de Stirling» e Leith seria arrasada no dia seguinte. Em resultado disso, Maria foi levada para Dunkeld, um dos principais acessos às Highlands a uns cinquenta quilómetros a norte de Stirling. Aí encontrava-se a salvo, e o prazo de Hertford estava a aproximar-se.

Tendo-lhe sido ordenado que regressasse ao sul para que as suas tropas de choque pudessem ser embarcadas em Calais a fim de se iniciar a campanha francesa, Hertford marchou de Edimburgo para Berwick-on-Tweed descendo a estrada da costa leste, incendiando as cidades comerciais pelo caminho e arrasando todas as muitas outras torres fortificadas, aldeias, igrejas e casas que lhe foi possível.

Era uma catástrofe para a Escócia, e Arran foi acusado disso. Ele, ainda mais do que Beaton, foi considerado responsável. Os nobres argumentaram que, de futuro, devia partilhar a regência com Maria de Guise. A popularidade desta disparou, porque a sua política pró-francesa foi considerada sinónimo da liberdade escocesa em relação à «velha inimiga». Ela conseguiu escapar a todas as culpas pelo fogo do inferno que Henrique VIII fizera descer sobre a

população. Depois disso, parecia que só ela tinha os interesses da Escócia no seu coração. Com certeza a sua família detinha a chave para a aliança francesa: sem ela, Francisco I estaria menos inclinado a defender a causa francesa contra a Inglaterra.

A mãe de Maria viu aí a sua oportunidade. Desejava ser a única regente, não uma co-regente. Arran opôs-se e cada um dos lados convocou Parlamentos rivais: os bloqueios duraram meses. Por fim, Beaton chegou a um compromisso pelo qual Arran prometia acatar «os conselhos e opiniões» dela. A partir daí, ela sentava-se com os lordes do Conselho Privado e no Parlamento, onde se esforçou para manter a aparência de unidade ao mesmo tempo que deslocava a Escócia o mais possível para uma órbita francesa.

O seu moral, de algum modo desalentado por esse detestável compromisso, subiu com uma vitória. Em Fevereiro de 1545, um grupo inglês de ataque atravessou o Tweed para saquear a antiga cidade-abadia de Melrose e a sua magnífica igreja. No regresso, foram emboscados por uma força escocesa menor, que fez muitos prisioneiros. Era um golpe para o prestígio inglês num momento em que Henrique VIII se encontrava vulnerável. Paradoxalmente, esse foi o resultado do seu êxito em França, onde capturou Boulogne e a defendeu de um contra-cerco. Mas para assegurar a sua muito aclamada conquista, Henrique foi obrigado a entrincheirar-se, o que o limitou. Por muito poderosa que a Inglaterra fosse em relação à Escócia, era fraca em comparação com a França. Henrique tinha sido abandonado pelo seu aliado, Carlos V, que fizera uma paz separada com Francisco I. Estava a lutar sozinho, acumulando grandes dívidas e esticando as suas forças até ao limite.

Em Paris, o delfim Henrique estava a começar a liderar os assuntos escoceses. Ele e a família Guise felicitaram a mãe de Maria pela emboscada, oferecendo-se para a ajudar mais. Em Maio de 1545, novos reforços estavam prontos a embarcar e mais pensões tinham sido concedidas aos nobres escoceses. Nada parecia ser demasiado difícil. Quando Jacques de Lorges, senhor de Montmorency, que recebera a missão de comandar a expedição, soube que Maria de Guise se encontrava «mal fornecida de vinhos», ordenou que uma remessa de «bons vinhos» lhe fosse enviada.

As tropas chegaram dentro de um mês. Se Francisco I os apoiava, é outra história. Talvez não mais do que quinhentos homens desembarcaram. E havia um

senão. Para poder pagar aos seus soldados, Francisco fundira dez mil coroas solares e misturara-as com cobre e chumbo para fabricar 150 mil coroas. A cunhagem adulterada tinha sido dada aos homens de Lorges, mas a fraude tornou-se patente desde o momento em que chegaram e os astutos lojistas de Edimburgo recusaram-se a aceitar as moedas falsas.

Enquanto a época da campanha se aproximava do seu fim em Boulogne, Henrique sentiu-se forte o suficiente para se virar para a Escócia. Enviou Hertford para a fronteira em Setembro, a fim de prosseguir os Cortejos Brutais. Partindo da sua base em Newcastle-upon-Tyne, Hertford conduziu doze mil homens para Berwick, descansou aí durante três noites e depois avançou uns trinta quilómetros para o interior sobre terreno difícil e acidentado em direcção a Kelso. Daí virou para sul em direcção a Jedburgh, incendiando e saqueando tudo no seu caminho e deixando paralisados os habitantes locais.

A seguir, atacou as aldeias da fronteira numa incursão de terra queimada cobrindo quase trezentos e vinte quilómetros quadrados. Começou por afirmar que infligiria tantos danos como na campanha anterior, mas acabou por se gabar que seria duas vezes pior. Mesmo assim, esta foi uma invasão bastante menos esmagadora. Hertford não se aventurou mais profundamente na Escócia porque se mantinha desconfiado perante os reforços franceses.

Entretanto, Henrique VIII optara pela diplomacia na relação com a França. A Escócia encontrava-se no topo dos seus objectivos: a sua última jogada fora oferecer a devolução de Boulogne à França em troca de um casamento entre Maria e o príncipe Eduardo. Na Primavera seguinte, Hertford viajou para Paris a fim de recomençar as negociações. Ambos os reinos se encontravam exaustos a nível financeiro e foi acordada uma trégua que incluía a Escócia. Poderia ter dado aos dois lados um espaço para respirar se não tivesse acontecido o impensável.

A 29 de Maio de 1546, Beaton foi assassinado. Três meses antes, o zeloso arcebispo ordenara que fosse morto na fogueira George Wishart, um líder protestante favorável à Reforma, amarrando-o ao poste com cordas e prendendo sacos de pólvora ao seu corpo para garantir um espectáculo grandioso. Dado que queimar pessoas por heresia era quase tão impopular para católicos como protestantes, o resultado do espectáculo organizado por Beaton foi o de virar a opinião pública contra ele.

Os assassinos, um grupo de *lairds* da base de residência de Beaton em Fife, ressentiam-se do poder social e político dele. Nada acontecia sem ele concordar, e o principal conspirador, Norman Leslie, xerife de Fife, desafiara as pretensões jurisdicionais dele. Na disputa daí resultante, Leslie foi apoiado pelos seus amigos. Sadler, embaixador de Henrique VIII, estava envolvido. Não lhe chegando oferecer-lhes apoio inglês absoluto, também os tinha financiado, calculando que, com Beaton morto, o partido pró-francês iria desabar.

Entre as cinco e as seis da manhã, um bando de assassinos chegou à entrada principal do Castelo de St. Andrews. Introduziram-se lá dentro com os pedreiros que se estavam então a apresentar ao trabalho, passando por Marion Ogilvy, a amante de Beaton e mãe dos seus oito filhos, enquanto ela saía do castelo por uma porta traseira ou lateral como fazia a caminho das compras. Uma vez lá dentro, roubaram as chaves ao porteiro. Leslie conseguiu então entrar no pátio, ordenar aos criados e trabalhadores que saíssem, enquanto corria de volta para trancar a porta traseira no caso de Beaton tentar fugir por aí.

Beaton ouviu um ruído e tentou fugir, mas vendo o seu caminho bloqueado, regressou ao quarto e trancou a porta. Só voltou a abri-la quando os homens de Leslie empilharam carvões a arder do lado de fora. Desabou numa cadeira e rezou. Isso não fez diferença para os conspiradores, que pregaram um longo sermão solicitando ao «vil papista» que se arrependesse antes de o esfaquearem. «Que vergonha, acabou tudo» foram as suas últimas palavras. A seguir, Leslie pendurou o corpo nu dele das muralhas do castelo, atando com nós dois lençóis para fazer uma corda.

Quando as pessoas se juntaram para ver esse espectáculo, um homem chamado Guthrie desapertou os calções e «mijou» na boca aberta de Beaton. Os «castelões», como foram alcunhados dado terem sido obrigados a barricarem-se no castelo para se esquivarem às autoridades, enfiaram depois o cadáver numa arca de sal, que lançaram numa masmorra funda com a forma de uma garrafa. Esse foi um acto de vingança muito específico – o corpo podia ter sido lançado ao mar a partir da muralha de trás do castelo – porque amigos dos assassinos tinham sido aprisionados ali por Beaton. A invulgar masmorra equiparava-se pelos seus terrores com nada que pudesse ser encontrado na Europa, porque não se podia fugir dela excepto através do gargalo da «garrafa», exigindo a utilização de uma corda ou de uma escada baixada desde o lado de cima. E porque a

masmorra fora escavada na falésia abaixo do nível do mar, o rugido das ondas podia ser ouvido lá dentro (a masmorra em forma de garrafa é agora uma atracção turística). Esta era uma conspiração perfeita ao estar em harmonia com as políticas tribais da vingança de sangue.

Henrique ficou radiante. Viu esse homicídio como um avanço na sua campanha para derrotar a «velha aliança». Não podia estar mais enganado. Quando muito, Beaton fora uma influência estabilizadora na Escócia. Agora a opinião geral guinava ainda mais para a França.

Os lordes reuniram-se em conselho e escolheram o conde de Huntly, chefe do clã Gordon, a principal família católica e pró-francesa nas Highlands orientais, para substituir Beaton como chanceler. Diversos lordes pró-ingleses aproveitaram a oportunidade para desertarem para a facção pró-francesa. Dentro da Fife, houve uma abrupta mudança de opinião das classes mais baixas: esses *lairds* e os seus dependentes que tinham ajudado os «castelões» passaram de um dia para o outro de heróis locais a alvos de ataques espontâneos.

O que Arran não conseguiu fazer foi retomar o Castelo de St. Andrews. Iniciou um cerco, mas a fortaleza podia ser abastecida por mar: Henrique VIII enviou comida e munições de Inglaterra. Quando os homens de Arran se esforçaram para abrir caminho lá para dentro escavando uma passagem através da rocha sólida, foram impedidos por uma contramina aberta pelos «castelões».

Esse falhanço enfureceu Maria de Guise. Estava já irritada com a maneira ambígua como Francisco I a tinha «ajudado». A utilização de moedas desvalorizadas para pagar os salários das tropas de Lorges tinham-na deixado exasperada. Queria que o Castelo de St. Andrews fosse retomado e que os «castelões» fossem punidos.

Então, acontecimentos importantíssimos ocorreram a uma velocidade de cortar a respiração que evocaram euforia e medo em medida quase igual. Henrique VIII morreu em Janeiro de 1547, seguido, dois meses depois, por Francisco I. Estes titãs tinham dominado os assuntos das Ilhas Britânicas e do norte da Europa durante trinta anos. De súbito, havia um vazio. E foi o conde de Hertford e a família Guise que avançaram logo para o preencher.

O filho e herdeiro de Henrique VIII, Eduardo VI, só tinha nove anos. Um regente ou protector (como a função era chamada em Inglaterra) seria necessário até o rei ter dezoito anos, mas Henrique tinha retrocedido perante a hipótese de

dar tanto poder a uma só pessoa. Em vez disso, usou a sua vontade para designar um Conselho de Regência que deveria governar durante a menoridade do seu filho. Apesar disso, Hertford fez-se duque de Somerset dentro de uma semana. Assumiu poderes de vice-rei para governar como protector: o seu objectivo primordial era concretizar o plano dinástico de Henrique VIII impondo na Escócia o extinto tratado de Greenwich e unir as duas coroas através do casamento de Maria com Eduardo. Para esse fim, ajudou os «castelões». Quase que o seu primeiro acto oficial foi fazer um pacto com eles, distribuindo pensões e salários, e enviando por mar comida e munições para St. Andrews.

Em França, o delfim sucedeu ao seu pai como rei Henrique II. A família Guise encontrava-se entre os principais conselheiros: o resultado disso foi que Henrique se declarou «protector» da Escócia. Decidiu não poupar nas despesas para salvaguardar a «velha aliança» e garantir que Maria só se casaria com o filho, o delfim Francisco. Contrariou a ideia de Somerset de uma união «anglo-britânica» que era o seu plano principal para um império «franco-britânico». Além disso, o seu nível de compromisso excedia de longe tudo o que mostrara o seu pai, Francisco I, cuja principal preocupação tinha sido frustrar e rivalizar com Henrique VIII.

Henrique II chamou Leone Strozzi, prior de Cápuia, um brilhante oficial naval treinado em Itália, para liderar uma expedição contra os «castelões». Strozzi zarpu para a baía de St. Andrews em 16 de Julho, montando cerco ao castelo no dia 24. Foi usado um forte poder de fogo. No dia 30, bombardeou o castelo a partir do telhado da antiga abadia a leste e da torre da capela da universidade a oeste. O ataque teve início ao nascer do dia e terminou às três da tarde. Antes mesmo que Arran pudesse atravessar o Forth e cavalgar os oitenta quilómetros entre North Queenberry e St. Andrews, o castelo tinha sido retomado e os seus ocupantes aprisionados ou levados para bordo das galés francesas.

Quando os «castelões» foram levados para fora do castelo acorrentados, incluíam um jovem protestante chamado John Knox, que abandonara a sua anterior carreira pela vida de pregador depois de conhecer Wishart, o homem queimado por Beaton, na sua East Lothian natal. Knox não participara no homicídio do cardeal, mas aprovou-o. Veio para St. Andrews, onde pregou na capela do castelo e na cidade. Ensinou que «o papa é o Anticristo» e que «a

missa é uma idolatria abominável». A sua oratória era tão convincente que conseguiu fazer muitas conversões.

Knox foi obrigado a remar nas galés francesas durante dezoito meses. Depois, Somerset obteve a sua libertação e um salvo-conduto para Londres. Viria a ser uma jogada fatídica, porque o secretário e mestre das petições de Somerset era um jovem doutor de Cambridge e estrela em ascensão chamado William Cecil. Era o homem destinado a ser o agente do destino de Maria e agora encontrava-se com Knox pela primeira vez. Foi em parte através da influência de Cecil que Knox recebeu ofertas de trabalho em Inglaterra e foi nomeado como um dos capelães de Eduardo VI.

A reacção de Somerset à recaptura do Castelo de St. Andrews foi ordenar uma ronda final dos Cortejos Brutais. No fim de Agosto, um exército de quinze mil homens chegou a Newcastle. Somerset marchou à frente das suas tropas para Berwick e continuou para East Lothian. Numa mudança de táctica, planeou instalar guarnições inglesas permanentes na Escócia. Pretendia ocupar e subjugar o país, e assim forçá-lo à submissão. O seu exército foi seguido de perto, sem ser visto, por uma frota inglesa enquanto se dirigia para norte, pronta a abrir fogo se as suas tropas fossem emboscadas pelos escoceses.

Por uma vez, Arran tinha as suas forças a postos. Quando, a 10 de Setembro, a infantaria inglesa cercou uma colina próxima de Inveresk, perto de Musselburgh, nos acessos orientais de Edimburgo, foram confrontados pelo maior exército escocês da história. Uns doze mil soldados encontravam-se habilmente posicionados atrás de trincheiras defensivas na margem ocidental do Esk. Foram aí colocados a fim de bloquearem a estrada para Edimburgo, e dado que num dos lados deles estava o mar e no outro lado havia um pântano impenetrável, Somerset teria de desencadear um ataque frontal ou dar meia volta com o seu exército.

Enquanto Somerset se virava em busca de uma posição defensiva, Arran atacou. Os exércitos entraram em conflito nas colinas acima da aldeola de Pinkie. Por um incrível momento, pareceu que os lanceiros escoceses poderiam vencer. Mas então os ingleses ordenaram uma carga da sua cavalaria de choque e dispararam a sua artilharia pesada com efeitos mortíferos. Quando os escoceses cederam, Arran virou-se para fugir. As suas tropas entraram em pânico. No bombardeamento e carnificina que se seguiu, dez mil escoceses foram ceifados e

mortos. Era uma segunda Flodden: o caminho para Edimburgo e Stirling estava aberto. Maria, agora com quatro anos e nove meses, foi levada numa liteira, à noite, para Inchmahome Priory, um lugar remoto numa ilha no lago de Menteith, a uns cento e trinta quilómetros da batalha.

Somerset não reocupou Edimburgo. Em vez disso, começou a construir uma rede de fortes de construção rápida e de pouca qualidade, de costa a costa, numa tentativa para submeter o país à sua vontade. Se esperava que isso resultasse, calculou mal. A reacção foi tão enorme que levou à única coisa que inexplicavelmente menosprezara: a remoção da rainha dos escoceses para França.

Em vez de tolerar uma união com a Inglaterra apoiada numa conquista militar, Arran fez um acordo com Henrique II, aceitando a oferta do ducado de Châtellerauld no Poitou e a promessa de uma noiva para o seu filho. O acordo foi selado em Janeiro de 1548 e dentro de um mês as negociações estavam em andamento para o noivado de Maria com o delfim.

Henrique II não podia ter falado de forma mais clara. Prometeu libertar a Escócia das guarnições de Somerset. Em consonância com o seu estilo, isto deveria ser um assunto da família Guise. Francisco, filho mais velho de Cláudio, duque de Guise, já visto como o excepcional estratega militar da sua geração, foi posto no comando. Devia planear a campanha com o irmão, Carlos, cardeal de Lorena, o administrador mais talentoso da corte de Henrique II. Os irmãos Guise eram, claro, os tios da pequena rainha dos escoceses.

Pronta para a viagem para França, Maria foi mudada para o Castelo de Dumbarton, já confiscado a Lennox e assegurado para o partido pró-francês. Com Somerset cada vez mais emaranhado na tarefa de aprovisionar as suas guarnições, o maior perigo para a pequena rainha era um ataque de sarampo. Os rumores de que morrera foram desmentidos. As perspectivas da sua segurança eram boas, na medida em que uma força avançada de tropas francesas chegara para a defender, equipada com bastante dinheiro e munições para se aguentar um ano.

A principal força expedicionária francesa desembarcou em Leith a 17 de Junho. Uma armada de cento e trinta navios transportou 5500 homens da infantaria e mil da cavalaria, desencadeando o medo entre os ocupantes dos fortes de Somerset. Muitos dos soldados franceses eram veteranos que tinham

prestado serviço em Itália. Os seus capitães eram comandantes experientes, a maior parte deles servidores dos Guise. Eram leais aos seus comandantes e dedicados ao seu país, ao contrário de muitos dos soldados de Somerset, que eram mercenários estrangeiros.

No início de Julho, as forças francesas montaram cerco a Haddington, o principal forte de Somerset nas Lowlands orientais. Uma semana depois, o Parlamento reuniu-se na abadia vizinha e, após o mais curto dos debates, aprovou o tratado entre a Escócia e a França. O tenente-general francês André de Montalembert, senhor de Essé, explicou que Henrique II tinha «posto todo o seu coração e mente na defesa deste reino» e desejava casar Maria com o seu filho.

O Parlamento concordou com isso como sendo «muito razoável». A principal dificuldade era a autonomia nacional, mas como Henrique II prometera defender as leis e liberdades da Escócia «tal como estas tinham sido mantidas em todos os tempos dos reis anteriores», os termos foram ratificados.

No dia seguinte ao fim da reunião do Parlamento, Maria de Guise escreveu aos seus irmãos: «Parto amanhã a fim de enviá-la [Maria] para ele [Henrique II], assim que as galés tiverem completado o circuito.» Para confundir as patrulhas navais inglesas, Nicolas de Villeggnon, comandante dos navios franceses enviados para ir buscar Maria, navegou em direcção à costa norte da Escócia, contornando as ilhas de Orkney e descendo a costa ocidental para o Clyde. Era uma rota perigosa, com desvios, embora uma rota que um dos hidrógrafos franceses tinha mapeado e que os marinheiros sabiam ser navegável desde que as tempestades não desviassem os seus navios para demasiado longe do rumo.

A 29 de Julho, Maria despediu-se da mãe e entrou a bordo do seu navio, que era a galé real de Henrique II. Embora só tivesse cinco anos e meio, comportava-se como uma rainha. A sua embarcação era guardada por Jean de Beaugué, um veterano do exército e amigo de d'Essé, que escreveu que ela era «uma das mais perfeitas criaturas que alguma vez se viu, de tal modo que desde a sua tenra idade com os seus admiráveis e estimáveis inícios suscitou tais expectativas que não é possível esperar mais de uma princesa neste mundo».

Quando desceu os degraus estreitos desde o castelo até ao embarcadouro no sopé do rochedo para embarcar no seu navio, tinha registado a sua marca pessoal. O que quer que fizesse e onde quer que fosse no futuro, quer as suas

acções e comportamentos viessem a ser aplaudidos ou demonizados, provaria ter esse dom de evocar a sensação de algo muito especial.

Seguiu-se uma semana de atraso causado por tempestades e um leme partido. Os navios ancorados foram sacudidos com violência e Maria descobriu que se encontrava entre os poucos a bordo que eram imunes aos enjoos. Foi talvez a primeira ocasião na sua vida em que descobriu que podia ser forte enquanto tantos outros à sua volta eram fracos.

A 7 de Agosto a frota alcançou o mar alto. Foi o primeiro grande empreendimento: a sua estreia no palco internacional. E saboreou o seu papel. A sua boa disposição foi observada por Artus de Maillé, senhor de Brézé, um funcionário dos Guise, que Henrique II enviara como seu embaixador para a viagem. Numa série de cartas escritas a bordo do navio, informou a ansiosa mãe dela que «a rainha, vossa filha, passa bem e está, graças a Deus, tão animada como vistes durante muito tempo».

Após uma dura travessia que durou dezoito dias, quase o dobro do que fora calculado, as galés chegaram a St.-Pol-de-Léon, um pequeno porto de abrigo não longe do movimentado porto de Roscoff na Bretanha. A partir daí o grupo teria de viajar até St.-Germain-en-Lay, o castelo preferido de Henrique II, construído numa falésia com vista para o rio Sena, nos arredores de Paris.

Exaustos pelas tempestades, todos estavam contentes por poderem descansar alguns dias antes de iniciarem a última fase da sua viagem. Maria precisava de repousar. A sua viagem era o início de uma aventura e, contudo, deve ter sentido alguma apreensão. Não tinha a certeza de voltar a ver a mãe. E embora daí para a frente fosse festejada aonde quer que fosse como *la petite royne*, não era apenas por ser da realeza, mas porque iria casar com o delfim de França.

Capítulo 3

Chegada a França

Apesar da compreensível apreensão de Maria ao pisar pela primeira vez o solo de França, não estava sozinha. Encontrava-se rodeada por pelo menos uma dúzia de caras conhecidas. A sua mãe escolhera uma comitiva pessoal para a escoltar, equilibrando os representantes de Henrique II, o senhor de Brézé e os seus companheiros, com uma quantidade mais ou menos igual de escoceses. Em primeiro lugar os lordes Erskine e Livingsgton: o Parlamento tinha-os designado guardiães oficiais de Maria enquanto estivesse fora. A seguir, *lady* Fleming, uma filha ilegítima de Jaime IV e uma das mais próximas confidentes da mãe dela. Fora nomeada para ser a governanta de Maria, encarregada do seu pessoal feminino. Janet Sinclair, a antiga ama de Maria, ainda estava sempre ao seu lado. Além disso, lorde James Stuart, um dos filhos ilegítimos de Jaime V e meio-irmão de Maria, tomou lugar no seu grupo. Com dezassete anos, ia a caminho de Paris para frequentar a universidade. Esta foi talvez a primeira vez que Maria conheceu o irmão que mais tarde iria desempenhar um papel tão importante na sua vida. Contudo, por agora andava para cá e para lá, entre Paris e Edimburgo, ostensivamente preparando-se para uma carreira na Igreja, mas na realidade apenas à espera de uma oportunidade para entrar na ribalta.

As damas de honor e companheiras oficiais de brincadeiras eram as suas quatro melhores amigas: Mary Fleming, Mary Beaton, Mary Seton e Mary Livingston, as chamadas quatro Marias. Todas elas tendo a mesma idade dela e filhas de importantes famílias escocesas, tinham primeiro aparecido como companheiras de Maria quando foi levada para a ilha-priorado de Inchmahome. Mary Fleming, filha de *lady* Fleming, gozava da preeminência devido aos laços de sangue e Maria tratava-a como sua prima. Era famosa pela sua rápida compreensão e pelo amor pela vida. A beleza de Mary Beaton só ficava atrás da de Maria, com quem mais tarde partilhou o amor pela literatura e pela poesia. Mary Seton, que ficou ao lado dela quase durante a sua vida inteira, era famosa

como cabeleireira, capaz de entrançar e frisar o cabelo castanho-avermelhado de Maria, sempre atenta à moda, num novo estilo todos os dias. Por fim, Mary Livingston, filha de lorde Livingston, adorava a vida ao ar livre e a dança.

A alcunha delas era uma piada. As «três Marias» era o nome dado em França a um bem conhecido manual católico de devoção destinado às mulheres nobres. As três santas eram a Virgem Maria, Maria Madalena e Maria, mulher de Cleófas, que ficou junto da cruz na crucificação de Cristo. Sem dúvida, Maria conhecia o livro, com certeza achando-o aborrecido enquanto as suas companheiras de brincadeiras eram muito mais divertidas, e, portanto, inventou a alcunha. Esta reflectia o sentido de humor perverso e até mesmo blasfemo pelo qual mais tarde seria conhecida. Não passou despercebido que durante a longa e cansativa travessia ela tivesse gozado com aquelas das suas companheiras que, ao contrário dela, se tinham sentido enjoadas.

Assim que as galés atracaram em St.-Pol-de-Léon, foi enviada a notícia para Paris de que Maria estava a caminho. Henrique II já tinha dado ordens para que todas as cidades e aldeias próximas do seu palácio em Saint-Germain fossem inspeccionadas com cuidado a fim de se garantir que nenhum dos pedreiros tinha estado em contacto com a peste durante as demoradas obras de reconstrução. Maria deveria ser acolhida pelos avós, Cláudio, duque de Guise, e Antonieta de Bourbon, aos quais foi enviado um batedor. Outro mensageiro partiu para a longa viagem através dos Alpes e até Turim, onde Henrique II estava de visita às suas guarnições no Norte de Itália, a fim de o informar da chegada de Maria. Essa era a atenção devida à princesa prometida em casamento ao delfim de França.

Depois de todos se sentirem repousados, as suas bagagens foram carregadas em carroças e eles partiram em direcção a Nantes, na foz do Loire, onde embarcaram numa barça para Orléans. Uma doença, talvez gastroenterite, acometeu alguns dos homens. Os lordes Erskine e Livingston ficaram doentes com gravidade, demorando meses em convalescença. Pior ainda, o irmão de Mary Seton, «le petit Ceton», morreu de um «fluxo do estômago» em Ancenis, a uns trinta quilómetros de Nantes, no caminho para Angers. Maria e as suas servas não foram atacadas pela doença, porque tinham mais cuidado com o que bebiam. Era considerada uma precaução normal para as mulheres da realeza e

aristocratas transportarem água engarrafada nas suas bagagens, enquanto os homens teriam consumido vinho e cerveja locais.

O destino do pequeno Seton deu a Maria a sua primeira experiência de mortalidade. Após o funeral, o grupo regressou à sua barcaça para retomar a viagem através do luxuriante e arborizado vale do Loire. Algures ao longo dessa parte da rota, o senhor de Brézé, o funcionário dos Guise que era a escolta oficial de Maria, recebeu ordens que o chamavam de volta a Guyenne, no Sul de França, onde rebentara uma revolta de camponeses contra o imposto do sal. Deixou Maria ao cuidado da avó, Antonieta de Bourbon, que se encontrara com o grupo e agora o guiava para casa.

Antonieta registou as primeiras impressões de Maria nas suas cartas. «Garanto-te, ela é a mais bela e melhor para a sua idade que alguma vez viste.» «Tem cabelo castanho-avermelhado, com uma bela tez, e penso que quando crescer será uma linda rapariga, porque a sua pele é delicada e branca.» Antonieta observou que o rosto dela era bem formado, sobretudo no sentido do queixo, que era talvez algo comprido. No modo de andar, «é graciosa e segura de si. Quando tudo está dito e feito, podemos estar bem agradados com ela.» A duquesa acrescentou com uma condescendência mal-escondida que o resto da comitiva de Maria, exceptuando *lady* Fleming, tinha menos bom aspecto e «nem tão limpos como deviam estar».

Era esperado que Maria se juntasse aos filhos de Henrique II em Carrières-sur-Seine, apenas a poucos quilómetros nos arredores de Saint-Germain, onde ficaram para escapar à renovação que estava a ser feita no palácio. Ela chegou a Carrières no domingo 14 de Outubro e foi recebida com elegância. Nessa altura havia já quatro crianças no quarto real a elas destinado: Francisco, o delfim, as suas duas irmãs Isabel e Claude e um irmão mais novo, Louis, que em breve morreria com sarampo antes de fazer dois anos. Mais tarde nasceriam outros quatro filhos: Carlos, Henrique, Margarida e mais um filho, também chamado Francisco.

Como Maria devia ficar alojada com eles, levantou-se a questão do protocolo. Quem deveria gozar de precedência entre eles? Estava estabelecido que o delfim deveria ter preeminência por ser rapaz e o herdeiro do trono francês. Mas iria Maria, uma rainha de direito, ter precedência sobre os outros, sobretudo a

princesa Margarida, apelidada Isabel, a filha mais velha do rei, que tinha três anos e meio?

Henrique II pensou bem nisso. Para chegar a uma conclusão, a sua amante, a temível Diana de Poitiers, desempenhou um papel maior do que a esposa dele, Catarina de Médicis. As disposições domésticas de Henrique II eram pouco ortodoxas, mas serenas. Catarina era filha de Lorenzo de Médicis, duque de Urbino, e sobrinha do papa Clemente VII. Henrique fora obrigado a casar com ela em 1533 pelo seu pai, Francisco I, que necessitava do apoio dos Médicis para a sua diplomacia italiana. Ambos tinham apenas catorze anos e foi um casamento desigual. Talvez sobretudo porque Catarina, que era esperado que consumasse o seu casamento diante do sogro – este gracejou que ela «mostrara coragem no torneio» –, não gostava de sexo. Alcançou a puberdade numa fase tardia e foi infértil durante quase sete anos. Até havia rumores de ela ser repudiada; numa época de monarquia dinástica, uma rainha estéril era descartável. Catarina esteve vulnerável a uma amante e a uma anulação do matrimónio até nascer o primeiro filho, Francisco.

Durante os anos da sua «esterilidade», Catarina foi apoiada por Diana, que via todas as vantagens em manter o *status quo* e todas as desvantagens em ser substituída por uma nova e menos complacente esposa. Diana obrigou Henrique a passar mais tempo na cama de Catarina. Em troca, Catarina deixou espaço a Diana para exercer influência. Na altura em que Maria chegou a Saint-Germain, Diana até desempenhava uma função na educação das crianças reais. Tinha toda a atenção de Jean de Humières, o oficial que em 1546 foi nomeado responsável da creche real. A sua esposa, Françoise de Contay, *lady* Humières, ajudava-o, e graças a Diana conseguiu manter a sua posição após a morte do marido em 1550, quando ele foi substituído por Claude d’Urfé, antigo embaixador em Roma.

Algumas semanas antes de Maria chegar a Carrières, Diana enviou um memorando a Humières especificando a decisão do rei referente ao protocolo. Concedia precedência a Maria sobre todos, excepto o delfim, que devia partilhar o melhor quarto da casa com a princesa Isabel. Além disso, devia «caminhar à frente das minhas filhas porque o seu casamento com o meu filho está acordado e em cima disso é uma rainha coroada».

Catarina de Médicis viu Maria pela primeira vez em Saint-Germain. Achou-a bela e animada: «a nossa pequena rainha escocesa só tem de sorrir para fazer

virar todas as cabeças francesas». Mais tarde, no relacionamento entre ambas, Catarina foi grande adversária de Maria, sendo os seus motivos não tanto a inveja do seu encanto como o desejo de proteger o estatuto dos filhos e um crescente receio e antipatia pelos poderosos Guise. Mas essa competição esteve ausente enquanto Henrique II foi vivo. Este *ménage à trois* resultou muitíssimo bem.

Maria foi festejada na corte. O seu meio-irmão, o jovem duque de Longueville, que correu entusiasmado para se encontrar com ela em Saint-Germain, achou que era deslumbrante. Do mesmo modo, Jacques de Lord, que chefiara os reforços à Escócia em 1545 que foram pagos com moeda desvalorizada, escreveu a Maria de Guise para lhe dizer que a sua filha era tão «encantadora e inteligente ao ponto de dar a todos os que a vêem alegria e satisfação incomparáveis». Sedenta de notícias da sua filha, Maria de Guise ficou emocionada por receber essa informação.

A 9 de Dezembro, Henrique II regressou a Saint-Germain. Nessa altura já tinha encomendado a um artista que fizesse os retratos de todas as crianças, que recebeu em Nevers no fim de Outubro, e portanto foi capaz de reconhecer Maria e saudá-la pelo nome. Quando se encontraram, achou-a tão perfeita em maneiras como era de aspecto. «Ela é a criança mais perfeita que alguma vez vi», escreveu jubilosamente a Montmorency, o condestável. A partir daí, ela era, como dizia, «a sua filha».

A «aparição» de Maria aconteceu alguns dias depois, quando o seu tio Francisco casou com Anne d'Este, filha de Hercules d'Este, duque de Ferrara. Foi um acontecimento resplandecente para o qual os diplomatas europeus foram convidados. No copo-d'água, Henrique II levantou-se para fazer um discurso. Chamou a atenção de todos para a «minha filha, a rainha da Escócia», a qual deveria dançar com o delfim, segundo os seus preparativos.

Maria já adorava dançar e conhecia muitos dos mais simples passos elegantes. Quando ela e o delfim avançaram, toda a assistência ficou parada a observá-los. Era o primeiro teste sério de Maria como princesa. Tinha de dar passos no seu vestido engomado e rígido, com as suas alças ornamentadas e bordados de joalheria e nos seus sapatos apertados e rasos, para executar uma complexa rotina que aprendera de cor ao longo das últimas semanas, contando os passos por números ao ritmo da música e depois treinando com o delfim sob o olhar

crítico de *lady* Fleming. Essa dança de corte era uma precursora essencial de um noivado, na medida em que mostrava a toda a corte que os «amantes» estavam de boa saúde e seguros em todos os seus membros. No fim da dança, era esperado que os executantes de qualquer idade se beijassem.

Uma vez que Maria viera para França para o seu noivado, Henrique estava encantado com a fácil ligação do delfim a ela. Francisco tinha quase cinco anos no Natal de 1548, enquanto Maria tinha seis. Henrique convenceu-se que «desde o primeiro dia em que se conheceram, o meu filho e ela deram-se tão bem juntos como se se conhecessem há muito tempo».

Isso era uma esperança vã. Embora o delfim fosse destemido e inteligente, era fisicamente débil. Mesmo na sua tenra idade deve ter parecido incongruente ao lado de Maria, porque enquanto ela era bastante alta para a sua idade, ele era demasiado baixo. E enquanto Maria era alegre e fluente tanto na fala como nos gestos, Francisco era um gago desajeitado. Se ele e Maria pareciam fazer um casal bem-sucedido, era porque Diana de Poitiers tinha estado a trabalhar para isso. Durante vários meses incitara *lady* Humières a instruir o delfim nos princípios do cortejo elementar. Lady Humières aceitou a sugestão, e ao relatar a notícia do êxito inicial do seu cargo, Diana animou-a: «Se quereis agradar ao rei, continuai a ensinar-lhe essas pequenas bonitas maneiras.»

Maria captou esses sinais e juntou-se ao jogo. Aprendeu intuitivamente que era importante lidar com Francisco de uma maneira que agradasse ao rei, seu novo «pai», e que a melhor maneira de se relacionar com ele era procurar ser amiga dele, ao mesmo tempo que aproveitava as convenções do amor cortês para fingir ser a sua «amada».

Isso funcionou como um feitiço. Tanto o condestável como o embaixador veneziano fizeram comentários sobre o comportamento elegante e recatado dela. Por seu turno, o delfim, encorajado por *lady* Humières, dedicou-se à caça e aos desportos marciais. Foi-lhe dada uma armadura de criança, feita para ele, pelo tio de Maria, Francisco, e na sua carta de agradecimento, bem copiada, descreveu-se como o «gentil cavaleiro» da cavalaria medieval que procurava «conquistar o coração da bela e honesta dama que é vossa sobrinha».

Pouco depois do Natal, Antonieta de Bourbon informou a mãe de Maria acerca do anúncio do rei de que todas as crianças reais seriam educadas juntas. Esse era

um claro corte com a tradição, mas Henrique queria que as crianças «se habituassem à companhia umas das outras».

Em parte, estava a ser sincero. Queria que Maria e Isabel, a sua filha mais velha, fossem criadas como irmãs e que o delfim se encontrasse com Maria num ambiente descontraído mas supervisionado. O objectivo escondido era que a comitiva escocesa de Maria, ou pelo menos os homens, se estava a tornar um incómodo. Os escoceses não eram populares, apesar da sua grande visibilidade na corte francesa, onde formavam a guarda real ou guarda escocesa. Pelos padrões da etiqueta da corte francesa eram vistos como mal-educados e grosseiros. Agora Henrique queria que esses oficiais, que tinham entrado ao serviço de Maria na Escócia, fossem enviados para casa.

A língua era um factor essencial. Por enquanto, Maria falava escocês e quase nada de francês. Isso tinha de mudar e depressa. A questão das despesas também se levantou, uma vez que a mãe de Maria não tinha providenciado salários para o pessoal da filha e Henrique não estava disposto a financiar residências individuais para todas as crianças reais quando com uma só poderia melhor alcançar os seus objectivos. Segundo as novas disposições, todos falariam francês e seguiriam o protocolo correcto. O pessoal doméstico de Maria juntar-se-ia ao do delfim. As irmãs deste e as suas criadas seriam alojadas nas mesmas instalações, partilhando uma luxuosa suíte de aposentos com Maria e as suas damas de companhia, e todos estariam sujeitos a Humières e à mulher deste.

Os servidores masculinos de Maria foram afastados, com muito poucas excepções, e mesmo no lado feminino houve mudanças. Ao princípio, as quatro Marias acompanhavam Maria para todo o lado, mas quando ela se instalou e pareceu mais descontraída no seu novo ambiente, foram enviadas para a escola de um convento dominicano em Poissy, a cerca de dois quilómetros e meio de Saint-Germain, a fim de aprenderem francês, obrigando Maria a falar apenas francês na ausência delas. Mesmo Sinclair, a sua antiga ama, deu por si sob ameaça. Foi readmitida depois da mãe de Maria intervir a seu favor, mas o apelo dela contra comer com mulheres francesas falhou. Sinclair estava farta de ser tratada de maneira condescendente pelas servas das outras crianças reais por causa das suas maneiras escocesas. Apesar dos seus apelos, foi obrigada a viver e a trabalhar com o pessoal que Henrique introduzira na equipa do pessoal doméstico para atender às necessidades das filhas.

Lady Fleming, em quase completo contraste, estava segura. Falando fluentemente francês, e tendo casado com um escocês, diziam dela que era «tudo o que se podia desejar». Mas uma vez mais havia um objectivo escondido. Parecia que Maria não passava sem a sua governanta, o que não era considerado adequado para a jovem rainha partilhar com as outras crianças. Por conseguinte, Fleming foi deixada no controlo do pessoal feminino de Maria, apesar da oportunidade que isso criava para disputas acerca das despesas com Humières e mais tarde d'Urfé.

Mas a verdade é que a bela e voluptuosa Fleming se tinha tornado a nova amante de Henrique II. O rei até escreveu à mãe de Maria solicitando favores para ela. «Creio que apreciais o cuidado, preocupação e grande atenção que a minha parente, *lady* Fleming, mostra de dia para dia a respeito da pessoa da nossa pequena filha, a rainha dos escoceses» – observou com falsa ingenuidade. «Tenho de lhe lembrar os filhos e a família dela.»

Uma noite, a ciumenta Diana de Poitiers surpreendeu o rei quando este saía dos braços da sua rival. Fez uma cena e acusou Henrique de desonrar a rainha dos escoceses prosseguindo este caso amoroso dentro do pessoal doméstico dela. Ao entrar e sair dos aposentos de Maria a caminho dos seus encontros, Henrique pusera em causa a reputação da jovem rainha.

Henrique ignorou os protestos de Diana, mas como sempre ela teve a última palavra. Em 1551, *lady* Fleming ficou grávida. Deu à luz um filho, Henry de Angoulême, o que foi considerado um erro fatal. Pôs a descoberto o caso amoroso do rei, suscitando mexericos irreverentes. Diana agiu para proteger o bom nome da família real e a desonrada Fleming foi enviada de volta para a Escócia, deixando para trás a filha, a chefe das quatro Marias.

Tantas coisas eram novas e inebriantes, mas Maria ainda sentia muitas saudades da mãe. Em Abril de 1550, após uma separação de quase dois anos, Maria rejubilou quando soube que a mãe estava a planear uma visita para a ver. A alegria de Maria foi ensombrada pela tristeza porque o avô, Cláudio, duque de Guise, morrera há pouco em Joinville, aos cinquenta e quatro anos, após ter estado dois meses doente. A primeira carta oficial de Maria foi uma credencial diplomática formal para o senhor de Brézé, o qual Henrique II agora desejava enviar à Escócia com essa triste notícia.

Considerou-se que Maria era demasiado nova para assistir ao funeral do avô e portanto foi representada por um mandatário. A sua mãe também não conseguiu comparecer, o que a fez chorar.

– Perdi o melhor pai que qualquer criança perdeu – disse Maria de Guise ao irmão Francisco, que sucedeu ao pai como duque.

Maria de Guise decidiu agilizar a sua visita e ao seleccionar o guarda-roupa de viagem consultou Diana de Poitiers – sempre árbitro da moda em vez de Catarina de Médicis – acerca do protocolo do luto em Saint-Germain. Henrique II encarregou-se dos preparativos da sua viagem, obtendo um passaporte diplomático do Conselho Privado inglês, dado que, ao contrário da filha, Maria de Guise não tinha um estômago forte e era atreita a enjoar a bordo. Ela receava a perspectiva de uma longa travessia por mar a partir da Escócia e preferia muito mais seguir pela rota mais lenta, por terra, através de Inglaterra e a partir daí fazer de barco a curta distância através do canal, zarpando do porto de Dover.

Maria escreveu a Antonieta de Bourbon acerca dos planos da mãe. Tinha de escrever, disse, para que a sua avó soubesse «as alegres notícias que acabei de receber da rainha minha mãe». Na sua pressa de terminar a carta, Maria perdeu-se num conjunto de orações subordinadas, mas o sentido é claro. A chegada da sua mãe «será para mim a maior felicidade que posso desejar neste mundo... Peço-vos, minha senhora, que, para aumentar a minha alegria, possais achar conveniente visitar-me em breve, e, entretanto, armar-vos de toda a paciência a que sois capaz de lançar mão neste caso». Maria tornara-se fluente em francês em dois anos. O seu estilo é ofegante, mas gramaticalmente impecável.

A visita da mãe dela também tinha um propósito político. Henrique II estava a planear uma gala para comemorar a expulsão final dos exércitos ingleses dos seus fortes e guarnições na Escócia e das suas fortificações em Boulogne. Toda a corte e família alargada de Henrique II deveria estar presente, e para isso não foram poupadas despesas. Maria de Guise e a sua filha, a rainha escocesa, estariam no centro da festa.

A mãe de Maria não viajou sozinha. Trouxe consigo quase toda a corte escocesa, sobretudo os lordes pró-ingleses que tinham tratado com Henrique VIII e Somerset ao longo dos anos. Os seus objectivos eram definidos. Procurava promover a sua pretensão a única regente da Escócia, agora que os

outros candidatos, um pró-francês e outro pró-inglês, tinham aceitado o tratado de Haddington, e para ligar a nobreza à «velha aliança». Ambos os objectivos foram auxiliados pela luxuosa hospitalidade de Henrique II e pela sua generosa distribuição de novas pensões.

O principal acontecimento decorreu em Rouen, a capital da Normandia, em Outubro. Uma imitação de um triunfo imperial romano, cujo ponto alto foi uma entrada real na cidade perante multidões que aplaudiam entusiasmadas e através de arcos de triunfo construídos para a ocasião. Este ritual, uma expressão clássica do simbolismo da Renascença, mas aqui posto em prática numa escala homérica, foi precedido por desfiles nos quais soldados e actores vestidos como heróis clássicos ou generais vitoriosos marcharam diante do rei e da corte, com Maria feliz por ter de novo a mãe consigo, ambas nas posições mais honrosas, enquanto observavam a partir de um pavilhão azul e dourado na margem ocidental do Sena.

A procissão foi encabeçada por um carro carregado de troféus, seguido por quadros vivos montados sobre carros alegóricos puxados por «unicórnios» – na verdade eram cavalos brancos usando toucados – ilustrando as vitórias militares da dinastia Valois. Bandeiras e maquetes de fortes capturados na Escócia ou perto de Boulogne eram alardeados no alto de postes. Num desses desfiles, Henrique tornou-se Aníbal, o general cartaginês que dirigiu o seu exército através dos Alpes para derrotar os romanos com a ajuda de elefantes, que fizeram a sua devida aparição diante das multidões. Muitas pessoas julgaram que eram animais verdadeiros da colecção real de animais em Paris, mas na realidade eram feitos de madeira e pasta de papel, montados sobre rodas e empurrados por homens escondidos dentro deles.

A seguir vinham «prisioneiros» capturados em Boulogne, que eram conduzidos acorrentados através das ruas. No total, o carro alegórico mais ricamente decorado foi reservado para um quadro vivo mostrando Henrique II e os seus filhos. O rei foi mostrado como um imperador romano rodeado pelos seus herdeiros, enquanto Calíope, uma filha de Zeus e musa da idade heróica, segurava a coroa «imperial» de França por cima da sua cabeça.

Seguiram-se uns cinquenta actores e actrizes representando «nativos» brasileiros, que desfilaram nus pelas ruas e depois encenaram uma «guerra» entre duas tribos indígenas. A cena, montada como um quadro vivo diante da

plataforma de observação, foi apimentada com cabanas de nativos, tendas, palmeiras e animais selvagens. As tribos caçavam, cozinhavam em figueiras e faziam comércio com uma guarnição francesa. Por fim, desencadeou-se uma grande batalha com arcos e setas e terminando com o fogo lançado ao terreno das cabanas da tribo derrotada. Isso era puro entretenimento de massas, colocando em segundo plano os primeiros quadros vivos, e a multidão vociferou o seu apreço.

No espectáculo final, uma falsa batalha naval foi encenada no Sena entre duas frotas rivais, «francesa» e «portuguesa», na qual navios verdadeiros foram lotados com barris de pólvora. Os marinheiros dispararam canhões autênticos, com certeza sem balas. Contudo, o inevitável aconteceu e um dos barris explodiu, fazendo com que um navio se afundasse e a sua tripulação perdesse a vida. No dia seguinte, o espectáculo foi repetido com um navio substituto, mas aconteceu a mesma coisa e mais marinheiros morreram.

A festa foi um manifesto visual deslumbrante. Um papel central foi concedido à Escócia, razão pela qual a rainha dos escoceses e a sua mãe se sentiram felizes. Henrique II via-se com sendo o «protector» da Escócia: as suas vitórias tinham libertado a Escócia e Boulogne. O tema que unificou toda a festa foi o delfim. Ele e não Henrique II era a figura em torno da qual a encenação foi coreografada, porque foi retratado como o marido da já coroada rainha dos escoceses. Era o futuro rei da Escócia e de França, e, devido à pretensão de Maria ao trono inglês enquanto bisneta de Henrique VII, fundador da dinastia Tudor, podia também ser o legítimo rei de Inglaterra. Era, portanto, herdeiro de uma tripla monarquia. Através do casamento de Maria com o delfim, a monarquia Valois poderia realizar o seu pleno potencial, criando um «império» franco-inglês que iria incluir as Ilhas Britânicas e depois, cruzando o Atlântico, o Brasil, onde mercadores franceses estavam já a fazer incursões e a começar a desafiar o poder comercial de Portugal.

Até mesmo a escolha da Normandia por Henrique II como local da sua festa era significativa. Era a região mais próxima de Inglaterra com as maiores ligações históricas às Ilhas Britânicas. Também acontecia ser a região onde a família Guise estava a acumular terras e a constituir comitativas. Visto a essa luz, o projecto «franco-britânico» era o mais audacioso dos seus planos. Cláudio,

duque de Guise, começara por delinear um papel para a sua família no coração do Estado Valois; agora que morrera, os seus filhos eram o esteio do plano.

Maria era a pedra angular do projecto. A lógica de Henrique II era dinástica. O testamento de Henrique VIII determinara a ordem de sucessão ao trono inglês. Se Eduardo VI, o único filho de Henrique VIII sobrevivente, morresse sem herdeiros, então o testamento do rei especificava que a coroa recairia sobre o lado feminino. Eduardo deveria ser sucedido pela sua irmã mais velha, Maria Tudor, e se também ela morresse sem filhos, pela irmã mais nova, Isabel Tudor.

Mas, para os católicos, Maria rainha dos escoceses era a sucessora legítima de Maria Tudor. Para eles, Isabel era ilegítima. Era a filha de Ana Bolena, com quem Henrique VIII se tinha casado enquanto a sua primeira mulher, Catarina de Aragão, ainda estava viva. O papa e a Igreja Católica não reconheceram Ana Bolena como legítima esposa de Henrique, alcunhando-a como *a Concubina*. Henrique tinha-a repudiado, divorciara-se dela e mandara-a executar em 1536, quando Isabel foi declarada ilegítima por um decreto do Parlamento numa cláusula que nunca fora revogada. Isso deixou o caminho aberto para a pretensão de Maria rainha dos escoceses, embora Henrique VIII tivesse tentado bloqueá-la.

Henrique sempre manteve que através do seu testamento podia estabelecer a ordem de sucessão e eliminar a pretensão Stuart e acreditou que o tinha feito. Especificara que, se todos os filhos morressem sem herdeiros, então os filhos da irmã mais nova, Maria, duquesa de Suffolk, deviam herdar o trono. Henrique estava tão zangado com a Escócia pelo repúdio do tratado de Greenwich que vetou a linhagem Stuart. Foi uma humilhação calculada.

Mas a determinação de Henrique, embora aprovada pelo Parlamento no Decreto de Sucessão de 1544, era ainda baseada numa significativa suposição. Se uma pretensão ao trono pudesse passar pela linha feminina, então a linhagem de Margarida Tudor, irmã mais velha de Henrique, também entrava em jogo. Ninguém que seguisse as regras da sucessão dinástica podia ignorar o primeiro casamento de Margarida com Jaime IV da Escócia. O filho deles foi Jaime V, o pai de Maria rainha dos escoceses, que era neta de Margarida e bisneta de Henrique VII.

A pretensão de Maria ao trono inglês não era mais do que uma mancha no horizonte enquanto Eduardo VI ou Maria Tudor estavam ainda vivos, porque a legitimidade destes nunca esteve em questão. Mas comparada com a pretensão

de Isabel Tudor, a de Maria era pelo menos forte, senão mesmo mais forte. Só o Terceiro Decreto de Sucessão era incondicional na sua defesa da pretensão de Isabel, mas Henrique VIII cortara com o papa uma década antes de o decreto ter sido aprovado, e a legislação de um Parlamento cismático não era reconhecida por católicos, que ainda incluíam a vasta maioria da população inglesa.

Na sequência do triunfo da festa e da consolidação das ambições da família Guise, a mãe de Maria permaneceu em França durante mais de um ano, regressando com a filha a Paris e Saint-Germain, Joinville e Blois, e depois levando o seu séquito escocês numa viagem pelo país. A sua viagem foi equivalente a uma visita real; os seus nobres escoceses deviam estar exaustos, mas o mais importante é que estavam impressionados. Estavam bastante mais ricos, porque Henrique II nunca fora mais generoso, desembolsando cinco milhões de libras no seu projecto «franco-britânico» entre 1548 e 1551, cinco vezes mais do que Francisco I gastara com os assuntos escoceses durante todo o seu reinado.

A viagem foi interrompida por um melodrama e terminou tragicamente. Em Abril de 1551, foi descoberta uma conspiração em Amboise para assassinar a jovem rainha dos escoceses. Um dos ex-«castelões», capturado pelos franceses após o bombardeamento do Castelo de St. Andrews, estava determinado a procurar vingar-se. Mudou de nome e juntou-se à guarda escocesa. Obteve acesso aos aposentos reais, onde planeava assassinar Maria, subornando a sua cozinheira para envenenar a sua sobremesa preferida, peras fritas. Mas alguém falou e a conspiração foi descoberta. O principal conspirador escapou, fugindo para a Irlanda e daí para a Escócia, onde foi capturado e enviado de volta para França a fim de ser julgado e executado. Maria ficou ou alheia ao que se passara ou imperturbável perante o que parecia ter sido escapar por um triz, mas a sua mãe ficou tão preocupada que caiu à cama, doente.

A sua dor intensificou-se em Setembro, quando o duque de Longueville, o seu filho sobrevivente do primeiro casamento, foi vítima de uma doença misteriosa e morreu nos braços dela em Amiens. Ainda não tinha dezasseis anos. Mais uma vez, Maria foi representada no funeral por um mandatário. Pouco tempo depois, Maria de Guise regressou a Inglaterra no seu caminho de volta à Escócia. Todos os seus quatro filhos estavam mortos e ela encontrava-se destroçada. Ponderou ficar em França, retirando-se para um convento, ou vivendo com a sua família

em Joinville. Mas tinha-se comprometido a governar a Escócia em nome da filha que restava, e a garantir o país militar e dinasticamente para Henrique II e a aliança francesa. Era seu dever voltar para lá e, por conseguinte, deixar para trás a sua única filha viva. Beijou Maria por aquela que seria a última vez e disse-lhe adeus. Nunca mais se voltariam a encontrar.

No fim de 1551, Maria estava a crescer. Ainda só tinha nove anos, mas a sua tia, Anne d'Este, duquesa de Guise, uma das mulheres mais cosmopolitas e lançadoras de modas na corte de Henrique II, salientou que «ela não pode continuar a ser tratada como uma criança». Não parecia uma criança: as suas conversas não eram as de uma criança. Todos os dias «cresce em encanto e boas maneiras» e «torna-se mais adequada» ao «lugar» para o qual fora chamada e que nunca lhe era permitido esquecer. Já tinha um armário cheio de roupas dos melhores e mais opulentos tecidos e uma colecção de joalharia tão grande que precisava de três cofres de bronze e de várias caixas adicionais para as guardar.

Desde a sua chegada a França, Maria aprendera uma nova língua e uma etiqueta de corte formal e sofisticada e adquirira novos gostos. Até então, a sua família Guise conseguira proteger o seu direito adquirido por nascimento. Mas nesse processo o seu significado fora redefinido. O futuro de Maria adquirira uma convincente dimensão «franco-britânica». Mais do que apenas a herdeira da sucessão Stuart, ela tornara-se a chave do projecto dinástico Valois. Enquanto os desfiles e quadros vivos passavam diante dos seus olhos em Rouen, com todo o seu encanto e pompa, devem ter reforçado uma ideia condutora na sua mente. Tal como era rainha da Escócia e a próxima rainha de França, também devia aspirar a ser a futura rainha de Inglaterra.

Capítulo 4

Adolescência

Depois de a mãe de Maria ter regressado à Escócia, o seu tio Carlos, cardeal de Lorena, o mais ousado e mais experiente político na corte de Henrique II, assumiu funções como seu mentor. Dentro de poucos anos, exercia mais autoridade sobre os seus assuntos domésticos e a sua educação do que ninguém. A reorientação foi gradual, mas começara mesmo quando Carlos desarmou a irmã incitando-a a não «deixar que ninguém, excepto vós, ou aqueles em quem delegardes a vossa autoridade, tenha controlo sobre a vossa filha». Sendo o membro da família Guise mais ao lado de Henrique II quando a família real viajava nos seus habituais circuitos de palácio para pavilhão de caça e para um palácio através do vale do Loire e depois para Paris e daí para o interior do país, Carlos estava na posição ideal para exercer influência. Era uma disposição concebida para funcionar com vantagem para todos e manteve a sua irmã informada em relatórios regulares acerca da saúde, educação e finanças da sobrinha.

Na década de 1550, a família Guise conseguiu obter uma ascendência incomparável. Num nível estratégico, eram os defensores das pretensões dinásticas francesas nas Ilhas Britânicas e da guerra contra Espanha e o Sacro Império Romano. Trabalharam infatigavelmente juntos e criaram as suas redes na corte e nas províncias. Depois da festa de Rouen, viraram as suas atenções para a monopolização do poder na corte, procurando cair nas boas graças de Catarina de Médicis, cuja antipatia pelo condestável Montmorency, o primeiro dos nobres e principal funcionário público de França, era inequívoca.

O condestável era nomeado a título vitalício. Os seus deveres eram quase todos militares, e em tempo de guerra comandava o exército na ausência do rei e a vanguarda quando o rei se encontrava presente. Nas ocasiões de cerimónia, caminhava à frente do rei transportando a sua espada de Estado. Nas primeiras fases da sua ascensão ao poder, os Guise tinham sido aliados próximos de

Montmorency, mas isso começou a mudar após a festa. À medida que a sua confiança e ambição aumentavam, os Guise procuraram destituí-lo e substituí-lo. Para alcançarem o seu objectivo, o trunfo era o noivado de Maria, sobrinha deles, com o delfim.

Francisco, duque de Guise, irmão de Carlos, estava numa posição ideal para conduzir a família à vitória. Era um comandante militar brilhante que se distinguira no campo de batalha e era idolatrado pelas suas tropas. Via-se mais como um homem de acção do que como cortesão, e quando não estava no campo de batalha encontrava-se em Joinville ou então no palacete de Meudon, apenas uma das numerosas propriedades que a família estava a adquirir perto de Paris. Convidou Maria para lá e tratou-a como se fosse sua filha. Tornou-se um pai substituto para ela e Maria sempre o adoraria.

Mas foi o seu tio Carlos que a aconselhou acerca do protocolo, das cartas que devia escrever, a quem as devia enviar e o que devia dizer. Se, no entanto, Carlos estivesse indisponível, longe tratando de assuntos reais ou num retiro durante a Quaresma num mosteiro, ela consultava o duque. Aceitava sem questionar as suas opiniões e depois do escândalo do caso de *lady* Fleming com o rei tornou-se um hábito de Carlos fazer inspecções mensais não anunciadas ao seu ambiente doméstico, «para descobrir em pormenor tudo o que se passava». A partir desse momento, o seu controlo estava assegurado. Maria podia permitir-se crescer, prosseguir os seus estudos e os seus prazeres quase como queria, mas só dentro dos limites do aconselhamento dele.

Maria aproximava-se da adolescência. Estava a crescer mais depressa do que aqueles que com ela viviam, mas a reorganização das condições de vida das crianças reais surgiu a partir do caso de *lady* Fleming e com a decisão de Henrique II de criar uma residência independente para o delfim. A nova governanta de Maria era Françoise d'Estamville, *lady* Parois, uma mulher mais velha incapaz de ameaçar Catarina de Médicis ou Diana de Poitiers. Era sexualmente segura e enfadonha. Para a jovem Maria, ela deve ter parecido estuprificante e chata. O seu aspecto era banal, a sua moral irrepreensível. Era conhecida por ser devota, um atributo mencionado por Carlos num dos seus relatórios. «Não me posso esquecer de vos dizer», contou à mãe de Maria num pós-escrito de uma das suas cartas, «que *lady* Parois está fazer as coisas muito

bem, não se pode esperar que faça melhor, e podeis ter a certeza de que Deus está a ser bem servido de acordo com os antigos costumes.»

Com esta observação, o cardeal zombava de Fleming, cuja simpatia pelos Huguenotes, como os calvinistas franceses eram chamados, era conhecida. Era um comentário isolado, deste então muitas vezes mal interpretado como significando que Maria devia ser educada de acordo com os princípios mais rigorosos da fé católica, a fim de a preparar para governar como uma figura católica exemplar. De modo mais geral, é dito que os membros da família Guise eram «ultracatólicos» que aspiravam a conquistar o controlo das políticas de França e da Escócia a fim de salvarem as monarquias Valois e Stuart da ameaça da subversão protestante.

Isso é um equívoco. Na década de 1550, e durante a maior parte da década seguinte, os Guise colocaram os seus interesses acima da causa da religião. Só depois de 1567, quando Carlos V e o seu herdeiro, Filipe II, enviaram tropas para os Países Baixos a fim de esmagarem uma revolta militar protestante e quando uma liga católica contra os Huguenotes começou a formar-se em França, é que a família se tornou sinónima de defesa absoluta do catolicismo. Nessa altura, era evidente para eles que os seus interesses só podiam ser preservados com o apoio de Filipe II, e uma vez que ele era um católico leal com uma visão inabalável da sua missão divina de voltar a unir a cristandade sob a bandeira papal, era essencial para eles fazerem tudo o que podiam para esmagar os protestantes.

Esta metamorfose influenciou Maria após a sua fuga para o exílio em Inglaterra. Iria reinventar-se na década de 1580 como uma boa católica perseguida apenas pela sua religião. Mas nos anos de 1550 os Guise eram políticos ou moderados, opondo-se aos extremismos protestante ou católico. Onde a religião contava mais para eles era em relação ao seu projecto dinástico, porque só o papa podia fazer uma declaração final acerca da ilegitimidade de Isabel Tudor e, portanto, acerca da pretensão de Maria ao trono inglês.

Enquanto o delfim se aproximava do seu nono aniversário, Henrique II decidiu que o seu filho devia sair do consolidado lar criado para as crianças reais e viver nas suas instalações independentes. Isso fazia pouca diferença para os seus movimentos, porque o novo lar, tal como o das outras crianças, continuou a seguir a corte. Contudo, teve um impacte súbito e dramático no pessoal e nas

finanças das outras crianças, porque não só os oficiais e o pessoal auxiliar do delfim se separaram como também os seus orçamentos foram transferidos. Em particular, isso levantou a questão de se saber se Maria, coroada rainha e já quase com dez anos, deveria ter as suas instalações separadas.

O novo lar do delfim entrou em funcionamento em Março de 1553. Tinha sido muito debatido durante o Inverno anterior, e em 25 de Fevereiro era o tema principal de um relatório do cardeal de Lorena para a mãe de Maria. Começava com boas notícias de Maria, que acabara de ver em Amboise. «Cresceu tanto e continua a crescer todos os dias em altura, bondade, beleza, sabedoria e virtudes que é tão perfeita e talentosa... quanto possível.» Não havia ninguém em França que igualasse as suas qualidades. O rei gostava agora tanto dela que «passa muito do seu tempo a conversar com ela, às vezes durante uma hora». Ela é «tão capaz de o entreter com uma conversa agradável e delicada como se fosse uma mulher de vinte e cinco anos». Anne d'Este, a cunhada do cardeal, fizera uma observação semelhante alguns meses antes. A partir daí, tal como Maria começava a descobrir, o seu encanto e capacidades de conversa estariam entre os seus maiores trunfos.

A carta de Carlos virava-se depois para o assunto em questão. Catarina de Médicis optara por não dar às suas filhas, Isabel e Claude, instalações separadas. A falta de pessoal significava que iriam dormir no quarto de vestir dela, com *lady* Humières a cuidar delas. Era uma má decisão. E era embaraçosa para Maria, que estava prestes a deixar o Loire e a viajar para Saint-Germain, onde a corte a precedera. Estava a trazer as suas habituais criadas, mas a questão de qual «estado» tinha de manter com a saída do delfim das instalações das crianças, e que quartos devia ocupar dentro da corte, tinha de ser resolvida com urgência.

Carlos não tinha só em mente os interesses da sua sobrinha. A sua reputação e a da família seriam afectadas desfavoravelmente se o «estado» de Maria fosse diminuído. Como sempre, o protocolo era da máxima importância. Também tinha um plano político, visível em Agosto, quando Henri Cleutin, senhor de Oysel, o primeiro embaixador francês residente na Escócia e tenente-general de Henrique II lá, enviou um relatório sobre os assuntos ingleses. Eduardo VI, o único filho varão de Henrique VIII, morrera de tuberculose pulmonar em 6 de Julho, com dezasseis anos. Apesar de uma tentativa por parte do seu principal conselheiro protestante, John Dudley, duque de Northumberland, para excluir a

católica Maria Tudor do trono e substituí-la pela protestante *lady* Joana Grey, Maria Tudor triunfara. Joana foi rainha por apenas alguns dias antes da conspiração de Northumberland se desmoronar. A 3 de Agosto, Maria Tudor desfilou em Londres sob os aplausos da multidão que a acolheu.

Essas notícias eram perturbadoras para a França. Maria Tudor era prima do rei de Espanha, Carlos V, com quem Henrique II estivera em guerra durante dois anos na fronteira dos Países Baixos e da Itália. Além disso, tencionava casar com Filipe II, a favor de quem o pai dele tencionava abdicar. Com trinta e três anos, Carlos V estava grisalho e exausto. A artrite nas suas mãos era tão grave que mal conseguia abrir uma carta: a dor era tão grande que rezava para morrer. O seu filho, Filipe, era jovem e enérgico. Estava ansioso por prosseguir a guerra com a França, onde se receava que usasse a Inglaterra como base militar e naval. Esse alarme era justificado, porque quando casou com Maria Tudor em 1554 e assumiu o seu papel como rei, foi ouvido a gabar-se de que por cada forte construído pelos franceses na Escócia iria construir três no lado inglês da fronteira.

O plano do cardeal era simples mas audacioso. Propôs que a sua sobrinha fosse considerada «maior de idade», apta para governar o seu reino como rainha dos escoceses ou através de um delegado nomeado. Embora a idade habitual da maioridade fosse entre os quinze e os dezoito anos, Maria devia «iniciar os seus direitos» como rainha «com onze anos e um dia». Para esse fim, o actual regente, o conde Arran, agora mais conhecido pelo seu título vazio de duque de Châtelherault, devia ser demitido. A sua duplicidade interesseira e a constante hesitação tinham agido contra os interesses franceses na Escócia, e com Maria Tudor no trono inglês não se podiam correr mais riscos.

Era um plano Guise, porque assim que Châtelherault tivesse sido afastado, Maria de Guise deveria ser nomeada única regente para governar em nome da filha. De um só golpe, a família Guise estenderia a sua hegemonia à Escócia, melhoraria o seu estatuto na corte francesa enquanto parentes de uma rainha reinante e ganharia a gratidão de Henrique II, que estava céptico em relação a Châtelherault e aos aliados deste, suspeitando de perfídia e da iminência de uma aproximação anglo-escocesa feita por eles.

D'Oysel, que viajou para França para entrar no debate, opôs-se ao plano numa reunião de três horas do Conseil des Affaires em que participaram o rei e os tios

de Maria. Desconfiava dos motivos dos irmãos Guise. Mas o rei pô-lo de lado e o plano foi posto em prática. A mãe de Maria foi declarada única regente, nomeação confirmada em Abril de 1554 pelo Parlamento convocado para Edimburgo. Um dos primeiros actos oficiais de Maria foi escrever-lhe para a felicitar. Enquanto rainha reinante, Maria também tinha o direito de escolher os seus guardiães e conseguiu fazer o impossível nomeando Henrique II e os seus tios para essas funções, desse modo ligando ainda mais a família Guise com a monarquia Valois.

Maria escreveu então a sua primeira carta a um governante estrangeiro. Dirigida a Maria Tudor, nessa carta entregava aos seus cuidados d'Oysel, na sua viagem de regresso, e reafirmava garantias de amizade e «boas relações». «Se Deus quiser», escreveu a jovem rainha dos escoceses com a sua melhor caligrafia, «haverá uma memória perpétua de que houve duas rainhas nesta ilha ao mesmo tempo, tão unidas numa inviolável amizade como o estão pelo sangue e linhagem próxima.» Tratou Maria Tudor como «minha senhora, minha boa irmã» e a carta terminava com a despedida habitual usada na correspondência entre soberanas, «Vossa boa irmã e prima, Maria.» A sua carta, escrita em francês, foi copiada entre linhas marcadas no papel por um estilete, o que ainda pode ser detectado no documento original.

Nada disso resolvia a questão do «estado» de Maria em Saint-Germain, Amboise, Fontainebleau e noutros lugares, para onde decorria a mudança da corte e onde a confusão prevalecia cada vez mais. Parte do problema era causado por doenças. Claude d'Urfé, o encarregado das instalações das crianças, estava mesmo doente. Lady Parois era insensível insinuando a Maria de Guise que ele estava apenas assoberbado por «debilidade». E em resultado disso ela não conseguia que nada fosse feito. Entretanto, o cardeal insistia com a irmã, lembrando-lhe que, assim que os orçamentos do delfim fossem transferidos, alguém teria de pagar os salários do pessoal de Maria.

– Mande fazer uma lista – observou, num falso gesto de ajuda. Nela referia todos os que estavam ao serviço de Maria, com as despesas anuais calculadas. – Creio que nesta lista, como se vê, não há nada que seja supérfluo ou ardiloso para conseguir dinheiro.

O que Carlos nunca ofereceu foi dinheiro. Era esperado que a mãe de Maria pagasse as contas, as quais Henrique II se recusava a partilhar porque a sua

despesa com a Escócia estava já a alcançar montantes sem precedentes. Maria era uma complicação. Estava a começar a afirmar-se através de gastos extravagantes, em parte com roupas e póneis, mas sobretudo através da sua generosidade, nunca mais evidente do que em acordos com as suas criadas, para as quais procurava obter promoções, melhores condições de trabalho e melhorias salariais. Janet Sinclair, a sua velha ama, foi uma das primeiras beneficiárias, obtendo uma recomendação para o filho e uma promoção para o marido. Dinheiro e presentes choviam sobre um pequeno exército de actores, bailarinos, cantores, músicos, baladeiros e palhaços que mantinham Maria e as suas companheiras entretidas, e ela ainda sustentava um fluxo constante de recompensas para os tratadores dos seus cães e póneis e dos ursos reais.

Apesar da escalada das estimativas, os tios de Maria continuavam a argumentar a favor do seu caso. A sobrinha deles, dizia o cardeal, era uma rainha «já possuidora de um alto e nobre espírito que deixa a sua contrariedade ser vista se for tratada de maneira indigna». A sua «grandeza» tem de ser respeitada. Deseja ser adulta e «exercer a sua autoridade independente». Com base nas suas actuais despesas, iria necessitar de cerca de 24 mil libras ou entre 50 mil e 60 mil francos por ano para manter o seu «estado». Na verdade, isso excluía os estábulos, de longe o maior factor de despesas, mas podiam ser descobertas maneiras de economizar.

Era uma quantia substancial, muito menos pelos padrões franceses do que pelos escoceses, onde era equivalente a metade do rendimento anual habitual da coroa. Um tão enorme compromisso só era possível de ser tomado em consideração pela mãe de Maria porque tinha bens independentes, deixados pelo primeiro e segundo casamentos.

As negociações arrastaram-se ao longo de nove meses, um atraso que pôs à prova o moral do pessoal de Maria. Muitos não eram pagos no entretanto e a maior parte tinham dinheiro a haver do ano anterior. O mau humor estava a aumentar, exacerbado pela insensibilidade de *lady* Parois, uma mulher invejosa e gananciosa cujas exigências imprudentes e mau feitio levavam a fricções. A sua disputa com *madame* de Curel, uma das mais antigas damas de companhia de Maria e a candidata que Antonieta de Bourbon apoiara em vez de *lady* Fleming para ser a governanta de Maria, terminou com a demissão de Curel. Foi-se embora depois de uma discussão, chocantemente tida na presença de Maria.

Outras mostraram a sua frustração através de simples absentismo. Escrevendo para a mãe de Maria, Parois queixou-se de que restavam muito poucas aias e nenhuma para tratar do cabelo de Maria, a não ser ela.

Por fim, Maria garantiu as suas instalações. Foram inauguradas a 1 de Janeiro de 1554, quando os seus oficiais, aias e pessoal doméstico foram postos na escala de serviço. Incluíam muitas das anteriores servas, reforçadas por algumas caras novas para reflectirem o seu estatuto mais alto. Nessa noite, o seu tio Carlos foi o primeiro convidado. Tal como ela escreveu entusiasmada para a mãe, «Minha senhora, estou feliz... por vos contar que hoje entrei na casa que tivestes o prazer de criar para mim, e esta noite o meu tio, o cardeal, veio para cear comigo. Espero que através do vosso cuidadoso planeamento tudo será bem organizado.»

Mas surgiram novas querelas e problemas de dinheiro, sobretudo nos estábulos, onde se tinha cortado nas despesas. Uma vez que a corte migrava tantas vezes de lugar para lugar, cavalos, mulas, coches, carroças e liteiras eram essenciais. Eram necessárias três mulas de carga só para transportar a cama de Maria, e outras requeridas para tapeçarias e colgaduras, loiças, utensílios de cozinha, garrafas de vinho, etc. O governo da casa de Maria não conseguia pagar os custos de transportes, por isso o cardeal procurou compensar encurtando a quantidade de «remoções» (como eram chamadas) que se faziam. Em vez de seguir de perto a corte real em cada etapa, ele queria que Maria fizesse menos viagens e paragens mais longas em cada uma, não incluindo alguns dos palacetes intermediários visitados pelo rei e pelo delfim, para limitar custos. Neste ponto Maria impôs-se, recusando ficar afastada do corpo principal da corte durante muito tempo.

Dentro de um ano, os cálculos do cardeal mostraram ser inadequados, e Parois estava em pé de guerra. A sua litania de queixas era interminável. Por exemplo, eram necessários mais animais de carga porque a cama de Maria chegava muitas vezes atrasada ao seu destino. Tinha sido obrigada a pedir camas emprestadas, o que era humilhante. Para cúmulo, objectos valiosos tinham sido danificados porque, na falta de mulas suficientes às quais as arcas poderiam ser presas com segurança, tinham sido atiradas para dentro de carroça, onde eram sacudidas.

Maria, continuava Parois, não tinha nada para vestir. Havia novas modas em voga, e ela estava em risco de ficar para trás. Precisava de vestidos para um

casamento, e porque estava a crescer tão depressa, a sua *touret* (a armação de pedras preciosas em que a gola alta na nuca era retesada) precisava de ser alongada. Um par de engastes de diamantes montados em metal fino resolveria o problema, mas não tinha dinheiro para os comprar.

Maria também estava a implorar para ter monogramas (o monograma «M» ou «MR» para «Marie la Royn») cosidos nos seus vestidos ao estilo do que estava na moda. Mas o dinheiro era muito apertado.

Um resultado das incessantes queixas de Parois foi o crescente rumor de que o crédito de Maria estava em baixo. Isso era escandaloso, e também inconveniente, uma vez que isso significava que os fornecedores não iriam entregar nada ou aceitar mais pedidos a menos que primeiro fossem pagos em dinheiro. Fornecimentos regulares a crédito eram algo essencial para o funcionamento tranquilo de uma corte real, mas os mercadores argumentavam que se Maria ficasse a dever seriam obrigados a intentar uma acção na Escócia para serem compensados, o que era um risco comercial inaceitável.

Em breve o pessoal estava outra vez em revolta. No ano financeiro 1555-56, houve atrasos no pagamento de salários e o absentismo tornou-se frequente. Houve acusações de corrupção e desvios, parecendo confirmados quando um presente de dinheiro que Henrique II dera a Maria para gastar na feira em Saint-Germain desapareceu, alegadamente roubado.

Parois foi incapaz de lidar com a situação e meteu baixa por doença, obrigando Antonieta de Bourbon a intervir e a manter os serviços básicos na suíte de Maria. Antonieta fez um balanço da situação. Não acreditava que Parois estivesse à altura da tarefa: a sua demissão era desejável. Infelizmente, era uma das poucas ocasiões em que ambos os tios de Maria se encontravam ausentes ao mesmo tempo. Antonieta ponderou tomar a decisão unilateral de substituir Parois, mas achou que o assunto era demasiado importante e delicado para ser resolvido só por ela. Até sugeriu que a mãe de Maria poderia ter de fazer uma visita especial a França.

O momento crítico chegou em Blois, mesmo a seguir ao Natal, enquanto o cardeal se encontrava em missão em Itália e incapaz de intervir. Maria, agora com treze anos, doou alguns dos seus velhos vestidos a duas das suas tias. Ao fazer esse gesto inocente, seguiu, como depois alegou, o conselho da mãe, uma vez que essas tias, irmãs mais novas da sua mãe, eram abadessas e as doações

eram acções caridosas. As roupas, feitas dos tecidos mais luxuosos e caros, seriam cortadas e transformadas em coberturas de altares. Esses presentes, na sequência de outros dados às aias de Maria, desencadeou a inveja de Parois. Vociferou maldosa:

– Vejo que receais enriquecer-me! Tencionais manter-me pobre.

Isso não era maneira de se dirigir a uma rainha, mas Maria respondeu regiamente. Estava a tentar controlar as suas emoções, algo que sempre achou difícil, mas conseguia fazê-lo pelo menos nas fases iniciais de um confronto. Replicou:

– Que triste.

E depois desculpou-se.

Contudo, essa não foi uma escaramuça isolada: marcava o culminar de um choque de personalidades. Maria era precoce e vivaz, capaz de se comportar de maneiras mais adultas para a sua idade, ainda mal era uma adolescente, mas alguém que esperava levar a sua avante. Parois era uma mulher muito mais velha, sobrecarregada de presunção e de uma excessiva noção de dever. Na melhor das hipóteses, era exagerada, na pior, era desmancha-prazeres e pedante. Tinha já feito queixa de Maria à mãe dela por insubordinação, quando Maria insistiu em usar demasiadas jóias.

Maria escreveu à mãe apresentando a sua versão da história e abrindo o coração. «Minha senhora, tenho de vos suplicar humildemente que acrediteis que não há nada nisto, uma vez... que nunca a impedi de exercer autoridade sobre o meu guarda-roupa, porque sabia que não o devia fazer.» Contudo, admitiu: «Disse a John, meu criado pessoal, que quando ela quisesse retirar alguma coisa ele devia informar-me, porque se eu quisesse dá-la podia vir a descobrir que desaparecera.»

O choque de vontades tinha sido expressado através de uma luta para controlar o guarda-roupa de Maria. Agora que estava a descoberto, Maria não via nenhum motivo para ceder. «Quanto ao que vos contei acerca da minha intransigente teimosia, minha senhora, nunca tive dela a confiança para dar um único alfinete, e assim adquirir uma reputação de ser má ao ponto de bastantes pessoas me terem dito quão pouco me parecia convosco.»

Maria queria que esta última observação atingisse o alvo, uma vez que a sua mãe sempre se orgulhara da sua generosidade com as suas aias. Depois

desabafava a sua indignação contra Parois. «Estou bastante espantada que ela vos possa dizer algo tão longe da verdade.»

Era um impasse, e quando o cardeal de Lorena regressou de Itália não houve mais prevaricação. Tal como avisou a sua irmã, Parois encontrava-se «doente» em Paris. Abandonara a habitação de Maria após a tal cena e era improvável que regressasse. A sua «indisposição» era grave, talvez fatal. Em qualquer caso, desejava demitir-se. A jovem rainha dos escoceses conseguira o que queria.

Maria, acrescentou o cardeal enigmático, tinha estado «doente», sobretudo devido a «coisas que descobrira perto do fim que eram possíveis de suportar». Encontrava-se agora recuperada e estava como antes, o seu aspecto e conversação mantendo todos encantados. Mas algum estrago tinha sido feito.

Um ano depois, Maria revisitou o caso quando contou à sua mãe que Parois «quase foi a causa da minha morte pelo receio que eu tinha de cair no seu desagrado».

Essa foi a primeira de várias ocasiões na sua vida em que Maria disse que tinha estado perto da morte ou em que desejou estar morta. Isso não era um simples melodrama de adolescente. Maria estivera gravemente doente. O seu historial médico não é o menor dos enigmas que a envolvem. Em muitos aspectos, a sua saúde era robusta. Montava os póneis todos os dias e era capaz de enfrentar exigências físicas extremas. Mas a sua boa saúde era pontuada por doenças episódicas, muitas vezes desencadeadas por ansiedade ou *stress*, por vezes durando alguns dias, outras vezes várias semanas, e em que uma aguda dor física e enjoos eram seguidos por uma rápida recuperação. Na sua vida adulta, Maria queixava-se de reumatismo e de «má disposição», sendo o primeiro algo comum numa época em que não havia aquecimento central e o segundo causado por uma úlcera gástrica que acabou por rebentar. Mas isso não explica as suas mudanças de humor, as quais sabemos que sentia, porque mais tarde na vida usava um anel, uma ametista, que ela acreditava ter propriedades mágicas «contra a melancolia».

Os sintomas eram sempre os mesmos. Vomitava, sofria de dores abdominais, sentia uma avassaladora tristeza ou depressão e desatava a chorar. A culpa foi atribuída a um excesso de «bílis negra» (um dos quatro fundamentais «humores» ou fluidos corporais da ortodoxia médica da época), para o qual lhe foram dados remédios que, sem surpresas, não resultaram. Durante um dos seus piores

ataques na Escócia, atribuíram a culpa a feitiçaria e foi feita uma busca dos culpados e das suas «pulseiras» enfeitiçadas.

Uma explicação moderna, mas contestada, é a de que Maria tenha herdado uma doença conhecida como porfiria. Um excesso de produção de pigmentos vermelho-púrpura no sangue intoxica o sistema nervoso, e em casos de porfiria aguda intermitente, o tipo mais comum, a vítima sofre súbitas crises de vômitos, dores abdominais, debilidade ou paralisia dos membros e mudanças psicogénicas semelhantes a histeria. Apesar da gravidade desses sintomas, o paciente recupera depois rápido.

A porfiria foi sugerida quando historiadores médicos, alegando que Jorge III se encontrava entre aqueles que sofriam dessa doença, tentaram seguir o rasto até aos seus antepassados Stuart, em particular até Jaime VI e Jaime I. O seu diagnóstico de Jorge III é ainda controverso. Muitos especialistas acreditam que os seus sintomas podiam ter sido causados por depressão maníaca, e mesmo se se pudesse demonstrar que Jaime, filho de Maria, tivesse tido porfiria, não se depreende daí que a adquirira do lado da mãe.

O enigma não pode ser solucionado. Do ponto de vista dos biógrafos de Maria, não é muito importante, uma vez que o que experimentou foram os seus sintomas, os quais estão bem documentados. Quanto à doença da sua juventude, há mais do que indícios suficientes de que não estava relacionada com porfiria.

Quando Maria tinha quase oito anos, foi arrasada por um ataque de gastroenterite. Entre os dez e os doze anos esteve doente uma série de vezes, uma delas com palpitações no coração, mas em todos os casos os médicos atribuíram-nos a excesso de comida. Uma vez prescreveram uma dieta de ruibarbo, um remédio geral para pacientes que se pensava terem desequilíbrio dos «humores» corporais, tal como era estipulado nos manuais de medicina e para sobreexcitação.

Aos onze anos, Maria teve dores de dentes. Muito mais grave, numa data desconhecida teve varíola. Henrique II emprestou-lhe o seu médico pessoal, Jean Fernel, um médico com uma reputação lendária que chamara a sua atenção como ginecologista de Catarina de Médicis. Maria lembrou o seu tratamento numa carta para Isabel I, que foi atacada pela doença em Outubro de 1562. «Ele nunca me disse qual era a receita da loção que aplicou na minha cara depois de furar as pústulas com uma lanceta.» Embora Isabel fosse sua rival na questão do trono

inglês, Maria sentiu compaixão por ela, dado que todas as mulheres nobres receavam os estragos da varíola ainda mais do que os da peste ou do parto. Neste caso, a pele de ambas as mulheres ficou sem marcas.

Quando Maria tinha treze anos e meio, sofreu uma doença que durou vários meses. Os sintomas incluíam acessos de febre recorrentes e arrepios, vômitos, dores de cabeça e dores abdominais. Mas não era porfiria: era uma doença viral bem conhecida predominante no Verão e chamada «suor» ou «febre quartã». Maria apanhou-a em Agosto de 1556, durante uma temporada quente. Os seus acessos foram «espantosamente severos e agudos» e seguidos por remissões durando entre oito e dez dias. «É uma das doenças deste ano que estão a afectar muitos», contou o cardeal para sossegar a preocupada mãe dela. O delfim também foi vítima da doença, tal como o filho mais velho do duque de Guise.

Era a essa doença que Maria se referia quando contou à mãe que Parois «tinha sido quase a causa da minha morte pelo receio que eu tinha de cair no seu desagrado». Na sua cabeça, a doença e Parois estavam ligadas. Parois, a típica ex-empregada ofendida, estivera a manchar a sua reputação em Paris, insinuando que ela falara mal de Catarina de Médicis a Diana de Poitiers. O resultado disso foi que Catarina a pôs de parte. Era um revés, porque a família Guise tinha feito firmes progressos nos seus esforços para conquistar Catarina, apesar de esta, em privado, expressar dúvidas quanto à viabilidade do projecto «franco-britânico» deles.

Não foi feito nenhum dano permanente. Quando os tios de Maria declararam que a sobrinha atingira a maioridade e trataram das coisas para que ela tivesse a sua habitação, correram um risco calculado. Correria tudo bem, mas após o fracasso em torno de Parois, não queriam correr riscos. A partir daí, as instalações de Maria seriam supervisionadas a partir de Joinville e Meudon, com Anne d'Este a desempenhar um papel principal. Nenhuma nova governanta foi nomeada e em breve Maria podia descrever a tia e os tios como responsáveis por ela.

Quando a guerra com Espanha recomeçou, a família Guise obteve a sua maior oportunidade até esse momento. Em Fevereiro de 1556, a trégua de Vaucelles com a Espanha foi quebrada. Embora pensada para durar cinco anos, não se aguentou e no Verão de 1557 Filipe II trouxera a Inglaterra, assim como a Espanha, Sabóia e Países Baixos, para a guerra contra a França. Em Agosto, um

exército comandado pelo duque Emanuel Felisberto de Sabóia invadiu o Norte de França e montou cerco à cidade comercial de Saint-Quentin, na Picardia, perto da fronteira. Um exército francês mais pequeno comandado pelo condestável Montmorency marchou para socorrer a cidade, mas foi esmagado e seiscentos nobres foram capturados, incluindo o condestável e quatro dos seus filhos, que foram aprisionados.

Foi a mais humilhante derrota militar francesa do século XVI. Em pânico, Henrique II chamou o duque de Guise, então em Itália, e nomeou-o tenente-general do reino. De uma penada, o duque tornou-se o vice-rei. Não só tinha o comando pleno de todas as forças militares e navais da França como recebeu o anel de sinete real, permitindo-lhe dar orientações aos secretários de Estado respeitantes a assuntos como os negócios estrangeiros, as finanças e a habitação real.

Henrique II queria lançar um contra-ataque, sobretudo contra a Inglaterra. Tendo recapturado Boulogne em 1550, desejava agora libertar Calais e os seus fortes circundantes, o último enclave da ocupação inglesa de França que restava da Guerra dos Cem Anos.

O duque viu as possibilidades. Conduziu um ataque magistral a Calais a 1 de Janeiro de 1558, quando uma severa geada tornou possível que as suas tropas quase caminhassem sobre a água. O ponto fraco da cidade era um castelo antigo. A guarnição inglesa foi complacente e tinha havido deserções, mas isso pouco importou porque o ataque dirigido por Guise foi muito rápido e preciso. Os fortes adjacentes foram tomados após um breve bombardeamento e no dia 24 Henrique II fez uma entrada solene na cidade ao som do hino *Quando Israel saiu do Egipto*. O rei ficou eufórico pela reconquista, que aos seus olhos era mais do que uma compensação pela catástrofe da derrota do condestável em Saint-Quentin.

Enquanto Henrique caminhava em procissão com os seus nobres e conselheiros pelas ruas de Calais com as suas vestes azuis e douradas adornadas de arminho e usando a sua coroa «imperial», os irmãos Guise estavam preparados para tirar proveito dessa vitória memorável. Tinham monopolizado a política em 1557-58. O seu êxito baseava-se na sua efectiva colaboração, planeamento meticuloso e recolha de informações: o domínio dos detalhes técnicos era inultrapassável. Recuperar Calais da ocupação inglesa tinha sido o

objectivo da monarquia francesa desde há mais de um século. As tentativas anteriores não tinham dado em nada. De repente, o objectivo fora alcançado devido ao génio dos Guise.

O condestável ainda se encontrava aprisionado em Bruxelas, e para sublinhar o realinhamento de poder interno, o cardeal de Lorena mandou prender o sobrinho dele, acusando-o de heresia. A família Guise encontrava-se no auge do seu poder. Pareciam ser invencíveis. Se houve um momento para eles colherem a sua devida recompensa, foi esse.

Capítulo 5

Educação

A educação de Maria foi meticulosamente planeada. A antiga presunção medieval de que a aprendizagem pelos livros era irrelevante para reis e nobres tinha sido despedaçada em França quando Luísa de Sabóia prescreveu um ciclo de estudos para o seu filho, Francisco I, segundo o modelo das melhores práticas da Renascença italiana. Francisco estudou história bíblica, retórica e literatura grega e latina. Aprendeu a falar italiano e espanhol com razoável fluência. Cresceu para ser um grande conhecedor artístico que construiu uma colecção única de pinturas e esculturas antigas, e um mecenas de escritores e músicos. A convite seu, Leonardo da Vinci e Benvenuto Cellini residiram em França, cada um deles durante vários anos. Entre os seus muitos tesouros, Francisco possuía a *Mona Lisa*, que guardou com outras preciosas pinturas da sua colecção na casa de banho.

O estatuto das mulheres na corte francesa tinha sido transformado pelo tráfego entre França e Itália. As mulheres em Itália eram contribuidoras essenciais para a sociedade palaciana, valorizadas sobretudo como conversadoras. A educação das mulheres tinha sido defendida na Europa pelo espanhol Juan Luis Vives e pelo inglês Thomas More. No caso de Maria, a sua família acreditava ser essencial para o seu treino palaciano prescrever um ciclo de estudos que seguisse os ideais deles. Um elemento fundamental era ter conhecimento de línguas, seguido por retórica, história e poesia. Embora esses temas parecessem ser relativamente esotéricos, na realidade dizia-se que eram quase práticos.

A arte da política e de governar bem, como os teóricos acreditavam, podia ser aprendida a partir dos exemplos da história. A seguir, a arte de falar bem e da persuasão política – retórica ou eloquência – era estudada a partir dos textos de línguas clássicas e modernas e da poesia. Os principais livros de conselhos, entre eles o *Livro do Cortesão*, de Baldassare Castiglione, sustentavam que «as artes de falar e de governar bem» estavam relacionadas e eram mais bem adquiridas a

partir do estudo da Antiguidade. Um governante ou conselheiro incapaz de moldar a língua «como cera de acordo com a sua mente» poderia ter a certeza de fracassar. A «grandeza e beleza de uma oração» era que, «à primeira exibição» das palavras, a sua dignidade e brilho apareceriam como «tábuas de pintura colocadas à sua luz boa e natural». Os governantes tinham de ser capazes de falar com confiança em público: as suas audiências, quer fossem grupos selectos de conselheiros ou parlamentos, podiam ser «influenciadas» pelo uso habilidoso da oratória, portanto deviam ser ensinados pelos melhores modelos e técnicas que os teóricos gregos e os romanos tinham aperfeiçoado.

A coisa mais impressionante acerca da educação de Maria é que ela seguiu um *curriculum* quase idêntico ao do seu homólogo masculino, o delfim. Isso era invulgar para uma rapariga. Não o poderia fazer sozinha porque era uma rainha, porque as filhas de Henrique II e as de muitos dos principais conselheiros do rei também tomavam lugar na sala de aulas. Mas sem as suas ligações reais Maria não poderia ter esperado a competência dos professores ou o acesso sem restrições a livros e manuscritos raros de que veio a desfrutar.

Os textos estabelecidos para ela incluíam *Sobre os Deveres*, de Cícero, *As Leis*, de Platão, *Política* e *Retórica*, de Aristóteles, *Institutos de Oratória*, de Quintiliano, e *Vidas dos Mais Famosos Gregos e Romanos*, de Plutarco. Estudando-os, Maria teria feito progressos, desde adquirir um conhecimento básico da gramática latina a um estudo mais intensivo e imitação dos principais autores, lendo escritores gregos em traduções latinas. Quando dominou o latim, deve ter avançado para o grego e para o italiano, e possivelmente espanhol. A sua língua corrente era, claro, já o francês.

Tal como todos os estudantes que seguiam esse *curriculum*, era esperado que Maria fizesse traduções da sua língua para latim e que escrevesse composições em prosa imitando as técnicas pelas quais Cícero e outros eram famosos. Pelo meio, deve ter sido apresentada a textos de Platão e Aristóteles, que tinham um conteúdo ético e filosófico, à obra-padrão de Ptolomeu sobre geografia e a histórias como as de Plutarco e Tito Lívio.

No seu todo, esses elementos eram encarados como um programa de estudos vocacionais: o equivalente (para um governante em perspectiva) a um diploma em administração de empresas. No estádio final, mais ou menos parecido com uma formatura, Maria devia apresentar um discurso em latim perante a sua

família e toda a corte real no grande salão do Louvre. A maior parte dos presentes devem-no ter entendido, dependendo de quão gramaticalmente fluente era o seu discurso e de quão depressa falou.

A educação de Maria era supervisionada por Catarina de Médicis, por Diana de Poitiers e pelo cardeal de Lorena, que em conjunto eram responsáveis pela escolha dos seus professores particulares. O papel de Diana foi crucial: era excepcionalmente bem instruída. Era uma famosa mecenas de artistas, escritores e poetas, a mais influente compradora de obras de arte clássicas e italianas, após a morte de Francisco I, e a especialista que fez mais do que ninguém para determinar o gosto da corte de Henrique II.

Maria estudou latim elementar e assuntos gerais sob a orientação de Claude Millot e Antoine Fouquelin. Nada se sabe acerca de Millot, além dos seus entusiásticos relatórios sobre os progressos dela e o facto de Maria ter atribuído uma pensão ao irmão dele; mas Fouquelin foi o autor de um célebre tratado sobre retórica, *La rhétorique françoise*, publicado em Paris em 1557, com uma dedicatória à sua jovem aluna em que se mostrava entusiasmado com as suas capacidades e potencial.

Quando dominou os rudimentos, Maria juntou-se ao delfim para receber lições de latim mais adiantadas por parte de Jacques Amyot, um especialista de estudos clássicos que Henrique II nomeara como professor particular para os seus filhos. Enquanto Amyot ensinava as crianças reais, estava a preparar a sua nova edição das *Vidas* de Plutarco, por fim publicada em 1559. Pode ter atribuído a Maria a tarefa de fazer exercícios escritos baseados na sua tradução, mas é mais provável que ela tenha conhecido Plutarco na edição concisa ou cábula feita por Georges de Selve, antigo aluno de Pierre Danès, o professor de grego dela.

Danès era um erudito importante escolhido por Henrique II para ensinar grego ao delfim. Participou numa comissão para reformar a Universidade de Paris e tinha sido aluno de Guillaume Budé, o principal intelectual francês no reinado de Francisco I e um linguista tão brilhante que aprendera grego em semanas sem professor. Danès tentou imitar os métodos inspiradores do seu mentor, e Maria estudou com atenção *L'Institution du Prince*, o clássico manual de Budé para aconselhar governantes, que era baseado na sua destilação de autores antigos. Maria possuía uma bela cópia manuscrita da obra, que trouxe consigo de volta para a Escócia, com os seus bens, após a morte de Francisco II.

As suas composições em latim, escritas quando tinha onze e doze anos, ainda existem num livro de exercícios com capa de couro guardado na Bibliothèqu Nationale em Paris. Foi-lhe exigido que escrevesse uma série de sessenta e quatro ensaios breves em latim sobre os «temas» prescritos pelos seus professores. Eles revelam a extensão das suas leituras, que estavam longe de ser abrangentes, mas incluíam as *Fábulas* de Esopo, as obras de Cícero e Platão, as peças do autor romano de comédias, Plauto, e acima de tudo as *Vidas* de Plutarco.

Maria citou muitas vezes os *Colóquios* de Erasmo, a antologia de ensaios, êxito de vendas, do proeminente humanista holandês. Escrita em latim fácil e eloquente, com brilhantes lampejos de bom humor e ironia, os *Colóquios* eram concebidos para entreter e instruir estudantes de maneiras que os remetiam para textos principais das Escrituras e da tradição clássica. Maria também possuía um exemplar da obra-prima de Erasmo, *Elogio da Loucura*, que incluía sátiras mordazes sobre a monarquia e a bajulação, e pode ter deixado Maria com uma viva sensação do seu dever de equilibrar luxos e prazeres com o seu papel de guardiã do seu povo.

Os ensaios de Maria são decepcionantes tendo em vista a sua posterior exuberância: afectados e moralistas, reflectem menos as suas opiniões do que os pontos de vista que os seus professores queriam que ela exprimisse. Maria parece ser pouco mais do que as suas traduções de modelos de respostas já existentes, e a maior parte são sob a forma de «cartas», visto que um estilo epistolar era considerado ser o mais fácil de adquirir e a melhor maneira de um estudante começar a estudar oratória.

A grande maioria eram «cartas» para a sua melhor amiga princesa Isabel, filha mais velha de Henrique II. Outros «correspondentes» incluíam o delfim, a princesa Claude e os seus tios. Sem dúvida, as outras crianças reais leram os ensaios «dirigidos» a elas por cima do ombro de Maria, mas o objectivo dos temas era praticar um estilo retórico. Nenhuma das «cartas» foi jamais enviada.

Uma delas, para o cardeal de Lorena, começava assim: «Meu tio, muitas pessoas, actualmente, caem em erros sobre as Sagradas Escrituras, porque não as lêem com um coração puro e imaculado.» Isso era típico da banalidade dos exercícios de Maria na sala de aulas, mas algumas, para Isabel e Claude, deslizam para a informalidade. «Vou ao parque para descansar um pouco a

minha mente.» «O rei deu-me licença para apanhar um veado no parque com *madame* de Castres.» «A rainha proibiu-me de vos ir ver, minha irmã, porque pensa que tendes sarampo, o que lamento muito.»

Por volta da altura em que Maria escrevia os seus «temas», estava a estudar o manual pioneiro de Ptolomeu sobre *Geografia*, uma obra escrita no século II e redescoberta no século XV. Ptolomeu tinha erradamente alegado que a Terra era o centro do universo e que o Sol, os planetas e estrelas giravam à volta dela. Mas foi o primeiro cartógrafo a projectar a superfície esférica da Terra num plano horizontal e a sobrepor uma grelha de linhas de latitude e longitude por cima dele. Colocou o norte no alto dos seus mapas, e ele, ou talvez os seus editores, forneceu comentários substanciais sobre os diferentes países e cidades, oferecendo uma descrição resumida deles e dos seus habitantes.

Maria possuía um belo exemplar da *Geografia* impresso em Roma, em 1490, que pertencera outrora à principal família de banqueiros florentinos, os Frescobaldi. Dos seus estudos, deve ter aprendido que a Escócia ficava muito mais a norte do que a França, embora mais a sul (e portanto mais quente) do que está relativamente ao equador. Deve ter lido isso no Verão, altura em que Edimburgo tinha um máximo de dezanove horas de luz do dia, contra apenas dezasseis em Paris. Segundo Ptolomeu, grande parte da Escócia era plana, a excepção sendo as densas florestas e as altas montanhas da Caledónia (o seu nome para as Highlands), uma região que ele comprimiu num espaço demasiado pequeno entre Glasgow e Inverness. Embora precisa quanto às horas com luz do dia, a representação de Ptolomeu da Escócia era estragada por uma projecção alongada e imprecisa e pela sua ignorância da região montanhosa de fronteira entre a Inglaterra e a Escócia. Apesar disso, Maria era fascinada por geografia e manteve esse volume na sua vida adulta.

Quanto tinha quase treze anos, apresentou uma declamação improvisada em latim no grande salão do Louvre a uma audiência que incluía Henrique II, Catarina de Médicis e os tios dela. O seu discurso defendia a educação das mulheres e refutava a opinião dos cortesãos de que as raparigas nada tinham a ver com aprendizagem. Era um assunto que escolhera e que reflectia a sua convicção de que a visão italiana da aprendizagem como sendo fundamental para ambos os sexos era justificada.

A quase contemporânea descrição do discurso, feita por Pierre de Bourdeille, abade de Brantôme, é arrebatadora: «Pensem só que coisa rara e magnífica foi ver essa erudita e bela rainha declamando assim em latim, que compreendia e falava admiravelmente.» Infelizmente, o elogio exagerado de Bourdeille não pode ser tomado à letra. Na altura, ele tinha apenas mais dois anos do que Maria, não se encontrava quase presente na sua declamação e é conhecido pelos seus exageros.

O discurso dela era competente, mas não mais do que isso. E tinha-se treinado muitíssimo. Não menos do que quinze dos seus ensaios já tinham sido sobre o mesmo assunto, e embora tivesse amontado uma grande quantidade de referências às proezas de mulheres eruditas, acontece que quase todas são tiradas de uma única fonte: uma carta do admirado escritor Angelo Ambrogini de Montepulcino, tal como foi editada para publicação com um comentário de François Dubois. Ou Maria possuía um exemplar ou pedira-o emprestado à biblioteca real de Fontainebleau, porque as descaradas repetições dessas citações não pode ser uma coincidência.

O seu forte encontrava-se noutro ponto. Segundo os seus professores e os relatórios da sua governadora Parois, ela era atenta e aplicada, mais do que o delfim, cuja incapacidade para se concentrar e a falta de motivação lhe valeram um sermão de Maria num dos seus ensaios. Mas nunca foi uma classicista inata: conseguia entender latim melhor do que conseguia falá-lo, e era muito mais atraída pela poesia em francês corrente, que estudou com Pierre de Ronsard, o principal poeta da Pléiade.

Este era um círculo de sete poetas na corte de Henrique II que escreviam versos e panegíricos em troca de mecenato. Eles estavam na vanguarda de um movimento literário que visava mostrar que a nacionalidade podia ser moldada por uma língua comum, que a língua francesa podia existir em termos iguais com o latim, grego e italiano. Também queriam demonstrar que a poesia sobre temas seculares como amor, amizade, feitos de armas ou o indivíduo podia igualar a dos assuntos religiosos. Para esse fim, Ronsard teve de mostrar que a língua francesa podia satisfazer as exigências dos géneros literários mais elevados, como a épica e a lírica grega e romana, ou os últimos e mais elegantes sonetos italianos e *canzoni*.

Uma intensa rivalidade desenvolveu-se entre os aderentes do movimento Pléiade e os teóricos, classicistas e historiadores que Ronsard considerava serem enfadonhos e antiquados e escreverem num francês bárbaro. Era uma batalha que lançou os «jovens turcos» da Pléiade contra a «velha guarda», um choque de estilos que cativou a jovem Maria, que se alinhou com a Pléiade. Enquanto a «velha guarda» usava complexas metáforas e construções pedagógicas curvilíneas que os seus rivais comparavam com a Torre de Babel, os «jovens turcos» seguiam o conselho de Dante de se escrever usando palavras claras, elegantes e simples baseadas na linguagem coloquial: uma língua tão lúcida, graciosa e perfeita que cintilava, conseguindo um efeito tão sublime que podia derreter os corações das pessoas.

Ronsard chamou a atenção de Maria porque conhecia a Escócia. Servira primeiro aí como pajem na casa de Madeleine, primeira esposa de Jaime V, onde ficou durante dois anos. Maria ficou impressionada com a sua campanha a favor da poesia em língua comum; se lhe dessem a escolher, mais depressa leria sempre a literatura francesa do que os clássicos, e como já era uma rainha, era natural que lhe dessem a escolher.

«Acima de tudo», observou Bourdeille, «ela adorava poesia e poetas, mas o senhor de Ronsard, o senhor Du Bellay e o senhor de Maisnfleur, que escreviam encantadores poemas e elegias para ela, incluindo os da sua partida de França, que muitas vezes a vi ler para si em França e na Escócia, com lágrimas nos olhos e suspiros no coração.» A sua selecção de autores é explicável, porque Bellay era o membro principal da Pléiade, depois de Ronsard, e Maisnfleur era um poeta-soldado ligado ao duque de Guise. Mas se Maria escrevia versos sobre o tema do seu regresso de França à Escócia é uma questão discutível.

Nunca teve muito de poetisa. A sua produção existente é pequena, embora tivesse tentado fazer alguns sonetos em francês e italiano durante os seus longos anos de cativeiro em Inglaterra. Após o seu julgamento e execução, foram-lhe atribuídos poemas que tinham sido escritos em sua homenagem, mas que ela não escreveu. Manifestamente, os versos que se diz ela ter composto quando começou a sua viagem de regresso à Escócia são uma completa falsificação.

*Adeus, agradável país de França!
Ó minha pátria,
A mais querida!*

Que alimentou a minha jovem infância!

Estes versos, que primeiro apareceram na *Anthologie Françoise* de 1765, não são de Maria, mas foram escritos por um jornalista francês do século XVIII ansioso por publicar um furo jornalístico. Se ela fez uma contribuição significativa para a poesia francesa, foi como mecenas e não como autora.

A proposta de patrocínio de Ronsard chegou em 1556, o ano em que o seu círculo começou a designar-se como Pléiade. Ele tinha primeiro procurado chamar a atenção dos tios de Maria e quando essa tentativa fracassou virou-se para ela. Tinha-se passado quase um ano após o discurso dela no Louvre e Maria tinha quase catorze anos. Ao início interpelou-a como sendo a deusa romana da alvorada, a «bela e mais do que bela e encantadora Aurora». O seu poema *À La Royne d'Écosse* era um elogio político e pessoal. Oferecia os seus serviços «a vós, à vossa nação e à vossa coroa».

Maria aceitou ser mecenas de Ronsard e depois ajudou-o a publicar a primeira edição das suas obras. Em troca, ele e os seus seguidores tornaram-se uma presença compassiva na vida dela, enviando-lhe versos e fornecendo-lhe alguma da garantia emocional e apoio de que ela necessitava nos seus momentos mais sombrios e mais angustiosos. Os autores da Pléiade alinharam-se atrás da monarquia nas crises políticas e religiosas que afligiram a França durante as Guerras de Religião. Permaneceram leais a Maria, cuja reputação consideraram ser seu dever defender. Ronsard, reconhecidamente, deu uma no cravo e outra na ferradura dedicando poemas a Isabel I, que lisonjeou dizendo que era igual a Maria em beleza. Mas tirando essas falhas, os poetas da Pléiade comportaram-se honradamente e mantiveram o afecto de Maria a vida inteira.

Mesmo que a competência de Maria como escritora fosse comparativamente modesta, o amor dela pela poesia diz-nos algo a seu respeito. Deleitava-se com o imaginativo, com o romântico, com o atencioso. Também se tornara idiomática e culturalmente francesa, tão imersa na língua, nos seus padrões e associações mentais como qualquer falante natural.

Já não era que Maria falasse fluentemente francês: a sua identidade fora alterada, senão mesmo transformada. Embora os seus gostos e preferências de lazer se centrassem na música, dança e bordados, os passatempos das mulheres aristocratas em toda a Europa, os modelos que preferia eram bastante diferentes

daqueles que uma natural da Escócia apreciaria. Eram qualitativamente diferentes dos da sua mãe, embora ela tivesse nascido como francesa, dado que tanto italianos como franceses, reflectindo os últimos estilos da corte de Henrique II, em que as importações culturais de Florença, Milão e Mântua se tornaram moda. Ao cantar e dançar, Maria tinha tendência a preferir estilos desenvolvidos em Mântua e Milão, ao passo que nos bordados valorizava mais os opulentos modelos de Florença e Veneza.

Ao cantar, a sua voz era suave mas clara, e foi treinada como uma cantora de Mântua a modular o seu tom para se adequar à declamação do texto, à acústica do edifício ou ao timbre do acompanhamento musical. Por vezes cantava ao mesmo que se acompanhava no alaúde. Outras vezes tocava clavicórdio ou harpa.

Como música, era apenas vulgar, mas como dançarina tinha verdadeiro talento. Era ágil para dominar as complexas rotinas das últimas e mais elegantes danças, e tinha suficiente ritmo para parecer sempre graciosa. Usando gestos simples, dizia-se, conseguia evocar emoções que correspondessem à música.

Henrique II reconhecia o talento quando o via, assim como o potencial para o teatro. Deu-se a muito trabalho a fim de encontrar um mestre de dança adequado para Maria, e ela e o delfim praticavam regularmente juntos antecipando os bailes que se seguiriam ao seu noivado.

Maria adorava dançar. Buscava todas as oportunidades para actuar, aparecendo nas festas de família organizadas pelos seus familiares Guise em Joinville e Meudon, assim como comparecendo nos eventos da corte. Em Holyrood, após o seu regresso à Escócia, dançava quase todas as noites com as quatro Marias. Muitas vezes dançava até depois da meia-noite, sendo por isso criticada pelos calvinistas, que viam isso como sendo «depravação... prestar atenção ao que se pratica em França», um convite à «idolatria» e à transgressão sexual.

Maria também adorava bordar. Era considerado ser uma forma ideal de desconstracção quando estava demasiado frio ou húmido para sair de casa, e quando ela tinha nove anos, dois quilos de novelos de lã foram encomendados para que pudesse iniciar o seu treino sob o olhar especializado de Pierre Danjou, o bordador pessoal de Henrique II. Ela obteve satisfação, que durou toda a vida, daquilo que aprendeu, e na Escócia muitas vezes se sentava a costurar durante reuniões do Conselho Privado ou enquanto recebia embaixadores. Mais tarde,

quando se encontrava no exílio em Inglaterra, o seu trabalho com agulha dar-lhe-ia uma maneira reconfortante e calma de passar esses longos anos. «Todos os dias», foi então relatado como sendo dito, «ela trabalhava com a sua agulha, e a diversidade das cores fazia com que o trabalho parecesse menos aborrecido, e continuou a fazê-lo até que as muitas dores a obrigaram a desistir.»

Catarina de Médicis incentivou o interesse de Maria. Era uma habilidosa bordadeira amadora, treinada em criança no Convento de Murate em Florença, onde as freiras eram famosas pelo seu trabalho com as agulhas. Maria começou por fazer tricô e costura simples, após o que avançou para o trabalho mais decorativo de tapeçaria: os minúsculos pontos do *petit point*, assim como o *gros point*. O objectivo era fazer presentes ou ornamentar os quartos monótonos e escuros com colgaduras de tipo tapeçarias e sanefas ou toalhas de mesa e capas para almofadas. As linhas gerais do desenho desejado eram esboçadas primeiro numa tela, a partir de um padrão tirado de um livro de emblemas e depois preenchido o mais delicadamente possível com uma variedade de lãs ou sedas coloridas.

Mesmo em criança, Maria gostava de luxos. Tinha uma paixão por *brodures* – os bordados mais sumptuosos e caros – e o género com jóias ou esmaltes usados para cobrir a cabeça ou como alças em corpetes ou mangas. Esses acessórios eram cobiçados, mas muito difíceis de fazer por amadoras, porque envolviam costurar na seda ou cetim, usando fio de metal fino ou então fios de seda aos quais as minúsculas pérolas ou outras pequenas jóias eram presas. Quando Maria descobriu na adolescência que não conseguia viver sem essas coisas, comprava-a indiscriminadamente, ignorando os protestos de Parois.

Num nível mais banal, Maria adorava fazer *cotignac*, um tipo de marmelada francesa, pondo um avental e fervendo marmelos e açúcar com pó de violetas numa caçarola durante horas antes de expor em ordem as fatias de frutos cristalizados. As quatro Marias eram todas elas obrigadas a ajudá-la e uma «cozinha» especial foi criada nos seus aposentos para que pudessem brincar aos cozinhados e ao governo da casa, fazendo de conta que eram criadas ou mulheres burguesas organizando a sua rotina doméstica e fazendo as suas compras. Era um jogo que Maria sempre recordava e por vezes jogava na Escócia, em geral em St. Andrews, onde tinha uma casa perto da abadia.

Adorava animais domésticos e queria ter o máximo possível deles à sua volta. Os cães, em especial *terriers* e *spaniels*, eram os seus preferidos e deixava-os brincar livremente à sua volta como era costume nas habitações reais e aristocráticas. A certa altura chegou a ter dezasseis e o seu pessoal da cozinha tinha instruções permanentes para pôr de parte comida destinada aos cães.

Os seus segundos animais preferidos eram os pôneis. Quando tinha quase quinze anos, escreveu à mãe pedindo-lhe que lhe enviasse «alguns bons *haqueney*s, que prometi ao Senhor e aos outros que me perguntaram por eles». Isso significava que queria que Maria de Guise lhe enviasse pôneis das ilhas Shetland, na ponta norte da Escócia, como presentes para os irmãos mais novos do delfim, os príncipes Carlos, Henrique e Francisco, então com oito, sete e quatro anos. Esses pôneis eram ideais para as crianças aprenderem a montar, famosos pelo seu pequeno tamanho, temperamentos dóceis e pelagem hirsuta.

Quando chegou a França, Maria era demasiado nova para caçar, mas podia observar e mostrava visível entusiasmo de cada vez que os cães de caça eram largados dos seus canis. Contudo, a falcoaria estava ao seu alcance e poucas semanas depois de chegar a Saint-Germain espantava as damas da morte adestrando o seu falcão, soltando a ave e destemidamente chamando-a para o seu braço sem ajuda dos falcoeiros.

Mais tarde, observava enquanto o delfim aprendia a caçar e fazia-lhe companhia quando tinha doze ou treze anos. Os seus dois cavalos preferidos, oferta de Henrique II, chamavam-se *Bravane* e *Madame la Réale*. (*Bravane* era talvez a alcunha de Maria, significando uma poldra intrépida, e *la Réale* era uma égua espanhola, literalmente «a real».) Adorava montar a cavalo e em breve sentia prazer em caçar, actividade para a qual adoptou o ousado hábito de usar calções até ao joelho, de sarja florentina por baixo das saias. A moda foi introduzida por Catarina de Médicis, vinda da Itália, e era considerada indecente porque permitia montar escarranchado no cavalo e não de lado como o protocolo feminino exigia, um hábito pelo qual Maria seria recebida com suspeita na Escócia.

Nos dias chuvosos ou nas noites à luz de velas nos aposentos reais, Maria gostava de jogar às cartas com o delfim, a quem vencia quase sempre, embora nas vezes em que perdia as suas apostas fossem caracteristicamente mais altas do que as dele. Maria estava já preparada para correr riscos. Os seus outros

divertimentos dentro de casa incluíam jogar xadrez e gamão e brincar com um conjunto de bonecas italianas.

Quando já tinha catorze anos feitos, Maria era muito mais alta do que a média. Numa época em que uma mulher era considerada alta se tivesse um metro e sessenta, Maria cresceu quase até quase ao metro e oitenta, talvez mais ou menos um metro e setenta e cinco, o que, com os seus seios delicadamente formados, cintura fina, pele branca macia, tez marmoreada, testa alta e cabelo castanho-avermelhado frisado em caracóis, fazia dela uma figura impressionante. Um potencial defeito era o seu porte, porque em criança recusava-se a manter-se direita. Provavelmente era mais preguiça do que constrangimento por causa da sua altura. Em qualquer dos casos era um erro corrigido por Parois, só depois de batalhar. O porte de Maria na sua juventude não tinha qualquer traço dos ombros arredondados e ligeira corcunda que eram uma característica na meia-idade.

Uma série de retratos desenhados a giz, o equivalente dos modernos instantâneos, ilustra o seu crescimento. Tinham feito um esboço dela assim que chegou a Saint-Germain para que Henrique II a pudesse cumprimentar tratando-a pelo nome. Esse desenho perdeu-se, mas outros sobreviveram, feitos nos períodos entre os nove e os dezasseis anos.

Quando o delfim tinha oito e Maria nove anos, Catarina de Médicis encomendou retratos das crianças reais que pediu que lhe fossem enviados o mais depressa possível. Quando chegaram, ela queixou-se de que o artista não tinha captado os traços fisionómicos delas. Então exigiu melhores parecenças, mesmo que fossem feitas apenas com giz.

Os novos retratos ficaram prontos em Dezembro de 1552. O de Maria foi enviado a Henrique II, que gostou tanto dele que se recusou a separar-se do retrato. Essa versão acabada não sobreviveu, mas um esboço preparatório em vermelho e preto mostra-a com nove anos e meio.

Apesar do seu ar tenso, talvez em resultado de lhe ter sido pedido que se sentasse quieta para o artista, os seus olhos em forma de amêndoa são inconfundíveis. As orelhas são desproporcionadamente grandes. O nariz é infantil e arrebitado, e ainda não aquilino. Embora talvez menos atraente para nós, a testa alta, as sobrancelhas imperceptíveis e lábios apertados eram considerados elegantes nessa época. Sorrir para um retrato era então o cúmulo da grosseria.

Estava vestida de acordo com a última moda da alta-costura: um corpete exterior justo ao corpo com mangas golpeadas, tufado nos ombros e moldado aos braços. O cabelo frisado, dividido ao meio, estava inserido numa rede ricamente bordada, ligada com jóias. Exibia brincos, um colar de ouro com rubis e diamantes, uma fiada de pérolas que envolvia os ombros para cima e para baixo e um grande pingente enfeitado com jóias. Enquanto rainha interessada em manter o seu estatuto na corte real, deve-se ter vestido dessa maneira apesar da sua juventude.

Quando Maria tinha doze ou treze anos, um retrato desenhado mais pormenorizado foi encomendado a François Clouet, um dos principais artistas da corte. Mais do que qualquer outro retrato, é uma imagem hipnotizadora da jovem mulher conhecida em França como «a mais perfeita». A sua cara e os lábios estão mais cheios, o olhar menos ansioso, o nariz já não arrebitado, as sobrancelhas mais em evidência e delicadamente marcadas a lápis, o seu encanto e vivacidade assinalados pelos caracóis saídos e o brilho dos olhos.

Um terceiro e último retrato desenhado mostra Maria pouco antes do seu primeiro casamento. Tinha pouco mais do que quinze anos e, contudo, parece ter vinte. É magra, confiante e séria, tem uma expressão intencional, até mesmo assertiva, irradiando carisma e tacto. Este é um retrato desenhado de alguém que sabe o que quer e está habituado a obtê-lo.

Quando Maria chegou aos quinze anos, os seus tios, o cardeal de Lorena e o duque de Guise, ficaram contentes por ela estar pronta a assumir os deveres que o seu papel importantíssimo implicava. A arte de governar era o ponto de referência que o cardeal tinha em mente. «Sobretudo discrição» era uma máxima que sempre tentou ensinar-lhe. Ela tinha sido treinada para manter as suas cartas seguras e para não as deixar espalhadas por aqui ou por ali ou em armários destrancados, onde podiam ser surripiadas ou lidas pelas criadas. «Posso assegurar-vos», informara Maria conscientemente a sua mãe, «que nada que vem de vós será jamais revelado por mim.»

Aprendera a marcar as passagens mais confidenciais das suas cartas para serem codificadas em cifra. Isso era feito pelo seu secretário particular depois de ela te escrito ou ditado o rascunho, embora quando ela estava entusiasmadamente a tentar fazer isso pela primeira vez, o seu secretário a tivesse avisado que não era

necessário, uma vez que ele já estava a enviar toda a informação sensível à sua mãe em código.

Apesar dessas preocupações, Maria podia por vezes ser demasiado confiante. Quando precisou de responder enquanto rainha a certas cartas e petições entregues na Escócia, enviou à mãe trinta e cinco folhas em branco com a sua assinatura no fundo. Catorze, assinadas «Marie», eram para uso geral. Quinze, assinadas «a muito vossa Marie», eram para destinatários mais escolhidos ou mais importantes, e seis assinadas «Vossa boa irmã Marie» eram exclusivamente para governantes soberanos, a serem usadas quando cartas que acompanhavam documentos eram requeridas para credenciais diplomáticas ou outros propósitos especiais.

Outro traço distintivo resulta deste período. Maria foi ensinada a escrever numa escrita itálica quase perfeita, à nova maneira elegante italiana (ou romana) em vez da escrita de estilo gótico do fim da Idade Média: a sua melhor escrita não se distingue da das filhas de Henrique II e da sua jovem tia Ana d'Este, que também aprendeu a usar escrita itálica nos anos de adolescência.

O que muitas vezes acontecia na prática era que Maria começava a escrever de maneira bastante elegante, mas na segunda ou terceira página a escrita ficava mais apressada. Os seus professores eram, de modo geral, diplomáticos: «ela formava as suas letras elegantemente e, o que é raro numa mulher, rapidamente» era um comentário típico. Na realidade, ela dava por si a pedir desculpa pelo seu desleixo. Num pós-escrito para a mãe, aos catorze anos, Maria exortava-a a «desculpar, por favor, a minha terrível caligrafia, porque estava com muita pressa». E cerca de um ano depois: «Tendes de me desculpar se a minha caligrafia é tão má, mas não tive tempo para a fazer como deve ser...»

Maria não era, portanto, nenhum génio académico. Era vivaz e perspicaz, uma aluna cada vez mais sofisticada e confiante que aceitava, e até mesmo saboreava, o seu estatuto real. Precoce enquanto personalidade, embora menos nos estudos, seguia os seus instintos e concentrava-se naquilo de que gostava mais. Mas não gostava de pedagogia e não concordava que a literatura antiga fosse o melhor treino para a realeza. Quando lhe mandavam fazer exercícios escritos, tentava terminá-los o mais depressa possível.

Segundo Rabelais, o autor francês mais célebre do início do século XVI, uma das principais funções de uma educação era capacitar jovens aristocratas para

crecerem como plantas ao sol. Maria gostava tanto dessa ideia que a tomou como seu emblema. Escolheu o malmequer, uma flor que se vira sempre para o Sol, e a divisa *Sa Virtue m'Attire*, um anagrama quase perfeito do nome MARIE STVART quando escrito com letras romanas, em que o «u» é representado por «v».

Na França de Henrique II, o jogo de anagramas encontrava-se em voga. Era jogado com letras, como o *Scrabble*, e muitas vezes ligado a quebra-cabeças ilustrados vindos de Itália em que emblemas ou «empresas» eram desenhados. Maria baseou o seu monograma pessoal na letra grega «M» (ou *mu*), que escreveu duas vezes numa forma entrelaçada; uma vez virada para cima e outra vez virada para baixo, pelo que podia ser lida de uma maneira ou de outra. Encimou o monograma com o seu anagrama, que era depois ilustrado com o desenho de um malmequer.

Não escolheria o malmequer sem conhecer a referência a Rabelais, porque era um dos exemplos nos livros de emblemas que usava para os seus bordados. A divisa que era aí dada era diferente: *non inferiora secutus* («não seguindo coisas mais baixas») era a versão original em latim, que ela decidiu reescrever.

Parece ser um exemplo da sua engenhosidade intelectual, até nos apercebermos de que o mesmo emblema tinha já sido escolhido pela princesa Margarida, a filha mais nova de Henrique II, que também estava na sala de estudos. Mantivera a versão latina da divisa, mas trocou o malmequer pela margarida ou *marguerite* para convir ao seu nome, ao passo que Maria manteve a flor, mas mudou a divisa, transpondo a ideia da sua amiga.

Nem bem Maria tinha encontrado o malmequer como sua «empresa» que o seu tio, o duque de Guise, entrou em Calais e os holofotes viraram-se para as ambições políticas e dinásticas da família. Ela estava ciente de que os seus tios tinham os seus olhos na aquisição do trono de Inglaterra para ela e para o delfim, tornando-se assim indispensáveis no centro do Estado Valois.

Não iria demorar muito antes de um efeito não intencional da educação de Maria começar a vir à tona. Ela começou a pensar independentemente dos seus tios e a questionar o que eles lhe diziam. De acordo com o *curriculum* que eles tinham escolhido para ela, Maria adquirira as mesmas capacidades de um aluno masculino e foi ensinada a pensar pela sua cabeça. Por mais que não tivesse ficado impressionada com a retórica clássica, esta treinara-a para saber como

argumentar um caso e depois como descobrir os pontos fortes e fracos no raciocínio dos outros.

Por enquanto, a tensão estava latente. Ainda se encontrava escondida quando, como recompensa pela reconquista de Calais aos ingleses, a família Guise alcançou o seu objectivo. Numa cerimónia pública que decorreu no grande salão do Louvre na terça-feira 19 de Abril de 1558, Henrique II anunciou a data do casamento de Maria com o delfim. Ela ainda tinha quinze anos e Francisco catorze. O cardeal de Lorena uniu as mãos de ambos, que se comprometeram um com o outro e trocaram um anel, e prometeram que se dariam em matrimónio no dia do seu casamento.

Dentro de três dias, os magistrados da cidade de Paris tinham sido convidados para o casamento, que deveria acontecer quase imediatamente. Assim que Henrique II tivesse tomado uma decisão, nada se podia intrometer no seu caminho. O casamento do seu filho, admitia, deveria ser o mais régio e triunfante jamais celebrado no reino de França. Os preparativos secretos estavam a decorrer há um mês: os oficiantes da cerimónia, os mordomos, os encarregados do guarda-roupa, os fornecedores, os carpinteiros, os costureiros, os bordadores e os pasteleiros tinham estado a trabalhar de dia e de noite para tudo estar pronto a tempo e horas.

Depois de se ter casado com o delfim, Maria alterou o seu monograma para que a letra grega *mu* fosse inscrita dentro da letra *phi*, a fim de ser transliterada como «M» e «F», para Maria e Francisco. Quando o seu exemplar da *Geografia* de Ptolomeu foi reencadernado pelo encadernador real, ela escolheu capas de pele cor de azeitona em que ramos de palmeira estavam gravados em folha de ouro com os novos monogramas entrelaçados no centro. Maria manteve o seu anagrama *Sa Virtù m'Attire*, mas com uma diferença importante. Já não estava adornado com o malmequer, mas sim brasonado com a coroa de França.

Capítulo 6

Um casamento dinástico

O casamento de Maria foi espectacular. A cerimónia decorreu no domingo 24 de Abril de 1558, na Catedral de Notre-Dame, o centro espiritual de Paris. A catedral ergue-se numa ponta da Cité, a estreita ilha no meio do Sena. Os entusiasmados cidadãos juntaram-se na Place du Parvis, a praça diante do edifício, ou então debruçavam-se das janelas das casas vizinhas decididos a captar um vislumbre da cerimónia, feita no exterior. Uma galeria temporária ou uma passagem coberta, com cerca de três metros e meio de altura, ligava o ponto de partida da grande procissão, o palácio do arcebispo de Paris, ali perto, a Notre-Dame. A galeria, com a forma de um arco, estava decorada ao estilo antigo clássico, e conduzia a um pavilhão aberto num estrado do outro lado da fachada ocidental da catedral, encimado por um dossel de seda azul-celeste gravado com flores-de-lis douradas. Continuava para a igreja ao longo da nave até à capela-mor, terminando na plataforma real onde a noiva e o noivo iriam assistir à missa. Os lados da passagem coberta eram abertos, portanto todos podiam ver a procissão enquanto passava. Isso foi sem dúvida ideia de Henrique II, com a sua magnífica compreensão da gloriosa capacidade do espectáculo para consolidar o poder.

Os nobres e embaixadores estrangeiros estavam sentados cá fora no estrado, perto de onde a noiva e o noivo seriam casados. Às dez da manhã, os alabardeiros suíços lideraram a procissão, marchando nos seus elegantes uniformes enquanto exibiam as suas armas ao som de tamborins e pífaros. Entretiveram a multidão durante meia hora, até o tio da noiva e chefe da família Guise, Francisco, duque de Guise, aparecer no estrado.

Mostrou uma figura imponente: alto e atraente como o resto da família, com a pele bronzeada pelo sol e pela guerra. Avançou propositadamente com a cabeça bem alta, o belo cabelo louro cortado curto por baixo de um gorro de veludo preto enfeitado com um penacho de penas brancas, e a sua barba e bigode bem

aparados. Sendo oficialmente o mestre-de-cerimónias, fora temporariamente promovido, mesmo que só por esse dia, ao posto de grão-mestre da Residência do Rei, a função mais alta da corte e uma posição ocupada pelo seu rival ausente, Montmorency, ainda cativo em Bruxelas.

A um sinal do duque, surgiram grupos de músicos, tocando trombetas, cornetas, oboés, flautas, violas, violinos, etc. Vestidos com luxuosos trajos vermelhos e amarelos, surpreenderam a multidão com o seu virtuosismo. Em seguida vieram uns cem gentis-homens da casa do rei com os seus adornos, depois os príncipes de sangue, os abades e bispos mitrados com os seus báculos. A seguir, os dignitários principais da Igreja: os arcebispos, os cardeais, incluindo o tio de Maria, Carlos, cardeal de Lorena, e o legado papal, cardeal Trivulzio.

Em lugar de destaque encontrava-se o grupo real. O noivo era ladeado pelos seus irmãos mais novos, Carlos e Henrique, e por António de Bourbon, duque de Vendôme e rei em título de Navarra, que se casara com uma das primas de Henrique II. Maria caminhava entre Henrique II e o seu primo Carlos, duque de Lorena, chefe do ramo da família Guise cujas terras ficavam na Lorena e Bar, na fronteira oriental de França. Catarina de Médicis vinha à retaguarda, escoltada pelo irmão de António, Louis, príncipe de Condé, e assistida por cerca de uma dúzia de princesas, duquesas, damas e damas de honor.

As multidões só tinham olhos para Maria. Ignoraram virtualmente Francisco, cuja estatura baixa e magreza deve ter apresentado um estranho contraste com a altura e beleza feminina de Maria. Esticaram os pescoços para captar uma visão dela, aplaudindo e agitando os chapéus no ar. Maria tinha um ar radiante no seu cintilante vestido branco, uma ousada e não convencional escolha, porque o branco era a cor tradicional do luto para a realeza em França. Contudo, Maria não se ia deixar prender por convenções no dia do seu casamento. Quis fazer um gesto teatral. Sabia que o branco convinha à sua pele delicada e ao cabelo castanho-avermelhado e insistiu nele. O vestido era «sumptuosa e ricamente feito», brilhando com diamantes e jóias bordadas, a sua longa e larga cauda transportada por duas damas de honor. Trazia ao pescoço um magnífico pingente ornamentado com jóias, ao qual chamava *Grande Harry*, um presente do sogro, e gravado com as suas iniciais, que ela valorizava tanto que mais tarde o colocou junto das jóias da coroa escocesa. O seu cabelo caía solto – outra escolha ousada – e na cabeça tinha uma coroa de ouro guarnecida de diamantes, pérolas,

rubis, safiras e esmeraldas. Uma enorme pedra preciosa no centro da coroa faiscava sob a luz do Sol e captou os olhares de todos: correu o rumor de que custara meio milhão de coroas.

Temos uma boa ideia do que Maria estava a pensar enquanto caminhava na procissão em direcção ao estrado. Nessa mesma manhã, mais cedo, escrevera à mãe para dizer que estava muito entusiasmada: «Tudo o que vos posso dizer é que me considero uma das mulheres mais felizes do mundo.»

O arcebispo de Paris recebeu a família real quando esta chegou aos grandes portais da catedral. Henrique II tirou um anel do dedo e deu-o ao cardeal-arcebispo de Rouen, que celebrou o casamento ali e depois subiu para o estrado. Após um curto sermão do arcebispo de Paris, chegou a altura de os noivos se retirarem para o pequeno aposento real onde assistiram à missa nupcial.

Antes de entrar, o duque de Guise, ansioso por conquistar popularidade e vendo que a visão da multidão estava tapada, com um gesto da mão ordenou aos arautos que desviassem os convidados do estrado e os encaminhassem para os lugares sentados na igreja, já cheios. Os espectadores berraram a sua aprovação e o duque agradeceu os seus aplausos.

Nenhum parisiense comum iria esquecer esse dia. Enquanto a família real se virava para entrar na igreja, arautos gritaram três vezes «Generosidade» e começaram a lançar moedas de ouro e de prata de todos os tipos e valores para a multidão. Chovia dinheiro como confetes, causando quase um motim. As pessoas saltavam ou mergulhavam para as moedas, empurrando e acotovelando os que estavam ao seu lado ou à frente para apanhar uma parte dos despojos. Várias pessoas foram derrubadas, ficando com cortes e nódoas negras. Outras desmaiaram no meio da multidão, enquanto as mais próximas do estrado eram empurradas ou ficaram com as roupas rasgadas. A briga era tão intensa que se corria o risco de um acidente grave: os que estavam mais perto do estrado suplicaram aos arautos para pararem antes que alguém fosse morto.

A família real retirou-se para o pequeno aposento, onde os noivos se ajoelharam sobre almofadas de tecido dourado para receberem a comunhão. Durante o ofertório, os arautos lançaram de novo dinheiro, desta vez dentro da igreja, de um lado da nave para o outro. Depois da missa, o grupo real reapareceu, mas antes de refazerem a sua caminhada para o palácio do arcebispo, Henrique II ordenou que os noivos fizessem outra volta no estrado para agradecer

à multidão. Novo berro de aprovação elevou-se nos ares, mais forte do que antes e audível a mais de um quilómetro de distância.

A procissão regressou ao palácio do arcebispo, onde decorreu um banquete privado. Durante a refeição, Maria achou que a sua coroa de ouro se tinha tornado demasiado pesada para a usar. Fez sinal a Henrique II, que ordenou a um dos seus gentis-homens que a segurasse por cima da cabeça dela. Seguiu-se um magnífico baile no qual ela dançou sem a coroa deixando o cabelo fluir livremente. Dançou com o sogro, suscitando em todos deleite e admiração.

Às cinco da tarde, houve uma nova procissão para o Palais, a residência oficial do Parlamento de Paris, onde devia decorrer o banquete de Estado. Henrique II e o delfim fizeram o caminho a cavalo e Maria e Catarina de Médicis numa liteira dourada. Como o Palais ficava apenas na outra ponta da Cité, a uns meros cem metros de distância, a procissão seguiu um caminho indirecto. Atravessou a principal Ponte Notre-Dame para os bairros comerciais e residenciais de Paris e regressou pela Pont au Change, uma pequena ponte de madeira ladeada por lojas de ourives e cambistas. Enquanto mestre-de-cerimónias, o duque de Guise planeara este caminho para maximizar a quantidade de pessoas capazes de captar um vislumbre da sua encantadora sobrinha.

O banquete de Estado foi concebido para impressionar embaixadores estrangeiros e magistrados do Parlamento e do Hôtel de Ville. Foi seguido por mascaradas, folias, danças e outros entretenimentos numa escala assombrosa. O banquete espalhou-se por diversos salões diferentes, e como nenhuma festa ficava completa sem carros alegóricos exóticos ou engenhos mecânicos, tinham sido construídos seis navios mecânicos. Foram enfeitados com tecidos dourados e de veludo carmesim, tinham mastros prateados e velas de gaze prateada que se enfunavam com um vento artificial gerado por foles escondidos. Os navios balançavam de um lado para o outro e moviam-se para trás e para a frente. Telas pintadas tinham sido postas no chão do grande salão para imitar as ondas, que se se faziam agitar para completar o efeito. Em cada convés havia dois lugares de gala, um vazio e o outro ocupado pelo capitão do navio, papel que em cada caso era desempenhado por um membro masculino da família real ou por um príncipe de sangue.

Os navios deram várias voltas ao salão até que cada um, à vez, parava junto da dama escolhida pelo capitão; esta era então levantada para o lugar de gala vazio.

Henrique II escolheu Maria, o delfim escolheu Catarina de Médicis e o príncipe de Condé escolheu Ana d'Este, duquesa de Guise. Os festejos duraram toda a noite e a festa prosseguiu no dia seguinte no Louvre, culminando num espectacular torneio de três dias em Tournelles, o mais importante palácio real em Paris e aquele que Henrique II usava mais vezes como residência familiar.

Maria estava exultante. Fizera o que parecia a todos ser o casamento dinástico ideal e a encenação fora coreografada para reflectir isso mesmo. Enquanto os navios mecânicos navegavam à volta do salão, um narrador explicava como a cena mostrava Jasão, o herói grego que liderou os Argonautas na demanda do Velo de Ouro. Henrique II, anunciou, era Jasão. Capturando o Velo de Ouro, conquistaria um império e criaria uma monarquia universal. O seu filho, Francisco, era já delfim de França: o casamento fazia-o rei consorte da Escócia e, portanto, um delfim-rei. Mas isso era apenas o princípio. O delfim-rei e a delfina-rainha uniriam as coroas de França, Escócia e Inglaterra, e esse tema dinástico da tripla monarquia foi o fio condutor dos poemas e hinos compostos para essa ocasião.

Ronsard, o inspirador da Pléiade e professor de poesia de Maria, começou com um poema épico em honra dos Guise, elogiando o cardeal de Lorena como estratega-mor e explicando como o delfim, ao escolher a mais perfeita rainha viva, subordinara a Escócia e a Inglaterra à França. Maria era a portadora de um magnífico dote: era a herdeira de dois reinos. Pelo seu casamento ajudara a formar uma dinastia que iria dominar não só as Ilhas Britânicas, mas por fim toda a Europa.

Michel de l'Hôpital, o presidente da Chambre des Comptes e poeta amador, celebrou um tempo em que os «galantes herdeiros» de Henrique II iriam, cada um deles, tomar lugar entre as cabeças coroadas da Europa: em França, no Norte da Itália e nas Ilhas Britânicas. Previu: «Assim uma casa partilhará o vasto império do mundo.» Só através do casamento de Maria poderia a monarquia Valois subjugar a Inglaterra «sem guerra e morte». Ou, para usar a metáfora do desfile alegórico, ela era o Velo de Ouro.

Por fim, Joachim du Bellay, o principal colaborador de Ronsard na Pléiade, recitou uma ode dedicada a Maria: «Através de vós, a França e a Inglaterra trocarão a guerra antiga por uma paz duradoura que será transmitida de pai para filho».

A principal suposição dessas celebrações era a ideia de que as Ilhas Britânicas faziam parte de um «império» francês emergente. A Escócia e a Inglaterra seriam as províncias que a França subjugara pela união do delfim com Maria. Essa noção foi mais tangivelmente expressada em Julho, quando Henrique II deu instruções ao Parlamento de Paris para registrar um édito concedendo a cidadania francesa a todos os escoceses por causa do casamento de Maria. Era uma exigência controversa. Para facilitar a sua passagem no Parlamento, os advogados reais realçaram que Henrique tencionava salvaguardar a soberania francesa em todas as suas províncias e domínios: o objectivo do novo édito era permitir-lhe exercer uma monarquia «imperial» sobre a Escócia, modelada pelo exemplo do Império Romano.

Dentro de dois anos, a visão «imperial» de Henrique II iria prejudicar o projecto «franco-britânico» de uma maneira tão irremediável como os Cortejos Brutais de Henrique VIII tinham feito com o projecto «anglo-britânico». Na Escócia, nada era mais importante do que a ideia da independência nacional. Quando Henrique II anunciara a data do casamento de Maria, o Parlamento escocês enviou uma delegação de oito membros a Paris para discutir os termos. Os escoceses ainda eram muito a favor de uma aliança dinástica, que viam como uma garantia de estabilidade e segurança em relação à Inglaterra, mas pediram que as suas «leis e liberdades» fossem confirmadas para respeitar o tratado de Haddington.

Henrique remeteu-os para Maria. Agora que tinha sido declarada «maior» a obrigação era dela. Ela virou-se para a mãe em busca de conselhos, a qual, na sua ausência, nomeou a avó, Antonieta de Bourbon, para a representar. E Antonieta recorreu aos filhos, em particular ao cardeal de Lorena, embora eles não tivessem nenhuma experiência com a Escócia e as suas tradições políticas e culturais.

Dois conjuntos de promessas contraditórias foram dados. Primeiro, Maria prometeu respeitar e manter fielmente «as liberdades e privilégios deste reino e leis do mesmo, e da mesma maneira como foram mantidas e respeitadas em todos os tempos anteriores dos reis da Escócia». Era uma inequívoca declaração de independência nacional, assinada e selada pela mão dela e comprometendo os seus sucessores. Uma cópia foi enviada para Edimburgo, onde foi guardada com os registos parlamentares.

Isso foi nove dias antes do casamento. Mas em Fontainebleau, a 4 de Abril, onze dias antes, Maria assinara três documentos secretos com um efeito bastante diferente. O primeiro era uma transmissão ou cedência de bens, feita, como se observava na cláusula inicial, «em consideração da singular e perfeita afeição que os reis de França sempre tiveram pela protecção e manutenção do reino da Escócia contra os ingleses». Na eventualidade da sua morte sem herdeiro, o rei de França e os seus sucessores deviam herdar a Escócia, sucedendo a todos os seus direitos e título ao trono da Inglaterra.

A seguir, Maria confirmava que, se morresse sem herdeiros, o rei de França devia ter plenos direitos a todos os rendimentos da Escócia até lhe ser pago um milhão de peças de ouro, sendo esta soma um necessário reembolso do seu investimento na defesa do país e na educação de Maria. A pura e simples dimensão dessa dívida era ainda outra garantia de que a Escócia iria permanecer como uma província francesa durante muito tempo.

O documento final era uma carta de renúncia ou de «protesto» assinada por Maria e por Francisco, um juramento conjunto e acordo pré-nupcial, pelo qual ela afirmava, como rainha dos escoceses, e ele confirmava como seu noivo, que as disposições e doações que ela fizera em segredo eram válidas e efectivas juridicamente, e assim permaneceriam, apesar do casamento dela e de quaisquer outras garantias que tivesse dado formalmente ou pudesse vir a dar no futuro. O documento também anulava qualquer futuro contrato ou acordo feito pelo Parlamento escocês baseado no anterior contrato que fizera com os membros enviados a França.

É impossível acreditar que, ao pedir-lhe para assinar esses documentos, os Guise tivessem agido por ignorância ou ingenuidade. Eles sabiam o que estavam a fazer, mas será que Maria sabia?

Os documentos secretos eram muitíssimo hábeis. Foram redigidos na linguagem mais floreada e empolada para criar a ilusão de que os interesses nacionais da Escócia estavam protegidos – mas por Henrique II e pela dinastia Valois. Maria só tinha quinze anos: não era um advogado constitucional. A sua identidade foi moldada em França e ligada com Henrique II e com a dinastia Valois. Ninguém lhe dissera que os documentos secretos, e em especial o terceiro, eram ilegais segundo a lei escocesa. Maria tinha tendência para ser demasiado confiante. Já assinara trinta e cinco folhas de papel em branco para

conveniência da sua mãe. Confiava nos seus outros parentes Guise da mesma maneira, e podia muito bem ter sido preparada para assinar documentos que lhe apresentassem sem os analisar.

Maria era agora uma rainha por direito próprio. Talvez devesse ser mais cautelosa, mas não esperava que os seus tios agissem ilegalmente. A sua adolescência sugere que era desigual na sua precocidade. Era ao mesmo tempo mais velha do que a sua idade e não mais do que a sua idade. Diana de Poitiers observou que ela falou com os enviados escoceses «não como uma criança inexperiente mas como uma mulher adulta e sábia».

O que faltava a Maria era conhecimento directo da política escocesa e das diferentes expectativas dos nobres nesse país. Em muitos aspectos, a Escócia e a França encontravam-se em universos paralelos. Os reis de França eram quase governantes sem entraves: conseguiam o que queriam mesmo passando por cima do Parlamento e dos tribunais. Em contraste, os lordes escoceses viam-se menos como os governados e mais como co-governantes. O seu código de honra estava ligado com a sua crença de que eram os «guardiões» nacionais do reino e do Estado. Viam-se como os protectores dos interesses escoceses, o repositório dos antigos valores escoceses. Maria de Guise passara vinte anos em confrontos com eles, e mesmo então d'Oysel, o seu principal ministro, esteve sempre do seu lado. Além disso, desde a festa em Rouen, a sua autoridade tinha sido reforçada pelo aparente inesgotável fluxo de pensões de Henrique II, um dinheiro fácil de mecenato para manter os nobres adaptáveis e complacentes.

Tinham-se passado quase sete anos desde que Maria vira a mãe pela última vez. Apesar do laço forte existente entre elas, tornara-se dependente, emocional e politicamente, das suas relações com os Guise. Tal facto tinha aspectos positivos e negativos. Antonieta de Bourbon e Ana d'Este tratavam-na com genuíno amor e afecto: eram os seus anjos-da-guarda. Em contrapartida, os seus tios eram impassíveis e desligados. Por baixo do seu exterior amigável e suave, podiam ser insensíveis e até mesmo cruéis. Para eles, Maria era um bem dinástico a ser explorado, não uma filha adoptiva a ser acarinhada. Nessa altura, ela era sobretudo sensível ao seu tio Carlos, o qual, embora fosse um cortesão e diplomata brilhante, estava cheio de planos grandiosos e propenso a exceder-se, a sua fértil imaginação transbordando de novas intrigas.

A verdadeira extensão da fraude dos Guise antes do casamento de Maria só veio a ser provada no reinado de Luís XIV, um século depois, quando os documentos secretos foram encontrados. Isso não significa que os enviados escoceses não tivessem desconfiado, porque assim como assistiram ao casamento de Maria também foram convidados para o banquete de Estado e, portanto, viram o desfile alegórico dos navios e o que ele simbolizava. O meio-irmão de Maria, lorde James Stuart, agora com vinte e sete anos, tinha estado no meio da multidão fora de Notre-Dame, vendo o casamento da irmã. Não gostou de nada do que viu, em parte por inveja, em parte porque muitos dos seus amigos vinham do círculo restrito dos escoceses e ingleses protestantes exilados em Paris que detestavam a ideia de ainda haver tropas francesas (católicas) na Escócia e estavam determinados a expulsá-las, se pudessem.

Mais tarde, os protestantes acusaram Maria e a sua família de conspirarem para assassinar os oito enviados escoceses no seu regresso a casa. Dado que quatro deles morreram de uma doença misteriosa antes mesmo de regressarem aos seus navios, era fácil alegar que tinham sido envenenados. Mas não há nenhum indício de tal conspiração: nas suas cartas para a mãe, Maria falou dos enviados mortos e mencionou a epidemia de oeste que devastava a França na altura, em particular perto de Amiens e dos portos do Canal.

Mais credível é um relatório de que o cardeal de Lorena tinha pressionado os enviados para entregarem a «coroa imperial» da Escócia à França (a mesma com que Maria tinha sido coroada em Stirling). Queria que a coroa fosse guardada na abadia de Saint-Denis, o mausoléu real e o santuário mais sagrado de França. Se Francisco e Maria não tivessem filhos, a Escócia seria mantida por cada um dos sucessivos delfins como um apanágio ou ducado de França. Um princípio central do plano dinástico dos Guise era que cada um dos futuros delfins seria rei da Escócia quer fosse herdeiro de Maria ou não, estabelecendo a subordinação do país para sempre.

Ninguém na Escócia sabia disso. O casamento de Maria foi festejado em Edimburgo com fogueiras e procissões, e quando os quatro enviados que sobreviveram regressaram para apresentar o seu relatório, o Parlamento, por sua iniciativa, ofereceu ao delfim a «coroa matrimonial», uma honra considerável e a maior proeza de Maria de Guise enquanto regente, porque assim como tornava Francisco rei legítimo dos escoceses com a perspectiva de uma futura coroação

em Stirling, a concessão implicava que ele tinha o direito de manter o trono para a dinastia Valois se Maria não tivesse filhos.

Ainda mal tinha sido dada essa honra a Francisco quando os Hamilton, a família e os seguidores do duque de Châtelherault, os herdeiros presuntivos do trono escocês se Maria morresse sem filhos, se juntaram aos protestantes para se oporem a essa oferta. Como resultado, a coroa nunca foi enviada. A outorga feita pelo Parlamento não foi revogada, mas também não foi cumprida. O que ditou essa inversão foi a determinação dos lordes de manterem os seus direitos e privilégios. Até então, a aliança francesa ainda não os tinha ameaçado, porque o poder do regente era limitado pelos termos do tratado de Haddington. Mas quando Maria casou com Francisco, o estado de espírito começou a mudar. Os lordes compreenderam que a posição dela enquanto futura rainha de França podia significar que seria sempre uma rainha dos escoceses ausente. Isso dera um importante salto qualitativo. A Escócia podia tornar-se para sempre uma província francesa, como na verdade Henrique II e os Guise pretendiam que fosse, e ao contrário dos tributos franceses em honra do casamento, todos os escritos por escoceses assinalavam a igualdade do seu país com a França.

No meio deste tumulto dinástico, súbitas ondas de choque ecoaram por toda a Europa. Maria Tudor, a rainha inglesa, caiu doente com quarenta e dois anos. Há muito que sofria de graves dores de cabeça, dores abdominais e palpitações do coração. Nos últimos meses estava quase cega. A sua vida tinha sido destruída pela gravidez falsa que sofreu em 1555, quando o seu ventre inchou e os seios começaram a dar leite. Foi entusiasmada para os seus aposentos de parto, apenas para sair de lá mais de três meses depois como uma mulher destroçada. Filipe II chegara a ficar ressentido com o facto de a sua esposa ser onze anos mais velha do que ele. Achava-a sexualmente pouco atraente, dizendo por brincadeira que ela era sua «tia». Mas queria muito ter um filho por intermédio dela e decidiu suportá-la até saber que ela nunca o poderia ter. Em Agosto de 1555 partiu de repente para Bruxelas a fim de retomar o comando do esforço de guerra contra a França, apenas para regressar por uma única breve visita em 1557 a fim de trazer a Inglaterra para a guerra.

Maria Tudor morreu em 17 de Novembro de 1558 e a partir desse momento um projecto dinástico Valois que poderia de outra maneira ter parecido pouco mais do que uma fantasia – um romântico voo da imaginação expressado através

de carros alegóricos e alegorias poéticas, mas sem quaisquer perspectivas de êxito político – tinha verdadeiro potencial.

Em Londres, Isabel – a irmã mais nova de Maria Tudor e prima de Maria Stuart – foi proclamada rainha. Tinha vinte e cinco anos. A sua educação fora muito semelhante à da prima, mas ao passo que a jovem rainha dos escoceses não era uma académica, Isabel era uma autêntica erudita. Falava francês e italiano e tinha leves noções de espanhol. Podia conversar «com facilidade e bem» em latim e «um pouco» em grego. Conseguia acompanhar os melhores dos professores e podia ainda desmascarar um embaixador em latim improvisado quando já tinha mais de sessenta anos. Os seus assuntos preferidos eram as Escrituras, história, literatura clássica e música, e ao passo que Maria conseguia tocar com competência, mas não de forma brilhante, clavicórdio e alaúde, Isabel alcançava quase o virtuosismo no virginal.

Isabel era atraente, com olhos claros e longo cabelo louro. Mas era menos alta e, portanto, menos impressionante do que Maria, no máximo um metro e sessenta. A sua tez era cor de azeitona: o embaixador veneziano usava a palavra «olivastra» ou «morena». Isso era algo desvantajoso numa época em que uma pele branca era tão importante para uma mulher. Ao contrário das feições de Maria, que pareciam de mármore, Isabel era considerada «graciosa», e ao passo que os seios delicados e a cintura fina de Maria eram lendários, os da prima eram «bem formados».

O primeiro retrato que chegou até nós mostra-a com treze anos, impecavelmente vestida com um traje carmesim tendo por cima uma espécie de bata bordada e mangas de tecido dourado, o toucado e as alças do vestido enfeitados com pérolas. A sua imagem era sempre projectada com cuidado e no retrato segura nas mãos um livro de orações completado com um marcador a espreitar do livrinho para provar que tinha estado a lê-lo. Na estante ao lado dela, outro livro, talvez os Evangelhos, mantem-se aberto. Nada disso era por acaso. Isabel era uma protestante. Mas moderada na religião: mais uma luterana do que uma calvinista, ao contrário do homem que escolheu para seu primeiro-ministro. Este era William Cecil, que entrara na política como secretário de Somerset e depois se tornou mordomo de Isabel. No reinado de Eduardo VI, foi promovido a secretário de Estado, desempenhando um papel principal ao causar a revolução

protestante que o pôs em contacto mais próximo com John Knox e formou as ideias que o iriam colocar contra Maria mais tarde.

Em Paris, a elevação de Isabel ao trono foi recebida com indisfarçado desprezo. Os Guise proclamaram a sua sobrinha como sendo «rainha de Inglaterra, Escócia e Irlanda», desafiando o direito de Isabel suceder à sua irmã mais velha por motivos de bastardia e de protestantismo. Como na verdade ela tinha sido declarada ilegítima por um Decreto do Parlamento em 1536, e uma vez que a política mais alardeada de Maria Tudor tinha sido restaurar o catolicismo, fazer regressar a Inglaterra ao redil papal após o rompimento de Henrique VIII com Roma e queimar na fogueira mais de trezentos protestantes por causa da sua fé, a reivindicação dos Guise não era tão escandalosa.

A fim de a reforçar e publicitar, o cardeal ordenou que as armas heráldicas da Inglaterra fossem brasonadas com as de França e da Escócia em toda a baixa e móveis pertencentes à habitação do delfim-rei e da delfina-rainha. Isso era provocador, equivalente a estabelecer uma monarquia rival no exílio. Iria manchar o relacionamento de Maria com Isabel para o resto das suas vidas.

No novo ano, a campanha dos Guise intensificou-se. Cartas e documentos oficiais foram enviados aos governantes da Europa designando Francisco e Maria como o «rei e rainha delfins da Escócia, Inglaterra e Irlanda». No casamento da princesa Claude, segunda filha de Henrique II, com o duque de Lorena, as armas heráldicas de Maria foram esquarteladas com as de Inglaterra no brasão dos seus servidores.

No Verão, os porteiros que abriam caminho para Maria ao encaminhar-se para a capela, gritavam: «Abram alas para a rainha de Inglaterra!» As suas armas heráldicas estavam mais adornadas. Por cima dos símbolos dinásticos da Inglaterra, Escócia e França foi colocada uma coroa fechada ou «imperial» para representar o império «franco-britânico» de Maria. Por baixo, em francês, encontrava-se a legenda:

*As armas de Marie, delfina-rainha de França,
A mais nobre dama do mundo. Já da Escócia rainha.
E da Inglaterra também.
Da Irlanda também. Deus assim o providenciou.*

Um jovem e ardente protestante chamado Nicholas Throckmorton, que Isabel nomeara como seu embaixador especial em França, traduziu esses versos para inglês e depois enviou-os a Cecil, com um desenho das armas heráldicas. Cecil arquivou tudo isso no seu já cada vez maior arquivo sobre Maria, onde se tornou um dos documentos a que mais vezes se referiu ao longo dos trinta anos seguintes quando preparava memorandos para Isabel acerca dela.

Entretanto, o cardeal de Lorena pressionava tenazmente o papa para decidir contra Isabel e a favor de Maria. Ficou irritado quando descobriu que tinha contra ele agentes de Filipe II. A França e a Espanha ainda se encontravam em guerra, o que fazia com que Filipe se mostrasse interessado em fazer acordos com Isabel, a quem também fez uma rápida proposta de casamento. Filipe queria preservar a aliança dinástica entre a Inglaterra, Espanha e Países Baixos concebida pelo seu pai, Carlos V. Era uma garantia de que a aglomeração de territórios na Europa e no Novo Mundo nunca seria disputada com êxito pela França.

Enquanto fiel católico, Filipe entendeu a lógica da reivindicação dinástica de Maria. A Espanha nunca esquecerá o insulto que recebera quando Henrique VII se divorciara da tia-avó de Filipe, Catarina de Aragão. Filipe não tinha nenhuma vontade de pôr de parte a jovem rainha dos escoceses, a qual, enquanto principal pretendente católica, podia ser-lhe útil no futuro. Mas quando Maria Tudor morreu, a sua recção instintiva foi tentar casar com Isabel, que era bastante perspicaz para alimentar as suas propostas até ele se comprometer a apoiá-la contra Maria.

Quando parecia que o trono inglês poderia estar ao alcance de Maria, foi-lhe arrebatado. O papa recusou manifestar-se a seu favor, tornando impossível justificar a alegação de que Isabel era ilegítima. O papa não se podia permitir ofender Filipe, cujas forças mantinham o equilíbrio de poder em Itália. O apoio de Filipe era também essencial para o êxito do Concílio de Trento, a reunião contra a Reforma que o papa convocara a fim de rejuvenescer os ideais do catolicismo e tomar uma posição firme contra os protestantes.

Como se isso não bastasse, acontecera uma reviravolta em França. Henrique II, avaliando as prováveis consequências do projecto dinástico dos Guise, decidiu recuar. Começou a aperceber-se da magnitude do que isso envolvia, e a levar a mal as ambições dos tios de Maria. Quando o maior rival destes, o condestável

Montmorency, foi por fim libertado da sua prisão em Bruxelas, a orientação política real começou a mudar. O condestável trabalhara num plano de paz com a Espanha, enquanto se encontrava em cativeiro. Ele e a sua principal aliada, Diana de Poitiers, eram agora contrários a uma orientação política dinástica que ambos sabiam poder conduzir a uma guerra interminável. As pretensões e o prestígio pessoal de Maria teriam de ser sacrificados para o bem maior da França.

Montmorency reuniu-se com Henrique II em Amiens a 10 de Outubro de 1558, onde colocou todos os problemas que surgiriam uma vez que se reatasse a guerra, como acusou os Guise de desejarem. O rei ouviu-o e assinou uma trégua com Filipe. A ameaça de a guerra se estender à Escócia, Inglaterra e norte de Itália era demasiado grande. A França estava quase falida. Também a Espanha estava exausta e ansiosa pela paz. Isabel desejava a paz, o que lhe permitiria avançar e promulgar um acordo religioso protestante sem o receio de uma invasão francesa.

Quando as negociações se iniciaram entre os três países em Cercamp, surgiu um consenso. As conversações foram suspensas a 1 de Dezembro, assim que a notícia da morte de Maria Tudor foi confirmada. E retomadas no território neutral de Cateau-Cambresis, onde, a 2 e 3 de Abril de 1559, dois tratados foram assinados: um entre a França e a Inglaterra e o outro entre a Espanha e a França.

Os tratados incluíam cláusulas dinásticas e territoriais. Filipe II, cuja proposta de casamento Isabel declinara educadamente, casaria com a princesa Isabel, filha mais velha de Henrique II, e a irmã deste, Margarida, casaria com o aliado de Filipe, o duque Emanuel Felisberto. Os franceses abandonaram as suas pretensões à Sabóia e ao norte de Itália, mas foram recompensados com a devolução de Saint-Quentin e do seu interior. A França manteria Calais durante oito anos, após os quais a cidade seria devolvida à Inglaterra ou, em vez disso, uma indemnização. Henrique II prometeu «pacificar» a Escócia.

Esses termos dos acordos atingiam o coração do poder dos Guise. Montmorency e Diana tinham encenado um regresso espectacular. Eles e os seus clientes dominavam o Conseil des Affaires, o nervo central da influência do poder na corte de Henrique II. Quando uma petição do duque de Guise para obter o cargo de grão-mestre da Residência do Rei em permanência, como

recompensa pela sua vitória em Calais no ano anterior, foi rejeitada, ele leu os sinais e partiu para Joinville, a fim de lamber as feridas.

Enquanto o duque amuava e o seu irmão conspirava, uma desapontada e desorientada Maria tentava, o melhor que podia, parecer régia e serena. Embora a Escócia não fosse uma parte interessada para a diplomacia, um tratado secundário tinha sido feito com a Inglaterra na aldeia de Upsetlington, Berwickshire. A 28 de Maio de 1559, numa capela ao lado do Louvre, Maria e Francisco ratificaram o tratado, observados com atenção por Henrique II e Catarina de Médicis.

Uma vez que Francisco gaguejava, Maria é que falou. Disse que «como a rainha de Inglaterra era sua prima e boa irmã, ela e o rei seu marido estavam contentes com a paz». Fariam tudo o que estivesse ao seu alcance para a preservar. Falou confiante e com aparente convicção; as suas palavras foram encaradas como um ramo de oliveira. Nenhuma pretensão à sucessão inglesa foram feitas. Maria fora obrigada a fazer uma inversão de marcha. As ambições dinásticas dos Guise, anteriormente o principal objectivo da orientação da política estrangeira de Henrique II, agora eram um entrave para os interesses franceses.

Os Guise não compareceram na recepção feita no Palácio de Tournelles que se seguiu à ratificação do tratado de Upsetlington. Maria foi assistida não pelos tios, mas pelo condestável. Este aproveitou a oportunidade para garantir aos embaixadores ingleses que sempre fora um amigo de Inglaterra, e agora mais do que nunca. Isabel era uma «rainha virtuosa e digna». Essa era a nova linha oficial na política estrangeira da França e Maria tinha de a seguir, quer gostasse ou não. Quando depois escreveu a Montmorency, referiu-se à «boa e feliz iniciativa» dele.

Enquanto Maria ganhava experiência, começou a entender quão volúveis os seus aliados podiam ser e quão ela podia ser a vítima de uma mudança no equilíbrio entre as facções. Para os seus tios, em 1559, a paz de Cateau-Cambrésis foi uma traição; mas se Henrique a tinha aprovado, Maria tinha de pegar ou largar. Logo após a cerimónia de ratificação no Louvre, o rei desapareceu para as casas do condestável e de Diana de Poitiers, a fim de fazer férias durante uma semana, mais do que satisfeito pelo facto de a sua política estar em mãos seguras.

Quando Maria ficava sob pressão, a primeira coisa que sofria era a sua saúde. Foi o que aconteceu na Primavera de 1559, quando deu por si apanhada entre a política dos seus tios e a do condestável.

Em Março, um relatório chegou às mãos de Cecil, agora entrincheirado na sua posição de primeiro-ministro de Isabel, informando que Maria se encontrava gravemente doente. Quatro dias antes da cerimónia da ratificação, Throckmorton, um dos representantes ingleses e amigo íntimo e confidente de Cecil, disse que Maria parecia «muito pálida e esverdeada e com pouco fôlego e murmura-se aqui entre eles que não poderá viver muito tempo».

A 18 de Junho, foi vista com um «mal-estar» na igreja e «foram obrigados a trazer-lhe vinho do altar» para evitar que desmaiasse. Três dias depois, desfaleceu. Uma semana mais tarde, «estava a sofrer de uma certa doença incurável».

Quer essa doença fosse causada por *stress* ou fosse talvez o primeiro ataque da doença conhecida como porfíria aguda intermitente, uma calamidade pior aguardava-a. No fim de Junho, outro torneio durante três dias foi feito no Palácio de Tournelles. Às cinco da tarde do dia 30, o rei, de quarenta anos, voltou às listas. Insistira numa desforra com o capitão da guarda escocesa, Gabriel de Lorges, conde de Montgomery, que vencera na justa deles, mas que ganhara pontos ao atingi-lo com a sua lança.

Diana e Catarina fizeram o que puderam para dissuadir Henrique. Mas ele recusou-se a dar-lhes ouvidos. Montgomery recebeu ordem para se rearmar. Ao primeiro golpe, a sua lança atingiu o peito do rei, depois deslizou para cima, ao longo da armadura real até ao elmo, onde se despedaçou, permitindo que fragmentos se introduzissem debaixo da viseira. Um grande fragmento atingiu a testa do rei, lacerando a carne; outro perfurou o olho esquerdo. Henrique foi levado para dentro do palácio e os melhores cirurgiões foram convocados. Ao início, esperavam salvá-lo, mas o cérebro tinha sido atingido. Num momento estava coerente e a falar com normalidade, no momento seguinte estava paralisado e tomado por convulsões.

Maria e o delfim ficaram de vigília, de dia e de noite, com o resto da família real, aos pés da cama de Henrique. Morreu a 10 de Julho, de ataque cardíaco em grande escala. O condestável ficou de guarda ao corpo enquanto os exultantes

tios de Maria a traziam, com Francisco, de Tournelles para o Louvre numa carruagem. De súbito, os irmãos Guise estavam de volta ao poder.

Francisco foi proclamado rei de França, após o que a corte ficou de luto. Depois, todos se dispersaram. O novo rei foi levado pelos parentes de Maria para Meudon, o castelo dos Guise perto de Paris. Foi para os aposentos reais em Saint-Germain. Estava apenas a cinco meses do seu décimo sétimo aniversário. Era também agora rainha de França.

Capítulo 7

Rainha traída

O delfim foi coroado como Francisco II em Rheims, a cidade mais sagada de França e o cenário tradicional para a unção dos reis. As celebrações acabaram por ter um início de mau agouro. Quando Francisco e os seus acompanhantes chegaram às portas da cidade pronta para a sua oficial recepção na sexta-feira 15 de Setembro de 1559, uma chuvada repentina ensopou todos até aos ossos. Depois a coroação, que devia ter lugar durante uma missa solene no domingo, teve de ser adiada um dia. O duque de Sabóia, uma das testemunhas mais iminentes, apanhou uma febre e tudo foi adiado. Francisco II foi o único rei francês a ser coroado num dia que não era um domingo nem de uma festa importante. Além disso, a medalha cunhada em Paris que devia ser distribuída como lembrança àqueles que assistissem à cerimónia trazia agora uma data errada.

A cerimónia devia ser celebrada na grande catedral gótica, famosa pelos seus vitrais. No domingo ao fim da tarde, Maria assistiu a uma vigília com o seu marido, ouvindo o coro cantar vésperas e juntando-se às orações antes se retirar para o leito no palácio do arcebispo. Durante o serviço religioso, Francisco caminhou em procissão para o altar-mor a fim de depositar a oferta de uma estátua de ouro maciço do santo do seu nome, S. Francisco de Assis, aos pés da cruz. O arcebispo de Rheims pregou um sermão ao qual Maria deve ter prestado atenção, porque o arcebispo era o seu tio, Carlos, o cardeal de Lorena. Seria o seu grande privilégio ungir e coroar o novo rei no dia seguinte.

Na manhã de segunda-feira, Francisco, vestindo um traje de damasco branco por cima de uma camisa e uma túnica em preparação para a sua unção, caminhou em procissão de grande pompa desde o palácio do arcebispo até à catedral. Quando entrou pela porta principal, as trombetas soaram e foi cantado um hino. Subiu a nave até ao coro, que estava decorado com as tapeçarias mais

ricas e mais belas do Palácio do Louvre. Quando chegou ao altar-mor, sentou-se diante do trono do arcebispo.

Depois o tio de Maria conduziu o serviço. Francisco foi ungido com um óleo especial da ampola sagrada guardada na antiga abadia de Saint-Rémi, e a seguir solenemente coroado com a coroa de Carlos Magno. Houve antífonas e responsos, mais hinos e depois uma missa cantada seguida por uma litania. Entre a unção e a coroação, retirou-se por breves instantes para um pavilhão de veludo carmesim e púrpura montado no coro, onde trocou de roupa, passando a usar as vestes da coroação. Reapareceu resplandecente, o seu traje de veludo azul raiado com tafetá carmesim e adornado com arminho e flores-de-lis douradas.

O tio de Maria entregou ao rei de quinze anos o ceptro, a vara da justiça e um anel, que o soberano colocou no quarto dedo da sua mão direita. Depois ergueu a pesada coroa de ouro por cima da cabeça dele. Seguiram-se mais orações e bênçãos, após as quais Francisco foi levado na ascensão de alguns degraus até ao seu trono, numa plataforma elevada à entrada da capela-mor. Era suposto usar a sua coroa, mas como era muito pesada foram necessários pelo menos quatro nobres para a segurar e impedir que caísse enquanto o débil Francisco tomava o seu lugar.

Quando o rei foi entronizado, o arcebispo inclinou-se e gritou: «*Vivat Rex!* Que o rei viva para sempre!» Toda a congregação fez eco à aclamação, muitos deles sem dúvida aliviados por a sua longa provação de ficarem sentados – a cerimónia durara até então mais de cinco horas – estar quase acabada. Gritaram «Viva o rei!» enquanto o organista e outros músicos tocavam os seus instrumentos no volume máximo de som e mais ou menos aleatórios.

Quando a ordem foi restaurada, o coro cantou o *Te Deum* num arranjo de cantochão, e enquanto os seus tons suaves e evocativos se aproximavam do fim, o tratador dos aviários reais soltou setecentos ou oitocentos pintassilgos e outras aves canoras das suas gaiolas escondidas no coro alto. Chilrearam e cantaram enquanto voavam para o tecto ou se empoleiravam no trifório, um símbolo de paz, de tranquilidade e de início de uma nova era.

Maria assistiu a tudo como uma mera espectadora. Embora as rainhas de França fossem também ungidas e coroadas, a cerimónia foi feita numa altura e lugar diferentes da coroação do rei. Catarina de Médicis tinha sido coroada dois anos depois de Henrique II na abadia de Saint-Denis, nos arredores de Paris, o

lugar habitual para a coroação de uma rainha. Segundo a antiga lei sálica, as mulheres estavam impedidas de aceder ao trono de França. A rainha era uma dependente do rei e não a sua parceira. Era uma consorte, excluída da sucessão ou de exercer os poderes de governo. Embora pudesse ser nomeada regente se o seu marido estivesse doente ou fora do país, não tinha direitos partilhados de soberania.

Maria ficou sentada com os outros membros femininos da família real numa plataforma especial ao lado do altar-mor. Catarina de Médicis tomou a precedência depois dela, seguida pela amiga de infância de Maria, a princesa Isabel, agora com catorze anos e recém-casada por procuração com Filipe II de Espanha.

Catarina envergava um longo vestido de seda negra. A corte ainda estava de luto pelo rei falecido e o preto era a cor do luto na sua terra natal, a Itália. Adoptara-a após o seu marido morrer, desprezando a convenção de que o branco era a norma na corte francesa, e continuou a vestir-se de preto até à sua morte em 1589, conquistando a reputação de ser algo como uma presença sombria e taciturna.

Isabel e as suas irmãs mais novas, Claude e Margarida, seguiram o exemplo da mãe. Só Maria insistiu em vestir um traje branco. Uma vez que a plataforma real era visível para muitos na multidão, deve ter dado nas vistas como uma pomba entre corvos. A sua escolha dessa cor desencadeou uma espécie de controvérsia. Maria vestira-se de branco para ser diferente. Estava a afirmar o seu gosto pelo teatral, uma perspectiva tornada ainda mais atraente pelo facto de ela saber que essa cor lhe ficava melhor. E o povo adorava-a por isso, alcunhando-a de «a rainha branca».

Se o vestido de Maria fez com que vários na congregação murmurassem, o banquete oficial também não correu como estava planeado. Foi servido no grande salão do palácio do arcebispo, onde foi cumprido um antigo ritual. Os nobres e os principais convidados comeram nas mesas habituais, enquanto o rei comeu sozinho numa mesa especial no meio do salão, para simbolizar o seu estatuto quase sagrado.

Contudo, Francisco estava exausto e aborrecido. Passou o tempo todo a bocejar e quis retirar-se para o seu quarto antes do fim da refeição. Quando decidiu sair dali, a recepção terminou prematuramente e no meio de alguma

confusão. Foi talvez o dia de coroação mais estranho e menos convincente da história da França.

A mudança na corte começou a acontecer antes mesmo da cerimónia. Uma revolução palaciana teve início no dia a seguir à morte de Henrique II. O cardeal de Lorena expulsou o condestável Montmorency da sua suíte de aposentos e o duque de Guise usurpou o seu lugar ao jantar. Os irmãos assumiram o controlo do Conseil des Affaires e colocaram os seus clientes e servidores em muitos dos mais importantes serviços, chegando mesmo a substituir os capelães reais e esmoleres.

Mas Catarina não deveria ser subestimada. Via já Maria como uma ameaça e, portanto, recusou-se a aceitar o título habitual de «rainha viúva». Em vez disso, insistiu em ser chamada «rainha-mãe» durante o resto da sua vida. A natureza subtil dessa mudança era que a ajudava a manter o seu lugar como política activa, em vez de aposentada. Catarina sabia que tinha de ser cautelosa nas suas relações com a família Guise. O seu filho considerava o duque e o cardeal como seus principais conselheiros e como heróis nacionais. Ela sabia que tinha de estar disposta a trabalhar com eles para já, enquanto esperava pela sua oportunidade de os afastar.

Não só o condestável e os filhos foram postos de parte como quase toda a família. Uma vez que muitas das suas relações eram huguenotes, ou pelo menos apoiantes dos protestantes, essa acção adquiriu um cariz religioso. O condestável foi substituído como grão-mestre da Casa do Rei pelo duque de Guise, que realizava a sua ambição de ocupar esse posto.

Diana de Poitiers, a aliada do condestável, quase não foi tratada de melhor forma. As magníficas jóias com que Henrique II a cobrira foram transferidas para Maria, uma decisão que não era insensata dado que pertenciam à coroa e Maria era agora rainha. Mas a exigência de que Diana entregasse Chenonceaux, o seu palacete mais precioso, a Catarina em troca de Chaumont – um edifício bastante agradável mas num local muito menos desejável – era irritante, e após uma breve estada nessa propriedade inferior devolveu-a a Catarina e retirou-se para o palacete de Anet, um dos presentes de Henrique II que lhe foi permitido manter embora com relutância. Aí viveu como uma amante sem rei, até morrer sete anos depois, com toda a sua antiga influência desvanecida.

Assim que os Guise se sentiram seguros, restabeleceram o seu projecto «franco-britânico», ainda que tivesse sido desacreditado pelo tratado de Cateau-Cambrésis. Podiam alegar que estavam a dar nova vida à política estrangeira original de Henrique II, mas as expectativas noutros lugares tinham mudado. Filipe II opunha-se aos planos deles para a Escócia e para a Normandia, que sabia estarem ligados e concebidos para conquistar o controlo do canal inglês e do mar do Norte. A Normandia era a província com a maior quantidade de portos do canal e de portos de abrigo mais profundos. Os Guise tinham-se tornado os mais ricos e mais poderosos proprietários de terras lá, e embora não estivessem com vontade de retomar uma guerra franca com Filipe, este adivinhara que planeavam transformar a região na sua base militar e naval.

Filipe deixou os Guise sem ilusões de que a paz era frágil. Quando eles continuaram com a sua política dinástica apesar de tudo, o nível de tensão aumentou. Ao passo que antes do tratado os principais teatros europeus de guerra e de diplomacia tinham sido a Itália, a França e a Alemanha, agora os holofotes estavam postos sobre a Escócia e a Inglaterra.

A arrogância dos Guise foi a sua desgraça. Em vez de serem cautelosos e de ocultarem as suas intenções, transmitiram os seus objectivos para a maior audiência possível. E a sobrinha deles estava no centro disso tudo. Onde quer que a corte francesa fosse para repousar e quaisquer que fossem as cidades que visitasse, as armas heráldicas de Francisco e Maria eram brasonadas com as de Inglaterra nas portas. *Sir* Nicholas Throckmorton, embaixador de Isabel em França, ouviu falar do desenho de um novo grande selo para a Escócia. Quando o selo foi apresentado, confirmou os seus piores receios. Francisco e Maria eram mostrados sentados em majestade «imperial» por cima da legenda: «Francisco e Maria. Pela graça de Deus, rei e rainha de França, Escócia, Inglaterra e Irlanda».

Após a coroação de Francisco, essas pretensões foram mais uma vez gravadas na baixela de ouro e prata e esculpidas nos móveis com os quais a residência de Maria foi equipada enquanto rainha de França. O golpe de misericórdia foi executado quando Throckmorton foi convidado para jantar e então obrigado a comer a sua refeição em pratos de prata ostentando a insígnia usurpada.

Do ponto de vista da família Guise, esses podiam ser os passos iniciais correctos para a reclamação do que acreditavam ser o seu património legítimo, mas o seu comportamento em relação a Maria era cínico. Trataram-na como uma

marioneta e tomaram as decisões mais importantes nas suas costas. Quanto a Francisco, incitaram-no a desempenhar o papel de homem indo à caça. Nem uma única iniciativa mais importante pode ser relacionada com Maria ou com o seu marido enquanto foram rainha e rei. A consequência disso foi que o seu reinado, um interlúdio de não mais do que quinhentos dias, se tornou numa tragédia grega em que os principais acontecimentos foram representados fora do palco por actores ou forças ocultas sobre os quais eles tinham pouco ou nenhum controlo.

A saúde de Maria foi débil durante mais de um ano. A sua doença e debilidade podiam até ter piorado. Em Saint-Germain, em Agosto de 1559, dizia-se que ficava enjoada depois de cada refeição. Desmaiou na presença do embaixador espanhol e teve de ser reanimada «com *acqua composita*» ou uísque. Em Setembro, quando a corte se mudou para Bar-le-Duc, estava melhor, mas depois de novo doente. Desmaiou na capela e foi levada para o quarto, onde tornou a desmaiar. No mês seguinte, dizia-se que sofria de tuberculose e em Blois, em Novembro, parecia muito pálida e «ficava no quarto o dia inteiro».

O *stress* era a causa, porque os relatos sobre os problemas de saúde de Maria coincidiram com as suas alegações de impotência face aos acontecimentos que se desenrolavam na Escócia. A mãe, Maria de Guise, era ainda a única regente, mas mesmo antes de Henrique II morrer, o cardeal de Lorena estava a interferir nos assuntos internos do país. Em particular, incitava a irmã a esmagar os protestantes, aos quais via como rebeldes políticos. Advogara essa política em Abril de 1558, quando Maria casou com o delfim. E as suas exigências em breve se tornaram mais estridentes e ainda mais insistentes.

Ao fundir a defesa do catolicismo com a sua estratégia «franco-britânica», o cardeal procurava imitar Maria Tudor. A tentativa desta de criar uma aliança dinástica pan-europeia com Filipe II estivera ligada com a sua perseguição aos protestantes. O empresário da sua muito alardeada campanha contra a heresia foi o legado papal e arcebispo de Cantuária, Reginald Pole, que seguiu os conselhos dos dominicanos espanhóis. Essa política mostrou ser um tiro pela culatra quando muitos dos protestantes mais importantes fugiram para o exílio em Genebra e outras cidades suíças e alemãs, deixando que os partidários da Reforma pobres e menos influentes socialmente fossem queimados na fogueira.

Os exilados eram livres de arengar Maria Tudor e Pole a partir da segurança do continente, usando o púlpito e a imprensa. E, no entanto, apesar desses reveses,

os Guise ficaram impressionados com o que acreditavam ser o efeito da campanha. Desejavam ver essa política introduzida na Escócia e o cardeal obteve uma cópia do manual usado pelos inquisidores de Pole para a sua irmã, até mesmo enviando-lhe uma delegação de teólogos da Sorbonne que eram hábeis em erradicar a heresia.

Tais medidas mostraram ser improdutivas na Escócia, onde a ameaça de perseguição religiosa levou a um rápido aumento dos receios acerca da independência nacional. Ao passo que o patriotismo e a aliança pró-francesa tinham sido compatíveis na altura do tratado de Haddington, agora o contrário era verdadeiro.

O impulso para a mudança veio de Inglaterra, onde em Abril de 1559 Isabel orquestrara o estabelecimento de uma igreja protestante separada de Roma. Jogara as suas cartas de uma maneira brilhante. Nos meses iniciais do seu reinado, assumira uma abordagem bipartidária. Tinha feito sinais tranquilizadores a Filipe II e apelara a protestantes e católicos equitativamente. Os primeiros apoiaram-na porque sabiam que ela iria rejeitar o papa e a missa católica. Os segundos tiraram conforto do facto da sua conformidade católica durante o reinado de Maria Tudor, quando a missa era celebrada na capela dela. Só depois de as negociações de paz terem sido concluídas em Cateau-Cambrésis é que Isabel começou a revelar as suas verdadeiras intenções.

Os seus principais conselheiros eram protestantes. Cecil, o seu primeiro-ministro, fora um dos principais arquitectos da Reforma de Eduardo VI. No reinado de Maria Tudor, fora um conhecido apoiante dos exilados, que incluíam o ardente pregador John Knox. O seu nome tinha até estado ligado no reinado de Eduardo a uma oferta feita a Knox do bispado de Rochester, a qual, enquanto convicto calvinista, ele recusara. E, no entanto, até mesmo Cecil, para salvar o pescoço, assistira a uma missa solene especial na sua casa de Wimbledon, ordenada por uma indignada Maria Tudor, quando a dimensão do apoio dele à organização clandestina protestante foi descoberta.

Quando o Parlamento inglês votou a favor do acordo religioso de 1559, o país tornou-se oficialmente protestante. Era uma deixa para a facção pró-inglesa na Escócia, que conquistou o apoio dos protestantes numa revolta franca contra uma regente que era descrita como instrumento de uma tirania francesa, e

sobretudo dos Guise. Daí em diante, a propaganda rebelde iria misturar, de uma maneira oportunista, protestantismo e nacionalismo.

Até então, a mãe de Maria governara a Escócia com eficácia, mas a sua determinação de fazer cumprir a lei e a ordem, de obter impostos mais elevados e, acima de tudo, de integrar as Highlands e a região fronteiriça num Estado escocês centralizado alienara aqueles que acreditavam que era seu direito adquirido pelo nascimento governar as suas redes de parentesco e regiões. Os lordes escoceses, no fundo, rejeitavam uma monarquia centralizada. Queriam ser eles a governar enquanto federação livre de pequenos reis. As políticas da regente podiam ainda ter sido aceitáveis se o fluxo de pensões francesas continuasse, mas após o tratado de Cateau-Cambrésis a torneira fora fechada. Nessas circunstâncias alteradas, o protestantismo proporcionava a desculpa perfeita para derrubar uma regente impopular.

Esse oportunismo, em contrapartida, deu à Inglaterra uma oportunidade única. O protestantismo podia ser tornado o fundamento de um plano para remodelar todas as Ilhas Britânicas numa única comunidade, desse modo revertendo os desastres dos Cortejos Brutais. A França tinha tudo a perder, mas a pessoa mais provável de ser afectada era Maria, visto que, enquanto rainha católica, a sua coroa e a sua reputação estavam em risco. Cecil encontrava-se na vanguarda dessa política, que iria marcar quase tudo o que fez nos trinta anos seguintes e mais além.

Tudo dependia de os ingleses poderem aprender com os seus erros. Afinal podiam, porque para já deixaram cair todas as referências às pretensões da Inglaterra a uma suserania «imperial» e ao estatuto da Escócia como satélite. Agiram com prudência, conduzidos mais uma vez por Cecil, que procurava a todo o custo evitar uma guerra europeia em grande escala: tinha-se tornado secretário do protector Somerset mesmo a tempo da campanha Pinkie de 1547, quando fora testemunha da terrível carnificina e escapara por pouco de ser também morto.

No lado escocês, os nobres em revolta contra a regente chamavam-se a si próprios os Lordes da Congregação. O mais poderoso era o conde de Argyll. Filho do homem que transportara a espada de Estado na coroação de Maria, era um protestante genuíno que controlava enormes extensões de território nas Highlands, onde se falava gaélico e onde o controlo real era mais fraco, e nas

ilhas Ocidentais e Argyllshire, tão longe a sul como o estuário do Clyde. A sua influência até se estendia ao Ulster, no Norte da Irlanda, e era o único nobre escocês com recursos para reunir um exército completo, sem ser da coroa. A ele se juntaram o conde de Glencairn, os lordes Ruthven, Boyd, Ochiltree e vários outros.

Sem dúvida, o seu recruta mais espectacular foi lorde James Stuart, meio-irmão ilegítimo de Maria, que surgiu como defensor desses lordes. Nascido em 1531 e onze anos mais velho que a irmã, era um homem grande em todos os sentidos. Robusto, tinha modos fanfarrões mas agressivamente régios e a convicção de que, enquanto filho de Jaime V, agia como um homem de princípios em defesa dos melhores interesses da Escócia. Era inteligente e muito instruído, aparecendo primeiro em cena quando viajou na galé de Maria a caminho da Universidade de Paris. Destinado a uma carreira na Igreja, foi nomeado prior de St. Andrews, uma das mais ricas abadias da Escócia, posição que manteve como leigo e explorou o mais possível.

Lorde James rompeu com a regente em 1559. A sua deserção foi anunciada em França, onde as suas razões foram adivinhadas: criticava a regência e talvez a coroa. Os seus métodos eram frios, calculistas e insidiosos. Avisou Maria de Guise de que, se ela aceitasse as razoáveis exigências dos lordes, a apoiaria. Entretanto, estava sempre a escrever a Cecil exortando-o a ajudar os lordes na sua campanha para expulsar os franceses da Escócia.

Os acontecimentos sucederam-se a uma velocidade vertiginosa em Maio, quando John Knox regressou à Escócia, vindo de Genebra, e uniu forças com os lordes. Os seus sermões em que atacava o papa e a idolatria da missa desencadearam surtos de iconoclasmo espontâneo em Perth e St. Andrews. Edifícios e ornamentos de igrejas foram saqueados em actos desenfreados de desobediência civil.

Em Agosto, os lordes apelaram à Inglaterra para obterem ajuda militar contra a regente. Cecil debateu os prós e os contras numa série de memorandos enciclopédicos enviados aos seus colegas no Conselho Privado inglês. Colocou o seu peso do lado dos lordes, mas antes que qualquer acção fosse levada a cabo tinha primeiro de persuadir Isabel e muitos dos colegas de que uma intervenção armada para destituir um governo legítimo em aliança com os rebeldes poderia ser justificada.

Aqui residem as origens de um desentendimento ideológico entre Isabel e Cecil acerca dos assuntos escoceses que iria amadurecer ao longo dos trinta anos seguintes. Apesar da capacidade deles para trabalharem juntos sobre quase todas as outras questões, no que dizia respeito à Escócia e a Maria rainha dos escoceses, Isabel e o seu principal conselheiro estavam sempre em desacordo. Enquanto Cecil colocava sempre os interesses do protestantismo à frente das considerações dinásticas, Isabel assumia a abordagem inversa. Embora fosse uma protestante, mantinha a religião e a política separadas, colocando o ideal da monarquia e da descendência hereditária à frente da religião. Quando se tratava de Maria e da mãe dela, achava repugnante que, ao determinar o governo da Escócia, os direitos dinásticos legítimos devessem ser ultrapassados pelo que equivalia a pré-condições religiosas.

Em Setembro, Châtelherault e o filho, o jovem conde de Arran, juntaram-se aos rebeldes. Como muitos outros, converteram-se ao protestantismo em grande parte por razões cínicas. Em Outubro, a grande maioria dos lordes escoceses apoiavam lorde James e Argyll. Apenas James Hepburn, conde de Bothwell, lorde Bothwell e lorde Seton se mantinham firmes na sua lealdade à regente. Bothwell – que sucedera ao pai, Patrick, como conde em 1556 – era o mais engenhoso nas suas táticas de guerrilha contra lorde James, por isso não é surpreendente que Maria se viesse a lembrar dele com gratidão quando regressou à Escócia.

Entre 19 e 23 de Outubro, os lordes rebeldes fizeram o impensável. Partiram para Edimburgo e depuseram Maria de Guise da regência, substituindo-a por um conselho de vinte e quatro nobres escolhidos entre eles por votação. O seu sentido de oportunidade foi perfeito, porque a regente encontrava-se gravemente doente. Sofria de hidropisia, decerto causada por um coração fraco. As pernas e o corpo incharam e o seu médico francês instou-a a fazer bastante repouso, evitar o *stress* o mais possível e mudar-se para um clima mais quente. Nada podia ser menos prático e a regente ignorou o seu bom conselho. Com uma coragem típica dela, reuniu três mil tropas francesas e refugiou-se no porto de Leith, que fortificou, tornando-o quase inexpugnável.

Também apelou à sua família, que ofereceu reforços sob o comando de René, marquês d'Elbeuf, o mais jovem dos irmãos Guise. Essas tropas iriam ser enviadas da Normandia, confirmando os receios espanhóis. Até elas poderem

chegar, Maria de Guise usou as forças existentes. Quando, em Novembro, os lordes recusaram a oferta de um trégua, a guarnição francesa fez uma surtida a partir de Leith e desbaratou-os. Os escoceses tentaram reorganizar-se, mas depois dispersaram-se, permitindo que a regente regressasse a Edimburgo em triunfo.

Mas a pausa foi breve. Cecil estava focado numa intervenção militar, ciente de que os lordes careciam de artilharia e nunca poderiam esperar derrotar os franceses sozinhos. Estava a começar a hesitar entre os seus objectivos de libertar a Escócia para sempre da ameaça dos Guise e remodelar as Ilhas Britânicas como uma única comunidade protestante, o que significava uma anexação virtual do país. Preparou o terreno durante um mês e depois convenceu a maioria do Conselho Privado inglês, a 27 de Dezembro, de que a revolta proporcionava uma oportunidade única para garantir a segurança de Isabel e da Inglaterra tornando a Escócia numa dependência inglesa.

Deveria ser o ponto de viragem. Após a reunião do Conselho Privado, Isabel enviou uma frota para o estuário de Forth e dois mil soldados para Berwick. A frota chegou no fim de Janeiro e bloqueou Leith. As suas ordens eram para aguardar aí a chegada dos reforços de d'Elbeuf, mas estes nunca chegaram. Embora alguns navios franceses tivessem partido de Dieppe, foram dispersos por violentas tempestades. Ou foram obrigados a regressar ao porto ou naufragaram nas costas dos Países Baixos. Um mero punhado de homens desembarcou na Escócia.

Então Isabel engoliu por enquanto o seu desagrado e aliou-se com os rebeldes. As negociações, dirigidas do lado escocês por lorde James, conduziram, a 27 de Fevereiro, ao tratado de Berwick. Isabel comprometeu a Inglaterra a proteger «os antigos direitos e liberdades» do reino da Escócia e a defender da conquista a «justa independência» da coroa; o pacto deveria durar mais um ano do que Maria foi rainha de França. Inscrita nesta linguagem havia uma quase completa contradição, uma vez que «liberdade» e «independência», neste caso, significavam o desalojamento dos Guise pelos ingleses: o afastamento de uma força ocupante estrangeira e a sua substituição por outra. Maria, impotente e cada vez mais aflita, foi ignorada em tudo isso. O mesmo se passava com a sua mãe, que se sentia humilhada pelo tratado de Berwick. Suplicou a d'Elbeuf que regressasse, mas os seus pedidos foram ignorados. Os irmãos enviaram vagas

garantias, mas nenhuma ajuda específica. As razões eram em parte logísticas, refletindo a dificuldade de enviar forças substitutas para uma tão longa distância, mas eram sobretudo políticas. O equilíbrio de poderes em França estava mais uma vez instável, mas desta vez longe dos Guise. A sua revolução palaciana tinha sido demasiado radical. A morte de Henrique II criara um vazio de poder, permitindo aos huguenotes fazer incursões entre os nobres. As Guerras de Religião estavam a começar a desenhar-se. Os irmãos Guise deparavam-se agora com problemas demasiado semelhantes àqueles que a sua irmã já experienciara. A diferença era que eles colocaram os seus interesses em primeiro lugar e entregaram a mãe de Maria ao seu destino.

Nem todos partilhavam o sangue-frio deles. Margarida de Parma, a regente nos Países Baixos, avisou Filipe II a respeito de uma ameaça às rotas marítimas deste. Catarina de Médicis também começou a reear a dimensão da ambição dos Guise para negociar com Espanha contra os seus rivais internos mais odiados. Mantivera muita da sua independência em política e diplomacia enquanto «rainha-mãe» e agora apelava a Filipe para intervir como mediador.

No início de Março de 1560, uma nova jogada espanhola era quase inevitável. A ironia era que, quando os navios de d'Elbeuf se perderam, os Guise ficaram reduzidos a procurar a ajuda de Filipe na defesa da sua ameaçada irmã contra os rebeldes. Isso colocava tudo nas mãos de Filipe, visto que podia agora avançar como mediador ao qual ambos os lados tinham apelado em busca de ajuda e de aconselhamento. Ao fazer o seu apelo a Filipe, o embaixador do cardeal de Lorena insurgiu-se contra os lordes escoceses e ironizou que a preocupação de Isabel com a independência nacional deles fazia-o lembrar a fábula de Reynard a Raposa, que usou palavrinhas doces para convencer as galinhas a descer do seu poleiro alto só para as poder devorar.

Filipe nomeou dois enviados especiais para intervirem antes que a crise desembocasse numa guerra. Um deles foi para Inglaterra, o outro para França. As suas missões fizeram poucos progressos e em Paris o cardeal resolveu fazer uma última jogada. Propôs que a França e a Espanha se deviam unir para subjugar a Escócia, mas só como prelúdio para a conquista de Inglaterra. Como incentivo, a Inglaterra seria dada enquanto dote ao futuro filho de Filipe II e de Isabel de Valois, e esse filho, por sua vez, casaria com a filha de Francisco e de Maria. A fim de tornar isso mesmo possível, Maria devia renunciar à sua

pretensão dinástica. Era um extraordinário devaneio, ilustrando não só as ilusões dos Guise mas também até onde estavam dispostos a pisar Maria para saírem do buraco.

Maria não foi consultada pelo tio. A mãe, que ela adorava, estava a morrer, e ao mesmo tempo era ignorada. Em Amboise, no fim de Abril, houve uma cena dramática. Maria confrontou o cardeal e «lamentou-se muito». Chorou amargamente e queixou-se que os seus tios «a tinham arruinado» e «feito com que perdesse o seu reino». Em resposta, o cardeal jurou vingar-se de Isabel por se ter aliado com os rebeldes, mas as suas promessas não passavam de palavras ocas. Maria desatou a chorar e enfiou-se na cama.

Numa última carta emotiva para a mãe, Maria expressou o seu profundo amor e simpatia, rezando para que «Deus vos ajude em todos os vossos problemas». Catarina de Médicis, ela sabia, «derramara muitas lágrimas ao saber dos vossos infortúnios». Quanto à crise na Escócia, insistira em que o seu marido «vos envie ajuda suficiente», o que «ele me prometeu fazer e não deixarei que o esqueça».

Maria exigiu novos reforços para a Escócia, mas antes que pudessem zarpar, Filipe II juntara-se a Catarina de Médicis para limitar o poder dos Guise de uma vez por todas. A 6 de Julho, após negociações que duraram um mês, o tratado de Edimburgo foi assinado. Pretendendo ser uma coda ao tratado de Cateau-Cambrésis, o acordo era na verdade novo. Sendo entre a Inglaterra, a Escócia e a França, era entre a Inglaterra, os Lordes da Congregação e os Guise, com o enviado de Filipe nos bastidores.

Os termos do acordo eram uma completa defesa da Inglaterra e dos lordes rebeldes, e uma traição feita a Maria e à sua mãe. Numa total inversão da política dos Guise, a França reconhecia Isabel como sendo a rainha legítima de Inglaterra. Era uma bofetada na cara de Maria dada pelo seu lado. A pretensão de Francisco e de Maria ao trono inglês seria deixada cair. As tropas francesas deveriam sair da Escócia sem demora; os seus fortes e guarnições deviam ser arrasados. O conselho de nobres tornar-se-ia o governo oficial da Escócia enquanto Maria fosse uma governante ausente, permitindo assim que o conselho se tornasse o veículo das ambições de lorde James. Além disso, Francisco e Maria deveriam admitir que o papel de Isabel em todo esse caso tinha sido sempre o de um árbitro imparcial, uma observadora desinteressada que tinha

apenas ajudado a criar as condições certas para um tratado negociado, e não um participante militar directo que se aliara com os rebeldes para favorecer os interesses ingleses na Escócia.

Havia mais um problema. A cláusula final do tratado incluía o que se poderia chamar uma cláusula de salvaguarda. Apesar dos termos humilhantes do tratado, Francisco e Maria teriam de prometer ratificar e cumprir todas as condições, senão a Inglaterra poderia intervir na Escócia sempre que julgasse necessário para defender a religião protestante e para eliminar o catolicismo e a influência francesa das Ilhas Britânicas.

O tratado de Edimburgo e a sua última cláusula, era uma farsa. Iria lançar uma longa e escura sombra sobre toda a carreira de Maria e sobretudo sobre as suas relações com Isabel e Cecil. É quase impossível exagerar o seu significado. Maria e Francisco nem tinham sido consultados acerca dos seus termos, nem Maria aceitara negociar com Isabel e Cecil enquanto rainha dos escoceses. Uma delegação de poderes, emitida em nome de Maria e do seu marido, foi feita em Edimburgo. Mas essa delegação de poderes foi preparada em nome dela pelos seus tios: não era um acto pessoal de Maria nem a sua mãe tomou parte no tratado. Mostrava apenas até onde a soberania dela fora usurpada. A mãe de Maria fora posta de lado, dado que morreu a 11 de Junho de 1560, pouco depois de começarem as negociações do tratado. Cecil e lorde James puderam montar toda a cilada sem prestarem qualquer atenção ao legítimo poder soberano na Escócia.

Maria estava destroçada com a morte da mãe. Até mesmo isso lhe fora cruelmente ocultado: a notícia chegou a França a 18 de Junho, mas foi mantida em segredo durante dez dias. Ao ser-lhe transmitida, Maria retirou-se para o seu quarto e chorou durante um mês. Quando Jane Dormer – que fora uma das principais damas de companhia da câmara privada de Maria Tudor, que se casara com o embaixador em Londres de Filipe II e que agora viajava por terra para Espanha – a viu, ficou muito comovida com a dor de Maria. O embaixador veneziano, que também foi testemunha, relatou que ela «amava muitíssimo a mãe». Estava tão destroçada pela dor que «passava de uma agonia para outra».

Sabemos qual o aspecto de Maria nessa altura porque foi primeiro desenhada e depois pintada no seu *deuil blanc*. O desenho é uma obra de François Clouet, que talvez também tenha feito o retrato pintado. As sessões terminaram em ou

por volta de Agosto de 1560, quando Throckmorton se encontrou com Maria em Fontainebleau e o período de luto oficial da corte pela sua mãe acabara de expirar. O retrato mostra-a ao aproximar-se dos dezoito anos.

Foi ideia de Maria enviar o seu retrato para Inglaterra. Estava ansiosa, disse, por descobrir mais acerca da sua «rainha irmã» e esperava fazer um novo começo das relações delas após os desastres dos meses recentes. Maria queria apelar a Isabel ao nível de rainha para rainha. Já se tinha apercebido da importância das relações pessoais na sua diplomacia e propunha enviar-lhe o seu retrato se Isabel fizesse o mesmo. Era um gesto generoso, mesmo que a óbvia curiosidade de Maria acerca da verdadeira altura e aparência da sua prima se encontrasse em parte por detrás dele. No estilo simples, quase de brincadeira, que estava a começar a adoptar com as pessoas quando queria levar a sua avante, obrigou Throckmorton a prometer que Isabel iria corresponder ao pedido, «porque vos asseguro», disse-lhe Maria, «se eu pensasse que ela não me mandaria o dela, não deveria ter o meu».

Quando Throckmorton lhe deu as garantias adequadas, Maria disse:

– Eu percebo que gostais mais de mim quando pareço triste do que quando pareço alegre, porque me foi dito que desejáveis ter-me retratada quando eu usava o *deuil*.

Não há nenhum indício de que Throckmorton alguma vez dissesse algo desse género. O impulso para a troca de retratos foi de Maria, mas o embaixador sabia o que se esperava dele.

O retrato mostra Maria como uma adulta formada. A sua atitude é mais confiante, o rosto mais redondo e cheio, as maçãs do rosto mais altas, o queixo mais desenvolvido. Os seus profundos olhos cor de avelã são melancólicos e, no entanto, revelam a sua inteligência ágil. O nariz é menos arrebitado e mais aquilino do que nos anteriores desenhos a giz. Os lábios comprimidos e a boca apertada exprimem a sua grande tristeza com a morte da mãe. O seu bonito cabelo castanho-avermelhado está, como de costume, frisado em caracóis que espreitam das bordas da touca.

Todos os que viam Maria comentavam a sua tez perfeita e no retrato a sua pele cor de mármore corresponde ao efeito marmóreo da gaze branca semitransparente que se estende até aos pés. Por baixo do véu, enverga um vestido preto debruado com renda branca, decotado no pescoço e subindo em

semicírculos nos ombros e através do peito. É um retrato de uma jovem mulher tentando lidar com a sua dor. Mas acima de tudo é a imagem de uma mulher que se adaptara ao papel de uma rainha.

Throckmorton já tinha notado que algo mudara nela. Nas suas anteriores entrevistas com ela, Maria encontrava-se ladeada por Catarina de Médicis ou pelos tios, que falavam primeiro, deixando que Maria fizesse eco dos seus pontos de vista. Mas desta vez encontraram-se em privado e não falaram em francês. Embora Throckmorton falasse em inglês e Maria respondesse em escocês, entenderam-se. E Maria parecia muito mais descontraída. Enquanto antes estivera tensa ou arqueada, agora falou «com mais graciosidade e cortesmente». Estava mais natural e à vontade, mais disposta a seguir os seus instintos. Estava também muito mais animada, dizendo o que pensava e não o que outros pensavam.

Essa foi a primeira audiência real que Maria concedeu sozinha. Era também a sua primeira entrevista desde que fora feito o tratado de Edimburgo, que a partir daí se recusou a assinar. A contenda a respeito do tratado iria tornar-se uma lendária batalha de vontades e Maria conduziu o assalto inicial com desenvoltura. Quando lhe foi pedido para o confirmar, ela dissimulou tal como a sua mãe fizera com Sadler tantos anos antes.

– O que o rei meu marido decidir nessa matéria, seguirei essa decisão, porque a sua vontade é a minha.

Seria a primeira de uma série de clássicas justificações, mostrando Maria igual a Isabel na arte das evasivas políticas. Ela sabia muito bem que podia contar com Francisco para que ele não fizesse nada sozinho.

Depois Maria mudou de rumo. Apresentou a Throckmorton um argumento demolidor para ser relatado por ele à sua rainha:

– Eu sou a parente mais próxima que ela tem, sendo ambas de uma mesma casa e linhagem, a rainha minha boa irmã vinda do irmão e eu da irmã.

Ao lembrar a Isabel a ascendência comum delas enquanto descendentes de Henrique VIII, Maria aludia aos seus direitos dinásticos.

– Rogo-lhe que me julgue por si – continuou a dizer – porque tenho a certeza de que ela aguentaria mal a utilização e desobediência dos seus súbditos que ela sabe que os meus me mostraram.

Maria pediu amizade e «relações amistosas» entre as duas rainhas com base nos laços de parentesco.

– Ambas somos de um sangue, de um país e de uma ilha.

Esse seria um refrão constante da diplomacia anglo-escocesa após o regresso de Maria à Escócia.

Por fim, fez uma promessa:

– Pela minha parte farei com que todas as minhas acções sejam boas, procurando o mesmo nas suas mãos, e que possamos esforçar-nos para ver qual de nós mostrará mais bondade para com a outra.

A sua proposta era tão elegante como irónica, dado que Cecil tinha apenas seis semanas antes negociado o tratado de Edimburgo com os rebeldes nas suas costas.

Maria estava a ganhar confiança. Throckmorton não teve sorte com a ratificação do tratado, mas foi enganado com tanto estilo e com tanto encanto que mal pareceu dar por isso. Em breve foi obrigado a relatar que «com certeza a rainha da Escócia... se conduz tão com dignidade, prudentemente e com discrição, que só posso rezear o seu progresso». O carisma dela era talvez, afinal, mais letal do que a ameaça dinástica que apresentava. Num aparte, ele meditava meio a brincar: «Se ao menos uma destas duas rainhas da ilha da Bretanha fosse transformada num homem para fazer um casamento tão feliz como deste modo pode ser a unidade de toda a ilha.»

Em Londres, Cecil via as coisas de uma maneira muito diferente. «Todos nós pensamos», informou Isabel num dos mais portentosos mas reveladores memorandos, «que a rainha dos escoceses e por causa dela o seu marido e a casa de Guise sejam nos seus corações inimigos mortais da pessoa de Vossa Majestade.» A Inglaterra estava em perigo e devia defender-se «e a pessoa de Vossa Majestade». A «malícia» desses conspiradores era tão grande que nunca iriam desistir, «enquanto Vossa Majestade e a rainha escocesa viverem».

O lema de Cecil durante o resto da sua longa carreira iria ser a segurança de Isabel. Via as relações entre as duas rainhas britânicas menos em termos de «amistosas» do que como uma luta quase cósmica entre as forças do bem e do mal. Entre a festa de Rouen e o seu casamento, Maria fora treinada para pôr os olhos no trono inglês, mas após o casamento era apenas uma parente espectadora, até mesmo uma vítima da política dos Guise. Cecil nunca

compreendeu ou fez concessões para esse fim. Em vez disso, considerava-a, tanto como aos tios dela, a instigadora e intencional beneficiária de uma conspiração católica internacional para depor e matar Isabel. Ele era já o seu adversário mais veemente e determinado.

A má vontade de Cecil não era um bom augúrio para o novo começo que Maria propusera, e, contudo, graças à arrogância e pretensões dos seus tios, era a suposição sobre a qual todas suas futuras relações com a Inglaterra poderiam apoiar-se. Os Guise tinham feito a sua partida de póquer e perdido. Era agora a vez de Maria verificar se conseguia baralhar de novo a jogada descartada deles.

Capítulo 8

Regresso à Escócia

No Verão de 1560, circularam rumores de que Maria estaria grávida. O boato era mais do que credível, porque numa monarquia dinástica a expectativa era que os governantes deviam casar-se e dar início a uma família o mais cedo possível, a fim de perpetuarem a sua linhagem. Na sua noite de núpcias, fora seguido um ritual bem estabelecido. Maria e Francisco tinham sido aconchegados juntos após a cama nupcial ter sido abençoada e aspergida com água benta. O que acontecera, se alguma coisa sucedera, não se sabe, e depois dessa primeira noite a norma dos seus preparativos para dormir foi diferente. Como em todas as famílias reais nessa época, o rei e a rainha ocupavam aposentos separados nos seus palácios e dormiam em quartos separados, só que Francisco tinha a liberdade de chegar sem ser anunciado ao quarto de Maria, a qualquer momento do dia ou da noite, se se sentisse disposto a exercer os seus direitos conjugais.

O sexo era obrigatório para uma rainha consorte de França. Catarina de Médicis tinha sido muito vulnerável a amantes do rei nos primeiros sete anos do seu casamento porque o sexo lhe desagradava muito. Só quando Francisco nasceu pôde começar a sentir-se mais segura. Do mesmo modo, o nascimento de um filho e herdeiro daria a Maria uma posição invencível no coração do Estado Valois. O momento seria perfeito, porque uma Maria grávida poderia ensombrar a sua sogra dominante. Ela julgava que estava grávida. Envergou trajes largos e insistiu que a corte partisse de Fontainebleau para os ares mais frescos de Saint-Germain.

As esperanças de Maria duraram seis semanas, mas no fim de Setembro a «gravidez» mostrou ser falsa e ela voltou a usar as suas roupas habituais. Os seus tios esclareceram o caso, comentando a brincar que um rei de dezasseis anos e uma rainha de dezassete tinham muito tempo para tratar desses assuntos. Mas depois Francisco ficou doente. Fora sempre uma criança delicada, alcunhado de

«o pequeno rei» pelos seus súbditos devido ao seu aspecto doentio e à baixa estatura.

Um fim de tarde a meio de Novembro, quando regressava de uma caçada perto de Orléans, queixou-se de tonturas e zumbidos nos ouvidos. No domingo seguinte, caiu na igreja. Em breve sofria de uma dor dilacerante na cabeça. O seu sofrimento superficial devia-se a uma infecção nos ouvidos – quando começou a deitar fluidos do ouvido, foi confinado ao leito, mas tornou-se evidente que se encontrava gravemente doente, com um tumor cerebral.

Os tios de Maria, o duque de Guise e o cardeal de Lorena, alegaram que o rei tinha apenas uma constipação exacerbada por catarro, a qual diziam ter afectado o ouvido. Isso deixou de ser convincente quando foi prometida uma audiência ao embaixador espanhol e depois foi cancelada no último momento: começaram a circular rumores de uma doença fatal ou mesmo de envenenamento.

No fim de Novembro, Francisco sofreu uma série de violentas convulsões. Não conseguia mexer-se ou falar, olhando fixamente, impassível, durante horas, para os que se encontravam à sua cabeceira. Maria discutiu com Catarina de Médicis pelo direito de cuidar dele. A sogra estava a tornar-se insuportável. Desconfiava da família Guise e dispensou todos os gentis-homens do filho sem informar a esposa. Por fim, a esposa e a mãe cuidaram de Francisco juntas, provando a comida para garantir que nada tinha sido adulterado. Todos os dias, ao alvorecer, elas assumiam os seus postos, e apesar dos constantes protestos de Maria, Catarina também insistia em entrar no quarto do rei à noite.

Os médicos sangraram Francisco, purgaram-no com clisteres e ponderaram fazer uma operação para abrirem o crânio a fim de se aliviar a pressão do fluido. Pouco antes de a operação começar, a descarga do ouvido parou; mas quando os médicos se congratulavam por esse facto, ocorreu uma enorme erupção e Francisco começou a delirar. No início de Dezembro, as dores e as descargas eram quase contínuas e saíam-lhe fluidos do nariz e da boca. Na quinta-feira, 5, encontrava-se tão debilitado que jazia no leito prostrado e morreu a altas horas da noite. Ninguém soube quando.

Durante a noite, enquanto Maria velava o corpo do seu marido morto, Catarina de Médicis convocou o *conselho secreto*. Francisco foi sucedido pelo irmão, Carlos IX, que tinha apenas oito anos. Por coincidência, os Estados Gerais, o mais importante corpo representativo em França e que não se reunia desde o

reinado de Carlos VIII em 1484, fora convocado para se reunir em Orléans. Os seus delegados nomearam Catarina para ser regente. Ela estava determinada a vingar-se dos Guise, cujas maquinações a tinham prejudicado vezes sem conta. Até reinstalou o condestável nas suas antigas funções – a revolução palaciana que acompanhara a ascensão de Francisco II dezassete meses antes fora revogada.

Maria não tinha lugar nos planos de Catarina. Poucas semanas depois do funeral do rei, um fosso intransponível separava a jovem viúva e a sua sogra. A ideia de Maria dever casar-se com Carlos IX foi rejeitada por Catarina. Em resposta, os irmãos Guise tentaram que a sua sobrinha ficasse noiva de D. Carlos, o único filho e herdeiro de Filipe II, pelo seu casamento com a infanta Maria de Portugal, que morrera ao dar à luz quinze anos antes.

Catarina interveio para os neutralizar. Um casamento desse tipo, acreditava, iria ameaçar os interesses dos seus outros filhos e arriscava-se a eclipsar a futura descendência da sua filha mais velha, Isabel, que Filipe tomara como terceira esposa e que agora vivia com ele em Madrid.

O ascendente da família Guise terminara. Em Abril de 1561, o duque decidiu retirar-se da corte. Com Montmorency e muitas das suas relações huguenotes de volta ao poder, o cenário estava montado para um conflito. Em seis meses, o cardeal e o resto do Guise seguiu o exemplo do duque, levando uma maioria dos seus dependentes e servidores com eles. A família e cerca de setecentos dos seus aderentes reuniram-se em Joinville, mais tarde mudando-se para Nancy e Saverne, onde se sentiam seguros nas suas propriedades na fronteira leste de França.

Maria leu os sinais e nunca arriscou um confronto total com a sua sogra, assim que Francisco II morreu. No seu primeiro dia enquanto viúva, entregou as suas jóias de rainha de França a Catarina. Foi feito um inventário rudimentar, após o que os cofres e sacos foram enviados a Catarina, com a lista. Assim que as jóias chegaram, a rainha-mãe ordenou que fosse feito um inventário completo, listando cada peça e o valor das jóias maiores, como colares de diamantes e um rubi chamado o *Ovo de Nápoles*, até jóias bordadas e mesmo pérolas soltas.

No mesmo dia em que as jóias foram entregues, Maria saiu dos seus aposentos reais e entrou em situação de luto num quarto privado. Durante os primeiros quinze dias, recusou-se a receber quaisquer visitas, exceptuando as dos tios e de

alguns amigos íntimos e membros da família. Num espaço de seis meses, ficara viúva, órfã e perdera a sua posição enquanto rainha de França. Permanecia sentada quase imóvel nas suas roupas de luto, com o quarto na escuridão, as janelas tapadas e sendo a única luz fornecida por velas.

No décimo sexto dia mostrou-se disposta a receber certos bispos e embaixadores estrangeiros, que lhe apresentaram as suas condolências. Após quarenta dias, terminou o seu prazo de isolamento e assistiu a um *requiem* solene pelo seu marido na igreja dos monges de Cister em Orléans.

Embora mal tivesse dezoito anos, Maria conseguia controlar as suas emoções. A morte do marido acontecera logo a seguir à da mãe. Ao início, ficou desesperada, mas assim que passou o choque inicial, aceitou a sua perda. Um casamento dinástico não era bem um casamento por amor. Maria fizera o seu dever casando com Francisco e enchera-o de sinais de afecto. Mas nunca o amara. A morte da sua mãe fora muito mais dolorosa. Além disso, tinha sido mantida à margem enquanto rainha de França. Era pouco mais do que uma marioneta, cujos fios eram puxados pelos tios. Mas ainda era uma rainha coroada por direito próprio.

Passou em revista as suas opções e decidiu regressar à Escócia. A sua decisão foi tomada num mês. «Entre outros», como Throckmorton informou o Conselho Privado inglês, «ela tem a certeza de garantir lorde James e todos os Stuart.» Aqui Maria mostrou que, apesar das suas experiências com os tios, ainda podia ser demasiado confiante. Ao longo da sua vida, manteve a crença na importância dos laços familiares. Lorde James era seu meio-irmão, filho do seu pai, Jaime V, mesmo sendo um inimigo dos Guise. A realidade era que, pelos termos do tratado de Edimburgo, ele podia exercer mais poder na Escócia do que ela enquanto estivesse longe, mas Maria acreditava que, se regressasse, ele se reconciliaria consigo. As suas suspeitas viravam-se mais para as ambições de Châtelherault e do filho deste, o jovem conde de Arran, que fizera um pacto com Knox e os calvinistas. O seu plano mais recente e mais bizarro era enviar Arran para sul como pretendente à mão de Isabel e assim torná-lo rei de Inglaterra.

Maria estava a aprender a falar e a agir por si. Obtinha as suas informações a partir dos antigos servos da mãe na Escócia. Sabia que podia conquistar os corações das pessoas comuns lá. Ao contrário dos nobres mais egoístas, essas pessoas não procuravam a guerra ou a revolta. «Todos os que se mantêm

neutrais», declarou, iriam apoiá-la se regressasse, tal como «as pessoas comuns, que agora, para terem a sua rainha na pátria, ela achava que iriam inclinar-se e virar-se para ela».

Mas se Maria preferia ocupar o seu trono em vez de pôr à prova as suas faculdades contra a sogra nos anos seguintes, os seus tios tinham outras ideias. A sobrinha deles era a sua melhor esperança para fazerem um regresso. Eram infatigáveis, fazendo todos os esforços para envolver a Espanha nas negociações que esperavam poderem conduzir ao noivado de Maria com o filho de Filipe II, D. Carlos.

Maria ignorava as intrigas deles. Ao concordarem com o tratado de Edimburgo, os seus tios tinham-na traído. Nem começou a perdoar-lhes durante quase um ano. Nenhuma das suas cartas entre a morte de Francisco II e o seu regresso à Escócia aborda o assunto de um segundo casamento. É impossível acreditar que Maria, que não conseguia resistir a escrever à família sempre que estava entusiasmada, não tivesse dito nada acerca de um novo casamento se então o desejasse. Em vez disso, os seus tios tomaram a iniciativa, usando a tia dela, Louise, duquesa de Arschot, como intermediária por causa dos seus muitos amigos espanhóis.

As propostas chegaram em catadupa do rei da Dinamarca, do rei da Suécia, dos duques de Ferrara e da Baviera e de Fernando I, o imperador do Sacro Império e chefe do ramo austríaco da família Habsburgo, que se encontrava no mercado do casamento em nome dos filhos. Todos estes pretendentes eram credíveis, mesmo que não fossem bons o suficiente para os Guise.

Outros candidatos incluíam o arrogante e o ineficaz Arran, o qual Maria desprezava pela corte que fazia a Isabel, e lorde Darnley, o filho de catorze anos do conde de Lennox e de *lady* Margarida Douglas, o casal que se tinha casado e vivera discreto em Yorkshire após a autoritária tentativa de Lennox para se tornar padasto de Maria ter fracassado e ele ter desertado para o lado de Henrique VIII em 1544.

Os mexericos na corte aumentaram, mas o embaixador veneziano, que muito receava um casamento com D. Carlos, sabia que Maria não era uma parceira complacente. Era tudo obra dos seus tios, que procuravam manipulá-la contra a sua vontade. Seja como for, Filipe II rejeitou a proposta. Estava já aliado com Catarina de Médicis devido ao seu recente casamento com a filha mais velha

desta, Isabel. Os seus laços com Catarina eram múltiplos: através do seu embaixador em Paris, através de uma correspondência secreta com Catarina em que Maria era discutida sob o nome de código de «um gentil-homem».

Os Guise acreditavam que Filipe acabaria por lhes dar ouvidos, pensando que Maria podia ser a chave para uma futura hegemonia espanhola nas Ilhas Britânicas se se aliasse dinasticamente com a família dele. Nesse momento, não podiam estar mais errados: o entendimento de Filipe com Isabel sobrevivera ao revés (de um ponto de vista espanhol) do acordo religioso protestante em 1559: as suas relações com Inglaterra ainda eram cordiais. No fundo, sabia que podia contar com Cecil e com o seu aliado lorde James para manter Maria no lugar dela. Catarina também estava ligada a Isabel e a Cecil, e durante quinze dos vinte anos seguintes a aproximação existente entre eles permitiu que Cecil atacasse os Guise ao mesmo tempo que mantinha boas relações com Catarina e os filhos.

Quando terminaram os quarenta dias do luto oficial, Maria retirou-se para o campo, a uns dez quilómetros de distância. Usou esse período de privacidade e retiro para organizar as ideias e refazer a sua habitação, de uma rainha para uma rainha viúva de França. Era uma mudança significativa, que planeou tendo em mente o seu regresso à Escócia, porque escolheu para seus novos conselheiros os que tinham uma experiência recente do país. A mais importante das suas nomeações foi Henri Cleutin, senhor de Oysel, principal lugar-tenente da sua mãe, que foi feito Cavaleiro de Honra, o equivalente de um lorde de serviço. A seguir na hierarquia estava Jacques de la Brosse, o embaixador francês na Escócia no tempo dos Cortejos Brutais de Henrique VIII e um cliente dos Guise com longo tempo de serviço, que a acompanhara até França em 1548.

As nomeações de Maria confirmavam que estava ansiosa por regressar e queria aprender muito mais acerca do seu país do que aquilo que recolhera da *Geografia* de Ptolomeu na sala de aulas. D'Oysel casara com uma bela jovem mulher parisiense. Não tinha mais vontade de viver e trabalhar na Escócia, mas ao aconselhar Maria nesta fase interina deu uma contribuição essencial, dado que só um natural da Escócia sabia mais acerca do facciosismo dos nobres e dos hábitos e idiossincrasias de cada um dos lordes.

D'Oysel informou Maria sobre a revolta de 1559-60, exortando-a a dar a máxima credibilidade a lorde James, apesar do seu papel proeminente na

deposição da mãe dela. A despeito da sua indubitável traição, era o mais capaz dos lordes e o único que os podia manter unidos. Até então, aplicara toda a sua inteligência às suas ambições, que escondera sob o pretexto da religião. Lorde James era protestante, mas mais pragmático do que ideológico. Não era um calvinista da linha dura e não era amigo de Knox. O truque para Maria seria transformar o seu irmão ilegítimo de agente virtualmente autônomo em servidor real. Se conseguisse fazer isso poderia ser bem-sucedida a governar o seu país tão bem como qualquer dos seus antecessores reais.

Em Fevereiro de 1561, Catarina de Médicis e a corte mudaram-se de Orléans para Fontainebleau, como faziam nessa altura do ano. Maria terminou o seu retiro alguns dias depois e no dia 16 recebeu Throckmorton e o conde de Bedford, a quem Isabel enviara com cartas de condolências suas.

Essa audiência foi um êxito. Maria leu as cartas de Isabel e depois «respondeu com um ar e palavras muito tristes». Bedford deveria agradecer à sua rainha «a sua gentileza em confortar a mágoa dela quando mais necessitava disso». Isabel, disse Maria, «mostra agora o papel de uma boa irmã, de que ela necessitava muito». Enquanto falava, foi ganhando confiança e reiterou a sua ideia de um novo começo após o desastre do tratado de Edimburgo, dizendo que interpretava as cartas de Isabel como um gesto positivo e iria esforçar-se para corresponder à sua boa vontade. Convidou os embaixadores a voltarem sempre que quisessem, pedindo a d'Oysel para os acompanhar de volta aos seus alojamentos.

Eles regressaram no dia 18, altura em que Maria reafirmou o seu desejo de «boas relações». Ela e Isabel, começou a dizer, eram duas rainhas «numa ilha, de uma língua, as parentes mais próximas que cada uma delas tinha...».

Mas os embaixadores interromperam-na, levantando a questão controversa do tratado de Edimburgo, o qual insistiram que fosse ratificado «sem demora». Era uma exigência peremptória, e Maria mostrou-se relutante. Talvez Bedford, aliado próximo de Cecil e um dos seus amigos de maior confiança, imaginasse que ela poderia ser pressionada para se mostrar submissa. Se era esse o caso, tinha-a avaliado muito mal.

Recusou ser intimidada, antevendo assim as futuras e mais célebres táticas de Isabel quando era também intimidada pelos seus ministros ou pelo Parlamento. «Encontrava-se», disse ela, de maneira pouco franca, «sem conselho.» O cardeal de Lorena estava ausente e nenhum dos seus nobres escoceses tinha ainda

chegado, embora alguns estivessem a caminho. A «consulta e conselho» deles era essencial, uma vez que «o assunto era grande para alguém da sua idade».

Pressionada por Throckmorton, Maria reagiu dizendo que «não lhe deviam pedir contas» por contratos em que não participara. Deu uma reviravolta na discussão acusando Isabel de quebrar os seus acordos, porque embora tivesse aceitado o seu retrato em vestes de luto no ano anterior, não lhe enviara o dela em troca. Maria pediu então a Throckmorton para o trazer, como prometera.

Era um aviso, porque a troca de retratos era, do ponto de vista de Maria, um símbolo da sua proposta de se fazer um novo começo. Se o retrato fosse recusado e as exigências de ratificação do tratado continuassem, então estava implícito que tudo o que se fizesse a seguir teria resultados imprevisíveis.

Os embaixadores tentaram no dia 19, em que Maria jogou à defesa: recitou os aforismos sobre deveres que aprendera com os seus professores, dizendo que tinha de ser sempre «aconselhada» em assuntos respeitantes à coroa e ao Estado, transformando a prudência numa desculpa para o adiamento.

Também conseguiu um êxito palpável. Avisou Bedford que se ela tratasse os seus nobres com tanto desprezo como ele parecia estar a sugerir, ao agir sem o conselho deles, só poderia esperar que eles agissem tão mal de futuro como tinham feito na revolta contra a sua mãe.

Contudo, se Maria manteve a sua dignidade, não fez nenhum progresso além disso. Isabel, se fosse deixada entregue aos seus planos, faria quase concessões em breve, visto que, tal como Maria, estava ciente da natureza clandestina do tratado de Edimburgo.

Mas havia um obstáculo mais terrível. O adversário mais determinado de Maria era Cecil. Para ele, a recusa de Maria em ratificar o tratado era equivalente a um acto hostil: significava – na sua opinião – que recusara reconhecer Isabel como governante legítima da Inglaterra, e se fosse esse o caso, ele estava mais convencido do que nunca de que ela era o motor principal de uma conspiração católica internacional para depor e matar a sua rainha.

Maria deixou Fontainebleau a meio de Março, iniciando uma visita de três meses à sua família para se despedir deles. Era um gesto típico dela, e, contudo, recebeu um acolhimento diversificado. As suas tias foram compreensivas. Percebiam que ela dera um passo arrojado e corajoso: não teria a mãe para a acolher na Escócia e estava a deixar para trás quase tudo o que conhecia. Os tios

não compreendiam nem aprovavam, e talvez fosse essa a razão para ter havido tanta confusão durante o itinerário destas visitas de despedida.

Maria foi primeiro a Rheims, onde foi recebida às portas da cidade pelos tios e pela avó, mas ficou com a tia, a abadessa Renée, no convento de Saint-Pierre des Dames. Após três semanas lá, acabara de partir para as propriedades do duque de Lorena em Nancy quando foi alcançada em Vitry-le-François por John Lesley, um jovem advogado católico que viajara o mais possível desde os Países Baixos e em Saint-Dizier, alguns quilómetros mais adiante na estrada, pelo seu meio-irmão ilegítimo, lorde James, que chegara de Calais. Tinham sido enviados ao encontro dela pelas facções rivais na Escócia, como foi dito no caso de lorde James, a fim de «apalpar terreno» quanto às ideias dela antes de zarpar para a pátria.

As suas sondagens eram as coordenadas para o regresso dela. Leslie, que chegou primeiro por pouco, era o emissário da facção católica. Liderado pelo conde de Huntly, o sucessor do assassinado Beaton, como chanceler e chefe da família Gordon, esse grupo incluía os condes de Atholl, Cassillis, Caithness e Crawford. Era uma facção poderosa, quase tanto como a dos protestantes e muito mais unida, que fora convocada para Stirling, de onde exortaram Maria a regressar à pátria.

Lesley avisou Maria contra lorde James, que denunciou como traiçoeiro e rebelde, alguém que atacava o catolicismo com a intenção de derrubar a monarquia. Ela tinha de o mandar prender em França, ou então desembarcar em Aberdeen, onde os católicos nobres leais a receberiam com um exército de vinte mil homens e marchariam com ela para Edimburgo.

Maria rejeitou o conselho dele, que era uma receita para a guerra civil. Em vez disso, virou-se para lorde James, o representante dos protestantes. A missão dele era aproveitar o êxito dos Lordes da Congregação, que em Agosto de 1560 tinham sido bem-sucedidos a apanhar de surpresa os católicos e a convocar um Parlamento, declarando a Escócia como sendo oficialmente protestante.

Mas lorde James estava a calcular as possibilidades: também viera para salvaguardar a sua posição. Por isso mesmo foi acusado por Lesley, e até por alguns do seu lado, de conspirar «para se engrandecer». Enquanto conversava com Maria ao longo dos dias seguintes, acabou por sentir a determinação dela em voltar à Escócia. Embora a sua forte preferência devia ter sido que ela ficasse

em França, sobretudo tendo em conta o papel dele no tratado de Edimburgo, percebeu que Maria tinha tomado a sua decisão.

Durante as conversas deles, lorde James apresentou-se como sendo fiável e incorruptível. Qualquer que fosse a sua ambição, tinha uma inteligência aguda, uma rara capacidade para unir pessoas e prever as suas reacções. Até conseguia criar pontes com os católicos. E era, afinal, um parente – para Maria, um laço forte e importante.

Conversaram durante cinco dias, até James conquistar a confiança dela. Concordaram em que ela seguiria o conselho dele e iria manter o *status quo* religioso, o incómodo equilíbrio existente entre católicos e protestantes, mas em que o protestantismo era reconhecido como religião oficial da Escócia, mesmo que a maioria do povo fosse ainda católica em privado e prestasse culto como tal quando podia. Em troca desse acordo, Maria podia ouvir a missa católica na sua capela do Palácio de Holyroodhouse.

Ao estabelecer essas condições, lorde James estava a fazer um pacto com o diabo. O seu compromisso era ainda mais abominável para os calvinistas do que para os católicos. John Knox, o deão dos pregadores calvinistas, e os seus aliados, o jovem conde de Arran e lorde Lindsay, tinham já ameaçado rebelar-se se Maria recusasse submeter-se às exigências da Igreja calvinista e se a «idolatria» do ritual católico fosse autorizada a persistir sob qualquer forma.

Mas quando as tropas francesas abandonaram a Escócia de acordo com as condições do tratado de Edimburgo, muito do receio do catolicismo dissipou-se na Escócia, com muito do apoio de Arran e de Lindsay. Muitos dos antigos lordes da Congregação estavam inclinados para a Reforma, mas desses apenas uma pequena minoria eram verdadeiros protestantes e muito poucos eram francamente calvinistas.

Entretanto, Arran tornara-se objecto de troça. O seu pedido de casamento feito a Isabel fora rejeitado: tinha sido tão descarado como insolente e presunçoso. E como se isso não fosse suficiente, quando a rainha inglesa recusara a sua proposta, planeou casar com Maria. Convenceu-se de que se apaixonara por ela, mesmo que só a tivesse visto uma vez e por breve tempo em Paris e ao longe, acreditando que ela era uma mulher que podia ser forçada a contrair matrimónio. Era uma táctica arrogante e absurda que avaliou mal o carácter de Maria e fez com que Arran parecesse um tolo.

Lorde James tinha pouco a recear do lado de Arran. Além disso, ser esfolado por Knox era um atractivo, do ponto vista de Maria. Nunca vira o irmão como calvinista. A conversão dele ao protestantismo era em grande parte política e daí a dois anos estaria em desavença com Knox quase tanto como ela.

Maria olhou o seu irmão mais velho nos olhos. Chegou a ponderar nomeá-lo governador interino da Escócia, até ser depois informada por d'Oysel que James se tinha ido encontrar com Throckmorton em Paris assim que saiu de junto dela, já para não falar de informar Cecil em Londres, nas etapas de ida e volta da sua viagem. Quando Maria soube disso, recuou quanto à questão da regência, mas manteve o resto do acordo.

Maria não tinha melhor opção do que fazer um acordo com o seu meio-irmão. Nos seus últimos dias em França, tentava determinar aqueles que seriam os seus principais conselheiros enquanto rainha reinante da Escócia. Tinha de tentar fazer isso às cegas e só podia confiar nos seus instintos. Acabou por não ser uma decisão difícil, afinal. Lorde James já liderava o conselho de vinte e quatro nobres que, pelo tratado de Edimburgo, era o governo legítimo da Escócia. Tinha encanto pessoal e excepcionais capacidades diplomáticas: era o conselheiro com mais probabilidades de conseguir um consenso alargado.

Maria sabia que, ao alinhar-se com lorde James, isso iria significar aceitar os comparsas dele como seus conselheiros. Os aliados mais próximos de James eram William Maitland de Lethington, secretário de Estado para o conselho dos nobres, e James Douglas, conde de Morton. Eles formaram um eixo que – graças à viagem de lorde James a Saint-Dizier – iria mostrar que dominava a tomada de decisões nos primeiros anos do governo de Maria na Escócia.

Maitland era o mais hábil dos três. Fora secretário de Maria de Guise, mas desertara para os Lordes da Congregação, que o enviaram para Londres como seu porta-voz. Um verdadeiro e empenhado protestante, fizera mais do que ninguém para conduzir a legislação da Reforma escocesa através do Parlamento. Criou laços apertados com Cecil, em cuja casa de Londres ficou. A amizade deles era baseada em parte nas crenças religiosas que partilhavam e em parte na sua admiração mútua pela literatura clássica. Maitland era conhecido em Inglaterra como o *Cecil escocês* e na Escócia acabaria por ser conhecido como *Mekle Wylie* (ou *Grande Wily*), um trocadilho com «Machiavelli». Nenhuma

destas alcunhas pretendia ser elogiosa, mas reconhecia a sua flexibilidade política.

Morton era o mais perigoso e o menos complicado. Vingativo, desagradável e cruel, era também um predador sexual que foi pai de quatro filhos e uma filha ilegítimos. Voraz em assuntos fiscais, era um tecnocrata que ascendeu com base na sua capacidade administrativa e poder territorial enquanto chefe da família Douglas. No reinado de Eduardo VI, esteve preso em Inglaterra, onde criou gosto pela Reforma e adquiriu um sotaque inglês. Hesitou no seu apoio à revolta contra Maria de Guise, dando uma no cravo e outra na ferradura até ter a certeza de que os Lordes da Congregação seriam vitoriosos.

Assim que lorde James partiu para a Escócia confiante no seu êxito, começaram as manobras para tentar conseguir uma posição. Morton escreveu um memorando justificando o seu papel na revolta dos lordes, que o seu primo Arquibaldo Douglas entregou em mão a Maria. Culpou outros pela «informação errada» que ela recebera acerca dele. Infelizmente, estragou o efeito pedindo-lhe para ratificar a sua reivindicação das terras do condado de Angus, que tinha à sua guarda para o sobrinho, com um título legal contestado. Maria ignorou o pedido.

Maitland escreveu a seguir, oferecendo os seus «serviços leais» e queixando-se de «caluniadores» e «mexeriqueiros». Também procurava ilibar-se, no seu caso, da acusação de ser demasiado laçao de Cecil.

Maria enviou a Maitland uma resposta esclarecedora, perspicaz para quem tinha dezoito anos. Disse-lhe que estava disposta a esquecer o passado, e iria avaliá-lo apenas pela sua lealdade a partir de agora. Disse-lhe candidamente que o via como «principal instrumento» de todas as «práticas» tentadas contra ela, e aconselhou-o a restringir o seu «entendimento» com Cecil. «Nada», disse, «se passa entre a minha nobreza sem o vosso conhecimento e conselho. Não vos vou esconder que se algo correr mal depois de confiar em vós, sereis o primeiro a quem culparei.» A sua carta faz mais do que qualquer outra coisa para explicar por que Maitland se reinventou ao longo dos dois anos seguintes enquanto leal servidor de Maria. Em breve estava a trabalhar mais para Maria do que para Cecil, mas deu uma no cravo e outra na ferradura enviando uma transcrição da carta dela a Cecil por correio.

Lorde James e os seus aliados sabiam que o tratado de Edimburgo em breve se tornaria um importante obstáculo na sua relação com Maria. A cláusula final de salvaguarda do tratado exigia que ela ratificasse e cumprisse todas as suas condições, caso contrário a Inglaterra poderia intervir a qualquer altura na Escócia – uma ameaça que era agora um grave motivo para alarme. Para lidar com isso, Maitland esboçou o anteprojecto de uma nova concordata com Isabel e Cecil – em que Maria renunciaria à sua imediata pretensão católica ao trono inglês e reconheceria Isabel como rainha legítima de Inglaterra durante a sua vida inteira. Devia ser um acordo mais ou menos simples: em troca de renunciar à sua imediata reivindicação dinástica, Maria seria reconhecida em Inglaterra como «a segunda pessoa no reino». Tornar-se-ia herdeira presuntiva do trono inglês e sucederia no trono se Isabel morresse de repente sem filhos.

Maitland estava a tentar engendrar uma solução de compromisso mesmo enquanto Throckmorton estava ainda a importunar Maria para ratificar o tratado na sua forma original. Ele argumentou que o resultado seria o mesmo como se ela tivesse ratificado o tratado: teria reconhecido Isabel enquanto rainha legítima da Inglaterra. A sua ideia era que, com o acordo de Cecil, Maria viajasse para a Escócia através da Inglaterra. Atravessaria de Calais para Dover, onde seria recebida por uma delegação escocesa e levada para Londres. Enquanto estivesse lá, poderia encontrar-se com Isabel frente a frente e concluir os termos finais. Nas palavras de Maitland, uma tal entrevista entre as rainhas «criar-nos-á tranquilidade durante as suas épocas».

Depois de visitar os seus familiares em Nancy, Maria regressou a Joinville e Rheims e por fim a Paris, aonde chegou a 10 de Junho de 1561. Foi recebida com honras e alojada no Louvre. No dia 18, Throckmorton voltou a aparecer para tentar a sua sorte. Maria respondeu que tencionava adiar a sua «resposta firme» até ter o conselho dos seus lordes, o que não aconteceria até à sua chegada à Escócia. Isso seria em breve, garantiu-lhe. Tencionava partir a «muito curto prazo». D'Oysel iria ser enviado a Isabel com uma mensagem e para pedir um passaporte diplomático no caso de, por motivo de tempestade ou doença, as galés de Maria serem obrigadas a procurar abrigo em Inglaterra. Além disso, não se propunha comprometer-se.

Throckmorton estava hesitante. As suas instruções obrigavam-no a persuadir Maria a ratificar o tratado como condição de ele ser chamado de volta a Londres.

Por conseguinte, utilizava uma linguagem inequívoca. A insistência de Maria em obter a aprovação dos seus lordes antes de o tratado ser ratificado era, disse ele, ridícula. Tinham sido esses mesmos lordes a negociá-lo. Isso, retorquiu Maria, era agora menos certo. As coisas, sugeriu, estavam a mudar: «Ver-se-á quando eu estiver entre eles se serão da mesma opinião.»

Não era a resposta de que Throckmorton necessitava. E só ficou pior quando d'Oysel chegou a Londres para requerer o passaporte. Embora documentos desses fossem emitidos para viagens diplomáticas, Isabel recusou conceder a Maria ou aos seus companheiros qualquer salvo-conduto a menos que primeiro ratificasse o tratado. Quando perguntaram a d'Oysel quando seria isso, ele recusou responder, desse modo causando escândalo.

Isabel fora avisada por Cecil. A 14 de Julho, a seguir ao choque com d'Oysel, disse o que pensava a Throckmorton. Se Maria renunciasse à sua imediata reivindicação dinástica antes de sair de França, então, desde que também ratificasse o tratado como exigia a cláusula de salvaguarda, poderia ser reconhecida como herdeira de Isabel. Podia viajar para a Escócia via Dover e poderia ser arranjada uma entrevista pessoal entre as duas rainhas que, tal como foi lembrado a d'Oysel, seria «um encontro amigável» para confirmar as «boas relações».

Cecil tinha estado a corresponder-se com Maitland, mas havia uma divergência fatal nas suas abordagens. Ao passo que Maitland procurava «seduzir» Maria para um compromisso com Inglaterra, acreditando que ela se poderia tornar herdeira de Isabel sem ratificação do tratado, Cecil ainda exigia que não só ela renunciasse à sua reivindicação como também que ratificasse o tratado.

Com efeito, ele vetou o plano escocês. Sem ratificação, não haveria acordo. E se isso não fosse bastante, os seus pensamentos mais íntimos foram traídos quando, depois de admitir que Maria podia ser reconhecida como herdeira natural de Isabel, acrescentou:

– Bem, que Deus envie à nossa rainha um marido, e através dele um filho, para que possamos esperar que a nossa posteridade venha a ter uma sucessão masculina.

Mesmo que um acordo fosse feito, Cecil tencionava fazer tudo o que estivesse nas suas mãos para convencer Isabel a casar-se e a ter filhos, desse modo excluindo Maria da sucessão inglesa. «Este assunto», concluiu, «é demasiado

grande para pessoas fracas, e demasiado profundo para pessoas simples; Sua Majestade a rainha sabia disso e, portanto, vou terminar.»

A 20 de Julho, as visitas de despedida de Maria terminaram em Saint-Germain, onde foi feita uma festa em sua honra que durou quatro dias. Versos de Ronsard celebraram-na como «esta beleza, honra dos nossos tempos, que contenta tanto reis como povos».

Maria saiu de Saint-Germain no dia 25 e, acompanhada pelos tios e por uma grande comitiva, dirigiu-se para norte, para os portos do canal. Foi divulgada falsa informação acerca do seu itinerário para confundir os espiões ingleses: a tática foi bem-sucedida, porque embora Isabel tivesse cedido no último momento e emitido um salvo-conduto, não conseguiu ser entregue e Maria viajou sem ele.

Maria chegou a Calais a 10 de Agosto. Descansou aí durante quatro dias antes de embarcar na sua galé na manhã do dia 14. A sua partida foi organizada pelos tios, uma das últimas encenações que levariam a cabo por ela. Tinham providenciado para que o marquês d'Elbeuf e dois dos seus irmãos mais velhos a assistissem durante a travessia. O filho do condestável, Henry, estava também com eles. Ele regressou a França cerca de um mês depois de Maria chegar a Edimburgo, e Maria escreveu a agradecer ao pai dele a sua cortesia. A sua escolta diplomática era Michel de Castelnau, senhor de Mauvissière, um diplomata e intelectual astuto que mais tarde viria a desempenhar um papel essencial como um dos embaixadores franceses na Escócia e na Inglaterra e que descreveu Maria nas suas *Memórias* como «uma mulher naturalizada francesa... não só a mais bela, como a mais elegante de todas as pessoas do seu sexo, tanto na fala como nas boas maneiras».

A bordo da galé de Maria iam as suas leais companheiras, as quatro Marias, com quem ela tinha gozado tão impiedosamente na sua viagem de ida treze anos antes. Uma segunda galé foi providenciada para o resto do seu pessoal, com uma flotilha de mais de doze embarcações para as bagagens, algumas delas navios mercantes fretados aos holandeses. Eram necessários tantos barcos porque, além das tapeçarias, móveis e várias centenas de arcas cheias de vestidos, baixelas de ouro e prata, quadros e outras obras de arte, grandes quantidades de roupa de cama e outros abastecimentos e equipamento eram transportados, incluindo cem cavalos e mulas.

Maria zarpou do porto por volta do meio-dia, vigiada por um dos servidores de Throckmorton, que conseguira localizá-la. Tal como na sua viagem de ida, o capitão da galé dela era Nicolas de Villegagnon. E tal como tinha havido falsas partidas e um leme partido quando saíra da Escócia, também nesta ocasião, enquanto a sua flotilha tentava sair do porto, houve um acidente. À entrada estreita do porto, um navio mal conduzido chocou com outro barco, que se afundou. Maria precipitou-se para a frente, pedindo a Villegagnon para salvar os marinheiros que se estavam a afogar e oferecendo recompensas generosas a quem o conseguisse fazer. Mas o barco tinha mergulhado para o fundo e não houve sobreviventes.

– Que presságio é este? – perguntou Maria enquanto o sinal de içar velas era dado e a viagem era retomada. Ela recusou-se a descer para o seu camarote e em vez disso as quatro Marias prepararam uma cama para ela no convés da popa, onde passou a primeira noite no mar.

Desde o choque do seu duplo luto em 1560, Maria agira com coragem e compostura, nas suas negociações com Throckmorton. Mas enquanto a costa da França desaparecia no meio da névoa, perdeu a coragem e desatou a chorar. Com os cotovelos apoiados na ré, desfez-se em lágrimas, com os olhos postos na mancha de terra que acabara de deixar para trás, enquanto deslizava para longe da vista. As suas últimas palavras enquanto a sua galé navegava para o mar alto foram:

– Adeus França. Agora tudo acabou. Adeus França. Nunca mais voltarei a ver as tuas costas.

Capítulo 9

Dentro do labirinto

A chegada de Maria à sua terra natal apanhou os seus súbditos de certo modo de surpresa. A viagem dela mal durou cinco dias, quase um recorde para essa travessia e até uma semana menos do que todos esperavam. Assim que a flotilha de Villegagnon entrou no mar do Norte após deixar o canal inglês, ele ordenara às duas galés mais pequenas e mais rápidas sob o seu comando que navegassem à frente, deixando que os navios de transporte mais lentos seguissem à sua velocidade.

Na terça-feira, 19 de Agosto de 1561, às seis horas do que, segundo todos diziam, era uma manhã invulgarmente húmida e deprimente, as galés subiram o estuário de Forth e ancoraram à entrada do porto de Leith. Uma espessa névoa encobriu a costa quando chegaram, por isso foi dada indicação aos marinheiros para aguardarem até a névoa se dispersar antes de prenderem os navios ao pontão de madeira. Maria desembarcou pouco antes das dez, quando o Sol estava a furar a névoa. Terminava uma ausência de treze anos: partira sendo uma criança escocesa e regressava sendo uma mulher francesa.

Lavou-se e repousou numa casa próxima durante cerca de uma hora. Depois montou a cavalo com a sua comitiva e subiu a íngreme colina desde o porto até à cidade de Edimburgo e a partir daí desceu o Canongate até Holyroodhouse, o mais magnífico dos palácios da Escócia. Os aposentos reais estavam situados aí, na grande torre fortificada que o pai dela, Jaime V, construía para eclipsar os edifícios mais antigos nos terrenos da velha Abbey-Kirk.

Não era bem o regresso a casa com que Maria sonhara. Chegara às costas da Escócia antes de alguém achar ser necessário organizar uma festa de boas vindas, e os seus navios de transporte tinham sido deixados para trás. Um deles, que transportava os seus cavalos, incluindo o seu palafrém de Estado, fora interceptado por uma patrulha naval inglesa sob suspeita de pirataria e desviado para Tynemouth, onde os cavalos ficaram detidos durante um mês antes de

serem autorizados a seguir por terra para Edimburgo. Maria foi obrigada a fazer uma entrada sem brilho na sua capital, sem os conhecidos adornos da monarquia e em cavalos emprestados. Nem conseguiu usar as suas selas e freios, que se encontravam nas arcas a bordo das embarcações fretadas, mais lentas.

Nem tudo foi uma desilusão. Embora Leith estivesse deserto quando ela chegou, Villegagnon mandou que as galés disparassem os seus canhões, o que reuniu uma multidão para ver o espectáculo. À noite, os festejos já tinham começado e até mesmo John Knox teve de admitir que o povo rejubilou com fogueiras e música. Uma companhia de «músicos sinceros», salientou com sinistra satisfação, «apresentaram as suas saudações à janela do quarto dela». Claro que eram os seus correligionários calvinistas, que suscitaram reacções bastante diferentes entre os membros da comitiva de Maria. O católico Pierre de Bourdelle, que viajou na suíte dela, queixou-se que quando a rainha queria ir deitar-se, várias centenas de «patifes da cidade» juntaram-se debaixo da janela dela tocando rabecas e outros instrumentos de cordas e cantaram salmos «tão mal e fora de tom que nada poderia ser pior».

No dia 31, quase quinze dias após o regresso de Maria, o magistrado principal de Edimburgo tratou de organizar as coisas. Ofereceu uma recepção à rainha e à sua comitiva, incluindo os seus parentes Guise, convidando-os para um banquete do município na antiga mansão do cardeal Beaton. No dia seguinte, Villegagnon zarpou para França, com alguns acompanhantes de Maria que não queriam ficar mais tempo na Escócia do que os seus deveres oficiais exigiam.

Quando Maria percorreu pela primeira vez os quartos vazios dos aposentos reais em Holyrood, deve ter sentido o entusiasmo de assumir o seu papel de rainha. Fora treinada para esse momento desde que nascera. Também deve ter havido tristeza, porque esses quartos tinham estado desocupados desde a morte da sua mãe, no ano anterior. A mobília fora guardada noutro lugar e a de Maria ainda não chegara.

Hollyrood era um lugar estranho para ela. Nunca estivera aí em criança. Agora que ali chegara deve ter reparado logo que os planos de arquitectura do seu pai seguiam o estilo francês. A torre de Jaime V na qual vivia fora feita de acordo com o modelo da torre de Francisco I no Castelo de Chambord, onde ela ficara muitas vezes. A nova fachada ocidental do palácio, com as suas grandes extensões de vidraças e de esculturas ornamentais, era uma imitação do famoso

terraço de Chambord. Tinha sido erguida em honra de Madeleine, filha de Francisco I e primeira esposa de Jaime V. Depois, quando ela morreu e Jaime casou de novo, os grandes jardins foram traçados pela mãe de Maria seguindo os padrões que ela conhecia tão bem das suas muitas visitas a Saint-Germain, Fontainebleau, Amboise e Blois.

Maria deu por si em ambientes mais agradáveis do que poderia ter esperado. Deve ter notado muito poucas mudanças na sua comida e rotina diária, porque trouxera com ela de França um pessoal doméstico reduzido, incluindo criadas de quarto, porteiros, chefes de cozinha, pessoal da despensa, um alfaiate, capelães, médicos e um boticário. Manteve o seu sistema doméstico francês durante todo o reinado na Escócia, pagando-o com os seus rendimentos de rainha viúva de França, que foi crescendo até ter mais de cento e setenta membros.

Uma coisa que ela descobriu que era diferente foi o clima. A Escócia não era Paris nem o vale do Loire. O calor do Verão carecia da intensidade abrasadora da bacia de Paris ou de Touraine; o frio do Inverno era muito mais severo do que na Picardia ou na Normandia. A Primavera chegava seis semanas mais tarde e o Outono cerca de um mês mais cedo.

Os seus acompanhantes comentaram a pobreza do povo escocês. Bourdeille, com a sua tendência para exagerar, previu que seria fácil para Maria deslumbrar os que eram tão pobres: a visão da sua penúria, disse ele, trouxera lágrimas de tristeza aos olhos dela quando chegou. E Cecil, sempre ansioso por recolher notícias da recepção de Maria, soube que «a pobreza dos seus súbditos era superior ao que esperava encontrar».

Mas isso não era verdade. Havia mais mendigos em França do que na Escócia. A diferença era menos a existência humilde, pobre, dos rendeiros das Lowlands e das Highlands do que a ausência de uma burguesia urbana forte fora de Edimburgo. As cidades e burgos eram tão pequenos que quase passavam despercebidos. O que era notável era o extremo contraste entre as pequenas casas de campo e cabanas das massas rurais e os castelos e as casas com torres dos nobres e proprietários de terras: o fosso entre ricos e pobres. Os rumores acerca das grandes colecções de vestidos, diamantes, pérolas e bordados com jóias de Maria tinham precedido o seu regresso: era o puro fascínio de uma rainha escocesa que podia rivalizar com qualquer coisa vista nas cortes

dominantes da Europa que intimidava os seus súbditos menos prósperos do que a riqueza dela.

Em breve Maria sentiu-se confiante no seu novo lar para organizar uma entrada triunfal em Edimburgo. Queria compensar a ausência de espetáculo que achava ter diminuído o valor da sua chegada. A entrada real era um elemento essencial do culto da monarquia em França e decidiu que era agora a melhor maneira de se apresentar ao seu povo.

Às onze horas da manhã do dia 2 de Setembro, saiu de Holyrood por uma porta das traseiras, contornando a cidade pelo lado norte e voltando a entrar por uma abertura nas muralhas da cidade especialmente feita. Depois subiu a cavalo, com grande pompa, a colina para o castelo, ladeada pela sua principal nobreza. Quando entraram no grande salão do castelo, um banquete de Estado foi servido, no qual Maria foi a anfitriã e os dignitários municipais foram os convidados de honra. Quando saiu, os canhões da cidadela dispararam uma salva.

Isso completou as formalidades da entrada. Seguiram-se os desfiles alegóricos preparados pelo município de Edimburgo para lhe darem as boas-vindas à sua pátria. Quando Maria desceu a Castle Hill, foi recebida por cinquenta jovens habitantes da cidade mascarados de «Mouros», vestidos com tafetá amarelo e usando chapéus e máscaras pretos e enfeitados com anéis e colares de ouro. Formou-se uma procissão em que os nobres e os «Mouros» abriam caminho, após os quais vinha Maria ladeada pelas autoridades municipais, que traziam um dossel púrpura por cima da sua cabeça. «Mouros» e «Turcos» eram os preferidos das multidões nos espetáculos desse tipo, e companhias de «Mouros» tinham aparecido nas procissões feitas em honra de Maria de Guise enquanto ela era regente. O conselho municipal tinha bastantes dessas máscaras já em armazém e decidiram usar o que estava disponível.

A procissão avançou por etapas. Quando Maria chegou ao Lawnmarket, foi obsequiada com a primeira de uma série de desfiles alegóricos e alegorias morais. Um arco triunfal tinha sido feito com madeira e pintado com cores vivas. A partir de uma galeria por cima do arco um coro infantil cantou «da maneira mais celestial» e enquanto Maria passava por baixo um globo mecânico construído para parecer uma «nuvem» abriu-se, dele saindo uma «criança bonitinha» que desceu por uma corda como se fosse um anjo. Primeiro entregou as chaves da cidade a Maria e depois presenteou-a com uma Bíblia e um livro de

salmos, encadernados com excelente veludo púrpura. Depois de lhe entregar os livros, recitou alguns versos:

*Bem-vinda a nossa soberana, bem-vinda a nossa rainha natural
Bem-vinda para nós vossos súbditos grandes e pequenos,
Bem-vinda digo eu mesmo do tédio
Para Edimburgo a vossa cidade principal.
Da qual o vosso povo com coração uno e total
Aqui oferece a vossa excelência
Dois volumes perfeitos em homenagem
Como presentes muito dignos de um príncipe piedoso...*

Maria mantivera o seu escocês, portanto compreendeu cada palavra. Aceitou de bom grado os presentes, mas quando a recitação começou, franziu o sobrolho e com alguma bravata passou-os a Arthur Erskine, o capitão da sua guarda, que se encontrava por perto. Ele era um católico muito conservador, que estivera ao seu serviço em França como mordomo. Maria percebeu que essa apresentação era mais do que parecia: a expressão «príncipe piedoso» era um eufemismo para príncipe protestante, e para os huguenotes e outros calvinistas a Bíblia e o livro de salmos simbolizavam os seus sermões e salmos cantados. Maria compreendeu que lhe estavam a pedir para adoptar uma orientação religiosa calvinista, e decidiu seguir em frente.

A procissão avançou para St. Giles Kirk, seguindo pela High Street. Quando chegou ao Tolbooth, o cenário de julgamentos do Estado e lugar habitual das reuniões do Parlamento, foi realizado um espectáculo mudo em que um grupo de «jovens virgens» – cujos papéis eram interpretados por rapazes – representava a Fortaleza, a Justiça, a Temperança e a Prudência. Essas virtudes foram exaltadas por um narrador como sendo as que um governante devia possuir, o que era incontestável, visto que este quadro alegórico, ao contrário do anterior, era baseado na literatura clássica e era quase uma repetição idêntica de um quadro anteriormente encenado para a mãe de Maria.

Maria parou a seguir na fonte High Cross, onde um terceiro quadro alegórico foi representado. Também foi acompanhado por um comentário, mas dessa vez as palavras eram inaudíveis. Multidões indisciplinadas tinham-se aí juntado, porque em vez de água jorrava vinho das bicas da fonte. Quase nada se

conseguia ouvir por cima do barulho de copos a serem partidos e do regabofe de bêbedos. Maria agradeceu os aplausos dos bebedores e voltou a avançar.

Mais adiante na High Street, no Salt Tron, um dos diversos estabelecimentos públicos de pesagem onde mercadorias vendidas no mercado podiam ser pesadas nas balanças oficiais, um quarto quadro estava em preparação. Coreografado pelos calvinistas de uma ameaçadora maneira para mostrar um sacerdote católico queimado no altar no momento em que levantava a hóstia, foi interrompido pelo conde de Huntly, que transportava a espada de Estado à frente da procissão e chegou aí bem antes de Maria. Em seu lugar, uma representação diferente foi improvisada, na qual efígies de três israelitas foram queimadas por um Moisés desafiador, o que satisfaz os protestantes, mas também deleitou os católicos, que a viram como uma alegoria contra a blasfêmia.

Um quinto e último quadro foi montado na Netherbow Port, a portaria na ponta da High Street que marcava o limite oriental da cidade velha e o ponto onde começava o Canongate e o sector da «corte». Aí foi pronunciado um discurso, após o qual um dragão feito de tela e papel *machê* foi incendiado e cantado um salmo enquanto ardia. Era um tema apocalíptico: o «dragão» era talvez uma alusão ao papa como Anticristo e é improvável que Maria o tenha achado a seu gosto.

Ao chegar a Holyrood, algumas crianças, que tinham seguido Maria numa carroça, cantaram um salmo e entoaram um cântico que era outro ataque à missa. O presidente e outros dirigentes municipais apresentaram então uma arca cheia com uma baixela de prata dourada, que humildemente ofereceram à rainha. Ela agradeceu-lhes com graciosidade, ignorando o cântico, após o que a procissão se desfez e todos foram para casa.

Tinha sido uma celebração formalista, constrangedora, uma expressão de verdadeira alegria e deleite da parte da grande maioria dos nobres e do povo no regresso da sua rainha, mas também uma tentativa descarada por parte de uma minoria calvinista de impor uma orientação religiosa.

Maria reagiu com prudência. Conseguiu ver as coisas em perspectiva. Os calvinistas afirmavam que a missa era «pavorosa aos olhos de todos os homens». Mas isso era uma hipérbole. Nem «todos os homens» eram protestantes. As divisões religiosas na Escócia não eram diferentes das que havia noutros países da Europa. Maria podia avaliá-lo a partir do seu conhecimento dos huguenotes

em França. O desafio era gerir as coisas de uma maneira que evitasse uma guerra religiosa. Fora de Edimburgo e das cidades, o protestantismo não se encontrava de modo nenhum arraigado. Muitos restos do antigo sistema católico ainda sobreviviam como se nada o tivesse jamais perturbado. Em Edimburgo, era fácil encontrar uma missa celebrada na Páscoa: a Reforma oficial andara demasiado depressa para muitas pessoas. Noutras alturas do ano, os católicos ainda ouviam a missa nas suas casas e até mesmo nas igrejas locais, sobretudo nas zonas mais remotas do país.

Quanto aos antigos Lordes da Congregação, só Châtelherault e o filho Arran tinham montado um boicote à entrada de Maria por motivos religiosos. O povo comum de Edimburgo recebera-a calorosamente enquanto primeira governante adulta e reinante da Escócia em vinte anos. Não se sentiam incomodados com o catolicismo dela. Os calvinistas podiam dominar o conselho municipal, mas tinham uma dimensão infinitesimal em relação à população geral da Escócia. E até mesmo os calvinistas de Edimburgo tinham dado as boas-vindas a Maria. Esse facto em si era como um triunfo. Contra a vontade do líder deles, John Knox, que repudiara os comportamentos desse dia como raiando a idolatria. «De bom grado», escreveu, «os tolos teriam imitado a França.»

Maria resolveu confrontar Knox, matando a ameaça à nascença. Considerava que, com lorde James e os seus aliados do lado dela, eram os calvinistas e não uma maioria dos lordes que iriam opor-se-lhe. Estava a começar a entender os valores e sistemas de honra dos nobres escoceses, os quais sabia, pelo tratamento que tinham dado à sua mãe, que provinham em muitos casos da ambição e do oportunismo, mais do que de princípios religiosos, mas que eles justificavam como sendo meios de protegerem os interesses nacionais escoceses. Lorde James era mais perspicaz do que muitos dos nobres, e não era amigo de Knox. Quando muito, concordava com a opinião da irmã sobre ele.

Desde que regressara à Escócia, vindo de Genebra, Knox tinha sido o pastor de St. Giles Kirk, o púlpito mais influente da Escócia, onde pregava contra o papa e a missa todos os domingos, durante duas ou três horas de cada vez. Falava com a linguagem da profecia e via-se como um moderno Jeremias. O choque com Maria era inevitável. Lorde James era incapaz de o refrear, dado que Knox ainda se ressentia da desfeita que achava ter recebido quando o meio-irmão de Maria

ignorara as suas exigências de que fosse requerido desta conformar-se aos desejos da Igreja reformada quando se discutiram as condições do seu regresso.

As coisas chegaram a um ponto crítico no primeiro domingo de Maria em Holyrood. Enquanto ela ouvia missa na sua capela privada, um barulho de desordem estalou no pátio lá fora, quando Patrick, senhor de Lindsay, o filho mais velho de lorde Lindsay, aliado de Knox, trouxe os seus amigos para causar confusão, gritando que o sacerdote «idólatra» devia ser morto. Para proteger Maria, lorde James ficou de sentinela à porta, mas o criado que trazia o mobiliário do altar foi empurrado, as suas velas roubadas e «espezinhado na lama».

No dia seguinte, Maria publicou uma proclamação declarando a sua resolução, segundo o parecer dos seus conselheiros, de tomar uma decisão final para «pacificar» as divergências entre católicos e protestantes, a qual, esperava, «seria para contentamento de todos». Entretanto, «no caso de qualquer tumulto ou sedição ser suscitado», iria preservar o *status quo*. Ninguém deveria tentar alterar o estado da religião «que Sua Majestade encontrara pública e universalmente» estabelecido aquando da sua chegada. Além disso, ninguém devia importunar ou molestar os seus servos ou qualquer membro da sua comitiva, escocês ou francês, fosse qual fosse o motivo».

Arran apresentou um protesto. Queixou-se que subordinados de Maria estavam a ser autorizados a aproveitar-se de uma concessão que fora feita apenas a ela. Se quaisquer membros da sua casa assistiram à missa na capela dela, ele sustentava que tinham cometido «idolatria», uma ofensa «mais abominável e odiosa aos olhos de Deus» do que homicídio ou assassinio.

Maria ignorou esta fanfarronada, intimando Knox, o principal autor da campanha contra a «idolatria», a justificar-se. Era uma estratégia arriscada, mas ela tinha estado a praticar as suas capacidades de debate com Throckmorton.

Knox chegou a 4 de Setembro, quando Maria o recebeu assistida por lorde James. Ela foi ao que acreditava ser o ponto principal, e que tinha pouco a ver com teologia e tudo a ver com resistência política armada. Estava bem a par de que, enquanto estivera no exílio em Genebra, Knox escrevera *O Primeiro Toque da Trombeta contra o Monstruoso Governo de Mulheres*, uma diatribe contra mulheres governantes, publicada em 1558.

A ideia geral era que governantes «idólatras» – homens ou mulheres, mas em especial se fossem mulheres – podiam ser destronados pela força. Knox afirmara que a monarquia feminina era «repugnante» para Deus e para as Escrituras, e uma mulher governante era «um monstro na natureza». O Velho Testamento, afirmava, providenciou os necessários precedentes, as rainhas Jezabel e Atália, ambas vítimas de regicídio legítimo.

Um ano depois de publicar essa obra, Knox aplicara a sua teoria na Escócia. Argumentou que a regente, Maria de Guise, e mesmo a rainha dos escoceses podiam ser legalmente depostas pelos nobres. Até então, o dilema de Knox fora a defesa da autoridade feita por S. Paulo: «Que todos se submetam às autoridades públicas, pois não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus.» (Romanos, 13, 1). Knox era sério o suficiente para não ignorar este texto, mas achou complicado negar. Por fim contornou-o salientando que a palavra «poderes» se encontrava no plural e, portanto, tinha de significar mais do que apenas o governante (ou «poder superior»). Alegava que, visto que múltiplos poderes eram tidos em mente, então a nobreza (que designava como «poder inferior») tinha de ser incluída assim como o governante. Ambos os «poderes» eram legítimos e ambos eram «ordenados por Deus». Sendo assim, concluiu Knox, os nobres (ou «poder inferior») podiam resistir e, quando fosse necessário, depor o governante numa causa piedosa, porque ao resistirem a um governante «idólatra» e ao demolirem «os altares de Baal» estavam de facto a «obedecer às ordens de Deus» e a «cumprir» os Dez Mandamentos.

Knox fizera um salto conceptual, tornando-o, ele que era um teólogo, num teórico da resistência. Maria começou a entrevista acusando-o de incitar os súbditos dela à revolta armada. A isso, Knox respondeu que tudo o que fizera era professar a fé de Jesus Cristo. Maria perguntou:

– Então achais que não tenho uma autoridade justa?

Knox protestou:

– Por favor, Majestade, homens cultos em todos os tempos tiveram opiniões livres.

Reclamou para si o direito de sustentar as suas opiniões, acrescentando:

– Se o reino não vir inconveniente em ser governado por uma mulher, a que aprovarem não a desaprovarei mais... mas ficarei contente por viver sob o

governo de Vossa Graça como S. Paulo estava de viver sob Nero.

Maria ficou magoada por ser comparada com o imperador romano mais censurado pela sua tirania. Exigiu uma explicação de Knox, que tentou limitar os danos alegando que *O Primeiro Toque* fora dirigido contra uma rainha em particular, Maria Tudor de Inglaterra. Ela fora um caso especial, porque ao revogar a legislação protestante do seu irmão Eduardo VI quebrara o que Knox via como sendo a «aliança» feita entre a nação inglesa e Deus e portanto podia ser deposta.

Maria viu isso como um argumento falacioso. Ela estava a falar da sua mãe e de si, não de Maria Tudor. Além disso, o *Primeiro Toque* atacara todas as mulheres governantes sem distinção. Como lembrou a Knox, «vós falais das mulheres em geral», provando que tinha mesmo lido o livro dele. Manteve a sua posição e exigiu uma resposta directa. E voltou à sua questão inicial:

– Achais que súbditos tendo poder podem resistir aos seus príncipes?

Por fim, Knox respondeu:

– Se os príncipes excederem os seus limites e o fizerem contra aquilo pelo qual deviam ser obedecidos, não há dúvida que lhes devem resistir, mesmo pelo poder.

Comparou os governantes a pais e argumentou que os filhos podiam legalmente formar uma confederação para dominar e desarmar um pai «atacado por um delírio» e «mantê-lo aprisionado até o seu delírio ter passado». «É mesmo assim, minha Senhora, com os príncipes... o seu zelo cego não é senão um delírio muito furioso.»

Longe de ser ilegal, era um acto positivo de «obediência» resistir pela força e aprisionar governantes que desobedeçam a Deus «até serem trazidos a uma mente mais sóbria».

Maria ficou chocada com esse discurso, que era bastante diferente de tudo o que ouvira em França. Nem lorde James, a quem não lhe faltavam as palavras, conseguiu quebrar o silêncio. Após uma longa pausa, Maria disse:

– Muito bem, então estou a ver que os meus súbditos devem obedecer a vós e não a mim, e devem fazer o que querem e não o que eu ordeno, e portanto devo estar sujeita a eles e não eles a mim.

Quando Knox saiu, Maria desatou a chorar lágrimas de raiva e frustração. Estava na defensiva, desejando agora que não tivesse lançado o desafio.

Contudo, manteve o sangue-frio. Pelo menos enquanto Knox estivera ali ela não mostrara sinais visíveis de fraqueza. De facto, a impressão com que Knox ficou de Maria bem podia ser tomada como um elogio. Como ele contou a Cecil, a quem não conseguiu resistir a enviar um relato integral, «o seu comportamento geral revela que as lições do cardeal estão tão profundamente impressas no seu coração que a substância e a qualidade devem perecer juntas». Por outras palavras, ela mostrara que era igual a ele numa discussão!

Na semana seguinte, Maria decidiu fazer uma visita real a Stirling e mais além até Perthshire e Fife. Queria ver mais do seu país e do seu povo e mostrar-se a eles. Em vez de sentir saudades de França, parecia ter sentido que chegara ao seu devido lugar.

Ficou durante dois dias em Linlithgow, o seu local de nascimento, antes de partir para uma visita nostálgica a Stirling, onde a mãe vivera tantos anos. A sua estada aí foi breve, mas cheia de acontecimentos. Uma vela numa mesa ao lado da sua almofada incendiou as cortinas da cama a meio da noite enquanto dormia. O quarto ficou cheio de fumo e ela teve a sorte de conseguir fugir antes de ficar asfixiada.

No domingo, a questão da religião veio à tona. Maria desejou ouvir missa solene na Capela Real, onde em criança fora coroada rainha dos escoceses. Os seus capelães estavam a fazer os preparativos quando o conde de Argyll e lorde James chegaram e os afastaram dali. Lorde James estava a cumprir o seu acordo com Maria, mas à letra. Prometera que ela podia ouvir missa na sua capela em Holyrood. Era agora evidente que não queria que a concessão se estendesse a nenhum dos outros palácios dela. Estava a apostar nos dois lados após o choque de Maria com Knox, mantendo os protestantes do lado dele ao parecer proibir as missas da irmã, quando na realidade ficava contente por permiti-las em Holyrood. Claro que isso ainda era motivo de anátema para Knox, que queria ver as missas abolidas. Mas era aceitável para uma maioria dos outros ex-Lordes da Congregação, incluindo o mais poderoso deles, Argyll.

A paragem seguinte de Maria foi Perth, onde outra entrada triunfal foi encenada. Mas embora tivesse sido aclamada pelo povo comum e presenteada com um «coração de ouro, cheio de ouro» pelas autoridades civis, foi pressionada pelos calvinistas, que tinham copiado o exemplo de Edimburgo. A tensão estava a começar a aumentar e enquanto cavalgava em procissão sentiu-se

de súbito doente e teve de ir para dentro de casa a fim de recuperar. O embaixador inglês, Thomas Randolph, que a acompanhava descreveu a sua doença como uma dessas «angústias súbitas» a que era propensa «depois de qualquer grande descortesia ou amargura de espírito».

Ao longo dos quatro anos e meio seguintes, Randolph ficou a conhecer Maria muito bem, fornecendo um manancial de informações sobre ela. Os seus relatórios semanais (por vezes mesmo diários) para Cecil são preciosos, mas ele tem de ser visto por aquilo que era: uma testemunha parcial. Era um aliado próximo e antigo aluno em Paris de George Buchanan, o brilhante classicista e poeta que era também calvinista, republicano e, mais tarde, caluniador de Maria.

Randolph era também protegido por Cecil, que o usara para infiltrar homens e sacos de moedas de ouro não rastreáveis na Escócia durante a revolta de 1559-60, o que ele fez sob o nome de código «Barnabie». Foi depois colocado oficialmente na Escócia, onde ajudou os lordes rebeldes e actuou como elemento de ligação deles com Cecil. Era o homem certo para essa tarefa, visto que já conhecia lorde James e Knox desde Paris. Em consequência desses factos, apercebeu-se das tensões entre pragmatismo político e convicção religiosa existentes no seio dos lordes, disfarçando mal as suas simpatias, que eram mais próximas das de Knox.

Como embaixador residente na Escócia, Randolph gozava dos habituais privilégios diplomáticos. Teve autorização para se juntar à corte de Maria enquanto esta se dirigia de Stirling para Perth, de Perth para Dundee e de Dundee, atravessando de barco o rio Tay, para Fife. Após visitar St. Andrews durante uma semana, Maria regressou a Holyrood, onde a sua primeira viagem real oficial foi considerada um êxito. Tinha tomado posse do seu país apesar das provocações calvinistas. Era um delicado exercício de equilíbrio, mas havia um motivo mais imperioso para a sua tática estar a ser bem-sucedida.

A sua concordata com lorde James estava a compensar. Quatro dias após a sua entrada em Edimburgo, Maria nomeou o seu primeiro Conselho Privado. Sendo uma secção transversal dos nobres, incluía os magnatas territoriais como Argyll, Châtelherault e o conde de Huntly. Sete dos doze membros eram protestantes. E os pesos pesados que Maria colocara no seu conselho de ministros restrito eram lorde James e os seus apoiantes, Maitland e o conde de Morton. Eram os lordes que tinham liderado o conselho de vinte e quatro nobres após a queda da mãe de

Maria. Tinham reatado as suas ligações com Maria antes de esta partir para França e iriam desempenhar um papel decisivo nos acontecimentos tumultuosos do seu reinado.

Quando Maria chegou a casa, o truque era engendrar a transição de poder. Em 1559-60, a Reforma aliara-se com o inato facciosismo dos lordes para criar um momento em que a monarquia ficou de súbito vulnerável. Quando a mãe de Maria foi deposta da sua função de regente, o governo da Escócia deixou de ser o da rainha e passou a ser o dos lordes, ao ponto de o escrivão de Cecil, ao arquivar cartas da Escócia no seu gabinete de Londres, as endossar como «Cartas dos Estados da Escócia». A palavra «Estados» tinha fortes conotações republicanas e o conselho de vinte e quatro nobres era, para todos os efeitos, uma instituição quase republicana.

Maria sabia que tinha de restaurar o prestígio da monarquia. A sua solução foi escolher lorde James como seu principal conselheiro, assim preservando a continuidade, ao mesmo tempo que o subordinava e aos seus amigos à sua autoridade enquanto ministros e servidores da coroa. Isso convinha-lhes, porque a sua relação privilegiada com Maria permitia-lhes manter o poder privado deles e os interesses das facções como antes, ao mesmo tempo protegendo-os de quaisquer possíveis represálias pela participação deles na revolta contra a regente.

Todos se encontravam na corda bamba. O êxito de Maria não era uma conclusão inevitável. Quinze dias antes de partir de Calais, os lordes aperceberam-se da realidade. A sua rainha estava a regressar à pátria e o papel deles estava prestes a mudar de governadores quase autónomos a servidores de uma governante. Era a Maria que tinham agora de prestar contas. Por esse motivo, seria necessário terem uma relação bastante diferente com a Inglaterra, porque todos sabiam que Maria nunca aceitaria ratificar o tratado de Edimburgo.

Cecil tinha já vetado a anterior tentativa de Maitland de desfazer o impasse em relação ao tratado e a sua cláusula final de salvaguarda. Quando Maria regressou a Edimburgo por mar e não por terra, através da Inglaterra, os lordes esperavam que a questão do tratado caísse por omissão. Mas não caiu. Lorde James e os seus aliados começaram a entrar em pânico quando Randolph lhes mostrou uma carta de Cecil exigindo o cumprimento dos termos originais. Sentiram que tinham feito todos os esforços para tentar lançar pontes entre os objectivos

incompatíveis de Maria e Cecil, mas fracassaram. Agora «precisavam de olhar para eles, porque o risco deles era grande».

Mas havia tempo para se fazer um último esforço. No que parecia ser uma campanha concertada, lorde James tentou a sua sorte com Isabel, e Maitland com Cecil. Ambos escreveram cartas cuidadosamente redigidas e planeadas para alterar a tática inglesa e fazê-la dar uma reviravolta.

A Isabel, lorde James enviou uma carta obsequiosa, se bem que perspicaz, lamentando que Maria tivesse sempre «tido em mente fingir interesse ou reclamar título» no trono inglês. Fora um erro fatal, causado pelos maus conselhos da família Guise, mas os acontecimentos tinham evoluído. Se ao menos um «meio caminho» pudesse ser encontrado, «então é provável que pudéssemos ter uma tranquilidade permanente». Reabriu o caso para um compromisso: em troca de renunciar à sua imediata reivindicação dinástica, Maria devia ser «seduzida» pelo seu reconhecimento como herdeira de Isabel. Se a rainha inglesa concordasse, ele tentaria trazer Maria a «alguma conformidade».

Cecil tinha já rejeitado essa atitude, mas fora enquanto Maria se encontrava em França. Agora que estava a caminho de casa, a questão era urgente e coube a Maitland explicar porquê. Argumentou que seria possível para Maria dividir e governar. A sua chegada transformaria a sua relação com os súbditos, muitos dos quais se reagrupariam em torno de uma rainha jovem e vivaz cujos meros sorrisos e caretas seriam suficientes para os cativar. Não era provável que o catolicismo dela a impedisse, visto que o protestantismo ainda tinha de criar raízes. Ela tinha o apoio incondicional dos católicos e seria fácil conquistar muitos dos protestantes. Os lordes não estavam preparados para lutar. Demasiados deles eram ou «inconstantes» ou «ambiciosos»: podiam ser manipulados ou comprados. O maior receio de Maitland era que Maria perseguisse uma orientação política católica. Ela era uma «inimiga da religião» e o seu regresso «não deixará de suscitar portentosas tragédias».

Essas cartas foram coordenadas. Enquanto Maitland apresentava o problema, lorde James oferecia a solução. É a esta luz que a política de Maria deve ser avaliada, porque à sua chegada escolheu «o meio caminho» proposto por lorde James. Assim que o consultou, enviou Maitland a Londres para renegociar o tratado de Edimburgo a favor de um novo acordo que mantivesse as «relações de

amizade» com a Inglaterra, mas em termos que não fossem humilhantes para ela ou para a monarquia.

Ao procurar renegociar o tratado, a reivindicação dinástica imediata de Maria era a sua moeda de troca negocial. Renunciando a ela e reconhecendo Isabel como rainha legítima da Inglaterra, podia em troca obter reconhecimento como sua herdeira. Seria uma troca honrosa. Uma reivindicação dinástica que era válida aos olhos católicos, mas quase insignificante sem o apoio do papa e de Filipe II, seria trocada por algo tangível. Quem saberia quanto tempo Isabel poderia viver? O resultado, afirmou um exultante Maitland que elaborou os mais pequenos pormenores, seria «ligar Maria a boas relações permanentes» com a Inglaterra.

Quando Maitland chegou a Londres, não esteve com rodeios. «Penso», confidenciou corajosamente a Isabel, «que o tratado é tão prejudicial para Sua Majestade [da Escócia] que ela nunca o confirmará.» Estava «concebido de tal forma que Sua Majestade nunca se sentirá obrigada a confirmá-lo». Assinalou (de algum modo com hipocrisia, visto que desempenhara um papel predominante em mediar o tratado de Edimburgo) que o tratado presumia que Maria autorizara as negociações quando na verdade nem fora consultada. Era uma questão calculada para produzir efeito junto de Isabel, que nunca aprovara as operações clandestinas de Cecil em torno do tratado.

Isabel sempre considerou ser sua prioridade defender o ideal da monarquia. Agora cedia, permitindo que, se Maria nomeasse comissários para rever o tratado, faria o mesmo. Uma reunião seria então convocada e a sua agenda preparada por Maitland e Cecil, os dois secretários de Estado. Na altura, a decisão foi um avanço. Isabel propusera fazer um acordo, apesar da firme intenção de Cecil de que Maria devia ratificar o tratado original. Era uma justificação da política do «meio caminho» e da escolha de Maria de lorde James como seu conselheiro principal.

Quando Maria regressou à Escócia, ainda só tinha dezoito anos e enfrentou as consequências de decisões tomadas por outros na sua ausência. Precisava de conselheiros nos quais pudesse confiar, homens de comprovado talento que fossem capazes de manter em xeque o facciosismo dos nobres. Pela sua concordata com lorde James podia subordinar os lordes à sua autoridade e ao preservar o *status quo* em matéria de religião podia garantir um invejável grau

de estabilidade. Em suma, podia recuperar o fôlego enquanto aprendia mais acerca da terra onde nascera para poder governar. Recusara ratificar o tratado de Edimburgo porque era um flagrante aviltamento da sua honra. Com as emendas propostas por lorde James e Maitland, punha-se um ponto final no assunto.

Maria entrou no labirinto à sua chegada à Escócia, mas até agora tinha conseguido encontrar o seu caminho. No seu regresso a Edimburgo, Maitland proferiu o que antes teria sido considerado impensável: um elogio de Maria. «A rainha minha senhora», informou um desconfiado Cecil, «comporta-se tão gentilmente em todos os lados como poderíamos pedir. Se alguma coisa correr mal, a culpa está antes em nós.» Até criticou Knox. «Conheceis a veemência do espírito do senhor Knox, que não pode ser refreada, e, contudo, por vezes profere tais frases que não podem ser digeridas por um estômago fraco. Gostaria que ele lidasse com ela mais suavemente, sendo uma jovem princesa não persuadida.»

Antes da chegada dela, Maitland imaginara Maria como sendo uma católica ideológica cujo regresso «não deixaria de suscitar portentosas tragédias». Agora acreditava que «revela uma sabedoria que em muito excede a sua idade». Após a morte de Francisco II, a política das Ilhas Britânicas tinha sido ditada pelos objectivos de Cecil. Mas quando Isabel admitiu que o tratado de Edimburgo era negociável, os holofotes caíram sobre Maria. A sua proposta de um «novo começo» feita pouco antes de deixar França já não parecia ingénua. O seu carisma podia ainda tornar-se o seu grande trunfo. Os benefícios eram enormes. «Com certeza», concluía o elogio de Maitland, «vejo nela uma grande complacência e penso que a rainha vossa soberana será capaz de fazer muito com ela em matéria de religião, se alguma vez entrarem numa boa familiaridade.»

No fim de 1561, uma solução dos problemas da Escócia parecia mais próxima do que em qualquer altura desde a morte de Henrique VIII. Uma rainha jovem, bela e inteligente regressara para ocupar o seu trono e dentro de meses encontrava-se bem a caminho do êxito. As questões eram: o seu carisma seria suficiente, dada a desigualdade entre a Escócia e a Inglaterra? E Cecil ainda iria interferir?

Capítulo 10

Um encontro entre irmãs

A 5 de Dezembro de 1561, o primeiro aniversário da morte de Francisco II, Maria mostrou o seu respeito pelo falecido marido colocando a corte em Holyrood a fazer meio luto durante dois dias. Foi dado veludo preto aos seus capelães para usarem em missas especiais a serem cantadas na sua capela privada. Usou as suas roupas brancas de luto e no auge da solenidade do *requiem* acendeu uma grande vela de cera ornamentada com uma fita preta. Os serviços tiveram uma assistência reduzida, só compareceram os mais leais dos seus servidores. Até mesmo Paul de Foix, o embaixador francês que se encontrava de visita, achou prudente manter-se afastado. Muitos dos membros do pessoal doméstico de Maria receavam ser espancados por grupos de calvinistas de Edimburgo se estivessem ali. Nenhum dos lordes escoceses esteve presente e quando Maria pediu aos que estavam na corte ou começavam a chegar a Edimburgo para a época festiva para usarem roupas de luto durante um dia, todos recusaram. Apesar disso, ela estava determinada e nenhum pormenor da liturgia foi omitido.

Depois, à medida que o Natal se aproximava, o estado de espírito mudou. Maria comportava-se mais uma vez como os seus súbditos escoceses esperavam que se comportasse, o que significava presidir a uma corte famosa pela sua alegria. A hospitalidade e os entretenimentos podem ter sido numa escala menor do que aqueles a que se acostumara em França, mas foram quase tão brilhantes. Tal como Randolph, o embaixador inglês relatou: «As damas aqui são alegres, saltando e dançando, enérgicas e formosas.» Em breve ele estava quase dominado por tudo isso: «A minha pena cambaleia, a minha mão não consegue escrever mais... Nunca me encontrei tão feliz, nem nunca tão bem tratado.»

Assim que os navios de transporte chegaram com os seus bens e mobília, Maria restaurou os palácios no seu estado de esplendor e magnificência que já não eram vistos na Escócia desde que a mãe era a única regente. Dez tecidos

esplendóricos eram para serem usados como dosséis interiores por cima do trono de Maria. Cinco outros dosséis eram para uso exterior: um de cetim carmesim era na verdade um guarda-sol para «fazer sombra diante da rainha» nos dias ensolarados e quentes.

Mais de cem tapeçarias foram desembulhadas. Eram usadas para decorar as paredes dos aposentos reais e salões de recepções. Trinta e seis tapetes turcos foram desenrolados nos soalhos. Não menos de quarenta e cinco camas foram montadas de novo, quinze delas ornamentadas com renda dourada ou prateada ou com sanefas ricamente bordadas e cortinas, para uso de Maria e dos seus convidados.

As tapeçarias de Maria eram a glória da sua colecção. Tinha uns vinte conjuntos completos, muitos incluindo entre sete e doze peças individuais, permitindo que muitas salas fossem decoradas. Um conjunto retratava a história de Eneias, outro o julgamento de Páris, outro o triunfo francês sobre os espanhóis e forças papais na batalha de Ravena em 1512. Este terceiro conjunto era um dos preferidos de Maria. Acompanhou-a para todo o lado, onde quer que fosse, durante o resto da sua vida: as suas salas no Castelo de Fotheringhay estavam decoradas com ele antes da execução. Uma única tapeçaria encontrava-se assinalada no inventário como «ainda não terminada». Devia ter sido retirada à pressa da fábrica, e como era impossível terminá-la na Escócia foi descartada e aproveitada para fazer mais um tecido de gala.

O trono dourado da rainha estava forrado com veludo carmesim e tecido dourado. A mesa na sua sala de audiências era pintada e dourada. Bancos baixos eram colocados para as quatro Marias e bancos desdobráveis para visitas importantes, todos eles cobertos de veludo. Oitenta e uma almofadas bordadas encontravam-se espalhadas à volta das salas, que incluíam trinta e três de tecido dourado, quinze de tecido prateado e treze de cetim ou brocado. Armários ou aparadores eram usados para expor baixelas de ouro ou prata, copos e objectos decorativos. Mesas laterais tinham coberturas do melhor veludo, damasco ou tecido dourado, uma delas bordada com as flores-de-lis da França em fio de ouro. Para os banquetes no grande salão, Maria tinha duas toalhas de mesa de linho, cada uma delas com doze metros de comprimento.

Embora Maria sempre tivesse preferido montar a cavalo do que ser transportada numa liteira ou num coche, a sua bagagem incluía uma liteira

puxada por cavalo, coberta de veludo e orlada com ouro e seda, assim como um coche que parecia uma cama de dossel com rodas. Uma equipagem dessas era o máximo do luxo. Maria de Guise tivera uma assim quando recebeu uma conta de 13 xelins para reparações nela em St. Andrews, mas a sua fora a primeira a ser vista na Escócia. Os coches eram ainda raros mesmo em Paris: as únicas mulheres importantes para os terem no reinado de Henrique II eram Catarina de Médicis e Diana de Poitiers.

Uma sumptuosidade desse grau era inédita na Escócia. Os pertences de Jaime V tinham sido mais modestos, e embora Maria de Guise tivesse tido tapeçarias e bens pessoais de estilo e qualidade semelhantes, eram em menor quantidade. Havia um inventário distinto para os bens da sua mãe, que Maria herdara e juntara à sua ostentação. A sua força estava nas artes visuais e decorativas. A mãe dela acumulou doze conjuntos de tapeçarias, um deles com o tema dos Doze Trabalhos de Hércules, e dez pinturas sobre madeira. Tinha seis mapas do mundo e dois globos, um astronómico e o outro terrestre. Dez relógios com caixas ornamentadas com pedras preciosas ou seda tinham lugares de honra nas mesas laterais. Um dos bens mais preciosos da sua mãe era um retrato dela. Fora escondido pelos seus executores testamentários e Maria insistiu que lhe fosse devolvido. Com os globos, encontrava-se entre os seus objectos mais estimados. Também eles iriam ser redescobertos no seu quarto em Fotheringhay.

Maria sempre adorou roupas e o seu guarda-roupa era vasto. Tinha dúzias de vestidos, saíotes, camisas, anquinhos espanhóis, saias, corpetes, mangas destacáveis (muitas vezes acolchoadas ou com apoios de arame), coletes, capas e mantos. Tinha gavetas a abarrotar de meias de seda preta, meias de crepe branco, meias de lã e seda bordadas com fio de ouro e prata, meias da melhor lã Guernsey e meias de malha fina especial que mostravam a forma da perna e que deve ter usado quando dançava. Tinha ligas de seda, botões de pérola, botões de ouro e mais de cinquenta lenços bordados.

Tinha tiaras, toucas de linho macio, véus, cachecóis, lenços de pescoço, chapéus e fitas de chapéus. Um dos seus muitos inventários registava trinta e seis pares de sapatos de veludo enfeitados com rendas douradas e prateadas. Tinha sapatos de pele macia, sapatos de pele e entretela, assim como inúmeros pares de luvas, algumas de pele, outras de lã e ainda outras que eram perfumadas.

As suas roupas de trazer por casa eram feitas de tecidos dourados e prateados, de seda, cetim, veludo ou damasco, e forrados com tafetá. As alças e enfeites eram bordados a ouro e prata ou com pedras preciosas, os botões eram de ouro ou prata maciça ou então de esmalte preto ou verde, as borlas de renda de fio trançado. As roupas que usava para sair eram de veludo, damasco ou sarja florentina e as para montar eram de sarja reforça, decorada com rendas e fitas.

Maria quase não tinha oportunidades suficiente para usar todas essas roupas e isso numa época em que uma mulher abastada podia gabar-se de ter três vestidos. Uma mulher nobre rica podia ter no máximo duas dúzias. Uma mulher pobre seria uma felizarda se tivesse mais do que um, talvez de linho feito em casa, mas de malha de lã que tinha cardado e fiado numa roda de fiar.

Enquanto mulher governante exercendo um papel desempenhado por homens, Maria mostrou logo que tinha uma paixão por divertimentos e grande animação que invertessem os estereótipos sexuais ou sociais. Com quase um metro e oitenta de altura, podia fingir que era um homem e gostava de vaguear, incógnita, com as suas Marias pelas ruas de Edimburgo, usando roupas masculinas. Ou então ela e as suas quatro queridas companheiras esqueciam as suas posições e vestiam-se como esposas de burgueses. Em St. Andrews, divertiam-se brincando às donas de casa, banindo os símbolos da realeza e fazendo as suas compras. Em Stirling, andavam disfarçadas pelas ruelas mendigando dinheiro, para verem quem dava e quem recusava. Num baile de máscaras após um banquete em honra do embaixador francês, apareceram vestidas como homens, causando choque e consternação. Para satisfazer o seu perverso sentido de humor, Maria tinha o seu bobo da corte, uma mulher chamada «Nichola» ou a *Jardineira*, que trouxe de França e com quem adorava fazer brincadeiras.

Gostava de fazer exercício regular. Montava num dos seus cavalos todos os dias, por vezes sozinha e por quase três horas. Os seus desportos preferidos eram caçar, falcoaria, tiro com arco e flecha e provas de hipismo. Até jogava golfe nos sectores perto do estuário de Forth. Quando chovia ou estava demasiado frio para fazer exercício lá fora, ficava em casa e jogava xadrez, cartas ou bilhar.

Nem todos queriam alegria. John Knox queixou-se que Maria «se mantinha muito séria» na presença dos seus conselheiros, mas quando «as suas jovens libertinas, rabequistas e outros desse bando apanham a casa vazia, podem ser

vistos a dar saltos não muito decentes para mulheres honestas». Knox via-se como uma voz gritando no deserto, porque Maria era uma rainha gregária que apreciava o ciclo constante de banquetes, dança, mascaradas e divertimentos teatrais a que se acostumara em França.

A sua primeira mascarada foi encenada num banquete em honra dos seus parentes Guise, que em breve iriam regressar a França. A rainha, as suas Marias e os nobres mais importantes representaram os papéis principais. Noutras alturas, quando eram espectadores, os principais papéis eram desempenhados por actores profissionais ou criados. Por vezes, era um espectáculo sem palavras, mas havia recitações seguidas por música e dança, e, em ocasiões especiais, efeitos mecânicos. George Buchanan fazia muitas vezes o guião dessas mascaradas. Numa delas, fez com que Apolo e as Musas marchassem em procissão diante de Maria enquanto explicavam que, tendo sido afastadas das suas casas pela guerra, se tinham reunido na corte dela. Noutra, as quatro Marias representaram os papéis de ninfas que tinham vindo oferecer as suas oblações a Maria, mostrada como Hígia, a deusa da saúde, cujo animal era uma serpente bebendo de um pires que ela segurava na mão.

Maria utilizava Buchanan para lhe fazer leituras. Pouco depois da sua chegada, estudavam juntos a *História de Roma*, de Tito Lívio, cerca de uma hora todas as tardes. Até que ponto Maria estava interessada em Tito Lívio, não sabemos. Nunca apreciara muito história ou literatura clássica, e a verdadeira razão para as suas tardes com Buchanan era o seu amor pela poesia francesa em vernáculo, porque, embora ele fosse escocês, era também um dos melhores poetas que escreviam em latim e em francês. Até mesmo Ronsard e a Pléiade tinham elogiado a sua obra.

Em breve Buchanan foi reconhecido como poeta oficial da corte de Maria. Fez o guião da maior parte das mascaradas nos cinco anos seguintes e também recitou os versos improvisados em honra de Mary Fleming quando esta foi escolhida como *Rainha do Feijão* nas festividades da Noite de Reis. De acordo com a tradição, um feijão era cozido dentro de um grande «bolo de reis». Quem encontrasse o feijão na sua fatia de bolo era rainha por um dia. Quando Mary Fleming desfilou em triunfo, foi-lhe dada uma coroa e sentada com pompa no seu trono. Maria deve-se ter deleitado com essa brincadeira, que apelava ao

mesmo gosto pela inversão social que a fizera apreciar o papel de dona de casa burguesa em St. Andrews.

A música era indispensável nas mascaradas, e como Maria adorava dançar, sempre mantivera menestréis e músicos na folha de pagamentos. Tinha um grupo de cinco músicos que tocavam viola e três que tocavam alaúde. Alguns dos seus criados cantavam e tocavam alaúde. Também gostava de instrumentos de sopro. Tinha vários gaiteiros e um tocador de charamela. Mais tarde, mantinha uma pequena orquestra de trombetas, oboés, pífaros, tambores e tamborins. O seu pessoal doméstico formava um coro, que cantava nas recepções nocturnas. Quando três criados que cantavam três partes necessitavam de um baixo para cantar a quarta, David Rizzio, um jovem criado e músico do Piemonte, que viajara para Edimburgo na comitiva do *signor* di Moretta, o embaixador do duque de Sabóia, largava o seu posto para entrar ao serviço dela.

Uma das inovações desportivas e culturais de Maria foi a mascarada equestre, que introduziu semanas depois da sua chegada. Eventos desse género eram encenados no exterior, assumindo a forma de «corrida ao anel» com máscaras. Uma equipa vestia-se como «Cavaleiros Estrangeiros» e a outra como «Cavaleiras», após o que as equipas corriam em competição nas areias de Leith. O objectivo desse jogo era ver qual das equipas conseguia marcar mais pontos enfiando a lança num anel suspenso de um poste, numa quantidade fixada de voltas. Mas de vez em quando havia divertimentos no interior, como quando grupos de cavaleiros entravam a cavalo no grade salão e recitavam versos elogiando Maria e comprometiam-se a serem seus vassalos.

Alguns dias após a mascarada inaugural de Maria, Randolph, o embaixador inglês residente, foi convocado enquanto ela se encontrava na sala do Conselho. Encontrou-a «onde normalmente se sentava a maior parte do tempo costurando uma peça ou outra». Quando os seus conselheiros saíram, ela pediu-lhe para esperar, dizendo-lhe: «Falarei convosco à parte no jardim.» Uma das aptidões especiais de Maria era a capacidade para persuadir a pessoa com quem conversava que era a única que importava, e Randolph percebeu que essa conversa era importante.

Maria começou por um tema simples.

– Gostais deste país? Estais aqui há um bom tempo e conheceis o país bastante bem.

Randolph respondeu:

– O país é bom e pela política pode ser tornado muito melhor.

A isto, ela replicou:

– A ausência de um príncipe fez com que ficasse pior, mas, no entanto, não se assemelha à Inglaterra.

Randolph disse que havia muitos países numa condição muito pior do que a Escócia, mas poucos eram «melhores do que a Inglaterra», a qual ele acreditava que Maria iria visitar.

Randolph estava com dificuldades porque fazia uma pequena ideia do que se preparava. Mas dissera a coisa certa. Uma visita a Inglaterra era o que Maria desejava. E esta concordou:

– Ficaria contente com isso se a minha irmã vossa senhora também estiver de acordo.

Maria escolheu o seu momento. Após Maitland regressar da sua embaixada, tinha havido uma súbita reviravolta e a sua diplomacia fracassara. Isabel já não iria nomear comissários para renegociar o tratado de Edimburgo a fim de abrir caminho para Maria ser reconhecida como sua sucessora natural em troca de renunciar à sua reivindicação dinástica imediata. À medida que os anos passavam, Isabel desenvolveu um receio quase primitivo de nomear um sucessor ou de permitir que a sucessão fosse discutida. Parecia ter uma espécie de receio supersticioso de que identificar o seu sucessor pudesse apressar a sua morte: estava ainda marcada pelas conspirações e revoltas dos reinados do irmão e da irmã mais velha. Disse: «Eu conheço a inconstância do povo da Inglaterra, como detestam o actual governo e têm os olhos postos na pessoa que será a próxima na sucessão.»

A consequência foi que, seis semanas após a partida de Maitland, Isabel rescindiu a sua proposta e apelou a Maria para ratificar o tratado na sua forma original. Maria recusou fazer isso, mas ainda acreditava que seria possível chegar a um acordo com a prima.

Estava ainda mais determinada porque não queria ser apenas uma chefe nominal na Escócia. Queria governar. Com a insubordinação de Knox tão evidente e fresca na sua mente, começava a temer que os seus súbditos escoceses nunca lhe viessem a obedecer da maneira que pensava poder esperar, a menos que os seus direitos de sucessão na Inglaterra fossem aceites. A sua

reivindicação dinástica e o seu prestígio na Escócia estavam ligados, porque enquanto Knox e os seus apoiantes escrevessem a Cecil em Inglaterra e conspirassem com ele nas costas dela, a sua autoridade estaria enfraquecida.

Contudo, se Isabel a aceitasse como sua sucessora, então iria legitimá-la de uma vez por todas, tornando muito mais arriscado que súbditos de Maria apelassem à Inglaterra contra a sua autoridade, quer sobrevivesse a uma mulher que era apenas nove anos mais velha do que ela ou não.

Isabel tinha objectivos. Tornara claro ao Parlamento em 1559 que não fazia tensões de casar. O seu discurso foi divulgado: «Isto para mim deverá ser suficiente, que uma pedra de mármore ateste que uma rainha, tendo reinado em tal tempo, morreu virgem.»

Uma declaração como essa não pode ser tomada à letra. Isabel era uma soberba mestra de retórica, que sabia que o seu casamento e a sucessão estavam ligados. Enquanto um casamento, se alguma vez houvesse um, asseguraria a sucessão desde que ela tivesse filhos, era politicamente ingénuo para uma mulher governante anunciar os seus planos para casar muito antes de fazer a escolha final do candidato. Não só a sua autoridade seria abalada por lutas de facções internas como o seu casamento – presumindo que escolheria casar com um príncipe estrangeiro – suscitaria as mesmas questões controversas de monarquia ausente que tanto tinham humilhado Maria Tudor quando Filipe II deixara Inglaterra e a sua esposa após apenas cerca de um ano para tratar de preocupações mais importantes.

Em 1560, Isabel ponderara seriamente a hipótese do casamento. Apaixonara-se loucamente pelo seu belo favorito, lorde Robert Dudley, com quem teve um caso que durou dezoito meses. Tal como foi explicado pelo embaixador espanhol, «lorde Dudley tornou-se tão popular que faz o que quer em matéria de casos amorosos e até se diz que Sua Majestade o visita no seu quarto de dia e de noite». O caso deles parece ter-se ficado pelos preliminares, mas foi escandaloso porque Dudley era casado. A sua esposa era Amy Robsart, com quem se casara dez anos antes.

Os mexericos desenfrearam-se em Setembro de 1560, quando Amy morreu aos vinte e oito anos em circunstâncias suspeitas. Caiu por um lance de oito degraus na sua casa em Cumnor Place, perto de Oxford, e partiu o pescoço, depois de mandado que todos os criados se fossem divertir numa feira próxima. Um júri de

médicos legistas concluiu por um veredicto de morte accidental, mas se ela morreu acidentalmente, se cometeu suicídio ou foi assassinada, é impossível avaliar a partir dos escassos indícios. Isabel não queria ouvir nada contra Dudley, mas no fim do ano decidiu que o casamento com ele era demasiado arriscado. Em Novembro, recuou na sua intenção de lhe dar um título de conde. No último momento pegou numa faca e retalhou o documento de concessão do título.

Depois de Maitland regressar à pátria, convencido de que o tratado de Edimburgo era renegociável, Isabel mudou de ideias. Toda a sua vida foi propensa a tais acessos de indecisão e hesitação. Sir Walter Raleigh, mais tarde, brincou dizendo que «Sua Majestade fazia tudo pela metade». Era um defeito que ela parecia encarar como uma virtude, visto que isso lhe dava mais tempo para pesar as suas opções.

A conselho de Cecil, Isabel decidiu que substituir o tratado era demasiado perigoso. Ela sabia que era ilegítima aos olhos da Igreja Católica. Também sabia que o Parlamento do seu pai a declarara ilegítima quando a sua mãe, Ana Bolena, foi executada. E se o tratado iria ser seriamente reexaminado, tudo o que, uma vez mais, se encontrava no caminho da reivindicação de Maria do trono inglês era a decisão de Filipe de reconhecer e proteger Isabel.

As relações da Inglaterra com Filipe II eram ainda cordiais, mas isso poderia não durar para sempre. Uma brecha abriu-se na Primavera de 1561, quando Isabel se recusou a enviar representantes a uma nova sessão do Concílio de Trento, suscitando acusações de católicos de toda a Europa de que ela era cismática, herética, ilegítima e imoral. Quanto mais pensava nisso, mais Isabel se mostrava relutante em pôr uma espada nas mãos dos que acabariam por estar em condições de a virar contra ela.

Isabel fora invulgarmente fraca com Maitland. Em geral guardava as dúvidas para si, mas dessa vez dera-as a conhecer. Receava uma ameaça à sua segurança se Maria fosse nomeada sua sucessora. Por mais honrosas que fossem as intenções da sua prima, o mero processo de nomear um sucessor iria mexer num ninho de vespas. Isabel disse:

– Os príncipes não podem gostar dos filhos. Achais que eu podia amar a minha mortalha?

Em consequência, Maria queria encontrar-se com Isabel frente a frente. Estava confiante de que, se pudesse falar com a prima ao nível de rainha para rainha, as

divergências entre elas iriam desaparecer e um novo acordo seria alcançado. Assim que Maria abordou a possibilidade de uma visita, Maitland deitou mãos à obra para tratar disso.

Nem Isabel estava indiferente. A verdade é que já se encontrava hesitante. Em Janeiro de 1562, escreveu à prima dizendo que, embora ainda não pudesse enviar o seu retrato para concluir o anterior acordo de troca, isso era apenas porque o artista se encontrava doente e incapaz de o «traçar». Mas assim que o retrato estivesse pronto ela iria enviá-lo à sua «irmã». Era um bom exemplo do génio de Isabel para as relações públicas, mas também o reconhecimento de que um acordo entre as duas rainhas estava ainda previsto.

O capital de Maria estava a aumentar. O Conselho Privado inglês encontrava-se dividido a respeito do seu direito à sucessão. Enquanto Isabel se recusasse a casar, haveria sempre aqueles que desejavam manter as suas linhas abertas para alguém com tão forte direito ao trono, como era o caso de Maria. Embora fosse católica, tinha muitos apoiantes em Inglaterra. A sua política de compromisso e conciliação com os lordes protestantes tinha sido calorosamente recebida. E outros acontecimentos trabalhavam a seu favor.

O testamento de Henrique VIII pusera de lado as regras estritas da descendência hereditária. Se os seus filhos morressem sem herdeiros, então o trono passaria para a prole da duquesa de Suffolk. Nessa década de 1560, essa prole era *lady* Catarina Grey ou a irmã mais nova, Mary Grey. Eram protestantes e o direito de Catarina era apoiado por Cecil, que trabalhava incansavelmente nos bastidores para o promover.

Contudo, Isabel detestava as irmãs Grey. Fez o que podia para as humilhar, e quando Catarina casou em segredo com o conde de Hertford e ficou grávida, o escândalo beneficiou Maria Stuart. O casamento foi descoberto em Agosto de 1561, quando uma furiosa Isabel enviou o casal para a Torre. Catarina teve um filho chamado Edward, como o pai. Isabel persuadiu o tribunal da Câmara Estrelada a multar o conde em quinze mil libras por seduzir uma virgem real e o arcebispo de Cantuária a anular o casamento, desse modo incapacitando quaisquer filhos dessa união de terem lugar na ordem de sucessão.

Ao passo que Cecil apoiava o direito de Catarina Grey à sucessão, Isabel favorecia o de Maria Stuart. Quando olhava para isso deste ponto de vista, em vez do receio do papado e de Filipe II, Isabel acreditava que a rainha dos

escoceses era inegavelmente uma rainha autêntica e não uma arrivista. Era uma viúva respeitável: uma mulher à volta da qual nunca tinha havido o menor indício de escândalo, e embora em privado fosse católica, em público aceitara a Reforma protestante oficial na Escócia, onde a sua estrela estava em rápida ascensão.

O ponto crucial era o lugar da religião. Isabel era protestante, mas não como Cecil gostaria que ela fosse. A ruptura ideológica entre ela e Cecil em relação a Maria estava a ganhar forma. Isabel seria sempre relutante em esclarecer a questão da sucessão se isso significasse reconhecer um sucessor nomeado. Mas na sua mente mantinha a religião e a política separadas. O seu objectivo prioritário era defender o ideal da monarquia, e se deixada entregue aos seus planos, iria, mais cedo ou mais tarde, reconhecer as deficiências do tratado de Edimburgo e chegar a acordo com Maria. Seria tentada a reconhecer o direito de Maria de ser vista como sua herdeira natural, mas sem a nomear como sua sucessora.

O que apavorava Cecil era que Isabel pudesse um dia pô-lo de lado e fazer isso. E que melhor maneira haveria para Maria de persuadir Isabel a fazer tal coisa do que um encontro frente a frente?

Na Primavera de 1562, Maria fazia planos para o próximo encontro. Todos os pretendentes à sua mão tinham sido educadamente rejeitados, e se o assunto do casamento fosse abordado, ela iria gracejar dizendo que não tinha mais ninguém em vista a não ser Isabel.

Maria estava tão esperançosa que enviou outro retrato seu à prima. Dessa vez era uma miniatura posta num anel atrás de um grande diamante emoldurado como um coração, o tipo de lembrança trocada por amantes reais. A jóia demorou quase três meses a ser fabricada, mas encontrava-se pronta a meio de Junho.

Maria escreveu versos para a acompanhar. Tal como no seu discurso no Louvre, precisou de ajuda, o que Buchanan habilmente forneceu. O presente teve o efeito desejado. Isabel respondeu duas semanas mais tarde, enviando a Maria os seus versos em italiano. Depois Maria retribuiu em francês e italiano «com mais alguns escritos da melhor maneira que consegue»:

*Só um pensamento me dá prazer e dor,
O meu coração enche-se primeiro com amargura e depois com doçura,*

*Pairando entre a dúvida e a esperança que me afecta,
Pelo que a paz e o sono fogem de mim.*

*Por isso, querida irmã, se estes versos vos trazem
O desejo de encontro que também me move,
Só posso ser deixada em dor e tristeza
Se o encontro não acontecer em breve.*

Estes intercâmbios entre as duas rainhas eram, de uma maneira namoriscadora, o prelúdio de uma aproximação. Maitland encontrava-se em comunicação epistolar com Cecil, que tentava estragar os procedimentos. Cecil percebeu onde iria levar isso. Sobretudo desagradava-lhe a ideia de um «casamento» simbólico e nunca poderia aceitar que Maria, católica e Guise, tivesse mudado as suas cores.

A 25 de Maio, Maitland foi de novo enviado para Londres, onde ficou até ao início de Julho. As suas instruções eram de fazer os preparativos finais para a entrevista.

Mas Cecil deixava arrastar o assunto. Maitland queixou-se das «breves e obscuras» frases dele. Então chegaram notícias chocantes de França. O duque de Guise, viajando de Joinville para Paris, passara pela aldeia de Vassy quando várias centenas de huguenotes faziam o seu culto num celeiro. A comitiva dele tentou acabar com a reunião, mas foram repelidos. Então os seus mosqueteiros dispararam, fazendo vinte e três mortos e quase uma centena de feridos. O duque negou veementemente que tivesse iniciado o massacre. Sempre insistiu que a violência estalara porque os huguenotes tinham atirado pedras contra ele e os seus homens. Qualquer que fosse a verdade disso, os piores receios de Cecil foram confirmados pelo massacre: parecia que os Guise estavam lançados numa cruzada que acabaria por atravessar o canal e estender-se a Inglaterra.

Cecil apelou a Isabel para enterrar o assunto da entrevista com Maria, a qual também percebia que o massacre iria prejudicar seriamente a sua causa. A 29 de Maio, Maria convocou Randolph para se dissociar dos seus tios. «Lamentou a precipitada iniciativa deles, a qual não só pôs em perigo as suas pessoas como também em ódio e desdém de muitos príncipes do mundo.»

Cecil preparou-se para escrever outra série de memorandos. Estava determinado a bloquear o encontro e utilizou os pretextos mais fracos declarando que chovera tanto que a «grande humidade» iria bloquear as rodas dos coches

que transportariam as rainhas. York ou Nottingham tinham sido sugeridos como ponto de encontro, a meio caminho entre Londres e Edimburgo. Mas Cecil argumentou que havia aí escassez de «vinho e aves de capoeira». Até se sentiu bastante confiante para esboçar instruções a serem dadas a *sir* Henry Sidney, cunhado de lorde Robert Dudley e presidente do governo municipal em Gales, que deveria ser enviado a Maria como enviado especial para lhe dizer que o encontro fora cancelado.

Maitland continuou a pressionar Isabel em Greenwich. Os seus esforços pareciam condenados, e, no entanto, para seu deleite, Isabel pôs de lado Cecil. Tomou a sua decisão a 6 de Julho, quando um contrato foi redigido finalizando o pequeno impresso feito para o encontro. Seria realizado em York, em Agosto ou Setembro. Maria era autorizada a ter mil servidores como reflexo da estima em que era tida. Seria autorizada a usar «os ritos da sua religião tal como em casa», um generoso privilégio. Contudo, não seria uma convidada, teria de pagar a sua estada. Foram tomadas providências para se instalar uma loja de câmbio na qual ouro e moedas de prata escocesas pudessem ser trocadas por dinheiro inglês a fim de comprar provisões e acorrer a outras necessidades.

Se Cecil ficou abalado, Maria estava exultante. Maitland regressou a Edimburgo no dia 15, quando ela disse a Randolph como estava eufórica e como não poderia ter recebido melhores notícias. Isabel tinha até selado o acordo enviando o seu retrato há muito esperado.

Maria mostrou-o a Randolph e questionou-o vezes sem conta. «Quão parecido é com o rosto ao vivo da vossa Senhora?» Ele respondeu que em breve Maria poderia por si avaliar tal coisa, quando «iria encontrar muito mais perfeição do que poderia ser indicada pela arte do homem».

«Isso», respondeu Maria, «é o que mais tenho desejado desde que estava com a esperança disso mesmo». Ela encontrava-se quase dominada pelo júbilo. «E que Deus seja minha testemunha, eu honro-a no meu coração e amo-a como minha irmã querida e natural.» A linguagem de Maria mostra que tinha feito um grande investimento psicológico no êxito desse encontro.

Mas mais uma vez iria sentir-se frustrada. A 15 de Julho, nove dias após Isabel ter proposto a entrevista, esta mudou de ideias. O encontro seria adiado para o ano seguinte tendo em vista os trágicos acontecimentos em França. Cecil conseguira levar a sua avante. Sidney, já destinado para dar a notícia a Maria e

cujas instruções estavam preparadas e em espera, partiu de Londres no dia 16. Chegou a Edimburgo no dia 21, mas Maria encontrava-se indisposta. Lorde James Stuart e Maitland já tinham conhecimento dessa notícia. Contaram a Maria, que caiu «num tal sofrimento que ficou na cama durante todo esse dia», recusando-se a mexer-se ou a falar com ninguém. Recebeu *sir* Henry no dia seguinte «com grande dor... também patente por diversas demonstrações manifestadas não só em palavras como também pelo semblante e olhos lacrimejantes».

O pior ainda estava para vir. Em menos de três meses, a primeira das Guerras de Religião iria começar em França e a Inglaterra iria intervir na Normandia, ao lado dos huguenotes contra os Guise. Todas as ideias da entrevista seriam postas de lado.

A guerra civil em França começou menos porque Catarina de Médicis, ainda regente, se opusera aos huguenotes do que porque ela deixara de os apoiar. Após a subida ao trono do seu filho de dez anos, Carlos X, a sua política fora a de eclipsar os Guise e lidar com a questão religiosa apaziguando os huguenotes. Tinha poucas opções, porque os rápidos avanços deles na corte eram iguados pela sua expansão no país como um todo. A curto prazo, a política de Catarina de Lhes permitir fazer o seu culto nas casas resultou. Os seus dois grandes líderes, Luís, príncipe de Condé, e Gaspar de Châtillon, almirante Coligny, eram poderosos para controlarem os seus apoiantes. O problema começou quando os huguenotes exigiram o direito de praticarem publicamente o seu culto e os Guise conseguiram separar António, o rei de Navarra em título, do seu irmão Condé.

António de Navarra era tenente-general do reino e comandava o exército real. Quando os Guise o conseguiram convencer a juntar-se a eles, estavam aparentemente de volta ao poder, o que fez com que os seus inimigos avançassem para a revolta. Os huguenotes, liderados por Condé, tomaram a cidade de Orléans, seguida por Angers, Tours e Blois. Quando Lyon caiu, Catarina foi pressionada para fazer uma reviravolta. Virou-se para o condestável Montmorency e para o duque de Guise, que concordaram em enterrar as suas divergências, e procurou ajuda junto do papa, do duque de Sabóia e de Filipe II. Os huguenotes, pelo seu lado, apelaram a Isabel e a Cecil.

Maria foi apanhada em cheio no meio disso tudo. Se declarasse o seu apoio à sua família Guise, poderia acabar no lado contrário de Isabel numa guerra. Se se

aliasse com ela, seria acusada de trair a família e a religião e de ajudar heréticos a rebelarem-se contra a sua soberana legítima.

Isabel também foi colocada numa situação desagradável. Percebeu os perigos extremos de alienar Catarina de Médicis e Filipe II ao mesmo tempo. Poderia acabar como uma pária protestante: uma rainha herética que parecia sempre estar a apoiar os rebeldes contra os seus colegas governantes. Estava demasiado ciente dos riscos que Cecil correria na Escócia durante a revolta dos Lordes da Congregação.

Cecil começou a ficar desesperado com Isabel, que estava inclinada a ignorar a situação dos huguenotes. O aliado dele, Throckmorton, veio ajudá-lo: sabia qual a carta que devia ser jogada. Escrevendo a Isabel, sugeriu que os huguenotes poderiam alcançar a vitória no Norte de França. Se lhes fosse enviada ajuda, surgiria a oportunidade de recuperar Calais, que a Inglaterra, para profundo desgosto de Isabel, fora obrigada a ceder à França pelo tratado de Cateau-Cambrésis.

Era uma oportunidade preciosa para ajudar a causa da religião e recuperar o troféu territorial perdido. Mas se uma guerra estava iminente, o encontro das duas rainhas tinha de ser adiado.

Isabel desejava desesperadamente recuperar Calais ou outro porto do canal em sua substituição. O seu favorito, lorde Robert Dudley, ocupava agora o centro do palco, abrindo negociações com o príncipe de Condé e enviando Sidney, o seu cunhado, como emissário especial para França. A diplomacia de Dudley encontrava-se no seu auge em Maio e Junho, quando Maitland pressionava Isabel a favor de Maria. Então, em 17 de Julho, onze dias depois de Isabel ter posto Cecil de lado e concordado com a entrevista e dois dias depois de ter mudado de ideias, tudo chegou ao seu ponto crítico. Dudley compareceu perante uma reunião do Conselho Privado na qual foi decidido desencadear uma intervenção militar em França.

A 20 de Setembro, foi firmado um tratado com a delegação de Condé em Hampton Court. Isabel prometeu fornecer aos huguenotes seis mil soldados e conceder um empréstimo de 140 mil coroas e em troca era cedido o porto de Le Havre como penhor até Calais ser restituído.

Maria olhou para esses acontecimentos com crescente alarme e desalento. Como o encontro fora adiado, decidiu cumprir um plano de Verão que tinha

adiado: uma visita real ao nordeste da Escócia para ter uma visão dessa parte do seu país e mostrar-se ao máximo possível dos seus súbditos que aí viviam. Era uma decisão sensata, mesmo que Maria a tenha tomado para salvar a face.

Começou em Stirling, viajando através de Perth, Glamis e Edzell. Chegou a Aberdeen no fim de Agosto, mas a viagem foi difícil. Segundo Randolph, foi «incômoda, penosa e longa, o tempo horrível e frio, os alimentos dispendiosos e os cereais nunca parecendo chegar a amadurecer».

A etapa final foi Inverness. Randolph julgou que poderia descansar quando chegasse perto de Strathbogie, a sede principal do conde de Huntly, o mais importante nobre católico e chefe dos Gordon, cuja casa era a mais bela e «melhor fornecida» da Escócia. A hospitalidade de Huntly era «muito boa», mas Maria recusou-se a ir lá, mesmo ficando a menos de seis quilômetros e meio da sua rota.

A sua visita real de Verão estava a assumir um aspecto sinistro. Huntly encontrava-se em sério desfavor por se ter oposto à proposta entrevista de Maria com Isabel. Tal como muitos dos lordes católicos, levava a mal a política de conciliação com a Inglaterra, que via como um cavalo de Tróia por causa de lorde James e seus aliados. Também estava amuado porque sentia que tinha sido enganado. Administrara os condados de Mar e Moray em nome da coroa durante vários anos, até Maria os conceder a lorde James, o primeiro no início de 1562 e o segundo em Setembro, em troca do primeiro.

A fúria dela fora desencadeada ao chegar a Aberdeen. Huntly aparecera para lhe dar as boas-vindas, mas trouxe consigo mil e quinhentos servidores, quando lhe fora ordenado que não trouxesse mais de cem. Um choque era inevitável quando Maria chegou a Inverness só para descobrir que o comandante do castelo, pelos vistos por ordem de Huntly, se recusava a abrir as portas para ela entrar.

Huntly, conhecido pela alcunha de *Galo do Norte*, era o mais importante proprietário de terras no nordeste, apenas ultrapassado pelo conde de Argyll no oeste. Convicto partidário de Maria de Guise, foi nomeado chanceler após o homicídio do cardeal Beaton. Quando foi desacreditado por se opor à política de centralização da regente nas Highlands, juntou-se aos Lordes da Congregação, mas era um recruta relutante, pouco empenhado. Acabou por se antagonizar com

os dois lados, sobretudo com lorde James, a quem se tinha gabado de poder reintroduzir a missa em três condados.

Aconselhada pelo seu insinuante meio-irmão, o qual Maria oficialmente elevara agora ao título de conde de Moray, decidiu não tolerar a insubordinação de Huntly. Quando lhe foi negada a entrada no Castelo de Inverness, alojou-se nessa noite na cidade, mas no dia seguinte regressou com uma força armada. Tomou o castelo e mandou enforcar o comandante nas ameias.

Huntly ainda se encontrava em Strathbogie, onde se escondera. Receava um ataque por parte de lorde James e decidiu antecipar-se a esse ataque separando Maria do seu rival. Quando ela partiu de volta para Aberdeen, decidiu apoderar-se dela quando atravessasse o rio Spey. Reuniu as suas forças sob o comando de *sir* John Gordon, um dos seus filhos mais novos que já era procurado por fuga da prisão. Mas Maria fora prevenida. Quando chegou ao ponto de travessia do rio, tinha consigo três mil homens, enquanto *sir* John só tinha mil. Estavam escondidos nos bosques a três quilómetros do rio, mas fugiram quando o exército real se aproximou.

Maria ficou exultante. Escapara a uma tentativa de rapto. «No meio de toda esta confusão», escreveu Randolph a Cecil, «asseguro a Vossa Senhoria que nunca a vi mais alegre, nunca desanimada, nem nunca pensei que tivesse tanta coragem.» Só lamentava «não ser um homem, saber que tipo de vida era dormir toda a noite nos campos ou andar no passadiço com uma túnica acolchoada de soldado raso e um capacete, um escudo e um sabre».

Randolph foi apanhado pelo entusiasmo. Como embaixador, devia ser neutral, mas confessou: «Poderá agradar-vos saber que em boa-fé onde tantos estavam ocupados eu senti vergonha de ficar quieto e fiz como os outros.» Ficou desapontado quando os homens de Huntly fugiram. «Que magníficos golpes teriam sido dados nesse dia, quando todos os homens deviam ter lutado perante uma tão nobre rainha e tantas belas damas.»

Para Randolph, era como se a viagem de Maria fizesse parte de um romance de cavalaria medieval. Quando chegou a Aberdeen, o brilho foi desaparecendo aos poucos. Maria foi regamente recebida «com espectáculos, peças, interlúdios e o melhor que conseguiram conceber». Mas os alojamentos eram escassos e Randolph teve de partilhar uma cama com Maitland. Para seu horror, mais tarde

descobriu que Huntly planeava atacar a cidade, incendiar a casa onde se encontrava e assassinar Maitland durante o sono.

Maria não fazia tensões de deixar que Huntly ficasse impune. Lorde James tinha-o denunciado como traidor. Maria ordenou-lhe que se rendesse e quando ele não o fez enviou espiões a Strathbogie para o prenderem, mas Huntly viu-os chegar e escapou por uma porta traseira do castelo. A 12 de Outubro, Maria decidira destruí-lo. Cinco dias depois, o conde foi declarado fora da lei e intimado a entregar Strathbogie. As forças de Maria andavam agora à procura dele e Huntly encontrava-se em fuga. Tinha uma força de uns setecentos homens e visava desgastar os seus adversários numa guerra de guerrilha.

Maria nomeou o novo conde de Moray como seu lugar-tenente e este, com Morton e o conde de Atholl, levou um exército de dois mil homens para fora de Aberdeen. Huntly ocupava o alto de uma colina a uns quinze quilómetros de distância, em Corrichie, mas foi obrigado, pela artilharia de Moray, a retirar para um terreno mais baixo coberto de musgo, onde foi encurralado. Dois dos seus filhos foram aprisionados, um deles *sir* John, que foi executado no dia seguinte em Aberdeen.

Huntly também foi apanhado, mas morreu com uma apoplexia enquanto ainda montado no seu cavalo. O seu cadáver foi embalsamado e enviado para Aberdeen, onde foi mantido até Maio, quando foi julgado no Parlamento. Como conta o relatório do escrivão, «o caixão foi colocado na vertical, como se o conde estivesse de pé». Foi então considerado culpado de traição e as propriedades da família foram confiscadas.

Dois dias antes de Huntly ser declarado fora da lei, Isabel escreveu a Maria justificando a sua decisão de enviar um exército para França a fim de ajudar os huguenotes. Era uma carta íntima, mas estranha, cheia de metáforas rebuscadas. Argumentou que a «necessidade não tem lei», que numa emergência «não temos outra opção senão proteger as nossas casas da destruição quando as dos nossos vizinhos estão a arder» e que, portanto, se iria comportar assim para que o cunhado de Maria, o jovem Carlos X, «me veja com uma boa vizinha, que preserva em vez de destruir». (O último desses argumentos foi tirado de um dos memorandos de Cecil, em que este argumentava que governantes vizinhos tinham o dever de se protegerem, sobretudo os menores, quando os seus reinos eram ameaçados pela tirania.)

Isabel estava na defensiva. Desejava evitar um rompimento com a sua «irmã», mas estava bem ciente dos riscos. A perspectiva de uma ruptura «roía-lhe o coração» no caso de as «velhas faúlhas serem atçadas por este novo fogo». Dito isso, Isabel usou um estratagema bem conhecido da retórica clássica para dizer quanto teria preferido não mencionar – assim permitindo-lhe mencionar com pormenor – as vítimas inocentes que tinham sido tão barbaramente chacinadas pelos católicos. Não conseguia imaginar que Maria estivesse tão enfeitada pelos seus tios que fosse capaz de ignorar os terríveis crimes deles.

Maria reagiu a isso bem, menos talvez devido ao conteúdo da carta do que por ter sido ditada no auge de um ataque de varíola que deixou a rainha inglesa às portas da morte. «Eu teria escrito mais», concluíra Isabel, «se não fosse a febre terçã que agora tomou conta de mim.»

A sua carta chegou no dia da batalha de Corrichie. Maria estava tão ocupada que Randolph não conseguiu entregar a carta, por isso decidiu voltar no dia seguinte. Reapareceu quando Maria estava a jantar. Ela pediu-lhe a carta. «Deixai-me ver o que tendes para mim!»

Randolph, que sabia o que dizia a carta, hesitou, mas ela insistiu. Ao lê-la, não mostrou nenhuma emoção. O seu rosto não tremeu. Pousou a carta sem dizer uma única palavra e regressou ao seu jantar «com regozijo», tal como estava quando Randolph chegara.

Mais tarde, voltou a chamá-lo. «Bom, senhor Randolph, acredito que no próximo ano vamos viajar o mais para sul possível como fizemos para norte, com muita facilidade e mais prazer do que tivemos nesta viagem.» Foi inflexível em que o seu encontro com Isabel tinha de ser reorganizado. Recusou-se a ter em conta as implicações da carta, as de que o encontro se encontrava cancelado.

Antes de se retirar para ir dormir, Maria convocou Randolph para o seu quarto e perguntou-lhe em voz baixa: «A minha irmã está doente?» Apontou para a última frase da carta que ainda tinha na mão e Randolph explicou que Isabel se encontrava a recuperar de um ataque de varíola. Maria ficou preocupada e pouco depois escreveu uma carta em que se referia à sua experiência da doença em criança¹.

Mas também estava exultante. A varíola era muitas vezes fatal. Se Isabel morresse, Maria tencionava reivindicar o seu direito à sucessão inglesa. E, no entanto, o momento não poderia ser pior. Encontrava-se apanhada no meio de

uma guerra. Por isso, disse a Randolph que decidira assumir uma posição neutral. Os seus tios deviam ter agido por um sentido de dever. Além disso, não estava disposta a envolver-se.

Maria estava a debater-se com as suas emoções. Por isso, quando Randolph, apesar de ter prometido a si mesmo não dizer nada que fosse «penoso» contra os tios dela, não conseguiu resistir a ripostar que Isabel intervinha em França numa causa piedosa e que Carlos X, quando fosse mais velho e mais sensato, iria agradecer-lhe por isso, Maria fez um sorriso rasgado e mudou de assunto.

Quase assim que Maria regressou a Holyrood, vinda do nordeste, sofreu um acesso de gripe viral. Ficou de cama durante seis dias, e quando se levantou do leito tinha um estado de espírito mais beligerante. Lorde James e Maitland tinham-lhe dado a notícia de que, quando o ataque de varíola de Isabel estava no seu auge, apenas uma única voz se erguera no Conselho Privado a favor de Maria como sucessora.

Maria ficou mortificada. Maitland percebeu o perigo e avisou Cecil que a guerra alterara o jogo. Maria, disse, era uma rainha «perplexa», encurralada entre os tios dela e Inglaterra. Para garantir a amizade dela, Maria precisava de um interesse mais seguro na sucessão do que aquele que era fornecido pelo «amor» de Isabel. A sua religião não podia continuar a ser um obstáculo, quando tinha protegido os protestantes e destruído Huntly, o líder dos nobres católicos.

Mas Cecil ficou impassível. A guerra em França estava a correr mal para a Inglaterra, visto que os huguenotes foram obrigados a retirar e as tropas inglesas encontravam-se encurraladas em Le Havre. Tal como recordou a Randolph, havia «dois perigos». Um deles era uma vitória católica tão esmagadora que nos «pudesse pôr aqui em perigo por causa da nossa religião»; o outro era que os Guise «construíssem os seus castelos tão altos» que tentassem depor Isabel.

Era a mesma história de sempre. Estranhamente, a avaliação de Randolph virava-se para o extremo oposto. Por muito que Maria favorecesse os seus tios, avisou Cecil na carta de resposta, «no entanto, amava mais os seus súbditos». Compreendia que a necessidade das «boas relações» com Inglaterra era maior «do que um sacerdote balbuciando num altar». Maria, argumentou, «não está tão afeiçoada à sua missa que abandonasse um reino por ela». Cecil devia ficar tranquilo. Não devia continuar a suspeitar dela, porque «o seu desejo de viver em paz nunca foi maior, nem nunca desejou mais a bondade e a boa vontade de

Sua Majestade a rainha do que agora». «Ontem», contou Randolph, «ela disse isso e quis que eu escrevesse o mesmo.»

O carisma de Maria fizera a sua magia em Randolph. Contudo, Cecil era imune. Ela festejou o Natal de 1562 em grande estilo, mas a alegria era oca. Mesmo antes de a festança acabar, ela resmungava que não tinha notícias de Isabel há dois meses.

No início do novo ano, Maitland escreveu a Cecil: «Senhor, não posso deixar de pensar que haverá algum mistério oculto no facto de a troca de cartas (o que acontecia tanto entre as duas rainhas como entre nós, seus ministros) ter cessado da vossa parte.»

Uma crise total estourou quando Maria descobriu que Isabel convocara o Parlamento para se reunir a 11 de Janeiro e que Cecil visava barrá-la da sucessão por um Decreto de Exclusão. As notícias tinham vindo a público no dia 5, quando Randolph avisou que Maitland se encontrava «muito irritado». Assegurara a Maria que nada seria feito «para seu descontentamento», mas a pressão estava a aumentar e, na última semana de Janeiro, Maria ficou na cama durante seis dias.

No dia 31, chegou uma carta de Isabel cheia de desculpas capciosas, que Randolph lhe veio entregar. Maria «leu-a toda mais de duas vezes diante de mim» e não se mostrou ofendida com coisa alguma. Mas pediu para ser dispensada de responder. Decidira enviar Maitland de volta a Londres para apresentar o seu caso, se fosse necessário, ao Parlamento. Maitland iria primeiro a Londres e depois a França.

Maitland partiu de Edimburgo a 13 de Fevereiro, quando também levou uma carta de Moray insistindo quanto o «amor antes atado» entre as duas rainhas devia ser reacendido, uma tarefa em que Cecil nunca devia «abrandar».

Parecia muito ser mais do mesmo: outra tentativa de organizar uma entrevista entre as duas rainhas. Mas não era nada disso. Cecil estava impreparado para o que se encontrava nas instruções de Maitland. Nem Moray sabia agora quais eram as ideias da irmã. Maria estava a dissimular, porque as evasivas de Isabel e a obstinação estavam a levá-la para uma solução diferente e (do ponto de vista inglês) muito mais ameaçadora. Iria tomar a iniciativa procurando um marido capaz de garantir os seus direitos dinásticos em Inglaterra. Esse iria ser o seu

plano de acção nos dois anos seguintes, e para levar a sua avante romperia, se fosse necessário, com os seus parentes Guise.

¹ Ver capítulo 4.

Capítulo 11

Em busca de um marido

Maria jogou de acordo com as regras ao procurar um segundo marido. A monarquia feminina era vista como uma aberração: a descrição feita por Knox na sua obra *O Primeiro Toque da Trombeta* era apenas uma versão radical de um estereótipo desgastado. A «solução» correcta para uma mulher governante era casar e assegurar a sucessão. O casamento era uma questão de «reputação» e de «reforço dos seus bens». Cecil, que incitava a sua rainha a casar, usava essas palavras. Se uma rainha reinante da Escócia se tornaria subordinada do seu marido no casamento era um delicado enigma político para o qual não havia resposta no manual. A Escócia não era a França, onde a lei Sálica prevalecia. Tudo dependia das personalidades envolvidas e da opinião do Parlamento, mas os nobres eram mais decididos e menos facciosos quando lidavam com um homem, mesmo que fosse um mero rei consorte.

Uma complicação para Maria era que poucos reis ou príncipes tomavam viúvas como suas primeiras esposas, vendo-as como segundas esposas ou esposas seguintes nos casos em que os seus primeiros casamentos já tivessem gerado herdeiros. Essa questão podia ser compensada pelos factos de a rainha dos escoceses ter uma «invulgar juventude e beleza» e de o seu dote ser um reino. Maria só tinha vinte anos e encontrava-se no seu apogeu. Agora que decidira casar outra vez, era uma questão de determinar qual seria o melhor candidato à luz dos seus objectivos políticos e dinásticos.

Até então, fora aconselhada por lorde James Stuart, agora conde de Moray, e pelos aliados deste, a quem nomeou para o seu gabinete de ministros. A orientação política destes era a de manter as boas relações com Inglaterra procurando um «meio caminho» em que Maria seria reconhecida como sucessora de Isabel. Por seu turno, a preservação das boas relações dava aos protestantes uma garantia do *status quo* religioso.

Mas o fosso entre Isabel e Cecil acerca de como lidar com Maria estava a

alargar-se. Enquanto ele se queixava de que Isabel procurava conquistar Maria «pela gentileza e vantagens», sem prestar suficiente atenção à sua segurança ou à da nação, Isabel gracejava dizendo que o seu primeiro-ministro estava mais preocupado com a «segurança» dela do que ela mesma. A crença de Cecil numa conspiração internacional católica e dos Guise tornou-o no mais ardente e determinado adversário de Maria, enquanto Isabel, que vezes sem conta recusara nomear um sucessor, receando que isso pudesse apressar a sua morte ou encorajar um perigoso recrudescimento de facciosismo, continuava a ser compreensiva em relação à pretensão de Maria, da qual gostava mais do que das de quaisquer outros candidatos.

Quando Maitland regressou a Londres, o receio de Cecil era que, se Maria, frustrada pelo revés que recebera a respeito da entrevista cancelada, agora procurasse um marido europeu, a sua pretensão ao trono inglês se tornasse mais uma vez o seu principal trunfo junto de e acima do seu país. Era provável que atraísse uma grande quantidade de potenciais pretendentes, mesmo os que já usassem uma coroa. O maior perigo seria se o papa ou Filipe II apoiassem a sua pretensão, porque uma bula papal declarando Isabel como sendo ilegítima seria equivalente a incitar os ingleses católicos à revolta. Uma vez que até mesmo Cecil reconhecia que a Reforma protestante oficial mal tocara ao de leve no Norte de Inglaterra ou em Gales, uma intervenção papal ou espanhola seria de recear. A maioria do povo inglês ainda era católica. Além disso, as normas e valores dos nobres e proprietários de terras estavam ligadas com as regras da transmissão hereditária, em que os direitos de propriedade se encontravam envolvidos, e muito poucos fora da facção política íntima de Cecil teriam concordado que a religião devia ter prioridade sobre os direitos de propriedade quando se tinha em conta a sucessão ao trono.

Maria reorganizou o seu círculo interno de conselheiros em prontidão para a sua busca. Isso marcou o fim do período de ascensão de Moray. Maria estava desiludida com ele. A sua política de «meio caminho» falhara, e ela começou a suspeitar que Moray planeava a destruição de Huntly para servir os seus fins. Ele era o inimigo declarado dos Gordon, os seus rivais na questão do condado de Moray, com as suas extensas propriedades territoriais. Embora Isabel e Cecil tivessem ficado deleitados com a súbita e inesperada incapacitação da principal família católica na Escócia, levada a cabo por Maria, não fizeram nada para a

recompensar. Pelo contrário, enquanto Maitland viajava para sul, Cecil estava a fazer experiências com rascunhos de um projecto de lei parlamentar para excluir da sucessão.

Em Janeiro de 1563, Maria falou em privado com Maitland e contou-lhe que o ia tornar seu principal conselheiro. Quase o perdoara pelas suas anteriores intrigas com Cecil. Embora fosse um protestante genuíno e, portanto, um homem com ideais religiosos muito diferentes dos dela, até então provara ser um amigo da monarquia. O seu sentido de dever deixava-o disposto a ver-se como um servidor real, o que o tornava mais valioso para Maria do que Moray, cuja conduta franca, mas irritantemente régia, estava a começar a ofendê-la. Também considerava o seu irmão ilegítimo como sendo demasiado manipulador e ambicioso para cumprir as suas promessas. Além disso, a amizade de Maitland com Cecil, ao longo de muito anos, podia agora ser transformada numa vantagem para ela.

Maria deixou Moray inactivo. Decidiu promover o manhoso e calculista Morton a chanceler, substituindo Huntly. Ainda não tinha compreendido a profundidade da sua vilania. Embora fosse protestante, Morton era demasiado venal e lascivo para ser um aliado de Knox e dos calvinistas. Maria sabia que ele se tinha rebelado contra a sua mãe, mas a sua contribuição tinha sido muito pequena. Promovendo-o, esperava assegurar a lealdade do poderoso clã Douglas e ao mesmo tempo fornecer um contrapeso a Moray, que decerto iria levar a mal a sua despromoção.

Maria estava a começar a afirmar-se como rainha. Tentava controlar as facções nobres criando uma coligação ampla de conselheiros, o que lhe iria permitir assumir uma linha mais dura com Isabel e Cecil, uma vez que teria um apoio mais alargado do que antes por todo o país. A fim de ajudar a criar essa coligação, pediu a Maitland para recomendar algumas novas nomeações para a corte e o Conselho Privado. Elas incluíram católicos como Atholl e protestantes como lorde Ruthven, o que correspondia ao objectivo de Maria de alimentar ideais de serviço real e de lealdade à coroa que transcendessem as divisões sectárias.

A seguir, Maria agiu para aumentar o seu capital na Europa. Escreveu duas cartas, ambas no fim de Janeiro. Uma para o tio, o cardeal de Lorena, a outra para o papa. Pediu ao tio para interceder a favor dela junto do papa. Exactamente

o que deveria dizer não foi confiado ao papel, mas o objectivo era tornar Maria mais atraente como galardão para pretendentes católicos. Na carta ao papa, apresentou-se como «vossa muito dedicada filha», cujo tio iria explicar «o estado dos nossos assuntos» e «a necessidade que temos de ajuda e favor de Vossa Santidade».

A 13 de Fevereiro, Maitland partiu para Londres e Paris, armado com conjuntos paralelos de instruções. O primeiro relacionava-se com uma posição que Maria adoptara durante as Guerras de Religião assim que as tropas inglesas desembarcaram na Normandia. Propusera agir como árbitro independente. Isso era uma falsa partida e podia muito bem ter sido uma cegueira diplomática. Isabel estava demasiado comprometida com os huguenotes para ter em conta a arbitragem nessa fase, e a guerra corria demasiado bem para Catarina de Médicis desejar fazer um acordo.

Um segundo conjunto de instruções dizia respeito aos debates no Parlamento inglês. Se a sucessão fosse discutida em detrimento de Maria, Maitland devia insistir num direito de audiência para registar um protesto em que a sua pretensão ficasse exarada em acta. Isso, embora longe de ser uma cegueira, era irrealista, porque o Parlamento não estava disposto a tal coisa. Cecil tivera o cuidado de garantir que fossem eleitos tantos protestantes quantos fosse possível e depois alinhara os seus amigos para falar. *Sir Ralph Sadler*, que, como embaixador de Eduardo VII, admirara Maria em criança mesmo enquanto era enganado pela mãe dela, fez o que equivalia a um ataque racial: «Bom, se esses orgulhosos pedintes escoceses mostraram tanto desdém em ceder à superioridade da Inglaterra... por que devíamos por qualquer consideração ceder à sua superioridade escocesa ou consentir em estabelecer uma escocesa na sucessão à coroa deste reino?»

As últimas instruções de Maitland, que lhe foram entregues por correio em Março, requeriam que negociasse primeiro com Alvarez de Quadra, bispo de Aquila, o embaixador espanhol em Londres, e depois com parentes de Maria em França, para propor um casamento com D. Carlos, filho e herdeiro de Filipe II. Era isso que Maria procurava. Tinha sido o par tão procurado pela família Guise após a morte de Francisco II, mas frustrado pela diplomacia secreta de Catarina de Médicis. Depois, o interesse de Maria tinha sido insignificante enquanto fazia os seus planos de regresso à Escócia. Agora decidira reactivar as negociações,

conquistando apoio de Maitland, que conseguia ver que, sem exercer pressão sobre a Inglaterra, havia pouca esperança de que Isabel reabrisse o caso de Maria. Ele estava também na ilusão de que Filipe II era um religioso pragmático, tomando como deixa a bem conhecida relutância de Filipe em apoiar a queima dos protestantes por parte de Maria Tudor enquanto fora casado com ela. Quer fosse por motivos manipuladores ou devido a um equívoco em relação à atitude de Filipe, Maitland desvalorizou os problemas da religião, argumentando que os calvinistas não oporiam resistência a D. Carlos. Optou por acreditar que Filipe, embora fosse católico, não era um ideólogo católico. Ele e o filho estariam dispostos a aceitar o *status quo* religioso, porque era «um sensato príncipe político» que governava a aglomeração de territórios sob o seu controlo «de acordo com o seu estado de espírito».

Maitland visitou Alvarez de Quadra, que escreveu a Filipe II. «Se Vossa Majestade prestar atenção a isso», explicou, «não só dará ao vosso filho uma esposa de tais qualidades excelentes... como também lhe dará um poder que se aproximará muito da monarquia universal». Aos seus domínios já existentes, Filipe acrescentaria, através do filho, todas as Ilhas Britânicas e a Irlanda. Desde o início, o engodo era a pretensão dinástica de Maria, como Cecil receava.

Maitland resumiu a posição da sua rainha em poucas palavras. A sua repulsa em relação à entrevista adiada tornava necessário que ela recuperasse a sua honra e reputação buscando «esse casamento susceptível de lhe permitir afirmar os seus direitos».

Alvarez de Quadra sentia-se lisonjeado e encantado. Presumira que Maria tentaria casar com o seu cunhado Carlos X. Não estava a par da total oposição de Catarina de Médicis a essa ideia e Maitland não fez nada para o enganar. Pelo contrário, o novo conselheiro principal de Maria sugeriu a perspectiva de um segundo casamento Valois para criar a ilusão de uma competição.

O primeiro relatório de Maitland para Maria, enviado de Londres, transmitiu a crença de Quadra de que D. Carlos, que tinha agora quase dezoito anos, estava «muito apaixonado» por ela. O segundo relatório, escrito um mês depois, de Chenonceaux, onde se encontrava seguindo a corte francesa, foi mais sombrio. Soubera pelo cardeal, que enviara uma carta contundente destinada a Maria, que os sinais não eram bons. Os parentes Guise dela, observou Maitland, tinham pouca consideração pelos desejos ou sentimentos declarados de Maria. Só lhe

prestavam atenção devido à sua «grandeza» enquanto rainha reinante, da qual obtinham a sua «promoção e segurança.» Ou, para simplificar, só ajudariam a sobrinha na medida em que primeiro se ajudassem.

Quanto a Catarina de Médicis e aos nobres, «não se interessam muito pelo vosso casamento, ou com quem será, desde que não traga consigo nenhum perigo para esta coroa». Era uma reacção tão fria como mordaz, reflectindo a preocupação incessante de Catarina, após a morte de Francisco II, em manter Maria à distância. A rainha-mãe opunha-se a um casamento com D. Carlos, disse Maitland, como antes. A filha, Isabel, ainda não tinha filhos como rainha de Espanha, e por muito que ansiasse pelo apoio de Filipe II contra os huguenotes, Catarina não tencionava entregar-lhe de bandeja uma pretensão ao trono inglês.

Em Inglaterra, continuou Maitland a relatar a Maria, havia «três facções»: os católicos, os protestantes e a rainha. Isabel, embora continuasse solteira, desejava ver Maria subordinada a um homem de tal maneira que «tivesse menos motivos para rezear». Os católicos, dos quais *lady* Margarida Douglas, a condessa de Lennox, estava a tornar-se uma porta-voz, insistiam num casamento católico, que colocasse Isabel sob a máxima pressão. Os protestantes também queriam que Maria se casasse religiosamente, mas com quem defendesse a causa protestante.

Prevendo a reacção dos lordes na Escócia, Maitland acreditava que «embora a maior parte» apoiasse Maria, haveria «vários insolentes», os aliados de Knox, que iriam pronunciar-se contra D. Carlos.

O cardeal de Lorena exigira uma resposta à sua carta dentro de seis semanas, o que Maitland achou ser irrealista. Tal como ele descobrira, a família Guise não estava em posição de antagonizar Catarina de Médicis enquanto ambas estivessem envolvidas numa guerra encarniçada contra os huguenotes. Os Guise tinham executado uma reviravolta e decidido que Maria não devia casar com D. Carlos. Em vez disso, propuseram uma aliança com o arquiduque Carlos de Áustria, com quem o tio de Maria estava já a negociar nas costas dela.

Era uma reviravolta indesejada. O arquiduque era o terceiro filho de Fernando I, o imperador do Sacro Império. Em princípio conveniente para a Escócia, visto ter a reputação de ser um católico moderado, e não um radical, a sua principal desvantagem era ser já um candidato à mão de Isabel, razão pela

qual Maria o rejeitou, como fez com todos os outros pretendentes, excepto D. Carlos.

O cardeal decidiu que Maria estava a pensar demasiado pela sua cabeça. Sentia-se apreensivo com a crescente independência da sobrinha, e por isso, em Maio, enviou Philibert du Croc a Edimburgo como seu enviado especial. Du Croc chegou no dia 15 e Maria esteve fechada com ele durante dias. As suas conversas foram privadas e acompanhadas por uma enxurrada de despachos para Maitland e para os Guise. Randolph viu Du Croc como uma ameaça: «ela não usou o conselho de nenhum homem, só o deste homem... e até ao regresso de Maitland fará tudo o que puder para manter isso em segredo».

Contudo, Du Croc partiu de mãos vazias. Maria não decidiria nada até Maitland regressar, e apesar dos melhores esforços do enviado, obteve apenas os seus agradecimentos e o pedido de mais informações acerca da personalidade, dos rendimentos e do dote que o arquiduque iria oferecer.

Isso era espuma diplomática e quando Maitland chegou a Edimburgo a 24 de Junho, encontrou assuntos mais urgentes na sua mesa. Alguns relatos dos planos de casamento de Maria tinham vindo a público e Knox estava à espreita. Tal como Maitland previra, o influente pregador faria tudo o que pudesse para incitar à resistência ao noivado de Maria com um católico.

A imaginação de Knox estava em pleno voo, conduzindo a um confronto espectacular. Pregando enquanto representante da Igreja protestante perante a mesma sessão do Parlamento que declarou o cadáver embalsamado de Huntly culpado de traição, atacou a proposta de casamento de Maria.

Esta convocou-o para Holyrood nessa mesma tarde. Maria exclamou:

– Eu tenho-vos suportado com toda a vossa rigorosa maneira de falar, tanto contra mim como contra os meus tios; sim, tenho procurado a vossa aprovação por todos os meios. Ofereci-vos presença e audiência sempre que vos agradava admoestar-me e, no entanto, não consigo livrar-me de vós.

Com a sua voz a tremer de raiva, ameaçou: «Um dia, serei vingada», e desatou a chorar lágrimas de autocomiseração. Knox começou a justificar-se, mas Maria saltou para a questão:

– O que tendes a ver com o meu casamento?

Knox respondeu que, dado que tantos dos nobres dela eram bajuladores, nem Deus nem o Estado eram «tomados em consideração» Ouvindo isso, Maria

voltou a perguntar: «O que tendes a ver com o meu casamento?» e «O que sois dentro deste Estado?»

O mau génio de Knox estava a vir à tona:

– Um súbdito nascido dentro do mesmo, minha Senhora. E embora não seja conde, lorde ou barão dentro dele, contudo Deus fez-me (por mais abjecto que seja aos vossos olhos) um membro proveitoso dentro do mesmo.

Depois passou a repetir tudo o que dissera no seu sermão, profetizando que, se Maria casasse com um católico, o reino seria «traído» e ela acabaria os seus dias em sofrimento. Duvidamos que qualquer outro governante no século XVI tivesse sido tão censurado.

Maria ficou sem palavras. Já não conseguia estar à altura de Knox numa discussão. O pregador quebrara todas as convenções do discurso político, todas as regras de cortesia, porque embora ela fosse uma rainha ungida, Knox tratou-a como se fosse sua igual, até mesmo moralmente inferior. Maria sempre achou difícil conter as suas emoções. Dessa vez sentiu-se esmagada e apenas «gemeu».

Knox aguardou enquanto Maria secava as lágrimas e depois agravou a sua ofensa. Declarou que nunca tinha gostado de choros e «mal posso suportar as lágrimas dos meus filhos» quando lhes batia. Contudo, uma vez que dissera a verdade e Maria não «tivera motivo para ficar ofendida», ele tinha de aguentar as lágrimas dela em vez de ofender a sua consciência ou «trair o meu Estado através do meu silêncio».

Ao ouvir esta afronta final, Maria ordenou-lhe que saísse do seu quarto. Chegara a uma encruzilhada. De momento, não tinha outra opção senão esperar o momento adequado. Percebeu o que estava em jogo. Lera *O Primeiro Toque da Trombeta*, em que Knox explicara que uma «idólatra» católica era por definição uma mulher conduzida por efusões de paixão ardentes e descontroladas em vez de o ser pela fria razão.

Knox era um fanático, um misógino e um puritano. Concebera a sua teoria rudimentar da psicologia das mulheres governantes católicas. Porque eram «idólatras» como Jezabel ou Atália, governavam com o coração e não com a cabeça. A «idolatria» delas era atizada pelo seu sexo. Tinham posto de lado a razão, visto que se tivessem sido governadas pela razão há muito que se teriam convertido ao protestantismo.

Daí se podia concluir que Knox equiparava o catolicismo numa mulher com desejo sexual desenfreado. Não passaria muito tempo até estar a acusar Maria dos crimes aos quais seria propensa porque era católica e não protestante.

Esse seria o fundamento do estereótipo de que Maria governava com o coração, ao contrário da sua prima Isabel, que sempre governou com a cabeça. Dado que Isabel era protestante, Knox isentou-a dos seus ataques violentos às mulheres governantes. Ao contrário de Maria, era uma rainha «por milagroso desígnio de Deus». É evidente de onde vinham algumas destas ideias, visto que nesta questão Knox seguia a opinião de Calvino, de que a monarquia feminina se desviava da «ordem adequada da natureza», mas excepcionalmente havia mulheres especiais que seriam «elevadas por autoridade divina» para serem as «mães adoptivas» dos protestantes.

Na realidade, nenhuma testemunha imparcial das cabriolas de Isabel, a altas horas da noite, no seu quarto, com lorde Robert Dudley, enquanto a esposa deste ainda estava viva, a poderia comparar favoravelmente com Maria nesta fase. Knox embarcara numa estranha fantasia sectária. Partindo da sua convicção de que Maria era uma «idólatra» que assistia à missa em segredo, chegou a caluniá-la como sendo uma mulher fatal: uma sereia manipuladora, cujos defeitos morais e incompetência para governar eram evidentes pelas suas danças, banquetes e exibição da sexualidade.

Em breve, Knox estava convencido de que tinha revelado um escândalo, centrado em Pierre de Bocosel, senhor de Chastelard, poeta à margem da Pléiade. Maria admitira Chastelard ao seu serviço e ele escrevera alguns poemas para ela, aos quais Maria respondera na tradição do amor cortês. Era um gesto inocente, mas o poeta apaixonou-se por ela. Na noite anterior à partida de Maitland para Londres, Chastelard escondeu-se debaixo da cama de Maria, onde foi descoberto com uma espada e uma adaga. Foi banido, mas seguiu Maria até Fife, voltando a entrar no quarto dela, apenas dois dias mais tarde, enquanto Maria se despia. Dessa vez foi julgado por traição. No cadafalso, proferiu uma bela interpretação do *Hino à Morte* de Ronsard, após a qual gritou: «Adeus, mais bela e mais cruel princesa do mundo.»

Chastelard tinha uma obsessão, mas Knox culpou Maria por o ter levado a esse estado. A acusação foi-lhe dirigida na altura do regresso de Maitland e ligada com o gosto de Maria por dançar até altas horas da noite. «Ao dançar», afirmou

Knox, «a rainha escolheu Chastelard e Chastelard aceitou a rainha.» Maria descansava a cabeça no ombro dele, «e por vezes, em privado, roubava um beijo no pescoço dele».

A acusação de transgressão sexual feita por Knox era uma caricatura. Na realidade, Maria ficara tão apavorada pela aparição do poeta no seu quarto que durante meses se recusava a dormir sozinha e não se retirava para o seu quarto à noite a menos que Mary Fleming, a chefe das suas quatro Marias, dormisse no mesmo quarto.

Assim que Maitland regressou, procurou neutralizar Knox negando a existência de planos para casar Maria. Isso era verdade: havia negociações, mas não planos de casamento. Era uma subtileza digna de Knox, mas o pregador continuou a destruir Maria, explorando a inveja que surgira entre Moray e Maitland e tentando ligar-se a Moray, que estava fora para procurar o máximo de apoio popular que pudesse.

Os acontecimentos de 1563 puseram uma pressão considerável sobre Maria. Já se tinha separado dos tios quando de repente chegou até ela um relato que dava conta do assassinio do duque de Guise. O duque, ao regressar de uma inspecção de rotina do seu exército perto de Orléans, a 18 de Fevereiro, foi atingido três vezes no ombro e morreu poucos dias mais tarde. O seu assassino era um huguenote que, sob tortura, envolveu os protestantes no seu crime. Maria ficou destroçada com essa notícia. Embora o cardeal de Lorena tivesse sido o seu mentor, o duque era o seu tio preferido.

A notícia chegou até ela em St. Andrews, a 15 de Março. Ficou «muitíssimo triste, as suas damas derramando lágrimas como aguaceiros». Decidiu consolar-se montando a cavalo durante dias seguidos através dos campos, caçando com falcões ou sem eles enquanto passava de lugar para lugar. Randolph acompanhou-a a Falkland, o palácio de caça preferido dela, junto das colinas em declive suave de Lomond. Quando Randolph se despediu, Maria de súbito regalou-o com um relato de «todas as suas dores e das grandes aventuras que tinham caído sobre ela desde a morte do seu marido e como agora estava desprovida de toda a amizade».

Maria sentia-se muito só. Em certos aspectos, era demasiado gregária para ser uma rainha. Podia ser ingénua, impulsiva e impaciente, enviando Maitland para negociar o seu casamento aos mais elegíveis solteiros da Europa e depois esperar

resultados rápidos. Embora conseguisse trabalhar com os seus conselheiros, podemos duvidar que gostasse de algum deles. Eram demasiado egoístas, demasiado preocupados com as suas questões privadas para que alguém não criado na Escócia pudesse entender. Maria era uma rainha carismática que mostrava as suas emoções, mas também necessitava de apoio emocional. Com a sua mãe morta, isso era algo que podia raramente obter. A Escócia era ainda, de muitas maneiras, um país estrangeiro. Havia poucas pessoas com quem pudesse falar, tirando as quatro Marias, que não conheciam a Escócia melhor do que ela. Adorava a sua família, mas muitas vezes sentia-se mal por ter sido abandonada por eles. E agora o duque de Guise morrera, o que trazia os terríveis perigos da guerra religiosa até ela.

Mais ou menos uma semana depois, Randolph fez o que era preciso. Enquanto Maria caçava perto de Pitlessie, ele trouxe-lhe uma carta de condolências de Isabel, escrita pela mão dela. Maria parou o cavalo e leu a carta, «não sem que algumas lágrimas caíssem dos seus olhos». E a seguir disse-lhe:

– Senhor Randolph, recebi agora grande conforto, e o maior que poderia receber, vindo de alguém como a minha querida irmã, uma prima tão terna e amiga. E embora não consiga falar nem ler sem lágrimas, contudo não quero que penseis senão que recebi mais conforto desta carta do que de tudo o que me foi dito desde que soube a primeira notícia da morte do meu tio.

Maria enfiou a carta no peito do vestido. Ao jantar, quando lhe pareceu estar só, tirou-a para fora e leu-a outra vez, dizendo em voz alta:

– Deus não me deixará desamparada. Recebi a melhor carta de sempre da rainha minha boa irmã de Inglaterra e garanto que me confortou muito.

Maria estava grata pela carta, mas esta última cena foi uma peça de teatro do princípio até ao fim. Maria sabia que estava a ser observada pelos seus servos, que também sabia que seriam subornados por Randolph, o qual, por seu turno, iria informar Cecil. Estava a aprender a montar um espectáculo. Apesar do seu conforto com a carta de Isabel, não tinha ilusões de que a entrevista entre as rainhas alguma vez acontecesse: em vez de mostrar o seu desapontamento, manteria Isabel a fazer conjecturas.

Maria não tencionava ser desprezada. Deveria estar ocupada durante os meses de Verão, quando uma entrevista remarcada poderia ser esperada. Para evitar parecer uma suplicante, lançou-se a fazer planos para outra visita real, desta vez

a Ayrshire, e daí a Argyllshire e às Highlands ocidentais, o principal território onde se falava gaélico.

Entretanto, Knox registou outro escândalo. Poucos dias após a morte civil de Huntly, o Parlamento aprovou um decreto contra o adultério pelo qual a punição deste seria a morte. Nessa mesma noite, um dos capelães franceses de Maria foi descoberto na cama com a esposa de outro homem, fornecendo mais «provas» das deficiências morais provenientes de se dizer ou ouvir missa. Knox mal conseguia conter o regozijo, tentando atizar a sua congregação na St. Giles Kirk contra Maria e a licenciosidade da sua corte. As suas críticas eram sempre as mesmas:

Ó Senhor, se te aprouver, purga o coração de Sua Majestade a rainha do veneno da idolatria, e liberta-a da escravidão e da servidão de Satanás... A idolatria da rainha, a missa da rainha, vão provocar a vingança de Deus... A casa dela, aonde os seus súbditos devem recorrer, tornou-se o lugar de dança e concupiscência carnal... Vai ver nos profetas, afirmo, porque Elias disse: «A ira de Deus não poupará governantes nem juízes... Os cães irão lambe o sangue de Ahab e comer a carne de Jezabel»... O diabo leva os depravados a fazer a sua vontade. A dança é a vaidade dos infiéis, que fará com que o povo seja posto em sujeição a um tirano.

Quando a visita real de Verão começou, a atenção de Maria virou-se para o tiro com arco, caça e falcoaria, os desportos ao ar livre de que gostava tanto. Mas a sua diplomacia europeia não foi esquecida. No fim de Julho, antes de ela sair de Argyllshire, Luis de Paz, um agente de Quadra, veio de propósito de Londres para a visitar. Maria recebeu-o ansiosa.

A resposta de Isabel foi avisar Maitland que essa diplomacia secreta com Espanha tinha de cessar. A sua arrogância não teria importado se Maria fosse apoiada pela família Guise. Esta era a sua melhor oportunidade para escapar da camisa-de-forças em que os ingleses estavam agora a tentar obrigá-la a entrar. Só através de uma aliança com um poder europeu importante poderia fazer o tipo de casamento ao qual aspirava, e uma vez que Catarina de Médicis se recusava a ajudá-la, esse aliado, acreditava, tinha de ser Filipe II. O seu problema com o arquiduque era que, embora fosse um Habsburgo e primo de Filipe, carecia de peso suficiente para obrigar a Inglaterra a reconhecer o direito dela à sucessão, sem esquecer que era já o candidato preferido de Cecil à mão de Isabel.

Mesmo quando Maria se encontrava fechada com Paz, o seu tio estava a negociar com o arquiduque. O cardeal ficou tão indiferente às objecções de

Maria à sua diplomacia, e tão confiante na sua capacidade de a convencer, que viajou para Innsbruck sem conhecimento dela a fim de assinar um tratado.

Foi uma viagem inútil. Maria sempre fez tenções de rejeitar o pedido, e quando compreendeu toda a dimensão do jogo duplo do seu tio, revoltou-se. Como mais tarde contou à tia, a duquesa de Arschot: «Não que eu não considere isso grandioso e honroso, mas menos útil para a promoção dos meus interesses, tanto neste país como naquele em que reivindico um certo direito.»

Uma crise súbita rebentou quando *sir* Thomas Smith, o novo embaixador inglês em França, relatou o que acreditava serem os termos da proposta de Maria a D. Carlos. Foi induzido em erro por inexactas informações francesas, supondo que o tio dela tinha mediado um acordo com o papa para dar a Inglaterra como dote a D. Carlos. Se ao menos tivesse sabido que Filipe II tinha alimentado as propostas de Maitland para contrariar um possível casamento com Carlos X, e iria acabar com elas assim que teve a certeza de que Catarina vetara essa ideia, não teria havido nenhum motivo para os ingleses entrarem em pânico.

Mas ainda que Smith tivesse sido induzido em erro, o seu relatório foi tomado no seu sentido literal. Em Março de 1563, três meses depois de os huguenotes terem sido derrotados em Dreux e de o seu líder, Condé, ter sido capturado pelos católicos, os dois lados fizeram as pazes em Amboise. Depois, para grande perplexidade e desgosto de Isabel, as forças deles uniram-se numa campanha conjunta para expulsar da Normandia o exército inglês de ocupação.

Enquanto os exércitos franceses combinados avançavam sobre Le Havre, os ingleses abriam trincheiras, mas o mau tempo e a peste agravaram as suas aflições. No fim de Julho, não tiveram outra opção senão renderem-se. Era uma derrota ignominiosa, embora não um desastre total, porque os Guise tinham fracassado a sua tentativa de dominar na Normandia.

Contudo, era mau o suficiente para convencer Isabel a não se envolver numa guerra durante os próximos vinte anos. Tornou-se uma isolacionista em questões de política estrangeira, o que a deixou ainda mais determinada a ditar os termos do casamento de Maria. Se a Inglaterra se ia tornar uma fortaleza, era essencial bloquear Maria e coagi-la a quebrar as suas ligações europeias, senão o eterno problema da Escócia como porta das traseiras para a Inglaterra iria levantar-se, como acontecera vezes sem conta no reinado de Henrique VIII.

A política de Isabel em relação à Escócia entrou em marcha acelerada após a retirada da Normandia e concentrou-se num direito de vetar qualquer marido que Maria pudesse escolher. Quando Isabel e Cecil souberam da visita do cardeal a Innsbruck, Randolph recebeu ordens para informar Maria de que, se casasse com o arquiduque ou alguém da família do imperador, as boas relações com Inglaterra chegariam ao fim.

Randolph entregou essa mensagem a 1 de Setembro, no Castelo de Craigmillar, um dos retiros preferidos de Maria, mesmo a sul de Edimburgo. Maria não gostou mesmo nada do que ouviu. Enquanto Randolph falava, Maria interrompia-o, fazendo tantas perguntas que «mal consegui dizer numa hora o que podia ter dito num quarto de hora». Maria exigiu que essa mensagem fosse passada a escrito para que pudesse reflectir sobre ela.

Depois, o relatório de Smith chegou à secretária de Cecil e Randolph foi chamado a Londres. Maria insistiu em saber que casamentos eram «opcionais» para ela. Como Isabel se queixava, a sua real prima estava a ameaçar um confronto. Queria saber «quem podemos aprovar ou não e em segundo lugar de que maneira tencionamos tratar da declaração do seu título».

Estava a tornar-se numa batalha de vontades. Num mundo ideal, Maria teria ignorado Isabel e seguido o seu caminho. Ao exigir, irónica ou sarcasticamente, ser informada acerca de com quem poderia casar, estava a dar à rainha inglesa um domínio definido sobre ela. Mas então ficaria com muito pouca escolha. A Escócia era um país fraco, carecendo de tropas ou de reservas de tesouraria para travar uma guerra sem ajuda estrangeira. Mesmo os territórios mais ricos das Lowlands dependiam dos negócios e comércio nos condados do Norte da Inglaterra. Uma vez que Catarina de Médicis se recusava a ajudá-la, e como Filipe II ainda estava a proteger Isabel por enquanto, Maria encontrava-se presa num torno. Ao mesmo tempo, sentia que necessitava de ser reconhecida como sucessora de Isabel se queria sustentar a legitimidade do seu reinado e restringir a insubordinação de Knox e dos seus lordes mais turbulentos.

No fim de 1563, Maria afastara o conselho do tio para casar com o arquiduque, mas isso não significava que tinha de cortar os seus laços diplomáticos com o continente. A dimensão da brecha com a sua família Guise ficou exposta quando comentou amargamente: «É verdade que devo obrigações ao meu tio, pelo que se as coisas estiverem bem para ele, não se importa com o que me possa

acontecer.» Mas se o apoio de França se encontrava por enquanto fora do seu alcance, ainda podia vencer Isabel e Cecil em questões de estratégia.

A 17 de Novembro, Randolph recebeu novas instruções especificando os limites da escolha de marido por parte de Maria. Tinham mostrado ser um pesadelo de concepção. O essencial mantinha-se constante. Era pedido a Maria que casasse com alguém, de preferência um nobre inglês, que estivesse empenhado nas boas relações. Se ninguém correspondesse a essas qualificações, poderia buscar a autorização inglesa para casar com um estrangeiro, desde que estivesse preparado para viver na Escócia depois de casado. Devia ser «alguém nascido para amar esta ilha» e ser «não inadequado» (Isabel gostava de duplas negativas), mas «ninguém» de Espanha, França ou Áustria seria jamais aceitável.

Esse era o primeiro rascunho. Depois Isabel suavizou o texto. Mais uma vez seguiu os seus instintos enquanto rainha e mulher e estabeleceu as bases de um compromisso. Se Maria aceitasse este conselho inglês, a sua pretensão dinástica poderia ser readmitida, e nesse caso «não deixaremos de fazer o nosso papel para a satisfazer daqui em diante como se fosse a nossa irmã natural ou apenas querida filha».

Cecil deu uma olhadela a isto e hesitou. Primeiro, riscou «apenas querida» na última frase. Depois apagou todo o parágrafo de Isabel. E em vez disso escreveu: «Prometemos-lhe que, se nos der justo motivo para pensar que na escolha do seu casamento se mostrará conformada», então «subsequentemente procederemos à inquirição do seu direito por todos os bons meios em seu apoio». Maria poderia apresentar provas em apoio do seu direito à sucessão. Seguir-se-ia então uma decisão jurídica, declarando se a sua reivindicação era ou não defensável. Só então, «se acharmos que o assunto se inclina a seu favor», poderia Maria esperar ser tratada como «irmã ou filha natural» de Isabel.

As emendas feitas por Cecil prevaleceram. Não só eram insultuosas para Maria, sugerindo que uma rainha ungida e soberana de uma nação independente devia submeter-se à jurisdição de um tribunal inglês, como introduziam um elemento novo na equação, o de que o seu direito devia ser levado a julgamento.

Era uma exigência extraordinária. Apenas por procurar casar – e assim cumprir as obrigações universalmente aceites de uma mulher governante, tal como Cecil só podia desejar que a sua rainha pudesse fazer – tinha sido traçada uma rota

segundo a qual Maria se tornaria uma suplicante inglesa. Já considerada como principal adversária, tinha sido imaginada como a arguida num caso judicial.

Era uma reacção excessiva e drástica que expunha a crescente paranóia na Inglaterra em relação à ameaça dos Guise e a uma conspiração papal. Se Maria tinha até então fracassado na busca de um marido que fosse capaz de garantir os direitos dela, ainda podia fazer uma nova tentativa. Mas primeiro teria de lidar com as exigências de Isabel e de Cecil, cujos esforços para impor a sua superioridade sobre ela e o seu país estavam a tornar-se tão descarados como ameaçadores. A conciliação tinha sido substituída pelo confronto. O truque seria parecer complacente e depois concretizar um facto consumado.

Capítulo 12

«Sou dona do meu coração»

Em Novembro de 1563, Isabel tinha feito valer um direito de veto em relação à escolha de um marido por parte de Maria e aconselhara-a a casar com um nobre inglês. Se Maria recusasse, poderia considerar a hipótese de um estrangeiro desde que não fosse alguém de Espanha, França ou Áustria; mas as condições estabelecidas eram tão estreitamente restritivas que seria impossível cumpri-las com honra. nenhuns nomes tinham ainda sido mencionados. Teria Isabel tido sempre um dos seus favoritos em mente? Por enquanto era impossível ter a certeza.

Depois, Cecil foi um pouco mais longe, exigindo um julgamento da reivindicação dinástica de Maria. Isabel cedeu às críticas constantes de Cecil, mas suavizou o golpe enviando a Maria um sinal do seu afecto. Era uma jóia, um anel de diamantes que «estimava muitíssimo». Não o menos importante dos desafios de Maria, no ano anterior a libertar-se da intimidação inglesa acerca dos termos do seu casamento, dava sentido a essas mensagens confusas, até mesmo contraditórias.

Quando Randolph lhe entregou o anel, Maria ficou encantada. Simbolizava o papel de Isabel como sua «amante» e aparentemente fazia o tempo voltar atrás, à Primavera de 1562, quando o objectivo era um encontro entre as duas «rainhas irmãs» como prelúdio para a união simbólica delas. Como que para enfatizar essa questão, Maria «muitas vezes olhava para o anel e beijava-o».

Mas Randolph entregou-lho antes de lhe apresentar as estipulações para o seu casamento. Quando Maria as leu, mostrou grande presença de espírito. Não desejando protestar, mas ansiosa por dar um tom diferente nas suas relações com a Inglaterra, cedeu ao seu travesso sentido de humor, apontou para dois anéis nos seus dedos, um de Isabel, o outro um presente do seu falecido marido, Francisco II, e depois disse, sorrindo:

– Bom, tenho duas jóias que devem morrer comigo e de bom grado nunca as

perderei de vista.

Com esse gesto, deixava bem claro que mantinha as suas opções em aberto.

Depois lançou-se numa charada, brincando com Randolph. Todos se juntaram à brincadeira e as cenas podem ter sido descritas. Maria abria com a frase: «Randolph gostaria que eu casasse em Inglaterra!» Argyll ou outro perguntava então: «A rainha de Inglaterra está a tornar-se homem?» Maria perguntava também: «Quem existe nesse país com o qual gostariam que me casasse?» Ao que Randolph responderia de modo pouco convincente: «Aquele de quem mais poderíeis gostar. Talvez haja lá um homem tão nobre que vos agradaria?»

Ou então Maria representava o papel de uma espectadora inocente, ansiosa por fazer um favor à rainha inglesa se ao menos Randolph pudesse ser menos «obscuro» acerca de com quem Isabel desejava que Maria se casasse.

Tudo isso, pelo menos à superfície, era inócuo. Também causou muito divertimento na corte. Randolph, cujas instruções o proibiam de referir o nome de qualquer particular candidato, só podia contorcer-se ou sugerir que uma delegação fosse enviada a Londres para interrogar Isabel em pessoa.

Apesar do sangue-frio de Maria, a pressão estava a causar prejuízos. Durante dois meses, estivera doente. A sua aflição, como Randolph relatou, era «melancolias diversas». Ela disfarçava-as o melhor que podia, mas «muitas vezes chora quando há uma pequena ocasião aparente». No dia a seguir ao seu vigésimo primeiro aniversário, ficou de cama o dia inteiro após ter dançado até altas horas da noite. Com Knox tão vigilante como sempre, a explicação oficial foi uma constipação, «estando tanto tempo nesse dia ao seu divino serviço».

Mas a doença persistiu. À medida que se aproximava o Natal, Randolph soube que «a sua doença... aumentava diariamente». Esta é a primeira menção de sintomas que mais tarde iriam sugerir uma úlcera gástrica, em vez de porfiria. «A sua dor», continuou a relatar, «é no lado direito.» Aqui ele estava enganado. Em breve se iria corrigir, relatando que a dor abdominal era no lado esquerdo. Maria tomara «diversos remédios, mas até agora tem-se sentido pouco melhor. No sábado levantou-se da cama, mas não tirou grande prazer da companhia nem de conversar com ninguém.»

Knox fora em parte o causador do sofrimento de Maria. Ela esperara o momento adequado, até os lordes se reunirem em Edimburgo para festejarem o Natal, quando decidira atacar o homem que acreditava ser o seu flagelo. Durante

a sua visita real de Verão, um sacerdote que celebrava missa na capela privada dela, na ausência de Maria, fora ameaçado por dois calvinistas. Quando foram aprisionados por desafiarem a proclamação sobre religião que Maria fizera, Knox fez uma «convocação dos irmãos» para os libertar. A sua carta, um incitamento implícito a actos de violência, foi mostrada a Maria, que consultou o Conselho Privado, o qual, na sua maioria, achou que a carta era um acto de traição. Maria ficou exultante com essa resposta. Parecia que Knox, desta vez, tinha ido demasiado longe e, apesar das profundas reservas de Maitland, Knox foi levado a julgamento.

A sala do tribunal estava a transbordar. Maria encontrava-se ladeada pelos seus lordes, e quando viu Knox de pé na outra ponta da mesa, com o chapéu na mão, primeiro sorriu e depois «deu uma gargalhada». Estava muito animada, dizendo: «Isto é um bom começo... Aquele homem fez-me chorar e nunca derramou uma lágrima. Vou ver se consigo fazê-lo chorar.»

Um preocupado Maitland sussurrou-lhe ao ouvido, aconselhando-a a ficar calada. Acreditava que os procedimentos tinham sido mal aconselhados e queria minimizar os danos, mas Maria queria vingar-se de um homem que via como seu «implacável» inimigo. Knox estava acusado de conspirar para «levantar um tumulto» contra ela. Ao tentar «convocar» os protestantes para libertar os criminosos, convocara súbditos de Maria para pegarem em armas e, portanto, ameaçarem fazer uma resistência armada contra a sua rainha legítima.

Knox defendeu-se. Argumentou que havia uma diferença entre uma assembleia legal e uma ilegal. Nisso foi apoiado por lorde Ruthven, um calvinista, que ressaltou que Knox «faz convocação do povo para ouvir oração e sermão quase diário». A isso, Knox acrescentou que todas as suas acções eram autorizadas pela Igreja e, portanto, agira legitimamente como ministro do Evangelho.

No fim, procedeu-se à votação, feita na ausência de Maria. Knox foi absolvido e quando Maria regressou ao tribunal para ouvir o veredicto, exigiu que a votação fosse feita outra vez. O resultado foi o mesmo. O meio-irmão ilegítimo dela, o conde de Moray, que sentia inveja por Maitland ter sido promovido em vez dele, fora a causa desse resultado. Falara a favor da acusação de Knox no Conselho Privado, mas depois usou a sua influência no tribunal para garantir a absolvição. Era o seu primeiro acto aberto de traição. Maria tinha sido

humilhada. Estava ressentida e exasperada, não querendo acreditar que a vitória lhe tivesse sido arrebatada dessa maneira.

Mas estava disposta a aprender com a experiência. Numa tentativa para evitar novos conflitos, reprimiu Maitland de alguma maneira, para que ele e Moray fossem tratados como iguais. O seu objectivo era ainda equilibrar as facções criando uma coligação de conselheiros dispostos a subordinar as suas disputas privadas aos interesses reais, e em grande medida estava a conseguir. O seu activo Conselho Privado, com o qual se reunia quase todos os dias em Holyrood, envolvia uma amostra representativa de lordes.

Encorajada pelo apoio deles e de momento não recebendo nenhuma ofensa perceptível da duplicidade de Moray, Maria decidiu pegar em si e começar a procurar o seu par porque D. Carlos tinha sido um falhanço. Ainda procurava um marido, mas desta vez o foco da sua diplomacia era a Inglaterra. Tencionava testar Isabel desenredando a dimensão completa das suas exigências absurdas. Estava a tornar-se claro que Maria tinha uma necessidade profunda de garantir o reconhecimento da sua «grandeza» não apenas por parte dos seus súbditos mas também por parte dos outros governantes com quem entrou em contacto.

Maria assinalou o início da sua mais recente ronda diplomática numa mascarada carnavalesca que decorreu em Holyrood, em Fevereiro de 1564. Foi feita num banquete considerado o mais sumptuoso e extravagante de que havia memória. Incluiu três pratos, cada um deles compreendendo não um prato único mas uma selecção de uns quarenta ou cinquenta pratos de todos os tipos possíveis de peixes, aves de capoeira, caça e carne, seguidos por compotas, tartes, bolos, pudim cozido, torta e fruta, tudo isso transportado para o grande salão por criados vestidos com trajes de fantasia pretos e brancos. Maria, os seus lordes e as quatro Marias também vestiam roupas dessas cores.

Um menino vestido de Cupido liderou a procissão que serviu o primeiro prato ao som dos acordes de um madrigal italiano cantado pelo coro de Maria. Após uma pausa conveniente enquanto os comensais lavavam as mãos e as caras em bacias de prata e as secavam com toalhas de linho branco, o segundo prato foi servido. À cabeça da nova procissão vinha uma bela menina representando a Castidade. Enquanto os criados serviam a comida, eram recitados versos latinos: um elogio da mente pura e da beleza radiosa que a criança simbolizava e que eram emblemáticas de Maria. Por fim, um menino representando o Tempo veio

à frente dos que serviam o terceiro prato. O coro cantou outro divertimento, dessa vez um conjunto de versos profetizando que, enquanto o céu e a terra existissem, o amor e afecto mútuos de Maria e Isabel prevaleceriam.

Randolph, o embaixador inglês, participou no banquete e enviou a Cecil um relatório sobre o acontecimento. Também andou entre Maria e os seus conselheiros, vendo Maria primeiro e depois os outros. Estava a ficar cada vez mais apreensivo, dado que se tinham passado quase três meses desde que entregara a sua mensagem e até então Maria declinara dar qualquer resposta às condições que ele transmitira acerca do casamento dela. Não tinha maneira de saber o que Maria pensava e acreditava que só Maitland sabia tal coisa.

O simbolismo da mascarada parecia inequívoco. Mas as respostas dadas por Maria e pelos seus conselheiros a Randolph eram mais quixotescas e menos fáceis de interpretar.

Maitland iniciou a conversa. Fez «grandes protestos» do amor de Maria por Isabel. E, no entanto, como seria muito melhor, disse, se um assunto tão difícil e confidencial como o casamento dela fosse discutido cara a cara entre as duas rainhas a sós, sem a intercessão dos súbditos delas. Tinha Cecil em vista.

Depois foi a vez de Moray e Argyll. Coordenaram-se com Maitland para informar Randolph que, devido às suas estipulações para o casamento de Maria terem sido «apenas gerais», a resposta dela só podia ser «incerta». A resposta deles era enigmática, uma obra-prima de dissimulação retórica semelhante ao que Isabel, quando dava uma resposta inaceitável ao seu Parlamento a respeito de Maria, iria mais tarde chamar uma «resposta sem resposta».

Mas havia nisso um método claro. Maria, aconselhada por Maitland e Moray, estava a aproximar-se pouco a pouco de uma posição em que Isabel seria obrigada a sair das suas reservas e anunciar o nome do seu candidato preferido à mão de Maria. Randolph foi convocado para se encontrar com Maria em privado, uma semana depois do banquete, a fim de receber a resposta aos termos que entregara antes do Natal. Não teve outra opção senão escrever depois uma carta a Isabel, em vez de enviar um relatório a Cecil, como era esperado que fizesse.

Mais uma vez, Maria tinha arrancado uma folha do manual de Isabel. Um dos estratagemas da rainha inglesa mais consagrados pelo tempo era a pouca clareza quando se tratava de transmitir notícias indesejáveis, dizendo ela uma coisa

enquanto punha os seus conselheiros a dizer algo bastante diferente. Agora Maria fazia algo semelhante. Os seus conselheiros tinham sido evasivos. Não tinham obrigado a sua rainha a prestar atenção às condições de Isabel.

Mas Maria não queria deixar as coisas assim. Ainda se esforçava o mais que podia para conseguir um acordo em que os seus direitos dinásticos em Inglaterra fossem reconhecidos. Os seus conselheiros, disse ela, tinham dado as meras «palavras» da sua resposta, mas queria que Randolph explicasse a Isabel a dimensão total do seu «significado».

«Os príncipes», confidenciou, «não são sempre senhores das suas vontades, mas o meu coração, sendo eu a dona dele, é imutável.» Maria fez uma pausa para realçar que estava «sem má intenção» em relação a Isabel. Quando prosseguiu, disse que ansiava por «nada mais» do que pelo amor e boa vontade da sua colega soberana ao longo da vida.

Maria expusera o seu ser interior. Toda a sua resolução e determinação, a sua força de vontade e sentido de «grandeza» estavam acumulados nessas palavras. Eram encantadoramente sinceras. Reconheciam que a sua mera determinação e força de carácter nem sempre lhe permitiam levar a sua avante, mesmo que se tivesse concentrado em algo. E, contudo, estavam estratificadas ao ponto de serem enigmáticas. Davam a entender que tencionava sempre guardar algo de seu em reserva: reter uma parte de si para ela, apesar do que a política e a diplomacia lhe impunham. Nessa medida, permaneceria sempre evasiva. A sua boa vontade em relação a Isabel era genuína, mas não para ser abusada.

O que mais espantou Randolph nessa altura foi a sinceridade de Maria. Ela falou com franqueza, sem reservas e sem astúcia. Era alguém em quem se podia confiar. «A palavra de um príncipe», acrescentou Randolph calmo, era de maior valor do que «a mentalidade mutável de pessoas inconstantes.»

Randolph apelara a uma máxima bem conhecida do retórico ateniense Isócrates, o autor clássico preferido de Isabel. Numa passagem que ela aprendera de cor em criança, aconselhara os governantes: «Em toda a tua vida mostra que valorizas tanto a verdade que a tua palavra é mais fiável do que os juramentos de outras pessoas.» Para Isabel, era um axioma moral para a vida inteira. Afirmou vezes sem conta nas suas cartas e discursos que a sua palavra era suficiente, porque as palavras dos governantes eram os emblemas ou símbolos da sua autoridade.

A tática de Maria resultou. A sinceridade gerou a sinceridade e Isabel enviou a Randolph uma resposta explicando que o seu candidato preferido à mão da prima era nem mais nem menos do que o seu favorito, lorde Robert Dudley.

Era uma resposta espantosa. Dudley tinha sido mencionado como possível marido para Maria durante a sessão do Parlamento em 1563. No que na altura foi um comentário impensado e não uma proposta ponderada, Isabel incitou Maitland, então a preparar o avanço do pedido de Maria a D. Carlos, a recomendá-lo tendo em conta as suas qualidades e boas maneiras, uma sugestão que Maitland desviou replicando que, se lorde Robert era tão desejável como marido, então Isabel devia apanhá-lo!

Era provável que Maria se sentisse ofendida com a perspectiva de herdar o amante rejeitado da prima. Randolph ficou transtornado com a ideia de transmitir um tal conselho. Deu a notícia numa demorada audiência em Perth. Maria mal conseguia acreditar no que ouvia. Escutou implacável. Por fim, disse, «Senhor Randolph, apanhastes-me em desvantagem.» Mas depressa recuperou a sua presença de espírito, o seu humor mudando, numa questão de segundos, da incredulidade e perplexidade para a fúria.

«Pensais que condiz com a minha honra casar com um súbdito da minha irmã?» Toda essa ideia, afirmou, era insultuosa, ao que Randolph só tornou as coisas piores respondendo que não poderia haver maior honra do que casar-se com um nobre «por meio do qual poderia por acaso herdar um reino como da Inglaterra».

Maria conteve-se. Por que faria Dudley alguma diferença para as suas perspectivas dinásticas em Inglaterra, onde já era a mais forte «pretendente por direito hereditário?».

– Eu não busco o reino, porque a minha irmã pode casar e é provável que viva mais do que eu. A minha preocupação é o que pode ser para a minha comodidade e para o contentamento dos meus amigos, os quais, creio, não aceitariam que eu rebaixasse o meu estado tanto como isso!

Maria definiu a sua posição. Contrariou aqueles dos seus críticos que tinham sido incapazes de entender porque, uma vez que a sua política inicial de conciliação falhara, ela continuava a ter como horizonte o seu reconhecimento como herdeira de uma mulher apenas nove anos mais velha do que ela e capaz de dar à luz filhos se pelo menos optasse por casar. Apesar da aparente falta de

lógica dessa linha de conduta, era o único plano de acção aberto para ela. A «comodidade» dos príncipes era a sua honra e reputação. Era vital para Maria salvaguardá-las, e atendendo à ênfase que punha nos laços familiares, o «contentamento» dos seus parentes também contava para ela, apesar do seu recente desapontamento com eles.

Ainda mais importante após o seu recente e muito constrangedor choque com Knox, era a sua crença constante de que os seus lordes escoceses e os calvinistas só viriam a obedecer-lhe da maneira que esperava quando os seus direitos dinásticos fossem reconhecidos. Acima de tudo necessitava da amizade de Isabel para se armar contra a volatilidade dos seus lordes e para reforçar a legitimidade do seu reino no país. Uma vez que Knox acabara de terminar mais uma ronda de correspondência com Cecil, usando Randolph como intermediário, era uma questão candente para ela.

Até esse momento, Maria conduzira esta entrevista com Randolph na presença dos seus conselheiros, mas então ordenou-lhes que saíssem, ficando só as suas Marias.

«Agora, senhor Randolph, disse-me», começou a dizer nos seus tons mais vencedor e confidencial, «a vossa senhora em boa sinceridade deseja que eu me case com lorde Robert?» Randolph garantiu-lhe que sim. Maria então perguntou: «Isso está em conformidade com a sua promessa de me usar como sua irmã ou filha, casar com o seu súbdito?» Randolph disse que julgava que era possível.

– Se eu fosse uma ou outra, e à disposição dela, não seria melhor casar-me onde alguma aliança e amizade pudessem resultar do que casar-me onde nenhuma delas pudesse ser aumentada?

Randolph hesitou e depois respondeu:

– A principal aliança que a minha soberana deseja é viver em boas relações com a Escócia.

– A rainha vossa senhora, estando segura de mim, podia deixar-me casar onde me possa mais agradar e eu permanecerei sempre amiga dela como sou.

Maria fez uma nova pausa, reflectindo com cuidado. Por fim, disse: «Estas coisas são incertas.» Havia muitos riscos e nenhuma garantia. Não tencionava casar com Dudley porque a sua prima assim decidira. Não iria rejeitar a sugestão. Mas precisava de pensar no assunto. Não estava disposta a dar uma resposta imediata.

Enquanto Randolph ponderava isso, os lordes regressaram e foram todos jantar. Mais tarde, a discussão foi retomada à luz das velas no quarto de Maria. Os humores começaram a ficar exaltados e Moray não conseguiu conter-se. Criticou Randolph, mas a crítica era também dirigida a Maria, expondo a tensão crescente quando começava a ser entendido que quem quer que casasse com ela era provável que se tornasse rei e poderia fazer ou interromper as carreiras deles.

Moray perguntou a Randolph:

– Por que não convenceis a vossa rainha a casar, mas incomodais a nossa rainha com a questão do casamento, na qual não pensa mais do que no jantar quando tem fome?

Isso era o Moray clássico: simulador, perspicaz, cínico, sempre calculando as possibilidades e um mestre do insulto mal disfarçado. Maria riu-se e afastou-se.

Do ponto de vista de Isabel, claro, a candidatura de Dudley era lógica. Casando-se com ele, Maria ficaria subordinada a um homem protestante com quem a rainha inglesa sabia que podia sempre contar, um homem que ainda amava e confiava que nunca a trairia. Mais excêntrica era a sua ideia de como isso poderia desenrolar-se. Ambivalente acerca de deixar que Dudley saísse de ao pé de si, inventou a proposta quase grotesca de que haveria um *ménage à trois* ou uma «família» real alargada. Maria, Dudley e Isabel viveriam todos juntos na corte de Isabel depois de Maria casar, onde a rainha inglesa suportaria as despesas da «família», o que, disse ela, era apenas a maneira certa de «uma irmã» se comportar em relação à «outra».

Isso não era um estratagema para arrastar as negociações e para empatar planos para qualquer casamento que Maria procurasse fazer no continente. Isabel era sincera. De todos os seus projectos, este estava mais perto da fantasia e esvazia o sentido da interpretação tradicional segundo a qual Isabel foi sempre astuta e nunca propensa a tomar decisões baseadas nas suas emoções. Como Randolph observou, a ideia que Isabel fazia de famílias felizes tornou «esta comédia» do casamento de Maria «igual a uma tragédia».

Maria passou o resto da Primavera e o início do Verão de 1564 a escorar a sua posição. Adoptou duas tácticas. A primeira era capitalizar o seu maior trunfo: a sua popularidade junto das pessoas comuns da Escócia, muito visível para ela quando regressou de França e nas suas visitas reais de Verão. Uma rainha popular era susceptível de ser uma rainha forte. Ela era a «fonte da justiça»

responsável pela administração imparcial do sistema legal, e aproveitou a oportunidade para marcar pontos em relação a Knox e aos calvinistas quando um grupo de pessoas pobres lhe entregou uma petição contra os juízes do Supremo Tribunal, muitos deles amigos de Knox, a quem acusaram de favorecerem os ricos e poderosos e mesmo de participarem em julgamentos de casos uns dos outros e dos seus amigos e familiares.

Os lordes do Supremo Tribunal tinham sido estabelecidos pelo avô de Maria, Jaime IV, para se reunirem em Edimburgo e julgar casos jurídicos o mais rápida e justamente que pudessem. Eram o supremo tribunal de justiça, independente da coroa, mais tarde incorporado num Colégio de Justiça especial, encarregado de agir com competência e servir de exemplo para os outros juízes na Escócia. Apesar desse mandato, estavam a ignorar as suas responsabilidades para com os litigantes mais pobres que não podiam pagar para terem justiça.

Chegara o momento de Maria intervir. Publicou um decreto reformista que exigia que o Supremo Tribunal se reunisse com frequência para julgar os casos dos pobres. Todos os juízes deviam reunir-se pelo menos três dias por semana, «tanto depois do meio-dia como antes do meio-dia». Pelo seu trabalho a mais, Maria aumentou os salários deles. Mas também tornou claro que esperava que a justiça fosse feita sem medo ou favor. Até chegou sem ser anunciada ao tribunal numa sexta-feira à tarde para observar alguns casos de pobres a serem julgados. Tudo isso era uma espécie de golpe de publicidade e ajudou muito a destruir as alegações de Knox de que ela era uma rainha que só estava interessada em dançar e em ninharias da corte e não no bem-estar dos seus súbditos.

A segunda tática de Maria na Primavera de 1564 foi vingar-se em silêncio de Isabel por tentar destabilizar o seu país. No ano anterior, Isabel pedira-lhe um favor. Escrevera a Maria para ver se poderia dar ao conde de Lennox, que tinha causado tantos problemas na Escócia no tempo do reinado de Henrique VIII, um passaporte a fim de regressar a casa depois do seu longo exílio em Inglaterra. Era uma jogada dissimulada. Isabel não era amiga de Lennox, cuja esposa, *lady* Margarida Douglas, só tinha sido recém-libertada da Torre. Isabel só intercedeu a favor de Lennox no auge da tentativa de Maria de se casar com D. Carlos, quando queria provocar problemas.

Ao fazer esse pedido, Isabel brincara com o fogo. O filho e herdeiro de Lennox e da sua condessa era Henry, lorde Darnley, agora com dezassete anos,

muitíssimo bonito, e o reclamante com mais direito hereditário ao trono inglês, depois de Maria. Quando Isabel fez a sua jogada para obter o passaporte, não era suposto que Darnley acompanhasse o pai para a Escócia. Pelo contrário, estava a viver na corte inglesa onde podia ser vigiado de perto, em prisão domiciliária. Foi autorizado a servir Isabel, para quem cantava e tocava alaúde à noite. Mas se o pai dele regressasse à Escócia, Darnley iria segui-lo? E se fosse esse o caso, poderia tornar-se um pretendente à mão de Maria?

Parecia uma ideia fantástica. Randolph rejeitou-a. Depois, na última semana de Abril de 1564, Maria decidiu que iria acreditar em Isabel, conceder o passaporte a Lennox e deixá-lo regressar à sua pátria ancestral. Um amigo íntimo de Knox, William Kirkcaldy de Grange, escreveu de Perth: «O conde de Lennox vai obter autorização para voltar a casa e falar com a rainha. A intenção dela nisso não é conhecida, mas alguns suspeitam que ela acabará por ser persuadida a favor do filho dele.»

Desse momento em diante, as apostas apoiaram lorde Darnley como provável marido para Maria. Era talvez a última pessoa em quem Isabel tinha pensado. Se Maria casasse com ele, a sua pretensão à sucessão seria reforçada porque, ao contrário de Maria, era homem e nascera em Inglaterra, o que contrariava as duas principais objecções à pretensão dela à sucessão, levantadas na reunião do Parlamento de 1563: que era mulher e estrangeira.

Darnley não era protestante, mas também não era um católico ortodoxo. Não levava a sua religião muito a sério e era capaz de assistir a uma missa católica de manhã e a um sermão protestante à tarde, sem se deixar abalar por qualquer noção de inconsistência. Isso fazia-o parecer menos ameaçador na Escócia do que D. Carlos ou até mesmo o arquiduque Carlos. Além disso era fisicamente atraente. Era quatro anos mais novo do que Maria, tinha um metro e oitenta de altura e parecia tão esbelto e gracioso como Lennox era na sua juventude, quando acompanhara Maria de Guise desde Stirling até Edimburgo e St. Andrews. Era mais efeminado e ameninado do que o pai, mas ainda não se falava das implicações disso.

Assim que Maria pôs em ordem a confusão de ter concordado em readmitir Lennox na Escócia, propôs a Randolph que ambas as rainhas nomeassem comissários para se encontrarem na fronteira em Berwick-on-Tweed a fim de discutirem os termos do possível casamento com Dudley. Isabel ficou assustada.

Maria estava a fazer um duelo com ela. Já se encontrava arrependida de ter pedido a Maria para repatriar Lennox. Mas o estrago estava feito e não poderia recusar aceitar o plano de acção que ela propusera. Apelou, discreta como acreditou, a Maitland e a Moray para bloquear o regresso de Lennox, mas as suas propostas foram rejeitadas e relatadas a Maria, cada vez mais determinada.

No Verão de 1564, Maria colocou-se fora de alcance. Deixou Isabel enervar-se e foi para outra visita real, dessa vez para o extremo norte da Escócia, começando em Inverness e avançando para Gartly em Aberdeenshire e depois para Easter Ross. Estava a tentar aglutinar as partes do país que falavam gaélico com as Lowlands que falavam escocês, pela lealdade compartilhada que tinham a ela. E o plano estava a resultar, em que era bem recebida e luxuosamente entretida pelos seus anfitriões em cada etapa. A sua disponibilidade para ordenar à corte que se vestisse à maneira das Highlands ajudou, assim como o seu gosto pela harpa e pela poesia bárdica. Estava até disposta a ouvir as gaitas de foles, as quais, mais do que a harpa, começavam a ser olhadas como símbolos da identidade e da cultura das Highlands.

Na altura em que Maria regressava a Edimburgo, houve ainda outra reviravolta. Catarina de Médicis, incerta quanto à jogada final na tentativa de Maria casar com D. Carlos e ansiosa por evitar uma futura crise, enviara Michel de Castelnau, senhor de Mauvissière, em missão junto de Isabel e Maria.

Catarina estava a promover uma política de paz depois de as forças combinadas católicas e huguenotes terem obtido uma vitória sobre os ingleses em Le Havre. Queria paz dentro de França e entre a França e os seus vizinhos: sobretudo queria paz nas Ilhas Britânicas para garantir o entendimento anglo-francês. Portanto, propôs uma nova dupla aliança: Isabel casaria com Carlos X e o irmão mais novo e herdeiro deste, Henry, duque de Anjou, seria dado a Maria.

Quando Castelnau apresentou a proposta a Isabel, ela ignorou-a com uma piada. «O rei», disse, rindo-se, «é demasiado grande e demasiado pequeno!» Queria dizer com isso que a França era demasiado poderosa para combinar bem com a Inglaterra, enquanto Carlos X, que tinha agora catorze anos, e Isabel trinta, era demasiado novo. Não tinha nenhum desejo de casar com Carlos. Se deixasse o país, tornar-se-ia uma governante ausente, e quanto ao rei de França não se poderia esperar que vivesse em Inglaterra. Mas pediu a Castelnau que

agradecesse a Catarina a honra que lhe tinha feito e reiterou o seu apoio ao entendimento delas.

Maria foi mais fria. Em breve teria vinte e dois anos e o duque de Anjou mal tinha treze. Contudo, não era essa a razão para a sua desaprovação. Rejeitou a proposta de Catarina menos devido à disparidade de idades do que por considerar a proposta indigna. Era um prémio de consolação. Tal como Castelnau escreveu no seu relatório, Maria «tinha uma mente tão grande e irrequieta como o seu tio, o cardeal de Lorena». A proposta era insuficiente para a sua «grandeza». Apesar disso, achou que ela era «encantadora»: uma mulher «na flor da sua juventude» que era «estimada e adorada pelos seus súbditos».

Castelnau já conhecia Maria, tendo-a visto crescer na corte de Henrique II. Trouxe-lhe cartas dos seus familiares Guise, e à medida que ia ficando aos poucos menos fria, deu-lhe melhores motivos para rejeitar a proposta. «De todos os reinos e países do mundo», disse ela, «nenhum deles toca mais o meu coração do que a França, onde fui acarinhada e tive a honra de ser uma rainha... Mas não consigo imaginar como poderia voltar lá num papel menor, e em qualquer caso, se eu deixasse o meu reino da Escócia abandonado, poderia até correr o risco de o perder.»

Maria recusou considerar a hipótese de se casar com um príncipe que julgava (erradamente, como se revelou) não ter nenhuma perspectiva de alguma vez herdar um trono. A sua jogada seguinte foi enviar um fidalgo da corte, *sir* James Melville, como seu embaixador a Isabel. Ele deixou Edimburgo no fim de Setembro, com instruções para, primeiro, minimizar o efeito de uma carta zangada que Maria escrevera protestando contra os esforços clandestinos da sua prima para bloquear a repatriação de Lennox e depois ficar pronto para agir de acordo com a reivindicação dinástica dela se o Parlamento, que interrompera os trabalhos até Outubro, se voltasse a reunir. Por último, Melville foi encarregado de tratar em segredo com a condessa de Lennox a fim de obter um passaporte que permitisse que Darnley viajasse para norte.

Maria ainda fingia que considerava a hipótese de Dudley ser seu marido enquanto investigava a perspectiva de casar com Darnley, cujas vantagens dinásticas, se fossem unidas às suas, lhe dariam uma pretensão quase invencível à sucessão inglesa, desde que as regras dos direitos hereditários fossem seguidas.

Quando Melville chegou ao Palácio de Whitehall, Isabel recebeu-o com todas as honras. Encheu-o de lisonjas, tornando-o seu confidente, e concedeu-lhe até três entrevistas por dia. Melville sentia-se lisonjeado, mesmo entendendo que tudo isso fazia parte de um jogo. Na realidade, toda a sua visita foi orquestrada para que o assunto da conversa fosse em torno de Dudley.

Uma das artimanhas de Isabel foi convocar Melville para a sua alcova a fim de lhe mostrar a sua colecção de retratos em miniatura. O pretexto foi que «ficava muitas vezes encantada» por olhar para o retrato de Maria, mas quando o infeliz enviado chegou, a miniatura no alto da pilha não era outra senão a de Dudley, embrulhado em papel de seda com o nome do modelo inscrito na parte de fora pela mão de Isabel.

A inscrição dizia «Retrato do meu lorde»: a formulação mais próxima possível de uma franca declaração de amor e ainda mais desconcertante para Melville porque mostrar-lhe essa inscrição enquanto tentava defender os méritos de Dudley enquanto marido para Maria só serviu para expor a indecisão de Isabel acerca do plano de acção em que embarcara.

Melville foi depois interrogado acerca de Maria. O que vestia? De que cor era o cabelo dela? Quão bela era? Era alta? Quais eram os seus passatempos preferidos? Tocava espineta? O questionamento era interminável, e quase mais do que o patriótico e leal Melville podia aguentar para descrever a sua rainha com vago elogio a fim de evitar ofender a vaidosa e invejosa Isabel.

Ao fim de nove dias cansativos, Melville ansiava pela sua partida. Estava exausto, mas foi obrigado a ficar para assistir à cerimónia de instituição de Dudley como conde de Leicester em honra da sua pretensão à mão de Maria, um evento em que ele e o embaixador francês viram Isabel a fazer cócegas no pescoço do ser favorito ajoelhado.

Parecia ser apenas outra farsa real, ainda que mais elaborada. Mais perigosa era a parte da missão de Melville que dizia respeito a Darnley. Isabel estava a ficar desconfiada com ele. A sua cotação aumentara em relação aos mexericos a seu respeito, o que Isabel procurou contrariar promovendo-o. Na cerimónia do enobrecimento de Dudley, Darnley transportava a espada de Estado e foi convidado para a recepção oficial.

Sendo-lhe perguntado à queima-roupa qual a opinião de Maria sobre ele, Melville disfarçou: «Nenhuma mulher com personalidade escolheria esse

homem, que é mais parecido com uma mulher do que com um homem, porque é muito vivo, imberbe e com cara de dama.» Era quase uma resposta credível, porque embora Darnley fosse requintado e gentil, o seu carácter estava manchado pela imprudência, excessos sexuais, orgulho e estupidez. Era quase bissexual, como era moda entre os jovens cortesãos hedonistas franceses. Os contemporâneos tinham maneiras de tornar o excesso sexual conhecido, e quando era descrito como um «grande pintainho implume» o jogo de palavras era intencional. O cardeal de Lorena era mais educado, rejeitando-o como sendo «um frívolo refinado».

Quando Melville regressou a Edimburgo, descobriu que Lennox o precedera. O conde estava a subir na estima de Maria e ocupava alguns dos melhores aposentos em Holyrood. As suas propriedades, concentradas na região do Clyde em torno de Glasgow, tinham sido confiscadas devido à sua deserção para Henrique VIII vinte anos antes, mas a 16 de Outubro foram recuperadas. Maria teve de falar «muito graciosamente» com os seus conselheiros para conseguir isso. Os lordes do Parlamento aprovaram a concessão para lhe agradarem, mas Argyll previu que Lennox tinha inimigos que iriam provocar problemas se o deixassem ser arrogante com eles.

Maria não estava disposta a ouvir essas objecções. Saboreou demasiado a ironia de proclamar que a reabilitação de Lennox tinha sido feita «a pedido da sua querida irmã Isabel».

Entretanto, Lennox estava a tentar tornar as coisas mais fáceis. A sua mulher usou Melville como correio para enviar presentes luxuosos a Maria e aos lordes delas. Os presentes de Maria incluíam uma «jóia espantosamente bela e valiosa», um relógio e um espelho com pedras preciosas incrustadas. Maitland e Atholl receberam, cada um deles, um anel com um grande diamante, enquanto as quatro Marias receberam «coisas bonitas» que Lennox «achou serem mais adequadas». Moray, o inimigo jurado dos Lennox, não recebeu nada: uma deliberada bofetada na cara.

O presente de Maria pode bem ter sido a famosa *Jóia Lennox*. Segundo Randolph, todos os que a viam achavam-na deslumbrante e transportava uma mensagem codificada que Maria teria apreciado. Concebida para ser usada pendurada ao pescoço numa corrente de ouro ou numa fita, a jóia tem a forma de um coração de ouro. Na face exterior é uma coroa encimada por três flores-de-lis

sobre fundo azul, montada com três rubis e uma esmeralda. Por baixo tem um coração alado com uma enorme safira como peça central, acima da qual tem uma coroa montada com rubis e uma esmeralda. Esses emblemas são suportados pelas figuras de estilo clássico da Fé, Esperança, Verdade e Vitória. À volta da borda encontra-se a divisa: «Quem espera ainda com paciência obterá a vitória na sua pretensão.»

A coroa de jóias abre-se e dentro da tampa estão dois corações e um laço dourado de amor verdadeiro, atravessado por setas de Cupido e por cima delas a divisa «O que decidirmos». Por baixo, numa cavidade dentro da coroa, está o monograma «MSL» (de Matthew e Margarida Stuart Lennox) inscrito em esmalte branco, azul e vermelho. Dentro da tampa do coração alado há duas mãos juntas segurando uma trompa de caça verde com cordas vermelhas, e com a divisa: «A morte dissolverá». Dentro de uma nova cavidade encontra-se uma caveira e ossos cruzados.

As partes interiores da jóia são uma celebração do casamento de Lennox e *lady* Margarida Douglas. Contudo, o seu cumprimento será a vitória da «pretensão» proclamada pela divisa em torno das figuras de estilo clássico. A palavra «pretensão» não era pejorativa no século XVI. Alguém que «pretendia» afirmava a sua reclamação de algo a que acreditava ter direito. A inscrição aplicava-se à reivindicação de Maria do trono inglês e no grau seguinte à de Darnley, e o coração alado que constituía a peça central da jóia podia aludir à unificação das suas reivindicações.

Quer isso fosse a «jóia espantosamente bela e valiosa» oferecida a Maria ou não, no fim de 1564 ela decidira arrancar Darnley de Isabel. O seu plano desenrolou-se após a reunião entre os comissários ingleses e escoceses feita em Berwick no mês de Novembro.

Maitland abriu a licitação. Propôs que Maria pudesse casar com o marido que escolhesse, com certas excepções específicas, em troca do qual seria reconhecida como sucessora natural de Isabel. Isso era uma falsa partida. Mas a sua proposta seguinte, a de que ela fosse reconhecida como herdeira e confirmada como «segunda pessoa do reino» em troca do qual renunciaria à sua reivindicação católica imediata e casaria com Dudley, era pouco mais do que todos tinham sido levados a pensar que seria aceitável.

Embora um casamento com Dudley não fosse o ideal, era uma proposta séria do lado escocês. Se Maria tivesse sido nomeada como herdeira de Isabel, casaria com ele como preço de um acordo dinástico. Mas quando o relatório dos comissários ingleses chegou a Londres, tudo voltou à estaca zero. Isabel recuou perante a perspectiva de ter mesmo de identificar uma pessoa nomeada como sua sucessora. Não era que pusesse objecções a Maria, mas era a mesma velha história anterior.

Cecil, que sempre se opusera a um acordo com Maria, não fez nenhum esforço para convencer Isabel a honrar o seu compromisso. Em vez disso, escreveu uma carta tortuosa a Maitland e Moray na qual tentava diluir o claro e vinculativo compromisso feito pelo lado inglês numa promessa não vinculativa, incitando os escoceses a seguir em frente sob a forma de «amizade» e não de «contratação». A delicada questão de «príncipes determinarem os seus sucessores» era referida: o problema primordial da «mortalha» de Isabel. Confrontada com a necessidade de identificar a sua herdeira, a sua coragem fracassara.

Na véspera de Natal, Maitland e Moray escreveram uma resposta angustiada. Estavam incrédulos com a possibilidade de que o acordo estivesse em risco e também com o facto de que Cecil tivesse aproveitado essa oportunidade para recuperar a sua proposta anterior de um julgamento da pretensão de Maria. Os escoceses eram bastante sinceros. Sem uma garantia do lugar de Maria na sucessão, Cecil devia saber que Dudley não era «um par adequado» para a rainha deles, mesmo se fosse feito duque, uma posição hierárquica mais alta do que a de conde que agora era.

E era aí que estava o busílis. Dudley era um nobre criado por Isabel. Devia tudo o que tinha a ela. Não possuía suficientes bens patrimoniais nem uma pretensão a um trono. Até era o filho de um traidor declarado culpado e executado, visto que o seu pai fora o mesmo duque de Northumberland que engendrara o golpe protestante falhado de *lady* Joana Grey antes de Maria Tudor subiu ao trono em 1553.

Por comparação, Darnley era autêntico e excelente exemplo de uma pessoa da sua espécie: um descendente da casa real de Tudor, cuja genealogia dinástica era inatacável se fosse anexada à de Maria. Ela expusera a sua ideia a Randolph: «Os príncipes não são sempre senhores das suas vontades, mas o meu coração, sendo eu a dona dele, é imutável.» Tencionara manter algo de si em reserva.

Agora iria libertar-se da coerção inglesa. Embora Darnley fosse ainda súbdito de Isabel, em breve estaria do outro lado da fronteira escocesa. Maria ainda não se decidira a casar com ele. Arrebatá-lo e casar com ele eram, contudo, duas coisas muito diferentes. Mas ele era a sua apólice de seguro. Iria reintegrá-lo na política escocesa, em que se tornaria uma maneira de contrariar as tentativas de Isabel e Cecil para ditar a sua escolha de marido.

Maria ainda não sabia como iria conseguir fazer isso. Para sua perplexidade, afinal não teve de fazer nada. Um fiasco na corte inglesa, pelo qual Isabel se iria para sempre censurar, estava prestes a catapultar Darnley para a Escócia e daí para os braços de Maria.

Capítulo 13

Um casamento de conveniência

A diplomacia inglesa em relação a Maria estava a começar a desmoronar-se. Isabel estava a perder a coragem. Em 23 de Setembro de 1564 escrevera a Cecil, então doente em casa, para lhe pedir o seu conselho. Foi o bilhete mais desconexo, mais titubeante que alguma vez escreveu. Era escrito em latim, a língua para a qual se retirava quando ficava sem palavras:

Estou num labirinto tal que não sei como serei capaz de responder à rainha dos escoceses após uma tão longa demora. Estou sem saber como satisfazê-la e não faço ideia quanto ao que agora devo dizer.

Cecil arquivou-o com este comentário críptico: «A rainha escrevendo para mim estando doente.»

O plano do casamento com Dudley tinha sido uma catástrofe. Ninguém se dera ao trabalho de pedir a opinião a lorde Robert, e ele não tinha qualquer desejo de casar com Maria e viver na Escócia. Estava a deixar cair sugestões frenéticas e a fazer tudo dentro dos limites da discrição para se esquivar à nomeação, o que, uma vez que não poderia recusar-se a casar com Maria se Isabel lhe pedisse à queima-roupa para o fazer, significava encontrar um marido alternativo. Na mente de Dudley, o substituto ideal era Darnley, nascido em Inglaterra e leal, cuja candidatura ele e os amigos mais íntimos apoiavam.

Um dos mentores de Dudley era Throckmorton. Embora fosse um protestante convicto, não concordava com a leitura de Cecil, de que Maria era uma ameaça para a segurança de Isabel. Argumentara mesmo antes de Maria sair de França que ela devia ser reconhecida como herdeira natural do trono inglês, na condição de se aliar com a Inglaterra.

Throckmorton fez pressão a favor de Darnley para safar Dudley. No fim de Dezembro, Cecil podia escrever a respeito de um «estratagema» para orientar Isabel nessa direcção. Acreditava que ela não tinha «disposição para isso»; mas

Isabel provou que Cecil se encontrava errado. Isabel estava longe de condizer sempre com a sua imagem de governante politicamente astuta cujas decisões vinham da cabeça e não do coração. Esse, claro, era um estereótipo protestante. Como Knox proclamara, Isabel governava com a cabeça e Maria governava com o coração, porque aos seus olhos uma rainha protestante era uma personalidade «excepcional» capaz de superar a fragilidade do seu género, enquanto as rainhas católicas não o eram.

Mas ao longo do Inverno de 1564-65, Isabel governou com o coração, deixando que as suas emoções ditassem a orientação política. Embora tivesse indicado Dudley como seu pretendente preferido à mão de Maria, agora recuava, porque se ele fosse para a Escócia, Isabel perderia o único homem que alguma vez amara a favor de uma rival – porque no seu estado de azedume após a reunião de Berwick parecia-lhe que Maria estava a procurar roubar-lhe Dudley!

No início de Fevereiro de 1565, Darnley recebeu um passaporte para visitar o pai. Durante alguns dias, mas só o tempo suficiente para poder atravessar a fronteira, Isabel decidiu que, afinal, seria melhor se ele, e não Dudley, casasse com Maria. Esta só tinha de se recostar na cadeira e esperar que ele chegasse. Quando ele estivesse a salvo na Escócia, Maria teria Isabel onde a queria.

Depois disso, já ninguém supunha que Maria iria casar com Dudley. Apenas uma coisa era certa: Maria queria voltar a casar. O ritmo acelerou-se durante uma visita a St. Andrews no início de Fevereiro. Randolph acompanhara-a e Maria conversou com ele depois de jantar, sentados junto à lareira.

– Sabeis que não casar – disse ela – não pode ser uma coisa para mim. Se adiar tal coisa por muito tempo, resultarão muitas incomodidades.

Maria tomara uma decisão. Mas também tinha mágoas. Queixou-se ao embaixador que tudo poderia ter sido muito diferente se Isabel tivesse sido fiel à sua retórica e a tratasse de uma maneira feminina, entre irmãs.

– Como teria sido melhor se, sendo nós duas rainhas e parentes tão próximas, vizinhas e vivendo numa ilha, fôssemos amigas e vivêssemos juntas como irmãs, em vez de, por estranhos meios, nos dividirmos ao ponto de nos magoarmos.

Randolph assegurou a amizade de Isabel, mas Maria sabia a verdade. Tudo não passava de palavras. «Dizer que podemos ser amigas para toda a vida, podemos dizer e prometer que o seremos, mas isso ultrapassará os nossos poderes!»

Maria lamentou a oportunidade perdida. Duas mulheres governantes, trabalhando juntas para o benefício das Ilhas Britânicas, poderiam ter concretizado «coisas notáveis». Agora havia demasiados obstáculos, o do casamento.

Era o dilema clássico para as mulheres governantes. Deviam casar e ter filhos, satisfazendo as expectativas dos seus conselheiros e súbditos e resolver a questão da sucessão nos seus países? Ou deviam ficar solteiras e manter a sua independência? Era uma decisão bastante difícil, mas a escolha de Maria tinha mais uma complicação. Mesmo se Isabel tivesse já tomado a sua decisão de não casar, recusava-se a deixar que Maria a ultrapassasse no casamento. Se a sua prima se casasse, então o duelo entre elas tornar-se-ia progressivamente pior.

Maria começou a preparar-se. Um casamento com Darnley devia nessa altura encontrar-se no seu horizonte. Se um acordo com a Inglaterra não podia ser estipulado, então não deveria considerar a hipótese de se aliar com o homem cujos direitos hereditários, se fossem unidos aos seus, tornaria a reivindicação dinástica deles invencível?

Com certeza pretendia fazer alguma coisa. Para atenuar a especulação de que tencionava casar com um católico, reeditou a sua proclamação de 1561 confirmando o *status quo* religioso. Também mandou embora o seu secretário e decifrador particular, Raulet. Era um funcionário dos Guise, a única pessoa, além de Maria, que tinha a chave da caixa negra contendo os papéis secretos dela. Substituiu-o por David Rizzio, o jovem criado de quarto e músico piemontês que viera com a comitiva do embaixador do duque de Sabóia e ficou como baixo no coro de Maria.

Enviando Raulet para casa em França, Maria manifestava a sua preocupação com a segurança. Pretendia evitar que cópias das suas cartas particulares chegassem às mãos do tio, o cardeal de Lorena. Por algum motivo desconhecido, Raulet ficara sob suspeita. Um mês mais tarde, quando se preparava para embarcar no seu navio em Leith, o seu baú foi apreendido com todos os seus livros e papéis.

Maria encontrou-se com Darnley em pleno Inverno. A data foi sábado, 17 de Fevereiro de 1565, e o lugar foi Wemyss, uma pequena aldeia costeira no Fife. Randolph escreveu de Edimburgo para avisar Dudley que o seu substituto chegara em segurança. Sir James Melville, uma testemunha ocular, relatou que

Maria «aceitou bem» Darnley, dizendo que «era o mais robusto e bem proporcionado homem alto que alguma vez vira».

Teria havido uma atracção física instantânea? Darnley gabou-se de que assim acontecera. Ficou alojado na mesma casa de Maria durante duas noites e depois foi cumprimentar o pai, Lennox, em Dunkeld. Ao chegar ali, a sua primeira ideia foi escrever uma carta de agradecimento a Dudley, a quem se ofereceu para «satisfazer como se ele fosse seu irmão».

Depois de ficar alojado durante cinco noites em Dunkeld, Darnley regressou a tempo de atravessar o estuário de Forth no mesmo barco que Maria. No dia 26, decidiu fazer um gesto grandioso. Assistiu ao sermão de Knox em St. Giles Kirk, em Edimburgo, jantando depois com Moray e Randolph, que iam lá todas as semanas. À noite, em Holyrood, dançou uma galharda com Maria. Todos os olhares estavam postos neles, mas foi impossível avaliar a reacção dela. O que quer que lhe passasse pela cabeça, Maria guardou os pensamentos para si.

O estado do tempo fez uma súbita viragem para pior. Violentas tempestades de neve eram seguidas por um frio de tal intensidade como nunca se tinha visto desde o Inverno em que Maria nasceu. Na primeira semana de Março, os caminhos nas Lowlands ainda se encontravam encerrados. Contudo, Darnley estava florescente. Uma vez que viajar se encontrava fora de questão, a corte adaptou-se a uma série de extravagantes banquetes e mascaradas. Darnley esteve presente em tudo e as suas maneiras cortesias foram «muito bem apreciadas». Tal como Randolph informou Cecil, «rege-se de tal modo que é muito elogiado».

Até então, Maria prestava-lhe uma invulgar atenção, razão pela qual Randolph o podia elogiar. Ela tratava-o cortesmente, mas não mais do que isso. Ainda estava à espera do momento certo. Pedira a Randolph para lhe dar uma resposta final acerca das intenções de Isabel. A 15 de Março, estava a ficar irritada e impaciente, perguntando-lhe todos os dias quando seria provável que fosse recebida uma resposta.

A resposta de Isabel ficou pronta no dia 5, mas devido aos montes de neve que bloqueavam os caminhos só chegou a Edimburgo no dia 14. Quando Randolph a abriu, percebeu que iria haver problemas. Demorou dois dias a ganhar coragem para entregar a mensagem. Isabel mantinha a sua obstinação. No que dizia respeito à reivindicação dinástica de Maria, «nada deve ser feito até Sua

Majestade [Isabel] estar casada, ou notificar a sua determinação em nunca se casar».

Isso era uma bomba. Repudiava tudo sobre o qual as boas relações anglo-escocesas tinham dependido e fazia troça da política de conciliação de Maria em relação a Isabel. Quando a rainha inglesa reclamara o direito de veto sobre o casamento de Maria e nomeara Dudley como o pretendente favorito à mão dela, ficou entendido que a concordância seria recompensada pelo seu reconhecimento como herdeira de Isabel. Agora as regras do jogo tinham sido alteradas e tudo dependia da decisão de Isabel a respeito do seu casamento, algo que nunca aconteceria.

Maria escutou em silêncio, depois ficou furiosa, alegando que Isabel jogara um jogo de enganos e recuos. Tinha-a induzido em erro e feito perder o seu tempo. «Responder-me com nada», comentou, «acho que é uma grande falha e receio que se converta em descrédito seu, mais do que em perda minha.» «Quem dera que eu pudesse estar mais ligada à minha irmã; mas vendo que não pode ser, não falharei em quaisquer bons ofícios para com ela, mas contar ou confiar muito a partir de agora nela em todo o caso, não o farei.»

Depois saiu e foi caçar. Randolph tentou acalmar Moray, que estava «quase louco» de raiva. Maria, acreditava, iria atacar os seus e a Escócia estaria em perigo. Por isso, era o homem mais triste do mundo. Maitland, com quem Randolph foi ter a seguir, estava exasperado, embora – sempre mais atencioso e perspicaz – tivesse em privado esperado um revés.

Quando Maria deixou Randolph, «chorou à vontade». Mais tarde, Randolph tentou vê-la de novo, mas ela ignorou-o e retirou-se para os seus aposentos. Randolph voltou para junto de Maitland e Moray, exortando-os a não agir demasiado precipitadamente, mas eles interromperam-no, um deles dizendo: «Os dados estão lançados.»

No dia seguinte, Maria cavalgou até aos areais de Leith, onde observou Darnley e os seus companheiros «correndo ao anel». Aproximou-se de Randolph e «com as lágrimas nos olhos» declarou o seu amor pela sua «rainha irmã», à qual disse dever «tanta obediência como à sua querida mãe». Era um elogio tão grande como o que se poderia esperar que Maria fizesse, mas, longe de ser o prelúdio de uma nova tentativa de conciliação, marcava o início da jogada de Maria para se libertar. Ela terminou a conversa pedindo um passaporte

diplomático para Maitland. Ia enviá-lo via Inglaterra numa missão urgente a França. Randolph percebeu o perigo, mas falhou na tentativa de a dissuadir. Ninguém, excepto Maria, sabia qual o objectivo da missão de Maitland, mas Randolph inferiu que ele ia consultar a família de Maria acerca dos seus planos de casamento.

Estava lançada a desordem na política de Isabel. Calculara mal o impacte da sua mensagem. Causara uma ruptura que parecia mais definitiva em que fechara a fenda que existira entre a posição de Cecil e a sua. Enquanto Cecil sempre desejara impor condições prévias religiosas ao acordo de sucessão, Isabel fora menos dogmática, mantendo a religião e a política separadas, preferindo a reivindicação de Maria à de *lady* Catherine Grey, caída em desgraça. Mas se um acordo fosse adiado, o efeito dessas distinções seria irrelevante.

Além disso, havia um perigo mais urgente. O regresso de Lennox e Darnley à Escócia desencadeara um realinhamento das facções de nobres. Moray, Argyll e Châtelherault deram o primeiro passo, assinando um compromisso em que se propunham apoiar-se e juravam opor-se a um casamento católico. Encobriram o seu despeito em alegações sobre religião, mas na verdade suspeitavam que Lennox conspirava para fazer do seu filho rei e, portanto, destituí-los de poder.

Lennox não demorara a procurar aliados. Reintegrara-se na Escócia com notável rapidez. Os seus apoiantes incluíam os condes de Atholl e Caithness, os lordes Seton, Ruthven, Home e outros. Os primeiros três eram católicos, os outros eram protestantes. O que os unia não era a religião, mas sim a ambição. Atholl viu aí uma oportunidade para afastar Argyll da sua preeminência nas Highlands, e todos estavam ansiosos por expulsar Moray e anexar as suas terras. Haveria boas colheitas para os Lennox e seus amigos se Darnley casasse com a rainha. Darnley era já conhecido por ter consultado um mapa da Escócia, quando foi ouvido a dizer em voz alta que as propriedades de Moray eram demasiado extensas para as suas necessidades.

Se, portanto, um dos efeitos da mensagem de Isabel foi reforçar a determinação de Maria em procurar um casamento que a pusesse mais próxima da sucessão inglesa, o outro foi o ressurgimento das facções. Tudo estava no fio da navalha. Moray apercebeu-se disso, e quando Randolph tentou falar com ele, enxotou-o. «Que o Diabo vos leve. A nossa rainha não faz mais nada senão chorar e escrever!»

A 31 de Março, Randolph escreveu ao seu amigo *sir* Henry Sidney. Culpou Dudley por não se interessar mais por Maria, que nem ainda conhecia. Ela tornara-se uma mulher de «beleza perfeita». «Quantos países, reinos, cidades e vilas», escreveu ele, de súbito com um certo lirismo, «foram destruídos» para satisfazer os desejos de homens por tais mulheres, e, contudo, Dudley, a quem foi oferecido um reino e a oportunidade de se deitar com Maria «nos seus braços nus», desprezara ambos, fazendo com que Darnley chegasse.

A apreensão de Randolph era justificada. Na primeira semana de Abril, Maria e Darnley estavam nas fases iniciais do namoro. Encontravam-se no Castelo de Stirling, onde passavam a maior parte do tempo juntos. Maria até o exibiu como seu parceiro num jogo de bilhar, disputado com apostas altas, contra Randolph e Mary Beaton. Foi bem organizado, dado que era um segredo aberto que Randolph e Mary Beaton, uma das quatro Marias, eram amantes. E, portanto, parecia a todos os que observavam que dois jovens casais estavam a jogar um contra o outro.

Tinha sido acordado que, fosse quem fosse que ganhasse, as mulheres partilhariam o bolo. Quando Randolph e Mary Beaton saíram vencedores, Darnley foi visto a oferecer a Maria um anel e um broche valioso montado com duas ágatas.

Quando depois Darnley ficou doente, Maria cuidou dele. Enviava-lhe comida da sua mesa e visitava-o a quase todas as horas, por vezes depois da meia-noite – uma coisa ousada dela. Ele estava «muito inquieto» e para seu conforto e conveniência foi alojado nos aposentos reais no castelo, uma honra extraordinária, onde ficou mais de um mês. Teve uma constipação e depois erupções cutâneas. Os seus sintomas eram os de uma irritação na pele semelhante a sarampo, «muito espessa», acompanhada por «dores agudas, as suas dores persistindo no estômago e na cabeça» – quase de certeza o começo de sífilis apanhada em Inglaterra.

Quando Maitland chegou a Londres, a caminho de França, a verdadeira natureza da sua missão tornou-se clara. Entregou um ultimato exigindo o consentimento de Isabel para o casamento de Maria com Darnley. O resultado foi caos e confusão.

A 23 de Abril, uma frenética Isabel assinou cartas chamando Lennox e Darnley à corte inglesa, só para as cancelar no último instante. Em vez disso,

Throckmorton iria ser enviado a Edimburgo. As suas primeiras instruções foram transmitidas no dia 24, ordenando-lhe que explicasse a Maria quanto o seu proposto casamento era «visto com aversão», mas uma semana depois foram substituídas por outras, aconselhando-a a casar com Dudley ou então escolher outro nobre inglês. Se Maria concordasse com isso, uma série de concessões seriam oferecidas. Contudo, só se Dudley fosse escolhido Isabel aceitaria mandar que o título de Maria à sucessão inglesa fosse «publicado, aprovado ou inquirido».

Cecil era um homem preocupado. A 1 de Maio, o primeiro de uma série de extensos debates foi feito pelo Conselho Privado a fim de decidir qual a melhor maneira de impedir o casamento de Maria com Darnley.

Após dois anos de trocas de palavras, Maria achou que não tinha nada a perder. Havia já mais ou menos decidido contornar a Inglaterra. Foi mais cautelosa a respeito de queimar as suas pontes para o continente. Primeiro escreveu para Espanha. Em resposta, o duque de Alba, em nome de Filipe II, assegurou-lhe que «nenhuma aliança seria mais vantajosa para ela a fim de garantir o êxito das suas pretensões e a tranquilidade do seu país do que uma aliança com a família Lennox.»

Depois Maria abordou Castelnau para ver se ele conseguia garantir o apoio francês, um pedido delicado, atendendo à sua situação desfavorável junto da ex-sogra. Mas, para sua surpresa, Catarina de Médicis concordou. A sua resposta – que Darnley era pelo menos preferível a D. Carlos ou ao arquiduque Carlos, porque esse casamento iria encorajar um regresso da «velha aliança» – era uma falácia lógica. O que ela queria dizer era que isso iria reforçar a sua posição negocial junto de Isabel, que necessitaria de depender ainda mais de um entendimento com a França se as boas relações com a Escócia se desmoronassem.

Catarina era dúplice. Castelnau recebeu ordem para informar Isabel que a França se opunha ao casamento com Darnley, tendo como consequência que muita confusão e ressentimento resultaram do que em breve se tornou numa pantomima de embaixadores correndo para trás e para diante entre três capitais, tentando perceber quem dissera o quê a quem e quando.

Contudo, isso funcionou a favor de Maria, porque a deixou livre para lidar com a oposição interna ao seu casamento. Quando Moray, convocado para

comparecer perante a sua irmã no quarto onde Darnley se encontrava doente, se recusou a assinar um documento prometendo o seu apoio, alegando que o casamento dela era demasiado apressado e que lhe desagradava «porque receava que lorde Darnley fosse um inimigo da verdadeira religião», foi obrigado a retirar-se da corte por ter caído em desgraça.

Maria procurou isolar Moray. O apoio cauteloso ao seu casamento cruzava-se com a divisão religiosa e havia outros factores que funcionavam a seu favor. Um deles tão incongruente que era quase bizarro. Maitland estava apaixonado por Mary Fleming, a principal das quatro Marias. A esposa dele morrera e Maitland queria casar com uma mulher dezoito anos mais nova do que ele. Foi um namoro difícil: a piada que corria era que Maitland se adequava tão bem a Mary Fleming como um calvinista para ser papa.

O casamento de Maitland foi adiado durante quase dois anos, mas, como Randolph sabia, se Maria queria casar com Darnley, então Maitland iria apoiá-la «pelo amor que tem por Mary Fleming». Não havia nada que Maitland não fizesse por Maria, e ela tinha-o na palma da mão. É verdade que a sua lealdade era posta à prova, mas em última análise estava (como o embaixador inglês percebeu) «cego para o resto e defende este casamento».

O factor essencial a favor de Maria era que Morton se tinha ligado a Darnley. Até então, tinha estado ligado a Moray, assumindo uma posição proeminente como chefe do clã Douglas. Mas, enquanto Douglas, era o primo da condessa Lennox. A sua deserção de Moray foi desencadeada quando a condessa renunciou à sua reivindicação das contestadas propriedades do conde de Angus, sobrinho de Morton, para os quais ele agia como guardião. Para Morton, isso era o equivalente a ganhar a lotaria, visto que podia agora despojar o sobrinho das suas propriedades em seu proveito. Pedira a Maria para confirmar a sua reivindicação quando enviara o seu primo Arquibaldo para a visitar antes de sair de França. Nessa altura, Maria não se mostrou disposta a agir, alegando que era uma disputa familiar. A questão ficara em suspenso, mas agora Morton conseguira.

Throckmorton chegou a Stirling, para visitar Maria, a 15 de Maio, enquanto Darnley se encontrava ainda em convalescença. Viajara para a Escócia com Maitland, que nunca tencionara ir a França. A conversa sobre a sua missão era uma fachada.

Throckmorton encontrou os portões do castelo fechados para ele e foi obrigado a procurar alojamento na cidade. Quando obteve uma audiência com Maria, entregou-lhe uma carta de Isabel e uma «Determinação» de Cecil: um documento formal assinado pela maioria dos membros do Conselho Privado aconselhando-a a pôr de lado Darnley e a casar com Dudley ou com outro nobre inglês. O documento tinha uma lista impressionante de signatários, mas como Dudley não se encontrava por alguma razão entre eles, o seu impacto foi reduzido.

Maria não ficou impressionada. Throckmorton avisou Cecil que ela estava «tão mais além neste assunto com o meu lorde Darnley que isso é irrevogável, e não há mais lugar para dissolver o mesmo por persuasão e meios razoáveis». Na realidade, Maria deu uma justificação espirituosa. Salientou que avisara Isabel da sua decisão de casar assim que tivesse tomado uma decisão. Como a sua prima a informara que podia escolher o seu marido desde que rejeitasse alguém do continente a favor de um nobre inglês, achou que tinha agido honradamente. Em Darnley encontrara por acaso um nobre inglês e um «parente próximo» de Isabel, uma escolha com a qual só podia supor que a rainha inglesa ficaria encantada.

Maria não perdeu tempo em negociações com Throckmorton. Logo a seguir à audiência, elevou Darnley a uma posição suficiente entre os nobres escoceses, para que pudesse casar com ele. Armou-o cavaleiro, fê-lo barão e, por fim, conde de Ross, tudo isso na mesma tarde. A seguir, Darnley criou catorze cavaleiros por sua conta, mas a sua verdadeira personalidade foi vislumbrada em menos de um mês. Maria prometera fazê-lo duque de Albany, um título reservado para a realeza escocesa, mas adiou a cerimónia porque queria ver como Isabel reagiria à sua resposta a Throckmorton. Quando Darnley soube do adiamento, desembainhou a sua adaga contra lorde Ruthven, que lhe trouxera a mensagem. Também ameaçou Châtelherault, ainda que o duque tivesse dito (falsamente) que apoiaria o casamento e assinou um papel para esse efeito.

Os defeitos de carácter de Darnley estavam a começar a vir à tona. Conseguira comportar-se durante três meses, mas foi incapaz de continuar assim. A perspectiva de casar com Maria tinha-lhe subido à cabeça. Mimado em criança pela mãe, era confiante, arrogante e voluntarioso. Demasiado bonito para seu bem, era um narcisista e um conspirador inato. Era já descrito como «orgulhoso,

desdenhoso e desconfiado». Em breve se tornou bêbedo, e suspeitou-se da sua licenciosidade sexual quando se descobriu que era tão íntimo de David Rizzio, novo secretário particular de Maria, «que por vezes se deitavam juntos numa cama».

Mas, até então, esses defeitos de carácter eram apenas pontos no horizonte. A maior parte da nossa informação provém de Randolph, que era uma testemunha hostil. A sua tarefa era evitar o casamento de Maria com Darnley e, portanto, encontrou o máximo possível de motivos para desacreditar aquele que via como a maior ameaça à Inglaterra desde D. Carlos.

Na terceira semana de Maio, Maria acreditava que estava apaixonada por Darnley. Estava louca de amor por ele. Até mesmo Randolph teve de o admitir. Mas foi uma paixoneta breve, causada mais pela atracção sexual de Darnley do que por verdadeiro amor.

A 3 de Junho, a relação deles estava já a azedar-se. O casamento com Darnley iria acabar por ser um casamento de conveniência. Maria deixara-se apanhar na sua armadilha, porque quando começou a compreender a verdadeira natureza de Darnley, não tinha outra opção senão continuar com isso se queria manter a sua independência e não parecer um peão de Isabel.

Se acreditarmos em Randolph, o comportamento de Darnley tornou-se tão «intolerável» que Maria sofreu um grave ataque de melancolia. Não estava só deprimida: toda a sua aparência mudou. «Sua Majestade deixou de fazer seja o que for», confidenciou a Dudley: «a sua perspicácia já não é o que era, a sua beleza está diferente do que era, a sua vivacidade e semblante mudaram para não sei o quê.» A mudança foi tão repentina que se chegou a suspeitar de necromancia.

E no entanto, nesse mesmo dia, Randolph podia dizer a Cecil como Maria estava a manter-se a par da sua diplomacia francesa e espanhola, e a fazer tudo o que podia para vincular os seus nobres a si mesma «por cartas gentis e belas palavras». Estava a criar apoios para o seu casamento.

Uma força motriz começara a entrar em movimento. Cecil reuniu o Conselho Privado inglês no dia 4 para debater a resposta de Maria a Throckmorton. O debate durou o dia inteiro. Toda a história de vida da rainha dos escoceses foi contada. Desde o tratado de Haddington e do seu casamento com o delfim até à reivindicação de Henrique II de que ela era a herdeira de uma tripla monarquia, e

com referência especial à ostentação das armas heráldicas de Inglaterra nos seus escudos e aos gritos dos seus arautos: «Abram alas para a rainha de Inglaterra!» Nada foi omitido nem permitido que fosse esquecido.

Cecil conduziu os debates e escreveu as actas da reunião, explicando por que Maria era tão perigosa. Ao anunciar a sua intenção de voltar a casar e assegurar a sucessão na Escócia, iria beneficiar de um aumento de novos apoios. Uma maioria dos súbditos de Isabel – Cecil falou do «povo de Inglaterra» – era a favor de Maria. Afluiriam a uma rainha que, ao contrário da deles, estava preparada para casar e ter filhos. O século XVI era uma época de estereótipos de género. Ao casar-se, Maria faria o que Cecil e todos os outros conselheiros, homens e chefes de família, desejavam que uma monarca fizesse. Iria colocar um homem na chefia da família real. Recriaria uma verdadeira monarquia régia e provaria que seriam os seus herdeiros, não os de Isabel, que iriam unir os tronos da Inglaterra e da Escócia. O «povo de Inglaterra», disse ele, quer sejam protestantes ou católicos, seria tão conquistado por isso que «se desviaria da sua lealdade» a Isabel e a transferiria para Maria.

Era um argumento fascinante, abrindo-nos uma janela para um mundo perdido no qual os casamentos reais tinham o poder de alterar as vidas das pessoas. Cecil era o adversário mais determinado de Maria. Qualquer casamento que ela fizesse enquanto Isabel estivesse ainda solteira representava uma ameaça à segurança de Inglaterra. Falar de «desviar» a «lealdade» do povo era uma maneira de fazer lembrar qualquer coisa, por ser a linguagem da lei da traição. Cecil deixava implícito que, se Maria se casasse sem o consentimento de Isabel, então em si isso era um acto hostil.

Ninguém se atreveu a desafiar Cecil. Na verdade, alguns conselheiros argumentaram que, se Maria se casasse com Darnley, a ameaça era ainda maior do que se se tivesse aliado com D. Carlos ou com o arquiduque. O receio deles era que Darnley, um súbdito inglês de sangue real, tinha o potencial para reunir um exército em Inglaterra em apoio da causa católica e assim iniciar uma guerra civil.

Em retrospectiva, parecia ser uma reacção exagerada, e, no entanto, era nisto que Cecil e os aliados acreditavam. O seu ponto de partida foi o relatório de Throckmorton, o qual argumentava que Maria se encontrava tão empenhada em casar com Darnley que «o assunto é irrevogável de outra maneira que não seja

pela violência». O principal objectivo do debate era decidir se a Inglaterra estava disposta a ir para a guerra. O debate tornou-se numa avaliação estratégica exaustiva, terminando com um plano de acção que incluía pedir a Isabel para encarar mais favoravelmente a situação difícil de *lady* Catarina Grey.

Cecil deu uma cópia dessas actas a Isabel. Isabel não estava disposta a dar ouvidos aos receios dele acerca da sua «segurança», mas desta vez fê-lo. O conde de Bedford, o mais antigo funcionário das fronteiras inglesas e governador de Berwick-on-Tweed, recebeu ordens para manter uma vigilância estrita e para ajudar Randolph na colocação de espões. A condessa de Lennox foi enviada para a Torre e as cartas chamando de volta Lennox e Darnley foram reenviadas. Randolph recebeu-as na sua mala diplomática a 2 de Julho e entregou-as. Tal como relatou, os seus destinatários ficaram «muitíssimo embaraçados».

Quando Maria soube que Lennox e Darnley tinham sido chamados de volta, desatou a chorar. Até então, o seu choro tinha tendência a resultar de diversos grupos de emoções: dor com as suas perdas, tristeza ou depressão durante os seus ataques de melancolia, raiva e frustração com Knox ou as facções dos seus nobres, ou impotência e autocomiseração com as traições de outros. Desta vez, sentiu tudo isso. Uma grande tempestade de emoções tomou conta dela e durante duas semanas não fez nada. Depois, os céus ficaram mais desanuviados e tomou uma decisão. Ordenou a Lennox e a Darnley que ficassem na Escócia e enfrentassem Isabel.

Isso era o ponto de não retorno. Maria recompôs-se e começou a fazer os preparativos para o casamento. Fizera a sua escolha e iria viver com isso. «Eu sei», disse a Randolph, «que a vossa senhora se dedicou a abusar de mim, e assim fui avisada fora de Inglaterra, França e outras partes, e quando descobri que assim era na verdade, pensei que não me ficaria mais pelas suas belas palavras, mas sendo tão livre como ela, ficaria fiel à minha escolha.»

Tal como Cecil dera ao Conselho Privado inglês uma aula que voltara atrás até ao tratado de Haddington, agora Maria arengava Randolph com a história da sua diplomacia com Isabel, começando com o seu desejo de um «novo começo» e uma troca de retratos, continuando com os seus esforços para organizar um encontro entre as rainhas em York ou Nottingham e concluindo com os inúmeros ziguezagues e palavras evasivas geradas por tentativas inglesas de impor a sua escolha de marido.

Agora, disse, era «demasiado tarde». O que poderia ter trazido grandes benefícios mútuos dera em nada. E era tudo culpa de Isabel. «Porque se a vossa senhora me tivesse usado como eu confiava que me usasse, não poderia ter tido uma filha sua que lhe fosse mais obediente do que eu teria sido.»

Maria não conseguiu esquecer o vocabulário de parentesco e dependência que marcara a sua relação com Isabel desde a morte de Francisco II. Mas defendeu o seu direito, enquanto rainha e mulher, a escolher o seu marido. Isso não tinha a ver com Isabel, mesmo que Maria tivesse esperado que ela aprovasse a sua escolha. «Que ela não se ofenda com o meu casamento, não mais do que eu com o dela», disse, «e quanto ao resto aguardarei tanta fortuna quanto aquela que Deus me enviará.»

Então Randolph cometeu um grave erro. Sugeriu, quase como uma reflexão posterior, que Maria faria bem em converter-se ao protestantismo. Isabel poderia tratá-la melhor se o fizesse. Maria ripostou de imediato.

– O que faria isso?

– Porventura isso levaria de alguma maneira Sua Majestade a permitir mais cedo o vosso casamento.

– O quê?! Quereríeis que eu vendesse a minha religião, ou me sujeitasse à vontade dos vossos ministros? Impossível.

A sugestão era humilhante e degradante. Tornou Maria ainda mais determinada a fazer o que queria.

E acrescentou, quase cuspiendo as palavras:

– Nunca me conseguireis convencer de que falhei perante a vossa senhora, mas antes ela perante mim, e alguma incomodidade será tanto para ela perder a minha amizade como a dela para mim.

Dito isso, levantou-se e saiu.

Na manhã de domingo, 22 de Julho de 1565, os banhos de casamento de Maria foram lidos na St. Giles Kirk e nessa tarde Darnley foi feito duque de Albany. Às nove da noite do sábado seguinte, apareceram arautos no Market Cross de Edimburgo para proclamar que Maria e Darnley se casariam no dia seguinte. Quando as celebrações terminassem, Darnley seria feito rei da Escócia.

Darnley insistira nisso, embora fosse habitual consultar o Parlamento antes de títulos reais serem concedidos. O Conselho Privado debatera a proposta durante a maior parte do dia. Mesmo quando Maria estava a conquistar o apoio desses

lordes que hesitavam em relação ao casamento, Darnley estava a perdê-lo gabando-se de que se importava mais com os católicos ingleses do que com os protestantes escoceses, um típico comentário despreocupado e tolo que anulava a boa vontade que conquistara assistindo aos sermões de Knox.

Maria foi insensata ao ceder à influência de Darnley a respeito do título. Agiu ingênua e impulsivamente, e teria feito melhor se insistisse em que o Parlamento fosse consultado, usando isso como uma desculpa para adiar uma decisão até poder ver se ele seria capaz de lidar com esse tipo de poder.

Mas Darnley não aceitaria um não como resposta. A força dos estereótipos de género entrava em jogo. Ele era o homem e Maria a mulher, e por enquanto ela sentia que tinha de lhe fazer a vontade. Precisava do casamento para seguir em frente se não quisesse perder a face. Até compareceu na reunião do Conselho Privado, falando com uma quantidade suficiente de lordes para ganhar votos. Quando a decisão foi acordada, os arautos tinham sido mantidos à espera mais de seis horas para fazer a sua proclamação.

O casamento teve lugar no domingo, 29. Pouco antes das seis da manhã, Maria foi conduzida ao altar da sua capela privada em Holyrood pelos condes de Kennox e Atholl. Envergava as suas roupas brancas de luto para significar que era uma viúva, vestida como quando Throckmorton a descrevera após a morte de Henrique II.

Quando Darnley chegou, os votos de casamento foram trocados e o noivo colocou três anéis na mão direita de Maria (a aliança de casamento era então usada na mão direita), o do meio montado com um valioso diamante e esmaltado de vermelho. Ajoelharam para as orações, após o que Darnley saiu abruptamente. Queria evitar a acusação de «idolatria» e, portanto, foi para os aposentos reais, recusando assistir à sua missa nupcial.

Terminado o serviço religioso, Maria regressou ao quarto. Estava exultante e determinada a fazer do casamento um êxito, apesar do comportamento de Darnley. Queria que a cerimónia fosse inclusiva. Tinham sido convidados todos os nobres e, num ritual encenado para marcar a sua passagem de viúva a esposa, deixou que cada um dos presentes retirasse um dos alfinetes que prendiam o véu ao vestido. Depois todos, menos Darnley, saíram enquanto Maria trocava de roupa. Como Randolph notou, eles «não foram para a cama, para mostrar ao

mundo que não era a luxúria que os levava a casar, mas apenas a necessidade do país dela, de não viver muito mais tempo desprovido de um herdeiro».

Seguiu-se grande «animação e danças», ou, como Knox descreveu, «durante o espaço de três ou quatro dias só houve sexo, dança e banquetes». Maria e Darnley desfilaram em procissão para um banquete de Estado em que participaram os seus lordes. Quando entraram no grande salão, soaram as trombetas e num eco do casamento de Maria com o delfim na catedral de Notre-Dame, arautos gritaram «Generosidade», fazendo chover dinheiro sobre os convidados. A tarde foi passada a dançar e em folias, após o que houve um segundo banquete para o qual outros foram convidados. As danças prosseguiram até altas horas da noite «e então foram para a cama».

Randolph foi convidado para o segundo banquete, mas teve de recusar. Enquanto embaixador de Isabel não podia fazer nada que fosse interpretado como reconhecimento do casamento. Isabel e Cecil estavam já determinados a nunca reconhecer Darnley como rei ou até mesmo como marido de Maria. Esta compreendeu, mas queria tanto que Randolph estivesse presente no banquete que manteve Mary Beaton, a amante do embaixador, longe dele durante os quinze dias anteriores, prometendo que poderiam dançar juntos se ele fosse, mas em vão.

Na segunda-feira, ao meio-dia, arautos proclamaram o título de Darnley como rei da Escócia. Uma monarquia dual seria estabelecida, na qual o poder soberano seria exercido «conjuntamente» pelo rei e pela rainha. O estilo oficial para todas as cartas e papéis de Estado seria «Henrique e Maria, rei e rainha da Escócia».

A proclamação foi ouvida num silêncio cheio de ressentimento. De todos os nobres, nem um deles disse «Ámen», até que a voz solitária de Lennox gritou: «Deus proteja sua graça!»

O casamento tinha sido feito na dimensão mais sumptuosa e, no entanto, as celebrações foram ocas. No primeiro banquete, o casal real fora servido por Atholl e Morton, os únicos nobres a oferecerem um apoio incondicional ao novo rei. Mais ninguém estava disposto a ser criado do rei ou a servir-lhe a comida. Moray, Argyll e Châtelherault recusaram-se a participar. Todos os três tinham caído em desgraça e estavam a levantar as suas forças. Tencionavam rebelar-se para obrigar Maria a separar-se daquele que receavam que tentasse destruí-los. Escreveram a Cecil pedindo tropas e artilharia, e enviaram um mensageiro

a Londres para expor o seu caso. A seguir, abordaram Randolph e o conde de Bedford, pedindo dinheiro. Reclamavam três mil libras, a quantia exacta que Cecil lhes dera seis anos antes, quando iniciaram a sua revolta contra a mãe de Maria.

A 30 de Julho, Isabel enviou John Thomworth, um fidalgo da sua câmara privada, como embaixador especial para a Escócia. Devia encontrar-se com Maria, embora em todas as ocasiões ignorando Darnley, e protestar contra a sua conduta «muito estranha» e «imprópria de boa vizinha». Devia dizer-lhe que ela se deixara convencer por «um aconselhamento sinistro».

Isabel decidira corrigir Maria. Tinha de saber que Isabel «perdera interesse em criar tais facções como é sabido entre a sua nobreza». Havia uma guerra civil em perspectiva, ou assim supunha Isabel. Maria devia reconciliar-se com Moray, alguém «que a servira tão bem».

Mas Maria não estava interessada em nada disso. Mesmo antes de Thomworth chegar a Edimburgo, Moray fora declarado rebelde e fora da lei, e quando o embaixador chegou, Maria deu-lhe um sermão. Uma rainha, disse-lhe, tinha todo o direito de casar sem prestar contas a outros príncipes. Não tinha sido sua prática «inquirir que tipo de governo a sua boa irmã observava dentro do seu reino», nem acreditava que fosse costume de príncipes interferir nos assuntos internos de Estados vizinhos. Os príncipes estavam «sujeitos a Deus e não deviam contas ou reconhecimento das suas obras a mais ninguém». Ninguém devia saber isso melhor do que Isabel.

Quanto a Moray, Maria aconselhou Isabel «a não se intrometer mais em causas privadas respeitantes a ele ou a quaisquer outros súbditos da Escócia». Devia seguir este conselho, a não ser que desejasse que Maria retribuísse retomando a causa da sua sogra, a condessa de Lennox, que Isabel aprisionara indignamente.

Maria foi inabalável. Quaisquer que fossem os muitos defeitos de Darnley, acreditava que se encontrava em vantagem. Se tinha ou não melhorado a sua posição, é discutível, mas ganhara confiança para agir. Pela primeira vez na relação entre elas, era Maria, e não Isabel, a elaborar os termos de uma proposta. Segundo esses termos, Maria e o marido não fariam nada para fazer cumprir a sua reivindicação dinástica imediata, nem para apoiar rebeldes ingleses. Não fariam alianças com príncipes estrangeiros contra Isabel, nem procurariam alterar a religião, leis ou liberdades da Inglaterra. Em troca, esperavam que

Isabel não se aliasse com príncipes estrangeiros ou rebeldes contra Maria, e em particular que fosse estabelecida a sucessão inglesa a favor de Maria e Darnley por decreto do Parlamento.

Pela primeira vez na sua vida, Maria estava a determinar os objectivos e a deliciar-se com isso. Após uma breve paixão em que fora sexualmente atraída por Darnley e por um instante acreditara que tinha encontrado o amor, acabara por perceber que o seu casamento era de conveniência. Darnley, ela sabia, era impopular. Mas a sua popularidade podia contrariar esse facto, e enquanto rainha casada com todas as probabilidades de gerar herdeiros, a sua posição estava mais segura do que em qualquer outra altura, desde o seu regresso de França. Apenas o invejoso e pérfido Moray e os aliados dele se interpunham entre ela e um longo e feliz reinado. E ela tencionava tratar deles a seguir.

Capítulo 14

Bothwell entra em cena

Maria não podia ter estado mais concentrada ou astuta ao lidar com a mais recente revolta de Moray. Primeiro isolou os seus adversários políticos, depois foi para o terreno a fim de os derrotar. As suas habilidades e coragem foram mais do que suficientes para refutar o estereótipo de Knox de uma governante católica demasiado ocupada a dançar ou a seguir uma vida de satisfação material e sexual para governar o seu país.

Começou por denunciar as falhas da propaganda dos rebeldes. Estes alegavam que o seu casamento com Darnley marcaria o fim do *status quo* religioso. Desde o início, eles tinham procurado incendiar o ódio sectário entre protestantes e católicos a favor dos seus fins políticos.

A campanha começara no Domingo de Ramos. Um sacerdote católico que celebrava missa em Edimburgo foi sequestrado, ainda com os seus paramentos, por um bando calvinista e arrastado para Market Cross, onde foi amarrado e bombardeado com dez mil ovos durante quatro horas. Os ovos, símbolos católicos da Páscoa, foram escolhidos para esse acto de humilhação ritual. Depois chegaram jovens armados com cacetes para espancar a vítima até perder os sentidos: foi libertado apenas depois de uma intervenção no último minuto do presidente da câmara. O facto de tantos ovos gratuitos terem sido arranjos mostra que o ataque deve ter sido apoiado, embora nada possa ser provado que o ligue a Moray.

Maria fez frente a esse chocante acto de violência confirmando o *status quo* religioso. A maioria dos protestantes não achava que a sua religião estivesse a ser ameaçada. A política de Maria de criar uma coligação ampla – no Conselho Privado e no país em geral – funcionara até então. Mesmo Knox não acreditava que houvesse, dessa vez, uma verdadeira ameaça à Igreja, e declinou pronunciar-se a favor de Moray, uma conquista importante para Maria, que muito a saboreou.

Para garantir que mantinha o apoio bipartidário, mostrou mais sinais tranquilizadores aos protestantes. Comeu carne pela primeira vez na Quaresma, desafiando a obrigação católica de a evitar entre o Carnaval e a Páscoa. Não ouvia missa tantas vezes como fazia. Assistiu a um baptismo protestante e até se ofereceu para ir ouvir pregações se pudessem ser encontrados pregadores que ela aprovasse. Foi deixando escapar insinuações gerais de que os seus súbditos deviam «viver como lhes aprouver», segundo as suas consciências.

Quinze dias antes de casar com Darnley, Maria escreveu aos principais protestantes, assegurando-lhes que seriam sempre livres para prestar culto de acordo com as suas consciências. Um mês depois do casamento, a sua proclamação religiosa de 1561 foi confirmada pela segunda vez agora em nome do rei e da rainha.

Entretanto, Maria estava a reunir um exército real. A 19 de Julho, dez dias antes do casamento, tinha entre seis e sete mil homens a pouca distância de Edimburgo. E nos seus resumos de papéis escoceses para esse mesmo dia, Cecil fez uma entrada breve, mas portentosa: «O conde Bothwell é enviado.»

Nenhum adversário mais formidável, nenhum rival mais mortal de Moray poderia ser imaginado. Tal como o seu pai, Patrick, que morrera em 1556, Bothwell era lorde almirante e xerife de Edimburgo hereditário. Nas Lowlands, a família possuía o Castelo de Crichton mesmo a sul de Edimburgo e o Castelo Hailes em East Lothian. O seu bastião principal era a Hermitage, uma fortaleza quase inexpugnável na região fronteiriça de Liddesdale, não longe da «Terra Contestável».

Bothwell era sete anos mais velho que Maria e mantinha uma figura elegante. Era de estatura média e até mesmo encorpado como o pai, embora o seu cabelo fosse mais escuro e a tez fosse avermelhada. Tinha um porte militar e ostentava um bigode ao estilo francês. Os seus olhos eram dardejantes e o olhar era inquieto. O único retrato dele conhecido é uma miniatura, uma de um par representando-o a ele e à esposa, *lady* Jean Gordon, celebrando o seu casamento em 1566. A obra é de qualidade modesta, mas Throckmorton, que conheceu Bothwell em Orléans no fim de 1560, captou alguns aspectos do seu carácter. Num despacho para Isabel, descreve-o como «um jovem presunçoso, impetuoso e perigoso». Os seus inimigos deviam «ficar de olho nele e mantê-lo com rédea curta».

O espírito militar e cavalheiresco de Bothwell é a chave para o seu carácter. Tal como o pai e o avô, via-se como um «homem de honra» que era a favor de julgamento por combate e travou pelo menos uma dúzia de duelos. Encarava a violência como um método válido para resolver disputas e uma alternativa a julgamentos no tribunal. Não era porque desprezasse os valores civis. Tinha um lado violento e um lado suave. Podia castigar piratas e soldados, mas, tal como Maria, fora educado em França. Frequentara a Universidade de Paris, onde aprendeu a escrever numa caligrafia de estilo itálico mais elegante do que a de Maria. Pusera um pé no mundo da erudição, mas sempre preferiu a acção em vez de palavras. Considerava a honra e a nobreza como virtudes outorgadas pelo nascimento e no campo de batalha, em vez de adquiridas em bibliotecas ou na sala do conselho. Podia blasfemar profusa e profanamente. E, no entanto, estava longe de ser um filisteu. Conhecia alguma história clássica, mas os livros que colecionava eram sobre matemática, estratégia militar e cavalaria, não sobre filosofia moral, poesia ou literatura.

Ao contrário do seu pai, Bothwell era protestante. Ou, para sermos mais rigorosos, era um protestante não ideológico. Embora fosse um hábil espadachim, não era um defensor das armas espirituais da oração e do arrependimento. Era por isso que homens como Throckmorton, cujos valores civis faziam com que detestassem tudo o que Bothwell defendia, podiam descrevê-lo como «um homem sem religião». Contudo, não era um simpatizante do catolicismo. Se era verdade que não levava as suas convicções protestantes demasiado a sério, contudo recusava-se a assistir a missas, mesmo quando Maria lhe suplicava que o fizesse.

De algum modo invulgar para um protestante, Bothwell era anti-inglês. Mais do que o seu pai, que namoriscara com a Inglaterra quando lhe dava jeito, sempre fora um nacionalista e inabalavelmente leal a Maria e à mãe dela. Durante a revolta dos Lordes da Congregação, foi o mais leal apoiante da regente. Quando Cecil enviou três mil libras para ajudar os rebeldes, em Outubro de 1559, foi Bothwell quem interceptou o correio. Este era um dos agentes secretos de Randolph: o capitão Cockburn, *laird* de Ormiston. Estava a fazer passar furtivamente a primeira prestação de mil libras em moedas de ouro não rastreáveis através da fronteira quando Bothwell o interceptou em East Lothian, levando o dinheiro para Chichon. Embora Moray e Arran fossem logo para lá,

Bothwell colocara vigias e meia-hora antes de eles chegarem fugiu com o dinheiro. Os lordes ocuparam o castelo e despojaram-no de toda a mobília. Bothwell desafiou Arran para duelo, mas Arran, um cobarde inveterado, recusou-se a lutar. A partir daí, Bothwell foi criticado pelos lordes por pôr a causa deles em risco.

Pouco tempo depois, a mãe de Maria colocou Bothwell no comando de uma força especial de oitocentos soldados franceses e escoceses em Stirling. Em Abril de 1560, ele e lorde Seton emboscaram o comandante das forças inglesas que atacavam Leith. Como lorde da fronteira, costumava lidar com os chamados cavaleiros escoceses, cujas depredações se encontravam no auge na sua região de Liddesdale. Bothwell era um especialista em guerra de guerrilha.

Algumas semanas mais tarde, foi enviado a França para levar cartas a uma preocupada Maria. Como escreveu para sossegar a mãe dela antes de partir: «Tenho feito tudo com a maior pressa para poder regressar com o exército.» Planeava viajar via Dinamarca, onde esperava convencer Frederico II a emprestar a Maria de Guise a sua frota para transportar cinco mil mercenários alemães até à Escócia. Depois a regente morreu e a missão de Bothwell terminou. Demorou-se durante vários meses na Dinamarca, onde teve um caso amoroso com uma bela jovem norueguesa de cabelo escuro, Anna Throndsen, a filha de um nobre e almirante reformado, que mais tarde o processou por quebra de promessa².

Apresentando-se a Maria em Paris e Orléans, Bothwell mal teve tempo de entregar as cartas e receber a sua recompensa antes de Francisco II morrer. Recebeu seiscentas coroas, uma quantia generosa, os honorários de um fidalgo da câmara do rei e uma pensão. Lorde Seton recebeu uma quantia ligeiramente maior, essas recompensas sendo pela lealdade deles à mãe de Maria e não por serviços prestados a Francisco. Nas palavras de Bothwell: «Entre outros ela [Maria] recompensou-me muito mais generosamente e graciosamente do que eu merecia, o que irritou os meus inimigos ao maior grau.»

O inimigo mortal de Bothwell era Moray, que nunca lhe perdoou por frustrar os planos dos lordes em 1559-60. Enquanto o conselho de vinte e quatro nobres governou na Escócia, Bothwell evitou-os, andando sempre entre a Escócia e a França. Encontrava-se na Escócia em Fevereiro de 1561, mas estava em Calais no Verão para ajudar a trazer Maria para casa. Como era lorde almirante, tinha

sido presumido que o seu papel era escoltar Maria. Isso foi um erro, porque as suas escoltas oficiais na viagem eram francesas. As suas galés foram encomendadas pelos tios dela e o papel de Bothwell enquanto almirante foi o de organizar a flotilha de navios de transporte fretados que levavam a bagagem e os animais da rainha.

Depois de Maria regressar a casa, a rixa de Bothwell com Moray intensificou-se. Sendo um dos lordes mais importantes, foi nomeado para o Conselho Privado, mas raramente tomou ali lugar, enquanto Moray não lhe dava tréguas. Numa série de incidentes foi atacado ou tramado por Moray. Então, em Dezembro de 1561, Bothwell deu ao seu rival uma oportunidade única. Saiu para o que equivalia a uma despedida de solteiro de lorde John de Coldingham. Este estava prestes a casar com a irmã de Bothwell, Jane Hepburn³, e decidiram fazer uma visita a altas horas da noite à amante de Arran, uma mulher chamada Alison Craik. Numa ocasião anterior, tinham-nos deixado entrar e divertiram-se juntos, mas dessa vez a entrada foi-lhes recusada. Arrombaram a porta, o que levou no dia seguinte a um confronto com Arran e os amigos deles, o qual desencadeou um motim. Quando as coisas estavam a aquecer, Moray apareceu para restaurar a ordem.

Bothwell foi expulso de Edimburgo, mas surgiram novos conflitos com Arran, cuja ilusão fora casar com Maria. Bothwell, o militar espadachim que defendera lealmente a mãe dela, ridicularizou e insultou Arran pela sua presunção. A consequência foi outra série de rixas, porque ainda que Maria olhasse para Arran com a maior suspeita, este ainda era um aliado de Moray.

Por insistência de Maria, os dois homens foram reconciliados, mas Arran portou-se como um possesso. Estava mentalmente perturbado, até mesmo pedindo uma serra para serrar as pernas e uma faca para cortar os pulsos. Então acusou Bothwell de traição. Numa série de depoimentos cada vez mais incoerentes, afirmou que Bothwell o aconselhara a sequestrar Maria como prelúdio para casar com ela. Eram acusações graves, mesmo sendo provenientes de um delírio, e teve de ser feita uma investigação a esta alegada conspiração.

Bothwell não tinha nada a esconder. Entregou-se de livre vontade, e quando Arran o acusou de traição, desafiou-o para um duelo. Por fim, cada uma das acusações de Arran foi rejeitada. Mas Moray não iria libertar Bothwell. Em vez disso, usou o seu poder no Conselho Privado para o aprisionar nas masmorras do

Castelo de Edimburgo. Passados três meses, Bothwell decidiu fugir. Reza a lenda que quebrou as barras da cela e desceu pelo rochedo do castelo sem uma corda, mas a explicação mais provável, ainda que menos romântica, é que tenha subornado alguém para o deixar sair pelo portão.

Bothwell fugiu para casa da mãe em Haddington e depois refugiou-se no Hermitage. Escreveu a Maria oferecendo-se para se entregar, mas esta estava furiosa com ele por ter fugido da prisão. Apesar do seu perverso sentido de humor, qualquer divertimento ou satisfação que possa ter sentido com as partidas desajeitadas de Bothwell feitas à custa de Arran foi apagado pela ativa abordagem da justiça por parte dele. O banimento e o exílio eram as penas para o desrespeito da lei por um aristocrata, e era isso que Maria tinha em mente para Bothwell. «Tudo o que ele possa fazer ou dizer pouco convencerá», escreveu Randolph a Cecil, «porque o objectivo dela é pelo menos pô-lo fora do país.»

Isso foi pouco antes de os Gordon serem destruídos por Moray na Batalha de Corrichie. O irmão de Maria encontrava-se no ponto mais alto do seu poder. Para Bothwell, Moray estava a iludir a irmã levando a cabo as suas vinganças pessoais e políticas sob a capa da aplicação da lei e da ordem. Até mesmo Châtelherault perdera, a sua fortaleza de Dumbarton fora confiscada por Maria seguindo o conselho do seu irmão manipulador. Receando que pudesse ser o seguinte, Bothwell decidiu partir por sua livre vontade e no fim de Dezembro de 1562 embarcou num navio para o continente. Quando isso foi relatado a Maria, teve um ataque de fúria e insistiu que Bothwell seria castigado.

Parecia ser o fim para Bothwell e que Moray ganhara com facilidade. Mas em menos de um mês Maria iniciara a sua tentativa de casamento com D. Carlos. Foi permitido que Moray se afastasse e depois Maitland foi enviado na sua missão junto da embaixada espanhola em Londres. Maria estava a seguir uma linha mais dura contra as tentativas inglesas de a intimidarem. Nesse contexto, começou a ver o nacionalista e anglófono Bothwell de uma maneira mais favorável.

Randolph fora o primeiro a detectar a mudança. Maria estava a perguntar onde se encontrava Bothwell. Queria que ele voltasse, que fosse posto de reserva, «ainda que estivesse na prisão, pronto a ser usado em qualquer tipo de travessura que qualquer ocasião possa pôr em movimento». É uma percepção esclarecedora que contém a chave para a relação de Maria com Bothwell ao longo dos dois

anos seguintes. Sendo irritante tanto para a Inglaterra como para Moray, Bothwell podia revelar-se como sendo inestimável. Era provável que a sua falta de respeito pela lei, neste contexto, fosse uma vantagem positiva.

O assunto complica-se graças à confusão a respeito dos movimentos de Bothwell. A história habitual é que ele ficou no exílio até Março de 1565, quando regressou por um breve período, apenas para ser obrigado a voltar a França. Na realidade, esteve dentro e fora da Escócia, em especial em 1564, quando se encontrou secretamente com Maria em Dunbar. Seria tentador procurar usar este indício para provar que houve uma ligação romântica entre Maria e Bothwell mesmo antes de Maria casar com Darnley, mas isso seria cair numa armadilha.

Bothwell nunca chegou a França no início de 1563, porque naufragou. Foi arrastado por uma violenta tempestade para Holy Island ao largo da costa de Northumberland e capturado. Mantido primeiro no Castelo de Tynemouth, foi levado para Londres e aprisionado na Torre. Estava com uma disposição confiante, até mesmo imprudente, informando os seus captores (de algum modo contraditoriamente) que se encontrava nas boas graças de Maria para ir a caminho de visita aos parentes dela, mas em caso algum ser enviado de volta para a Escócia e ter de enfrentar a ira dos seus inimigos. Isso era típico de Bothwell, sempre a simular para se livrar de sarilhos.

Maria quis saber notícias dele quando Maitland ia a caminho de Londres. «O que quer que digam contra ele», disse ela, «é mais por ódio da sua pessoa e afeição que caso contrário teriam do que pelo que ele tivesse merecido.» «Desejo realmente», disse, «que ele seja enviado para mais próximo de nós na Escócia. Assim fosse o prazer grande e eu de bom grado retribuiria do mesmo modo.» Mas se Bothwell tivesse regressado, ela voltaria a pô-lo na prisão por ter fugido do Castelo de Edimburgo. Uma ordem tinha já sido promulgada contra ele por esse crime, a qual aguardava que reaparecesse.

Bothwell subira na consideração de Maria porque era o perfeito oposto de Moray e dos seus amigos ingleses. Randolph tinha bem consciência disso. «Uma coisa procurei não omitir», disse a Cecil, «é que o conheço como inimigo mortal de toda a nossa nação como de qualquer homem vivo, desmedidamente despeitado, desleal e falso como um demónio.»

Em Abril, Maria estava a exigir saber por que Bothwell se encontrava na Torre. «Se ele estivesse aqui», disse Randolph a partir da sua posição estratégica em Edimburgo, «estaria reservado para ser um instrumento do mal.» A resposta chegou dizendo que Bothwell se encontrava detido por uma disputa legal e que estaria iminente um julgamento. Isso pareceu satisfazer Maria. No fim de Junho, Bothwell saiu em liberdade condicional. «Tranquem as vossas esposas e filhas», foi o conselho de Randolph para Cecil.

Assim que Bothwell foi libertado, Maria esqueceu-o. Estava demasiado ocupada a negociar um casamento com D. Carlos e contra um casamento com o arquiduque para se preocupar com ele. Tal como antes, Bothwell encontrava-se num limbo. Em desespero, decidiu enviar uma petição a Maria porque não tinha dinheiro e, segundo os termos da sua liberdade condicional, não podia sair de Inglaterra. Em Dezembro, encontrou-se com Randolph perto da fronteira e sugeriu um acordo. Se Randolph usasse a sua influência junto de Maria (provando que Bothwell, claro, por enquanto não tinha nenhuma) para convencer Isabel a deixá-lo sair de Inglaterra, então em troca ele iria para o exílio em França.

Randolph concordou. Mas foi nesse momento que o duelo de Maria com Isabel a respeito do seu casamento se aproximou do seu auge. Acabara de receber o conselho de Isabel para se casar com um nobre inglês e a exigência ainda mais insultuosa, de Cecil, de que os seus direitos dinásticos fossem julgados num tribunal inglês. Não tencionava permitir que Isabel mantivesse quaisquer nobres escoceses em Inglaterra contra as vontades deles, e escreveu-lhe não uma mas duas vezes a favor de Bothwell. O mesmo fez Mary Fleming, a chefe das Marias, que convenceu o apaixonado Maitland a escrever também. Até mesmo Randolph foi induzido a escrever, por intercessão da sua amante, Mary Beaton.

Em Fevereiro de 1564, Randolph percebeu que tinha sido enganado. «Alguns que escreveram e eu entre o resto a favor do meu lorde Bothwell», avisou Cecil, «excepto a rainha e Mary Fleming, arrependem-se da sua precipitação. Descobriu-se que isso tinha como objectivo trazê-lo para casa.» E sem dúvida uma semana depois, Bothwell atravessou a fronteira e encontrou-se com Maria em Dunbar. Quando a notícia veio a público, todos pensaram que Moray estava em perigo. «Bothwell», disse Randolph, «veio secretamente falar com a rainha,

trazendo muitos cavalos», e Moray, que a devia ter acompanhado, recebeu ordem para ficar em casa.

Depois, Bothwell partiu para Londres, a caminho de França, levando um maço de cartas. Algo que parece conspiratório até percebermos que esse era um dos estratagemas teatrais de Maria para irritar Isabel. O encontro em Dunbar foi tão «secreto» que Randolph soube disso tudo. E as cartas que Bothwell levava eram inocentes. Sabemos a quem eram endereçadas: Isabel, Cecil e Dudley! Quando Bothwell as tivesse entregado, poderia embarcar no seu navio para França. Tinha sido um conveniente intermediário no seu caminho para sul, com destino aos portos do canal, e não estava envolvido numa ligação secreta com Maria.

Um objectivo do encontro era provar a Isabel que Maria tinha lordes que defenderiam a sua recusa de ter as condições do seu casamento impostas pela Inglaterra. Maria, disse o amigo de Knox, Kirkcaldy de Orange, queria ter a certeza de que Bothwell estava «sempre pronto a dar uma sacudidela para fora do seu bolso».

Havia também uma explicação menos melodramática. Maria dava muito valor aos laços de família e um dos factos menos conhecidos a respeito de Bothwell é que quando a irmã, Jane Hepburn, casou com lorde John de Coldingham tornou-se cunhada de Maria. Lorde John, outro dos filhos ilegítimos de Jaime V, era um dos cortesãos mais animados e sofisticados de Maria, conhecido pelo seu gosto pela dança. Era um dos grandes favoritos dela e Maria concedeu-lhe o Castelo de Dunbar, uma fortaleza real quase inexpugnável na beira das falésias de East Lothian. Quando Bothwell foi para Dunbar, tinha apenas visitado a sua irmã, em casa de quem Maria estava por acaso hospedada.

O objectivo principal da sua visita é provável que tenha sido ainda mais simples. Lorde John morrera inesperadamente algumas semanas antes. A irmã de Bothwell era uma viúva enlutada e Maria tinha ido lá para a confortar. O que seria mais natural que Bothwell, à espera ali perto, do outro lado da fronteira, do seu passaporte a fim de viajar para França, quisesse ir ver a sua irmã antes de embarcar?

E havia uma última conexão. A avó de Bothwell tinha sido amante de Jaime V. O boato, quase de certeza infundado, que o pai dele, Patrick, fosse filho do rei perdurara. Se isso fosse verdade, então Maria e Bothwell eram primos. Isso explica algo que deixou Randolph perplexo após o regresso de Maria à Escócia.

«O conde Bothwell», escreveu, «recebeu antigas terras do seu pai em Teviotdale e a abadia de Melrose. Alguns dizem que ele é parente de Sua Graça.» Randolph não conseguia entender por que as pessoas insinuavam que Maria e Bothwell eram parentes próximos, mas o velho boato acerca da avó de Bothwell era o motivo.

Após quase um ano em França, Bothwell estava de novo inquieto. No fim de Fevereiro de 1565, enviou uma petição a Maria, pedindo-lhe para o deixar voltar a casa. Foi humilde no seu pedido, oferecendo-se para aceitar condições desde que fossem apropriadas à «sua vocação e nascimento». A reacção de Maria foi mista. «De si mesma, não está mal influenciada em relação a ele, mas há muitas causas pelas quais ele não é tão apreciado como alguns outros são.»

Contudo, Bothwell raramente fazia cerimónia. Regressou à Escócia sem esperar por uma resposta. Moray exigiu que ele fosse declarado fora da lei. «Diz-se que a rainha anuiu», escreveu de Berwick o conde de Bedford, «mas se permitirá que isso seja feito, há algumas dúvidas.»

Bothwell foi primeiro ver a mãe em Haddington, depois seguiu em frente. Temia pela sua segurança e tinha razão para isso. Moray andava atrás dele. Para Moray, Bothwell seria sempre uma ferida aberta. Nunca o esqueceria por ter roubado essa importantíssima primeira parcela de ouro inglês do capitão Cockburn. «Ele seguiu o assunto tão fervorosamente», continuou Bedford no seu relatório seguinte, que a «Escócia não aguentará os dois.»

Em breve Bothwell estava de volta a Hermitage. Encontrava-se ainda mais metido em sarilhos, porque os seus criados tinham relatado «diversas palavras» que ele teria dito em França. Incluía ameaçar matar Moray, Maitland e Cecil. Também tinha dito por piada (alegadamente) que Maria e Isabel, entre elas, «não conseguiam fazer uma mulher honesta». Mais dúbio (visto que os servos de Bothwell esperavam receber recompensas pela sua informação), disseram que ele tinha caluniado Maria, chamando-lhe a «prostituta» do tio dela, o cardeal de Lorena. Não se dignando responder a essas acusações, Bothwell contra-atacou, acusando Maitland de tentar subornar o seu barbeiro para o envenenar.

Maria estava farta dessas querelas. As alegações e contra-alegações foram formuladas a poucos dias da bomba de Isabel, de que não faria mais nada a respeito do assunto da reclamação dinástica de Maria até se casar ou decidir ficar solteira. Darnley estava agora sob o olhar de Maria; Bothwell era uma distração

cansativa. «Ela jurou», disse Randolph, «pela sua honra que ele nunca receberia favor das suas mãos.» O regresso de Bothwell foi «visto com aversão», e foi-lhe ordenado que aparecesse em tribunal para responder pela acusação de ter fugido da prisão. Apesar disso, Maria estabeleceu condições leves. Moray queria que Bothwell fosse preso sob pena de traição, mas Maria interveio para garantir que lhe era pedida uma fiança de duzentas libras.

Isso tornou o resultado inevitável. A data do julgamento de Bothwell foi marcada para 2 de Maio de 1565. Moray chegou a Edimburgo com uma grande força armada numa tentativa de intimidar o júri e garantir o veredicto de «culpado». Mas Bothwell fugiu, com a conivência de Maria. Mais uma vez, ela estava a guardá-lo na manga. Afinal, talvez ele tivesse a sua utilidade. Mas até Maria estar casada com Darnley, deveria ficar afastado. «Julga-se», escreveu um dos espiões de Randolph, «que Sua Majestade a rainha seria boa para ele, mas acredito que Sua Graça não declararia o mesmo neste momento.»

Bothwell regressou a França, onde ficou apenas algumas semanas. Foi considerado culpado por um júri na sua ausência, mas Maria interveio para evitar que o presidente do tribunal desse a sentença. Bothwell escapou sem perder as suas terras, mas o veredicto ficou registado para o caso de ele se comportar mal no futuro.

A posição dele foi transformada pela revolta de Moray contra o casamento de Maria com Darnley. Maria chamou de volta Bothwell dez dias antes do casamento. Estava determinada a vingar-se do irmão pela sua traição e podia agir impunemente porque já não dependia dos seus aliados para a apoiarem no Conselho Privado. Sabia que Bothwell seria ideal para o papel de vingador. A inimizade entre ele e Moray era profunda, e para que o pacote ficasse completo também soltou George, lorde Gordon, filho e herdeiro do derrotado conde de Huntly, cuja família tinha sido virtualmente aniquilada por Moray na batalha de Corrichie. Quando os Gordon foram atacados e as suas terras e bens apreendidos, lorde Gordon, protestante, foi salvo pela defesa do sogro, Châtelherault. Em vez de ser enviado para a forca, foi posto sob prisão domiciliária em Dunbar, onde ficou mais de dois anos. Quinze dias depois de Maria ter chamado de volta Bothwell, libertou lorde Gordon, que ficou em liberdade condicional. A sua liberdade foi proclamada em Edimburgo, e dois dias depois ele apresentou-se perante Maria e Darnley em Holyrood. Regressou

ao serviço leal à coroa e foi reposto primeiro como lorde de Gordon e depois como conde de Huntly e como tendo direito a todas as terras e dignidades que tinham pertencido ao seu pai. A sua reintegração nos privilégios ainda requeria um decreto do Parlamento para a confirmar, mas Maria, para todos os efeitos, tinha reintegrado Huntly nos seus direitos adquiridos pelo nascimento.

E Huntly retribuiu. Não só ajudou a perseguir Moray e os seus aliados até eles fugirem, como também se aliou a Bothwell, tornando-se o melhor amigo e apoiante de Bothwell. Uma amizade selada pelos laços de parentesco no ano seguinte, quando Bothwell casou com a irmã de Huntly, *lady* Jean Gordon.

Quando Moray e os seus aliados se rebelaram, a questão do tempo foi essencial. Embora Maria tivesse chamado de volta Bothwell, não esperou pelo regresso dele para desencadear as suas represálias. A revolta tinha de ser cortada pela raiz e como relativamente poucos lordes se tinham juntado à causa dos rebeldes, Maria aproveitou a sua oportunidade. A reunião das suas tropas ficou terminada a 26 de Agosto e empenhou as suas jóias para pagar aos soldados. Teve um êxito quase único ao levantar um exército real. Saiu de Edimburgo à frente de oito a dez mil homens, uma vantagem numérica sobre os seus inimigos de cinco para um. Desta vez, Moray iria descobrir que não enfrentava uma rainha viúva de meia-idade que sofria de hidropisia e tinha de depender de tropas francesas impopulares, mas sim uma rainha enérgica, carismática e furiosa que tinha o apoio leal e ilimitado dos seus escoceses.

Como Moray tinha sido visto pela última vez em Ayrshire, Maria avançou nessa direcção, atravessando a faixa central das Lowlands. Com Darnley ao seu lado, imprimiu um ritmo assaz acelerado à marcha, apesar do vento e da chuva torrencial. Ostentava uma pistola no coldre da sela e um capacete de aço na cabeça, enquanto Darnley usava uma couraça dourada. Maria estava à vontade e no seu elemento. Numa campanha conhecida como Incursão da Perseguição por todo o lado, assim chamada porque Maria fez andar os rebeldes à sua frente sem parar, Maria manteve a iniciativa desde o início. Tal como relatou, «a rainha seguiu-os de tão perto com tais forças – e muito mais fortes por causa dos seus mosqueteiros – que não lhes deu tempo para descansar em nenhum lugar». Mesmo Knox foi obrigado a admitir a valentia dela. «Embora a maior parte do tempo cansada», escreveu, «contudo, a coragem da rainha aumentou tanto masculinamente que estava sempre com os que iam à frente.»

Todos os lordes rebeldes, excepto Argyll, se juntaram a Moray em Ayr. Mantiveram-se unidos, e quando souberam que Maria vinha aí, contornaram-na em sentido contrário. Entraram em Edimburgo no dia 31, esperando tomar a cidade enquanto as tropas de Maria se encontravam em perseguição. Mas os cidadãos foram leais e viraram os canhões do castelo contra eles. Retiraram, muito embaraçados, uns oitenta quilómetros para oeste, chegando a Dumfries a 5 de Setembro. Maria quase os interceptou no dia 4, mas quando conseguiram escapar-lhe outra vez, deixou-os ir e voltou para Edimburgo a fim de consolidar as suas forças e deixar que descansassem.

Argyll não tinha unido as suas forças com as de Moray. Fez a sua campanha nas Highlands, onde foi atacado pelo conde de Atholl e pelos Lennox. Quando o encurralaram, Maria deixou-o lá, encerrando-o dentro do seu enclave. Virou-se a seguir para a base de Moray em Fife, cortando-lhe as suas linhas de abastecimento. No dia 13, publicou um manifesto em St. Andrews em que atacava aqueles que «sob pretensão de religião» tinham levantado «este tumulto» para poderem «ser reis». Moray e os seus aliados reagiram a partir de Dumfries, negando que fossem traidores ou rebeldes e alegando que agiram de maneiras verdadeiras para Deus, a sua rainha e a «coisa pública». A sua queixa era que Maria, ao casar com Darnley e proclamá-lo rei sem o consentimento do Parlamento, tinha atropelado os direitos dos seus nobres.

No dia 17, Bothwell desembarcou em Eyemouth, vindo de França. Em menos de um quarto de hora estava a cavalo em busca de Maria, que encontrou em Holyrood no dia 20. Bedford, que recebera ordens de Cecil para o capturar no mar, incumbira um tal Wilson, um conhecido pirata, de o apanhar. Wilson conseguira localizar o navio de Bothwell, mas este, ousado como sempre, escapou com seis ou oito homens em barcos a remos. O seu equipamento perdeu-se, mas ainda tinha algumas peças de armadura e umas poucas caixas de pistolas.

Maria ficou encantada por ver Bothwell, a quem depois atribuiu a glória do seu êxito. No dia 28, reintegrou-o no Conselho Privado. Depois de Lennox e Atholl, ele iria tornar-se o seu conselheiro de maior confiança. Randolph tinha grande receio dele. «O seu poder», disse, «é fazer mais maldade do que sempre esteve disposto a fazer o bem em toda a sua vida.» Mas o seu regresso também encantou Randolph no sentido em que provocou a primeira de muitas discussões

entre Maria e Darnley acerca de quem devia ser o tenente-general do exército real. Maria queria Bothwell no comando, enquanto Darnley queria o pai dele, Lennox, nesse posto. Acabaram por dividir esse papel. Lennox foi nomeado para liderar a vanguarda, enquanto Bothwell devia juntar-se a Darnley à frente do principal exército. Em Argyllshire, o conde de Atholl foi nomeado principal tenente de Maria.

A 4 de Outubro, o exército de Maria reunira entre dez e doze mil homens. Huntly, disse Randolph, trouxera «uma grande força do norte». Também ele queria a sua vingança. «Imputou a queda do seu pai apenas ao meu lorde de Moray, a qual foi aprovada pela rainha.» Entretanto, Bothwell «chamou a si grandes coisas e prometeu mais». A «principal confiança» de Maria estava em Bothwell, Huntly e Atholl.

Não a despontaram. No dia 8, o principal exército saiu de Edimburgo e marchou para Dumfries. Maria cavalgou atrás ainda usando o capacete de aço.

Mas não houve nenhuma batalha. Quando as forças reais chegaram lá Moray e os seus aliados tinham fugido. Esgueiraram-se através da fronteira para Carlisle. Após vários dias de descanso, chegaram a Newcastle-upon-Tyne no dia 16. Os apelos de Moray para obter reforços ingleses tinham caído em orelhas moucas. O Conselho Privado debatera os prós e os contras, mas por fim decidiu que uma intervenção militar na Escócia poderia conduzir a um compromisso por tempo indeterminado. A ajuda recebida foi financeira. Randolph passou primeiro três mil libras a *lady* Moray e depois Bedford entregou mil e quinhentas.

Entretanto, Argyll estava encurralado em Argyllshire. Esperava que Maria se virasse para ele a seguir, mas não aconteceu nada. Com Moray e o resto dos lordes rebeldes em fuga em Inglaterra, Maria ficou contente por dispersar as suas forças. A sua vitória era total. Nunca tinha sido mais poderosa ou mais popular. Casara com Darnley e, portanto, unira as suas pretensões ao trono inglês. Derrotara os inimigos em fuga sem derramamento de sangue. E tinha dois conselheiros leais e dedicados, Bothwell e Huntly.

Maria fora bem-sucedida porque tinha tomado a iniciativa. Enquanto Isabel vacilava e a política inglesa estava em desordem, ela actuara de forma decisiva. Mostrara grande coragem e energia incansável. As suas garantias quanto à religião tinham sido magistrais. Mantivera-se afastada da Inglaterra e vira Isabel e Cecil distanciar-se de ajudar Moray a rebelar-se uma segunda vez.

Isabel desejava uma segunda ronda diplomática, mas Maria não conseguia ver para que serviria tal coisa. Nunca deixaria outro governante intervir nos assuntos internos do seu país ou na sua luta com os rebeldes, os quais tencionava punir severamente. Dissera isso mesmo à rainha inglesa numa mensagem contundente entregue a Randolph a 7 de Setembro. A sua prima nunca estivera mais zangada e mais frustrada com Maria do que quando este bilhete chegou.

Isabel esperava que Maria se curvasse perante os seus desejos quase como a rainha de um protectorado, inconsciente de que Maria encontrara agora a força para se saber defender de uma maneira como nunca o pudera fazer antes. A Inglaterra, e Cecil, imaginava que a Escócia era um Estado satélite. Mas Maria não iria voltar a uma política de conciliação quando estava a ganhar. A queda de Moray encontrava-se quase tão completa como a do antigo conde de Huntly três anos antes, e ela não tencionava ceder. Só abria uma excepção. Quando Châtelherault pediu desculpa pelo seu papel na revolta e foi para o exílio, ele e a família foram perdoados. Mas a sua indulgência só ia até aí.

A 18 e 19 de Dezembro, apareceram arautos envergando cota de malha e armadura completa no Market Cross para convocar Moray e os seus aliados a comparecerem no Parlamento a 12 de Março de 1566 «a fim de ouvirem e verem o destino de confisco ordenado contra eles».

A convocação do Parlamento e o aviso antecipado da intenção de confiscar as terras e bens dos lordes rebeldes viria a ser outro ponto de viragem. Era também o prelúdio de um dos dois mais dramáticos assassinios na história escocesa e britânica.

² Ver capítulo 23.

³ Que aparece nas fontes como «Jane», «Jean» e «Janet».

Capítulo 15

Um casamento atribulado

Graças a um golpe de sorte nos arquivos, sabemos o que Maria estava a pensar e o que a levou a envolver os lordes rebeldes num confronto militar após o regresso de Bothwell do exílio. Numa série de entrevistas em Holyroodhouse, abriu o seu coração a Castelnau, o embaixador especial que Catarina de Médicis e Carlos IX tinham enviado à Escócia. Este encontrou-se primeiro com Maria e Darnley na sala de audiências e depois em privado no jardim do palácio, e anotou tudo o que disseram num «Discurso» enviado a Carlos, e que agora se encontra na Bibliothèque Nationale em Paris.

Depois de Castelnau ter apresentado as suas credenciais diplomáticas e felicitado o rei e a rainha pelo seu casamento, Maria declarou a sua intenção de esmagar os rebeldes. Eles tinham abandonado a sua lealdade legítima em nome da religião e desejado depô-la. Por esse motivo, o seu caso tocava todos os outros governantes, visto que, se deixassem que os rebeldes escoceses se comportassem desta maneira e procurassem a conivência da Inglaterra com os seus crimes, não poderia haver estabilidade ou ordem no mundo.

Maria mostrou-se inflexível nas suas convicções. Moray e os seus aliados não eram apenas rebeldes com rancores políticos ou motivos pessoais, eram «republicanos» – ela usou essa palavra – querendo destruir a «monarquia antiga». Os rebeldes iriam depô-la e matá-la, e a Darnley, e depois criariam uma «república» na qual a soberania seria investida nos nobres. Tinham já deposto a mãe dela. Ela era a seguinte na lista. A sua visão do republicanismo era um protótipo inicial da teoria do «dominó». Assim que a Escócia tivesse caído para o lado dos rebeldes, a subversão estender-se-ia à Inglaterra, aos Países Baixos e à França.

Enquanto falava, as lágrimas brotavam dos seus olhos. Falou com profundo sentimento, a sua perspectiva moldada pela memória dos acontecimentos de

1559-60, quando os Lordes da Congregação depuseram a mãe dela e Isabel legitimou o governo dos rebeldes fazendo o tratado de Edimburgo.

Maria lembrou a Castelnau a longa tradição da «velha aliança» e as suas ligações Guise e Valois. Depois pediu reforços militares. «Toda a minha esperança está posta na França», disse-lhe. Castelnau ficou horrorizado porque a sua incumbência era convencê-la a fazer um acordo com Moray. Uma nova intervenção francesa podia desencadear uma guerra civil prolongada que se poderia alastrar à totalidade das Ilhas Britânicas. Exortou Maria a aceitar um compromisso, mas ela recusou. «É incompatível com a minha honra e com a segurança da minha pessoa e do rei meu marido, porque esses súbditos rebeldes de má-fé e má vontade decidiram matar-nos aos dois.»

Maria redefinira as questões. Esta luta já não tinha a ver com o seu casamento, assumira uma dimensão ideológica. Ela via uma clara antítese entre monarquia e republicanismo, entre o governo por direito divino exercido por uma rainha ungida e anarquia, entre a influência francesa e a inglesa na Escócia. Recusou-se a dar ouvidos aos argumentos de Castelnau, de que «utilidade», «prudência» e «conveniência» a obrigavam a fazer concessões. Os seus rebeldes deviam ser punidos por uma questão de princípio, de outro modo não seria apenas a sua autoridade, mas a instituição da monarquia em si que seria minada. Castelnau assinalou que Darnley, que falava francês fluentemente, foi ainda mais insistente do que Maria na sua defesa do ideal da monarquia. A discussão arrastou-se durante quatro horas e terminou sem se chegar a nenhum lado.

No dia seguinte, Castelnau foi chamado ao jardim do palácio, onde Maria caminhava com Darnley entre os canteiros e as árvores de fruto plantadas pela sua mãe. Tinha um ar radioso e descontraído, e quando Castelnau foi ter com eles virou todo o seu encanto para ele, dizendo que um dia pediria ao Conselho para tomar em consideração tudo o que Castelnau sugerira. Entretanto, o tempo para conversas terminara e ela tencionava lutar.

Quando lhe perguntou se arriscaria tudo numa batalha, Maria não hesitou. «Sim, porque ganhar tempo já não é ser rainha.» Castelnau tentou argumentar que as boas relações com Inglaterra eram essenciais tanto para a autoridade de Maria na Escócia como para garantir o seu direito à sucessão do trono inglês. Maria não pôs isso em causa. «Sim», disse. Estava disposta a restabelecer as

boas relações e a oferecer a Isabel o seu afecto e boa vontade, «mas só quando ela me declarar como sua sucessora se morrer sem filhos».

Castelnau detectou uma mudança em Maria. Na sua última visita ficara espantado pelo seu sentido de «grandeza». Na altura, Castelnau comentou que ela «tinha um espírito tão grande e tão irrequieto como o seu tio, o cardeal de Lorena». Desta vez, não era tanto que ela estivesse orgulhosa ou demasiado confiante. Tornara-se desafiadora, tendendo a dramatizar os seus problemas e a fazer generalizações a partir deles. A revolta de Moray, uma insurreição de um tipo grave, mas não desconhecido na época das Guerras de Religião, na mente dela colocava uma ameaça geral à monarquia europeia e, portanto, exigia alguma forma de ajuda extraordinária. Maria via Moray como sendo um revolucionário republicano, e não conseguia compreender a incapacidade de Castelnau em concordar com ela.

Escrevendo em privado a Paul de Foix, o embaixador francês residente em Londres, Castelnau disse que achava Maria «intratável». A sua coragem e teimosia eram tais que adoptara uma abordagem «de tudo ou nada». Equiparava protestantismo com revolução política e preferiria abandonar o trono do que tratar com Moray.

Castelnau sobreavaliou o caso. As mudanças em Maria eram indicações de onde soprava o vento, em vez de uma clara mudança na sua política. Uma viragem no seio do catolicismo estava em perspectiva, mas ainda não começara e há uma explicação melhor para o seu aparecimento. Darnley, como Castelnau também observou, estava a espalhar a sua influência. Via-se como rei da Escócia com as suas ideias e «iniciativa». Desejava visitar França para impressionar Carlos IX com as suas credenciais católicas. Estava ansioso por ser integrado no sistema dinástico europeu e ser agraciado com a Ordem de Saint Michel, o maior distintivo de honra em França, pedindo a Castelnau que o obtivesse para ele. Estava envolvido numa política de cortejar os poderes católicos enquanto tentava persuadir Maria a colocar os protestantes fora da lei após a revolta de Moray.

Darnley não era um católico devoto. E não era um protestante, apesar das suas visitas oportunas aos sermões de Knox, mas em vez disso estava a explorar a religião para os seus objectivos políticos – sobretudo como uma maneira de chamar a atenção sobre si. Os seus esforços para garantir influência e

reconhecimento na Europa eram, na verdade, apenas outro aspecto do seu narcisismo.

A sua ambição era presunçosa. Maria deixara-o ser chamado rei para satisfazer a sua vaidade. Estava preparada para o deixar partilhar em igualdade o governo da Escócia, mas Darnley esperara que ela lhe cedesse todo o seu poder de rainha reinante. Acreditava que o casamento deles a tornara sua subordinada. Era agora o rei dos escoceses e a sua visão primitiva do acto sexual levou-o a pensar que a sua autoridade era afirmada na cama, onde podia fazer o que queria quando quisesse. O facto de Maria ser submissa no quarto era porque desejava muito um filho e herdeiro.

Agora Darnley pressionava Castelnau acerca do recente encontro das famílias reinantes de França e Espanha em Bayonne. Numa espectacular reunião das duas cortes em Maio e Junho de 1565, Catarina de Médicis tinha-se reencontrado com a sua filha mais velha, Isabel, amiga de infância de Maria no quarto das crianças no tempo de Henrique II e durante alguns anos rainha de Espanha. O encontro contou com a presença de Carlos IX e do duque de Alba, um dos conselheiros de confiança de Filipe II, sendo o seu objectivo restabelecer os laços de família mais estreitos estabelecidos pelo tratado de Cateau-Cambrésis. Na realidade, o encontro foi um fracasso, porque Filipe II nunca apareceu. Contudo, por toda a Europa, os protestantes falavam desse acontecimento. Receavam que, numa sessão secreta, tivesse sido organizada uma Liga Católica para os esmagar. Era isso que interessava a Darnley.

Desde o dia do seu casamento que estava a conspirar para alterar a religião da Escócia. Os seus confidentes eram *sir* James Balfour, David Rizzio, John Lesley, David Chalmers e Francis Yaxley: um quinteto de pessoas incompatíveis mas intrigistas.

Balfour era o braço direito de Darnley. Um advogado sem escrúpulos que assistira à segunda entrevista de Castelnau no jardim de Holyrood fora cúmplice na conspiração para matar o cardeal Beaton há tantos anos. Fora capturado pelos franceses no Castelo de St. Andrews e remara nas galés com John Knox. Sendo agora juiz no Supremo Tribunal, era conhecido por ser destituído de princípios. Para ele só contava a sua carreira e mudava de lado com desconcertante rapidez.

Rizzio, o novo secretário particular de Maria, era já conhecido como «único governador» de Darnley e aquele que «resolve tudo» nos conselhos deste. Foram

encontrados juntos na cama, o que, tendo em vista a viragem de Darnley para o catolicismo, conduziu à acusação de Rizzio ser um espião papal.

Lesley e Chalmers eram importantes advogados católicos. Lesley (mais tarde bispo de Ross) viria a tornar-se um dos mais activos e prolíficos defensores de Maria após a fuga desta para Inglaterra. O seu nome foi ligado ao de Balfour pouco depois do casamento com Darnley. Chalmers estava ligado a Balfour no Supremo Tribunal e ambos a Bothwell como ex-advogados no Tribunal do Almirantado, presidido por Bothwell enquanto lorde almirante.

Yaxley era um excêntrico. Inglês e católico fervoroso, servira Filipe II e Maria Tudor e era um protegido da condessa de Lennox. Chegou à Escócia pouco depois do casamento de Darnley e proclamou-se escocês. Visto pela condessa como uma ponte entre o filho dela e os católicos ingleses, conquistou a confiança de Darnley. Foi utilizado como agente especial e enviado a Filipe II para dizer que Maria tinha falta de confiança nos seus parentes franceses e, portanto, desejava entregar-se, bem como o seu país, à protecção de Filipe. Não ocorreu a Darnley pedir primeiro a Maria autorização para fazer tal diligência.

Yaxley era uma personagem ameaçadora: fora antes servidor de Cecil e conhecia as identidades dos seus agentes estrangeiros; tinha também acreditação diplomática em toda a Europa. Alegava conhecer muitos católicos de «grande poder» em Inglaterra, prontos a declararem-se a favor de Espanha se Maria substituísse Isabel como rainha.

Darnley também se interessou de modo alarmante pela Irlanda, onde a Espanha queria estender a sua influência. Havia um comércio vibrante entre a Espanha e o Sul da Irlanda, e o país era esmagadoramente católico. Os chefes gaélicos estavam em revolta, e muitos estariam dispostos a considerar a hipótese de Maria ser rainha da Irlanda, em vez de Isabel. Filipe II estava a começar a perguntar-se se a sua política em relação à rainha inglesa se tornara algo demasiado cordial. Se fosse esse o caso, a Irlanda poderia tornar-se a porta das traseiras para a Inglaterra, mais plausível do que a Escócia. Se Darnley suscitasse problemas lá, seria ainda de muito maior interesse para Filipe do que a pretensão de Maria ao trono de Inglaterra, o que se manteria ineficaz, senão mesmo inútil, sem o apoio do papa.

A missão de Yaxley em Espanha foi bem-sucedida. Obteve cartas de Filipe para Darnley, mas o seu navio naufragou e ele afogou-se no mar do Norte, na

viagem de regresso. O seu corpo foi arrastado pelas ondas para a Holy Island, com a sua mala de documentos e um enorme montante de dinheiro em coroas e ducados. As cartas que trazia estavam endereçadas apenas ao «rei dos escoceses»: não faziam nenhuma menção de Maria, que estava invisível na diplomacia de Darnley. Embora este fosse marido de Maria há menos de seis meses, estava a mostrar a sua força e a tentar fazer com que o seu nome fosse o de um dos maiores reis católicos da Europa.

No Natal de 1565, Darnley mostrou quão católico era suposto ser. Assistiu à missa do Galo e depois às matinas, seguidas pela missa cantada, em que rezou «devotamente ajoelhado». Já não ia ouvir os sermões de Knox em St. Giles Kirk, em vez disso falando de restabelecer a missa na Escócia e conceder «liberdade de consciência» aos católicos no próximo Parlamento, que se deveria reunir na Primavera para acusar Moray e os aliados deste.

Darnley estava a gerar ondas perigosas. As suas acções punham em risco o compromisso religioso em que Maria trabalhara ao longo dos últimos quatro anos para estabelecer. Maria tentou distanciar-se da campanha dele. No Natal, quando Darnley assistiu à missa de maneira tão evidente, Maria ficou acordada toda a noite a fazer jogos de cartas e foi para a cama ao amanhecer, desse modo perdendo os serviços religiosos. Mas Darnley persistiu, quase desafiando-a a provar que era mesmo uma verdadeira católica.

Darnley acreditava que, enquanto rei, se encontrava acima da lei porque, ao contrário de Maria, não tinha autorização para prestar culto em privado, como católico, na capela real em Holyrood. Nem lhe ocorreu perguntar se as suas acções poderiam ser divisionistas, e era tão arrogante e insensível que se vangloriava do que considerou ser uma cruzada contra os protestantes.

Planeou levar essa campanha ao seu auge durante a semana da festa católica da Apresentação de Jesus no Templo, no início de Fevereiro de 1566. Seria então investido com as insígnias da Ordem de Saint Michel, que Castelnau garantira. Ansiava pela cerimónia, que considerava um voto de confiança dos poderes católicos.

Uma grande delegação chegou a Edimburgo para a investidura. O embaixador de Carlos IX vinha acompanhado por outro embaixador do tio de Maria, o cardeal de Lorena, que trazia uma carta extraordinária do papa felicitando Maria e Darnley pela restauração oficial do catolicismo. Claro que nada disso tinha

ainda sido tentado e sabemos por uma série de documentos guardados nos arquivos de Simancas que a carta do papa era o resultado da visita de Yaxley a Espanha, em que Darnley era elogiado porque iria anular a Reforma escocesa.

No dia anterior à investidura, Darnley convocou o máximo de lordes escoceses que conseguiu encontrar para assistirem à missa. Só os católicos aceitaram. Os protestantes, e em particular Bothwell e Huntly, recusaram. Darnley perdeu a cabeça. Saiu com passo imponente do quarto do rés-do-chão, trancando a porta e ameaçando deitar fora a chave. Maria desceu a escada dos seus apartamentos para ver por que motivo o seu marido tinha estado a gritar. Ansiosa por evitar uma cena, fez tudo o que podia para acalmar Darnley, que estava a tornar-se penosamente violento. Até pegou nas mãos de Bothwell e Huntly, os seus apoiantes mais leais, e tentou levá-los à missa. Mesmo assim, recusaram. Darnley disse depois em voz alta que tencionava restabelecer a missa cantada em St. Giles Kirk, em Edimburgo, uma ideia que teria levado Knox à apoplexia se soubesse disso.

Maria tinha ficado enredada. Embora Darnley tivesse defendido a causa católica só porque achava que isso lhe dava prestígio internacional, fê-la sentir o aguilhão da consciência. Com efeito, Darnley tirara proveito do catolicismo devoto dela para implantar na sua mente a ideia de que ela tinha decepcionado a sua Igreja e os seus irmãos católicos ao aceitar um compromisso religioso que lhes negara o direito de prestarem culto, o que lhe deve ter doído quando o marido exibia o seu falso catolicismo diante de tantos distintos diplomatas estrangeiros.

Poderá ter havido outros motivos para Maria ter sido convencida a virar-se para o catolicismo? A influência da sua família Guise foi um deles. Quando o embaixador do seu tio, ainda sob o efeito de um mal-entendido acerca da sua política, a felicitou calorosamente por restabelecer a fé católica na Escócia, ela deve ter sabido no fundo do seu coração que tinha desiludido a sua família assim como os outros católicos.

O segundo motivo era que estava grávida de cinco meses. Quaisquer que fossem as falhas pessoais de Darnley, tinha gerado um filho. Castelnau fora o primeiro a captar os rumores. Reparou que Maria se cobria com um manto mesmo dentro de casa. Deixou de montar a cavalo e foi vista a viajar numa liteira. Sofria de enjoos e dores abdominais, o que Randolph considerou ser uma

recorrência da «sua antiga doença», mas desta vez eram as fases iniciais da gravidez. Ficou no seu quarto durante cinco dias, sempre deitada. Até mesmo Randolph achou então que os rumores podiam ser verdadeiros. Começou a tomar um interesse lascivo pelo ciclo menstrual de Maria, subornando os seus contactos entre o pessoal feminino de serviço ao quarto dela para ter uma informação actualizada.

Na missa cantada do dia da Apresentação de Jesus no Templo, Maria e Darnley levaram velas ao altar da capela real em Holyrood acompanhados por Lennox, Atholl e uma congregação de mais uns trezentos. Darnley tinha levado a sua avante. Maria até prometera que «teria a missa livre para todos os homens que a quisessem ouvir». Era uma declaração significativa, aproveitada pelos protestantes e causando consternação. Uma semana depois da investidura, Darnley e os seus amigos pavonearam-se pela High Street, em Edimburgo, gabando-se de que tinham anulado a Reforma escocesa de uma assentada.

Mas Maria não estava dominada por Darnley. O que Randolph ainda não tinha percebido era que o casamento dela estava a passar por dificuldades. As discórdias ou discussões tinham sido suscitadas entre os recém-casados pela rivalidade entre Lennox e Bothwell acerca do comando do exército real contra Moray. Lennox alegou depois que tudo se agravara «por volta de Novembro» de 1565, quando Maria «alterou de súbito» o seu afecto pelo filho dele. Ela sabia que estava grávida e deve-lhe ter ocorrido que não precisaria de satisfazer cada capricho do marido por muito mais tempo, agora que ele já tinha cumprido a sua função sexual.

As coisas pioraram em Dezembro, quando Maria perdoou Châtellherault e a família deste, os velhos inimigos dos Lennox, pelo seu papel na revolta de Moray. Os Lennox ficaram furiosos com esse perdão. Darnley disse francamente a Maria que, enquanto seu marido e superior, proibia mais absolvições. Nunca ninguém falara com ela dessa maneira e ficara sem resposta. A reacção dela era previsível. Não iria receber ordens de alguém que ela elevara a partir do nada.

O seu afastamento de Darnley tornou-se patente no Natal de 1565, quando houve uma série de brigas espectaculares. Embora as discussões tivessem decorrido nos aposentos privados deles, em breve houve uma fuga de notícias. Enquanto, disse Randolph, «ainda há pouco só havia “rei e rainha”, agora “o marido da rainha” é a expressão mais comum». Maria decidira baixá-lo de

categoria. Na sua proclamação após o casamento, admitira uma monarquia dual em que o poder era exercido «conjuntamente». Nos documentos de Estado e numa recente cunhagem de moeda, o nome de Darnley ficara antes do seu. Agora esse acordo estava cancelado. Onde, em documentos oficiais, o nome de Darnley aparecia antes em primeiro lugar, encontrava-se agora em segundo; e onde, nas moedas, se lera (em latim) «Henrique e Maria, pela Graça de Deus, Rei e Rainha da Escócia», foi alterado para «Maria e Henrique... Rainha e Rei ...». Por uma profunda ironia, uma divisa nas moedas dizia: «Os que Deus uniu nenhum homem os separe.» Também isso foi apagado, substituído por um texto dos Salmos, «Que Deus se erga e disperse os Seus inimigos», para celebrar a vitória de Maria sobre Moray. Na cerimónia de investidura de Darnley durante a festa da Apresentação de Jesus no Templo, Maria até lhe negou o direito de usar as armas reais. Três dias depois, Randolph avisou Dudley: «Sei agora de certeza que esta rainha se arrependeu do seu casamento, que odeia o marido e toda a sua família.»

A embriaguez de Darnley tornara-se uma situação explosiva. Sir William Drury, que era xerife de Berwick e delegado do conde de Bedford ali, contou que, quando Maria pediu ao marido para moderar a bebida num jantar de festa privado em Edimburgo, ele respondeu-lhe rosnando e Maria abandonou a mesa em lágrimas.

Tão depressa como Maria concedera um título real a Darnley, também decidiu despojá-lo do mesmo. Não podia impedi-lo de assinar as suas cartas como «Henrique R» (*Rex*, rei em latim) se ele optasse por fazê-lo, mas podia negar-lhe a «coroa matrimonial». Felizmente para ela, isso só poderia ser concedido pelo Parlamento, e se a «coroa matrimonial» fosse retirada, então Darnley nunca poderia ser coroado. Não gozaria de nenhum estatuto legal como rei, e não poderia fazer nenhuma reivindicação da sucessão se Maria morresse sem filhos.

Maria estava a falar a sério, porque quando recusou a Darnley o direito de ostentar as armas reais, deixou-lhe bem claro que a «coroa matrimonial» também lhe seria negada. Então os Lennox decidiram arrancar-lha sem o seu consentimento. Quando Randolph descreveu as «aversões» entre o casal real nos seus relatórios para Cecil, sabia que a causa principal era a ambição da coroa por parte de Darnley, «que ela detesta conceder apressadamente, mas quer manter de

algum modo em reserva, até saber até que ponto ele é digno de desfrutar de tal soberania».

O humor de Maria melhorou na semana da investidura de Darnley. De repente, estava outra vez contente. Não poderia ter sido o embaixador de Carlos IX o motivo do seu deleite. Ele aconselhara-a a perdoar Moray e os lordes exilados na condição de prometerem viver «como bons súbditos», a última coisa que ela queria ouvir. Tinha já dito, com um invulgar grau de mordacidade, tratando-se dela, que esperava que Moray morresse no exílio.

A pista é fornecida por dois despachos de Randolph para Throckmorton, recém-descobertos nos arquivos em Edimburgo e que descrevem os antecedentes da cerimónia. Um deles foi escrito a 7 de Fevereiro e o outro no dia 10, o mesmo dia da investidura.

Maria, como Randolph relatou, estava a preparar-se para renovar a sua reivindicação imediata do trono inglês. O terceiro e último motivo para a sua mudança na direcção do catolicismo foi a convicção de que os seus apoiantes em Inglaterra nunca «tinham sido tantos». Talvez Yaxley lhe tenha dito isso? Ou talvez o embaixador do seu tio tivesse reaproveitado alguma informação que Yaxley pusera a circular enquanto se encontrava em Espanha? Ou talvez Cecil tivesse sempre tido razão na sua predição de que o «povo de Inglaterra» – quer fossem protestantes ou católicos – afluiria à causa de Maria se ela se casasse e gerasse um herdeiro?

A gravidez de Maria deve ter reforçado a sua auto-estima. Com Isabel ainda solteira, isso deve tê-la levado a pensar que podia justificar a sua reivindicação de uma maneira ou de outra. Apesar do estado frágil da sua relação com Darnley, a união deles tinha sido um êxito triunfante num sentido dinástico, o que era tudo que os casamentos reais deviam ser e poderia começar a planear uma nova campanha para fazer valer os seus direitos em Inglaterra.

Alguns dias antes da cerimónia de investidura, decorreu um sumptuoso banquete no grande salão de Holyrood em honra dos embaixadores visitantes. Ao ver um retrato de Isabel que sem dúvida fora posto de propósito em posição para esse fim, Maria levantou-se e declarou de uma forma aberta que «não havia outra rainha de Inglaterra a não ser ela».

Isso foi um salto qualitativo. Desde que o papa não pudera ratificar a sua reivindicação dinástica na altura da ascensão ao trono de Isabel em Novembro de

1568, Maria aceitara relutante que a sua única opção viável era garantir o reconhecimento como sucessora da rainha inglesa. Mas depois o papa morreu, tal como o seu sucessor imediato. Um novo papa, Pio V, fora recém-eleito. O seu primeiro acto público tinha sido escrever a carta a Maria que fora entregue pelo embaixador do tio dela a pedido de Filipe II, após a missão de Yaxley a Espanha.

A reclamação de Maria no banquete de que era a legítima rainha de Inglaterra deve ter causado alarido. Randolph previu uma catástrofe, dizendo que «esta corte está tão dividida que procuramos ver todos os dias quando as coisas irão evoluir para uma nova travessura». Enquanto, três anos antes, Randolph garantira a Cecil que Maria não «estava tão afeiçoada à sua missa que abandonasse um reino por ela», agora achava-a «inclinada para a derrota da religião». Não se deteria perante nada no seu desejo de restabelecer o catolicismo. Todos os seus esforços eram dirigidos para esse fim, e estava ligado com a sua reivindicação dinástica. Desde a sua vitória sobre Moray, nunca tinha sido tão poderosa. Iria agora, como Randolph temia, procurar aprofundar o seu êxito através da «sua missa muito idólatra». E concluiu: «Peço-vos que queimeis esta carta.»

Tudo isso contribuía para uma situação confusa. Quando Maria negou a Darnley o uso das insígnias reais na sua investidura, e ao mesmo tempo tentou levar Bothwell e Huntly pela mão à missa, surgiu uma enorme contradição na sua política. Não estava disposta a ser intimidada pelo seu marido dissoluto e conspiratório e, contudo, envolvera-se na «iniciativa» dele para restabelecer o catolicismo – não (como ele desejava) para impressionar uma putativa Liga Católica, mas porque, após a eleição de Pio V, acreditava que poderia usar o catolicismo para conseguir um reconhecimento final da sua reivindicação dinástica.

Entretanto, Darnley estava a conspirar contra a esposa. Randolph sabia que havia «exercícios em curso», planeados entre Lennox e Darnley, «para chegar à coroa contra a vontade dela». A nova sessão do Parlamento estava iminente. Tinha já sido planeado que começaria a 12 de Março, quando os líderes da revolta de Moray (menos o perdoado Châtelherault) seriam punidos e as suas terras confiscadas a favor da coroa. Os lordes escoceses tinham um motivo irrefutável para interromper ou até mesmo para cancelar a nova sessão. Se o Parlamento se reunisse como estava planeado, Moray e os seus aliados seriam

despojados das suas terras e títulos. Também receavam que, como nova etapa dos objectivos de Maria, a missa fosse restabelecida. Uma conspiração era inevitável, porque a oposição aos objectivos de Maria se estendia mais. Os lordes católicos tencionavam juntar-se aos protestantes para resistir à confiscação dos bens dos rebeldes, com o fundamento de que tal acção poderia tornar-se um precedente para confiscações generalizadas de bens de nobres. De momento não eram afectados, mas poderiam vir a sê-lo no futuro.

Tudo isso se voltava contra Maria. Quando lutara sozinha, casando com Darnley como um facto consumado e abandonando a sua política de conciliação, triunfara. Mas com os lordes exilados, os seus aliados, e os Lennox, todos eles conspirando contra ela, o equilíbrio das facções inclinava-se contra ela. A posição de Maria retrocedeu de uma força quase inexpugnável para um perigoso isolamento. Avisada de uma conspiração pelo seu sempre leal servidor *sir* James Melville, Maria rejeitou os seus receios. Disse-lhe que «tinha também alguns anúncios dos mesmos rumores, mas que os nossos compatriotas eram muito dignos». Se essa foi a resposta de Maria, a sua confiança era imprudente.

A conspiração tomou forma, segundo um dos principais participantes, «por volta do dia 10 de Fevereiro», o mesmo dia da investidura. Darnley encontrava-se no seu centro, mas foi apontado na direcção certa por Maitland, que Maria marginalizara a favor do seu novo secretário particular, David Rizzio, e que estava determinado a fazer com que Moray e os seus aliados fossem perdoados e chamados de volta do seu exílio desonroso como prelúdio da sua reabilitação.

Para fazer avançar a conspiração, Lennox foi até Argyllshire a fim de ter um encontro secreto com o conde de Argyll. Fez-lhe o que esperava que fosse uma proposta irresistível. Ia contactar Moray e os lordes exilados em Inglaterra, e se eles concordassem em conceder a Darnley a «coroa matrimonial» na próxima reunião do Parlamento, e assim torná-lo rei legítimo dos escoceses, então Darnley mudaria de lado, chamaria os exilados de volta, que seriam perdoados, e proibiria a confiscação das suas propriedades. Por fim, executaria a última reviravolta e restabeleceria o *status quo* religioso tal como existira no tempo do regresso de Maria de França. Desse modo, todos obteriam o que desejavam em detrimento de Maria. Darnley tornar-se-ia rei com plena aprovação parlamentar, Moray e seus aliados seriam reintegrados como se nunca se tivessem revoltado e o acordo da Reforma protestante seria restabelecido.

A conspiração avançou quando Moray aceitou esses termos. A sua lógica era rude, se bem que eficaz. Mas tinha de haver um bode expiatório, alguém para culpar por enganar Darnley e organizar a recente viragem para o catolicismo. O candidato ideal era Rizzio, ex-amante de Darnley, mas sobre o qual Maitland, sempre o supremo insinuador, informara falsamente Darnley que andava a dormir com Maria e em relação a quem Darnley, com a sua parcial compreensão da realidade, desenvolveu intenções homicidas.

Agora tudo começava a encaixar-se. Rizzio, como Darnley se convenceu, não o tinha apenas traído: fizera isso seduzindo a esposa dele. E como já se dizia que Rizzio era um agente papal, graças à sua associação com Darnley, deduzia-se que devia ser responsável pela viragem para o catolicismo.

A 9 de Fevereiro, Maitland escrevera uma carta a Cecil que tinha todos os elementos de uma prova irrefutável. «Nada em nenhuma das partes até agora se passou, mas tudo pode ser reduzido ao estado anterior, se o caminho certo for tomado... Não vejo maneira certa a menos que cortemos a raiz – sabeis onde ela está, e até onde consigo entender, quanto mais cedo todas as coisas forem arrumadas menos perigo haverá de quaisquer inconveniências.» Se a sintaxe era complicada, o seu significado era bem claro. O tempo tinha de voltar atrás, até onde estava antes de Maria casar com Darnley. A maneira de fazer isso era «cortar a raiz» – ou seja, assassinar Rizzio. Quanto mais depressa isso feito, melhor.

Tal como os assassinos do cardeal Beaton tinham procurado a aprovação de *sir* Ralph Sadler e garantias antes de levarem a cabo o seu plano, do mesmo modo Maitland cortejou Cecil. A sua carta, assegurou ao primeiro-ministro de Isabel, era «uma garantia da minha harmonia com a vossa predisposição»; por outras palavras, pedia a Cecil para falar agora, se discordasse, ou calar-se para sempre.

Quase da noite para o dia, e por um exercício magistral de propaganda, o infeliz Rizzio foi transformado no amante ilícito e «mau conselheiro» da rainha. Era aquele que todos podiam estar de acordo em odiar: criticado como estrangeiro, de origem humilde, orgulhoso, ambicioso, agente papal, espião, caluniador e libidinoso. Era um disfarce perfeito, porque quanto maior fosse o afastamento entre Maria e Darnley, tanto mais Darnley suspeitaria do adultério dela, e quanto mais se tornasse politicamente isolada, mais daria por ela dependente do seu secretário particular, uma vez que Moray se encontrava no

exílio e Maitland entrara em declínio e passava o tempo a conspirar com Darnley.

Se Maitland era o insinuador, o conde de Morton, também procurando a reabilitação de Moray assim como uma posição poderosa para si quando Darnley obtivesse a «coroa matrimonial», era o tecnocrata. Morton era o líder do clã Douglas, e foram os Douglas e lorde Ruthven, parente de Morton pelo casamento, que planejaram o assassinio.

A 6 de Março de 1566, Bedford e Randolph escreveram duas cartas a Isabel e Cecil. Uma «grande tentativa» seria feita na Escócia. Darnley convencera os lordes protestantes a prometer que o fariam rei por consentimento do Parlamento. Tinham sido assinados títulos para esse efeito. Ele iria obter a concessão da «coroa matrimonial» em troca do restabelecimento dos lordes exilados e do acordo protestante. «O momento da execução e do cumprimento desses assuntos é antes da reunião do Parlamento, o mais próximo possível...»

Randolph saiu de Edimburgo uma semana antes do assassinio. Maria descobrira que ele tinha financiado Moray durante a sua revolta. Foram apresentadas duas testemunhas que confessaram ter agido como intermediários, introduzindo clandestinamente no país sacos de moedas de ouro impossíveis de rastrear destinados a *lady* Moray. Embora Randolph negasse as acusações, recebeu ordem para sair do país. Foi primeiro acusado a 19 de Fevereiro e ofereceram-lhe um salvo-conduto para atravessar a fronteira, que se recusou a aceitar. Mais tarde saiu sob ameaça de expulsão forçada, mas aguentou tempo suficiente para enviar a Cecil relatórios sobre a conspiração.

Até então tudo corria muito certinho. Cecil foi informado acerca do assassinio de Rizzio e não fez nada para o evitar. O momento era ideal, uma vez que iria em breve dar a Maria muito mais em que pensar do que em reafirmar a sua reivindicação do trono de Inglaterra. Outros também sabiam da conspiração. Randolph escreveu a Dudley: «Eu sei que se isso tiver o efeito que é pretendido, David [Rizzio], com o consentimento do rei, terá o pescoço cortado dentro destes dez dias.» Uma das poucas pessoas que não sabiam de nada era Maria. Outros na mesma situação foram Bothwell e Huntly, agora amigos íntimos desde que Bothwell casara com a irmã de Huntly. Encontravam-se em Holyrood na noite do assassinio e deram por eles apanhados no meio disso.

A conspiração estava planeada para sábado, 9 de Março. Na noite anterior, Randolph e Bedford escreveram a Cecil e Dudley, de Berwick, para confirmar que Morton se encontrava já em posição e que Argyll estaria lá em breve. Moray e os lordes exilados chegariam a Berwick no dia seguinte, vindos de Newcastle, e estariam em Edimburgo no domingo de manhã. O homicídio «daquele que sabeis» seria levado a cabo na altura em que estivessem a atravessar os portões principais de Holyrood.

A noite de sábado, 9 de Março de 1566, seria uma das mais longas e mais aterradoras da vida de Maria. Mas esse seria apenas o primeiro de uma sequência caleidoscópica de acontecimentos atrozes no seu país.

Capítulo 16

Assassínio um

Às oito da noite do sábado fatal, Darnley conduziu lorde Ruthven e um cúmplice através dos seus apartamentos privados na Torre Jaime V do Palácio de Holyrood. Parcialmente às apalpadelas na escuridão, cada um deles apenas com uma vela para iluminar o caminho, subiram uma escada secreta oculta dentro das paredes para saírem no quarto de Maria, no andar acima deles, por uma porta escondida nos painéis. Saindo do quarto da rainha havia uma câmara mais pequena, ou sala de jantar, com cerca de três metros e meio de comprimento e dois e setenta de largura, onde Maria estava a comer com um grupo de amigos, incluindo Rizzio.

Além do quarto, e através de uma porta à esquerda, havia uma sala maior, a câmara exterior ou sala de audiências da rainha. No fundo dessa sala, uma porta trancada abria para a escadaria principal, a partir da qual o acesso aos aposentos reais era obtido desde o átrio do piso térreo. Morton e o resto dos conspiradores, cerca de oitenta no total, subiram a escadaria principal até à porta da câmara exterior, onde aguardaram que fosse destrancada a partir de dentro pelo homem de Ruthven, que passara pelo quarto de Maria.

Darnley foi o primeiro a aparecer. Entrou na sala de jantar e falou com Maria. Ela ficou surpreendida por vê-lo, mas não perturbada. Darnley disse-lhe palavras tranquilizadoras e pôs a mão na cintura dela. Tudo isso era para dar a Ruthven – um homem desajeitado que sofria de insuficiências hepática e renal, das quais viria a morrer poucas semanas depois – tempo suficiente a fim de chegar à sala de jantar e ao seu cúmplice para destrancar a porta. O atraso deve ter sido pelo menos de cinco minutos, porque Ruthven subiu a escada envergando uma pesada armadura e, contudo, mal conseguia fazer a pé (como ele disse) o dobro do comprimento do seu quarto.

Por fim, Ruthven entrou a cambalear na sala de jantar, com um ar sinistro.

– Agradaria a Vossa Majestade – balbuciou – deixar esse homem aí, David,

sair da vossa presença.

Maria manteve a sua perspicácia e virou-se para Darnley.

– O que sabeis acerca disto? – exigiu saber. Darnley assumiu a sua ignorância de uma maneira pouco convincente.

Maria virou-se então para Ruthven.

– Qual é o seu delito? – Ela estava a decidir o que fazer, adivinhando por que motivo Darnley e Ruthven tinham entrado de rompante, mas ciente de que Darnley estaria hesitante e, portanto, manipulável.

Ruthven disse que Rizzio fizera um grande insulto a Maria, ao rei, à nobreza e ao país.

– E como? – perguntou ela.

– Se isso agrada a Vossa Majestade – respondeu Ruthven –, ele ofendeu a vossa honra, do qual não me atrevo a falar. Quanto à honra do rei vosso marido, impediu-o de ter a coroa matrimonial, que Vossa Graça lhe prometera... E quanto à nobreza, fez com que Vossa Majestade banisse uma grande parte deles e os confiscasse neste Parlamento.

– Saí da nossa presença sob pena de traição – ordenou Maria. – Se ele cometeu algum delito, apresentaremos o dito David perante os lordes do Parlamento para ser punido.

Ruthven ignorou-a. Virando-se para Darnley, disse-lhe:

– *Sir*, levai a rainha vossa soberana e esposa.

Quando Maria se levantou furiosa, Rizzio escondeu-se atrás dela, agarrando as pregas da sua saia. Os convidados e criados de Maria tentaram agarrar Ruthven, que avançou com passo hesitante e desembainhou a adaga. Houve um tumulto, durante o qual Morton e os seus acompanhantes se precipitaram para a sala. No meio da confusão, a mesa de jantar e tudo o que estava em cima dela foi derrubado, e só a decisão rápida da esposa separada do conde de Argyll, meia-irmã de Maria e uma das convidadas, evitou uma catástrofe quando um dos candelabros caiu no chão perto das tapeçarias na parede adjacente e ameaçou desencadear um incêndio, se ela não o tivesse levantado do chão.

Ruthven e outro conspirador atacaram Rizzio com as suas adagas por detrás de Maria. Mais tarde, ela disse que os golpes tinham sido dados tão perto dela que «sentiu o frio do ferro». Darnley estava confuso. Por vezes é alegado que um dos objectivos da conspiração, se não foi assassinar Maria, foi pelo menos

desencadear um aborto espontâneo e fatal, uma vez que ela se encontrava grávida de seis meses. Isso é implausível, porque se tivesse acontecido alguma coisa a Maria, o plano de Darnley fracassaria. Ainda não tinha assegurado a «coroa matrimonial» e só tinha direito a reclamá-la desde que estivesse casado com Maria. Se ela fosse assassinada, o estatuto dele como rei consorte morreria com ela. O trono passaria para o sucessor natural, o exilado duque de Châtelheraut, o rival declarado de Lennox e Darnley. Só se a conspiração envolvendo Rizzio acontecesse depois de Darnley ter sido coroado, ou depois de o filho de Maria ter nascido, é que a morte dela faria sentido. Darnley podia então permanecer como rei ou ser nomeado governador, e assim manter a sua posição. De outro modo, ele e o pai não sobreviveriam mais de seis meses. As facções virar-se-iam contra eles, matando-os ou enviando-os para o exílio.

Ruthven agarrou Maria e entregou-a a Darnley, dizendo-lhe para não ter medo. – Tudo o que é feito – tentou em vão sossegá-la – é obra do rei.

Rizzio, encolhido de medo numa alcova, foi então arrastado para fora da sala de jantar, vigiado por tantos homens de Morton quantos os que conseguiam caber nesse pequeno espaço, alguns dos quais traziam armas de fogo. Um deles apontou uma pistola engatilhada a Maria para evitar que se interpusesse entre o infeliz Rizzio e os seus captores enquanto era arrastado para fora. Ruthven gritou uma ordem para levarem Rizzio lá para baixo, onde ficavam os apartamentos de Darnley, pela escada secreta, mas a sua voz foi sufocada pela confusão. A aglomeração de gente era enorme. Rizzio foi empurrado para a câmara exterior, onde os outros conspiradores aguardavam. Precipitaram-se para ele e esfaquearam-no freneticamente, mesmo perto da porta ao lado da escadaria principal. Darnley recusou-se a juntar-se à chacina, por isso um dos conspiradores apoderou-se da adaga dele e usou-a para dar o golpe final. A adaga de Darnley foi deixada no cadáver, para indicar a conivência dele com a conspiração.

Entretanto, Maria estava paralisada pelo medo, acreditando que também seria assassinada. Temos o seu relato enviado para Paris. Os assassinos, escreveu, entraram de rompante, agarraram Rizzio e «com bastante crueldade levaram-no para fora do nosso pequeno aposento e à entrada da nossa câmara deram-lhe cinquenta e seis golpes com adagas e espadas».

Quando Rizzio morreu, os assassinos fugiram e Morton desceu para o piso térreo a fim de fechar os portões e portas do palácio. Foram colocados guardas à porta de certos quartos e a caixa negra de Maria, contendo as suas cifras e correspondência secreta, foi recuperada do quarto de Rizzio e regressou ao dela.

Onde o relato de Maria difere dos outros é nos planos posteriores dos conspiradores. Ela estava convencida de que a conspiração devia ter duas fases: primeiro, o assassinio de Rizzio, e depois um golpe palaciano no qual Bothwell, Huntly e o conde de Atholl, os líderes das suas forças durante a perseguição aos lordes rebeldes, seriam assassinados. Também se disse que *sir* James Balfour, o antigo protegido de Darnley, estaria na lista de alvos a abater. Seria «pendurado com cordas» para evitar que revelasse a verdadeira dimensão da traição de Darnley. Bothwell e Huntly encontravam-se alojados noutra parte do palácio. Ouviram o alvoroço na Torre Jaime V, calcularam que as suas vidas pudessem estar em perigo e escaparam por uma janela das traseiras, descendo por uma corda. Atholl e Balfour também conseguiram escapular-se ou convencer os outros a deixarem-nos sair dali.

Na sala de jantar, Maria ouviu um sermão. Ruthven disse-lhe o que ele e os seus apoiantes pensavam dela. Segundo a versão de Maria, Ruthven disse-lhe que «estavam ofendidos com os nossos procedimentos e tirania, o que não era tolerável para eles, como tínhamos sido abusadas pelo dito David... aceitando o seu conselho a favor da manutenção da antiga religião [católica], excluindo os lordes que eram fugitivos e mantendo boas relações com príncipes de nações estrangeiros [católicos] com quem nos tínhamos confederado, colocando também no Conselho os lordes Bothwell e Huntly.» O relato de Ruthven do seu discurso é diferente. Na sua narrativa, a principal acusação era que Maria governara «contrariamente ao conselho da sua nobreza e conselho, e contra esses nobres que tinham sido banidos». A isso, Maria retorquiu com justificado sarcasmo que Ruthven tinha sido um dos seus conselheiros privados desde a queda do antigo conde de Huntly, três anos antes!

Seja qual for o relato correcto, Maria foi arengada e o seu resumo prova que ela compreendeu quais eram os objectivos dos conspiradores e o que enfrentava. Desatou a chorar, mas recusou-se a ser tratada dessa maneira. Virando-se para Darnley, exigiu saber:

– Por que fostes levado a fazer-me este acto perverso, tendo em conta que vos tirei de um estado humilde e fiz de vós meu marido? Que ofensa vos fiz para terdes de me causar tal vergonha?

Darnley estava consumido pelo ciúme. Presumiu que tinha sido feito cornudo e assim tornado num objecto de escárnio. Queixava-se de que Maria não o «entretinha» desde que Rizzio caíra nas boas graças dela. Enquanto, antes do casamento deles, ela costumava visitá-lo no seu apartamento, agora jogava às cartas com Rizzio até à uma ou duas da manhã. «E esse é todo o entretenimento que tenho tido de vós há muito tempo.» Darnley tornou-se cada vez mais explícito. Tinha-lhe sido negado o sexo pela sua esposa. Nas ocasiões em que fora visitá-la, «ela não queria ou forçou-se a vomitar». Reparara na mudança no último Natal e queria saber porquê.

Maria lutou para conter as lágrimas.

– Não é dever de uma dama ir ao quarto do seu marido, mas antes o marido ir ao da esposa. – O protocolo real exigia que fosse o marido a iniciar os avanços sexuais, e por isso, nos palácios do século XVI, uma passagem privada ligava o quarto do rei ao da rainha, destinada a ser usada pelo rei e raramente, se alguma vez, pela rainha. Segundo os manuais da corte, o dever da rainha era gerar filhos e de outra forma ser «casta, fiel e obediente».

Maitland tinha feito bem o seu trabalho. Darnley estava atormentado pela sua convicção de que Rizzio era amante de Maria. Também albergava suspeitas de que Maria o achava sexualmente inadequado. O seu ego estava ferido.

– Terei falhado de alguma maneira? Que desdém tendes de mim? Que ofensas vos fiz... vendo que estou disposto a fazer tudo para me tornar um bom marido?

– Agora o temperamento cruel de Darnley vinha à tona. Fora magoado pela referência à sua inferioridade social. – Supondo que eu seja de um nível mais baixo, contudo sou vosso marido e vossa cabeça, e vós haveis-me prometido obediência no dia do nosso casamento e que eu devia ser participante e igual a vós em todas as coisas.

Nunca ninguém devia dizer a Maria, excepto se fosse um monarca reinante, que era igual a alguém, quanto mais que lhe era inferior.

– Por toda a ofensa que me é feita, meu senhor, vós tendes o fardo disso, pelo que não serei mais vossa esposa nem dormirei mais convosco, e nunca gostarei de vós até ter feito com que tenhais um coração tão magoado como tenho agora.

Ruthven, testemunha desta batalha de palavras, interpôs-se. A sua doença encontrava-se tão avançada, a armadura era tão pesada, que estava desesperado por ter uma bebida e um assento. Trouxe uma nota de quase comédia grotesca a essa cena. Pedindo autorização a Maria, «pediu uma bebida pelo amor de Deus!». Serviram-lhe um copo de vinho, que bebeu de uma assentada. Maria olhou para ele com repulsa.

– Se eu ou o meu filho morrer – ameaçou –, tereis a culpa disso.

Ruthven começou a responder, mas um mensageiro bateu à porta. Bothwell, Huntly e Atholl tinham escapado. Ruthven e Darnley partiram, deixando Maria a andar de um lado para o outro do quarto durante horas. Mal capaz de compreender o que acontecera, ficou ainda consternada por ver que Morton colocara uma sentinela à entrada da sua câmara exterior e que lhe negavam o conforto das quatro Marias e do pessoal doméstico.

Por fim, Darnley regressou para supervisionar a remoção do cadáver de Rizzio. Foi arrastado pelo chão da câmara exterior e atirado, sem cerimónias, pela escadaria principal abaixo. Daí, foi levado para a casa do porteiro à entrada do palácio, onde foi despido pelo servo deste e retirada a adaga de Darnley.

Durante toda essa longa noite, Maria não dormiu. Quando Darnley voltou às oito horas da manhã seguinte, Maria descarregou a sua raiva sobre ele numa discussão que durou duas horas. Depois Darnley saiu dali furioso. Contudo, antes de o deixar partir, Maria convenceu-o a permitir que as suas damas de companhia regressassem.

Morton e Ruthven ficaram transtornados com essa notícia. Sabiam que Maria podia ser uma hábil manipuladora e uma adversária inabalável. Não esperaria para ser arrastada pelos acontecimentos, mas procuraria dominá-los. Podia agir ingénua e impulsivamente, mas numa crise tentaria sempre manter a capacidade de iniciativa. Mantivera-se calma no início da revolta de Moray. A sua estratégia, então como agora, era apelar a homens como Bothwell e Huntly, sabendo que podia contar com a lealdade deles. E na sua actual situação de apuro a maneira de os contactar era através das suas damas de companhia.

Maria escreveu frenéticas as suas instruções. Depois enviou as suas damas com cartas para os seus leais apoiantes. Também enviou uma carta a Argyll, o qual, apesar da sua ajuda a Moray e aos aliados deste, era ainda alguém em quem podia confiar. Fossem quais fossem as suas opiniões religiosas, era um

monárquico e anti-republicano, que mais tarde se opôs à abdicação forçada de Maria e estava preparado para lutar como seu tenente. A sua frase típica era: «Primeiro Deus e depois o nosso Príncipe em Deus, sob Deus e pelas leis de Deus.» O repúdio de uma rainha ungida, quanto mais o regicídio, era algo que considerava estranho e repugnante. Quaisquer que fossem as suas alegadas ofensas, Argyll considerava Maria como uma governante legítima, e por esse motivo ela sabia que podia agora contar com ele.

Com o seu plano formado na sua cabeça, Maria virou-se a seguir para Darnley. Decidiu encenar uma peça de teatro em proveito dele. Quando Darnley voltou à tarde, fingiu que estava prestes a abortar espontaneamente. Morton e Ruthven tinham reposto a exclusão das suas damas de companhia. Maria estava determinada a tê-las de volta. Por isso representou o seu papel e a parteira foi chamada. Maria tinha já preparado essa mulher para confirmar que ela estava prestes a entrar em trabalho de parto. Com a vida da criança e, portanto, a sua posição em risco, Darnley apressou-se a enviar uma mensagem a Morton e Ruthven, que retiraram a exclusão, e as damas de Maria voltaram.

Mas os lordes estavam desconfiados. Disseram a Darnley para ter cuidado, não fosse dar-se o caso de Maria trocar de roupa com uma das suas Marias e fugir, deixando a sua substituta para trás. Darnley percebeu. A guarda à entrada da câmara exterior foi redobrada. Foram dadas ordens de que ninguém seria autorizado a sair dos aposentos da rainha que usasse um abafo para o pescoço a cobrir-lhe a cara ou cuja identidade fosse suspeita.

Por volta das oito da noite, Moray e os lordes exilados, com a importante exceção de Argyll, tinham regressado a Holyrood. Darnley recebeu-os, após o que se retiraram para jantar em casa de Morton, no Canongate. Quando Maria soube do regresso de Moray, mandou que um dos seus porteiros fosse buscar o seu meio-irmão para a ver. Quando ele chegou, Maria recebeu-o de braços abertos. Abraçou-o, dizendo que se ele ficasse satisfeito por se reconciliarem, ela concordaria de bom grado com o seu pedido. Segundo *sir* James Melville, ela também disse que, se ele tivesse estado ali na noite anterior, não teria deixado que a tratassem de maneira tão brutal, um sentimento que fez com que o dúplice Moray chorasse.

Contudo, a principal preocupação dos lordes exilados da Perseguição por todo o lado era o confisco dos seus bens. Darnley tinha de tratar disso, visto que o

Parlamento devia reunir-se daí a dois dias. O seu primeiro acto público após o homicídio de Rizzio foi livrar-se do Parlamento. Ordenou aos arautos que proclamassem no Market Cross que quem tivesse sido convocado para a próxima sessão devia deixar a cidade de Edimburgo dentro de três horas sob pena de traição. Portanto, quando Moray e os lordes exilados compareceram, como era devido, no Tolbooth no dia 12 «para ouvir e ver o destino de confisco» contra eles, o edifício estava quase deserto.

Maria soube da proclamação de Darnley. Acreditava que era um erro grave dele e algo que jogava a favor dela. Iria dividir os lordes em dois, perdendo Moray e os exilados mas atacando Morton, Ruthven e os Douglas. O papel de Morton na conspiração contra Rizzio era claro. Ia destituí-lo do seu lugar de chanceler, que daria como recompensa a Huntly. Não podia prender Maitland, mas tencionava castigá-lo. Avisara-o, quando ele procurou as suas boas graças em França nos meses anteriores ao seu regresso à Escócia, de que o iria considerar responsável enquanto «instrumento principal» de quaisquer «práticas» contra ela. Daria as terras dele a Bothwell e depois deixá-lo-ia provar o seu veneno.

Isso deixava apenas Darnley para ser chamado a contas. Maria sabia que ele era estúpido, covarde, vaidoso, bêbedo, dissoluto e narcisista. Era também violento, vingativo e um mentiroso inveterado. A sua conspiração não poderia ter sido mais desajeitada. E, no entanto, ainda poderia resultar se ela não agisse com rapidez.

Maria tinha agora vinte e três anos, ainda muito jovem, mas já não numa íngreme curva de aprendizagem. Regressara à Escócia há mais de quatro anos e era capaz de enfrentar o desafio de controlar as facções nobres. Aprendera que a maneira de lidar com os lordes era dividir para reinar. Para fazer isso agora precisava de manter o indeciso e homicida Darnley de lado, tornando-o numa arma contra os seus ex-aliados, os quais, em paga da sua traição, tornar-se-iam seus inimigos mortais.

A sua jogada seguinte foi sintonizada com a psicologia primitiva de Darnley. Aguardou até Moray regressar ao seu jantar em casa de Morton. Quando ela e Darnley ficaram sozinhos, Maria propôs ter sexo com ele para provar que o seu afecto por ele não mudara, como Darnley afirmava. Disse-lhe que podia vir ter com ela mais tarde nessa noite, e dormiria com ele toda a noite. Tinha um bom

palpite de que ele estaria bêbedo e incapaz à hora de ir para a cama. Maria queria ganhar tempo, para poder encontrar uma maneira de lidar com ele e conseguir escapar de Holyrood.

Darnley aceitou a proposta. O encontro ficou marcado e Darnley retirou-se para os seus aposentos a fim de se preparar. Foi ter com Morton e Ruthven, a quem se gabou do seu próximo encontro. Essa, declarou, era a maneira de lidar com mulheres. Os lordes estavam mais cépticos. Darnley, disseram, «estava a ficar efeminado». A possibilidade da reconciliação entre Maria e o seu marido era o pesadelo dos conspiradores, mas como tinham o compromisso de Darnley autorizando o homicídio de Rizzio e tendo a sua assinatura, ainda não estavam ansiosos. Darnley convencera-os que conquistaria Maria, fazendo da vitória e da «coroa matrimonial» quase uma certeza. Contudo, Morton e Ruthven sabiam que as suas vidas estariam em perigo se Maria mantivesse a sua posição.

Tal como Maria previra, Darnley não conseguiu aparecer para o encontro. Foi algo que Randolph e Bedford não conseguiam entender. No relatório deles para Cecil, explicavam: «Não sabemos como se perdeu por preguiça, mas não veio ter com ela e desculpou-se perante os amigos dizendo que estava tão sonolento que não conseguiu acordar na devida altura.»

A versão de Ruthven era mais ou menos a mesma. Disse que tinha esperado tanto tempo no quarto de vestir de Darnley que foi deitar-se. George Douglas, primo de Morton e meio-irmão da esposa de Ruthven, veio depois dizer-lhe que, apesar de sucessivas tentativas para acordar Darnley do seu torpor alcoólico, este estava demasiado bêbedo para ser acordado.

Ao amanhecer, Ruthven repreendeu-o.

– Vós não cumpristes a vossa promessa a Sua Majestade a rainha de vos deitardes com ela toda a noite.

Cabisbaixo, Darnley respondeu:

– Caí num sono tão profundo que não consegui ser acordado. – Naturalmente, culpou outro: o seu fiel servo de quarto, William Taylor. Depois acrescentou: –

Mas vou vestir a minha camisa de dormir e subir para ir ter com a rainha. Ruthven, que apesar da gravidade da sua doença ainda tinha sentido de humor, ripostou.

– Confio que ela vos servirá de manhã como a servistes de noite!

E assim foi. Darnley subiu a escada secreta pela segunda vez em três dias para surgir ao lado da cama de Maria. Ela estava a dormir ou a fingir-se adormecida, por isso Darnley foi obrigado a sentar-se e esperar uma hora até ela estar pronta para falar com ele.

– Por que não subistes ontem à noite? – perguntou por fim Maria. Darnley disse que estava tão adormecido que só acordara às seis da manhã.

– Agora vim e proponho-me deitar-me ao vosso lado.

Mas Maria disse que se sentia demasiado indisposta para fazer amor. Propôs levantar-se.

Darnley não discutiu. Em vez disso, mudou de assunto, perguntando quando Maria perdoaria os lordes exilados. Também disse que esperava um perdão total para todos os envolvidos na conspiração contra Rizzio. Maria seduziu-o com palavras doces. Estava a conquistá-lo e às oito horas Darnley voltou lá para baixo «muito alegre». Começou a pavonear-se, gabando-se a Morton e Ruthven que tudo estava sob controlo. Eles exortaram-no a não subestimar Maria. Tinha sido treinada em França pelos seus tios Guise, ambos mestres da ilusão política.

– Confiem em mim – disse Darnley –, deixem-me sozinho e prometo conduzir tudo a um bom fim.

Mais tarde nessa manhã, Darnley esteve presente num concílio secreto com Moray, Morton, Ruthven e os líderes da conspiração contra Rizzio. O pacto faustiano foi selado. Darnley iria conseguir que Maria concedesse perdões totais aos lordes, ele confirmaria o *status quo* religioso e eles iriam oferecer-lhe a «coroa matrimonial» na próxima sessão do Parlamento. Darnley estava confiante de que tinha conseguido fazer um golpe. Mas os lordes queriam uma garantia. Sabiam que Maria não concordaria sem luta. Pediram provas escritas, assinadas por Maria, confirmando a sua intenção de lhes conceder os perdões.

Darnley voltou para junto de Maria, que tinha preparado com cuidado o que devia dizer. Falou-lhe dos factos da vida política na Escócia. Assim que os lordes tivessem obtido os seus perdões e que os confiscos fossem deixados cair, abandonariam Darnley, que nunca garantiria a «coroa matrimonial» nas mãos deles. Por que lha haviam de dar quando já tinham o que queriam? E quando a receberia? Não tinha acabado de dispensar o Parlamento sem marcar uma data para ser chamado de novo?

Maria nunca fora mais independente ou autoconfiante, ainda mais porque, apesar de toda a pressão e ansiedade, a sua saúde aguentou-se. Se sofria de porfiria aguda intermitente, esta deixou-a em paz. É verdade que se encontrava grávida e muitas vezes se sentia enjoada, mas a sua mente estava tão ágil como sempre. Explicou a Darnley como seria tratado mal se os lordes exilados e os seus co-conspiradores pudessem conseguir o que queriam. Não eram todos eles protestantes? Se ele não se convertesse ao protestantismo, seria derrubado. E, contudo, se se convertesse, seria injuriado pelos mesmos governantes europeus que até há pouco cortejara ansioso.

Passo a passo, Maria convenceu Darnley a recuar. A maneira de governar a Escócia, disse-lhe, era elevar-se acima das facções rivais e depois equilibrá-las, não aliar-se com qualquer delas «e assim tornar-se escravo». «Por esta persuasão, foi induzido a concordar com o propósito tomado por nós.» Acordou escapar com Maria para Dunbar, a fortaleza real inexpugnável mais próxima e residência da irmã viúva de Bothwell. Maria recebera já respostas de Bothwell e Huntly às cartas que enviara através das suas damas de companhia. Estes aconselharam-na a fugir pelas paredes do palácio e, se necessário, por meio de cordas e cadeiras (as maneiras habituais de fugir de um edifício em caso de incêndio) e depois cavalgar através da noite.

A questão era como afrouxar a atenção do guarda à porta dos aposentos de Maria. Para isso ela também tinha resposta. Não deviam disfarçar a intenção de partir de Holyrood, mas deviam induzir os lordes em erro quanto à data da partida. Desapareceriam antes que os lordes percebessem que tinham sido enganados.

Na hora H, a parteira reapareceu para informar Darnley que se Maria não fosse autorizada a mudar de ares, iria abortar. As suas Marias e outras damas de companhia confirmaram respeitosamente tal coisa. Darnley apressou-se a ir lá abaixo para contar aos lordes e para obter a autorização de Maria partir no dia seguinte. O médico francês dela chegou então para sublinhar a urgência do pedido. Maria, afirmou, abortaria se não partisse em breve de Holyrood.

Os lordes concordaram relutantes, desde que Maria assinasse um papel confirmando os seus perdões. Pouco depois das quatro horas, Moray, Morton e Ruthven foram lá acima com Darnley para visitar Maria. Os lordes aguardaram que Darnley a fosse buscar ao quarto de cama. Todos se ajoelharam e Morton fez

a petição, após o que cada um deles falou por si. Maria ouviu-os e depois deu-lhes uma resposta gentil:

– Nunca fui sanguinária nem gananciosa a respeito das vossas terras e bens desde a minha vinda para a Escócia, nem o serei convosco.

Maria convidou-os a redigir qualquer documento que quisessem e que o assinaria. Depois pegou nas mãos de Darnley e de Moray e andou pelo quarto durante uma hora conversando com eles. A seguir, retirou-se para o seu quarto de cama. Chamou Maitland, que tratou de tirar dali os guardas. Também foi acordado que os lordes deixariam Holyrood após o jantar dessa noite. Enquanto falavam, os lordes estavam a fazer o rascunho dos seus perdões, e o documento só teria de ser assinado por Maria para que as formalidades ficassem terminadas.

Os guardas desapareceram e às seis da tarde os lordes entregaram a Darnley o documento. Acordaram partir de Holyrood e retirarem-se para a casa de Morton assim que lhes fosse assegurado que Maria tinha mesmo assinado.

Darnley, agora conquistado para o lado de Maria, não viu motivo para pressas. Primeiro jantou, e quando Arquibaldo Douglas, primo de Morton, regressou para recolher o documento assinado, já era tarde. Darnley mentiu dizendo que tinha mostrado o documento a Maria, que o considerou «muito bom». Mas estava a sentir-se enjoada, disse-lhe, e incapaz de lidar com papelada. Ia deitar-se cedo e assinaria o documento de manhã.

Pouco depois da meia-noite, quando tudo estava silencioso, Maria e Darnley escaparam de Holyroodhouse através de uma passagem subterrânea que conduzia a uma adega, onde se encontraram com meia dúzia dos servos de maior confiança dela, que tinham ido buscar cavalos aos estábulos. Sem mais demoras cavalgaram, noite fora, até Dunbar, uma jornada de quarenta quilómetros que demorou cinco horas e que a grávida Maria achou esgotante. Por diversas vezes, no caminho, teve de desmontar por estar enjoada.

Ao amanhecer do dia seguinte, os lordes ficaram chocados ao descobrirem que Maria tinha desaparecido. Nessa altura já não era segredo nenhum para onde fora. Enviaram um mensageiro a Dunbar pedindo-lhe para cumprir a promessa assinando os perdões. Mas Maria não deu uma resposta imediata. Manteve o mensageiro à espera durante três dias, altura em que os exilados condes de Glencairn e Rothes já tinham feito as pazes com ela e obtido os seus perdões. Isso teve muitas consequências. Muitos dos lordes exilados da Perseguição

tinham ido ter com Argyll a Linlithgow, onde debateram os termos pelos quais poderiam chegar a acordo com Maria e decidir abrir negociações. Só Moray ainda hesitava, dando uma no cravo e outra na ferradura e esperando que algo acontecesse.

À medida que o partido dos lordes começava a desabar, o de Maria crescia. Bothwell e Huntly tinham já formado o núcleo de um exército. Este aumentou quando Maria ordenou aos proprietários de terras dos Lothian e dos condados adjacentes para reunirem tropas e a defesa dela em Haddington e Musselburgh.

Ao início da manhã de domingo, 17 de Março, Moray deixou Edimburgo para se reunir com Argyll e seus aliados em Linlithgow. Maria – com Darnley a reboque – deixou Dunbar no mesmo dia, entrando em Edimburgo com as suas forças no dia 18. Tinha entre três e cinco mil soldados – mais do que suficiente para ocupar a cidade. Em vez de regressar a Holyrood no caso de algum dos lordes ainda lá estar, ficou alojada numa casa na High Street, mais tarde mudando-se para uma maior e mais perto do Castelo de Edimburgo. Quinze dias depois, após melhorias adequadas terem sido feitas e as suas roupas e objectos pessoais terem sido entregues, mudou-se para o castelo, onde podia sentir-se segura e aguardar o nascimento do bebé.

No dia seguinte ao regresso de Maria a Edimburgo, enviou *sir* James Balfour a Linlithgow para propor condições aos rebeldes da Perseguição. Seriam perdoados e as suas propriedades devolvidas desde que se retirassem para as casas e não fizessem nenhuma tentativa para interceder a favor dos co-conspiradores de Darnley na conspiração contra Rizzio.

Argyll aceitou logo, enquanto Moray decidiu que não valia a pena arriscar outra revolta. Assim que recebessem os seus perdões e esperassem dez dias, ficavam autorizados a voltar à corte. No fim de Abril, foram reintegrados no Conselho Privado e foi montada uma grandiosa cerimónia de reconciliação. Atholl, Bothwell e Huntly de um lado, e Moray, Argyll e Glencairn do outro, apresentaram-se perante Maria e deram as mãos. Maitland foi excluído da cerimónia. Ainda se encontrava sob suspeita, vivendo em Dunkeld sob prisão domiciliária.

Bothwell ganhou muito com o seu papel na organização da fuga de Maria. Pela sua lealdade inabalável, Maria recompensou-o com a capitania de Dunbar,

concedendo-lhe o castelo e as propriedades circundantes, sucedendo ao seu falecido meio-irmão, lorde John de Coldingham.

Morton e os restantes co-conspiradores perderam muito com a conspiração contra Rizzio. Todos os oitenta foram denunciados como rebeldes, proclamados fora da lei e os seus bens foram confiscados a favor da coroa. As suas casas foram esvaziadas e Morton foi obrigado a entregar o Castelo de Tantallon, a sua fortaleza nas falésias à entrada do estuário de Forth.

Maria retirou grande satisfação da queda dele. Tencionava ser para sempre incansável com os Douglas. Via Morton como vilão principal depois de Darnley, porque foi Andrew Ker de Fawdonside, um conhecido cliente dos Douglas, que levantara uma pistola para ela enquanto Rizzio era arrastado para a sua morte.

Morton, Ruthven, Ker e os outros fugiram para Inglaterra. Morton e Ruthven escreveram uma carta bajuladora a Cecil, afirmando a justiça da sua causa e assegurando-lhe que só tinham agido por ordem de Darnley e a favor da «preservação do Estado e da religião protestante». Mas a posição deles estava minada. Uma semana antes, Darnley tinha desavergonhadamente negado o seu papel na conspiração contra Rizzio, «sobre a sua honra, fidelidade e a palavra de um príncipe». Nem sequer, afirmou, soubera da conspiração, algo «do que é caluniosamente e sem justa causa insultado». Confessou ter excedido os seus poderes ao convidar os lordes exilados da Perseguição para regressarem a casa sem conhecimento de Maria, mas essa era a totalidade do seu crime.

Ao dar a público esta descarada negação, Darnley cavou a sua sepultura. O primeiro acto de vingança dos conspiradores contra Rizzio foi enviar a Maria o compromisso que ele assinara e que o envolvia no assassinio dos «que abusam da bondade da rainha» e em especial «um estrangeiro italiano chamado David». O compromisso até declarava que o acto podia «ter a oportunidade de ser feito» nos aposentos privados de Maria ou noutro lugar dentro do seu Palácio de Holyrood. Como se isso não fosse suficiente, Moray mostrou à irmã o compromisso dos lordes exilados assinado em Newcastle, o qual prometia a Darnley a «coroa matrimonial» sem o prévio consentimento dela. Maria tinha agora todas as provas de que necessitava da traição do seu marido, mas o motivo dos que denunciaram Darnley era publicitar a sua rixa de consequências sangrentas com ele, não admitir a culpa deles.

Maria mostrara extraordinária ousadia e presença de espírito durante a conspiração contra Rizzio. Mesmo no auge da crise, mantivera o sangue-frio. Os seus inimigos foram os primeiros a reconhecer que ela mostrara espantosa frieza. Se ela era uma vencedora, os principais vencidos eram Darnley, que Maria a partir daí desprezou para sempre, e os Douglas, que estavam em apuros. Isabel ficou furiosa quando os Douglas fugiram para o outro lado da fronteira. A conspiração deles falhara e Isabel renegou-os. Aconselhou Morton a encontrar «algum lugar fora do nosso reino» onde se pudesse esconder até a ira de Maria afrouxar ou ser ilibado por um julgamento legal. Ele partiu para os Países Baixos. Mas as cartas de Maria tinham-no precedido. Foi-lhe negada a entrada e regressou a Inglaterra daí a menos de um mês. Foi-lhe então ordenado «que se transportasse para algum lugar secreto ou então que deixasse o reino».

Quanto a lorde Ruthven, morreu em Newcastle seis meses depois de ser declarado fora da lei. No seu leito de morte, exclamou «que via o Paraíso aberto e uma grande companhia de anjos vindos para o levar». Como os seus dias já estavam contados antes da conspiração, o seu sacrifício pessoal foi limitado, mas a sua família perdeu as propriedades quando foi posto fora da lei.

No fim de Abril de 1566, Maria voltara a estar no controlo. O tema da sua política seria a reconciliação. Mas o efeito da conspiração contra Rizzio provaria ser corrosivo. A instabilidade e a loucura de Darnley tinham mostrado que, com amigos como ele, ninguém precisava de inimigos. Lennox estava furioso com o filho, que trouxera todos os seus planos dos últimos vinte anos à beira da catástrofe. Darnley podia ainda sobreviver contanto que Moray ficasse no exílio e não pudesse pôr as mãos naquele que tão o atraíra. A sua melhor hipótese era o bebé de Maria, que devia nascer em Junho. Uma vez que era o pai do herdeiro ao trono, podia considerar a possibilidade de organizar um regresso. Contudo, se o líder dos Douglas alguma vez regressasse à Escócia, a vida de Darnley estaria em perigo. Ao assassinar Rizzio, deixara sair o génio da lâmpada. Nada que pudesse jamais fazer voltaria a metê-lo lá dentro.

Capítulo 17

Reconciliação

Os esforços de Maria para reconciliar os seus lordes, com a única excepção dos co-conspiradores de Darnley, eram genuínos. Ao organizar esta nova fase de calma, foi ajudada por Castelnau, que reapareceu em Holyrood um mês após o assassinio de Rizzio e andou num vaivém constante entre esse lugar e Paris até ser enviado um embaixador francês residente para o substituir.

Castelnau conquistara o respeito de todos pela sua imparcialidade durante a Perseguição, o que fez dele o perfeito intermediário entre as facções nobres após a conspiração contra Rizzio, quando a dificuldade não era reconciliar os lordes com Maria mas reconciliar as facções uma com a outra. Mas no ponto mais alto da estima de Maria estavam Bothwell e Huntly. O crédito deles aumentou devido à inquestionável lealdade a ela. Nesse momento crítico do seu reinado, precisava de conselheiros em quem pudesse confiar, que pudessem actuar como contraste em relação ao resto dos lordes e ficar de olho em Darnley.

Até então, não havia nenhum sinal de romance entre Maria e Bothwell. Embora sentisse repugnância pelo recente comportamento de Darnley, Maria ainda se considerava casada. De qualquer modo, Bothwell encontrava-se indisponível. Quinze dias antes do homicídio de Rizzio, casara com a irmã de Huntly, *lady* Jean Gordon, pelos ritos protestantes em Holyrood, a que se seguira uma recepção em que Maria compareceu para homenagear os seus dois apoiantes mais leais e por puro respeito pela irmã de Bothwell, a viúva do seu meio-irmão preferido, lorde John de Coldingham. Maria adorava casamentos e vinha sempre aos das pessoas de que gostava ou que desejava honrar, trazendo um presente caro ou tendo pagado o vestido de noiva ou o banquete de casamento. Deu a Jean Gordon um lindíssimo vestido de noiva de tecido prateado forrado com tafetá branco e também pagou o banquete, um sumptuoso festim que foi seguido por justas e «corridas ao anel».

Desde que fora chamado de França, Bothwell fizera uma notável recuperação

política. Passara das margens para o centro dos acontecimentos, suscitando a inveja daqueles que eclipsara. Era o inimigo jurado de Moray. Maitland também o odiava. As relações entre eles atingiram o ponto mais baixo quando Bothwell ameaçou acossar o secretário de Estado caído em desgraça e matá-lo, devido ao seu envolvimento na conspiração contra Rizzio.

Sob os auspícios de Castelnau, essas rixas foram acalmadas ou apaziguadas. A única pessoa que contrariava as tentativas de Maria para pacificar o seu país era o marido dela. Quando ficou a par da dimensão total da traição dele e de Lennox para obter a «coroa matrimonial» nas suas costas, Maria baniu Lennox da corte. Darnley seria muito mais difícil de controlar, porque ela estava grávida e ele era o pai do bebé. Mal conseguia acreditar que o homem com quem se casara pudesse ter agido dessa maneira, conspirando com os lordes para assassinar o seu secretário particular e depois dissolvendo o Parlamento sem a consultar. Darnley até tivera o descaramento de continuar a negar o seu envolvimento depois dos seus co-conspiradores exilados terem enviado a Maria o seu compromisso aprovando o assassinio.

Darnley continuou a conspirar. Pouco depois da grande cerimónia de reconciliação organizada por Maria, escreveu cartas a Carlos IX e a Catarina de Médicis nas quais se auto-intitulava «rei da Escócia» e usou um sinete para selar as cartas que ostentava as armas reais. Afirmou solenemente a sua inocência no caso do assassinio de Rizzio e procurou cair nas boas graças de Carlos chamando-lhe «meu querido irmão». Não contente com isso, continuou a seguir a sua política católica apesar das promessas feitas aos co-conspiradores de restabelecer o acordo protestante. Escreveu a Filipe II e ao papa, queixando-se do estado do país, que afirmava estar «fora de ordem» porque a missa e a religião católica ainda não tinham sido restabelecidas. E isso, afirmou, era culpa de Maria.

Mais bizarros eram os seus planos para capturar Scarborough e as ilhas Scilly, ambas pertencendo à Inglaterra, mas separadas por centenas de quilómetros. Planeou tomar o castelo de Scarborough, uma fortaleza em ruínas na costa de Yorkshire, uns trezentos e vinte quilómetros equidistante de Londres e Edimburgo, onde navios descarregavam homens e abastecimentos no porto adjacente. Também estudou mapas das ilhas Scilly ao largo da ponta mais a sul da Cornualha, para as quais arriscou uma reivindicação ridícula encorajada por

um pequeno grupo de ilhéus descontentes e de pequena nobreza católica. As Scilly ficavam a novecentos e sessenta quilómetros de Edimburgo. Não tinham nenhuma ligação com a Escócia, mas Darnley sabia que tinham sido fortificadas no reinado de Eduardo VI, porque assinalara nos seus mapas as posições de diversos fortins abandonados e um forte – menos que meio acabado – com defesas de estilo italiano.

Darnley estava a preparar um plano desmiolado para invadir a Inglaterra fazendo desembarcar exércitos católicos vindos do continente no que acreditava serem locais estrategicamente importantes nas Ilhas Britânicas. Mas não dedicara nenhuma atenção a como, mesmo que um desembarque pudesse ser feito nas ilhas Scilly, essas tropas seriam depois transportadas para o interior. E se fossem desembarcadas tropas em Scarborough, como seriam abastecidas com comida e munições assim que iniciassem a sua marcha para onde Darnley achava que deviam ir?

Os espões de Cecil sabiam tudo sobre esses planos. Por muito imprudentes e implausíveis que fossem, tinham de ser levados a sério. A popularidade de Maria aumentara em Inglaterra com a notícia da sua gravidez, como ele sempre previra. Cecil nunca fora acanhado em recorrer a métodos clandestinos quando se tratava de Maria. A seguir tomou ao seu serviço um agente provocador, um tal Christopher Rokesby, que enviou sem conhecimento de Isabel – ela detestava esse tipo de homens – a fim de tentar aliciar Maria para um plano secreto e assim descobrir até onde ela poderia estar implicada nos esquemas de Darnley.

Rokesby entrou à sorrelfa na Escócia no mês de Maio, garantindo acesso a Maria fazendo-se passar por um católico leal fugindo à perseguição em Inglaterra e presenteando-a com uma escultura de marfim da crucificação de Cristo. Tendo conseguido a atenção dela, contou-lhe que muitos dos principais nobres católicos estavam fartos de Isabel e dispostos a depô-la, desde que Maria desse o seu consentimento a um golpe de Estado ou tentativa de assassinio. Exortou-a a dar-lhe algum sinal e deixou escapar os nomes desses principais proprietários de terras ingleses que se juntariam à revolta se lhes fosse mostrada prova do seu apoio.

Maria não se deixou enganar por isso. Estava agora no oitavo mês de gravidez e o seu bebé era esperado para breve. Ninguém sabia quando entraria na sua sala de parto ou quando a criança nasceria. Como o conhecimento médico da

ginecologia e da reprodução humana era muito superficial, até mesmo médicos qualificados supunham que os fetos femininos passavam mais tempo no útero do que os masculinos porque eram o sexo mais fraco, e, portanto, pensava-se que a duração de uma gravidez variava conforme os sexos. Mas Maria estava a aproximar-se do momento de dar à luz, permanecendo na cama a maior parte do dia e viajando só por curtas distâncias numa liteira puxada por um cavalo. E com as esperanças e receios do parto na prioridade dos seus pensamentos, estava demasiado ocupada para se envolver em conspirações. Estava também numa posição demasiado forte, com um herdeiro a caminho, para manchar o seu direito ao trono inglês com actividades dúbias. Podia ser ingénua e impulsiva, mas raramente era vingativa: apesar do seu duelo e conflitos furiosos com Isabel ao longo dos anos, ainda não tinha conspirado contra ela. Descartou Rokesby, que regressou a Inglaterra, onde começou a construir um *dossier* que parecia provar que ele era utilizado pelos nobres católicos da maneira que afirmara. Armado com esses documentos, atravessou a fronteira para tentar de novo.

Mas Maria estava um passo à frente dele. Mal Rokesby acabara de arrendar o seu alojamento em Edimburgo no dia do regresso quando foi detido e os seus papéis confiscados. Maria ficou feliz quando uma carta de Cecil incriminatória, em código, foi encontrada na posse de Rokesby. Depois de decifrada, estabelecia a culpa de Rokesby e mostrava que Cecil lhe propusera uma generosa recompensa se fosse bem-sucedido. O novo embaixador inglês na Escócia, Henry Killigrew, cunhado de Cecil, que fora enviado para substituir Randolph após a expulsão deste por ter financiado a segunda revolta de Moray na Perseguição, era a única pessoa a quem o primeiro-ministro de Isabel confidenciara a sua verdadeira relação com Rokesby. E Killigrew ficou chocado com a descoberta da carta. Escreveu para Cecil a fim de o avisar que se preparasse para as represálias de Maria.

Era um extraordinário, quase único, lapso de segurança de Cecil. Mas a mente de Maria estava concentrada no nascimento do seu filho. Esperando pelo seu momento certo, aguardou até lhe convir contra-atacar. Então enviou uma das muito poucas cartas que alguma vez escreveu a Cecil. «Desde a nossa primeira chegada ao nosso reino da Escócia», começou por dizer, «sempre tivemos uma boa opinião de vós, de que em todas as ocasiões háveis feito a função de um ministro fiel.» Maria disse que nunca duvidara dos motivos de Cecil até a sua

boa opinião ser abalada «pelos estranhos comportamentos de um inglês chamado Rokesby». Desde então, «comecei um pouco a suspender o nosso julgamento, até recebermos mais provas relacionadas».

A repreensão dada por Maria era tão digna como ponderada. Explicou que pedira a Robert Melville, seu agente em Londres, para discutir o caso Rokesby com Cecil. Ele relatou que Cecil não estava «nada alterado» em relação à sua anterior «boa inclinação» para com Maria, «da qual nem um pouco nos rejubilámos.» Incitou Cecil a «perseverar na manutenção da paz e das boas relações». Nesse sentido, sentia-se confiante em que ele faria «serviço aceitável» a Isabel. Isso era mais do que astuto. Era uma ameaça finamente velada, porque Maria – após as discretas investigações de Melville – sabia muito bem que Isabel devia estar furiosa por saber da utilização de um agente provocador por parte de Cecil.

A 3 de Junho de 1566 foi para o quarto de parto no Castelo de Edimburgo. Ainda temia pela sua segurança depois da conspiração contra Rizzio e insistiu que o conde de Argyll, em quem confiava que defenderia a monarquia escocesa até à sua última gota de sangue, apesar das suas rixas com ela e com a mãe dela, se instalasse no quarto ao lado e ficasse lá de noite e de dia. O filho dela, o príncipe Jaime, nasceu entre as dez e as onze da manhã de quarta-feira, 19. Foi um parto longo e difícil. E, no entanto, Maria não perdeu o sentido de humor, gritando pelo meio que se soubesse como iria ser doloroso nem se teria casado.

O bebé, quando por fim nasceu, encontrava-se de excelente saúde. Maria estava exausta, mas triunfante. Tinha gerado um herdeiro legítimo e assegurara a sucessão ao trono no seu país, o que era suposto que as mulheres governantes fizessem. Tudo isso reforçava a sua autoridade junto de Isabel, que fez beicinho e amou quando soube dessa notícia. Os canhões do Castelo de Edimburgo foram disparados para celebrar o nascimento, e houve júbilo espontâneo nas ruas da cidade. Foram acesas umas quinhentas fogueiras só na cidade e subúrbios.

Killigrew visitou Maria no seu quarto de parto dois dias mais tarde. Depois de lhe dar os parabéns por um parto seguro, ela agradeceu-lhe, mas pediu delicadamente para ser dispensada de uma entrevista mais longa. Ainda estava de cama e incomodada com dores nos peitos. Falou com voz muito fraca por causa da sua extrema debilidade física, a sua voz interrompida por uma tosse seca. Killigrew foi levado ao quarto das crianças para ver o bebé. Jaime era –

disse ele numa frase que fazia lembrar o que o seu antecessor, Sadler, também dissera, quando pela primeira vez admirou Maria em bebé – «uma criança muito bem-parecida.» Primeiro observou-o «a mamar da sua ama», Margaret Little, e depois viu-o «quase nu, isto é, a sua cabeça, pés e mãos, tudo a meu juízo bem proporcionado e parecendo provar ser um formoso príncipe».

O parto era uma hipótese arriscada, perigosa, no século XVI e as mulheres preparavam-se para o pior. A 9 de Junho, Maria convocara os seus lordes para ouvirem ler o seu testamento. Três cópias dele deviam ser feitas: uma delas enviou-a aos seus parentes Guise, outra reteve-a para si, uma terceira, assinou-a e selou-a e deu-a aos que seriam regentes se ela morresse. Nenhuma das cópias chegou até nós. A nossa única informação acerca disso é que a regência foi investida numa comissão. Ou Darnley não foi incluído, ou então (mais provavelmente) estava lá, mas contrabalançado por dois regentes independentes, um deles lorde Erskine, um protestante moderado, e o capitão do Castelo de Edimburgo, que Maria promoveu a conde de Mar. O outro foi o conde de Argyll, já reabilitado. Mais tarde, os inimigos de Maria afirmaram que ela tinha nomeado Bothwell para ser regente, o que era falso. Por muito que o conde espadachim da fronteira tivesse subido na estima dela, ainda era uma figura controversa cujo temperamento violento e gosto por duelos o tornou menos qualificado do que Mar e Argyll para proteger os interesses da família de Maria e a monarquia. Mas Mar e Argyll eram ofensivos para Darnley. Ele estava furioso: os termos do testamento de Maria causaram um ressentimento latente entre os Lennox. Killigrew supôs que o gosto deles pelas conspirações só podia ser mais estimulado.

Havia um apêndice do testamento, um inventário testamentário das jóias de Maria, que chegou até nós. Tinha dezasseis folhas gastas e danificadas pela água, listando 250 lotes, ao lado dos quais há notas marginais indicando os nomes daqueles a quem certos lotes seriam dados. As listas foram compiladas por Mary Livingston, uma das quatro Marias responsável pelas jóias da rainha, e Margaret Carwood, a sua criada de quarto preferida. As anotações marginais foram feitas por Maria. A sua caligrafia é desmazelada, mesmo para ela. Queixou-se muitas vezes de câibras durante as últimas semanas da gravidez, embora a sua caligrafia desde a adolescência descambasse cada vez mais para rabiscos.

Maria garatujou uma anotação segundo a qual as suas doações deviam ter efeito se ela e o seu bebé morressem. Sabia que podia estar perto da morte; a sua caligrafia podia ser uma indicação do seu estado mental e físico. O inventário mostra onde estavam os seus pensamentos, porque não eram os nobres escoceses ou mesmo o seu marido que dominavam as listas de beneficiários, mas sim a sua família Guise. Embora tivesse regressado à Escócia há quase cinco anos e se devesse ter sentido muitas vezes sozinha, nunca esqueceria os seus laços franceses. Até mesmo um bilhete escrevinhado vindo de França deu-lhe prazer mais tarde na vida, e recebia cartas da sua família que lhe traziam lágrimas de alegria aos olhos. Das menos de sessenta pessoas nomeadas como beneficiárias, catorze eram membros da família Guise. Encontravam-se num escalão superior na sua mente, listados logo a seguir aos legados dela feitos à coroa escocesa, e ficando com a parte de leão das jóias mais preciosas e mais belas. Um dos lotes, uma magnífica colecção de rubis, pérolas, pregadeiras, colares, correntes de ouro, brincos e um cinto com fivela de ouro e guarnecido com pedras preciosas, deveria ser transmitido ao longo das gerações da família para sempre.

Depois dos Guise vinham os parentes escoceses de Maria e as quatro Marias e suas famílias. Meia dúzia das suas relações estavam listadas, com preferência para as mulheres e crianças: primeiro a condessa de Argyll, depois a esposa e a filha mais velha de Moray, depois Francis, o filho órfão de lorde John de Coldingham, de quem Maria era madrinha. As quatro Marias receberiam doações menos caras, mas mais íntimas, que eram um sinal do amor da sua ex-companheira de brincadeiras.

Maria fez doações generosas às suas damas de companhia, aos parentes vivos das quatro Marias e às suas criadas de quarto. A Margaret Carwood seria deixado um dos seus retratos em miniatura enquadrado com diamantes e uma caixinha de prata, talvez o célebre cofre marcado com o monograma de Francisco II, no qual os inimigos da rainha mais tarde disseram ter encontrado as suas cartas mais incriminatórias.

Darnley aparecia na lista, mas não era beneficiado. Deveria receber no máximo vinte e seis objectos, ostensivamente um décimo do inventário, dependendo de como as anotações de Maria são interpretadas. Mas na realidade eram muito menos. Os seus legados tendiam a ser objectos específicos e não as colecções inteiras de jóias deixadas à família Guise dela: por exemplo, um relógio

ornamentado com diamantes e rubis, ou um anel de diamante esmaltado em vermelho. Acerca do anel, Maria escreveu: «Foi com este que fui casada; deixo-o ao rei que mo deu.» O seu comentário conciso é bem significativo da sua avassaladora sensação de desapontamento que lhe dera o marido. Uma análise cuidadosa das doações de Darnley sugere que muito poucos objectos, se é que algum, eram legados, além de devoluções de presentes que ele e o pai, Lennox, lhe tinham dado.

Os nobres, chefiados por Moray, Argyll, Atholl e Mar, teriam muito menos legados, confirmando até que ponto Maria viu o seu testamento como um assunto de família. O nome de Maitland foi omitido, ainda estava em desgraça, mas os de Bothwell e Huntly foram incluídos. Bothwell receberia uma jóia ornamental contendo um diamante num engaste de esmalte negro e uma pregadeira com a figura de um veado fixado com onze diamantes e um rubi. Muito foi dito destes legados putativos após a abdicação forçada de Maria, mas em 1566 foram considerados banais. Longe de ganhar um tratamento especial, Bothwell assumiu o seu lugar habitual na lista dos conselheiros privados. Moray e Mar estavam ambos à sua frente e nenhum excessivo favor foi mostrado. Na verdade, tendo em vista a sua firme lealdade a Maria e à mãe dela, a admiração não é quanto, mas quão pouco iria receber pelo testamento de Maria se ela tivesse morrido no parto.

A saúde de Maria ficou frágil depois do parto. Necessitava de repouso e em Julho e no início de Agosto foi de férias. O seu refúgio foi Alloa, em Clackmannshire, um lugar sossegado e pitoresco que ficava apenas a uma curta viagem de barco ao longo do estuário de Forth, a partir de Edimburgo. Foi hóspede do conde de Mar e acompanhada por Moray e Bothwell. Castelnau, cujas instruções de Catarina de Médicis eram as de reconciliar Darnley com Maria, também chegou lá. Tinha pela frente uma tarefa muito complicada. As relações entre o casal estavam a cair a pique. Havia o rumor de uma separação no fim de Abril, com Darnley a ameaçar por duas vezes partir e ir viver nos Países Baixos.

Quando Maria se estava a preparar para entrar em trabalho de parto, o casal acordara fazer uma trégua nominal. Agora isso implodiu. Darnley chegou a Alloa sozinho, ficando apenas algumas horas. Castelnau mal conseguiu falar com ele. Compilando um relatório para Cecil em 3 de Agosto, o conde de

Bedford escreveu: «A rainha e seu marido concordaram em seguir o comportamento anterior, ou sem dúvida pior.» Maria raramente comeu com Darnley e nunca dormiu «nem manteve nenhuma companhia com ele» (eufemismo para relação sexual) «nem ama tanto como o amou». O rei e a rainha tinham já vidas separadas e em Alloa a desavença deles intensificou-se. Maria até o insultou com palavrões. Usou palavras, disse Bedford com cautela, que «não podem por uma questão de modéstia nem pela honra de uma rainha ser relatadas».

No seu caminho através da Inglaterra, numa das suas viagens de regresso a Paris, Castelnau assegurou a Bedford que Maria e Darnley estavam reconciliados. Isso era uma esperança vã ou então um estratagema para enganar os ingleses. Bedford tinha os seus espiões e estava bem ciente do ciúme e da paranóia de Darnley. «Ele não consegue suportar», escreveu uma das suas fontes, «que a rainha use de familiaridade seja com homens seja com mulheres, e com as damas de Argyll, Moray e Mar.» Toda a atenção de Maria tinha de estar posta nele, ou então tinha um ataque de fúria.

Eram as pequenas coisas que causavam a maior parte dos problemas. Maria adorava cães, e quando *sir* James Melville deu a Darnley um belo *water spaniel* que enviou de Inglaterra, Maria teve um ataque de despeito. Repreendeu o seu fiel Melville, chamando-lhe «hipócrita» e «bajulador». Ela também adorava *spaniels* e sentia ciúmes porque o cão não lhe fora oferecido primeiro. «Como posso confiar em vós se podeis dar algo assim a alguém que odeio?», perguntou-lhe.

Em meados de Agosto, Maria mudara-se para Peeblesshire, onde ia caçar veados nas colinas perto do rio de Megget. Moray, Mar e Bothwell estavam com ela, enquanto Darnley fazia aparições esporádicas. Então, no dia 22, Maria interrompeu as suas férias. Algo acontecera que a fez detectar o perigo e trouxe de volta todos os receios que sentira desde a conspiração contra Rizzio. Regressou de repente a Holyrood durante dois dias. Até então, o príncipe Jaime ficara com a sua ama no Castelo de Edimburgo, aos cuidados de Mar e da esposa deste. Maria acreditava que ele estava prestes a ser raptado e decidiu mudá-lo para a maior segurança do Castelo de Stirling, a fortaleza no rochedo para onde a sua mãe a levava outrora.

Receava que Darnley pudesse tentar raptar Jaime, porque sabia que o nascimento do seu filho alterara o equilíbrio de poderes. Reforçara a sua autoridade, pelo menos a curto prazo. Ela tinha gerado um herdeiro e estabelecera a sucessão na Escócia. A chegada de um herdeiro também a tornou menos dependente dos nobres do que antes. Mas também a tornou mais vulnerável a longo prazo, porque se Darnley ou os lordes optassem por atacá-la, podiam apoderar-se do herdeiro do trono e nomear um regente para governar durante a menoridade deste, desse modo dando poder a eles mesmos durante quinze ou vinte anos. Não querendo correr riscos, Maria reuniu uma força de quinhentos mosqueteiros, que rodearam a liteira do príncipe Jaime enquanto era trazido de Edimburgo para Stirling. Deixou o filho aos cuidados de Mar e da sua esposa. Quando chegaram em segurança a Stirling, Maria regressou a Perthshire, onde prosseguiu as férias. Agora que Jaime se encontrava bem protegido, até se sentiu capaz de passar o resto das férias a caçar e a praticar falcoaria com o seu pérfido marido. Estava a manter as aparências. Na última semana de Agosto estiveram em Glenartney, uma floresta repleta de veados vermelhos, nas vizinhanças de Loch Earn. Daí, mudaram-se para o Castelo de Drummond, perto de Crieff, e depois regressaram a Stirling.

No início de Setembro, Maria sentia-se mais descontráida. Até cedeu aos apelos de Moray e Atholl e permitiu que Maitland reocupasse a sua antiga posição como seu secretário. Ele chegou no dia 4 e no dia seguinte Maria jantou com ele a sós. Maitland declarou a sua humilde submissão, após o que Maria regressou a Edimburgo. Maitland recebeu ordens para aparecer lá no dia 11, onde pouco depois se reconciliou com Bothwell. Até que ponto essa reconciliação era sincera, é algo discutível, mas, como Maitland escreveu a Cecil, estava de volta à corte e mais uma vez manejando as alavancas.

Contudo, Darnley estava furioso. Maria, acreditava, estava a reconciliar os lordes para criar um consenso contra ele. Não havia nenhum motivo para ele pensar assim. Tudo o que Maria estava a fazer era tentar restabelecer a ordem e a harmonia entre as facções rivais após a convulsão da conspiração contra Rizzio. Mas Darnley era teimoso. Quando ela regressou a Stirling para o trazer de volta para Edimburgo. Darnley recusou-se a partir. Estava a comportar-se mal e desavergonhadamente mesmo perante o novo embaixador francês residente,

Philibert du Croc, que agora fora enviado para a Escócia a fim de substituir Castelnau.

Então Darnley fez um anúncio chocante. Tencionava separar-se de Maria e ir viver para o estrangeiro. Fez essa declaração no que Du Croc chamou «um ataque de desespero». A sua tirada trouxe questões à tona. Maria «pegou-lhe na mão e suplicou-lhe pelo amor de Deus que declarasse se ela lhe dera qualquer motivo para essa resolução, e rogou-lhe que se manifestasse e que não a poupasse». Mas Darnley empurrou-a para o lado. Até mesmo os lordes ficaram horrorizados com isso. Também eles o queriam manter na Escócia, uma vez que, além da desonra que faria a Maria por deixá-la, era evidente que Darnley conspirando no estrangeiro podia ser ainda mais perigoso do que conspirar ali.

Du Croc ficou desnorteado com essa discussão em público. Nunca tinha visto nada assim, em especial quando Darnley admitiu que não tinha nenhum motivo específico de queixa além de uma sensação de ultraje de não ser reconhecido como rei. O que o magoava era a recusa de Maria de o coroar. Apesar de inúmeras tentativas para o acalmar, recusou-se a ficar calado. Por fim, saiu da sala, dizendo a Maria:

– Adeus, minha Senhora, não vereis a minha cara durante muito tempo – e aos lordes: – Senhores, adeus.

Maria regressou a Edimburgo. Quando Darnley chegou aos portões de Holyrood uma semana depois, insistindo que os conselheiros dela tinham de ser expulsos antes de ele se dignar a entrar, foi arrastado para dentro pela sua esposa. Maria passou a maior parte da noite tentando meter algum juízo na cabeça dele, e quando fracassou, o Conselho Privado foi convocado enquanto testemunha independente. Pediram então a Darnley para explicar de que se queixava, e quando se mostrou incapaz de dar qualquer resposta credível, mas continuou a pedir a separação de Maria, o Conselho Privado escreveu oficialmente a Catarina de Médicis para estabelecer um registo da insanidade dele e para procurar cooperação francesa no caso de ele tentar criar uma corte real no exílio.

Depois a saúde de Maria foi-se abaixo. Aconteceu quando ela estava em Jedburgh, perto da fronteira inglesa. Fora sempre sua intenção ir até lá e presidir à sua Justice Ayre, um circuito judicial ou tribunal itinerante que lidava com casos de crime e pequenos delitos, passando mais ou menos uma semana em cada localidade. O circuito, que incluía Teviotdale e Liddesdale, tinha sido adiado

por causa da última colheita, mas devia começar a 8 de Outubro. Bothwell, dentro de cuja jurisdição caíam essas zonas enquanto tenente das fronteiras, deixou Edimburgo no dia 6 para preparar a chegada da rainha.

Darnley, que ainda ameaçava partir e viver no estrangeiro, recusou-se a acompanhar Maria. Mas Moray, Argyll, Maitland, Atholl e Hutly encontravam-se entre os cerca de quarenta que a seguiram. Mal tinha passado por Borthwick, uns dezassete quilómetros a sudeste de Edimburgo, quando Maria soube que Bothwell fora emboscado pelos seus velhos inimigos, os Elliot de Liddesdale, que eram conhecidos pelo seu banditismo em toda essa região de difícil território fronteiriço.

Disse-se que Bothwell morrera, depois foi confirmado que estava vivo, mas ferido com gravidade com golpes de espada no corpo, cabeça e mão. Foi arrastado num trenó para Hermitage, a sua cidadela próxima no vale do rio Hermitage, onde ficou de cama em estado crítico. Maria foi lá visitá-lo, mas só depois de passada outra semana. Os factos são identificados nos relatórios enviados a Cecil por lorde Scrope e *sir* John Forster, os funcionários ingleses que seguiam de perto esses acontecimentos a partir dos seus respectivos pontos de vantagem de Carlisle e Berwick. Uma vez que, como todos os ingleses, odiavam Bothwell, é improvável que tenham passado um véu por cima de quaisquer das transgressões.

Segundo os relatos deles, Maria foi ao Hermitage, mas não assim que chegou a Jedburgh. Primeiro dirigiu a Justice Ayre da maneira habitual, o que durou uma semana. Só depois do tribunal ter encerrado as suas sessões no dia 15 foi visitar Bothwell. Estava preocupada com os seus ferimentos: afinal, ele era um dos seus conselheiros privados mais leais. E havia talvez outra razão. Bothwell, o seu tenente das fronteiras com uma comissão de serviço para subjugar os «cavaleiros» e bandidos da região, devia iniciar uma nova sessão do Justice Ayre em Liddesdale no dia 16 e Maria pode ter planeado assistir. Nem viajou para casa de Bothwell sozinha. Contrariamente a calúnias posteriores, foi acompanhada por Moray e por todos os principais cortesãos. Talvez tivessem intenção de pernoitar no Hermitage? Se era esse o caso, mudaram de ideias. Ficaram lá apenas duas horas e depois regressaram a Jedburgh no mesmo dia. A viagem foi de menos de cinquenta quilómetros nos dois sentidos, atravessando território difícil e usando os caminhos mais directos. Isso parece espantoso, até

nos apercebermos de que sessenta e cinco quilómetros era considerado um dia normal de viagem a cavalo. Uma viagem de ida e volta de oitenta quilómetros estava acima da norma, mas não era nada de invulgar. Quase cem quilómetros era um exagero, mas possível de se fazer com bom tempo.

A viagem de Maria foi no dia 15 ou 16, conforme aceitarmos a data de Scrope ou a de Foster. Então, no dia 17, ela sentiu-se perigosamente doente. Alguns dias antes, tinha-se queixado de «má disposição». Quando desabou, estava em agonia da dor no lado esquerdo. Vomitou sangue várias vezes, e depois perdeu a consciência. Em menos de dois dias sofria convulsões e perdera a capacidade de falar. No dia seguinte, perdeu a visão. No dia 24 já tinha melhorado, mas sofreu uma recaída no dia seguinte. No auge da crise ficou como morta durante meia hora: «olhos fechados, boca fechada e pés e mãos rígidos e frios».

Foi salva pelo seu cirurgião francês Charles Nau, do qual se dizia ser «um perfeito homem do seu ofício.» Enfaixou-lhe os dedos grandes dos pés, as pernas desde os tornozelos para cima e depois os braços, muito apertados. Massajou-lhe todos os membros. Depois disso, abriu-lhe a boca à força e despejou vinho pela garganta abaixo. Também lhe administrou um clister. Isso provocou-lhe vômitos e diarreia, permitindo-lhe descarregar um grande resíduo de sangue velho. Em menos de três horas, Maria recuperou a visão e a fala, e começou a suar. Foi uma grande exibição do seu cirurgião: nenhum tratamento melhor lhe poderia ter sido dado, à falta de uma transfusão de sangue.

Fosse qual fosse a doença exacta de Maria, não podia ter sido porfiria aguda intermitente ou qualquer outro tipo de porfiria. Ela sofrera uma grave hemorragia interna e choque hemorrágico – sintomas que não têm nenhuma ligação com porfiria. É possível que tivesse mais do que uma doença, mas o diagnóstico óbvio é uma úlcera gástrica que rebentou após o esforço da longa cavalgada e a ansiedade associada com a traição de Darnley⁴.

Os lordes não tinham nenhum interesse nas causas médicas da doença de Maria, mas estavam alarmados pelo seu estado de saúde. Com Darnley à solta, não lhes apetecia uma mudança de regime. Previam anarquia se a sua rainha morresse e por enquanto queriam mantê-la no trono. Embora as facções na Escócia estivessem sempre interessadas nos potenciais benefícios de uma longa menoridade do rei, ainda não estavam preparadas para uma regência que seria

sempre disputada até a ambiguidade da posição de Darnley enquanto rei não coroado ser resolvida.

Esses receios concentraram as suas mentes nas vantagens da governação de Maria enquanto estava viva. Ignorando a conduta deles, culparam Darnley pelo esgotamento dela. O comportamento deste levava-a ao limite. Explicando o dilema deles ao embaixador escocês em Paris, Maitland resumiu o caso desta maneira: «Ela fez-lhe tão grande honra... e ele pelo outro lado recompensou-a com tanta ingratidão, comportou-se tão mal com ela, que é um desgosto para ela pensar que ele devia ser seu marido, e como libertar-se dele não vê solução.» Tal como no início da conspiração contra Rizzio, Maitland estava a sugerir a solução para um problema que Maria ainda não tinha definido. Até então, Maria estava a tentar viver com as consequências do seu casamento, mantendo as aparências e ponderando as vantagens de um herdeiro legítimo face às desvantagens de Darnley. Mas os lordes, incluindo Bothwell, viam as coisas de uma maneira diferente. Se eliminassem Darnley, estariam a fazer um favor a todos. Enquanto o ano de 1566 caminhava para o fim, parecia que Darnley, com a sua obsessão maníaca por ser coroado rei e o seu anseio de ser famoso na Europa católica por restabelecer a missa, era um problema insolúvel para todos menos para a família. Seria conveniente perdê-lo. Não havia nada a seu favor, desde que servira o seu propósito gerando um herdeiro. A sua conduta era intolerável, era politicamente dispensável. Nem se preocupara em visitar Maria em Jedburgh até estar quase recuperada. E mesmo então só ficou uma noite, regressando no dia seguinte à fortaleza de Lennox em Glasgow.

Bothwell esteve em Jedburg uma semana antes dele, transportado numa liteira puxada por cavalo, de volta para o seu alojamento. Encontrava-se bem para tomar lugar no Conselho Privado e em menos de uma semana já estava a «convalescer bem». Fazia parte da comitiva de Maria em 9 de Novembro, quando ela deixou Jedburgh para iniciar uma visita real através de Berwickshire e East Lothian. O seu papel era exercer a função de tenente das fronteiras, o que executou sem contratempos ou riscos. A visita terminou no dia 20, quando Maria e o Conselho Privado chegaram ao Castelo de Craigmillar, uns cinco quilómetros a sul de Edimburgo, onde ficaram quase quinze dias.

Mal estava há uma semana em Craigmillar, quando Maria ficou outra vez doente. Foi a segunda vez na vida dela em que disse ter estado à beira da morte

ou em que desejou estar morta. A primeira foi quando foi atingida pela doença viral conhecida como o «suor» com catorze anos e meio. Em Jedburgh, esteve à beira da morte, mas o seu desfalecimento foi tão repentino que ela foi incapaz de pensar muito nisso. Agora estava a aperceber-se de como tinha escapado por pouco. Segundo Du Croc, que foi testemunha ocular, «ela está nas mãos dos médicos, e asseguro-vos que não está nada bem. Creio que a parte principal da sua doença consiste numa dor e tristeza profunda.» Estava incapaz de se livrar desse estado de espírito. «Continua a repetir estas palavras: “Podia desejar estar morta.”»

«Sabeis muito bem», continuou Du Croc, «que a ofensa que recebeu é grande, e Sua Majestade nunca a esquecerá.» Lenta, mas a verdade veio a público. Havia algo mais que contribuía para a sua depressão do que estar a viver uma situação perigosa. Darnley fizera-lhe uma visita. Houve mais discussões. «As coisas estão a ir de mal a pior... Não espero, depois de ouvir diversos relatos, qualquer bom entendimento entre eles.» Havia dois imensos obstáculos a uma reconciliação. «O primeiro é que o rei nunca se humilhará como devia. O outro é que a rainha nunca tolerará que algum dos lordes fale com o rei sem suspeitar de uma conspiração entre eles.»

Mas se Du Croc estava a matutar sobre as deficiências de Darnley, o colapso de Maria em Jedburgh pôs uma reconciliação de um tipo bastante diferente ao seu alcance. Quando viu a mortalidade à sua frente, decidiu que, se não conseguisse recuperar, então «a especial preocupação da protecção do nosso filho» seria dada a Isabel, que viria a estimar o príncipe Jaime como filho. Era agora bastante óbvio que Isabel não tencionava casar e nesse caso Maria podia proteger melhor a vida do seu filho e os direitos dinásticos na Escócia e na Inglaterra fazendo esse gesto extraordinário. Ela sabia que, apesar dos seus anteriores duelos, Isabel respeitaria sempre o ideal da monarquia e daria precedência aos direitos hereditários em relação às divergências religiosas. Em Inglaterra, Jaime seria educado como protestantes, e nesse caso as suas perspectivas em ambos os países seriam inigualáveis.

Foi enviada uma mensagem a Inglaterra e Isabel retribuiu. A sua resposta, transmitida a Maria através de Robert Melville, não chegou até nós, mas em 18 de Novembro, durante as últimas etapas da visita em East Lothian, Maria citou-a. Ela escreveu uma carta ao Conselho Privado inglês, expressando os seus

agradecimentos pelas «boas ofertas» que recebera da sua «querida irmã», a que se propunha dar seguimento sem demora.

Ainda que feita no impulso do momento, a proposta de Maria para tornar Isabel «protectora» do seu filho era um golpe de mestre. Era lisonjeira o suficiente para atrair a rainha inglesa e, no entanto, bastante enigmática para colocar uma ameaça directa aos lordes escoceses, visto que uma «protectora» no sentido entendido por Maria não era o mesmo que «governadora» ou «regente» para o qual ela tinha tomado providencias no seu testamento. E isso mantinha Darnley fora da jogada. O resultado era a perspectiva de um novo acordo dando substância genuína aos laços de parentesco entre as duas rainhas britânicas. Esses laços tinham sempre sustentado a retórica delas, mas até então não tinham dado em nada. Como Maria uma vez exclamou, eram apenas palavras vazias! O seu gesto mais recente permitia-lhe fazer o papel da «irmã natural» ou «filha» junto de Isabel com verdadeira convicção. Confiara o filho à «protecção» de Isabel. Embora não tivesse morrido em Jedburgh, isso não significava que não pudesse esperar beneficiar do súbito degelo nas suas relações. Quando a sua prima respondeu com as suas «boas ofertas», o caminho ficou aberto para uma nova ronda diplomática em que Maria esperava assegurar o reconhecimento da sua pretensão à sucessão inglesa.

Isabel estava disposta a chegar a um compromisso. Por uma vez, tomou a sua decisão sem os entraves das intervenções de Cecil. Este andava já há algum tempo a pressioná-la para casar com o arquiduque Carlos, e o Parlamento inglês fora convocado após um intervalo de três anos e meio. Numa série de acalorados debates e acordos de bastidores, o Parlamento andava a pedir-lhe em vão que casasse e assegurasse a sucessão no seu país tal como Maria fizera com tanto êxito no dela. Aconselhada por Robert Melville, que se encontrava em Londres, Maria sabia como e quando fazer a sua jogada.

Isabel ressentiu-se amargamente com a pressão dos seus conselheiros. Virou primeiro a sua raiva para uma delegação de lordes e a seguir para uma comissão das duas Câmaras por discutirem o que ele via como seus assentos pessoais. As suas «boas ofertas» para Maria chegaram pouco tempo depois da crise relacionada com os debates no Parlamento. Num momento irascível, talvez entendido apenas por Cecil, Isabel protestou contra as «práticas indignas» dos

que tinham andado a fazer pressão. Virou-se para a sua solução, negociando ao nível de rainha a rainha.

As suas condições eram simples. Retiraria a sua exigência de que Maria ratificasse o tratado original de Edimburgo. Em vez disso, um novo «tratado de perpétuas relações de amizade» seria negociado. Isso deixaria a paz intacta, mas eliminaria todas as cláusulas prejudiciais para a honra de Maria. «A nossa intenção», disse Isabel, «é requerer nada que seja confirmado nesse tratado, mas o que se refira a nós e aos nossos filhos, omitindo tudo nesse tratado que possa ser prejudicial ao título dela como herdeira seguinte depois de nós e dos nossos filhos, o que lhe pode ser garantido por um novo tratado entre nós.»

Isabel estava disposta a reconhecer os direitos de Maria como sua sucessora natural. Em troca, esses direitos seriam definidos e restringidos. Se Isabel casasse e tivesse filhos, o direito de Maria prescreveria. E para eliminar a ameaça de uma tentativa de usurpação, um «compromisso» ou «contrato recíproco» seria assinado. Isso forneceria garantias mútuas segundo as quais cada uma das partes reconheceria a outra como sendo uma rainha governante legítima e nenhuma delas faria fosse o que fosse para prejudicar a outra. Como Isabel explicou, «este modo de proceder é a maneira de evitar todas as invejas e dificuldades entre nós, e a única maneira de assegurar as relações de amizade».

Isabel ganharia com essas condições. Significavam que Maria ratificaria a substância, senão mesmo a forma, do tratado de Edimburgo, desse modo atando as pontas soltas dos últimos cinco anos e garantindo a segurança de Isabel. Mas para Maria a oferta era ainda um avanço. Deve-se ter sentido exultante. É verdade que as concessões eram quase idênticas (como não hesitou em salientar) às do «meio caminho» proposto cinco anos antes. Um acordo concebido dessa forma podia ser aceite do lado de Maria em quase qualquer altura desde o seu regresso de França. O que importava era que as condições estavam agora em negociação. Mas Maria tinha lido as letras pequenas. Para validar a sua reivindicação dinástica, o obstáculo do testamento de Henrique VIII mantinha-se. O testamento excluía a linhagem Stuart da sucessão, especificando que, se Isabel morresse sem filhos, então a descendência da irmã mais nova de Henrique VIII, Mary Douglas, duquesa de Suffolk, herdaria o trono.

Maria chamou Robert Melville de volta para a aconselhar. Ela sabia que o seu trunfo era garantir um exame judicial do testamento de Henrique VIII, cuja

validade tinha sido contestada. Pelo Terceiro Decreto de Sucessão, aprovado em 1544, o Parlamento tinha autorizado Henrique a estabelecer a sucessão pela sua «última vontade e testamento assinado pela mão do rei». Se ele tinha ou não assinado, era questionado. Embora o testamento estivesse «assinado», não o fora provavelmente com a mão do rei, mas com um carimbo, um meio usado por Henrique nos últimos meses do seu reinado. Quando esse carimbo foi usado para assinar documentos, uma impressão da assinatura do rei era feita no papel e a assinatura passada a tinta por um escrivão. Essa actuação pretendia poupar a um cada vez mais impaciente Henrique o incómodo de assinar papéis oficiais. Mas o testamento não era um documento normal: era um instrumento legal único, o qual, pelos termos do Decreto de Sucessão, devia ser assinado pelo rei em pessoa. Portanto, o argumento de Maria era plausível. O testamento de Henrique VIII está registado até hoje no registo oficial de documentos assinados «por carimbo». E a alegação dela de que as testemunhas e o carimbo eram «fingidos», querendo dizer que foram apostos quando o rei estava já morto ou inconsciente, é também credível, embora não provada. Nem Isabel era insensível a esse argumento. Nunca colocara demasiado crédito no testamento do seu pai, razão pela qual sempre preferira a reivindicação de Maria à das restantes irmãs Grey, cada uma das quais fez casamentos clandestinos.

A 3 de Janeiro de 1567, Maria escreveu para dizer que aceitava a oferta da sua «querida irmã», sujeita a um exame judicial do testamento de Henrique VIII. Uma vez que Isabel era conhecida por estar pronta a dissolver o Parlamento, e na verdade fizera isso mesmo no dia 2, esse exame deveria ter lugar com urgência. Após mais uma frustrante troca de cartas, tudo foi acordado. Esse iria ser o acordo com que Maria sempre sonhara. A 8 de Fevereiro, ordenou a Melville que regressasse a Londres. A sua saúde encontrava-se em recuperação e ela estava feliz e entusiasmada com a perspectiva do novo tratado.

Então, às duas da manhã de 10 de Fevereiro, enquanto Melville ainda estava a fazer as malas, Darnley foi assassinado. A partir do momento em que a notícia chegou a Londres, a reconciliação de Maria com Isabel tornou-se letra morta. Quando Melville chegou a Londres, no dia 19, Cecil recusou-se a deixá-lo entrar na sua casa. Não houve mais conversações entre Maria e Isabel. Não haveria nenhum exame judicial do testamento de Henrique VIII.

O tema do Outono e Inverno de 1566-67 era a reconciliação e, no entanto, num chocante acto de terrorismo, o rei da Escócia e dois dos seus servidores pessoais foram assassinados. A perspectiva de um acordo dinástico entre as duas rainhas britânicas não é prova de que Maria não desempenhou nenhum papel nisso ou que não teve conhecimento prévio do assassinio. Mas torna-o improvável. Nada pode ser provado com provas circunstanciais. Contudo, cria um novo contexto convincente para uma nova investigação do homicídio de Darnley, obrigando-nos a tomar em consideração os verdadeiros factos da primeira conspiração da pólvora britânica.

⁴ Maria tinha acabado de se refazer após o parto, mas as suas acções resolutas para proteger o filho do rapto sugerem que não estava a sofrer de complicações pós-parto.

Capítulo 18

Conspiração e contraconspiração

O homicídio de Darnley envolveu três elementos distintos: uma conspiração, um crime e um encobrimento. Parte da fascinação deste assassinio misterioso tem sido sempre desemaranhar o montão de provas quase desconcertantes que o rodeiam. Há tantas acusações ou desmentidos como há actores no drama. Num debate que dura há mais de quatrocentos anos, ninguém deu uma explicação satisfatória do que aconteceu nessa noite ou porquê. Os factos mais básicos ainda são contestados, como quem matou Darnley, onde morreu, por que foi decidido matá-lo numa conspiração da pólvora na casa onde se encontrava e, contudo, foi estrangulado num jardim vizinho depois de saltar um muro às duas da manhã agarrando uma cadeira.

Visto que não existe nenhum relatório imparcial, todos os relatos da morte de Darnley têm de ser em parte hipotéticos. Além disso, o quem, onde e porquê desta equação têm sido confusos. Os factos do homicídio enquanto reinventados depois pelos ansiosos por lançar os holofotes sobre outros têm sido baralhados com os da conspiração e do crime. Para organizar o encobrimento, os factos foram misturados com ficção, criando novas histórias, cada uma delas com a sua lógica interna. Essas histórias não são os verdadeiros factos dos acontecimentos que se propõem descrever e, no entanto, serão importantes para nós, porque nos falam sobre os motivos dos que tentaram esconder os seus actos ou culpar outros por eles. Por fim, as histórias acerca da morte de Darnley assumiram vida própria.

Mas primeiro temos de examinar a conspiração. Precisamos de entender como foi possível que o marido de Maria acabasse por ficar alojado não nos seus aposentos habituais em Holyrood, mas numa casa emprestada nos arredores a sul de Edimburgo, as suas caves minadas com pólvora. Parece simples, mas há diversas camadas neste enigma.

A mais básica é arquivística. Os documentos essenciais para o homicídio de

Darnley são todos ingleses, apresentando problemas de parcialidade e selectividade. Mas neste caso esses problemas são ampliados, porque quando os arquivos foram catalogados e encadernados em grandes volumes de couro durante o século XIX, foram reorganizados e misturados. A ideia era seleccionar os papéis mais importantes e reorganizá-los numa sequência cronológica, mas isso era mais fácil de dizer do que de fazer. Os papéis estão guardados em Londres, divididos entre diferentes colecções. Uma delas, subdividida entre a British Library e o Public Record Office, contém a maior parte dos papéis de trabalho de Cecil como primeiro ministro de Isabel. A outra é constituída pelos relatórios do conde de Bedford, o mais antigo funcionário inglês das fronteiras e governador de Berwick, e os do seu delegado e conselheiro militar, *sir* William Drury, e seus subordinados. Mas quando esses papéis foram catalogados no século XIX, houve documentos que foram tirados dos papéis de Bedford e Drury e acrescentados aos de Cecil para preencher as lacunas. Outros foram mudados para se adequarem aos ditames dos novos volumes encadernados, fazendo com que a sua proveniência fosse apagada. Um documento anexo enviado com uma carta de acompanhamento pode estar separado da carta ou vice-versa. Pior que tudo, muitos documentos foram reorganizados sob datas incorrectas, em cuja ordem errada foram preparados para publicação, desse modo enganando gerações de historiadores responsáveis, sob outros aspectos. Enquanto a maior parte das colecções de Cecil foram publicadas com algum pormenor, as de Berwick foram tratadas com alguma superficialidade, sendo o seu potencial subestimado. Até agora, nenhum historiador tinha assimilado os seus conteúdos, o que significa decifrar a caligrafia muitas vezes difícil, folha a folha. Mas a tarefa é compensadora: é nesta parte dos arquivos que serão descobertos os novos factos mais excitantes acerca da morte de Darnley.

A conspiração começou após o colapso de Maria em Jedburgh, pelo qual os lordes culpavam Darnley. Quando Maitland escreveu referindo o seu «desgosto... que ele deva ser seu marido», tinha dado o primeiro passo. Os lordes matutaram sobre o problema enquanto Maria se encontrava de cama, doente, no Castelo de Craigmillar. Tinham-na seguido até lá no dia 20 de Novembro de 1566, ficando ali durante quase quinze dias até a acompanharem a Holyrood por alguns dias, antes de ela partir para Stirling a fim de festejar o baptismo do seu filho, príncipe Jaime.

Em Craigmillar, as linhas gerais de uma conspiração foram delineadas. Os lordes odiavam Darnley, mas também temiam os Lennox. Queriam que Maria perdoasse Morton e os conspiradores exilados que tinham assassinado Rizzio e que o chamasse de volta à Escócia, onde as suas forças combinadas com as dos outros lordes manteriam os Lennox no lugar deles. Quanto ao início da conspiração contra Rizzio, foi o retorcido Maitland que pôs os acontecimentos em marcha. A questão era como induzir Maria a conceder os perdões.

Maitland começou por falar com Moray e Argyll. Disse-lhes que o primeiro passo seria conseguir um divórcio para Maria, libertando-a da sua maior responsabilidade ao mesmo tempo que se reduzia a ameaça de uma tentativa de golpe por parte de Darnley. Ela ficaria grata, recompensaria os que a tinham ajudado perdoando os exilados. Moray não ficou convencido, tal como Huntly, a quem Maitland sondou a seguir. Não sabemos porquê, mas fizeram notar que um divórcio ainda deixaria Darnley perigosamente à solta e algo mais sinistro seria necessário para o calar. Maitland continuou a pressionar. Argyll estava disposto a juntar-se à conspiração e Huntly deixou cair as suas objecções. Disseram qual era o seu preço: queriam que a posse das suas terras ancestrais lhes fosse confirmada por decreto do Parlamento, tornando todas as anteriores confiscações nulas, sem força legal e impedindo uma futura contestação dos seus direitos territoriais.

Bothwell foi o último a ser abordado. Expressou dúvidas semelhantes a Moray e Huntly, mas aceitou apoiar o plano. Então foram todos ter com Maria nos seus aposentos para a exortar a separar-se de Darnley.

Os lordes disseram mais tarde que ela concordara em princípio com um divórcio, desde que fosse legal e «não prejudicial para o seu filho». Isso é possível. Como católica devota, teria querido uma anulação do seu casamento em vez de um divórcio, mas desde que pudesse ser obtido de uma maneira que garantisse a legitimidade do filho e os direitos de herança, não era impensável.

Maitland disse que se Moray ainda discordasse:

– Tenho a certeza de que ele fingirá que não vê isso e observará as nossas acções não dizendo nada das mesmas.

Ouvindo isso, Maria ficou agitada. O que Maitland queria dizer com isso? Ela respondeu:

– Quero que não façais nada pela qual alguma mancha possa ser posta na minha honra ou consciência, e portanto peço-vos que deixeis o assunto ficar no estado em que se encontra.

Havia mais no plano de Maitland do que revelara. Nessa fase, Maitland queria que o Parlamento desempenhasse um papel crucial na ilibação dos conspiradores e a interpretação mais credível é que ele planeava um divórcio para Maria em conjunção com um julgamento ou legislação no Parlamento na qual os lordes declaravam Darnley culpado de traição baseando-se em acusações forjadas. Mas Maria proibiu-o. Preferia deixar as coisas como estavam do que envolver-se em algo desonroso. Embora estivesse frustrada e furiosa com a crescente imprudência de Darnley e comportamento imprevisível, a sua prioridade era a mais recente oferta de Isabel de um acordo dinástico definitivo. Estava a negociar com Isabel ao nível de rainhas através do seu embaixador e não queria que nada interferisse na diplomacia que reconheceria o seu direito à sucessão inglesa. Conseguia lidar com Darnley à sua maneira e no momento que escolhesse. Afinal, ela era sua esposa e a rainha. Maitland terminou engenhosamente, prometendo a Maria: «Não vereis nada a não ser o bem e aprovado pelo Parlamento.» E o assunto foi deixado assim por enquanto.

Após uns dias de descanso em Holyrood, Maria e os lordes viajaram para Stirling a 10 de Dezembro. O baptismo real decorreu uma semana mais tarde. O príncipe Jaime tinha quase seis meses, muito mais velho do que a idade habitual para um baptismo católico nessa época, porque a cerimónia tinha sido adiada pela doença de Maria e pelos preparativos de viagem do embaixador do duque de Sabóia. O acontecimento foi organizado como três dias de festa brilhante, segundo o modelo das festividades a propósito do tema da «reconciliação» encenadas em Bayonne por Catarina de Médicis no ano anterior. Isso não era uma coincidência. A sequência de triunfos, diversões, mascaradas, um cerco fingido e banquetes, terminando com uma espectacular sessão de fogos-de-artifício no último dia, seria o culminar do processo pelo qual Maria «reconciliava» os lordes e curava as feridas causadas pela conspiração contra Rizzio.

Nunca se tinha visto nada como isso na Escócia. O custo foi bem além dos meios privados de Maria, excedendo de longe as receitas anuais dos seus rendimentos como rainha viúva de França. Para pagar os efeitos especiais

aumentou os impostos e pediu emprestadas doze mil libras aos mercadores de Edimburgo. As despesas da residência real aumentaram para mais de 5500 libras por mês a partir do momento em que o baptismo foi planeado, um aumento de cinquenta por cento em relação aos níveis anteriores. As máscaras tinham de ser pagas, assim como os artífices usados para construir os palcos e pintar os cenários para as mascaradas. Grandes quantidades de comida *gourmet* e bons vinhos tiveram de ser requisitados e transportados para Stirling. O mordomo da artilharia real passou seis semanas a preparar a exibição de fogo-de-artifício. Canhões, pólvora, salitre e muito mais foram trazidos para Stirling de Edimburgo, Dundee e outros lugares. Foram puxados desde a beira do rio pelas encostas do íngreme Castle Rock, de noite para maximizar a surpresa da exibição que iria assinalar o fim do espectáculo. Essa seria uma festa rivalizando com tudo o que Maria conhecera em França, mesmo quando estava sentada ao lado da mãe e do futuro primeiro marido no pavilhão de Henrique II em Rouen, quinze anos antes.

O baptismo foi celebrado segundo os ritos católicos. O representante de Carlos IX, conde de Brienne, e o embaixador francês residente, Du Croc, ficaram muito impressionados, mas os lordes protestantes boicotaram a cerimónia. Moray, Bothwell e Huntly ficaram à porta da capela «porque foi feita contra os propósitos da religião deles». Isabel foi a madrinha da criança, escolhendo a condessa de Argyll como sua representante. A rainha inglesa levou tanto a sério o seu papel que presenteou Maria com uma pia baptismal de ouro maciço pesando mais de vinte quilos. Bedford, enviado a Stirling por Isabel, como seu embaixador, recebeu instruções para minimizar o seu tamanho. Deveria falar dela modestamente, fingindo que seria demasiado pequena para um bebé de seis meses, mas recomendando-a para o próximo bebé.

A condessa de Argyll desempenhou o seu papel na perfeição. Embora fosse protestante, tomou o seu lugar ao lado da pia baptismal, pelo que foi mais tarde censurada por John Knox. Bedford, um protestante convicto, recusou-se a assistir à cerimónia e ficou lá fora conversando com Moray e Bothwell. Isso foi embaraçoso, mas nada em comparação com a ausência de Darnley. Embora residisse em Stirling, desprezava todos e tudo, o seu orgulho ainda ferido pelo facto de não ter sido coroado rei. «O seu mau comportamento», escreveu Du Croc para o agente de Maria em Paris, «não tem cura, nem se poderá esperar

algum bem da parte dele... Não posso fingir que prevejo como tudo se poderá tornar, mas direi que as questões não podem durar muito tempo tal como estão sem serem acompanhadas por diversas consequências más.»

Com Darnley amuado, coube a Bothwell dar as boas-vindas aos embaixadores. «Todas as coisas para o baptizado», escreveu *sir* John Forster sarcasticamente a Cecil, «estão a seu cargo, e o mesmo não é bem visto pelo resto da nobreza, como dizem.» A promoção de Bothwell era um reflexo da grande protecção de Maria e do tema unificador da festa. A sua «reconciliação» com Moray e Argyll tinha sido um dos acontecimentos mais notáveis de 1566 porque acabou com a contenda amarga de Bothwell com os dois ex-líderes dos Lordes da Congregação cujo ouro ele roubara na emboscada que lhes fizera sete anos antes. Os diplomatas da Europa tinham sido convidados para o baptismo e foi insensato de Maria permitir que Bothwell tivesse tanta proeminência. Com Moray e Huntly, ficou de pé atrás da cadeira dela nos banquetes de gala, o que lhe deu ideias acerca da sua posição. Sir James Melville disse que, depois, Bothwell «tinha uma marca sua para a qual disparava», tomando essa metáfora do tiro com arco e flecha, em que um desportista dispara para um alvo ou «marca» para vencer o jogo. Esta é uma percepção essencial, mas ainda não há nenhum indício de um romance entre Maria e Bothwell.

A percepção pode ser tão importante como a realidade, e o papel de Bothwell foi tema de conversa enquanto se pavoneava por ali nas suas novas vestes. Maria dera a Moray um traje verde, a Argyll um vermelho e a Bothwell um azul. Esses eram apenas três dos trajes dispendiosos que distribuiu aos seus cortesãos, mas a grande despesa foi esbanjada nos banquetes. No jantar do último dia, a refeição não foi trazida para o grande salão, como de costume, por criados mascarados, mas servida a partir de um extraordinário engenho mecânico. Ninguém sabe hoje como funcionava, mas os dois primeiros pratos da refeição, compreendendo na verdade cerca de cinquenta pratos diferentes, foram trazidos num palco móvel ou plataforma operada por doze sátiros e seis ninfas, e o terceiro prato foi entregue por uma «conduta» ou algum tipo de correia mecânica. Antes do quarto e último prato, uma criança vestida de anjo recitou versos depois de ter sido baixada do tecto num globo dourado.

Estava tudo a postos para se servir o último prato quando a plataforma móvel desabou, obrigando o banquete a terminar mais cedo. Talvez fosse melhor assim.

Bastian Pages, um dos criados preferidos de Maria que ajudara Buchanan a encenar as mascaradas, tinha estado a provocar a delegação inglesa. Vestidos como sátiros com longas caudas e chicotes nas mãos, ele e os seus colegas franceses tinham estado a abanar as caudas em gestos considerados obscenos. Seguiu-se uma desordem quando um dos ingleses disse a Bastian que era só por uma questão de respeito por Maria que não lhe dava uma facada no coração. Ouvindo a algazarra, todos se viraram para trás. Por essa altura, os ânimos já estavam exaltados e a ordem só foi restabelecida quando Maria e Bedford intervieram.

Se Darnley se tinha safado de ser assassinado, em breve tinha motivos para temer pela sua vida. Na véspera de Natal, Maria perdoou Morton e mais de setenta dos conspiradores exilados envolvidos na morte de Rizzio. Até perdoou Andrew Ker of Fawdonside, que tinha levantado uma pistola para ela enquanto Rizzio era arrastado da sua sala de jantar. Seguiram-se mais perdões a 12 de Janeiro de 1567, o último dia da sua estada em Stirling antes de regressar a Edimburgo com o filho.

Bedford conseguira persuadir Maria a publicar os perdões após o baptismo. Ele atribuiu o seu êxito à mediação dos lordes Moray e Bothwell, que uniram forças para a convencer. Por fim, Maria foi forçada a concordar. Ainda não se tinha recuperado da doença em Jedburgh, quando a sua úlcera gástrica rebentara. Encontrava-se mental e fisicamente exausta, tornando mais fácil dar-lhe a volta. Dois dias antes de conceder os perdões, o embaixador francês Du Croc encontrou-a de cama, «chorando com dores» e queixando-se «de uma dor penosa no seu lado».

Embora o homicídio de Rizzio, nove meses antes, tivesse atingido a sua noção de segurança pessoal e de lealdade dos seus servidores, Maria pusera de lado a sua repulsa a favor do interesse de reconciliar os seus lordes instáveis e facciosos com a coroa e entre eles. A sua política era magnânima, mas nunca entendeu as limitações da cultura da honra na Escócia, onde uma atitude de lealdade à coroa era uma opção atraente para lordes desejando promover as suas ambições, mas era em primeiro lugar uma opção escolhida por razões de interesse próprio. Os lordes de Maria desejavam servi-la nas suas condições: eram incapazes de acalmar os seus ressentimentos mesmo quando conseguiam o que queriam. Agora Maria perdoara Morton e os Douglas num momento em que a sua

desilusão com o marido e as dores abdominais faziam com que escolhesse o caminho de menos resistência. Seria um erro crucial.

E, no entanto, havia mais nisso do que parecia. Maria fizera uma espantosa reviravolta, tendo sempre recusado perdoar os conspiradores que mataram Rizzio. Como acontecera essa mudança?

Parte da explicação reside na sua política de reconciliação, que adquiriu o seu impulso. Mas a chave foi a sua antevisão de um acordo dinástico com Isabel que levaria a um novo tratado para substituir as cláusulas ofensivas e desonrosas do tratado de Edimburgo. Até agora, as negociações tinham sido conduzidas ao nível de rainhas. Isabel encarregara-se da sua diplomacia com Maria, e Cecil fora deixado de fora até que a oportunidade perfeita se apresentou, quando Isabel nomeou Bedford, entre todos os possíveis embaixadores, para assistir ao baptismo. Bedford era um dos aliados mais próximos de Cecil e susceptível de ser persuadido. Devia falar em privado com Maria durante as festividades do baptismo e convencê-la a perdoar Morton e os outros permitindo-lhes que regressassem a casa. Em troca, Cecil não faria nada para atrapalhar a reconciliação entre as duas rainhas.

Isso não significa que Cecil tivesse mudado de atitude em relação a Maria. A sua jogada era cínica. Estava a trair Maria porque se encontrava bem ciente de que, assim que os perdoados Douglas regressassem à Escócia, iriam vingar-se de Darnley e a contenda daí resultante iria pesar mais no prato de Maria da balança do que alguma vez conseguiria aguentar e, portanto, destruiria quaisquer hipóteses de um entendimento com Isabel.

A intuição de Cecil estava certa. A 9 de Janeiro, Morton escreveu-lhe de Berwick enquanto se preparava para atravessar a fronteira. Disse-lhe que estava tão grato pela intervenção dele na obtenção do perdão que lhe faria «tanta honra e prazer quanto a que estiver no meu poder». Nada seria demasiado incómodo quer fosse feito na Escócia ou noutro lugar. Como se estivessem concertados, nesse mesmo dia, Bedford, cuja rota se cruzava com a de Morton viajando em sentido contrário, assegurou a Cecil que Morton estava em dívida para com ele.

Foi sem dúvida por esse motivo que o editor da edição alargada das *Chronicles* de Holinshed, publicada em Janeiro de 1587 e quase duas semanas antes da execução de Maria em Fotheringhay, escreveu que «a causa, a concepção e a execução» do homicídio de Darnley foram pelo menos em parte

responsabilidade de «grandes pessoas agora vivas». A expressão «a grande personagem» era bem conhecida nessa altura como sendo um código para identificar Cecil. Esta declaração, sugestivamente atribuída a Morton nas *Chronicles*, onde está interpolada numa citação para fugir à censura, pode ser tomada como uma referência a ele.

Não é, claro, que Cecil tenha conspirado para assassinar Darnley: era demasiado inteligente para fazer uma coisa dessas. Mas desde o início a sua política em relação a Maria consistira em tentativas para destabilizar a sua governação causando o caos em momentos decisivos. Afinal, podia-se ter dissociado de Maitland e Knox se alguma vez o desejasse, acabando com a sua correspondência secreta. Podia ter dado a Maria um aviso antecipado acerca da conspiração para assassinar Rizzio.

Morton estava triunfante. O impossível acontecera. Os Douglas e seus aliados encontravam-se de volta à Escócia e Morton estava lançado numa vingança sangrenta contra Darnley pela sua traição ao negar o seu compromisso para matar Rizzio e deixar que os seus co-conspiradores arcassem com a culpa. As consequências eram inevitáveis. Quase assim que chegou a casa, organizou um encontro com Maitland e Bothwell no Castelo de Whittingham em East Lothian. O castelo ficava a poucas horas de viagem de Edimburgo e foi aí, em 14 de Janeiro, ou por volta dessa data, que a intriga para lidar com Darnley se tornou numa conspiração de assassinio.

(Uma das maiores confusões acerca da conspiração seria a alegação tardia que os lordes tinham assinado um compromisso em Craigmillar no qual tinham jurado assassinar Darnley. Segundo esta lenda, o compromisso encontrava-se na posse de Bothwell no dia do seu confronto final com os seus inimigos e dado a Maria como uma apólice de seguro antes de Bothwell fugir para se salvar. Embora esse compromisso seja discutido em inúmeras obras de história, uma cópia autêntica do mesmo nunca foi encontrada. Foi só retrospectivamente que sempre se disse ter existido, e quando Maria exigiu ver uma cópia enquanto se encontrava no exílio em Inglaterra – o que não teria necessidade de fazer se o compromisso original lhe tivesse sido oferecido por Bothwell, como a lenda afirma –, foi obtida uma «cópia», mas esta foi forjada por *sir* James Balfour, um homem sem escrúpulos, que aproveitou essa oportunidade para denunciar os

seus inimigos como assassinos de Darnley, enquanto omitia os nomes daqueles que desejava proteger.)

Temos o relato de Morton acerca disso, um relato que é parcial e incompleto. Foi adulterado para se adequar às circunstâncias em que foi feito, daí lançar toda a culpa sobre Bothwell e minimizar o papel de outros, nem mencionando Maitland. Segundo este testemunho unilateral, assim que Morton chegou ao pátio de Whittingham, Bothwell propôs que os lordes lidassem com Darnley de uma vez por todas matando-o.

Felizmente Drury, delegado e braço direito de Bedford em Berwick, tinha os seus espiões na Escócia e estava a observar os acontecimentos. Também ele estava alerta para o encontro. Os seus relatórios, conhecidos através de breves extractos publicados, provam que Morton e Bothwell eram os dois cabecilhas e não Bothwell sozinho. Quando os responsáveis pelo encobrimento reescreveram a história para se ilibarem a si mesmos, o papel de Morton foi apagado da fotografia. Sempre o homem invisível quando se tratava de assassinios, era ágil o suficiente para lançar a culpa para cima de outros. Mas os relatórios originais de Drury, escritos à mão, mostram que esteve sempre lá.

Drury sabia que Morton e Maitland tinham estado presentes no encontro com Bothwell. Tal como o primo e principal cúmplice de Morton, Arquibaldo Douglas, cujos criados mais tarde admitiram que ele estava no local do crime, onde conseguiu deixar um dos seus chinelos. (Foi dito que calçara chinelos para camuflar as suas pegadas.) *Sir James Balfour* foi outro conspirador. Embora tivesse sido um dos protegidos de Darnley em quem este confiava, mudara de lado e agora apoiava Morton e Bothwell. Assassinar não era algo estranho para ele, tendo sido cúmplice do homicídio do cardeal Beaton, tantos anos antes. Agora fora ele a obter a maior parte da pólvora, pelo qual foi recordado, porque em vez de pagar em dinheiro trocou-a por azeite. Balfour não pode ser localizado no encontro em Whittingham, mas mais tarde buscou um perdão pelo seu papel na conspiração.

No centro da conspiração encontravam-se Morton e Bothwell, que foram ajudados por Maitland, Balfour e Arquibaldo Douglas. Outros que apoiaram incluem Argyll e Huntly. Moray, com prudência, ficou distante. Era conivente, porque sabia quando aconteceria a explosão e por isso garantiu que estava ausente do local na sua casa em Fife, nessa noite. Tivera conhecimento prévio do

homicídio, mas decidira fingir que não via. Sempre odiara Darney, a quem culpava pelo seu exílio em Inglaterra após a Perseguição. Foi típico da sua ambição egocêntrica não ter feito qualquer tentativa para avisar a irmã do perigo que ela corria.

Entretanto, Darnley saíra de Stirling e retirara-se para o centro das terras dos Lennox, Glasgow. Ficou aí, como Bedford informou Cecil, «cheio de varíola». Na realidade, a sua doença era sífilis secundária. Tinha enormes erupções cutâneas, todo o corpo coberto de pústulas malcheirosas, para o que lhe foi prescrito um remédio conhecido como «salivação de mercúrio» durante seis a oito semanas. Esse fora o tratamento padrão para a sífilis durante os últimos trinta anos. Envolvia fazer suar o paciente, enquanto lhe eram administradas grandes doses de mercúrio, oralmente ou na pele como unguento. As doses eram dadas até lhe doerem as gengivas, os dentes caírem e a saliva escorrer e. O hálito do paciente começava a cheirar mal quando a pele das gengivas morria por causa do mercúrio tóxico. Apesar disso, o tratamento podia ser eficaz. Terminava com uma série de banhos sulfurosos.

Maria decidiu confrontar Darnley no seu esconderijo e convencê-lo a voltar com ela para o Castelo de Craigmillar. Podemos saber como isso aconteceu. A 20 de Janeiro, ela alertou o seu embaixador em Paris para as suas intenções. Fora avisada por um dos servos do embaixador, William Walker, que, tal como ela reudara antes, Darnley estava a conspirar com os Lennox para raptar o príncipe Jaime e coroá-lo. Depois planeava governar como regente durante os próximos vinte anos, mantendo Maria sempre na prisão.

Walker identificara a sua fonte. Era William Hiegate de Glasgow, outro dos homens do embaixador. Ostentara a sua informação a Walker, alegando que Darnley estava tão invejoso dos lordes que aconselhavam Maria, que ou eles partiam ou ele tinha de partir. Se fosse necessário, mataria os conselheiros de Maria para se livrar deles. Do ponto de vista de Maria, esse relatório das ameaças de Darnley parecia verdadeiro. Ele tinha falado dessa maneira no Outono anterior, quando Du Croc testemunhou as suas tiradas. Maria convocou Hiegate, que negou ter dito isso. Só admitia ter ouvido um rumor de que Darnley se encontrava em perigo, o que relatara a Lennox, desse modo pondo Darnley em guarda.

Maria sentia-se vulnerável. Não tinha a certeza das suas razões, mas amaldiçoou Darnley. «E quanto ao rei nosso marido», exclamou, «sempre o vi ocupado e atarefado para lhe dar o direito de jogar as nossas acções». Ela sabia que os espiões dele a vigiavam, enquanto ele e o pai continuavam a fazer as suas intrigas. Receando que Darnley estivesse a planear um golpe de Estado, Maria foi a Glasgow por sua iniciativa. Mas foi incitada por Bothwell e Huntly, que a escoltaram e lhe forneceram guarda-costas na primeira fase da sua viagem. Ambos apoiavam o seu plano de confrontar Darnley e trazê-lo de volta para Edimburgo. Claro que sim, porque Maria tinha sem querer feito o jogo dos seus lordes conspiradores. Estava prestes a tornar-se o instrumento pelo qual Morton se vingaria do seu marido pela traição na conspiração contra Rizzio.

Glasgow estava cheia de servidores armados de Darnley e a visita de Maria lá estava tão repleta de perigos que necessitou de guarda-costas o tempo inteiro. Bothwell e Huntly tinham-na tão longe como Callander House, a casa de lorde Livingston, um dos seus antigos guardiães e pai de uma das suas Marias. Depois disso, os Hamilton, a família e seguidores do exilado duque de Châtelherault, forneceram-lhe a escolta. Sendo os mais odiados rivais e inimigos dos Lennox, eram os opositores ideais a uma tentativa de rapto.

Maria deixou Edimburgo a 20 ou 21 de Janeiro, chegando a Glasgow no dia 22. Foi para o quarto onde Darnley se encontrava doente. A sífilis era conhecida por ser contagiosa, mas como Maria não fazia tenções de tocar nele, estava disposta a correr o risco. Não o visitou por amor ou preocupação com a sua saúde. Para evitar o suspeitado golpe dele, estava determinada a instalá-lo em Craigmillar, apenas a poucos quilómetros de Holyrood, onde o proprietário do castelo, católico, *sir* Simon Preston, era leal a Maria e podia-se confiar nele para manter o errante marido dela sob prisão domiciliária, se ela lho pedisse.

As acções de Maria não tinham nada a ver com o encontro no Castelo de Whittingham. Ignorava o que os seus lordes estavam a tramar. Estava preocupada com os relatórios acerca da intenção de Darnley de raptar Jaime e de a aprisionar, dos quais soubera. Quando Maria visitou Darnley, jogou com os defeitos de carácter dele. Questionou-o acerca das acusações de Walker e Hiegate, e quando ele as negou vezes sem conta, afirmou estar satisfeita, para o poder convencer. Darnley era tão narcisista que se recusava a aceitar qualquer culpa pela sua conspiração e em vez disso afirmava ser a vítima.

Maria sentou-se ao lado da cama, regressando ali várias vezes ao longo dos dois dias seguintes. Mas Darnley estava a ficar paranóico e recusou-se a acompanhá-la de volta a Edimburgo. Por fim, Maria fez o que tinha de ser feito. Por vezes, diz-se que ela, sendo a mais forte das duas personalidades, era capaz de dominar o seu fraco marido desde que falassem frente a frente. Embora o carisma dela fosse sempre o seu melhor recurso, nessa ocasião não foi suficiente. Para convencer Darnley, tinha de mostrar afeição por ele da única maneira que a natureza carnal e degenerada dele entendia. Isso significava oferecer-se para ter sexo com ele assim que estivesse curado, desde que primeiro regressasse com ela a Craigmillar.

Maria desejava ter Darnley de volta a Edimburgo, onde podia vigiar cada um dos seus movimentos. Se ele estava a planejar um golpe, tinha de o afastar do clã Lennox nas suas fortalezas de Glasgow e Dumbarton. Ela tinha os seus objectivos, centrados nos seus esforços para garantir um acordo dinástico definitivo com Isabel. Em comparação com isso, tudo o resto era secundário. Tinha um motivo para manter Darnley sob prisão domiciliária, mas não para o matar. Se Darnley fosse assassinado, tudo aquilo que Maria conquistara desde o seu regresso de França perder-se-ia, porque Isabel poria fim às suas conversações e até exigiria represálias. Apesar de todas as suas falhas, Darnley também era da família dela.

O ponto de situação após o baptismo era muitíssimo complexo. Havia três intrigas independentes. Darnley estava a conspirar com os Lennox para aprisionar Maria e governar em nome do príncipe Jaime. Ela, incitada por Bothwell e seus aliados, estava determinada a trazer Darnley para Craigmillar, onde estaria debaixo de olho. Isso daria a Maria o que ela precisava: um espaço para respirar até a sua reconciliação com Isabel estar concluída. Por fim, havia a conspiração de assassinio architectada no Castelo de Whittingham. Morton e os Douglas ansiavam pela sua vingança sobre Darnley, enquanto Bothwell tinha visto a sua oportunidade para se pôr no lugar dele. Planearam matá-lo, e se o fariam em Craigmillar ou noutro lugar era quase irrelevante. O único lugar em toda a Escócia onde o assassinio não poderia ser tentado era Glasgow, porque aí o poder estava nas mãos dos Lennox e dos seus servidores.

A 31 de Janeiro ou 1 de Fevereiro, Maria regressou a Edimburgo trazendo Darnley numa liteira puxada por cavalo. Mas enquanto ela voltou aos seus

aposentos habituais em Holyrood, ele ficou alojado no relativo isolamento de uma casa mobilada à pressa nos arredores de Edimburgo, onde iria terminar o seu tratamento médico com uma série de banhos sulfurosos. Mais tarde, foi dito que essa casa fora escolhida por Maria. Isso é falso. A casa era a antiga residência do presidente do município em Kirk o'Field, uma de um grupo de casas que conduziam a um pátio quadrangular pertencente à antiga e arruinada igreja da colegiada de Kirk o'Field, num sítio ocupando um terreno alto na periferia sul da cidade. Foi Darnley quem tomou a decisão de se alojar ali, e há indícios que o provam. Um dos seus servos, mais tarde empregado de Lennox, testemunhou que «foi pensado em Glasgow que o rei devia ter ficado primeiro a repousar em Craigmillar, *mas porque ele não tinha vontade disso*, a intenção foi alterada e conclusão tirada de que devia ficar ao lado da Kirk o'Field». Uma vez que de um servidor de Lennox (se cometesse perjúrio) seria esperado que dissesse o contrário, este testemunho é convincente. John Hepburn, primo de Bothwell, depôs no mesmo sentido. Claude Nau, o irmão do cirurgião de Maria e secretário dela depois de 1575, também registou que Kirk o'Field foi escolha de Darnley, embora no seu caso tenha de ser admitido que ele não era uma testemunha ocular e escreveu vários anos mais tarde.

Darnley não era estúpido. Recusou-se a ficar alojado em Craigmillar porque odiava e receava *sir* Simon Preston e tinha ouvido murmúrios de uma conspiração. Mas em qualquer caso, até Darnley estar curado, não quis regressar a Holyrood. Era vaidoso e não aguentava a ideia de haver pessoas a verem as suas marcas e pústulas. Até o tratamento estar terminado, e a sua pele ter regressado ao normal, deseja ficar isolado. Mesmo na privacidade do seu quarto no andar de cima em Kirk o'Field, usava uma máscara de tafetá a cobrir-lhe a cara.

Portanto, estava disposto a regressar a Edimburgo, mas a uma casa que fosse escolhida por si. A que escolheu ficava bastante longe da barafunda da High Street e do Canongate, e ainda assim perto o suficiente para que Maria o visitasse, o que se adequava à sua presunção. Encontrava-se vaga porque fora recém-adquirida por Robert Balfour, irmão de *sir* James Balfour. Estava situada perto do alto de uma colina íngreme ao lado dos campos, numa zona conhecida pelo seu ar salubre. (Holyrood ficava num terreno baixo e era famosa pelo seu *smog* invernos resultante da queima de lenha e carvão em fogueiras.) Essa casa

era ideal para um doente em convalescença. Onde Darnley calculou mal foi no facto de *sir* James ter mudado de lado e estar aliado com Morton e Bothwell.

Darnley instalou-se na antiga residência do presidente do município no sábado 1 de Fevereiro e esperava-se que permanecesse aí até pelo menos dia 10, a data inicial em que era provável que o seu tratamento terminasse. Quando estivesse curado, planeava regressar aos seus habituais aposentos em Holyrood. A planta do edifício é importante. Os alojamentos ficavam na parte mais antiga da casa. Construído com dois andares e uma cave, tinha dois grandes quartos de cama servindo também como salas de recepções, uma por cima da outra em cada andar, duas galerias mais pequenas ou quartos afastados para os criados, e uma cozinha exterior. Um prolongamento mais recente da casa compreendia a sala, equipada com uma cadeira de cabedal de pompa por baixo de um dossel de veludo ou tecido de gala, mas tirando isso era pouco mobilada.

A casa principal tinha três portas. A porta da frente conduzia ao antigo pátio quadrangular ou cercado. Havia uma porta lateral que dava para um jardim particular, onde Maria gostava de passear e cantar quando visitava Darnley. Havia também uma porta traseira, que conduzia para fora de uma passagem desde a cave na parte de trás da casa. Saía para uma rua de trás conhecida como Thieves Row, do outro lado da muralha da cidade. Kirk o'Field ficava no limite de Edimburgo. A muralha da cidade marcava a linha limite e as traseiras da casa encostavam-se nela.

Um banho tinha sido preparado ao lado da cama de Darnley no seu quarto no primeiro andar, para lhe permitir fazer as suas abluções medicamentosas. O quarto fora tornado tão confortável quanto possível. Nas paredes tinham sido penduradas seis tapeçarias e havia um tapete turco no chão. Havia duas ou três almofadas de veludo vermelho, uma cadeira de costas altas coberta com veludo de cor púrpura e uma mesinha coberta com veludo verde. A cama de Darnley, que Maria lhe dera como sua cama de viagem apenas seis meses antes – e que fora da mãe dela –, estava decorada com veludo castanho-arroxeadado, tecido dourado e prateado e flores bordadas.

Mesmo por baixo, no piso térreo, ficava o quarto de Maria. Continha uma cama de damasco amarelo e verde, na qual dormia quando ficava de um dia para o outro, o que fez duas vezes. É por vezes afirmado que, até ao último momento, ela também tencionava dormir lá na noite do homicídio. Essa é outra história

inventada para efeitos de encobrimento, porque se Maria tivesse planeado passar a noite em Kirk o'Field não teria mantido os seus cavalos à espera lá fora a fim de a levarem de volta para Holyrood. Quando anunciava a sua intenção de partir e gritava «a cavalo», os estribeiros estavam prontos e ela partia. Na verdade, alguns que afirmaram que Maria tinha feito uma mudança de planos no último momento para escapar à explosão foram obrigados a dizer que regressou a pé a Holyrood, o que numa noite de Fevereiro fria e escura como breu, com sapatos inadequados e vestido comprido, é improvável e não o estilo de Maria, já para não falar do facto de que os vigilantes nocturnos, que patrulhavam as ruas depois do crepúsculo, tê-la-iam visto.

Foi na noite de domingo, 9 de Fevereiro, enquanto Maria e Darnley riam e conversavam e Bothwell jogava aos dados com Argyll e Huntly ali perto na mesa com a cobertura de veludo verde, que um grupo de homens, trabalhando sub-repticiamente por baixo deles, minaram a casa com pólvora. O explosivo era aquele que fora fornecido por *sir* James Balfour. Cerca de uma dúzia de barris foram trazidos lá para dentro, usando a porta lateral ou o portão traseiro, ou então através de uma passagem subterrânea aberta na cave a partir da casa ao lado, que também pertencia aos Balfour. O explosivo foi acumulado nos alicerces, com o resto despejado em sacos que foram amontoados no soalho do quarto de Maria.

Nas acusações mais tarde apresentadas por Moray, foi afirmado que dois dias antes Maria tinha ordenado que uma cama e algumas tapeçarias fossem retiradas do quarto de Darnley e substituídas por outras menos valiosas, devolvendo os objectos mais valiosos a Holyrood. Um dos criados de Darnley testemunhou que uma cama novinha em folha de veludo negro foi substituída por uma antiga de cor púrpura. Mas para Moray esses factos podem ser verificados. O inventário de artigos destruídos na explosão prova que nem a cama nem as tapeçarias foram trocadas. A cama de Darnley em Kirk o'Field na noite do homicídio foi o tempo todo a que seria esperado que tivesse usado.

No domingo, 9, Darnley estava a festejar porque as suas pústulas tinham desaparecido. A sua recuperação, como supunha, era completa. No dia seguinte, planeava regressar a Holyrood. No dia 7, escrevera a Lennox num tom optimista. Até falou da sua reconciliação e «amor» por Maria, a qual, «asseguro-vos que em todo este tempo comportou-se como uma esposa natural e amorosa». Quando

novos rumores de conspirações chegaram até ele, tinha-os relatado a Maria. Ela tinha-os investigado, mas nada conseguiu ser descoberto. A natureza de Darnley não era confiante, mas Maria tinha reforçado a sua confiança.

A vaidade de Darnley tinha sido satisfeita. As suas ideias são luminosas. Na noite seguinte, planeou subir a escada secreta em Holyrood e desfrutar dos seus direitos conjugais mais uma vez, desse modo restabelecendo-se como rei da Escócia na maneira que fazia melhor. E, contudo, mesmo enquanto Bothwell rolava os dados com Argyll e Huntly, os homens de *sir* James Balfour estavam a trabalhar.

Em Londres, Cecil vigiava e esperava. Ao contrário de Maria, encontrava-se preparado para o que estava prestes a acontecer no país dela.

Capítulo 19

Assassínio dois

O dia anterior ao do assassinio de Darnley foi um dos mais felizes de que Maria se podia lembrar. Foi o dia da festa da Quinquagésima, o domingo antes da quarta-feira de Cinzas e do início da Quaresma, uma das últimas oportunidades antes da Páscoa para se fazerem banquetes e bailes, que lhe davam tanto prazer. Esse domingo em particular teve um ambiente de festa popular. Ao meio-dia, Maria compareceu no copo-d'água do casamento de Bastian Pages, o seu criado pessoal preferido e cenógrafo, cujos sátiros na mascarada do baptismo do príncipe Jaime tinham ofendido os ingleses por abanarem as caudas. Casara com Christina (ou Christily) Hogg, uma das damas de companhia de Maria e outra das suas preferidas, nessa manhã em Holyrood, a capela real. Maria ofereceu o vestido de noiva, ricamente bordado e dispendioso. Os festejos deviam durar até à meia-noite.

Maria saiu da recepção a meio da tarde, prometendo juntar-se ao baile antes do fim da noite. Depois trocou de roupa, preparando-se para um banquete oficial às quatro horas em honra do embaixador do duque de Sabóia, que estava de regresso a casa. O anfitrião era o bispo de Argyll, John Carswell, que ocupava uma das maiores casas do Canongate. Quando saiu por volta das sete da tarde, foi acompanhada por Bothwell, Argyll e Huntly, mas não por Moray, que se tinha escapulido para Fife, alegando que a sua esposa se encontrava doente e era provável que viesse a ter um aborto espontâneo. Maitland também achou prudente ausentar-se e Morton ainda se encontrava submetido a recolher obrigatório. Segundo os termos do perdão, não se podia aproximar a menos de doze quilómetros de Maria ou da corte.

Por volta das oito, Maria e o seu séquito de lordes e damas foram até Kirk o'Field para uma festa que assinalava o fim da convalescença de Darnley. Houve talvez música e dança, no mínimo, vinho e conversa. À medida que a noite ia avançando, Darnley tornou-se cada vez mais amoroso. Queria que Maria

passasse ali a noite. Começou a tocar-lhe, mas Maria já prometera a Bastian e Christina que iria assistir à sua mascarada de casamento.

Maria cumpria sempre as promessas que fazia aos seus servidores preferidos. Pouco antes das onze, levantou-se para partir e pediu os cavalos. Darnley tentou dissuadi-la e, para se esquivar dele, Maria tirou um anel do dedo como sinal, dizendo que na noite seguinte dormiria com ele. Moray, mais tarde relatando isso a Guzman de Silva, o embaixador espanhol em Londres, disse que Maria «fizera uma coisa extraordinária e sem precedentes na noite do homicídio dando ao seu marido um anel, acariciando-o e afagando-o depois de tramar o seu homicídio». Isso, disse Moray, que se encontrava nessa altura em Fife e não viu nenhum dos acontecimentos que tão audaciosamente alegou estar a descrever, fora «a pior coisa» acerca desse acto cometido a sangue-frio.

Ao acalmar Darnley, Maria estava a ganhar tempo. Quando Darnley tinha previsto a perspectiva de prisão domiciliária e se recusou a ficar alojado no Castelo de Craigmillar, o objectivo de Maria foi trazê-lo de volta para Edimburgo sob o seu controlo e longe da influência de Lennox e dos servidores deste. Como lidar com os impulsos sexuais dele quando estivesse perto dela era algo que o tempo e adequados fornecimentos de uísque – pelo qual ele adquirira o gosto – podiam resolver. Afinal, ela jogara esse jogo após a conspiração contra Rizzio. Um passo de cada vez, por enquanto seria o mais conveniente.

Quando Maria estava a sair de Kirk o'Field, passou pela entrada do seu quarto. Foi um momento de tensão para os homens de *sir* James Balfour, dois dos quais se encontravam escondidos lá dentro. No pátio quadrangular, ela viu Nicholas Hubert, um criado que tinha a alcunha de *French Paris* (fora criado de Bothwell antes de passar a estar ao serviço de Maria), e reparou que à luz dos archotes ele estava invulgarmente sujo. Enquanto todos estavam na festa lá em cima, ele usara a sua cópia das chaves de casa para dar aos homens de Balfour o acesso aos pisos inferiores. Ajudara-os a encher os sacos com pólvora que foram empilhados num montão, onde a cama de Maria tinha estado. Maria olhou para ele e exclamou:

– Jesus, Paris, como estás sujo! – Ele corou.

Maria chegou a Holyrood por volta das onze e meia. Não ficou muito tempo a assistir à mascarada, as danças tinham quase terminado e chegara o momento de as senhoras «levarem a noiva para a cama», um ritual cortês de risos e

divertimento em que Maria desempenhou o papel principal. Foi deitar-se mais ou menos meia hora depois da meia-noite. Darnley continuou a beber depois de ela sair, depois ordenou que os seus cavalos estivessem prontos bem cedo na manhã seguinte, para o levarem de volta para Holyrood. Também ele se retirou por volta da meia-noite, ajudado por William Taylor, o seu leal criado de quarto, que dormia numa enxerga na mesma divisão. Mais dois dos seus criados de quarto, Thomas Nelson e Edward Simmons, estavam deitados ali perto. Dormiam na galeria adjacente ao quarto de Darnley, que dava para a muralha da cidade e para a Thieves Row. Por seu turno, estes eram assistidos pelo pajem de Taylor, Andrew McCaig. Lastly, outra meia dúzia de criados e talvez três ou quatro lacaios estavam a dormir lá em baixo.

De súbito, um pouco depois das duas da manhã, um clarão brilhante iluminou o céu, seguido por uma enorme explosão. O barulho, um tremendo estouro semelhante ao de uma salva de vinte e cinco ou trinta canhões, sobressaltou toda a gente. Janelas abriram-se de repente e a luz das velas tornou-se mais viva. Cães ladraram e correram às voltas. As pessoas precipitaram-se para as portas das casas e uma pequena multidão juntou-se nas ruas mais próximas da explosão. A noite estava muito escura e só quando veio a alvorada é que a dimensão da devastação pôde ser vista. Tudo dentro de um raio de cem metros ou mais a partir de Kirk o'Field encontrava-se coberto por uma espessa camada de poeira. Grandes lascas e pedaços de madeira salpicavam o chão. A antiga residência do presidente do município, onde Darnley estivera, tinha sido arrasada até aos alicerces. Tudo o que restava era um monte de escombros.

Num jardim a uns doze metros de distância, no lado oposto da muralha da cidade junto da antiga residência e no outro lado da Thieves Row, Darnley e William Taylor foram encontrados mortos debaixo de uma árvore, vestidos com as suas camisas de noite. O extraordinário era que não havia nenhuma marca nos seus corpos. Perto deles encontrava-se uma cadeira, uma corda e peliça forrada de peles, de Darnley. Uma adaga foi também encontrada no jardim, aumentando o mistério porque nenhum deles tinha sido esfaqueado.

Dos restantes criados de Darnley, Nelson e Simmons sobreviveram à explosão. Nelson foi encontrado agarrado à muralha. Simmons também escapou ileso, ao contrário do pobre Andrew McCaig. Foi encontrado morto, mas se o seu corpo foi tirado do meio dos escombros ou encontrado no jardim perto dos corpos de

Darnley e Taylor é ainda objecto de debate. Dos criados que dormiam no piso térreo, pelo menos um foi morto. Os outros parecem ter sobrevivido à explosão.

Como Darnley e o seu criado não só saíram da casa mas conseguiram atravessar a Thieves Row para um jardim no outro lado da muralha da cidade? E por que homens fugindo para se salvarem levavam consigo uma cadeira? Teriam as vítimas feito uma fuga improvisada ou foram mortos na casa e os seus corpos arrastados lá para fora? Se na verdade tinham escapado, onde foram mortos e por quem? E para que foi necessária a explosão?

A explosão acordou Maria, que enviou Bothwell e o capitão da guarda para investigarem o que acontecera. Ficou atónita com o relato deles. Como escreveu ao seu embaixador em Paris mais tarde nesse mesmo dia: «O assunto é horrível e tão estranho que acreditamos que algo assim nunca foi ouvido em nenhum país.» A casa tinha sido «lançada pelos ares... com tal veemência que de toda a residência, paredes e outras, nada resta, não, nem uma pedra por cima de outra, mas tudo foi ou levado para muito longe ou feito lixo no chão de pedra. Deve ter sido feito com a força da pólvora, e parece ter sido uma mina. Por quem foi feito, ou de que forma, ainda não é aparente.»

Maria achou que a mina foi detonada enquanto Darnley «dormia na sua cama». A sua suposição, tal como a de todos os outros, era que Darnley e Taylor foram projectados por cima da muralha pela força da explosão e aterrado no jardim. Só mais tarde se percebeu que isso era impossível. Se tivessem sido arremessados para o ar, teriam sido queimados e chamuscados pelos efeitos da explosão e os seus corpos esmagados ou magoados com o impacte da queda.

Maria tinha mil coisas a passar-lhe pela cabeça. A certa altura considerara Darnley como «rei dos escoceses» e estava bem consciente de que o homicídio seria interpretado na Europa como um regicídio. Não se poderia imaginar um crime mais escandaloso. Embora pudesse não ter lamentado a morte dele, estava destroçada por isso ter acontecido. O momento não podia ter sido pior. Menos de quarenta e oito horas antes, ordenara a Robert Melville que regressasse a Londres para concluir o tão ansiado acordo com Isabel. Até tinha engolido o seu orgulho e escrito um bilhete conciliatório a Cecil. Em frases cheias de ironia, desejava-lhe que aceitasse a sua boa opinião dele apesar das suas divergências. Ele tornar-se-ia, esperava, uma «boa influência em todas as nossas boas causas» – como tinha todo o direito de esperar depois de ter perdoado os

conspiradores contra Rizzio. Essa foi a carta que Melville não foi autorizado a entregar. Porque quando chegou a casa de Cecil, a notícia da explosão já o tinha precedido e foi obrigado a implorar uma audiência.

Tal como na conspiração contra Rizzio, Maria acreditava que esta tinha sido dirigida contra ela. Estava convencida de que, quem quer que fosse o culpado, o crime «foi preparado tanto para nós como para o rei, porque ficámos a maior parte da última semana no mesmo alojamento, e fomos aí acompanhados pela maior parte dos lordes que estavam nesta cidade nessa mesma noite». Se não fosse o casamento de Bastian, estaria morta.

Maria era uma boa actriz, mas não assim tão boa. Assumiu uma visão tradicional do papel da Divina Providência e acreditou que Deus intervieria para a salvar desse horrível crime. As suas ideias eram bastante claras sobre esse assunto. Era uma rainha ungida e Deus estava do seu lado. Pensando no que parecia ter sido a sua quase milagrosa decisão de deixar Kirk o'Field pouco antes das onze horas para assistir à mascarada do casamento, disse:

– Não foi um acaso, foi Deus que pôs isso na nossa cabeça.

Os verdadeiros factos do crime são mais difíceis de desemaranhar do que no caso da conspiração contra Rizzio, mas existem fontes independentes. O fim de Darnley é descrito pelo embaixador do duque de Sabóia, o senhor de Moretta, e pelo agente do cardeal de Lorena, o senhor de Clernault. Ambos tinham assistido ao baptismo do príncipe Jaime e estavam prestes a regressar a casa. Depois, novos indícios foram recolhidos por Drury, cujos relatórios manuscritos registam a posição exacta da casa em Kirk o'Field e do jardim onde os corpos foram encontrados, e que apreciou o desafio de tentar resolver este espantoso homicídio misterioso.

Há duas versões da descrição de Moretta. Segundo a primeira, Darnley ouviu um grupo de assassinos a tentar entrar na casa com cópias das chaves para o matarem. Como era uma medida de segurança rotineira bloquear o buraco da fechadura à noite deixando a chave na fechadura do lado de dentro, algum ruído teria sido feito até a chave original ter sido deslocada. As portas podiam então ser abertas usando as cópias. Darnley espreitou para fora pela janela do quarto, que dava para o lado da casa. Viu homens armados, compreendeu a sua situação, desceu as escadas a correr e tentou fugir. Mas a casa estava cercada. Foi capturado e estrangulado. O rastilho lento da pólvora foi então aceso.

O problema com esta teoria é que pressupõe erradamente que Darnley acabou no jardim da antiga residência do presidente do município dentro da muralha da cidade, quando o seu corpo foi encontrado num local bastante diferente, além de Thieves Row, fora da muralha. Também parece estranho que alguém tentasse forçar a *entrada* numa casa que estava prestes a explodir. E porquê fazer explodir a casa se Darnley já estava morto?

O primeiro relato de Moretta não é muito plausível e é desmentido pelo testemunho do primo de Bothwell, John Hepburn. Quando foi interrogado por Moray, Hepburn confessou o seu papel na explosão, mas sempre negou ter tocado em Darnley ou tê-lo visto. Disse que ele e os seus cúmplices acenderam o rastilho lento, depois trancaram todas as portas da casa antes de se retirarem para uma distância segura a fim de esperarem pelo estrondo. Darnley devia ter ouvido o ruído das chaves deles a tilintar – não para entrarem na casa, mas para trancarem as portas a partir do exterior. Se as cópias das chaves foram deixadas nas fechaduras, as saídas ficariam bloqueadas, obrigando-o a escapar através de uma janela, em vez de perder tempo precioso a tentar abrir as portas.

Moretta chegou por si a uma conclusão semelhante. Substituiu a sua primeira versão dos acontecimentos por outra.

– O rei – disse – ouviu uma grande perturbação, pelo menos assim o declaram certas mulheres que vivem na vizinhança, e de uma janela viram muitos homens armados a rondarem a casa. (Mais tarde saberemos mais acerca dessas mulheres.) – Então ele, suspeitando o que poderia acontecer, deixou-se cair de outra janela dando para o jardim, mas não avançou muito antes de ser cercado por certas pessoas. – Os seus captores estrangularam-no, usando as mangas da sua camisa de noite. O seu corpo foi depois arrastado para o jardim, onde foi encontrado.

Isso faz muito mais sentido. Pode constituir a base de uma hipótese, desde que acrescentemos a ressalva de que a janela do primeiro andar da qual Darnley fugiu não pode ter sido a que dava para o jardim da antiga residência, mas deve ter sido a janela na galeria adjacente dos criados, que dava para a muralha da cidade e para a Thieves Row.

Nesse caso, Darnley ouviu o ruído, agarrou na sua adaga, pôs a peliça sobre os ombros para se defender da noite fria e depois usou a corda a fim de descer para a cadeira lá em baixo ou então Taylor atou a cadeira com a corda e baixou

Darnley sentado na cadeira. Seja como for, a descida era no máximo de cinco metros, o que com uma corda era viável. Foi o mesmo método de cordas e cadeiras que Bothwell e Huntly tinham recomendado a Maria como maneira de escapar de Holyrood após a conspiração contra Rizzio: era um expediente habitual em caso de incêndio. Assim que Darnley se encontrava em Thieves Row, foi interceptado e assassinado por um segundo grupo de assassinos, até agora não identificado.

Ao escaparem através da janela da galeria adjacente, Darnley e Taylor devem ter acordado Nelson e Simmons, mas como Nelson acabou abandonado na muralha da cidade, é possível que ele e Simmons estivessem a trepar pela janela no momento da explosão, ou talvez tivessem olhado para baixo e testemunhassem as mortes de Darnley e Taylor, e então preferiram agarrar-se à muralha em vez de arriscarem o mesmo destino. Não sabemos.

Clernault acrescenta alguns pormenores. Disse que Darnley foi encontrado «morto e estendido», significando que o seu cadáver não estava amarfanhado ou amontoado, mas estendido. Não crê que Darnley foi morto onde o seu corpo foi descoberto. Também disse que o corpo de McCaig não foi encontrado nos escombros, mas com os de Darnley e Taylor no jardim a uns sessenta ou oitenta passos da casa, sugerindo que também ele fez a sua fuga usando a corda e a cadeira.

O francês acreditava que Darnley tinha sido asfixiado, o que é a melhor explicação para o facto de não haver marcas visíveis no corpo. Mas achou que a asfixia era o resultado da inalação de fumo, o que não é convincente. Só se a pólvora na cave não se tivesse incendiado é que isso poderia ter acontecido, visto que mesmo um rastilho comprido era improvável que gerasse fumo suficiente para se introduzir nos pisos superiores.

Drury retoma então a história. Embora baseados em Berwick, a uns cem quilómetros a sul de Edimburgo, os seus espiões chegaram ao local do crime e ele conseguiu enviar o primeiro relatório no dia seguinte ao do homicídio. O corpo de Darnley, disse, «foi encontrado no campo e estrangulado como parece. A sua residência após a morte foi feita explodir com pólvora.» Drury soube numa questão de horas que Darnley tinha sido estrangulado e não projectado no ar pela força da explosão. Afirmou que o corpo de Lennox foi encontrado ao lado do filho. Isso era um erro, visto que Lennox se encontrava em Glasgow.

Moretta chegara à mesma conclusão, dizendo que, tal como Darnley e Taylor, «o pai do rei» fora assassinado. Foi dez dias antes de ser confirmado que Lennox ainda estava vivo.

Então Drury iniciou o seu trabalho de detective com determinação. No fim de Fevereiro, sabia que John Hepburn era um dos assassinos. Hepburn vigiara a casa após a partida de Maria para a mascarada do casamento de Bastian, aguardando até as velas serem apagadas e tudo ficar silencioso antes de decidir que era o momento de acender o rastilho lento. Drury também descobriu que Balfour fornecera a pólvora. Os homens dele tinham escondido os barris em Edimburgo na semana anterior à explosão. Por essa altura, Botwhwell, Balfour e David Chalmers tinham sido denunciados como assassinos de Darnley em cartazes afixados no Tolbooth. A fábrica de boatos estava a trabalhar a toda a velocidade. Toda a gente falava da conspiração de pólvora e tinham as suas teorias. Chalmers, já ligado a Balfour e Bothwell no círculo de laços estreitos em torno do Supremo Tribunal e do Tribunal do Almirantado, era impopular, mas não há nenhuma prova de que estava envolvido no assassinio de Darnley. O encobrimento começara: o dedo estava apontado apenas para Bothwell e os seus parceiros conhecidos.

Drury estava céptico. O seu interesse particular encontrava-se posto nas actividades de Morton e na dimensão do seu pacto com Bothwell. Estava determinado a fazer o acompanhamento disso, e a sua tenacidade e persistência seriam recompensadas. No fim de Abril ou início de Maio, escreveu triunfalmente a Cecil: «Morton é conhecido por ter assegurado amizade a Bothwell, o qual, para ser grato agora pelo seu favor mostrado na sua ausência e apuro, tenciona continuar.» Apesar do furor causado pela explosão, Morton estava tão grato a Bothwell pelo seu papel na obtenção do seu perdão que o apoiava. Isso deu substância à afirmação de Drury de que Bothwell tinha estado o tempo todo a trabalhar em concerto com o poderoso clã Douglas.

Sir James Melville corroborou esta opinião. Escreveu nas suas memórias que, após o baptismo, «o conde Bothwell decidiu tudo na corte, e trouxe para casa alguns dos lordes banidos, e “empacotou” uma silenciosa amizade com o conde Morton». «Empacotar» neste sentido, que é também usado por Shakespeare, significa trazer alguém para uma conspiração, ou então tramar, maquinar ou intrigar usando métodos secretos ou dissimulados. Drury estava convencido de

que Morton e Bothwell ficaram juntos antes, durante e depois do homicídio, só se zangando mais tarde. Ficou cada vez mais entusiasmado, acreditando que tinha quase resolvido o caso.

– Foi ideia do capitão Cullen – contou a Cecil – para maior segurança ter o rei estrangulado e não confiar apenas no rastilho de pólvora.

Isso faz sentido em grande medida. Se uma decisão para se ter uma dupla garantia de que haveria uma vítima foi tomada no último momento, isso poderia explicar por que a residência foi ainda explodida, mesmo que Darnley tivesse sido estrangulado. Uma mudança de plano no último momento teria causado confusão, em especial quando Darnley complicou tudo escapando por uma janela. No mínimo, isso é uma explicação melhor do que a alternativa: a de que a casa fora explodida para despistar os investigadores.

James Cullen, um especialista de explosivos, era o homem em questão. Servira como mercenário em França, Dinamarca e Polónia antes de regressar à guarnição no Castelo de Edimburgo. Era o homem de confiança de Balfour, denunciado ao Conselho Privado como seu cúmplice e interrogado. Embora se dissesse que tinha confessado, misteriosamente nenhuma acusação foram jamais feitas. Foi libertado e deixaram-no buscar refúgio nas ilhas Orkney. Mas devia ter ficado lá, visto que, quando regressou às Lowlands após uma ausência de quatro anos, foi detido por Morton e enforcado.

«*Sir Andrew Ker* com outros», continuou Drury, «encontravam-se a cavalo perto desse lugar para ajudarem a cruel iniciativa se tivesse sido necessário.» Essa era a parte mais importante da investigação de Drury. Descobrira que Ker de Fawdonside, aquele que levantara uma pistola para Maria durante a conspiração contra Rizzio, estava à espera nos bastidores em Kirk o'Field com uma força armada. Até então alguém que dava uma no cravo e outra na ferradura entre os Lennox e os Douglas, Ker mudara a sua lealdade para Morton quando Darnley traiu os conspiradores no caso de Rizzio. Tirando Morton, era ele quem mais declarara a sua intenção de se vingar de Darnley.

Que Ker e os seus homens se encontravam escondidos na viela tinha sempre sido um facto bem conhecido. O que ninguém sabia era por que estava ali e para quem trabalhava. Isso levava a diversas conjecturas das quais a menos provável era que podia ter havido várias conspirações para assassinar Darnley. Até foi afirmado que a explosão em Kirk o'Field fora organizada para matar Maria e que

Ker e os seus homens tinham sido preparados pelos Lennox para levar Darnley de volta para Glasgow assim que a acção estivesse terminada⁵. Essa especulação pode ser descartada. Os originais manuscritos dos relatórios de Drury provam que Ker estava a trabalhar para Bothwell, para quem executava certas tarefas. Era visto como sendo «um grande transportador de informações e cartas» destinadas a Bothwell. E mais tarde, no confronto final entre Maria e os seus lordes rebeldes, Ker e os seus homens alinhariam pelo lado de Bothwell.

Drury concluiu: «O rei demorou a morrer e até ao limite das suas forças fez um debate pela sua vida.» Em termos simples, tentou argumentar com os seus captores. É provável que isso seja verdade, mas é também possível que a informação tenha sido incutida pelos Lennox. A sua máquina de propaganda já estava em movimento, sendo o seu objectivo transformar Darnley num mártir. Para esse fim, foi dito que ele se encontrava a rezar antes da morte, recitado o Salmo 55:

Ouve, ó Deus, a minha oração, não rejeites a minha súplica. Presta-me ouvidos e responde-me; estou atormentado pela angústia, perturbado com a ameaça do inimigo e com a opressão dos pecadores.

Isso era desinformação. A ideia de Darnley ter previsto o seu destino é inacreditável, relacionada com um comentário atribuído a Maria pelos Lennox e alegadamente feito enquanto saía de Kirk o'Field pela última vez. «Foi por volta desta altura no ano passado», é suposto ela ter dito, «que David Rizzio foi morto.» (Na verdade, onze meses.)

Uma das melhores contribuições de Drury foi enviar a Cecil um desenho colorido do assassinio. É bastante pormenorizado, quase uma narrativa visual dos acontecimentos. Marca as posições exactas da igreja de Kirk o'Field, do pátio quadrangular, da antiga residência do presidente do município, da porta traseira, da muralha da cidade, de Thieves Row e do jardim onde os cadáveres foram estendidos. Também mostra Ker de Fawdonside e os seus homens. No que parece ser um beco no lado mais distante do jardim onde os corpos foram encontrados, podem-se ver homens armados. Não estão na Thieves Row. Um olhar mais atento mostra que o beco não tem entrada nem saída. O beco é na verdade uma ficção: não havia nenhuma passagem no local onde esses homens montados aparecem. Essa é uma pista de um tipo que é bem entendido por historiadores de arte que estão habituados a lidar com pinturas de narrativa

histórica. A pista está lá para indicar a presença secreta de homens de Ker na vizinhança, não para indicar a sua localização exacta, que Drury não sabia.

Podemos agora começar a refinar a nossa hipótese. Darnley foi-se deitar, mas pouco depois ouviu ruídos fora da sua residência e o tilintar de chaves. Espreitou por uma janela lateral, vislumbrando um grupo de assassinos. Percebendo que a sua vida podia estar em perigo, decidiu fugir. Agarrou na peliça e na adaga e depois ele e Taylor usaram a corda e a cadeira para descerem da janela da galeria adjacente. Isso iria permitir-lhes chegar a Thieves Row no lado oposto da muralha da cidade. Mas quando se viraram para fugir, foram impedidos pelos homens de Ker, que saíram das sombras e os estrangularam. Os seus corpos e as coisas que traziam foram depois deixados no jardim mais próximo.

Mais indícios de Moretta dão consistência à hipótese. Ele disse que quando Darnley fugiu pela janela só para ser capturado na escuridão lá em baixo, as mulheres cujas pequenas casas de campo se encontravam a pouca distância ouviram-no gritar:

– Oh, meus parentes (*Eh, fratelli miei*), tende piedade de mim, pelo amor daquele que teve piedade do mundo inteiro! – O desenho de Drury mostra como isso na verdade pode ter sido possível. Integradas na parede do jardim no lado oposto de Thieves Row em relação à residência de Darnley, há várias pequenas casas.

É fácil explicar as últimas palavras de Darnley. Os Douglas, escondidos com Ker de Fawdonside, eram parentes de Darnley, porque a mãe dele, a condessa de Lennox, era *lady* Margarida Douglas. Os indícios de Moretta tornam quase certo que Darnley foi morto pelos Douglas, os quais Darnley presumiu serem seus aliados e dispostos a protegê-lo, sem saber que eles tinham mudado de lado. Tentou argumentar com eles, o que condiz com a informação de Drury. Mas o exílio e confiscação dos bens deles após a conspiração contra Rizzio tinha-os tornado em inimigos mortais. Eles encontravam-se nos bastidores em Kirk o'Field segundo as instruções de Morton para garantir que Darney não escapava vivo.

Moretta referiu-se duas vezes a «certas mulheres» nas casinhas da vizinhança. Até agora, ninguém conseguira identificá-las. Quase milagrosamente, os seus nomes podem ser descobertos. Os seus depoimentos originais sob juramento ainda existem, escondidos nos arquivos. Barbara Martin testemunhou que antes

da explosão estava a olhar pela janela e viu passar treze homens lá fora. Após o estrondo, onze regressaram pelo outro lado, dois dos quais tinham «coisas claras» com eles quando passaram. Ela gritou-lhes, chamando-lhes traidores e dizendo que andavam a tramar alguma. Se ao menos ela tivesse continuado a explicar o que eram essas «coisas claras», poderíamos dizer com certeza que esses homens eram os assassinos.

Meg Crokot estava na cama com os dois filhos quando ouviu o estrondo. Correu para a porta nua, e olhando lá para fora viu onze homens passando a correr. Ficou com suspeitas quanto à identidade deles porque um desses homens tinha roupas de seda. Eram pessoas importantes, não vulgares cidadãos de Edimburgo. Chamou-os para perguntar o que era esse estrondo, mas eles ignoraram-na. Sete encaminharam-se numa direcção e o resto noutra. Meg Crokot estava presente quando o seu vizinho, Martin, gritou aos onze homens que regressavam chamando-lhes traidores.

Existe uma discrepância entre as localizações das casas tal como são mostradas no desenho e as dadas nos depoimentos das mulheres. O desenho situa as casas em Thieves Row, enquanto os depoimentos dizem que ficavam no Fryar Wynd, que é mais perto da Cowgate e da cidade. Num certo aspecto, não importa. Onde quer que viviam, todos concordam que essas mulheres eram as vizinhas mais próximas de Kirk o'Field e sabiam alguma coisa. Durante o encobrimento, veio a público que elas tinham estado «em dúvida se era melhor para elas contar ou ficarem caladas. Embora elas tivessem temperado os seus discursos, contudo quando revelaram algo mais do que os juízes queriam saber, foram dispensadas como tontas.»

As mulheres tinham identificado alguém próximo do centro do poder. Mas o facto essencial acerca das provas delas não é que levantem novas questões, mas que isso tenha sido abafado. Embora arquivado pelo escrivão do Conselho Privado, nunca foi usado. Até foi trazido para Inglaterra em 1568 e mostrado a Cecil, mas foi tranquilamente enterrado. Nessa altura, a história inventada para servir de encobrimento era mais importante do que a verdade para todos os envolvidos nesse drama, excepto para Maria.

Os depoimentos das mulheres têm a data de «11 de Fevereiro de 1567», o dia a seguir à explosão, o que não se pode considerar progresso lento. Maria pedira uma investigação completa, exigindo retaliação célere e draconiana para os

assassinos. Mas para a sua reputação, o sistema de justiça criminal na Escócia dependia da fiscalização do Conselho Privado. Era improvável que o Conselho Privado agisse com eficácia ou imparcialidade quando mais de metade dos seus membros ou eram os instigadores do crime que era suposto estarem a investigar, ou então já o tinham perdoado em privado. No caso das mulheres das pequenas casas, foram esses mesmos lordes que abafaram a prova essencial.

Maria estava aterrada. Receava que tivesse sido o alvo e que fosse a próxima a ser assassinada. Como a segurança em Holyrood sempre fora bastante negligente, decidiu voltar a mudar-se para o Castelo de Edimburgo, como fizera após o assassinio de Rizzio. Esta mudança, que envolveu arranjar cem mulas e carroças para transportar as suas roupas, lençóis de cama e mobília de quarto, já para não falar dos seus papéis e objectos pessoais, deve ter demorado a maior parte de um dia.

Dois dias apenas depois da explosão, Maria ordenou que uma proclamação fosse lida no Market Cross em Edimburgo, oferecendo uma recompensa de duas mil libras a quem estivesse preparado para denunciar os assassinos. Além disso, era prometida uma amnistia ao primeiro culpado disposto a confessar e testemunhar contra os cúmplices. Isso seguiu-se a um longo debate no Conselho Privado em que Maria insistiu na oferta de um perdão com a esperança de resolver o misterioso homicídio. Mas a oferta, mesmo sendo generosa, não suscitou mais nenhuma informação. Quando muito, o tiro saiu pela culatra aumentando as expectativas públicas e estimulando um elevado grau de mexericos e especulação febril acerca da explosão e dos seus responsáveis.

Muito dessa conjectura virou-se para Bothwell. Em muito pouco tempo, subira muito nas boas graças de Maria. Era o seu defensor mais leal e enérgico, mas apesar de tudo isso era arrogante e impopular. Em breve se começou a sussurrar que era um dos assassinos de Darnley, mexerico provocado pelas acções dos seus servidores, que tinham sido vistos a rolar barris aqui e ali. Esses rumores foram inflamados pelo facto de que, quando ele chegou a Kirk o'Field na sua qualidade de xerife de Edimburgo, ordenou a todos que voltassem para casa e recusou-se a permitir que curiosos remexessem nos escombros em busca de pistas. Também se recusara a deixar que alguém fizesse um exame pormenorizado do cadáver de Darnley.

O aviltamento de Bothwell começou na noite de 16 de Fevereiro. Foi feito em anonimato, numa série de letreiros e cartazes que foram colados nas portas e paredes de igrejas e outros edifícios públicos. Para influenciar uma atmosfera de medo e expectativa, vozes estranhas foram ouvidas de noite «clamando penitencial e lamentosamente» por vingança. Uma figura fantasmagórica vagueava pelas ruas de Edimburgo gritando que Bothwell assassinara o rei. A facção Lennox encontrava-se por detrás disso. Era o início de mais outra rixa sangrenta, mas os Lennox tinham aproveitado um estado de espírito popular. Para tornarem o seu ponto de vista tão explícito quanto possível, retratos de Bothwell foram colocados em portais e espalhados pelas ruas secundárias e ruelas, à noite, com a legenda: «Eis o assassino do rei». Esses foram seguidos por *slogans* mais incendiários, dos quais o pior era: «Adeus gentil Henrique, apenas uma vingança de Maria.»

Maria instou o seu embaixador em Paris a garantir a boa vontade de Catarina de Médicis a todo o custo. Isso era mais fácil de dizer do que fazer. A notícia do homicídio chegou a Paris logo no dia 19 de Fevereiro e durante mais ou menos quinze dias Maria foi considerada inocente. No dia 21, uma fonte veneziana descreveu a explosão como uma conspiração para matar Maria assim como Darnley. O seu objectivo era desencadear uma longa menoridade real, para que os lordes rebeldes pudessem governar em nome do príncipe Jaime, a quem criariam como calvinista.

Mas a opinião deu uma reviravolta. A explosão era um escândalo tal que parecia difícil acreditar que Maria, na sua posição de poder, não tivera conhecimento prévio dela. As denúncias públicas de Bothwell tornaram as coisas piores, aos olhos de diplomatas que o tinham visto pavonear-se no baptismo. Moretta, que tinha chegado a Paris via Londres, foi um dos que começaram a sucumbir perante a força dos rumores – não ainda condenando Maria, mas não conseguindo ilibá-la. Du Croc, que deixara a Escócia três semanas antes do homicídio e que agora recebera ordens para regressar, também estava desconfiado. A visão em retrospectiva dera-lhe percepções que nunca tivera quando se encontrava na Escócia e começou a realçar de uma maneira mais ameaçadora o que se lembrava tão bem das discussões de Maria com Darnley.

Em breve Maria estava no tribunal da opinião pública. A explosão, foi avisada pelo seu embaixador em Paris, chocara e atordoara toda a Europa. Espalhava-se a história de que ela era «o principal motivo de tudo aquilo, e tudo fora feito por sua ordem». O seu papel era debatido em França e «na sua maioria interpretado sinistramente». Catarina de Médicis não era nada amiga de Maria e até mesmo a família Guise dela estava a renegá-la. Era essencial, instou o embaixador, mostrar agora «a grande virtude, magnanimidade e constância que Deus vos concedeu... e que fazeis tal justiça que o mundo inteiro possa declarar a vossa inocência... sem temor de Deus ou de homem». Senão, teria sido melhor se Maria tivesse sido assassinada. Essas eram palavras duras para serem ditas a uma rainha, mas o pior ainda estava para vir. Catarina e o seu filho, Carlos IX, entregaram um ultimato. Se Maria não conseguisse vingar o homicídio, iriam considerá-la como desonrada. A velha inimizade entre Catarina e Maria regressara.

Como se isso não fosse bastante, Maria foi traída pela sua família, que não conseguiu dar-lhe o benefício da dúvida. Ela tinha já censurado o duque de Nemours, que assistira ao seu casamento com o delfim e casara com a sua tia viúva Anne d'Este, por os seus parentes não lhe escreverem tantas vezes como deviam. Deve-se ter sentido com se lhe espetassem uma faca nas costas quando o tio, cardeal de Lorena, escreveu uma carta conciliatória a Moray. Propôs pôr de lado as suas divergências, sugerindo que se unissem para restabelecer a ordem e a decência na Escócia. O cardeal enviou o seu agente, Clernault, de volta para Edimburgo a fim de entregar a carta. Segundo Drury, Clernault trouxe uma mensagem secreta a Moray. Em tudo isso, Maria foi ignorada pelo tio, tal com tinham passado por cima dela tantas vezes antes.

Até mesmo os católicos abandonaram Maria no momento em que mais necessitava de apoio. Incitado pelo zelo de Darnley na altura da sua investidura com a Ordem de Saint Michel, o papa nomeara o bispo de Mondovi com núncio papal na Escócia. Seguindo o parecer do seu Conselho Privado, Maria recusara-se a recebê-lo. Na sua viagem, o bispo não foi mais longe do que Paris, onde ficou em suspenso. Ao saber do homicídio, entrou em acção, convencido de que o falhanço de Maria em restabelecer a missa e em dispensar os seus conselheiros protestantes eram as causas da sua queda. Previra isso tudo, disse. Se ao menos Maria se tivesse juntado à Liga Católica acordada entre a França e a Espanha em

Bayonne, «ter-se-ia encontrado agora senhora do seu reino, com autoridade que lhe permitisse restabelecer a Santa Fé Católica. Mas nunca teve vontade de dar ouvidos a isso.» Tudo o que acontecera, acreditava, era só culpa de Maria por compartilhar a sua sorte com os heréticos.

Isabel desferiu o golpe de misericórdia. O mundo de Maria desabou quando, um mês após a morte de Darnley, recebeu uma carta trazida por Henry Killigrew, o cunhado de Cecil. Maria recebeu-o vestida de luto na sala escura do Castelo de Edimburgo. «Não consegui ver a sua cara», escreveu ele depois a Cecil, «mas pelas palavras parecia muto triste e aceitou as cartas e a mensagem da minha soberana de uma maneira muito agradecida como confio que aparecerá pela sua resposta que espero receber dentro destes dois dias.»

Ou Killigrew estava a ceder a uma novilíngua diplomática, ou a sala se encontrava tão escura que não conseguiu avaliar a verdadeira reacção de Maria. Ela estava a tentar conter as lágrimas. A carta de Isabel, por uma vez escrita por ela e não em nome dela por Cecil, não estava com rodeios:

Os meus ouvidos ficaram tão estarecidos, a minha mente tão perturbada e o meu coração tão horrorizado ao tomar conhecimento do horrível relatório do abominável homicídio do vosso falecido marido e meu massacrado primo que ainda mal consigo concentrar o espírito para escrever acerca disso. E tanto quanto a minha natureza me obriga a sentir pesar pela sua morte, tão próximo de mim pelo sangue como ele era, assim tenho de vos dizer o que penso acerca disso, dado que não consigo esconder o facto de sentir mais pesar por vós do que por ele. Oh, minha senhora, eu não devia executar a função de uma prima fiel nem de amiga afectuosa se me dedicasse mais a agradar aos vossos ouvidos do que a preservar a vossa honra. Portanto não vos esconderei que as pessoas na sua maior parte estão a dizer que fingireis não ver este acto em vez de o vingardes, e que não vos interessa tomar medidas contra os que vos fizeram este prazer... exorto-vos, aconselho-vos e suplico-vos que leveis tanto a peito esta coisa que não receeis tocar mesmo naquele que tendes mais próximo de vós se esteve envolvido...

Não se poderia imaginar uma censura mais contundente ou veemente de uma rainha reinante para outra. Maria recebeu um grande choque com este último golpe, ofendida pelo comentário de que «fingiria não ver», por coincidência a mesma frase que Maitland aplicara a Moray durante as conversas em Craigmillar, quando ela respondera:

– Quero que não façais nada pelo qual alguma mancha possa ser posta na minha honra ou consciência.

O uso dessa frase fora deliberado?

Ainda pior, Isabel aconselhou Maria a culpar Bothwell («aquele que tendes mais próximo de vós») se os Lennox viessem a acusá-lo do homicídio. E depois, o mais arrasador de tudo, ela imporia as suas condições revistas para o acordo político que Maria tão avidamente desejava. Não haveria conversações de reconciliação, de um «novo tratado de relações de amizade permanentes» para substituir as cláusulas ofensivas do tratado de Edimburgo, ou da pretensão de Maria à sucessão inglesa. Tudo isso estava agora esquecido. Isabel insistiu que Maria ratificasse a versão original do tratado. Esse assunto, disse Isabel, «ficara por resolver durante seis ou sete anos». Era tempo de acabar com isso de uma vez por todas.

Se Killigrew esperava ter uma resposta dentro de dois dias, ficou tristemente desapontado. Maria achou a carta de Isabel tão insultuosa que se recusou a responder. Killigrew deixou Edimburgo uma semana mais tarde de mãos vazias.

O que deve ter irritado Maria foram as referências de Isabel a Bothwell. Como soubera que «aquele que tendes mais próximo de vós» tinha já sido acusado do crime? De uma maneira bastante fácil. Cecil obtivera transcrições completas dos cartazes colados nas paredes de Edimburgo. Até conseguira saber dos «ditos» do vagabundo que à noite exigia que se exercesse vingança sobre os assassinos. Trocava correspondência com Lennox, que estava a reconstruir as suas pontes. Quando Killigrew regressou a Londres, podia não ter trazido uma carta de Maria para Isabel, mas trouxe uma de Lennox para Cecil oferecendo-se para colaborar com ele na vingança da morte do seu filho. De repente, a história estava a ser reescrita. Na última vez em que Darnley falara com um diplomata inglês, repudiara a sua lealdade à rainha inglesa. Agora, como Lennox garantiu a Cecil, o seu filho tinha sido sempre o súbdito mais leal de Isabel e seu «conhecido» e bom amigo dele.

Morton também olhava para Inglaterra. O mais vil dos lordes escoceses, que escrevera a Cecil nos termos mais obsequiosos quando atravessara a fronteira a caminho de um encontro com os seus aliados no Castelo de Whittingham, buscava agora a protecção de Cecil contra as represálias que sabia que Lennox iria procurar exercer. Chamou-se «vosso amigo certo» e escreveu para reiterar a sua oferta de fazer «tudo o que estiver ao meu alcance para vos satisfazer».

No início de 1567, Maria estivera no auge dos seus poderes e prestes a alcançar um acordo político definitivo com Isabel em condições aceites. Dois

meses mais tarde, parecia mais vulnerável do que nunca. Esse não fora o objectivo dos lordes, mas era um subproduto do míope desejo de vingança deles. O que Maria necessitava de fazer era seguir a pista dos assassinos, encontrá-los e trazê-los perante a justiça.

Entretanto, Cecil estava a preparar o caso contra ela e a procurar avançar para a matança. «Receio», escreveu o embaixador de Maria em Paris, «que isto seja apenas o início e primeiro acto da tragédia, e que tudo vá de mal a pior, o que peço a Deus na sua infinita bondade que seja evitado.»

Era um prognóstico certo, e, contudo, nem um único pedaço de prova não contaminada fora encontrado que mostrasse que Maria tivera conhecimento prévio do assassinio de Darnley⁵. Tudo depende da suposição que ela estava já envolvida num caso de adultério com Bothwell. O que destruiu a sua reputação foi que, em vez de lançar Bothwell às feras, decidiu desafiar o mundo e juntar-se a ele.

⁵ R. H. Mahon, *The Tragedy of Kirk o'Field*, Cambridge, 1930.

⁶ Duas cartas que mais tarde se disse terem sido escritas por Maria a partir de Glasgow serão o tema do capítulo 25.

Capítulo 20

Um casamento por amor?

Para Maria, as semanas e meses após a explosão foram os mais críticos da sua vida. A sua integridade estava em risco. O que aconteceu então manchou a sua reputação para sempre, e apropriadamente. Ela não fez nenhum esforço sério para trazer os assassinos de Darnley perante a justiça. O pior que podia ser provado antes do homicídio é que desejava que o depravado e perigoso conspirativo Darnley ficasse sob prisão domiciliária no Castelo de Craigmillar e que fora a Glasgow, o reduto dos Lennox, para o ir buscar. Contudo, não foi o que aconteceu antes do homicídio que precipitou a sua queda, mas sim os acontecimentos espantosos que se seguiriam.

Maria encontrava-se sozinha após a explosão. Até mesmo a sua família Guise a considerou um risco tal que o seu tio fez um acordo com Moray nas costas dela, provocando uma resposta furiosa. A habitual prolífica correspondência de Maria com a sua família parou de súbito. Ela sentiu que não tinha mais ninguém em quem pudesse confiar. Olhando para trás, para os meses desde a sua doença em Jedburgh, deve ter calculado que a maioria, senão mesmo todos, dos seus lordes tinham sabido da conspiração para matar o seu marido.

Quando Killigrew chegara para entregar a Maria a carta de Isabel censurando-a, foi convidado para jantar por Moray e os lordes e garantiram-lhe que todos os esforços seriam feitos para deter os culpados. Maria prometeu a Killigrew que os assassinos seriam desmascarados. Mas como iria cumprir a sua promessa quando os mesmos lordes que jantaram com Killigrew eram os principais conspiradores? Eles mantiveram-se unidos e tinham já suprimido o testemunho das mulheres nas casinhas ao lado de Thieves Row.

Moray era o mais previdente do grupo: escolhera ir para o exílio até a poeira assentar, o que só serviu para reforçar as suspeitas de Maria quanto à sua culpa. Ele percebeu que o homicídio de Darnley não era o fim, mas apenas o começo

de uma catastrófica espiral descendente em que a violência e a retaliação seriam frenéticas.

Bothwell, com a sua típica arrogância e falta de subtileza, via isso de uma maneira diferente. Tinha uma «marca própria para a qual atirava». Planeou suceder a Darnley na posição dele e na cama de Maria. Para isso, colheria a vingança dos lordes procurando intimidá-los. Seria o bode expiatório para o homicídio de Darnley, mas por enquanto essa dramática reviravolta nos acontecimentos ainda estava a vários meses de distância. Até então, o pacto entre Morton e Bothwell (como Drury reparara) mantinha-se firme, o que era um tempo longo o suficiente para uma isolada e confusa Maria cometer os seus erros.

A psicologia de Maria é uma questão essencial. Fora criada no luxo e na segurança da corte de Henrique II e nunca se sentira segura depois de ter partido das margens da França. O facciosismo dos lordes era incansável e numa escala além de tudo o que poderia ter imaginado. A violência era endêmica na Escócia. As políticas eram tribais, baseadas em vingança organizada e rixas sangrentas. Ela podia ser uma rainha ungida, mas a monarquia não possuía os recursos financeiros e as instituições centralizadas de França.

Quanto às suas recentes provações, fora publicamente insultada por Knox, que a comparara a Nero, o pior dos tiranos romanos, e, contudo, quando o chamara para ele se explicar, fora obrigada a recuar. Descobrira Chastelard debaixo da sua cama, armado com uma espada e uma adaga. O seu tio Francisco fora assassinado pelos huguenotes. O seu secretário tinha sido arrastado dos seus aposentos diante dos seus olhos e assassinado na sala ao lado. Uma pistola engatilhada fora apontada para ela por Ker de Fawdonside e agora escapara da morte numa conspiração da pólvora por um triz.

Maria viu um fio comum a ligar todos esses acontecimentos. As suas conversas com Castelnau dezoito meses antes tinham mostrado que ela possuía uma compreensão ideológica da política. Afirmara então que os lordes rebeldes procuravam depô-la e matá-la para criarem uma «república». Sempre acreditara que a deposição da sua mãe era o início de uma tendência e os acontecimentos criminosos em Kirk o'Field provaram como ela tinha razão.

Quando se recompôs após o choque inicial do homicídio, moldou o seu destino. No que viu como circunstâncias desesperadas, fez uma espantosa aposta

política arriscada. Queria que Bothwell a protegesse controlando as facções dos nobres. Um caçador furtivo seria transformado num couteiro. Ela fez isso porque – correcta ou erradamente – o via como defensor da monarquia e o único homem que a poderia salvar de um destino semelhante ao de Darnley.

Enquanto revia tudo vezes sem conta na sua cabeça, as suas prioridades mudaram de identificar os assassinos para decidir o que era provável que eles fizessem a seguir, desta vez a ela e talvez também ao seu filho. O seu principal suspeito no caso da explosão em Kirk o'Field era sempre Moray, o seu meio-irmão ilegítimo. Foi baseada nesta convicção errada que tomaria uma decisão trágica, embora pragmática, para se proteger e ao seu filho, acreditando que qualquer outra coisa que fizesse estaria rodeada por traição e engano.

Tinha outra razão para pensar assim. Estava prestes a fazer vinte e cinco anos, a idade em que os governantes escoceses, por tradição, revogavam as concessões e recompensas que tinham feito na sua juventude. Seria esperado de Maria que reafirmasse o poder da monarquia contra os nobres, e, todavia, o homicídio de Darnley tinha prejudicado a sua capacidade para o fazer. Com o acordo dinástico com Isabel pelo qual ansiara agora feito letra morta, decidiu recuperar o seu poder apoiando Bothwell. Não tinha nada a perder e tudo a ganhar.

Essa impulsividade era uma característica sua. Quando colocara o capacete de aço e montara o seu cavalo de batalha para derrotar Moray na Perseguição por todo o lado, Castelnau dissera que ela estava a adoptar uma abordagem de «tudo ou nada». Foi assim que reagiu, e fez isso consciente, não numa confusão letárgica ou desorientada. Maria era uma jogadora e este seria o seu maior lançamento de dados.

Do lado de Bothwell, a ambição nunca estava muito longe. Agora com trinta e um anos, era a personificação da masculinidade forte. À superfície parecia ser o militar galante com uma arrogância insolente e um bigode eriçado. Podia ser suave quando lhe convinha, mesmo se aborrecia as pessoas com as suas maneiras de pirata e obscenidades. Por baixo dessa superfície não era melhor do que nenhum dos outros lordes. Maria ainda não o tinha visto como ele era. O seu sentido de humor perverso pode tê-la induzido em erro, levando-a a achar que as más acções dele no passado eram mais como partidas de miúdo de escola do que actos criminosos desregrados. Ele pode-lhe ter parecido divertido assim como sempre leal. Mas a sua única maior atracção era que, tirando um breve interlúdio

de reconciliação pela qual Maria fora responsável, sempre fora um inimigo mortal de Moray.

Quando Bothwell se casara com a irmã de Huntly, *lady* Jean Gordon, tornou-se o lorde mais poderoso depois do conde de Argyll. Tinha já feito um pacto com Morton e os Douglas. Dos outros principais blocos de poder, Châtelherault, o líder dos Hamilton, encontrava-se em exílio voluntário depois da conspiração contra Rizzio. Atholl era vulnerável a Argyll, que estava sempre interessado em levar a melhor sobre o seu mais próximo vizinho e rival nas Highlands ocidentais e centrais, e os Lennox encontravam-se em tumulto depois da morte de Darnley.

A aliança de Bothwell com Huntly trouxe-lhe um grande séquito militar, a acrescentar às suas forças fronteiriças. Além disso, o seu direito, enquanto lorde almirante, a uma quota-parte dos lucros de todos os navios naufragados ao largo das costas da Escócia significava que era um dos poucos nobres escoceses financeiramente independentes. Como xerife de Edimburgo, tinha a profissão de jurista e muitos dos funcionários judiciais do seu lado. Deve ter calculado que podia proteger Maria durante tanto tempo quanto ela lhe pedisse para o fazer, desde que o seu pacto com Morton e os Douglas pudesse ser mantido vivo.

No dia seguinte ao do homicídio, Maria saiu dos seus aposentos pálida e abatida para se juntar ao banquete de casamento de Margaret Carwood, a sua dama de companhia preferida, que casara com John Stuart, um dos parentes afastados de Maria, em Holyrood, nessa manhã. Era terça-feira gorda, o último dia em que era possível casar pelos ritos católicos até à Páscoa. O vestido de noiva fora oferecido por Maria, que também pagou o banquete. Sem dúvida estava a cumprir uma promessa há muito feita à sua leal dama de companhia ao comparecer no seu casamento, mas isso teve algum custo para a sua reputação. A presença de Maria tornou claro que tinha dispensado as regras estritas do protocolo da corte. Ela devia ter posto a corte de luto durante quarenta dias após o homicídio, mas esperou cinco dias antes de pedir a sua roupa de luto e grandes quantidades de tafetá preto para cobrir as paredes e janelas dos seus aposentos. Até certo ponto, o lapso pode ser atribuído à sua decisão de se mudar para o Castelo de Edimburgo. Mas chamou a atenção para isso comparecendo no casamento de Margaret Carwood.

Darnley nem teve um funeral de Estado. Foi sepultado sem pompa nem cerimónias durante a noite de sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1567, o seu cadáver

sepultado no túmulo dos reis na velha Abbey-Kirk em Holyrood. Deve ter sido um acontecimento estranho – com certeza atraiu comentários desfavoráveis. Um cronista de Edimburgo registou que o ex-rei da Escócia foi enterrado «discretamente de noite sem qualquer tipo de solenidade ou luto ou mágoa ouvida entre todas as pessoas da corte».

No domingo seguinte, Maria partiu de Edimburgo para Seton, na margem do estuário de Forth, a uns dezoito quilómetros a leste de Edimburgo. Ficou ali alojada com lorde Seton, o meio-irmão de uma das quatro Marias e um católico que lutara ao lado de Bothwell na guerra de guerrilha contra os Lordes da Congregação. Foi dito que Maria seguiu o conselho dos seus médicos, que achavam que ela tinha estado numa sala escura e abafada durante muito tempo e precisava de mudar de cenário. Contudo, não existe nenhuma prova independente de que viajou por conselho médico, e, em vez de ter passado a semana anterior em luto sombrio, os seus aposentos só tinham ficado às escuras um dia.

O menosprezo de Maria pelas convenções só pode sugerir que, mesmo não tendo desempenhado nenhum papel na morte de Darnley, de alguma maneira deve-se ter sentido contente por ele ter morrido. Mesmo quando os seus pacotes de tafetá chegaram e a escuridão nos aposentos foi instalada, não conseguiu deixar de comentar que isso era mais espectáculo do que sentido.

Quando partiu para Seton, Maria deixou o filho ao cuidado de Bothwell e Huntly. Viajou com outros lordes, regressando a Edimburgo três dias depois, onde viveu em isolamento durante uma semana. Depois partiu para Seton, dessa vez com Bothwell a escoltá-la. Ficaram na casa de lorde Wharton no dia 26 de Fevereiro, jantando na vizinha Tranent. Aí foi feito um concurso de tiro ao alvo com arco e flecha em que Maria competiu em parceria com Bothwell contra Huntly e Argyll. Para deleite de Maria, ela e Bothwell ganharam, e os vencidos pagaram o jantar.

Muito antes do fim dos quarenta dias oficiais de luto, Maria e Bothwell foram vistos juntos no exterior. Ela decidira confiar nele, o que era talvez prudente como medida de segurança, mas politicamente muito insensato. Bothwell assumiu o comando dos guarda-costas reais, os quais, a partir daí, estavam sempre perto de Maria. Bothwell era guardado quando andava pelas ruas. Se falava com alguém que não conhecia, mantinha a mão posta na adaga.

Havia uma aguda sensação de perigo e mau presságio no ar. Antes de partir para Seton, Bothwell jurou que se alguma vez encontrasse os autores dos letreiros que o acusavam de ter assassinado Darnley, lavaria as suas mãos no sangue deles. Conhecida pela sua «grande alegria» e atmosfera despreocupada, a corte de Maria estava a adquirir tonalidades ameaçadoras e militaristas enquanto Bothwell recrutava cada vez mais soldados para guardarem os palácios dela.

A 7 de Março, Morton foi trazido secretamente por Bothwell para se encontrar com Maria a altas horas da noite. Pediu-lhe desculpas pelo seu papel no assassinio de Rizzio e fez as pazes com ela; Maria, por seu turno, atenuou o recolher obrigatório dele e permitiu-lhe regressar à corte. Agora as cartas estavam a ficar equiparadas. Bothwell e Morton ocupavam as principais posições. Os seus aliados mais próximos eram Huntly e Argyll. Por enquanto, Maitland alinhava com Bothwell, pondo de parte Moray. Argyll estava a tentar restabelecer uma aparência de normalidade para o governo. Atholl recuara para segundo plano, afastado por Argyll.

Moray foi rejeitado pela irmã. A sua desgraça provinha da recusa em se declarar a favor de Bothwell e Morton ou então em denunciá-los a Maria. Desta vez, as suas tentativas para dar uma no cravo e outra na ferradura tinham-no arruinado. Maria suspeitava que ele era o principal instigador da explosão, o que, por uma vez, seria fazer-lhe uma injustiça. Enquanto Bothwell e Morton se envaideciam, Moray preparava-se para partir para o exílio em França. Quando deixou o país, Bothwell dançou de alegria.

Passo a passo, Bothwell estava a assumir o controlo do poder militar disponível. Por conselho seu, Maria dispensou o conde de Mar como governador do Castelo de Edimburgo, substituindo todos os oficiais e artilheiros por outros que Bothwell nomeou. Ela nomeou James Cockburn, o *laird* de Stirling, funcionário de Bothwell, como novo capitão do castelo. Também o fez mordomo da sua casa, desse modo fundindo os poderes militar e civil na região de Edimburgo. Como mordomo, Cockburn destituiu *sir* William Murray, o *laird* de Tullibardine, um conhecido apoiante de Lennox, cujo irmão era suspeito de ter sido o autor dos letreiros sobre Bothwell. E, no entanto, Bothwell nem sempre confiava nos seus homens. Um mês depois, fez com que Cockburn fosse afastado do castelo, substituindo-o por *sir* James Balfour. Quase ao mesmo tempo, grandes quantidades de comida e munições foram requisitadas, como se

se estivessem a preparar para um possível cerco, e Bothwell reuniu novas companhias de soldados para guarda-costas reais.

Maria ainda não estava dominada por Bothwell. Ainda confiava em Mar, com quem ficara em Alloa no ano anterior e a quem entregara o filho quando suspeitara de uma conspiração por parte de Darnley e dos Lennox para o raptar. Então colocou Mar no comando do Castelo de Stirling e, a 20 de Março, o príncipe Jaime foi deixado à sua guarda. Era quase como se Maria soubesse que devia fazer o que a mãe dela fizera com ela, quando ainda era bebé e os lordes representavam uma ameaça à sua vida.

Escreveu depois a Lennox, convidando-o a apresentar as suas acusações contra aqueles que suspeitava serem os responsáveis pelo homicídio de Darnley. Prometeu-lhe que seriam sentenciados até aos limites da lei se um júri os considerasse culpados. Lennox colocou o nome de Bothwell no topo da lista, mas Maria não ficou impressionada. Detestava Lennox, bem ciente de que ambição do filho dele em relação à «coroa matrimonial» fora a deixa para a morte de Rizzio. Contava com Bothwell para a proteger e, como sinal da sua confiança, deu-lhe alguns velhos paramentos da igreja, de tecido dourado, para que os reciclasse e fizesse novos trajes. Mais tarde, ele recebeu algumas das peles espanholas da mãe dela para fazer uma camisa de noite e, por fim, deu-lhe os cavalos de Darnley e melhores roupas. Este último presente foi bastante ingénuo. Quando Bothwell teve as roupas modificadas para se ajustarem a ele, o alfaiate comentou que «não estava certo e era contrário aos costumes do país as roupas dos mortos serem dadas ao seu carrasco». Se ao menos Maria se tivesse apercebido da medida em que a opinião pública se estava a virar contra ela...

Em breve Bothwell encontrava-se demasiado confiante. Começou a pensar nos termos mais grosseiros que era possível: que para garantir a sua posição no vertiginoso jogo das facções de nobres tinha de possuir fisicamente a rainha. Lentamente, começou a fazer a corte a Maria. Embora fosse casado, estava bem ciente de que os casamentos podiam – com a influência certa – ser desfeitos quase com tanta facilidade como eram feitos. A Igreja Católica da Escócia era tolerante nos casos de infidelidade. As anulações eram difíceis, mas longe de serem impossíveis de obter. A Igreja protestante era até mesmo capaz de conceder divórcios, e Bothwell era protestante. O seu pai, Patrick, católico, quando competiu para casar com a mãe de Maria um quarto de século antes,

obteve uma anulação. Sabemos que esse facto estava presente na mente de Bothwell, porque quando os lordes discutiram a possibilidade de um divórcio para Maria na sua conspiração no Castelo de Craigmillar, pouco antes do baptismo do príncipe Jaime, ele tinha-lhes lembrado a experiência do seu pai.

No domingo de Ramos, Maria sofreu um colapso durante uma missa de *requiem* por Darnley. Achou a cerimónia demasiado angustiante e ficou de cama durante vários dias. Na Sexta-Feira Santa, foi com duas das suas Marias à sua capela privada, onde ficou durante quatro horas a rezar e a meditar. Os que a viram disseram que ela estava com um ataque de «melancolia». Mas quando Bothwell chegou e foram retomadas as danças e os banquetes, ela recuperou o ânimo e o aspecto de sempre. Mudou-se do Castelo de Edimburgo para os seus antigos aposentos em Holyrood e em breve parecia a Maria do costume.

O Conselho Privado reuniu-se na Sexta-Feira Santa. Bothwell tomou o seu lugar habitual, ainda que o assunto do dia fosse aprovar os preparativos finais para o seu julgamento. A fábrica dos boatos estava a produzir em série. Os comerciantes nos movimentados mercados de rua de Edimburgo mexericavam que a sua rainha se casaria com Bothwell. Um dia, quando Maria saiu a cavalo do castelo e passou pelo Lawnmarket a caminho da High Street, um pequeno grupo de mulheres que tomavam conta das suas bancas gritou:

– Deus proteja Vossa Graça se fordes inocente da morte do rei.

A opinião pública era a parte do jogo dela que Maria não tomara em consideração. Uns dias antes, ela mandara chamar o pastor da paróquia de Dunfermline para o questionar acerca do cartaz mais calunioso e sensacional que aparecera até então. Era uma imagem pornográfica de uma sereia e de uma lebre. A sereia, nua excepto pela sua coroa dourada, e identificada pelo monograma «MR», ostentava uma grande anémona-do-mar na mão direita e uma rede enrolada na esquerda. Estas eram substitutas do globo e do ceptro, mas também tinham significados mais profundos e significativos. A anémona-do-mar, um pólipó gigante com pétalas semelhantes a tentáculos à volta da boca, representava os órgãos genitais femininos, enquanto a rede enrolada servia para apanhar os marinheiros desprevenidos quando passavam por perto, distraídos pela visão da anémona. Quem concebera esse cartaz tinha uma impressionante educação clássica. O símbolo da anémona fora usado dessa maneira pelo poeta romano Ovídio, um autor bem conhecido de Maria. A outra ideia do desenho era

o *retiarius* romano ou homem-rede: o lutador com rede na arena romana que desafiava o gladiador portador de espada e pretendia enredá-lo na sua rede antes de o matar com o tridente que usava na mão direita. Por baixo da sereia havia uma lebre dentro de um círculo de dezassete espadas. A lebre era o símbolo heráldico da família de Bothwell e as letras «JH» dentro do círculo identificavam Bothwell pelo seu nome, «James Hepburn». As espadas significavam a posição militar de Bothwell e o seu gosto pelos duelos, mas também estavam posicionadas no desenho como símbolos fálicos.

Maria estava mortificada por essas referências. Agindo de acordo com uma dica, convocou o pastor e perguntou-lhe se conhecia o arista. Ele disse que não. Então perguntou-lhe:

– Quem então é mais provável que tenha feito isto?

Ele respondeu:

– Não havia ninguém que pudesse escrever tão bem a não ser um cônego que é papista e vive em adultério e gerou da mesma maneira três filhos.

Ouvindo isso, Bothwell, que estava escondido às escuras ali perto, deu uma gargalhada. Estragou os esforços de Maria para interrogar o pastor, porque não havia nada de que ele gostasse mais do que uma questiúncula obscena, que então continuou a desfrutar com o pastor, deliciando-se com a insinuação obscena.

O Conselho Privado fixou a data do julgamento de Bothwell para o dia 12 de Abril, a menos de duas semanas dessa data. Deveria ter lugar no Tolbooth, com Argyll a presidir e Huntly como adjunto. Não era de admirar que Bothwell estivesse tão à vontade com isso. Edimburgo estava já a encher-se de apoiantes seus e ele sentia-se imprudentemente confiante. Morton fornecera trezentos soldados de cavalaria para reforçar a guarda do palácio, pelo qual Maria o restabeleceu no seu reduto do Castelo de Tantallon. Ainda mais preocupante, Bothwell encontrou-se com um capitão mercenário alemão que o embaixador em Paris de Maria recomendara. Ele ofereceu-se para fornecer 3600 tropas de choque a Maria e Bothwell em troca de pagamentos regulares.

A 4 de Abril, Maria partiu para uma terceira visita a Seton a fim de desfrutar o ar fresco da Primavera. Enquanto se encontrava lá, um ancião, um dos antigos membros do pessoal de Darnley, abordou-a enquanto passeava pelo jardim com Bothwell de braço dado com ela. O ancião apresentou-se com ar humilde e depois pediu-lhe para «o libertar um pouco» da sua pobreza. Maria era sempre

generosa com servos velhos ou doentes, e teria sem dúvida pedido às suas damas para darem ao homem algumas moedas da sua bolsa e uma refeição adequada na cozinha antes de o mandarem embora. Mas Bothwell interrompeu-a com rudeza. Protestando contra o descaramento do homem, virou-se para ele e disse:

– Seu velhaco, segue o teu caminho! Eu vou libertar-te tanto que terás pena de ti, labrego!

Então atacou-o até o sangue lhe escorrer da boca. O homem foi a coxear para casa e morreu duas horas mais tarde. Antes de expirar, disse:

– Servi em França, em Inglaterra e na Escócia, mas nunca me disseram uma coisa assim.

Foi um incidente chocante. De repente, Maria vira o lado violento de Bothwell em toda a sua crueldade e brutalidade. Até então, apenas o seu lado suave fora visível para ela. A outra parte do seu carácter fora abafada ou então encoberta por um véu de gentileza. A verdade é que o seu aspecto elegante e educação francesa eram enganadores. Era um espadachim com gosto pela violência, por nascimento e treino um lorde da fronteira, um aventureiro, um pirata e um corsário. A sua cortesia era superficial, o seu temperamento feroz incitado pela súbita ascensão à grandeza. Esforçou-se por adquirir proeminência pessoal sobre os seus rivais entre os lordes, que procurou vencer de todas as maneiras possíveis. A sua lealdade a Maria e à mãe dela tinham sido sempre dirigidas para esse fim.

O discernimento de Maria tornara-se nublado. Até então, nem começara a pensar em casar com Bothwell, e na verdade por que haveria de precipitar-se para um terceiro casamento quando o casamento com Darnley tinha sido uma completa catástrofe? E, no entanto, a sua confiança em Bothwell estava a começar a tornar-se algo mais do que uma decisão pragmática. Ele começara a fazer-lhe a corte entre a Sexta-Feira Santa e o fim da semana de Páscoa, o que condiz com o facto de que, quinze dias antes, sondara a esposa, Jean Gordon, acerca da reacção a um divórcio combinado. Maria teria abandonado Bothwell à sua sorte se desejasse livrar-se dele. O julgamento iria decorrer dali a menos de uma semana. Apesar de ter visto o verdadeiro carácter dele desvendado, optou por não o fazer.

Entretanto, Lennox estava a pressionar Cecil para intervir no julgamento de Bothwell, tendo bastante certeza de que seria sabotado. Após algumas evasivas,

Isabel escreveu a Maria para pedir um adiamento. Faltavam quatro dias para a data marcada. A carta foi enviada com a máxima urgência para Berwck-upon-Tweed, onde Drury a entregou a um estafeta com ordem para a levar a Holyrood. O estafeta chegou aos portões do palácio às seis da manhã do dia do julgamento. Disseram-lhe que era demasiado cedo para entrar, porque Maria estava a dormir. Foi-lhe aconselhado que esperasse, por isso foi para Edimburgo a fim de tomar o pequeno-almoço. Quando votou lá, Maria ainda não tinha acordado, e por isso andou de um lado para o outro até às dez, quando os homens de Bothwell começaram a reunir-se no pátio. Vendo a sua oportunidade, aproximou-se da entrada do palácio, mas foi-lhe negado o acesso. Pediu autorização para entregar a carta, mas todos fizeram de conta que eram surdos. Nesse momento, quem devia aparecer senão Thomas Hepburn, outro dos parentes de Bothwell? Trazia uma mensagem deste, avisando o estafeta para se retirar, «porque a rainha estava tão molestada e inquieta com o assunto desse dia que não via nenhuma probabilidade de qualquer momento conveniente para ser a vez dele até depois da sessão do tribunal».

Então saiu do Palácio Cockburn *laird* de Stirling. Quis saber se o homem de Drury trazia uma carta de Isabel ou Cecil. Ao ouvir que era de Isabel, disse:

– Então em breve serás dispensado. – Ordenou a Hepburn que o escoltasse para fora do palácio. Nesse instante, Maitland e Bothwell saíram e todos montaram nos seus cavalos. Maitland viu o homem de Drury e pediu-lhe a carta de Isabel. Quando a recebeu, ele e Bothwell voltaram para dentro, a fim de falarem com Maria, desaparecendo durante meia hora.

Quando reapareceram, o homem de Drury perguntou se Maria lera a carta e que resposta devia levar de volta. Maitland disse que ela estava ainda a dormir. Isso não era verdade, porque mesmo nesse momento Maria apareceu numa janela aberta, ladeada por Mary Fleming e um dos criados de Du Croc. Por uma vez apanhado numa mentira flagrante, o *Cecil escocês* disse:

– Não, não entreguei a carta, e não haverá oportunidade conveniente para o fazer até depois da sessão do tribunal.

Então Bothwell saiu com estrépito do pátio, montado no corcel preferido de Darnley e seguido por quatro mil dos seus servidores. Antes de partir, levantou os olhos para a janela de Maria. Ela viu-o, riu-se e fez-lhe um meneio de cabeça amigável à laia de adeus. «Um aplauso alegre e vigoroso» ergueu-se quando ele

partiu. A sua comitiva então cavalcou num desfile majestoso até ao Tolbooth, precedida por uma força de duzentos mosqueteiros para desimpedir as ruas. Quando todos entraram, os mosqueteiros montaram guarda à porta, para que ninguém pudesse entrar a não ser os apoiantes de Bothwell.

O tribunal esteve reunido durante mais de oito horas. Foi lida a acusação, acusando Bothwell de ser responsável pela explosão e pelo homicídio de Darnley, mas não foram apresentadas provas adicionais. Os debates do tribunal foram sobre questões processuais. Lennox estava com demasiado medo para aparecer. Viajara até Linlithgow, acompanhado por três mil dos seus servidores, mas não se atreveu a continuar quando lhe disseram que só poderia trazer seis deles para Edimburgo. O seu caso foi conduzido na sua ausência por dois advogados profissionais, que pediram um adiamento por quarenta dias. Esse pedido foi discutido durante muito tempo. Por fim, a moção foi rejeitada e o tribunal avançou para um veredicto. Bothwell foi ilibado pelos jurados, os quais depois procuraram garantir-se contra possíveis alegações de Lennox de que tinha havido erro intencional. Quando isso foi acordado, Argyll e Huntly encerraram a sessão.

Bothwell estava radiante. Afixou um anúncio na porta do Tolbooth declarando-se ilibado do homicídio e desafiando para duelo quem afirmasse o contrário. Depois cavalcou em triunfo de volta para Holyrood. Supôs que era intocável. Ia descobrir que não era: a sua absolvição seria uma fonte importante de rancor. O perigo já não vinha de Lennox, que percebeu o recado e fugiu para Inglaterra. Vinha dos outros conspiradores, que não se encontravam na posição afortunada de Bothwell. Morton, o mais diabólico dos lordes, recusara-se a comparecer na sessão do tribunal. Devia ter sido um dos jurados, mas disse que, embora Darnley «tivesse esquecido a sua parte a respeito da natureza para com ele, contudo porque era seu parente preferia pagar a multa, que eram cem libras».

Outro vilão recalculando as probabilidades era *sir* James Balfour. Depois da absolvição de Bothwell, sentiu-se vulnerável. Afinal, fora ele quem obtivera a pólvora e o seu irmão oferecera a Darnley o uso da antiga residência do presidente do município. Estava agora «determinado a ter tido uma sessão de tribunal para ele de modo semelhante». Quando Maria rejeitou o seu pedido, decidiu mudar de lado e apoiar os lordes que estavam a começar a murmurar contra Bothwell.

Por enquanto, Balfour mantinha os seus projectos em segredo. Não tinha nenhum desejo de um confronto aberto com Bothwell. Mas posicionou guardas diante da sua casa, de noite e de dia. Também assassinou um dos seus servidores. Esse homem estivera em Kirk o'Field e encontrava-se prestes a insubordinar-se e a reclamar a recompensa e o perdão da coroa que Maria oferecera a quem desse informações sobre os seus cúmplices. Por isso foi assassinado e o seu corpo enterrado secretamente de noite.

A 16 de Abril, Bothwell subiu a cavalo o Canongate com Maria e os lordes a caminho do Parlamento. Transportava o ceptro, deixando que Argyll levasse a coroa e o conde de Crawford a espada de Estado. Todos repararam que se recusara a permitir que os oficiais de justiça ocupassem as suas tradicionais posições como guardas de Maria. A sua influência era difusa. No curto percurso para o Tolbooth, Maria foi escoltada por uma força dos mosqueteiros de Bothwell. Este também supervisionou todos os aspectos do Parlamento. Estava determinado a fortalecer a sua posição. Como protestante, apelou antes de mais aos seus correligionários, apoiando um «Decreto sobre Religião» que colocava a Igreja protestante sob a protecção de Maria, após sete anos de incerteza. O decreto fez mais do que manter o *status quo* religioso: declarava o protestantismo como sendo a religião oficial da rainha, mesmo que em privado prestasse culto como católica. Neste aspecto da ascensão de Bothwell nem Knox e os seus aderentes na Assembleia Geral da Igreja podiam queixar-se.

A seguir, Bothwell ajudou os seus co-conspiradores a serem recompensados. Morton, Argyll e Huntly tiveram todas as suas terras ancestrais confirmadas –

Argyll até recebeu algumas das antigas propriedades de Darnley. Bothwell também se ajudou. A sua concessão do Castelo de Dunbar, recebida como recompensa por ter ajudado Maria a escapar após a conspiração contra Rizzio, foi ratificada com todos os privilégios inerentes. Depois assegurou a confirmação e alargamento dos seus direitos hereditários como lorde almirante. Por fim, um retaliatório «Decreto contra os Autores e Afixadores de Cartazes e Letreiros» foi aprovado por insistência sua, concebido para bloquear mais tentativas, por parte dos apoiantes dos Lennox, de mancharem o seu nome.

No dia 19, o trabalho do Parlamento terminou. Nessa mesma noite, Bothwell ofereceu um jantar aos seus colegas lordes na Taverna de Ainslie em Edimburgo, onde apresentou o rascunho de um compromisso ou acordo que desejava que

eles assinassem. Era-lhes pedido que confirmassem a sua inocência no caso do homicídio de Darnley, que declarassem a sua disponibilidade para o defenderem de calúnias e prometerem que, se «acontecesse» Maria escolher «James Hepburn, conde de Bothwell» como seu futuro marido, eles iriam apoiá-lo. O compromisso da Taverna de Ainslie foi formulado como petição a apresentar a Maria:

... ponderando e considerando o momento presente, e como a nossa soberana Sua Majestade a rainha está agora desprovida de marido, no estado solitário que a comunidade deste reino não pode permitir que Sua Alteza continue e suporte, mas a certa altura Sua Alteza pode estar inclinada a ceder a um casamento... isso pode convencer Sua Majestade a humilhar-se, preferindo um dos seus súbditos aqui nascidos a todos os príncipes estrangeiros, aceitando com marido o dito conde...

Bothwell queria que todos assinassem, mas deixara escapar um truque importante. Ajudara os seus co-conspiradores nas suas concessões de terras menos para lhes agradecer pelo papel desempenhado no assassinio de Darnley do que para os subornar a fim de o apoiarem no seu futuro casamento com Maria. Em vez de esperar até as concessões terem sido ratificadas pelo Parlamento, Bothwell devia ter conseguido que os lordes assinassem o seu compromisso primeiro. Nem todos estavam dispostos a assinar depois. Cecil, quase excepcionalmente, percebeu tudo mal. A sua «cópia» do compromisso dizia que todos os lordes tinham assinado. Na realidade, Morton e Huntly assinaram, mas Argyll, Maitland e Atholl recusaram-se: Maitland e Atholl nem apareceram no encontro. Quanto a Moray, já tinha deixado o país e estava a caminho de França. Em todo o caso, é provável que nada tivesse sido assinado na noite de 19. No dia seguinte, Bothwell enviou os seus homens a cada um dos lordes, exigindo as suas assinaturas.⁷ Quando o compromisso de Ainslie foi assinado, Kirkcaldy de Grange avisou os seus aliados ingleses que Maria estava apaixonada por Bothwell. Ela dissera que «não se importava de perder França, Inglaterra e o seu país por ele, e que iria com ele até ao fim do mundo numa camisa branca antes de o deixar».

No mesmo dia do compromisso de Ainslie houve uma cena feia em Holyrood. Enquanto Maria observava, os soldados do grande salão começaram a amotinar-se por falta de pagamento. Bothwell interveio com brusquidão, confrontando o capitão deles e agarrando-o pelo pescoço. Quando os outros soldados acorreram

para o salvar, Bothwell foi obrigado a largá-lo. Praguejou profanamente, mas prometeu pagar-lhes em breve. Maria sempre detestou sarilhos e nunca passara por algo assim. Interveio, pedindo a sua bolsa bordada, que continha 400 coroas francesas. Então partilhou-as entre os soldados, percorrendo a fila, de homem em homem, e dando duas coroas a cada um.

Enquanto Maria procurava acalmar conflitos, Bothwell era arrogante e inchado de orgulho, comportando-se como se já fosse rei. Nunca esteve apaixonado por Maria. Os seus esforços para a cortejar eram mínimos. Dominava a relação deles ao ponto de ser brutal, e, no entanto, ela aceitava e até parecia congratular-se com o seu papel subalterno. Maria podia ser forte e magistral, mas agora parecia como se desejasse entregar todas as suas preocupações mundanas a Bothwell, que aproveitou a oportunidade para usurpar o poder e autoridade dela a cada passo.

Por que deveria isso ter acontecido permanece um mistério. A correspondência de Maria secou nessas semanas cruciais. Mais tarde, ela apresentou as suas razões. Disse que o seu país, «estando dividido em facções como está, não pode ser mantido na ordem a menos que a nossa autoridade seja ajudada e estabelecida pelo fortalecimento de um homem». Precisava de Bothwell para lidar com a pura «insolência» de lordes que, de outro modo, estariam em rebeldia contra ela⁸. Mas em Abril de 1567 não disse nada. A única carta que escreveu foi ao núncio papal na Escócia, o bispo de Mondovi, ainda a demorar-se em Paris.

– Suplico-vos – disse-lhe – que faleis bem de mim a Sua Santidade, e que não deixeis ninguém convencê-lo do contrário no que diz respeito à devoção que tenho de morrer na fé católica e para o bem da sua Igreja. – O tom de Maria era vacilante e evasivo, reflectindo a sua culpa e desconforto acerca da sua relação com Bothwell. Isso era porque o «Decreto sobre Religião» era lido em círculos católicos como um sinal da sua conversão secreta ao protestantismo. Era como se Maria estivesse a jogar xadrez, mas não conseguindo pensar em mais do que uma jogada de avanço.

E então o pacto entre Bothwell e Morton, de repente, desfez-se. Morton ficara ressentido com a boa fortuna de Bothwell e este desconfiava que Morton estava a conspirar contra o seu planeado casamento. Era o clássico desentendimento entre ladrões. Embora Morton estivesse disposto a assinar o acordo da Taverna

de Ainslie, fazia isso apenas em termos que restringissem os poderes de Bothwell e o impedissem de alguma vez ser chamado rei. Argyll também se sentia ofendido pela presunção de Bothwell, dizendo aos seus amigos que em breve sairia de Holyrood para sempre.

Bothwell teve de agir precipitadamente, antes que o resto dos seus apoiantes desaparecesse. Não podendo mais contar com Morton, e com Argyll prestes a retirar-se, o jogo estava todo agora do seu lado. Tinha de fazer uma jogada se queria que a sua tentativa de tomar o poder fosse bem-sucedida, e isso significava encenar um golpe.

Na segunda-feira, 21 de Abril, Maria foi até Stirling para ir buscar o filho. Para sua consternação, o conde de Mar recusou-se a entregá-lo. Sendo um político moderado sempre medindo a pulsação dos lordes, sabia que eles se revoltariam se Bothwell pusesse as mãos no herdeiro do trono. Quando Maria entrou no castelo, Mar só a deixou ser acompanhada por duas auxiliares. Negar à monarca e à sua comitiva acesso à sua fortaleza foi considerado traição por Maria, que ameaçou castigar Mar.

Dois dias depois, Maria deu um beijo de despedida ao seu filho de dez meses. Seria a última vez que o via. Viajou para o seu local de nascimento, Linlithgow, onde passou a noite. No dia 24, levantou-se cedo. Os seus pensamentos estavam de volta a França, visto ser o nono aniversário do seu casamento com o delfim. O seu plano era regressar a Holyrood, mas quando atravessou a ponte sobre o rio Almond, alguns quilómetros fora de Edimburgo, Bothwell interceptou-a. Levou-a à força para Dunbar, onde foi «arrebataada».

Bothwell não era melhor do que Darnley. Acreditava que, para garantir a sua posição, tinha de possuir Maria sexualmente, e se apesar disso Maria não se casasse com ele, então tinha de a conquistar à força. A sua conduta era escandalosa. Apoderar-se da pessoa de uma rainha ungida era considerado sacrilégio e traição, mesmo num país tão negligente nas suas interpretações da lei e da ordem como a Escócia. Um escandalizado *sir* James Melville afirmou que um acto desses só podia ter sido concertado. Foi dito que um dos homens de Bothwell admitiu que fora feito «com o consentimento da rainha». Drury, com o seu ponto de vista inglês, adoptou a mesma linha de pensamento: «A forma do encontro do conde Bothwell permanece agora com a rainha, o qual, embora pareça forçado, contudo é sabido ser de outro modo.» Kirkcaldy de Grange foi

mais explícito: «Ela estava disposta a fazer com que Bothwell a arrebatasse, para que pudesse acabar mais cedo com o casamento dele, que ela prometera antes de causar o homicídio do seu marido.» Mas todos os três odiavam Bothwell e temiam a sua influência maligna sobre Maria. Kirkcaldy era já o porta-voz oficial dos lordes: o seu comentário mostra a direcção que a propaganda deles estava a seguir. O preço que Maria teria de pagar se fosse em frente e casasse com Bothwell era culpa por associação no homicídio de Darnley.

Alguns pormenores do «sequestro» podem ser verificados. Quando Bothwell de repente saltou e agarrou o cavalo de Maria pelo freio, ela ficou sobressaltada e chocada. Ordenou aos seus servos que cavalgassem para Edimburgo e convocassem um grupo de resgate. Foi sequestrada contra a sua vontade. Os indícios mais tarde apresentados pelos lordes para «provar» o contrário seriam manipulados, coisa em que mesmo Cecil não teria deixado de reparar quando foram postos diante dele⁹. Mas foi ela também violada? A diferença é entre uma mulher que estava a ficar loucamente apaixonada e uma que era já um peão político.

Maria era uma mulher corajosa: generosa e consciente da sua «grandeza» como rainha. É contraditório que alguma vez se casasse com Bothwell se a tivesse violado. Por vezes é afirmado que ele foi o primeiro homem a satisfazê-la sexualmente. Isso é possível, dada a má saúde e físico frágil do delfim e o puro egoísmo de Darnley. E, no entanto, mesmo que seja verdade, é diferente de dizer que Maria poderia alguma vez ter perdoado Bothwell por a ter forçado a deitar-se com ele contra a sua vontade.

Apesar da forte pressão exercida sobre Maria por Bothwell usando o compromisso da Taverna de Ainslie, ela ainda não decidira casar com ele, porque se tivesse já dado o seu consentimento, não teria havido necessidade de ele a sequestrar. Daí decorre que a sequência em Dunbar foi mais essencial do que o rapto na ponte sobre o Almond.

Maria ficou com Bothwell no castelo deste durante doze dias, não apenas uma só noite. Como ele não estava sempre lá, não pode continuar a ser afirmado que ela foi impedida de partir se quisesse fugir. Mais ninguém em Dunbar iria manter a sua rainha como refém se ela lhes tivesse uma ordem directa. Maria e Bothwell estavam alojados nos mesmos aposentos de Estado, mas ocupavam quartos separados. Como um cronista comentou com malícia, não havia «grande

distância entre a câmara da rainha e a de Bothwell». Mas embora a insinuação sexual fosse inequívoca, os quartos eram na verdade separados, pelo que Maria poderia ter trancado ou barricado a porta do seu quarto se queria manter Bothwell à distância. Poderia ter gritado por socorro aos seus servos, mas não o fez¹⁰.

A mais provável sequência de acontecimentos é que Maria foi mesmo emboscada por Bothwell na estrada da ponte do Almond. Foi depois levada para Dunbar contra a sua vontade. Quando chegaram, estava assustada e furiosa, mas ele declarou o seu amor e suplicou-lhe que casasse com ele. Se não o tinha já feito, ter-lhe-ia também mostrado o compromisso da Taverna de Ainslie, que parecia ser uma petição dos lordes indicando a unanimidade do apoio deles. Não podemos saber o que Maria respondeu, mas dentro de um ou dois dias ele tinha-a conquistado¹¹.

Foram necessários dois dias. No dia 26, Bothwell galopou a alta velocidade para Edimburgo. Aí conseguiu que a sua esposa, *lady* Jean Gordon, apresentasse o seu processo de divórcio no tribunal protestante. O pedido deu entrada no mesmo dia. Uma vez que o seu caso foi exposto com pormenores realistas, sugere que Bothwell já preparara a documentação. Foi dito que ele se divertiu no recinto da abadia de Haddington em plena luz do dia com a «bonitinha e de cabelo preto» Bessie Crawford, criada da sua esposa. Ele confessou o seu adultério.

No dia 3 de Maio, os juízes publicaram um decreto de divórcio. O seu efeito era imediato, visto que Huntly tinha sido subornado e concordara já com os termos do acordo financeiro da sua irmã com Bothwell. Maria pediu ao arcebispo de St. Andrews para conceder uma anulação no tribunal católico. O seu pedido foi concedido a 27 de Abril e o decreto foi publicado a 7 de Maio, com o fundamento de que o casamento dele com *lady* Jean fora inválido desde o início por falta de dispensa canónica.

Contudo, se Huntly até então tolerara o divórcio da sua irmã, tinha os seus limites. Quando Bothwell regressou a Dunbar, descobriu que Huntly e Maria tinham discutido violentamente. Apesar de ter assinado o acordo da Taverna de Ainslie, o apoio de Huntly era hesitante. No fim de Maio, a sua relutância em pegar em armas pela causa do seu ex-cunhado contra os lordes rebeldes seria manifesta.

Os lordes tinham-se primeiro reunido em Stirling três dias após o sequestro de Maria. Morton, Argyll, Atholl e Mar foram os instigadores e após quatro dias um novo compromisso foi assinado. Chamaram-se os «Lordes Confederados», negando que estivessem em revolta, mas admitindo que estavam associados para libertar a sua rainha do «cativeiro». Prometeram esforçar-se por todos os meios possíveis para pôr Maria «em liberdade», «preservar o príncipe e a nação» e matar Bothwell, a quem agora chamavam «esse tirano bárbaro» e «assassino cruel». Bothwell tinha-se tornado demasiado poderoso. O seu crescente monopólio do poder militar era temido. Possuía, afirmavam os Lordes Confederados, «as forças, as munições e homens de guerra às suas ordens». Embora isso fosse algo exagerado, é verdade que ameaçara as posições independentes desses lordes, e, portanto, colocara-se no lugar de Darnley de uma maneira bastante diferente daquela que sempre imaginara.

Na terça-feira, 6 de Maio, Maria e Bothwell seguiram em cortejo triunfal para Edimburgo. À sua chegada ao portão chamado West Port, os canhões do castelo dispararam uma salva e Bothwell desmontou. Depois conduziu o cavalo de Maria pela rédea enquanto eles subiam a colina para o castelo. Mas a multidão estava carrancuda. Maria e Bothwell encontravam-se desagradados e, no entanto, é difícil ver como poderiam ter esperado outra coisa. A popularidade de Maria não abrangia casar-se com Bothwell, e a posição deste como seu protector estava assegurada com um preço pesado. No mesmo dia, o ajudante de Knox em St. Giles Kirk, o destemido John Craig, recebeu o pedido de proclamação dos banhos de casamento entre Maria e Bothwell. Recusou-se a fazê-lo. Exigiu um mandado real, que chegou no dia seguinte, no qual Maria oferecia a informação de que não tinha sido violada nem mantida prisioneira por Bothwell. Ordenou a Craig que fizesse a proclamação. Contudo, se não tivesse sido violada, como mantinha, devia ter consentido de bom grado em dormir com Bothwell em Dunbar, o que significava que cometera adultério com um homem casado. Não podia ter o melhor de dois mundos. Craig leu os banhos no dia seguinte, mas só depois de tomar céu e terra como testemunhas que lhe repugnava e detestava esse casamento.

A 9 de Maio, Bothwell chamou Craig para ter uma conversa privada com ele e exigiu uma explicação dos seus comentários. Mas em vez de pedir desculpa, o pastor admoestou Bothwell. «Acusei-o», disse, «de estar contra a lei do

adultério, a regulamentação da Igreja, a lei de arrebatamento, de suspeita de conluio entre ele e a sua esposa, de divórcio repentino, de proclamação dentro de quatro dias e, por fim, de suspeita da morte do rei, que o seu casamento confirmaria.»

No sábado, 11, Craig repetiu a sua reprimenda do púlpito. Bothwell ficou frenético. Chamou o pastor, desta vez perante o Conselho Privado, acusando-o de exceder a sua autoridade. Mas Craig respondeu:

– Os limites da minha incumbência, que eram a Palavra de Deus, boas leis e razão natural, podiam provar tudo o que disse. – Estava ali um segundo Knox! Mas Bothwell, ao contrário de Maria, recusou-se a discutir. Mandou calar o pastor e ordenou-lhe que saísse, ameaçando enforcá-lo.

No dia seguinte, Maria perdoou Bothwell por tê-la sequestrado na ponte do Almond e depois elevou-o no pariato para poder casar com ele. Arautos com os seus brasões conduziram a procissão para a Abbey-Kirk em Holyrood. Eram seguidos pelo conde de Rothes, que transportava a espada de Estado, o conde de Crawford trazendo o ceptro e Huntly com a coroa. Maria, resplandecente nas suas vestes reais e sentada num trono dourado por baixo do baldaquino, colocou a coroa ducal na cabeça dele com as suas mãos. Bothwell envergava um manto escarlate forrado e orlado com arminho, e foi assistido por Cockburn, *laird* de Stirling, que trazia um estandarte com as suas armas brasonadas. Bothwell foi feito duque de Orkney e lorde de Shetland por uma extasiada Maria. Após a cerimónia, quatro dos seus servidores foram armados cavaleiros.

Mas a ascensão meteórica de Bothwell era susceptível de ser breve. Os Lordes Confederados estavam a ocupar Stirling, onde estabeleceram uma corte rival em nome do príncipe Jaime. Até encenaram uma mascarada em que Bothwell foi julgado pelo homicídio de Darnley, condenado e enforcado. Podia ter passado despercebida, mas o pobre rapaz que fez o papel de Bothwell foi enforcado de modo tão realístico que quase sufocou e teve de ser reanimado. Bothwell ficou fora de si com raiva quando soube dessa mascarada. Praguejou e ameaçou vingar-se dos lordes rebeldes.

Na quarta-feira, 14, o contrato de casamento foi assinado. Justificava o casamento com o fundamento de que Maria era uma jovem viúva «apta e capaz de procriar e dar à luz mais filhos» para manter a dinastia, que tinha sido pedido e aconselhado pela «maior parte da sua nobreza» a casar. Até citava o acordo da

Taverna de Ainslie, justificando a decisão de Maria «de se humilhar» ao ponto de casar com um dos seus súbditos. Registava que Bothwell tinha-lhe sido recomendado pelos nobres e afirmava que Maria «concordara graciosamente» com a petição deles. Maria já não procurava aconselhar-se sobre o seu casamento junto das cortes de França, Espanha ou Inglaterra. O seu centro de atenções estreitara-se para o seu reino e parecia contente por ser conhecida como esposa de Bothwell e até mesmo por ser desprezada pela sua família Guise por ter feito tal coisa.

O casamento foi feito na manhã seguinte, bem cedo. Maria e Bothwell foram casados no grande salão de Holyrood segundo ritos protestantes. Du Croc, o embaixador francês, organizou um boicote oficial, ao qual se juntaram mesmo alguns dos que tinham assistido à cerimónia em que Bothwell fora feito duque de Orkney. Poucos foram os que assistiram à cerimónia. Havia poucas testemunhas além das quatro Marias e dos servidores de Maria e Bothwell. Contudo, não foi um acontecimento de mau gosto. O elemento de espectáculo foi fornecido por Maria. Vestia as suas roupas de luto como no seu casamento com Darnley e, no entanto, não eram roupas de viúva vulgares. As suas costureiras e bordadeiras devem ter trabalhado de noite e de dia, durante uma semana. Enquanto no casamento com Darnley se vestira de branco, desta vez usou um magnífico vestido solto de veludo preto modelado ao estilo italiano, ricamente bordado com alças douradas e fio de ouro e de prata. O seu vestido era tão apelativo que mal parecia ser um vestido de luto.

Ela estava na flor da idade. Era mais alta do que Bothwell, e devem ter parecido um casal estranho, ela com a sua altura excepcional e cintura fina e ele baixo e forte, com bigode e tez avermelhada. Foi dito que ele nunca parecera tão bonito, e, contudo, a sua linguagem ao jantar na véspera do casamento tinha sido tão imunda que *sir James Melville* se foi embora, enojado.

O serviço religioso foi conduzido por Adam Bothwell, bispo de Orkney, um dos parentes de Bothwell. Primeiro fez um sermão baseado num texto do livro do Génesis: «Por esse motivo, o homem deixará o pai e a mãe, para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne.» A seguir, declarou o arrependimento do noivo de todos os seus anteriores pecados e vida perversa, e afirmou a sua intenção de se redimir e conformar com a disciplina da Igreja. Por fim, a noiva e o noivo «deram as mãos» celebrando o contrato de casamento. Isso podia ter

sido feito sem troca de alianças, visto que os protestantes punham objecções ao uso da aliança de casamento, que consideravam ser uma superstição «papista».

Quando Maria regressou aos seus aposentos, trocou de roupa, vestindo dessa vez um vestido de seda amarelo-cintilante. Mas não teve a oportunidade de o exhibir. Ao contrário dos seus anteriores casamentos, não haveria «bailes, danças e banquetes», nenhuns gritos de «generosidade» por parte dos arautos enquanto despejavam moedas sobre os convidados, porque não houve banquete de casamento ou mascarada, o sinal mais evidente de que a cerimónia fora preparada apressadamente. Só se tinham passado três meses e cinco dias desde que Darnley fora assassinado. Só se tinham passado quinze meses desde que Bothwell e *lady* Jean Gordon se tinham casado com «conselho e recomendação especial» de Maria, que assinara o contrato de casamento, pagara o copo-d'água e oferecera à noiva o vestido de casamento.

Enquanto Bothwell e os seus servidores se mudavam para os antigos aposentos de Darnley, os Lordes Confederados estavam a reunir as suas forças em Stirling. Como se o que acontecera nos últimos meses não tivesse sido bastante sensacional, os acontecimentos mais impressionantes e dramáticos da vida de Maria estavam prestes a desenrolar-se.

⁷ Alguns dos signatários disseram mais tarde que tinham concordado com o compromisso de Ainslie só depois de Bothwell lhes dizer que Maria desejava que assinassem. Nenhuma dessas alegações foi feita na altura, mas a acusação pode bem ser verdadeira, e Maria levantou-a contra Bothwell: ver capítulo 22.

⁸ Ver capítulo 22.

⁹ A anotação do secretário de Cecil nestes «indícios» é discutida no capítulo 26.

¹⁰ Os seus restantes servos, assim como Maitland, Huntly e *sir* James Melville, foram também levados para Dunbar.

¹¹ Mais indícios do provável estado de espírito de Maria em Dunbar serão comentados nos capítulos 22 e 26.

Capítulo 21

Desfecho na Escócia

Maria moldou o seu destino casando com Bothwell. Observando de longe a espiral descendente, Cecil escreveu que a Escócia se encontrava «num atoleiro: ninguém parece ficar parado; os mais honestos desejam ir-se embora; os piores tremem com o estremeção da sua consciência». Mas o padrão era evidente. Morton, o mais vilão dos lordes, aliara-se com Darnley num pacto faustiano para assassinar Rizzio. Quando Darnley o traiu, aliou-se com Bothwell para se vingar. Depois Bothwell tornou-se demasiado poderoso. Quando ameaçou os interesses dos outros lordes, Morton quebrou a aliança com ele, liderando uma revolta que era ainda mais mortal porque Bothwell possuía bastante informação privilegiada para condenar todos os seus cúmplices no homicídio de Darnley, enquanto ele fora absolvido do crime. Só poderia haver um sobrevivente disso, a rixa final de Bothwell com Morton.

Na noite do casamento de Maria e Bothwell, um novo cartaz foi pregado nos portões de Holyrood. Citando Ovídio, declarava:

*Como diz a gente comum,
Só rameiras casam em Maio.*

Maria ficou ofendida com o insulto, ainda que, se tivesse pensado nisso um instante, ficaria mais sossegada porque, tal como o desenho da sereia e da lebre, só poderia ter sido obra de alguém versado em poesia latina, tornando-o menos ofensivo para ela do que se tivesse vindo da gente comum.

Mas Maria não conseguia pensar com clareza. Fosse o que fosse que Bothwell lhe tivesse dito durante os seus doze dias em Dunbar, estava perturbada por se ter apercebido pouco depois do casamento que ele não a amava. As suas declarações solenes não tinham sido sinceras. Os biógrafos de Maria argumentam sempre que as suas querelas com Bothwell já tinham começado

antes do casamento. Portanto, Maria devia ter sabido o que estava a enfrentar quando se casou com ele. Isso é factualmente incorrecto. Os registos mostram só uma única discussão antes do casamento: o que Drury chamou uma «grande rudeza», que durou metade de um dia quando Bothwell regressou a Dunbar depois de convencer a esposa a apresentar o pedido de divórcio. Os relatórios de Drury são uma fonte essencial para as discórdias de Maria e Bothwell, mas os fólhos manuscritos desses importantes documentos foram trocados quando encadernados em volumes no século XIX. Partes do mesmo relatório foram arquivadas como documentos diferentes em datas diferentes. Frases incompletas, terminando num fólho e continuando num outro, algumas centenas de páginas mais adiante, fazem todas parte do mesmo parágrafo. Quando extractos dos volumes encadernados foram depois editados para publicação, passagens cruciais foram datadas erradas. Um cuidadoso reexame de todos os relatórios manuscritos mostra que, exceptuando a grande discussão em Dunbar, as discussões de Maria e Bothwell tiveram todas lugar *depois* do casamento.

Acessos de ciúmes e ressentimento mútuo eram as causas. Maria chorou porque Bothwell «não a deixava olhar ou ser olhada por ninguém, porque ele sabia muito bem que ela adorava o seu prazer e passava o tempo como qualquer outro devotado ao mundo». Bothwell era «o homem mais ciumento que existe». A 20 de Maio, Drury escreveu: «Já houve algumas discórdias entre a rainha e o duque, e mais são esperadas. Ele é ciumento e desconfiado e faz tenção de ser obedecido.» A tensão era tão grande que mesmo a beleza de Maria foi afectada. «A opinião de muitos», continuou Drury, «é que a rainha é a mulher de rosto mais mudado em tão pouco tempo sem apuro de doença que tivessem visto.»

A história estava a repetir-se. A atitude de Bothwell com Maria enquanto mulher era incompatível com a visão dela do que era ser uma rainha. Tal como nas suas discussões com Darnley, uma das piores teve a ver com um animal cobiçado. Quando ela deu um cavalo desejado ao irmão mais novo do velho inimigo de Bothwell, o conde de Arran, Bothwell vociferou e enfureceu-se, exigindo o cavalo para si. Maria, desfeita em lágrimas, contrapôs que a ex-esposa de Bothwell, *lady* Jean Gordon, ainda vivia no Castelo de Crichton, a mais próxima das várias residências dele em Edimburgo, para onde se dizia que ele lhe escrevia e até mesmo a visitava como se não estivessem divorciados.

Maria estava num tumulto. Foi outra das ocasiões da sua vida em que dizia vezes sem conta: «Gostaria de estar morta.» A diferença era que, desta vez, não se encontrava fisicamente doente. Como Drury observara, ela estava em grande sofrimento, mas «sem apuro de doença». Duas testemunhas independentes ouviram-na ameaçar matar-se. Uma delas foi Du Croc, a quem Maria convocou a horas tardias da noite do dia do casamento. «Notei», informou Catarina de Médicis, «uma estranha formalidade entre ela e o marido, que ela me pediu para desculpar, dizendo que se a visse triste, era porque não desejava ser feliz, como disse que nunca poderia ser, desejando apenas a morte.» Dois dias mais tarde, «estando sozinha num aposento particular com o conde de Bothwell, pediu em voz alta que alguém lhe desse uma faca com a qual se pudesse matar. Os que estavam na sala ao lado do aposento ouviram-na.»

Um dos que estavam na sala ao lado era *sir* James Melville. Ouviu por acaso Maria fazer a sua ameaça. «Ou então», disse ela, «afogo-me.» Segundo *sir* James, Bothwell brutalizava Maria depois do casamento. «Maltratava-a» de todas as maneiras. «Ele era tão brutal e desconfiado» que nunca lhe permitia ter um dia de paz, fazendo com que ela «derramasse abundantes lágrimas amargas».

Existem bastantes indícios do temperamento violento de Bothwell, mas também é possível que ele tivesse contado a Maria a verdade – ou uma versão expurgada da verdade – acerca da morte de Darnley. Nesse caso, ela ter-se-ia sentido traída pelo mesmo homem em quem confiara para a proteger das facções nobres, e cujo papel como protector da rainha ela selara pelo casamento. Mesmo que ele negasse ou ocultasse a sua participação na conspiração, como teria feito, ela nunca o poderia ter perdoado por ter sido incapaz de confessar o que sabia antes do homicídio, que fizera naufragar todas as esperanças dela de afirmar o seu direito à sucessão inglesa.

Mas Maria comportava-se de maneira diferente em público. Após o casamento ainda dava o braço a Bothwell. Vestia-se bem e andava a cavalo com ele. A 23 de Maio, organizou um espectáculo triunfal atrasado em honra do seu casamento. Um festival aquático foi encenado junto das margens do estuário de Forth, seguido por desportos marciais em que Bothwell correu ao anel e um grupo de soldados representaram uma falsa escaramuça. A corte em Holyrood parecia tão animada e jovial como sempre, mas uma inspecção mais minuciosa mostrou que era pouco frequentada. Apenas alguns nobres estavam presentes e a

maioria das pessoas que conversavam ou vagueavam pelo pátio ou pelo grande salão eram soldados ou servidores de Bothwell.

Quando havia outros por perto, Bothwell cuidava ou tratava Maria com cortesia e respeito. «Publicamente, ele usava de grande reverência para com a rainha», disse Drury, tirando o chapéu na sua presença, «o que parece que ela não teria querido, e por vezes pegava no chapéu dele e punha-o.» E no entanto, em privado, o temperamento dele era insuportável. Maria ainda estava presa a ele, em parte por estar ainda apaixonada e em parte por não saber o que mais fazer, mas era uma mulher diferente e infeliz.

Era uma transformação desoladora e afectou as maneiras de Maria. Tornou-se grosseira e dura na linguagem. Quando soube dos Lordes Confederados, até pareceu Bothwell a falar.

– Quanto a Argyll – disse –, «eu sei bastante bem como calar a sua boca, e quanto a Atholl, ele é apenas fraco. Lidarei bastante bem com ele. E quanto a Morton, as suas botas estão agora a ser-lhe tiradas e não as estão a limpar. Devolvê-lo-ei outra vez. – Por isso, queria dizer que o iria mandar de volta para o exílio por quebrar a sua promessa, feita há pouco menos de dois anos, de ser seu leal servidor.

Apenas um desses lordes recebeu o benefício da dúvida.

– E quanto ao conde de Mar – continuou – ele assegurou-me que seria meu e fielmente sempre. – Apesar da sua grande irritação com ele desde a sua última visita a Stirling, as ofensas dele, acreditava, eram por uma questão de carácter, e talvez pudesse crer que eram em defesa dos interesses do filho dela agora que conhecia melhor Bothwell.

Dos outros lordes, Maitland e Huntly ainda estavam em Holyrood, mas apenas por pouco tempo. A arrogância de Bothwell era de mais para qualquer homem aguentar. Maitland, sempre dando uma no cravo e outra na ferradura, estava já a fazer propostas aos Lordes Confederados em Stirling. Huntly também pediu autorização a Maria para deixar a corte, mas ela recusou. Num súbito acesso de raiva, exclamou:

– O vosso desejo é apenas fazer como o vosso pai antes de vós! – Nada podia ter sido mais ofensivo para o líder do clã Gordon após a destruição da sua família na Batalha de Corrichie e a sua lealdade a Maria desde que fora chamado de volta para ajudar a derrotar Moray.

O maior receio dos apoiantes mais obstinados de Maria era que Bothwell estivesse a conspirar para ser nomeado governador e protector da Escócia e, se possível, rei. Segundo Drury, ele pretendia proclamar-se rei assim que pusesse as mãos no herdeiro do trono. Dizia-se que essa seria a sua grande aposta política seguinte. Embora Bothwell ainda não tivesse título oficial, já se estava a comportar como se fosse rei. A 19 de Maio publicou um decreto contra moedas falsas, porque um afluxo de moedas estrangeiras falsas estava a pôr a moeda forte fora de circulação e, portanto, impedia-o de pagar as suas tropas. Isso era uma jogada sensata, mas outras eram mais parciais. No dia 22, reintroduziu um antigo regulamento para a comparência do Conselho Privado que procurava penalizar os lordes que boicotavam a corte de Maria na esperança do seu regresso. No dia seguinte, fez uma descarada tentativa para conquistar novos amigos. Um decreto do Conselho Privado anulou todas as dispensas religiosas obtidas de Maria que permitiam aos seus nobres ou servidores prestar culto privado como católicos. Era o protestante Bothwell a tentar aliar-se com a Igreja protestante. O clero católico pedira a Maria para restabelecer a missa, mas Bothwell bloqueou a pretensão deles. Chamou Craig, a quem ameaçara enforcar, só para lhe assegurar que faria tudo para ajudar os protestantes contra os católicos e até mesmo assistir a pregações.

Contudo, o mais importante era o poder militar. Os lordes estavam a reunir as suas forças: havia uma guerra civil em perspectiva. A 20 de Maio, Maria foi vista a chorar amargamente com Bothwell. A pressão estava a aumentar; Drury soube pelos seus espiões que ela sofria novos acessos de vômitos. Dois dias depois, Maria decidiu enfrentar o desafio. Publicou uma proclamação reunindo tropas para restabelecer a lei e a ordem nas fronteiras, mas, disse Drury, todos sabiam que iriam formar o núcleo de um exército real.

Entretanto, Bothwell procurava estabelecer as suas credenciais estrangeiras. Escreveu a Isabel, Cecil e Throckmorton, todos no mesmo dia, 5 de Junho. A sua carta para Cecil foi redigida num tom ofensivo e régio. «Vendo que Deus me chamou para este lugar», começava, «desejo-vos que persevereis em todos os bons serviços.» Podia ter sido Darnley a falar! Bothwell foi menos presunçoso na sua carta para Isabel, mas mesmo assim confiante. Estava ciente, disse, dos maus relatórios que Isabel recebera acerca dele, mas afirmava que eram imerecidos. Desejava restabelecer as relações de amizade com a Inglaterra.

Homens de maior nascimento podiam ter sido preferidos para o alto estatuto que agora ocupava, mas nenhum poderia estar mais ansioso pela amizade de Isabel.

Era um exercício desajeitado de diplomacia. Bothwell escreveu demasiado com se fosse igual a Isabel, algo que mesmo Maria raramente fazia. Segundo Drury, o objectivo de Bothwell era convencer os ingleses a serem apenas meros espectadores enquanto ele desferia um golpe de misericórdia nos lordes. Acabaria por ser uma esperança vã. Após uma furiosa troca de palavras com Bothwell, Maitland deixou Holyrood com a sua esposa, Mary Fleming, e juntou-se aos rebeldes. Evitou despedir-se de Maria, que estava desfeita em lágrimas com a deserção da principal das quatro Marias, sua antiga companheira de brincadeiras e prima. O seu casamento com Bothwell estava a obrigá-la a escolher entre o marido e as companheiras de toda a vida. E, no entanto, por alguma razão, faltava-lhe a vontade de pôr Bothwell no lugar dele. Casara-se com ele para o melhor ou o pior, e iria manter a sua decisão.

Nessa altura, os Lordes Confederados tinham aumentado para cerca de trinta. Ninguém duvidava que iria ser uma luta até à morte. O ambiente estava a tornar-se semelhante ao de uma representação de *Macbeth*. Rumores e profecias percorriam o país, desde as Highlands até às Lowlands. «Há uma feiticeira no Norte», disse Drury, «que afirma que a rainha ainda virá a ter mais dois maridos.» Bothwell viveria apenas um ano, e Maria seria queimada como feiticeira. Essas profecias foram relatadas a Maria, que as pôs de lado com um gesto de desdém, «e, contudo, diz-se que ela receia o mesmo».

Um problema sério para Maria era a falta de dinheiro. O seu rendimento como rainha viúva de França significara que nunca antes tivera de poupar nas suas despesas pessoais, aumentando os impostos apenas uma vez no seu reinado para pagar os banquetes e os divertimentos no baptismo do príncipe Jaime. Mas nunca antes tentara reunir um exército inteiro, apesar dos nobres, mesmo durante a Perseguição por todo o lado. Bothwell queria recrutar quinhentos soldados profissionais de infantaria e duzentos de cavalaria, o que custaria cinco mil coroas. Maria fez o impensável. Cortou no orçamento da sua casa para angariar dinheiro. Esvaziou os guarda-louças e enviou grandes quantidades de baixelas de ouro e prata para cunhar moeda. Até mesmo a pia baptismal de ouro maciço que Isabel oferecera para o baptismo do seu filho Jaime deveria ser fundida. Seria transformada em moedas, valendo cada uma três libras. Ironicamente, a pia

era tão grande e pesada que não pôde ser fundida, e apesar de várias tentativas para a submeter a temperaturas altas, nenhuma foi bem-sucedida.

A 6 de Junho, Bothwell levou Maria de Holyrood para o Castelo de Borthwick a fim de escaparem a Morton e aos lordes, que estavam a planear um ataque. Partiram com tanta pressa que Maria só teve tempo para arrumar nas malas o que para ela era o essencial: uma bacia de prata para se lavar, uma chaleira para aquecer água, uma pequena papelreira com fechadura e chave para os seus papéis e uma grande quantidade de alfinetes para prender o cabelo.

Bothwell pretendia retirar para o Hermitage, mas decidiu ficar em Borthwick, onde estariam a pouca distância de Edimburgo. O castelo encontrava-se bem fortificado. Era constituído por uma única torre quadrada e sombria com a altura de três andares. As muralhas tinham quase quatro metros de espessura na base, diminuindo para um metro e oitenta no topo. O telhado, em forma de terraço, era pavimentado, com ameias das quais um vigia podia ver o que se passava até uns três quilómetros. Abrigado numa cavidade, o castelo encontrava-se rodeado dos três lados por terreno elevado íngreme e água. Só era acessível por uma ponte levadiça e, portanto, inexpugnável para quem não tivesse artilharia, mas difícil de abastecer em caso de cerco.

Na noite do dia 10, os lordes tentaram fazer uma incursão quando Bothwell estava prestes a deitar-se. Sem eles saberem, escapou por uma porta traseira e depois galopou para Haddington a fim de chamar reforços. Os lordes pediram-lhe que saísse gritando: «Traidor, assassino, algoz!» Quando perceberam que os tinha despistado, acamparam ao lado do castelo. Era o auge do Verão e havia luz até quase às onze horas da noite. Maria subiu ao telhado e debruçou-se nas ameias, juntando-se a uma competição de gritos com os seus inimigos lá em baixo, em que foram trocados insultos. Maria aguentou-se bem. Como Drury descreveu, os lordes atacaram-na com «diversos discursos irresponsáveis e indecorosos usados contra a sua rainha e soberana, demasiado maldosos e inconvenientes para serem contados, dos quais a pobre princesa se defendeu com o seu discurso, desejando outros meios para se vingar». Era um sinal do respeito quase sagrado concedido a rainhas ungidas que, tendo escrito essas palavras, Drury ficou tão embaraçado com elas que tentou eliminá-las com a série de riscos.

Os lordes retiraram para a vizinha Dalkeith, e depois partiram no dia seguinte para Edimburgo com dois mil homens. Quando chegaram, os portões foram fechados contra eles, mas um pequeno grupo avançado trepou a muralha da cidade, abriu o portão conhecido como Cowgate Port e ocupou a cidade. O presidente do município rendeu-se e os lordes assumiram o controlo, publicando um retumbante apelo às armas:

Que o conde de Bothwell, tendo posto mãos violentas na pessoa da rainha e encerrando-a no Castelo de Dunbar, tendo procedido a um casamento desonesto com Sua Majestade depois de obter um divórcio da sua ex-esposa, tendo já assassinado o falecido rei e agora tentando pela sua reunião de forças assassinar também o jovem príncipe; portanto ordenam a todos os vassalos que estejam prontos dentro de três horas para avançar com eles para libertar a pessoa da rainha do cativeiro e vingar-se do conde de Bothwell.

A 12 de Junho, os lordes convocaram um «Conselho Secreto» no Tolbooth, onde declararam que Bothwell era «o principal autor e assassino de Sua Graça o rei de boa memória e de ter arrebatado Sua Majestade a rainha». Era, de facto, um veredicto quase judicial revertendo a absolvição de Bothwell do homicídio de Darnley e abrindo caminho para a sua «destituição» ou «julgamento por combate» no campo de batalha.

Ganhar controlo de Edimburgo foi essencial para a campanha dos lordes. Quando Huntly e os seus aliados tentaram retomar a cidade, foram obrigados a buscar refúgio no castelo, onde supunham que seriam protegidos por *sir* James Balfour, seu novo comandante e nomeado por Bothwell. Só que, numa reviravolta tão descarada como fatal para Maria, ele mudou de lado. Decidiu apoiar os Lordes Confederados em troca de uma promessa de perdão pela sua participação no homicídio de Darnley. Tinha estado a ferver de ressentimento e receio desde a absolvição de Bothwell. A sua deserção assegurou que Huntly era mantido no castelo – talvez demasiado convenientemente, uma vez que queimara as suas pontes com Bothwell – até ser demasiado tarde para ele ajudar Maria e Bothwell no confronto final.

Os Lordes Confederados estavam a voar alto. Era esperado que Argyll, cujo poder militar era maior do que o dos outros lordes, se encontrasse com eles em breve. Entretanto, Morton deixou que os seus homens saqueassem a Abbey-Kirk e a casa da moeda real, onde se apoderaram do que restava das baixelas de ouro

e prata que aguardavam ali para se cunhar moeda a partir delas, incluindo a pia baptismal, que ainda estava inteira.

Nessas circunstâncias difíceis, Maria recuperou a sua determinação e presença de espírito. Saiu do seu torpor e tornou-se a pessoa ousada que fora. Na noite do dia 11, fugiu do Castelo de Borthwick disfarçada. Sempre gostara de se vestir e fingir que era um homem. Desta vez, foi a sério. Como Drury relatou, vestiu roupas de homem e cavalgou, «com botas e esporas... nessa mesma noite de Borthwick para Dunbar, do que nenhum homem soube excepto lorde Bothwell e alguns dos seus servidores, que se encontraram com Sua Majestade a quase dois quilómetros de Borthwick e a trouxeram para Dunbar». Quase assim que chegaram ao seu castelo, Bothwell saiu a cavalo, dessa vez para Melrose, a fim de se encontrar com os seus servidores. Eles deviam ser a base da sua infantaria, mas nem todos apareceram. Drury tinha subornado os Elliot de Liddesdale, os bandidos que tinham emboscado e ferido Bothwell no ano anterior, para os interceptar e atormentar antes de se juntarem às forças de Maria. Essa jogada foi um grave revés. Ainda mais devastadora foi a traição de Balfour, visto que fora por conselho seu que Maria, pelos vistos na ausência de Bothwell, julgaria seguro deixar Dunbar e regressar à capital.

A 13 de Junho, os lordes fizeram rufar os tambores nas ruas de Edimburgo para reunir tropas em nome dos lordes e do príncipe, propondo pagar-lhes uns fabulosos vinte xelins esterlinos por mês. Quando Argyll chegou com os seus *highlanders*, existia ali um exército de três mil homens.

No dia seguinte, Maria retaliou. Publicou uma proclamação ordenando aos seus súbditos leais que se reunissem bem cedo na manhã seguinte em Musselburgh, a entrada para a capital a partir do leste. A fim de incitar as suas tropas, declarou que dentro de vinte e quatro horas estaria em Edimburgo ou Leith. Depois cavalgou à frente de seiscentos homens para Haddington, onde Bothwell se juntou a ela com mais dois mil. Só tinha uma força de duzentos e sessenta homens quando partiu, mas foi juntando mais aderentes pelo caminho. Também tinha a vantagem da artilharia, trazendo três ou quatro canhões de bronze do armazém de munições de Dunbar.

Maria estava a arder de desejo de desafiar. Já não se sentia isolada pelos adornos da monarquia. O seu cabelo estava em desordem e vestia roupas emprestadas. Segundo Drury, eram «semelhantes aos trajes e modas das

mulheres de Edimburgo». Vestia um saiote vermelho com mangas presas com pontos, uma peça que lhe cobria o pescoço e os ombros, um chapéu de veludo e um abafo para o pescoço. O capitão de Inchkeith, um francês ao serviço de Bothwell que manteve um diário desses acontecimentos, disse que ela usava «uma saia vermelha que mal lhe chegava a meio das pernas».

Maria e Bothwell cavalgaram para Seton, deixando as suas tropas a descansar durante a noite nos campos ao lado de Prestonpans. Quando os lordes souberam da sua proximidade, mobilizaram as forças deles e marcharam de noite para Musselburgh. Morton e Atholl estavam no comando. O seu estandarte, levado entre duas lanças à frente da coluna, era uma imagem de Darnley morto debaixo de uma árvore num jardim, vestindo a sua camisa de noite, com uma criancinha ajoelhada ao lado dele e gritando: «Julga e vinga a minha causa, Ó Senhor.»

Por volta das cinco horas da manhã seguinte, Maria e Bothwell encontravam-se a caminho. A data era domingo, 15 de Junho, um mês depois do casamento deles. Os seus estandartes ostentavam a cruz em aspa e o leão rampante, os emblemas de Santo André, santo patrono da Escócia, e da coroa. Os exércitos rivais ficaram à vista um do outro em Carberry Hill, um cume elevado perto de Inveresk, quase a quatro quilómetros de Musselburgh. Maria posicionou as suas forças a cerca de mil e seiscentos metros a noroeste da aldeia de Elphinstone, dentro de fortificações abandonadas pelo protector Somerset durante a campanha final dos Cortejos Brutais. Os lordes tinham acabado de atravessar a velha ponte de Musselburgh quando viram o exército de Maria no terreno mais alto. Eles subiram alguns quilómetros pelo lado leste do rio Esk até chegarem às proximidades de Cousland, uma aldeia quase a quatro quilómetros a sudeste de Carberry Hill, onde também se estabeleceram.

Foi um dia longo e quente. Os exércitos estavam mais ou menos equilibrados, nenhum dos lados querendo arriscar um ataque. Após três horas de impasse, Du Croc, que seguira o exército confederado à distância, avançou e ofereceu-se para servir de mediano entre os dois lados. Falando através de um intérprete, implorou aos Lordes Confederados que evitassem um banho de sangue, argumentando que uma coisa era atacar Bothwell e outra muito diferente envolver uma rainha ungida numa batalha. Os lordes ouviram-no, mas responderam que só havia duas maneiras de evitar uma batalha. Uma era Maria

abandonar Bothwell. A outra era se ele viesse para terreno aberto e lutasse em combate singular.

Du Croc hesitou. Essas condições equivaliam a um ultimato. Tentou aplacar os lordes, que estavam a ficar cada vez mais impacientes. Afirmaram que preferiam ser enterrados vivos num fosso do que deixar de vingar a morte de Darnley. Um jogo de retórica estava a ser jogado. Morton foi astuto, dizendo que «não tinham pegado em armas contra a rainha, mas contra os assassinos do falecido rei, e se Sua Majestade desistisse de Bothwell para ser castigado ou o afastasse da sua companhia, encontraria neles a continuação de toda a obediência cumpridora».

Instado por Maitland, o embaixador atravessou o terreno aberto e subiu a colina. Foi conduzido a Maria, que estava sentada numa pedra a falar com Mary Seton, ainda usando as roupas emprestadas. Ele beijou-lhe as mãos e contou-lhe o que fora proposto. Enquanto escutava, os olhos dela incendiaram-se. Sabia como esses lordes jogavam o seu jogo.

– Parece muito mal da parte deles – disse – irem contra o seu compromisso assinado, depois de eles me terem casado com ele, tendo-o já absolvido do feito do qual iriam agora acusá-lo. – Maria pediu aos lordes para se submeterem. Se se rendessem, ela seria misericordiosa. – Se me pedirem perdão, terei gosto em dá-lo e em recebê-los de braços abertos.

Nesse momento, Bothwell apareceu. Du Croc saudou-o, mas recusou-se a apertar-lhe a mão. Bothwell falou alto para que todos ali perto o pudessem ouvir, insistindo em saber o que lordes tinham dito. Du Croc respondeu alto que eles lhe tinham assegurado a sua lealdade a Maria. Então ele baixou a voz e acrescentou que, quanto a Bothwell, eram seus mortais inimigos.

Bothwell gritou em resposta:

– Não é o compromisso que me deram bem conhecido de todos? Nunca quis ofender nenhum deles, mas antes agradar a todos eles, e só falam de mim como fazem por inveja do meu alto estatuto. – Depois disse as palavras que deviam ser o seu epitáfio: – A fortuna é generosa para aqueles que podem tirar proveito dela, e não há um único deles que não estaria de bom grado no meu lugar.

Parecia ser um impasse. Então Bothwell pediu a Du Croc para regressar para junto dos lordes. Devia dizer-lhes que, embora ele fosse o marido da rainha, aceitaria o seu desafio. Lutaria com qualquer deles em combate singular desde que fosse de posição suficiente.

– A minha causa é tão justa – disse – que tenho a certeza de que Deus está do meu lado.

Ouvindo isso, Maria interveio. Esforçando-se por conter as lágrimas, insistiu que a desavença era com ela. Du Croc, que estava a perder o pé, também rejeitou o combate singular. Embora odiasse Bothwell e gostasse de o ver morto, as suas instruções eram de promover a influência francesa na Escócia, não de arriscar o derrube da monarquia.

– Nesse caso – disse Bothwell – não precisamos de falar mais. – Depois, em tom de brincadeira, lembrou o exemplo do infeliz enviado que se esforçou em vão para arbitrar entre Cipião e Aníbal antes da batalha de Zama. Não conseguiu fazer nada e, portanto, ficou de lado. Em breve foi recompensado com «o maior espectáculo que poderia ter visto».

Du Croc voltou para junto dos lordes, informando-os que Maria queria que eles pedissem perdão. Também eles ficaram furiosos. O conde de Glencairn retorquiu:

– Não viemos aqui para pedir perdão por qualquer ofensa que tenhamos feito, mas antes para perdoar aos que ofenderam. – A sua resposta confirmou até que ponto um compromisso era impossível. Du Croc deu meia volta e cavalgou de regresso a Edimburgo.

O impasse prosseguiu ao longo da parte mais quente do dia, dando uma vantagem aos lordes. Enquanto o exército real tinha espaço limitado de manobra no alto da colina, os lordes podiam ajustar a sua posição lá em baixo para obter alguma sombra ou evitar o brilho do sol nos olhos. Tinham trazido abastecimentos de bebidas, decerto cerveja com baixa percentagem de álcool. Também tinham montado acampamento com fácil acesso a um riacho.

No alto de Carberry Hill, a temperatura aumentava. Quando os batedores de Bothwell foram buscar água a um poço ali perto, foram capturados. Por volta do meio-dia, alguns barris de vinho chegaram de Seton para as forças reais. Os soldados retiraram-se para beber, mas o álcool só aumentava a sua desidratação. Quando lhes foi ordenado que voltassem às fileiras, muitos desobedeceram e escapuliram-se. Enquanto faziam isso, o estado de espírito mudou. O moral baixou muito à medida que os números baixavam. Os que ficaram começaram a queixar-se de que a desavença era demasiado pessoal. Se os lordes queriam que

Bothwell lutasse em combate singular, não havia motivo para que não o devesse fazer. Por que deviam arriscar desnecessariamente as suas vidas por ele?

Por volta das duas da tarde, Kirkcaldy de Grange chegou sob uma bandeira branca para falar com Maria. Bothwell ordenou a um soldado que disparasse contra ele, mas Maria soltou um grito e ordenou que «não lhe fizesse essa vergonha». Embora fosse amigo de Knox e Buchanan, Kirkcaldy não era republicano. No fundo do seu coração, era leal a Maria, a quem implorou que deixasse Bothwell, assegurando-lhe que se o fizesse, os lordes dispersar-se-iam. Honrariam e serviriam a sua rainha, mas primeiro tinha de se livrar do homem que assassinara o seu segundo marido.

Na provável suposição de que Bothwell tinha já apresentado a Maria a sua versão expurgada dos acontecimentos em Kirk o'Field, ela sabia que iria sempre ser a palavra dele como «homem de honra» contra a dos seus antigos cúmplices, e essa palavra, devia ter percebido agora, valia pouco. Quando Bothwell avançou de novo, reiterando a sua proposta de lutar em combate singular, Kirkcaldy assentiu. Era o que os Lordes Confederados tinham sugerido. Comprometeu-se a voltar com a resposta deles.

Após uma breve discussão, os lordes nomearam Kirkcaldy como seu campeão. Contudo, Bothwell rejeitou-o. Disse que um mero *laird* não era seu igual em honra ou nível e «não podia ser seu par». Deu a mesma resposta a *sir* William Murray, o *laird* de Tulibardine, o destituído fiscal de contas da casa de Maria, cujo irmão era o suspeito autor dos cartazes denunciando Bothwell como assassino de Darnley. Bothwell exigiu lutar com Morton, seu parceiro no homicídio de Darnley e seu aliado durante dois meses até se zangarem. Bothwell queria ver Morton morto. Desafiou-o «a avançar e lutar com ele corpo-a-corpo entre os dois exércitos.»

Confrontado com uma luta até à morte, Morton hesitou. Era quinze anos mais velho do que Bothwell e em muito menos boa forma. Há vinte anos que não usava uma espada no calor da batalha, enquanto Bothwell era um hábil espadachim, ainda física e mentalmente no seu auge. Lorde Lindsay, um parente de Darnley, ofereceu-se para substituir Morton. Era alguns anos mais novo do que Morton e lutara com distinção na batalha de Corrichie. Avançou, e bem à vista dos dois exércitos ajoelhou no chão, pedindo a Deus que preservasse o

inocente e punisse o cruel e malvado assassino que derramara o sangue do seu parente.

Morton deu a Lindsay a sua espada de empunhadura dupla, uma arma estimada pela sua família por ter sido brandida pelo seu antepassado, o grande conde de Angus, alcunhado Arquibaldo, o *Responsável*. Era um gesto incisivo, visto que esse mesmo antepassado do clã Douglas tinha sido destituído do seu direito adquirido por nascimento pelo bisavô de Bothwell. Iria ser uma luta até à morte.

Drury afirmou que Bothwell recuou quando viu Lindsay e assim provou ser um cobarde. Isso era propaganda desavergonhada. Quaisquer que fossem os seus defeitos, Bothwell era um soldado corajoso. Além disso, acreditava que essa era a sua melhor hipótese de se ilibar da acusação de exclusiva cumplicidade no homicídio de Darnley, visto que pelas leis do «julgamento por combate» o vencedor era absolvido do crime pela «voz» ou juízo de Deus.

Quando os combatentes se preparavam para avançar, Maria interveio. Ao início concordara e agora, numa decisão súbita, proibiu o combate com Lindsay. Impediu a luta porque, fosse o que fosse que acontecesse, sabia que ninguém ficaria satisfeito. Se Bothwell perdesse, ela ficaria prisioneira dos lordes e teria perdido o seu protector. Se ele vencesse, mesmo assim ela perderia, porque ficara a conhecer Morton pelo que ele era. Nunca aceitaria o resultado. Ou os lordes rebeldes ordenariam às suas forças que atacassem, ou então enviariam outros campeões para repetir o desafio até Bothwell cair de exaustão ou morrer das suas feridas.

O que Maria agora desejava é motivo de controvérsia. Existem dois relatórios contraditórios. Segundo *sir* James Melville, que odiava Bothwell e o queria ver morto, ela chamou Kirkcaldy. Propôs render-se. Separar-se-ia de Bothwell e colocar-se-ia sob a protecção dos lordes, se eles prometessem garantir a sua segurança. Mas segundo o homem de Bothwell, o capitão de Inchkeith, a sua reacção foi a oposta. Embora proibindo Bothwell de lutar, gritou-lhe que ordenasse ao seu exército que atacasse.

– Só desejava que as suas forças lutassem.

É impossível concluir qual destas versões é a verdadeira. Nem uma nem outra é corroborada, e nenhuma regista a reacção de Bothwell à ordem de Maria de proibir o combate homem-a-homem. Mas fosse o que fosse que ela queria que acontecesse, o seu exército não atacou e ela rendeu-se. As suas forças tinham

desaparecido, ficando reduzidas a uns quatrocentos homens de Bothwell. Até mesmo o capitão de Inchkeith reconheceu que ela e Bothwell olhavam em volta, procurando Huntly e os seus servidores, que esperavam que pudessem chegar no último momento para salvar a situação.

Usando Kirkcaldy como seu intermediário, Maria chegou a um acordo com os lordes. Bothwell seria autorizado a escapar. Ficaria livre para ir para onde lhe apetecesse, fugindo com um punhado de apoiantes sem imediato receio de perseguição. Depois Maria rendia-se e regressava a Edimburgo em troca de um tratamento honroso.

Maria estava dilacerada por emoções contraditórias. Agora sentia ressentimento por Bothwell devido à sua traição em relação ao assassinio de Darnley. Tinha sido demasiado confiante. Fazia parte da sua natureza, como mostrara desde os anos da adolescência. Em vez de se erguer acima das facções dos nobres ao casar com ele, ficara ainda mais enredada em facções. Bothwell tinha sido desonesto e manipulador. Movido pela ambição e por um desejo de se sobrepor aos seus velhos rivais, traíra a rainha a quem prometera lealdade e o seu coração. Ela também estava a calcular as probabilidades. Sabia que, se Bothwell escapasse, ficaria livre para lutar noutra ocasião. Ainda estaria vivo. Por muito hábil que fosse, Maria encontrava-se numa crise. Estava a manter as suas opções em aberto. Apesar de todos os seus defeitos, Bothwell era o seu protector. Ela nascera rainha e não era uma mulher capaz de ceder o seu trono de ânimo leve, muito menos a uma junta de nobres facciosos.

Quando Maria se separou de Bothwell, estava a chorar. Encontrava-se grávida dele, resultado da sua estada em Dunbar. Esse facto devia ser conhecido. Foi relatado a Cecil no mesmo dia da batalha, e, portanto, deve ter sido falado no círculo de Maria durante mais ou menos uma semana. A relutância dela em deixar que Bothwell se envolvesse em combate singular deve ter sido em parte devida ao facto de ele ser o pai do seu novo bebé.

Agora era a vez de Bothwell estar agitado. Começou a hesitar e a protestar, inseguro das condições que Maria acordara com os seus captores. Deixavam-no escapar só para ser apanhado e morto quando estivesse longe do olhar dela? Pediu-lhe que ela lhe contasse a verdade. Teria um salvo-conduto? Ela respondeu «Sim» e estendeu-lhe a mão.

Bothwell apertou-a na despedida e, virando o cavalo, partiu a galope para Dunbar, bem vigiado, mas ainda sem oposição dos lordes. Foi ladeado por uma dúzia dos seus seguidores. Só quando tinham andado quase quatro quilómetros e estavam a ficar fora de vista é que Maria se virou para Kirkcaldy, ali à espera.

O relatório da separação de Maria e Bothwell é de Du Croc. O seu relato foi compilado no dia seguinte, a partir das suas conversas com testemunhas oculares, e é preferível a tudo o que foi disponibilizado para consumo público pelos lordes, que afirmaram que Maria beijou Bothwell apaixonadamente bem à vista de ambos os exércitos, cada um deles prometendo ser verdadeiro com o outro. Maria nunca mais voltou a ver Bothwell. Quando se virou para Kirkcaldy disse-lhe de uma maneira objectiva:

– *Laird* de Grange, rendo-me a vós nos termos que me explicastes em nome dos lordes.

Ele pôs um joelho em terra e beijou-lhe a mão. Maria montou no seu cavalo e desceu a colina num ritmo de passeio. A poucos passos atrás dela, Mary Seton seguia-a no seu pónei.

Enquanto Maria se aproximava dos seus captores, mantinha a cabeça alta. Um desenho colorido, ilustrando a cena, foi preparado por Drury e enviado a Cecil. Mostra-a nas suas roupas emprestadas, determinada a manter a sua dignidade enquanto os soldados que ainda se encontravam nas suas posições se mantinham quietos, em admiração, observando um espectáculo que já estavam a começar a entender que seria algo que contariam aos seus filhos e netos.

A recepção de Maria foi respeitosa, mas assim que o encanto se quebrou, os homens do conde de Atholl e os do *laird* de Tullibardine gritaram:

– Queimem a prostituta! Queimem a assassina!

Esses insultos deixaram Maria atordoada. Virou-se para os lordes desnorteada, mas eles desviaram os olhos.

A honra e a reputação de Maria tinham sido arrastadas pela lama. Já não poderia manter qualquer presunção. Odiava os lordes pela humilhação que lhe tinham infligido: faria tudo o que pudesse para os destruir. Enquanto reconquistava a sua confiança na estrada de volta para Edimburgo, «só falava de os enforcar e crucificar a todos». Ofendida e zangada, chamou Lindsay, o que desafiara Bothwell, para que se apresentasse. Quando ele chegou, ela ofereceu-lhe a mão. Quando Lindsay pegou nela, Maria rosnou:

– Pela mão que está agora na vossa, terei a vossa cabeça por isto, garanto-vos.

As ameaças de Maria custaram-lhe caro. Denunciara as suas intenções num momento em que ela e os Lordes Confederados estavam bloqueados numa luta pela sobrevivência. Maria chegou a Edimburgo entre as oito e as nove da noite. Os lordes tinham enviado uma mensagem à frente e os espectadores enchiam as ruas. Era um mundo bem diferente do da sua entrada triunfal na cidade, anos antes, quando foi homenageada pelos dignitários municipais e acolhida por «Mouros» em tafetá amarelo. Nessa altura, cavalgara com pompa. Agora estava «toda desfigurada com poeira e lágrimas».

A propaganda dos lordes encontrava-se no seu máximo. Enquanto Maria passava, a multidão gritava-lhe insultos. Como derradeira indignidade, não foi levada para Holyrood, mas sim alojada na casa do presidente do município, diante do Market Cross. «Nessa mesma noite», disse *sir* James Melville, lançando mão da informação fornecida pelos lordes, ela escreveu a Bothwell, «chamando-lhe querido, que nunca esqueceria nem abandonaria por estar ausente.» Assegurou-lhe que só o mandara embora para segurança dele. Instou-o a estar tranquilo e avisou-o que devia ficar em guarda. Entregou a carta a um mensageiro e pagou-lhe para a levar a Dunbar. Ele recebeu o dinheiro, mas entregou a carta aos lordes. A história é bastante improvável – até mesmo Melville duvidou dela, acrescentando em nota à margem: «Alguns suspeitam que esta carta é inventada.» Contaram a mesma história a Drury. E depois disseram-lhe que «a rainha fez um voto de não comer mais carne até voltar a ver Bothwell». Isso pode ser em parte verdadeiro. Era mesmo coisa dela recusar-se a comer quando sabia que era cruelmente enganada. Os lordes tinham-lhe prometido tratamento honroso só para a manter detida. Preferia morrer do que submeter-se a tal indignidade.

No dia seguinte, disse o espião de Drury, Maria apareceu a uma janela e pediu ajuda às pessoas. «Ela veio à dita janela várias vezes num estado tão miserável, os cabelos pendentes sobre as orelhas, e o peito, sim, a maior parte de todo o seu corpo da cintura para cima, nua e descoberta, que nenhum homem podia olhar para ela sem o levar a sentir piedade e compaixão.» Vendo passar Maitland, Maria pediu-lhe pelo amor de Deus que viesse e falasse com ela, mas ele puxou o chapéu para cima das orelhas e fingiu não ouvir.

Maitland contou a Du Croc uma história diferente. Maria tinha-se debruçado da janela e depois exigiu saber por que fora separada de Bothwell, «com quem esperara viver e morrer com plena aprovação do mundo».

Numa intriga obscura que durou três horas, Maitland procurou saber como Du Croc reagiria ao aprisionamento ou exílio de Maria no estrangeiro enquanto os lordes governavam em nome do príncipe Jaime. Um pacto secreto foi alcançado. Du Croc concordou que a França não interferiria, mas só desde que a Inglaterra não se envolvesse. Se Isabel interviesse, então Carlos IX seria obrigado a declarar-se a favor de Maria.

A verdade era que, enquanto Maria fosse ainda rainha, tinha o apoio de uma maioria dos seus súbditos. Um cronista fiável de outra maneira, não ao serviço dos Lordes Confederados, deu sem dúvida o relato mais credível desse episódio. A sua versão era que quando Maria se debruçou para fora da janela e pediu ajuda, «o povo da cidade juntou-se em grande quantidade e apercebendo-se da sua aflição teve piedade e compaixão do seu estado. Os lordes, percebendo isso, vieram ter com ela com semblante dissimulado, com reverência e belas palavras, e disseram que as suas intenções não eram de modo nenhum escravizá-la.» Isso condiz com os factos conhecidos de modo independente. Para dispersar uma multidão muito grande, os lordes tinham de fazer um anúncio. Seria permitido que Maria regressasse a Holyroodhouse, onde seria livre de «fazer o que quisesse». Quando Maria ouviu isso, ficou «tão tranquila que o povo de bom grado partiu».

Nessa noite, Maria foi para Holyrood acompanhada por Morton e Atholl, um de cada lado, precedidos por uma força de mosqueteiros levando o estandarte do assassinado Darnley. A um sinal combinado, um grupo escolhido de curiosos gritou:

– Queimem-na, queimem-na, não merece viver, afoguem-na.

Mas os lordes foram traiçoeiros. Maria foi mantida apenas algumas horas em Holyrood e só porque não era seguro mudá-la para outro lugar durante o dia. Quando a noite caiu, mandaram-na preparar-se. Apenas com um manto posto por cima da camisa de noite, a temível rainha dos escoceses foi levada de barco, através do estuário de Forth, para Fife e depois para o castelo na ilha de Lochleven, perto de Kinross. Pouco depois de nascer o dia, na terça-feira 17 de Junho, subiu para um barco a remos e foi levada para a ilha no meio do lago. O

castelo pairando estranhamente fora da neblina matinal era quase inexpugnável: uma torre quadrada com a altura de quatro andares, tendo torreões redondos nos cantos, cercada por um lago que então tinha 20 e mais 24 quilómetros de circunferência e a pelo menos oitocentos metros de terra no seu ponto mais estreito. Quando Maria desembarcou ao fundo das escadas que levavam à ponte levadiça, foi recebida por *sir* William Douglas, o *laird* de Lochleven, que a conduziu a uma sala pouco mobilada no piso térreo. Mais tarde, foi mudada para um alojamento mais seguro no torreão redondo do canto sudeste do castelo.

Essa não era uma residência na qual fosse provável que Maria se desse bem. *Sir* William Douglas era um dos do clã de Morton. Se isso não fosse já bastante, a sua mãe viúva, que ainda vivia no castelo, nascera como *lady* Margaret Erskine e fora uma das antigas amantes de Jaime V – na verdade, era nem mais nem menos do que a mãe do meio-irmão de Maria, Moray. O *laird*, também meio-irmão de Moray e dependente de Morton, tinha dois irmãos legítimos e sete irmãs, uma delas casada com Lindsay, aquele que desafiara Bothwell e que Maria ameaçara na estrada de regresso de Carberry Hill. *Lady* Margaret afirmara mais de uma vez ter sido, embora em segredo, casada com Jaime V. Dizia que o seu filho, Moray, era não só legitimamente como por direito rei dos escoceses, em vez de Maria.

A ilação era inevitável. Moray planeava regressar à Escócia do seu exílio auto-imposto em França para governar numa condição ou noutra. Os Lordes Confederados tinham justificado a sua revolta como uma cruzada moral para vingar o homicídio de Darnley e garantir a libertação de Maria do «cativeiro» e «escravidão» de Bothwell. Isso era pura mistificação. O que eles fizeram após a rendição dela em Carberry Hill foi aprisioná-la. Por meio de um pretexto, tentaram implicá-la no homicídio de Darnley. A fasquia subiu quando alegaram, na sua justificação para a detenção dela, que Maria «parecera fortalecer e sustentar» Bothwell nos crimes dele. Ela era, afirmaram, uma mulher de «paixão desmesurada».

Para Maria, era o início do fim do seu reinado tumultuoso na Escócia. Fora rainha apenas durante os primeiros seis dias da sua vida e uma rainha reinante durante seis anos. Era agora uma prisioneira, guardada de dia e de noite pelos seus inimigos. Tirando umas poucas mas inebriantes semanas no ano seguinte, o resto da sua vida seria passado em cativeiro.

Capítulo 22

Relato de Maria

Enquanto Maria se encontrava aprisionada em Lochleven, uma lenda negra era inventada. «Torpeza moral» foi a acusação levantada contra ela. Acusaram-na de adultério e homicídio e disseram que era incompetente para governar. Os Lordes Confederados alegaram que ela e Bothwell tinham desfrutado de sexo apaixonado durante meses antes de Darnley ser morto. Disseram que a rainha e o seu amante tinham planeado a explosão em Kirk o'Field e que quando Darnley foi morto ela organizara um falso rapto e até mesmo uma falsa violação, para encobrir as suas intenções de casar com ele.

Este relato não é o de Maria. A história é escrita pelos vencedores e após o seu encarceramento ela seria uma vencida espectacular. A vileza e a astúcia dos lordes são mostradas pela sua prontidão em acusá-la dos crimes que tinham cometido, reescrevendo a história para tornar a sua versão na história «oficial», excluindo as outras.

Quando os lordes teceram a sua ficção incriminatória, a versão de Maria da história foi esquecida. O que pode surgir como uma surpresa total é que o seu relato – contado pelas suas palavras – pode ser recuperado. Raramente lhe permitiram que o contasse. Poucos biógrafos lhe fizeram mais do que uma breve menção e os documentos que o registam não têm sido citados com pormenor desde 1845 – talvez porque a sua versão da história é tão diferente da «oficial» que se achou que não valia a pena examiná-la.

Pouco depois de casar com Bothwell, Maria escolheu dois embaixadores para exporem o seu caso aos seus vizinhos reais. Enviou Wiliam Chisholm, bispo de Dunblane, para Paris e Robert Melville para Londres, a fim de justificarem e explicarem as suas recentes acções. Deu-lhes as suas instruções, ditadas aos seus secretários e entregues aos embaixadores como notas informativas. Essa era a maneira habitual de as indicações diplomáticas serem fornecidas e os documentos reflectem a defesa de Maria da sua posição. Ela falara em escocês

como quase sempre fazia nessas ocasiões. Por vezes ofegante ou contendo frases elípticas que eram típicas do seu estilo, os documentos expõem a sua versão da história. Embora diferindo no que é realçado, a sua linha global é consistente.

Nas instruções de Melville, Maria salientou as vantagens políticas do seu casamento. Aproveitou as facções e conspirações que tinham frustrado os seus esforços para governar, a fim de argumentar que só alguém nascido na Escócia poderia disciplinar os nobres com êxito. Começou por pedir desculpa a Isabel pela inconveniente pressa do seu casamento:

Depois de terdes apresentado as nossas mais calorosas recomendações à nossa querida irmã, exporeis e declarar-lhe-eis os verdadeiros acontecimentos que nos moveram a tomar o duque de Orkney¹² como marido, e além disso apresentareis as nossas desculpas por termos tão de repente avançado para a consumação do nosso casamento, não avisando a nossa querida irmã nem pedido a sua opinião e conselho nisso.

Maria foi convincente nas suas alegações. As declarações acerca do facciosismo incontrollável dos lordes escoceses não são, de modo nenhum, exageradas:

Para o primeiro, apresentareis como fundamento a nossa condição e o estado do nosso reino, declarando como estávamos destituídas de marido, o nosso reino não expurgado de facções e conspirações que de há muito têm continuado. Estas, ocorrendo com frequência, tinham-nos já de alguma maneira cansado e quebrado tanto que por nós não éramos capazes de continuar a aguentar as dores e trabalhos na nossa pessoa que eram necessários para reprimir a insolência e a sedição dos nossos súbditos rebeldes. Eles são, como é sabido, um povo tão faccioso entre eles e tão faccioso para com o governante como qualquer outra nação na Europa. Para satisfação deles, que não podiam aguentar mais que continuássemos no estado de viuvez, cabia-nos, comovidas com as suas preces e pedidos¹³, cedermos a um casamento ou outro.

Onde Maria começou a iludir-se foi ao argumentar que os seus nobres tinham apoiado o seu casamento com Bothwell e pedido para casar com ele o mais depressa possível sem procurar mais um marido:

Não vendo nenhuma vantagem em continuar a prolongar o tempo, mas como por um lado estavam muito contentes, na verdade, e incitaram-nos a que sem demora devíamos prosseguir para o nosso casamento, ainda que por outro lado percebêssemos pela intenção deles como estavam relutantes em que escolhêssemos qualquer marido estrangeiro, mas em vez disso devíamos ser humildes ao ponto de nos contentarmos com algum súbdito nosso aqui nascido para essa posição, alguém que conhecesse as suas tradições e as leis e costumes do nosso reino. Porque na verdade nós tínhamos tido prova e experiência

das suas revoltas, quando no caso do nosso casamento estrangeiro¹⁴ eles tinham suposto que seriam tratados por estrangeiros.

Maria podia bem ter tido razão em que os lordes teriam rejeitado a ideia de um casamento com um estrangeiro, mas empolou o significado do compromisso da Taverna de Ainslie para afirmar que tinha sido sempre aconselhada a casar com Bothwell. Em vez de reconhecer que fora ela a escolhê-lo, tentou atribuir-se o papel de peão político nas mãos das facções de nobres. Também encobriu o verdadeiro carácter de Bothwell:

Quando, portanto, aos olhos e opinião do nosso povo, um dos nossos súbditos foi julgado muito adequado para nós e para eles, toda a nossa nobreza estando mais tarde reunida no nosso Parlamento ficaram muito satisfeitos que o duque de Orkney, então conde de Bothwell, fosse promovido a essa posição, se assim nos aprouvesse. Para esse efeito subscreveram uma carta¹⁵ com todas as mãos dele antes ou desde que o tomássemos para nosso marido ou que ele abrisse a sua mente para nós nessa utilidade, pelo que fomos levada a escolhê-lo, como alguém cuja sabedoria, galanteria e outras boas qualidades podiam bem ser comparadas ou antes referidas a qualquer outro nobre do nosso reino, e a sua ascendência honrosa e antiga. Mas na verdade o seu fiel e íntegro serviço desde que chegou à condição de homem prestado e concedido a nós e à nossa causa, por estabelecer a nossa autoridade sobre quem a pusesse em dúvida, não foi pequeno motivo no nosso consentimento ao fazermos a nossa escolha. Tanto mais que nenhum ou muito poucos de todos os nobres são capazes nesse ponto de se comparar com ele, vendo que, a certa altura ou noutra, a maior parte dele nos deixaram ou abandonaram, excepto ele.

Maria protestou demasiado. Fingiu que não fazia nenhuma ideia da provável hostilidade de Isabel em relação a Bothwell. Nem parecia lembrar-se do seu duelo com a sua «rainha irmã», dois anos antes, a respeito da escolha de Darnley como marido:

Em relação a todos esses assuntos, pedir-lhe-eis e desejareis que ela nos desculpe, porque como nunca pretendemos juntar-nos em casamento com alguém que julgássemos que lhe desagradaria, portanto neste momento confiamos em que ela não só continue a favorecer-nos com as suas habituais boas graças e entendimento mútuo connosco, mas também, por consideração por nós, estenda a sua amizade ao nosso marido com quem estamos, e que lhe mostre e a nós não menos boa vontade do que se tudo tivesse avançado até agora com o conhecimento e conselho da nossa querida irmã, a quem garantireis que o achará pronto a prestar-lhe toda a honra e serviço que poderá requerer dele.

Depois Maria virou-se para o terreno mais perigoso. Tinha de lidar com o facto de que Isabel lhe escrevera após a morte de Darnley, encarregando-a de castigar os seus assassinos sem demora, não poupando nenhum, nem «o que tendes mais próximo de vós», referindo-se a Bothwell, «se esteve envolvido»:

No caso de que a rainha nossa boa irmã considere estranho o nosso casamento com o duque de Orkney porque ele foi suspeito e acusado da odiosa violência cometida na pessoa do rei nosso falecido marido, e porque antes nos escreveu de algum modo por essa causa, é verdade que nos escreveu e lhe enviamos uma resposta, a cópia da qual incluímos aqui. Ela instruir-vos-á sobre o que respondereis a essa objecção no caso de serdes interrogado acerca disso.

Maria desejava que Melville respondesse a essas acusações. Para esse fim, pediu-lhe que se referisse a uma carta que ela enviara a Isabel tratando dessa mesma questão. Uma cópia da carta foi incluída nas instruções diplomáticas dele e Maria chamou a atenção dele para a passagem essencial¹⁶:

Lamento a tragédia da morte do meu marido, mais do que qualquer outro dos meus súbditos o possa fazer, e se eles tivessem deixado, e se me tivesse sido permitido usar a minha autoridade sem problemas por parte dos meus súbditos, teria castigado os autores disso... Nunca tive conhecimento, nem parte nisso, nem nenhum dos meus súbditos me declarou que aqueles que são agora considerados culpados e principais executores disso foram os principais autores e cometedores do mesmo, o que se o tivessem feito eu não teria procedido como o fiz até agora. Suponho que não fiz nada nessa questão apenas por conselho da nobreza do reino.

Se eles alegam que o meu casamento com o conde de Bothwell será tomado como uma presunção contra mim, nunca condescendi com isso até ao momento em que a maior parte da nobreza o absolveu por uma sessão de tribunal e o mesmo foi ratificado pelo Parlamento, e eles deram-lhe pleno consentimento para o meu casamento, e solicitaram e persuadiram-me disso, como a sua caligrafia¹⁷, que me foi mostrada, testificará.

Maria tinha sido encurralada. Dizermos que ela nunca tinha sido informada que Bothwell era um dos acusados do homicídio de Darnley seria falso. Não só Lennox designara Bothwell como o principal suspeito numa carta para Maria, como os cartazes afixados nas paredes e portas do Tolbooth também o tinham acusado. Toda a força do seu depoimento depende do seu uso das palavras «principais autores e cometedores». O seu argumento era que Bothwell podia bem ter sido um cúmplice do homicídio, mas ela não estava ciente do seu papel na altura, enquanto principal aliado de Morton na concepção da conspiração. Nós sabemos já que ela tinha considerado Moray como sendo o principal conspirador, uma visão reforçada pela decisão dele de procurar exílio no estrangeiro.

Por fim, Maria tentou lidar com o facto inconveniente de Bothwell ser casado quando ela aceitara casar com ele:

Pode ser que a nossa boa irmã alegue que o nosso actual casamento não é legítimo na medida em que o duque nosso marido estava acasalado com uma esposa antes, que ainda é viva. Respondereis que pelas leis recebidas dentro do nosso reino e muitas vezes praticadas como é conhecido, o seu anterior casamento foi dissolvido e o processo de divórcio ordenadamente conduzido por resolutas causas de consanguinidade e outras antes do nosso casamento com ele. E, portanto, pudemos consumir o mesmo, porque não existe nisso nada de novo nem na Escócia nem na Inglaterra.

As instruções do bispo de Dunblane receberam orientações diferentes, oferecendo explicações mais susceptíveis de influenciar os franceses. Maria ainda defendia o seu casamento com fundamentos políticos, mas concentrou-se no carácter de Bothwell e no seu papel de protector da rainha:

Primeiro, pedireis desculpa por nós ao rei, à rainha-mãe, ao nosso tio, e a outros nossos amigos por a consumação do nosso casamento ter sido trazida aos ouvidos deles por outros meios, antes que por qualquer mensagem nossa terem sido feitos participantes da nossa intenção nisso, a qual desculpa deve ser fundamentada na verdadeira história e relatório do duque de Orkney, o seu comportamento e procedimentos para connosco antes e até esta altura em que ficámos contente por o tomar como nosso marido.

Maria preparou as coisas para uma longa caminhada. Regressou ao início da carreira de Bothwell e ao papel dele como defensor da sua mãe:

Começando desde a sua juventude e primeira entrada no reino após a morte do seu pai, que foi um dos primeiros condes do reino e um dos principais em reputação devido à sua nobreza e ancestralidade, e das grandes funções que são suas por herança. No tempo da rainha nossa mãe¹⁸, sendo então regente do nosso reino, ele dedicou todo o seu serviço a ela em nosso nome com tanta dedicação e seriedade que apesar de em breve depois disso a maior parte da nobreza, quase todas as cidades e portanto de certa maneira toda a substância do reino, fez uma revolta contra a autoridade dela sob a cor da religião, contudo ele nunca se desviou da nossa obediência.

Maria entrou em pormenores quase supérfluos acerca de como Bothwell tinha roubado a primeira parcela do ouro enviado por Cecil para ajudar os Lordes da Congregação na sua revolta. Depois virou-se para o serviço de Bothwell desde o regresso dela à Escócia, seis anos antes, omitindo os muitos delitos dele e desavenças com Moray e Arran, mas sublinhando a sua lealdade e desenvoltura:

Após o nosso regresso à Escócia, ele deu todo o seu empenho ao estabelecimento da nossa autoridade e à utilização da sua pessoa para suprimir a insolência dos súbditos rebeldes habitando os condados a oeste das fronteiras de Inglaterra, e dentro de pouco tempo trouxe-os a uma perfeita tranquilidade...

Mas como a inveja segue sempre a virtude, e este país é de si mesmo sujeito a facções, outros¹⁹ começaram a não gostar dos seus procedimentos. Foram tão longe com maus relatórios e interpretando mal as suas acções para o colocar fora das nossa boas graças que – sobre pretextos inventados pelos que lhe queriam mal, para satisfazer os que podiam não suportar o seu avanço e evitar mais contendas, que podiam ter posto todo o reino em apuros – fomos obrigada a pô-lo na prisão.

Tendo escapado dela... saiu do reino para França, e aí permaneceu até há cerca de dois anos, quando as mesmas pessoas que foram antes os instrumentos do seu apuro começaram a esquecer o seu dever para connosco, pondo-se em armas²⁰ e exibindo faixas contra a nossa pessoa.

Maria virou-se depois para o serviço de Bothwell durante a Perseguição:

Nessa altura por nossa ordem foi chamado de volta a casa e restabelecido no seu anterior cargo de tenente-general. A nossa autoridade prosperou tão bem nas suas mãos que de súbito todos os nossos rebeldes foram obrigados a fugir do reino e a permanecer em Inglaterra, até que alguns deles²¹ em submissão e humilde pedido se reconciliaram connosco.

Passo a passo, Maria foi-se aproximando mais dos acontecimentos recentes. Disse que iria saltar por cima da conspiração contra Rizzio com o fundamento de que o seu tio, cardeal de Lorena, tinha já pleno conhecimento disso. Mas não podia deixar de mencionar o papel de Bothwell na sua ousada fuga à meia-noite de Holyrood:

Contudo, é merecedor de lembrança com que destreza ele [Bothwell] escapou das mãos dos que nessa altura detinham a nossa pessoa como cativa, e como de repente pela sua providência não só fomos libertada da prisão²² como também toda essa companhia de conspiradores foi dissolvida e nós recuperámos a nossa anterior obediência. Na verdade, devemos confessar que o serviço feito nessa altura foi tão aceitável para nós que nunca o pudemos esquecer até agora. Desde então continuou com a mesma diligência em tudo o que nos pode contentar, pelo que não podemos desejar mais fidelidade nem bom comportamento do que aquele que encontrámos nele.

Maria tentou depois explicar a sua conduta após o assassinio de Darnley. Os seus comentários tornam claro que sabia que tinha casado à pressa e que o comportamento de Bothwell fora indigno. Nem a sua galanteria e bravata nem a sua lealdade inabalável justificaram os seus métodos dúbios de cortejar:

Até há pouco, desde a morte do rei nosso marido, quando as suas ambições começaram a ficar mais altas, achámos os seus procedimentos algo estranhos. Embora até agora tenhamos continuado com ele, e devamos interpretar todas as coisas o melhor que podemos, contudo fomos ofendida. Primeiro, com a sua presunção, que pensou que não o podíamos recompensar a menos que nos déssemos a ele em casamento

para recompensar o seu serviço. A seguir, pelas suas práticas e meios secretos, e a simples tentativa pela força de nos ter no seu poder por receio de ficarmos desapontada com o seu propósito.

A caracterização de Bothwell feita em retrospectiva por Maria foi franca:

O seu comportamento neste interesse pode servir como exemplo, de como homens astutos conseguem encobrir os seus desígnios quando têm qualquer grande empresa em mente até terem conseguido que o seu propósito se realize. Julgámos que a sua continuação do serviço que ele nos prestava e a prontidão a cumprir todas as nossas ordens provinham apenas do reconhecimento do seu dever, sendo nosso súbdito, sem mais nenhum aspecto escondido. Isso levou-nos a fazer-lhe a melhor cara, pensando que a mesma era apenas uma expressão vulgar para esses nobres quando os achávamos afeiçoados ao nosso serviço, e nunca supondo que isso o iria incitar ou dar-lhe ousadia para procurar qualquer extraordinário favor nas nossas mãos.

O lado de Maria da história era que nada soubera do compromisso da Taverna de Ainslie antes de Bothwell o ter obtido. Afirmou que ele tinha extorquido enganosamente as assinaturas dos lordes, fingindo que ela tinha já aprovado o compromisso e, portanto, concordado casar com ele:

E, entretanto, ele dedicou-se a maquinar com os lordes em segredo a fim de os fazer seus amigos, e a obter o seu consentimento para a promoção das suas intenções. E prosseguiu tanto tempo por esses meios com eles, antes mesmo que o mesmo chegasse ao nosso conhecimento, que todos os nossos estados encontrando-se aqui reunidos em Parlamento, obteve um escrito subscrito por todas as mãos deles, em que não só davam o seu consentimento ao nosso casamento com ele, como também se obrigavam a apoiá-lo nisso com as suas vidas e bens e a serem inimigos de todos os que perturbassem ou impedissem o mesmo. Ele obteve esse compromisso dando-lhes a entender que estávamos contente com o mesmo.

Assim que Bothwell teve o compromisso na sua posse, começou a fazer alusão a um casamento, mas Maria rejeitou a sua corte:

E uma vez o mesmo compromisso obtido, ele começou de longe a revelar as suas intenções para connosco e a testar se poderia por humilde corte alcançar a nossa boa vontade. Mas achando que a nossa resposta em nada correspondia ao seu desejo e lançava diante dos seus olhos todas as dúvidas que os homens costumam desfazer por si em semelhantes empresas... decidiu por si seguir em frente com a sua boa fortuna.

Maria negou que o seu rapto na ponte sobre o Almond tivesse sido concertado. Não sabia de nada disso até ser raptada:

Não deixou que o assunto o impedisse de dormir, mas ao fim de quatro dias, encontrando a sua oportunidade por motivo de termos passado para Stirling a fim de visitarmos o príncipe nosso querido

filho, no nosso regresso esperou enfim por nós acompanhado por uma grande força e levou-nos com toda a diligência para Dunbar.

De que maneira encarámos esse tipo de comportamento, mas quão estranho achámos isso da parte dele, de quem duvidávamos menos do que de qualquer outro súbdito que tínhamos, é fácil de imaginar.

Maria alegou ter ficado surpreendida e chocada com o seu sequestro. Assim que chegou a Dunbar, censurou Bothwell pelo seu comportamento indecoroso, mas ele fez-lhe a corte e conquistou-a:

Estando lá, censurámo-lo por causa da honra que tinha por ser tão estimado por nós, o favor que sempre lhe tínhamos mostrado, a sua ingratidão, com todas as outras admoestações que podiam servir para nos livrarmos das suas mãos.

Embora achássemos as suas acções grosseiras, contudo a sua resposta e palavras foram apenas gentis: que nos iria honrar e servir e não queria ofender-nos. Pediu perdão pela audácia que usara... e então começou a fazer-nos uma descrição de toda a sua vida, como fora desafortunado ao encontrar homens seus inimigos a quem nunca ofendera, como a malícia deles nunca cessara de o atacar em todas as ocasiões, embora injustamente, que calúnias tinham espalhado sobre ele respeitantes à odiosa violência cometida sobre a pessoa do rei nosso falecido marido.

Bothwell então mostrara o seu trunfo – o compromisso da Taverna de Ainslie:

E quando ele nos viu disposta a rejeitar a sua corte e propostas, por fim mostrou-nos até onde tinha procedido com toda a nossa nobreza, e o que lhe tinham prometido com as suas assinaturas...

No fim, quando vimos que não tínhamos nenhuma esperança de nos livrarmos dele, nunca um homem na Escócia alguma vez fazendo um esforço para obter a nossa libertação, porque podia parecer pelas suas assinaturas e silêncio nessa altura, que os tinha conquistado a todos, fomos obrigada a mitigar o nosso desagrado e começar a pensar no que ele propunha. E depois ficámos contente por expor diante dos nossos olhos o serviço que ele fizera em tempos passados, a oferta da sua continuação a partir daí, quão relutante o nosso povo está em receber um estrangeiro desconhecido com as suas leis e costumes, que não nos permitiriam mais tempo permanecermos solteira...

O relato de Maria dos seus doze dias de estada em Dunbar é dissimulado. Tinha sido uma tola por amor. Sabia que tinha feito mal ao dormir com um homem casado, e a sua desculpa de que nenhum homem fizera um esforço para a resgatar pode ser contrariada pelo facto de que ela não fez nenhuma tentativa para fugir, mesmo quando Bothwell se encontrava longe, em Edimburgo, incitando a sua esposa, *lady* Jean Gordon, a apresentar o seu pedido de divórcio.

Contra isso, a insistência dela em que se casara com Bothwell para selar o papel dele como protector da rainha, é convincente. Ela podia apresentar um forte argumento utilizando-o como instrumento contra as facções nobres, mesmo

que a maneira como ele a tratara enquanto mulher tivesse ferido a sua dignidade e sentido de honra. A explicação dela é que sentiu que não tinha outra opção, exausta e desfeita como ficara pelas incessantes lutas internas dos lordes e pela ameaça de derramamento de sangue:

Por fim, compreendemos que este reino, estando dividido em facções como está, não pode ser mantido na ordem a menos que a nossa autoridade seja ajudada e estabelecida pelo fortalecimento de um homem, que se deve esforçar na execução da justiça e suprimir a insolência dos que se rebelarem, tarefa que não podemos mais sustentar na nossa pessoa, estando já exausta e quase destroçada com os frequentes tumultos e rebeliões levantadas contra nós desde que regressámos à Escócia.

Depois de ele por estes meios e muitos outros nos ter mostrado o caminho para a sua intenção, em parte extorquiu e em parte obteve a nossa promessa de o tomar como nosso marido. E no entanto, não contente com isso, receando sempre algumas alterações, não ficou satisfeito com todas as justas razões que pudemos alegar para ter a consumação do casamento adiada como teria sido mias razoável.

Mas tal como pelo seu acto de bravata no início conquistara o primeiro ponto, também não parou até que, por persuasões e corte importuna, acompanhada, contudo, pela força, levou-nos a terminar o trabalho iniciado nessa altura e de tal forma como achou que o podia ajudar melhor. Não podemos ocultar que ele nos usou de forma diferente do que teríamos desejado ou merecido na sua mão...

Maria sempre recusou reconhecer o entusiasmo com que tinha corrido para o seu terceiro casamento. Quando este se tornou amargo, ela estaria disposta a confessar que Bothwell a tratara com brutalidade. E, no entanto, tinha feito a sua escolha e ficaria fiel a ela. Mesmo enquanto enumerava os defeitos dele, ainda escrevia sobre Bothwell da maneira como gostaria que ele fosse:

Agora, visto que isso acabou e não pode ser trazido de volta outra vez, tiraremos o melhor disso, e deve ser pensado, como é, que ele é o nosso marido, a quem amaremos e honraremos, para que todos os que declaram ser nossos amigos possam manifestar a mesma amizade por ele que está unido a nós. E embora ele se tenha, em certos momentos ou cerimónias, comportado imprudentemente, estamos contentes por imputar isso ao seu afecto por nós.

Uma única frase nas instruções do bispo poderia resumir o entendimento de Maria da sua situação de apuro. «Não podemos ocultar que ele nos usou de forma diferente do que teríamos desejado ou merecido na sua mão.» Esta compreensão, numa reflexão mais profunda, deve tê-la dilacerado na sua prisão em Lochleven, onde mais ou menos um mês após a sua chegada abortaria gémeos, a sua descendência do casamento com Bothwell.

Os esforços diplomáticos de Maria estavam condenados ao fracasso. Quando o bispo chegou a Paris, foi recebido com frieza. O mesmo aconteceu com a missão

de Melville a Londres: na verdade, na altura em que o embaixador se apresentou a Isabel, Bothwell tinha já fugido de Carberry Hill, tornando a visita irrelevante.

Mas se a história de Maria caiu no esquecimento, Isabel estava escandalizada por uma colega governante ter sido aprisionada numa ilha fortaleza pelos seus lordes rebeldes. Ainda não conseguia escrever a Maria pela sua mão, mas ditou uma carta para ela em que exerceu toda a sua influência a favor da sua colega monarca, prima e parente próxima. No mesmo dia, enviou outra carta aos lordes, expressando a sua dor e cólera pelo que eles tinham feito.

A diferença nas abordagens de Isabel e do seu primeiro-ministro acerca de como lidar com Maria nunca tinha sido tão impressionante. Isabel enviou *sir* Nicholas Throckmorton à Escócia como seu gestor de crise. Ele, tal como o seu ex-protégido, Leicester, e bastante ao contrário de Cecil, tornara-se um dos campeões menores de Maria. Até se tornara apoiante do direito dela à sucessão inglesa segundo as condições certas e fora um dos que apoiaram a oferta de Isabel de negociar um novo «tratado de relações de amizade permanentes» que substituiria as cláusulas ofensivas do tratado de Edimburgo após a doença de Maria em Jedburgh.

Throckmorton não foi bem recebido na Escócia. Do ponto de vista dos lordes rebeldes, tinha de ser neutralizado. Para isso, viraram-se para Cecil, que escreveu um memorando de instruções destinado a Throckmorton que elaborava e contradizia o de Isabel. Enquanto Isabel queria que Maria fosse restabelecida no trono, Cecil estabeleceu os únicos termos segundo os quais ela podia ser libertada. Tinha de ser despojada de toda a sua autoridade, que seria investida num conselho de nobres. Podia ser chamada rainha, mas só nominalmente. Em todos os outros aspectos, Cecil planeava restabelecer os quase republicanos «Estados da Escócia» que tinham governado após a deposição da mãe de Maria durante a primeira revolta dos lordes.

No fim do memorando, Cecil anotou estas palavras: *Athalia interempta per Joash regem* – Atália (rainha de Israel) «foi morta para que Joash pudesse ser rei». É um dos comentários mais reveladores que ele alguma vez fez. Esta citação do segundo livro de Crónicas do Antigo Testamento é o mesmo texto que Knox usou para justificar o uso de resistência armada contra governantes femininas «idólatras». Atália era o exemplo perfeito. Tal como Maria, governou como rainha de Israel durante seis anos, mas devido à sua depravação moral o

sumo sacerdote juntou-se aos nobres para a depor e matar com os seus acólitos que a idolatravam. Os nobres fizeram uma aliança com Deus, instalando o jovem príncipe Joash, então com sete anos (pelo qual se devia ler o filho de Maria, Jaime VI, então com um ano), no lugar dela. Atália foi assassinada e os nobres governaram em nome do rei Joash até ele atingir a maioridade, como sucessivos regentes e seus aliados tentariam governar na Escócia.

Quando Cecil fez essa anotação, tinha visto a mão de Deus na história. Lera o texto bíblico (como Knox fizera) como uma profecia que se aplicava a Maria. A sua anotação prova que o regicídio estava já no seu horizonte. Para Cecil, a aranha tecendo a teia em Londres, era apenas o mais curto dos passos de uma torre redonda em Lochleven até um cadafalso envolto em panos pretos em Fotheringhay. O seu lema fora sempre a «segurança» de Isabel e olhara Maria como a instigadora e planeada beneficiária de uma conspiração católica internacional, desde que os seus arautos tinham gritado «Abram alas para a rainha de Inglaterra» enquanto ela caminhava para a capela com o delfim.

Throckmorton foi apanhado em cheio entre as políticas contraditórias de Isabel e Cecil. Como confidenciou ao conde de Bedford: «Nunca na minha vida estive numa missão diplomática tão atarefada e perigosa.» Os lordes disseram-lhe que Maria «não consentiria por nenhuma persuasão em abandonar lorde Bothwell como seu marido, mas declarou que viveria e morreria com ele». Mas nunca lhe foi permitido vê-la e ouvir isso por si, nem ela foi autorizada a vê-lo. O que os lordes disseram a Throckmorton era o que eles (e Cecil) queriam que Isabel ouvisse. Prometeram várias vezes que, se Maria se divorciasse de Bothwell, seria restabelecida no seu trono. Mas isso era menos uma proposta séria do que uma tática de adiamento para aplacar Isabel, que estava a ficar cada vez mais impaciente e ameaçava entrar em guerra para libertar Maria da sua prisão. Durante todo esse tempo, Morton e o seu aliado mais fiel, lorde Lindsay, aquele que desafiara Bothwell, estavam a tentar depor Maria ou a forçá-la a abdicar.

A 24 de Julho de 1567, três meses depois do seu rapto por Bothwell, Maria estava deitada na sua cama, fraca e desesperada após o seu aborto espontâneo, quando ouviu passos na escada da sua torre. Lindsay e uma delegação de lordes irromperam pela porta. Três documentos foram postos diante dela. Um deles declarava que ela estava tão exausta de corpo, mente e espírito pelas responsabilidades de governo que já não podia continuar e, portanto, abdicaria a

favor do filho, cuja coroação ela autorizava. Pelo segundo documento, devia nomear Moray, agora regressando apressado a casa vindo de França, para ser regente até o príncipe Jaime atingir a maioridade. Pelo terceiro, nomeava Morton e outros para servirem como regentes interinos até Moray pegar nas rédeas do poder.

Maria recusou-se a assinar. Vendo-a hesitar, Lindsay ordenou-lhe que se levantasse da cama e se preparasse para partir, jurando que ela ficaria isolada pelo resto da vida numa ilha no meio do mar, ou então lançada ao lago. Solto um grande palavrão e ameaçou cortar-lhe o pescoço.

Maria não tinha opção, não podia saber da ameaça de Isabel de entrar em guerra para a defender. Estava a esforçar-se para conter as lágrimas. Pôs a sua assinatura em cada um dos papéis, mas conseguiu balbuciar:

– Quando Deus me puser em liberdade, não me submeterei a estes, porque isto foi feito contra a minha vontade.

Cinco dias depois, os lordes coroaram o príncipe Jaime na igreja paroquial de Stirling. Foi a coroação menos participada da história escocesa. Morton prestou juramento da coroação pela criança de um ano e Knox pregou o sermão. Depois disso, foi realizado um espectáculo. Os lordes organizaram mais de mil fogueiras nas cidades e burgos e em Edimburgo os canhões do castelo dispararam uma salva. Mas o povo estava sombrio. «Parece», observou irónico Throckmorton, «que se alegraram mais com a investidura do novo príncipe do que lamentaram a destituição da sua rainha.» Mas a reacção popular à coroação tinha sido tão contida que era claro que ansiavam por alguma estabilidade e fora de Edimburgo quase não houve nenhum apoio ao novo regime.

Quando Isabel soube da abdicação forçada de Maria, mandou logo chamar Cecil. Este recebeu a mensagem às cinco da tarde e quando chegou foi arengado (como informou Throckmorton) num «discurso muito ofensivo» por ter não ter feito nada por Maria. Isabel raramente estivera tão zangada. Estava quase sem palavras por causa da raiva. Cecil respondeu, disse ele, «tão cauteloso como pôde», mas em vão. Isabel encontrava-se tão exasperada que mais uma vez ameaçou declarar guerra aos escoceses. Rejeitou todos os protestos e contra-argumentos de Cecil. Foi uma das discussões clássicas deles, e girou em volta da natureza e do poder da monarquia. Maria era uma rainha ungida. Só tinha de prestar contas a Deus. Isabel desejava que fosse demonstrado que nenhum

exemplo como este podia ser tolerado. Tinha em mente os seus súbditos ingleses. Agora era ela e não Maria que estava a remoer no potencial efeito de dominó. Cecil respondeu que uma declaração de guerra podia precipitar o que Isabel mais receava – o assassinio de Maria pela calada da noite. Cecil estava a complicar as coisas para ajudar os seus aliados escoceses, porque sabia que, se se deixasse passar o tempo, a fúria de Isabel acalmava-se. Teve a audácia de dizer mais tarde, por brincadeira, que demorava três a seis semanas.

Após a sua abdicação, Maria foi mantida em isolamento ainda mais estrito do que antes. Moray regressara a Edimburgo a 11 de Agosto, e quando visitou a irmã alguns dias depois, ela censurou-o pelo seu tratamento, chorando amargamente. Em vez de mostrar alguma compaixão ou afecto por ela, Moray foi tão frio e calculista como sempre, repreendendo-a e fazendo-lhe um sermão sobre bom governo. Conversaram até à uma hora da manhã, altura em que Maria já estava exausta.

No dia seguinte, retomaram a conversa. Moray foi então mais gentil, mas por astúcia, e não por bondade. O seu objectivo era claro. Queria que a irmã promettesse não tentar escapar ou buscar ajuda da Inglaterra ou da França. Usou todas as técnicas de intimidação psicológica para induzir nela uma sensação de gratidão, alternando ameaças e palavras de conforto e prometendo mitigar os piores planos de Lindsay e dos seus amigos se ela cooperasse, ainda que eles estivessem a agir em nome dele.

Moray conseguiu o que queria. «Maria abraçou-o e beijou-o, e mostrou-se muito satisfeita, pedindo-lhe de todas as maneiras para não recusar a regência do reino, mas para a aceitar por desejo dela.» Esse foi o modo tortuoso pelo qual o irmão dela conquistou a sua anuência para aquilo com que ela concordara antes apenas sob coacção. A 22 de Agosto, Moray foi proclamado regente. Liderara os lordes que depuseram a mãe de Maria oito anos antes e agora fizera-o de novo. Mas a luta estava longe de se encontrar terminada.

Quando Maria recuperou do trauma do aborto espontâneo e da abdicação e começou a fazer o balanço da situação, percebeu que tinha sido traída. Estava determinada a recuperar a sua honra e o seu trono. Esperou a sua hora, repousando e comendo bem. Passava os dias a costurar e a bordar, algo que adorava fazer. Jogava às cartas. Até dançava ao som da rabeca e das gaitas de foles. Consequira obter um reduzido pessoal doméstico: cinco ou seis damas,

quatro ou cinco damas de companhia, um médico, uma cozinheira e dois criados de quarto, um dos quais era francês. Mary Seton, a mais fiel das quatro Marias, estava ainda ao lado dela.

Maria engordara por falta de exercício, mas a sua capacidade mental estava tão aguçada como sempre. Começou a planejar a sua fuga. Enviou um anel a Mary Fleming, agora a esposa de Maitland, hesitante no seu apoio dos lordes. Também contactou Mary Livingston, outra das quatro Marias, que casara com John Sempill, o filho mais novo do católico lorde Sempill. Embora Moray tivesse conquistado lorde Sempill para a sua causa subornando-o, o filho dele era leal a Maria e estava no centro de um plano fracassado para a resgatar assaltando o castelo de noite.

Depois Maria virou-se para George Douglas, a quem chamavam Geordie, *Bonito*, o elegante e atraente irmão mais novo do *laird* de Lochleven. Nove anos mais novo do que Maria, apaixonou-se por ela e ofereceu-se para a servir. Fora testemunha da sua abdicação forçada e estava determinado a ajudá-la, enviando as suas mensagens secretas através das damas de companhia dela, pelo que foi expulso do castelo por Moray e pelo *laird* e proibido de regressar.

Mas a lealdade de George e a coragem e engenho de Maria venceram esses obstáculos. A 25 de Março de 1568, nove meses após Maria ter sido aprisionada em Lochleven, a primeira tentativa séria dela de fugir disfarçada de lavadeira fracassou quando foi reconhecida por um dos barqueiros a meio da travessia do lago. Ele tentou agarrar o cachecol dela para ver melhor a sua cara e quando Maria levantou as mãos, o barqueiro reparou que eram «muito belas e brancas», as mãos de uma rainha, não de uma lavadeira. Virou o barco de volta para o castelo, mas prometeu a Maria que não contava ao *laird* acerca do seu esquema impulsivo.

Foi então tramada uma conspiração em que o jovem Willie Douglas, um pajem do castelo conhecido como Willie *Pequeno* ou *órfão* Willi – era um filho ilegítimo de sir William Douglas, o *laird* de Lochleven –, concordou em levar Maria num barco a remos, atravessando o lago. Willie ainda nem tinha dezasseis anos, mas estava mais do que disposto a ajudar a resgatar a carismática rainha. Uniu forças com George Douglas, que aguardava em Kinross com lorde Seton e uma pequena força.

Na tarde de domingo, 2 de Maio, enquanto o Sol se encontrava alto no céu e a família Douglas desfrutava do fim-de-semana do primeiro de Maio, Willie sabotou todos os barcos atracados junto do molhe do castelo, excepto um. Então, pouco depois das sete da tarde, quando o *laird* e a família estavam a jantar, fugiu com a chave do portão principal do castelo que o *laird* deixara em cima da mesa. Fez sinal para a torre de Maria e ela desceu até ao pátio. Trocou de roupa com Mary Seton, que ficou para trás a fim de se fazer passar por ela no caso de ser dado o alarme.

Após terem atravessado o portão principal, Willie trancou-o atrás de si e atirou a chave para dentro da boca de um canhão próximo. Ajudou Maria a entrar no barco e remou, atravessando o lago. Quando chegaram a terra foram acolhidos por George Douglas, que roubara os melhores cavalos do *laird* de Lochleven, guardados num estábulo em terra firme. Maria partiu a galope, através de Fife para North Queensberry, onde atravessou o estuário de Forth. Quando chegou à margem sul, foi escoltada até Niddrie, uma das fortalezas de lorde Seton situada entre Edimburgo e Linlithgow, onde passou a noite.

Após quase onze meses de cativeiro, encontrava-se livre. Estava exultante, desfrutando de cada momento do percurso e da noite da Primavera tardia. Em Niddrie, escreveu várias cartas apressadas para os seus amigos. Também enviou um mensageiro a Dunbar com ordens para fortificarem o castelo em seu nome.

No dia seguinte, bem cedo, Maria cavalgou para oeste, em direcção a Hamilton, onde os seus apoiantes se reuniram com ela e Maria estabeleceu uma corte temporária. Moray encontrava-se em Glasgow quando recebeu a notícia da fuga dela. Os lordes ficaram incrédulos, mas depois, vendo o perigo, ordenaram às suas forças que se reunissem em Glasgow.

Maria estava relutante em se envolver numa batalha. A recordação de Carberry Hill era demasiado dolorosa. Mas ainda era popular. A propaganda dos lordes fora eficaz só enquanto ela se encontrava nas mãos deles. Dentro de uma semana, seis mil homens juntaram-se à sua causa. Huntly, Seton e os Hamilton, a família e Châtelherault estavam ao lado dela. Incitaram-na a lutar e ela concordou.

– Vamos tentar fazer isto lutando – declarou.

Já havia vários lordes a desertar do lado de Moray e a juntar-se ao dela. Incluíam Argyll, que ficara chocado com a deposição da sua rainha, mas não ousara opor-se sozinho.

Quando Maria avançou para Dumbarton à frente do seu exército, as suas forças eram superiores num terço às de Moray. Quando os dois exércitos se defrontaram em Langside, perto de Glasgow, na manhã de quinta-feira, 13 de Maio, o resultado parecia ser algo inevitável. Mas não foi. Moray lançou tudo o que podia nos seus ataques. Sabia que tudo dependia desse dia. Maria odiava agora o seu meio-irmão ainda mais do que Morton pelo seu papel na queda dela. Estava determinada a vingar-se. Nunca o perdoaria pela maneira como ele jogara com os seus receios e emoções em Lochleven. Pensara nisso vezes sem conta enquanto fingia resignação no seu cativeiro. Era claro para ela que, durante o tempo todo, Moray desejara o trono para si. Se a vitória fosse dela, Moray seria julgado por traição.

O resultado foi uma derrota esmagadora para Maria. A batalha começou com um início desastroso. Argyll sempre sofrera de uma doença recorrente chamada «pedra» – um termo popular no século XVI para designar uma variedade de maleitas internas. Agora desabara com um ataque repentino, lançando a estrutura de comando de Maria em desordem. Por contraste, do lado de Moray, Kirkcaldy de Grange organizou uma brilhante emboscada da vanguarda de Maria enquanto esta passava por uma estrada estreita. Os combates duraram apenas quarenta e cinco minutos. Vendo a derrota à sua frente, da posição estratégica que ocupava numa colina próxima, Maria fugiu para Dunfries, cavalcando quase cem quilómetros de uma assentada. Depois disso, escondia-se durante o dia e só saía à noite, tal era o terror de voltar a cair nas mãos do irmão.

Maria percorreu os últimos cinquenta quilómetros até Dundrennan, em Galloway, de noite. Escondeu-se na abadia, de onde escreveu um apelo urgente de ajuda a Isabel, enviando o anel de diamante que a sua «rainha irmã» lhe enviara em 1563, como sinal de amor e amizade para se redimir. O que não podia saber era que, mesmo enquanto dava os retoques finais na sua carta, Isabel estava a devorar com o olhar a mais preciosa das pérolas de Maria, pilhada do pequeno aposento real em Holyrood, e que lhe fora vendida por Moray.

Maria não esperou pela resposta de Isabel. Tinha demasiado medo. No dia 16 embarcou num barco de pesca para atravessar o estuário de Solway,

desembarcando na Inglaterra por volta das sete da tarde, perto de Workington, em Cumberland, a cerca de cinquenta quilómetros de Carlisle. Ao amanhecer, escreveu uma segunda carta para Isabel. Pediu para ver a sua prima e ter a sua ajuda e apoio na recuperação do trono e da derrota dos rebeldes. Esperara reunir tropas novas e regressar em breve à Escócia. Mas a sua decisão de atravessar a fronteira foi um erro catastrófico. Precipitou uma crise na Inglaterra, onde se receava que os condados do norte, ainda esmagadoramente católicos, se levantassem em seu apoio, conduzindo à guerra civil em ambos os países.

Isabel ainda se mostrava compreensiva em relação a Maria. O que Moray e os lordes rebeldes tinham feito era inaceitável. Tinham aprisionado e deposto uma rainha ungida, um crime contra Deus que não era menos hediondo do que o assassinio de Darnley, talvez mesmo mais, do ponto de vista de uma monarca. Mas Cecil chegou lá primeiro. Viu o perigo colocado pela inesperada chegada de Maria e mandou pô-la sob guarda estrita no Castelo de Carlisle. Os seus movimentos deviam ser vigiados de dia e de noite. Cecil estava decidido a fazer com que as acusações levantadas contra ela pelos lordes, de adultério e cumplicidade no assassinio de Darnley, fossem investigadas, porque o seu objectivo, ao contrário do de Isabel, era mantê-la fora do trono.

Noutro dos seus constantes memorandos, Cecil expôs os seus argumentos em pormenor. Um julgamento dos crimes de Maria, alegou com uma lógica quase subtil, levaria a um de dois resultados. Se fosse absolvida, deviam de ser apresentadas condições para o seu regresso à Escócia. Que não eram outras senão as suas antigas condições preferidas. Seria requerido que Maria estabelecesse uma aliança permanente (e protestante) na qual reconheceria o estatuto da Escócia como Estado satélite ratificando o tratado de Edimburgo na sua forma original. Se fosse considerada culpada – se a sua culpabilidade fosse mínima –, poderia ser-lhe permitido que fosse para o exílio, mas só se Moray pudesse continuar a ser regente na Escócia e a governar em nome do príncipe Jaime. Se a sua culpa fosse maior, então o castigo devia corresponder ao crime. Maria devia «viver em algum lugar conveniente sem posse do seu reino, onde não possa causar mais nenhuns problemas novos». Por isso, Cecil queria dizer uma prisão em Inglaterra.

Para Cecil, a fuga de Maria para Inglaterra era um fim quase providencial para o reinado da mulher que sempre considerara a sua antagonista mais sinistra. Para

Maria, agora confinada aos seus «aposentos» em Carlisle, este era um jogo em que Cecil ganhava sempre. Escreveu de novo a Isabel. «Não sejais», suplicou, «como a serpente que deixou de ouvir, porque eu não sou nenhuma feiticeira, mas sim vossa irmã e prima natural.» Mas no que dizia respeito a Cecil, Maria era a serpente e a feiticeira.

Antes de se terem passado quinze dias, Maria percebeu que o seu futuro inteiro se encontrava nas mãos de Cecil. Escreveu-lhe a 29 de Maio, na esperança vã de poder contar com a sua misericórdia:

Mestre Ceciles. A reputação de que gozais de serdes um amante da equidade, e o serviço sincero e fiel que dais à rainha, senhora minha irmã, e àqueles que são do sangue dela e de alta dignidade, convidam-me a escrever-vos acima de todos os outros, na minha justa querela, neste momento de apuro, na esperança de obter a ajuda do vosso conselho.

Ela tinha instruído o seu mensageiro a fazer apelo ao sentido de honra e honestidade de Cecil, e a sua carta terminava com as palavras:

Recomendando-me a vós e à vossa esposa, peço a Deus que vos guarde no seu santo cuidado. Vossa muito boa amiga, Maria.

Quando Cecil leu esta carta, tudo o que conseguiu fazer foi rir-se. Estava já em contacto com Moray, do qual agora exigia saber que «tipo de provas» e outros indícios tinha contra Maria. O julgamento dela estava a aproximar-se e a teia da aranha encontrava-se quase terminada.

¹² Bothwell.

¹³ I. e., o compromisso ou acordo da Taverna de Ainslie.

¹⁴ I. e., Darnley, que nascera inglês.

¹⁵ O compromisso da Taverna de Ainslie.

¹⁶ Essa carta de Maria para Isabel desapareceu dos arquivos. Felizmente, o seu conteúdo pode ser recuperado, visto que Maria o citou em 1548. Um extracto literal desse documento ulterior é usado aqui.

¹⁷ O compromisso da Taverna de Ainslie.

¹⁸ Maria de Guise.

¹⁹ Moray e Arran.

²⁰ Moray e os rebeldes da Perseguição.

²¹ Châtellherault e a sua família.

²² Maria fora confinada aos seus aposentos com guardas à porta.

Capítulo 23

Relato de Bothwell

Bothwell também apresentou o seu lado da história nos meses que se seguiram à sua fuga. Ditou um relato completo, ainda que muitas vezes pouco fiável, de tudo que alegou ter-lhe acontecido, começando com o regresso de Maria à Escócia e terminando com a fuga do campo de batalha de Carberry Hill. Depois descreveu a sua fuga para o exílio e aprisionamento na Dinamarca, um conto de tanta audácia e bravata que ultrapassava mesmo o seu roubo das moedas de ouro enviadas secretamente por Cecil para ajudar os Lordes da Congregação em 1559. Em muitos aspectos, o relato de Bothwell é um desapontamento: o seu principal valor é confirmar a nossa impressão da sua duplicidade interesseira. Mas apesar disso o seu relato merece a nossa atenção. Sempre fora um homem com um lado violento e um lado suave, e dar-lhe a oportunidade de contar a sua história é pelo menos abstermo-nos de o condenarmos sem o ouvirmos.

Após ter deixado Maria em Carberry Hill, Bothwell galopou com um punhado dos seus seguidores para Dunbar. Aí foi deixado sozinho durante quinze dias. Foi-lhe permitido ganhar uma falsa sensação de segurança – o vingativo e implacável Morton não tinha pressa de iniciar a perseguição. Mas os Lordes Confederados pretendiam caçá-lo. A 17 de Julho de 1567, declararam-no fora da lei como rebelde. Uma recompensa de mil coroas foi oferecida a quem o trouxesse preso de volta para Edimburgo.

Nessa altura já ele tinha navegado para norte, para Banff, em Aberdeenshire, com a esperança de reunir tropas. Essa era uma região dos Gordon, onde Huntly, ex-cunhado de Bothwell, dominava os séquitos locais. Mas Huntly recusou-se a ajudá-lo, dizendo que «desejava que tanto a sua irmã como a rainha se livrassem de um marido tão perverso». Então Bothwell retirou-se para o Castelo de Spynie, mesmo a norte de Elgin, o lar do seu tio-avô, Patrick Hepburn, bispo de Moray, que supervisionara a educação inicial dele. Quando Spynie se tornou demasiado complicado para o guardar, fugiu mais para norte, para Kirkwall, capital das

ilhas Orkney, onde planeava recrutar uma frota. Como era duque de Orkney e lorde de Shetland, o Castelo de Kirkwall pertencia-lhe, mas o seu guardião, Gilbert Balfour, outro dos irmãos do seu antigo aliado, *sir* James Balfour, recusou-se a deixá-lo entrar e virou os canhões do castelo contra os navios dele. Bothwell ficou ali apenas dois dias. Zarpou para norte, em direcção às ilhas Shetland, onde Olaf Sinclair, parente da sua mãe, lhe forneceu dinheiro e mantimentos. Bothwell planeava agora fugir para França, esperando reunir apoio dos Guise para Maria.

Os lordes iniciaram a perseguição. A 19 de Agosto, Kirkcaldy de Grange e *sir* William Murray, o *laird* de Tullibardine, zarparam de Dundee. Os seus navios de guerra eram os mais velozes da Escócia, equipados com canhões e transportando não menos do que quatrocentos mosqueteiros. As ordens deles eram de capturar Bothwell, se o conseguissem encontrar, e executá-lo de imediato. A última coisa que Morton desejava era que o seu inimigo mortal fosse trazido de volta vivo para testemunhar contra ele num julgamento pelo homicídio de Darnley. Até essa altura, Bothwell não podia ter denunciado os seus co-conspiradores sem admitir a sua culpa, mas agora não tinha nada a perder.

Seis dias mais tarde, os perseguidores encontraram a sua presa. Navegaram para Bressay Sound, perto de Lerwick, o porto principal das ilhas Shetland, onde os navios de Bothwell se encontravam ancorados. Quando Kirkcaldy ficou à vista, Bothwell e muitos dos seus homens encontravam-se em terra. Kirkcaldy viu a sua oportunidade e avançou com rapidez, mas Bothwell saltou para bordo do seu navio e cortou o cabo da âncora. Com uma coragem quase imprudente, navegou para cima de umas rochas afundadas, raspando o casco, mas tentando Kirkcaldy a segui-lo para que o navio deste ficasse esburacado e se afundasse.

Bothwell escapou para Unst, a ilha mais a norte das Shetland, onde a sua esquadra se reagrupou. Mas Kirkcaldy continuou a perseguição. Restavam-lhe três navios de guerra. Os rivais mortais travaram uma batalha que durou três horas. Tudo parecia terminado quando o mastro principal de Bothwell foi atingido por uma bala de canhão, mas assim que Kirkcaldy enviou um grupo de abordagem para o capturar, rebentou um violento temporal. A perícia náutica de Bothwell ajudou-o e conseguiu escapar com três dos seus navios. Kirkcaldy perseguiu-o durante sessenta milhas, mas Bothwell navegou para sudeste antes da tempestade, conseguindo criar cada vez mais distância entre ele e os seus

perseguidores e cobrindo as 250 milhas do mar do Norte entre as Shetland e a Noruega num tempo recorde.

Kirkcaldy foi obrigado a regressar a casa de mãos vazias. Bothwell conseguira escapar são e salvo. Virou para a ilha de Karm, vinte milhas a nordeste de Stavanger. Mal tinha lançado âncora, foi detido e os seus navios trazidos para Bergen. Foi detido sob a acusação de suspeita de pirataria, o que o obrigou a reclamar a sua verdadeira identidade. Os governantes da Europa estavam a observar cada etapa da crise na Escócia. O governador do castelo, Eric Rosencranz, acreditando que podia ter Bothwell em seu poder, resolveu fazer jogo duplo acolhendo-o com muita pompa enquanto aguardava instruções dos seus superiores.

Por uma espantosa reviravolta do destino, o passado de Bothwell regressou para o assombrar. Quem vivia em Bergen com a sua mãe era Anna Throndsen, a bela rapariga norueguesa com quem namoriscara sete anos antes²³. Anna confirmou a identidade de Bothwell e processou-o por quebra da promessa de se casar com ela. Prevendo maiores problemas, fez um acordo extrajudicial. Prometeu-lhe uma anuidade, a ser paga na Escócia, e deu-lhe o mais pequeno dos seus navios restantes. Isso foi suficiente para fazer parar os procedimentos legais, de modo que pudesse concentrar-se no seu próximo obstáculo.

Sem demora, Rosencranz recebeu as suas ordens do rei da Dinamarca e Noruega, Frederico II. Devia deter Bothwell, a quem Frederico desejava explorar como instrumento para reaver da Escócia as ilhas Orkney e Shetland, onde se falava nórdico. Essas ilhas tinham pertencido à Dinamarca até 1469, quando foram prometidas como dote de Margarida, filha de Cristiano I da Dinamarca, que se casaria com o bisavô de Maria, Jaime III. O Parlamento escocês anexara-as legalmente em 1472.

Bothwell negou possuir quaisquer jóias ou valores, ou até mesmo cartas ou documentos, mas depois, quando percebeu que não lhe seria permitido voltar aos seus navios, admitiu que escondera certos papéis no lastro do seu navio principal. Quando a sua pasta de correspondência foi aberta, descobriu-se que continha cartas patentes de Maria fazendo-o duque de Orkney e lorde de Shetland, assim como proclamações e outros documentos denunciando-o como assassino e traidor. Até se disse que havia uma carta de Maria escrita após o seu regresso a Edimburgo nas mãos dos lordes e lamentando o tratamento que

recebera. Como o documento nunca foi transcrito ou arquivado, é impossível saber se alguma vez existiu.

A 23 de Setembro, Bothwell foi interrogado pelos magistrados de Bergen, após o que foi posto a bordo de um dos navios de Frederico e trazido para a Dinamarca. Foi enviado para o Castelo de Copenhaga, a fim de ser mantido aí como prisioneiro do Estado. Os Lordes Confederados estavam a fazer pressão para que fosse extraditado, e Frederico foi apanhado no meio disso.

Bothwell insistiu que ia a caminho de França a fim de procurar ajuda para Maria, para cujo fim apelou a Carlos IX. Neste caso a carta sobreviveu. Encontra-se na Bibliothèque Nationale de Paris, escrita em francês fluente e com a impecável letra em tipo itálico de Bothwell. Pedia ajuda urgente para Maria e para si, mas Moray chegara antes. Tinha já denunciado Bothwell como pirata, assassino e traidor. Tinha também assegurado a Carlos que havia um entendimento entre os Lordes Confederados e a França, o qual, afirmou, só podia prosperar se Carlos pressionasse a Dinamarca a repatriar Bothwell para ser julgado.

Carlos decidiu manter-se neutral, e o mesmo fez Frederico. Tratou Bothwell generosamente. Permitiu-lhe viver com conforto, usar roupas de veludo, ler livros e de vez em quando caçar ou fazer tiro ao alvo sob a vigilância de guardas, embora ele estivesse confinado aos seus aposentos. Foi então que Bothwell decidiu escrever as suas memórias. Acreditava que Frederico estava a ser influenciado pela propaganda dos Lordes Confederados. Estava disposto a justificar-se, moldando o seu relato para criar a impressão mais favorável. A acção principal começa com a sua chamada de volta de França dez dias antes do casamento de Maria com Darnley. Bothwell viu-se como o cavaleiro corajoso dos romances medievais, correndo para casa a fim de resgatar a sua dama dos perversos barões:

Mas os lordes sediciosos fizeram tudo o que podiam para se opor a ela, porque desejavam acima de tudo que a rainha não tivesse filhos, e porque não podiam suportar que alguém exercesse autoridade no reino além deles. Podiam prever que a sua influência seria reduzida por esse casamento.

Quando Bothwell regressou, Maria deu-lhe a oportunidade para mostrar o que valia:

A rainha colocou-me no comando de um exército composto pelos seus leais súbditos e pelos meus amigos particulares, com quem fiz o máximo possível para obrigar o conde de Moray a sair da Escócia e ir para Inglaterra. Depois de o ter conseguido, o Parlamento foi convocado para inquirir e determinar quais os bens e propriedade que seriam confiscados a favor da coroa.

Bothwell estava consciente de que um motivo principal para os conspiradores contra Rizzio tinha sido evitar as confiscações em Parlamento dos rebeldes da Perseguição:

A fim de evitar essas sentenças de confiscação, os aliados do conde de Moray que ainda estavam na corte da rainha provocaram novos problemas organizando o homicídio do *signor* David, um italiano, o qual foi feito à hora do jantar no aposento da rainha no Castelo de Edimburgo²⁴, quando nenhum dos guardas dela se encontrava presente ou até mesmo os seus habituais acompanhantes. E se (para escapar ao perigo) alguns outros, incluindo eu, não tivessem escapado por uma janela das traseiras, não teríamos lidado melhor com... no mínimo, teríamos sido obrigados a sermos coniventes com um acto tão vil.

Bothwell não hesitou em salientar a sua lealdade e serviço prestado a Maria, mas ao fazer isso cometeu um lapso freudiano:

Quando nós [Bothwell e Huntly] escapámos dos aposentos da rainha e chegámos a local seguro, reunimos alguns dos nossos melhores amigos e súbditos leais de Sua Majestade para a resgatarmos, a ela e ao rei seu marido, do cativeiro no qual se encontravam detidos. Fizemos isso em parte por astúcia e em parte pela força.

No dia seguinte, Suas Majestades partiram juntos para Edimburgo com uma boa força perseguindo Moray e seus aliados que eles foram obrigados a fugir para o exílio. Além disso, a rainha estava tão indignada com esse assassinio que os manteve em grande ódio, como também o fez a nobreza leal e o resto dos seus súbditos. Mas era o rei quem ela mais odiava.

Bothwell esquecera-se de que não fora *Moray*, mas sim *Morton*, a quem Maria fizera sofrer o exílio após a conspiração contra Rizzio. Moray regressara a Holyrood em triunfo no dia a seguir ao homicídio de Rizzio, e só saiu da Escócia após o assassinio de Darnley. A descrição de Bothwell das facções nobres é estranhamente simplista. Maitland e Argyll são deixados de fora, porque voltaram para o lado de Maria após a abdicação forçada. E enquanto a sede de vingança de Morton após Darnley ter traído os seus co-conspiradores na conspiração contra Rizzio seja abordada, é secundarizada face ao mais grandioso projecto de Moray de usurpar o trono. Esse tornar-se-ia o tema principal do relato de Bothwell: Moray, o maior dos vilões, tinha maquinado desde o início depor a sua irmã. Na sua ânsia de tornar o seu relato mais interessante, Bothwell

confundiu Morton com Moray, esquecendo-se de que Moray fora recebido de braços abertos pela sua irmã, quando regressara, após a conspiração contra Rizzio. Na sua tentativa apressada de demonizar Moray, Bothwell decidiu não mencionar Morton, então seu aliado e principal cúmplice, mesmo na sua descrição do homicídio de Darnley. Em vez disso, fez um fantasioso relato dos seus esforços altruístas para reforçar a monarquia na Escócia alimentando um espírito de reconciliação entre os lordes desavindos. Até tentou fingir que tinha ponderado deixar a barafunda da política por uma vida tranquila nas suas propriedades:

Depois de ter negociado para esses lordes exilados as boas graças que procuravam, e em particular o regresso à corte²⁵, pensei em retirar-me para levar uma vida tranquila após o aprisionamento e exílio que sofrera. Senti-me tentado a afastar-me desse cenário de rixas sangrentas e vingança.

Só depois do fracasso dos esforços de Bothwell em conseguir uma reconciliação duradoura entre os lordes desavindos começou a conspiração do homicídio. A sua descrição da explosão e das suas consequências é banal e pouco convincente:

Pouco tempo depois, o rei, que sofria de um ataque de sífilis²⁶, alojou-se num lugar chamado Kirk o'Field enquanto convalescia a fim de evitar perigo para a saúde da rainha e do seu filho. Isso foi feito por consentimento mútuo da rainha e dos membros do seu Conselho, que desejavam garantir a saúde dos três.

Os traidores viram isso como a sua oportunidade. Colocaram uma grande quantidade de pólvora debaixo da cama do rei, depois acenderam o rastilho, fazendo-o explodir e matando-o. Isso foi feito numa casa de *sir James Balfour*.

Na noite da explosão, vários dos conselheiros dela encontravam-se alojados como de costume no seu Palácio de Holyroodhouse. Eu também estava ali alojado, no alojamento onde a guarda de cinquenta homens está posicionada. E enquanto eu estava ainda na cama com a minha primeira esposa, a irmã do conde de Huntly, o irmão dela veio de manhã para me informar da morte do rei, com a qual fiquei entristecido e muitos outros comigo.

Bothwell afirmou que se tinha esforçado incansavelmente para descobrir a verdade, nunca imaginando nem por um instante que seria considerado suspeito. O seu nome, procurou argumentar, só tinha sido mencionado quando os seus inimigos e rivais conspiraram uns com os outros para evitar que ele servisse Maria resolvendo o crime abominável. Tudo isto é inacreditável, tal como o relato de Bothwell do seu julgamento:

Quando as acusações contra mim foram lidas, e os meus acusadores (em especial o principal deles, o conde de Lennox, que tinha convocado, mas não compareceu)²⁷, ficaram convencidos de que não havia justa causa de queixa contra mim afectando a minha pessoa, as minhas propriedades ou honra, eu fui, de acordo com as leis e costumes do reino, pela indicação dos meus juízes e com o consentimento dos meus acusadores então presentes, declarado inocente e não culpado de tudo aquilo de que fora acusado.

Bothwell depois afirmou – como fizera Maria – que tinha casado com Maria a pedido dos mesmos lordes que estavam agora a exigir a sua extradição. Invocou o compromisso da Taverna de Ainslie para se justificar, argumentando que o casamento lhe fora imposto pela nobreza. Mas o seu relato é muito mais dissimulado do que o de Maria. Este, pelo menos na versão mais sincera dada ao bispo de Dunblane, estava ensombrado pelo desgosto devido à fraude de Bothwell, enquanto se aguentava firme com uma mentira descarada. Inventou uma história em que os signatários do seu compromisso vieram por sua vontade a sua casa para o incitar a aceitar o seu pedido:

Depois de ter ganho o meu caso como declarei, vinte e oito membros do Parlamento vieram ter comigo a minha casa por sua livre vontade e sem isso lhes ser pedido.

Cada um deles agradeceu-me pela maneira amistosa como me tinha comportado com eles, acrescentando que a rainha era agora viúva, que só tinha um filho, um jovem príncipe, que não consentiriam que ela casasse com um estrangeiro e que eu lhes parecia ser o homem mais adequado para ser seu marido.

A realidade não podia ser mais diferente. Bothwell fora obrigado a oferecer um jantar aos seus «apoiantes» e no dia seguinte esforçara-se por lhes extorquir as suas assinaturas. Argyll, Maitland e Atholl recusaram-se a assinar. Nem Moray podia ter consentido, como Bothwell falsamente insinuou, visto que já tinha deixado o país a caminho do exílio voluntário. Bothwell até conseguiu descrever o seu casamento com Maria sem dizer nada acerca do rapto ou sedução dela. E a sua versão do confronto final com os Lordes Confederados é uma autojustificação:

A rainha e eu saímos de Dunbar com tantos homens, seus leais súbditos, como os que pudemos reunir em tão pouco tempo. Chegámos a pouca distância de Edimburgo, de onde as forças rebeldes saíram e se posicionaram diante de nós mais ou menos à distância de um tiro de canhão.

Após uma pequena demora, enviaram um mediador ter connosco, que nos apresentou uma declaração escrita das causas que os tinham trazido até ali. Primeiro, era para libertarem a rainha da escravidão na

qual se dizia que eu a mantinha, e segundo para vingarem o homicídio do falecido rei, do qual eu e os meus éramos acusados, tal como já descrevi.

Respondi à primeira questão que não estava de modo nenhum a manter a rainha em escravidão, mas pelo contrário, que a amava e honrava como merecia, apelando a ela para confirmar a verdade do que eu dissera.

Quanto à segunda questão, respondi que continuava a negar ter participado ou consentido no homicídio do falecido rei. Acrescentei que embora tivesse sido já absolvido, ainda estava pronto, se alguém de suficiente honra e nascimento nobre ainda estivesse inclinado a acusar-me de tal acção, a defender a minha honra e a minha vida em combate singular na presença de ambos os exércitos, como prometera no desafio que eu fizera com que fosse publicado em Edimburgo, e de acordo com as antigas leis da guerra.

Foi depois respondido que lorde Lindsay, um dos lordes, estava preparado para se encontrar comigo no campo... Portanto convenci a rainha e todos eles pelas muitas razões que adiantei, que eles concordaram em que o combate singular tivesse início.

Bothwell nunca poderia suportar ter de admitir que, apesar da aceitação do seu desafio, Maria, numa decisão repentina, tivesse mudado de ideias e proibisse o combate homem a homem. Em vez disso, afirmou que ele tinha aguardado até ao fim da tarde que o seu cobarde adversário chegasse. «Contudo, ele não apareceu...»

Bothwell declarou que, embora estivesse ainda preparado para lutar até à morte pela sua rainha e pela sua honra, não teve outra opção senão a de aceitar o desejo dela de evitar desnecessário derramamento de sangue:

À medida que a noite se aproximava, preparei-me para lutar com o inimigo, colocando a minha linha de batalha em ordem, enquanto eles faziam o mesmo do outro lado.

A rainha, vendo-me a mim e aos seus súbditos leais de um lado e os lordes rebeldes do outro, prontos para iniciar uma batalha... estava ansiosa por evitar derramamento de sangue a todo o custo e, portanto, rendeu-se a eles. Atravessou o campo e foi ter com eles, escoltada por Kirkcaldy de Grange a fim de discutir as coisas e ver se as questões se podiam resolver pacificamente. E acreditando que podia ir ter com eles em segurança, sem receio de traição, e que ninguém presumiria pôr as mãos nela, pediu-me para não avançar mais com as minhas tropas...

Tendo completado os seus esforços de auto-ilibação, Bothwell terminou o ditado em 5 de Janeiro de 1568, ou pouco antes. Depois de corrigir o trabalho do secretário, mandou copiá-lo em duplicado. Uma dessas cópias foi enviada a Frederico II, que, não conseguindo achá-la convincente, a sua reacção foi enviar Bothwell por barco, atravessando o Sound, para a maior segurança do Castelo de Malmo, então na Dinamarca, mas agora pertencendo à Suécia. Foi alojado na ala norte do castelo, onde ocupou uma câmara grande, oblonga e abobadada no piso térreo, por baixo dos aposentos reais. A sala principal tinha duas grandes janelas

viradas para sul, do lado oposto ao pátio interior. O aposento estava voltado para o exterior, mas não possuía nenhuma janela pela qual o mais experimentado dos escapistas pudesse trepar.

Enquanto Bothwell fosse ainda uma peça no tabuleiro de xadrez diplomático de Frederico, os seus pedidos de luxos seriam satisfeitos. Havia pouco que fosse desumano no seu tratamento, excepto não estar livre. Claro que Bothwell não era alguém que suportasse tal restrição. Por muitas vezes que o deixassem sair para fazer tiro ao alvo, ainda sentia que estava fechado numa jaula.

Todavia, manteve a sua perspicácia. Quando os Lordes Confederados encarregaram o capitão John Clark, um mercenário escocês servindo nas guerras do rei dinamarquês, de negociar a sua extradição, Bothwell virou o jogo contra eles. Contou a Frederico que quando Clark regressou à Escócia em 1567 para alistar mais tropas tinha-se apropriado do dinheiro do rei, usando-o para pagar reforços que alinharam do lado dos lordes em Carberry Hill. A acusação era verdadeira e Clark viria mais tarde a ser condenado por um tribunal marcial na Dinamarca.

Os Lordes Confederados enviaram então a Copenhaga Thomas Buchanan, sobrinho do brilhante erudito em letras clássicas e poeta que escrevera os guiões das mascaradas de Maria. Este tentou revigorar a exigência dos lordes de Bothwell ser extraditado revelando como Maria lhe tinha enviado «certos escritos» de Inglaterra, incluindo a prova que o ajudara a selar o destino de Clark. O relatório é vago e não corroborado, visto que Buchanan se recusou a nomear as suas fontes. Embora se diga que são «homens de grande apreço» e «merecedores de confiança», as suas identidades são impossíveis de determinar. Além disso, como parece que tudo o que elas disseram é que Maria incitara Bothwell «a estar de bom ânimo, com diversos outros propósitos», é possível que as suas «fontes» fossem inventadas.

Foi dito que Bothwell tinha espiões em Inglaterra, que deviam tentar falar com Maria no seu cativeiro. As suas instruções eram as de obter os documentos de que Bothwell necessitava nos seus esforços para trocar a sua liberdade pelas ilhas Orkney e Shetland. Se isso era verdade, descrevia as acções de um homem desesperado. Os Lordes Confederados nunca permitiriam que as ilhas fossem devolvidas à Dinamarca, mesmo que fossem em troca do seu inimigo mais procurado. Um desses alegados espiões era o pajem de Bothwell, um

dinamarquês, reputado por ser confundido com um escocês por poder falar escocês das Lowlands como um natural da terra. Foi dito que levou documentos a Maria, a quem o relator descreve como «essa mulher». Mas, mais uma vez, os pormenores são nebulosos e confusos. O Buchanan mais novo sabia à partida que era sua tarefa enviar uma cópia do seu relatório final a Cecil. Não havia nenhum indício concreto que justificasse as suas afirmações e, no entanto, o mero rumor de uma correspondência secreta entre Maria e Bothwell era suficiente para gerar alarme. Aos olhos dos Lordes Confederados, qualquer forma de comunicação entre eles seria «prejudicial e ofensiva para ambos os nossos países e para o descontentamento de Sua Majestade a rainha de Inglaterra».

Clark encontrava-se aprisionado no Castelo de Dragsholm, uma fortaleza solitária na ponta do fiorde Kalundborg, na costa noroeste de Zealand, a uns cem quilómetros a oeste de Copenhaga. Em Junho de 1573, quando já tinham decorrido cinco anos desde a fuga e aprisionamento de Maria em Inglaterra, Bothwell foi também enviado para lá. Reza a lenda que ele morreu aí, louco, após cinco anos de reclusão solitária, acorrentado a uma parede. Mas Bothwell era sempre único e invulgar. Era um oportunista, um jogador que sabia que a sorte favorece os corajosos e que tiram proveito da vida, como ele descobriu. Ele e Clark, ambos escoceses e militares profissionais, enterraram o machado de guerra e afogaram as suas tristezas em vinho. É improvável que Clark alguma vez admitisse que as actividades mais nefandas tivessem incluído agir como um dos espiões de Cecil, escrevendo-lhe relatórios e aceitando pagamento inglês. Se o tivesse feito, Bothwell – dependendo do seu humor – teria dado grandes gargalhadas ou então teria assassinado Clark de imediato.

Em Julho de 1575, o regabofe descontrolado em Dragsholm causara prejuízos. Clark morreu de excesso de álcool, e até mesmo a compleição bovina de Bothwell começou a desabar. Como os nomes deles estavam sempre ligados nos boletins provenientes da Dinamarca, foi relatado que Bothwell morrera. Demorou mais quatro meses para chegar a Paris e a Londres a prova de que «ele está apenas muito inchado e ainda não morreu». Sofria de problemas de fígado ou de insuficiência renal, mas ainda não estava preparado para morrer.

O menor rumor da morte de Bothwell era suficiente para animar os apoiantes de Maria no continente. Começaram a afirmar que ele tinha feito uma confissão

no leito de morte, na qual a ilibava de toda a responsabilidade pelo homicídio de Darnley e assumia a culpa. Quando Maria soube disso, agarrou-se à oportunidade de provar a sua inocência. Escreveu ao seu embaixador em Paris: «Fui informada da morte do conde de Bothwell, e que antes de morrer fez uma confissão total dos seus pecados, e entre eles confessou-se culpado do homicídio do falecido rei meu marido... Peço-vos, portanto, que investigueis a verdade disso por todos os meios disponíveis.»

Maria conseguiu com dificuldade juntar 500 coroas francesas para pagar a um mensageiro que devia viajar até à Dinamarca e garantir uma transcrição dessas últimas palavras. O homem meteu o dinheiro no bolso e não fez nada. Entretanto, uma cópia completa da «confissão» foi enviada por Frederico II para Isabel, que a depositou na biblioteca real, de onde mais tarde desapareceu. Maria ficou furiosa por Isabel se recusar a partilhar com ela ou a publicar um documento que ela acreditava poder restabelecer a sua honra e reputação. Ainda se queixava disso dois anos depois. Catarina de Médicis instruiu o seu embaixador na Dinamarca para obter uma cópia, mas se ela chegou às suas mãos também Catarina guardou o seu conteúdo para si.

Apenas alguns pequenos resumos dela chegaram aos nossos dias. De acordo com o que parece ser o fragmento superior, Bothwell jurou que Maria «nunca soube nem consentiu na morte do rei». O homicídio foi obra de Bothwell e dos seus amigos; foi engendrado «por sua ordem, diversos lordes consentiram e subscreveram para isso, os quais, contudo, não estiveram presentes quando isso foi feito». Os seus nomes eram Moray, Morton, lorde Robert Stuart e John Hamilton, arcebispo de St. Andrews, «com diversos outros, dos quais disse não se conseguir lembrar nesse momento». Bothwell confessou mais que «toda a amizade que tinha pela rainha, obteve-a sempre por feitiçaria e os engenhos que fazem parte disso». Ele tinha drogado a água açucarada dela para a seduzir, e depois «encontrou meios de afastar a sua esposa para obter a rainha». Uma variante mais completa dessa passagem disse que ele tinha «enfeitiçado a rainha para se apaixonar por ele, e então inventou meios para se livrar da sua esposa». Depois, «após o casamento ter sido consumado, procurou todos os meios para destruir o príncipe infante e toda a nobreza que não se alinharia com ele».

A «confissão» de Bothwell é uma flagrante falsificação. A versão que parece ter estado antes no arquivo de Cecil e se encontra agora na British Library usou

estas palavras: «Ele perdoou a todo o mundo e estava pesaroso por todas as suas ofensas, e recebeu o sacramento depois de afirmar que todas as coisas que dissera eram verdadeiras, e assim morreu.» Deixando de lado o facto de Bothwell ser um protestante que não acreditava na importância de receber os últimos ritos e que se recusara a assistir a serviços católicos mesmo quando Maria lhe pegou na mão, ele *não morreu*. Continuou vivo durante quase mais três anos. Uma das cópias da «confissão» diz que Bothwell ficou «de cama doente até morrer no Castelo de Malmo». Isso também é incorrecto. Na verdade, deixara Malmo por Dragsholm dois anos antes. Quem falsificou esses documentos nem verificou os factos históricos mais básicos.

Se isso não fosse prova suficiente, a lista dos assassinos de Darnley não faz sentido. Morton é referido, enquanto Moray teve conhecimento prévio do assassinio e fez de conta que não via. Mas *sir* James Balfour e os Douglas não são mencionados, enquanto lorde Robert Stuart, outros dos filhos ilegítimos de Jaime V e meio-irmão de Maria, e John Hamilton, arcebispo de St. Andrews, ficaram na história só porque assistiram ao casamento de Maria e Bothwell e porque o arcebispo concedeu a Bothwell um decreto de anulação do seu casamento com a irmã de Huntly no tribunal católico. Nenhum deles esteve envolvido no homicídio de Darnley, mas como ambos eram conhecidos por serem apoiantes de Bothwell, os seus nomes foram postos na lista.

Uma das grandes ironias é que Margarida Douglas, a condessa de Lennox e mãe de Darnley, ficou tão impressionada com a «confissão» de Bothwell que concluiu que Maria fora a vítima de uma injustiça horrível. No mesmo mês em que os resumos da «confissão» passavam de boca em boca, a condessa escreveu uma carta de reconciliação a Maria da sua casa em Hackney, acrescentando um *postscriptum* pela sua mão. «Só posso desejar», disse, «e pedir a Deus que Vossa Majestade tenha um longo e feliz período de vida, até ao momento em que eu possa prestar melhor serviço a Vossa Majestade... Imploro a Vossa Graça que perdoe estas rudes linhas e aceite o bom coração de quem as escreve, que ama e honra Vossa Majestade sinceramente.» A condessa também enviou a Maria um sinal do seu afecto – uma pequena mas delicada e cara peça de bordado com ponto trançado, que Maria iria considerar como um dos seus bens mais preciosos. A técnica era muitíssimo difícil. Para se obter o efeito reluzente que os seus admiradores tanto cobiçavam, o padrão tinha de ser trabalhado com

cabelo suave e prateado que era misturado com o mais fino fio de seda ou de linho. Como a condessa trabalhara com tranças do seu cabelo, deveria ser um presente muito especial. Nada poderia ter sido um sinal mais poderoso da reconciliação entre a mãe de Darnley e a sua nora.

Quando a condessa morreu, Maria disse que «assim que ela soube da minha inocência, absteve-se de me fazer mais críticas, indo mesmo ao ponto de repudiar tudo o que fosse declarado contra mim em seu nome». Como a «confissão» é uma falsificação, o verdadeiro significado da reconciliação da condessa com Maria é mostrar quão frágil e pobremente documentada a prova original contra ela deve ter sido.

A «confissão» de Bothwell iria ter um efeito semelhante no jovem e impressionável filho de Maria. Jaime não voltara a ver a sua mãe depois de ela lhe ter dado um beijo de despedida no dia anterior a ter sido raptada por Bothwell. Ele ficara com o conde e a condessa de Mar, que criaram uma residência para ele no Castelo de Stirling e supervisionaram a sua educação. Brincava com os filhos deles, que lhe ensinaram a montar e a caçar. Esses iriam ser os seus desportos preferidos, mas também adorava tiro com arco e flecha e ofereceram-lhe inúmeros conjuntos de arcos e flechas. Jaime recebeu a melhor educação possível. Aprendeu a falar latim antes de conseguir falar escocês, tornando-se fluente nessa língua assim como em grego e francês. Também foi educado como protestante. Um dos seus preceptores foi George Buchanan, que nessa altura tomava posição entre os principais dos caluniadores de Maria²⁸, e cujo regime escolástico incluía espancamentos regulares assim como tiradas republicanas contra a monarquia de direito divino. Jaime foi vezes sem conta açoitado para o incitar a estudar, o que resultou ao ponto de ele conseguir citar autores clássicos de cor no resto da sua vida. Mas o que ele devia recordar eram as censuras que recebeu de Buchanan contra a sua mãe, a qual, garantiram-lhe, tinha sido tirânica, adúltera e aquela que assassinara o seu pai.

Jaime tinha dez anos e meio quando reparou que o *laird* de Tullibardine lia algo avidamente e salientava passagens aos seus amigos. Jaime insistiu em ver por si o que suscitava tanto interesse. Era uma cópia da «confissão» de Bothwell. O rapazinho não disse nada, mas o seu humor mudou para «boa cara». Disse, «não tenho eu motivo para estar contente depois de todas as terríveis acusações e

calúnias contra a minha mãe?» Depois acrescentou para o *laird*: «Agora vi uma prova clara da sua inocência!»

No dia 14 de Abril de 1578, Bothwell morreu em Dragsholm. Como era costume para os prisioneiros de Estado, o seu corpo foi levado para o promontório que sobressai no fiorde a cerca de dois quilómetros do castelo e sepultado na igreja paroquial de Faarevejle. Foi envolvido numa mortalha de linho e colocado dentro de um grande caixão de madeira de carvalho. A sua cabeça foi envolvida num tecido de linho forrado com seda verde e pousada numa almofada de cetim branco. Sabemos disso porque o caixão foi aberto em 1858, quando um corpo mumificado foi descoberto em quase perfeito estado de conservação. Com quarenta e três anos, mas parecendo muito mais velho após uma década na prisão, Bothwell tinha de altura apenas um metro e sessenta e sete. O seu cabelo ruivo escuro ainda se podia ver, salpicado de madeixas grisalhas. Um antiquário inglês que veio ver o corpo declarou que era o de «um escocês feio». Outros guardaram para eles a sua avaliação, não só acerca da aparência do falecido como também a respeito da sua identidade.

Quer fosse ou não a de Bothwell, a cabeça teve aventuras póstumas do tipo que ele teria apreciado. Primeiro foi exibida como troféu numa secretária em Dragsholm, depois foi usada por crianças como bola de futebol. Por volta de 1935, foi reunida ao corpo e de novo sepultada na cripta da igreja. Após a Segunda Guerra Mundial, os restos mortais foram outra vez exumados, dessa vez como atracção turística. Até 1975, o corpo – nessa altura não mais do que um simples esqueleto – foi exibido numa caixa de vidro em Faarevejle, até terem sido recebidas queixas. O Castelo de Dragsholm é agora um hotel, por onde, segundo dizem, o fantasma de Bothwell passeia de noite. Esse foi o irónico fim de um homem que alterou o curso da história e aspirou a ser sepultado entre reis.

²³ Ver capítulo 14.

²⁴ Confundido com Holyrood.

²⁵ Referência oblíqua a Morton, cujo confinamento fora levantado a pedido de Bothwell em Março de 1567.

²⁶ O secretário escreveu *petite vérole*, varíola; contudo, Bothwell depois riscou *vérole* e substituiu-a por *onirole* – *rognol* é ainda hoje um termo de calão para designar a sífilis.

²⁷ O que não é surpreendente, uma vez que Bothwell tinha quatro mil servidores, enquanto Lennox só pudera trazer seis.

²⁸ Para a difamação de Maria feita por Buchanan ver capítulos 24 a 26.

Capítulo 24

Relato dos lordes

Quando Bothwell foi absolvido do homicídio de Darnley num julgamento manipulado e começou a angariar apoios para o seu casamento com Maria, ocorreu uma reviravolta dramática sob a forma de um encobrimento dos acontecimentos em Kirk o'Field. Até então, os lordes tinham cerrado fileiras para abafar qualquer indício que pudesse ajudar a resolver o mistério do homicídio, em particular o das mulheres que viviam nas casinhas próximas. Mas quando Bothwell sequestrou Maria e a seduziu, quebrando o seu pacto com Morton, os lordes viraram toda a sua atenção para o acusarem do crime e descobrirem tantos indícios quantos os que fosse possível para o provar, antes que se tornasse demasiado poderoso.

Depois, quando Maria foi aprisionada em Lochleven e forçada a abdicar, também ela tinha de ser implicada no homicídio. Os lordes tinham deposto uma rainha ungida. Isso tinha de ser justificado, o que foi feito afirmando que já não estava capaz de governar. Não era uma rainha digna. Tinha-se desqualificado porque era culpada de «depravação moral». O estereótipo de Knox, de que uma governante católica era por definição motivada por um desejo sexual desenfreado, forneceu o modelo. O «amor furioso» de Maria por Bothwell «provara» que ela era incapaz de controlar as suas paixões. O desejo carnal levava-a primeiro a cometer adultério com um homem casado e depois a conspirar com ele para assassinar o marido, a fim de que pudesse ficar livre para casar com o seu amante.

Tudo parecia ligar-se numa calorosa história de sexo e violência, adultério e homicídio, concebida tanto para excitar como para chocar. O autor escolhido pelos Lordes Confederados para contar a historieta deles não era outro senão George Buchanan. As suas credenciais eram perfeitas para esse papel. Era calvinista e republicano, amigo e «mestre» de Thomas Randolph, o primeiro embaixador de Isabel na Escócia, nos seus tempos de estudante em Paris. Mais

tarde, em Holyrood, lera Tito Lívio com Maria durante as tardes. Quando foi encarregado de encenar os divertimentos sobre o tema da «reconciliação» para o baptismo do príncipe Jaime, no Castelo de Stirling, atingiu o auge da sua carreira na corte. Agora Buchanan escreveu não uma mascarada, mas uma antimascarada. Os factos foram misturados com a ficção para criar a mais ardilosa peça de assassinio de carácter jamais concebida na Escócia.

Maria recompensara Buchanan generosamente. Como podia traí-la tão desavergonhadamente? A explicação reside em que ele era primeiro e antes de mais nada um cliente dos Lennox. A sua lealdade a Darnley tinha prioridade sobre a sua fidelidade a Maria. Nascera no território dos Lennox, onde se falava gaélico, perto de Glasgow, filho de uma família empobrecida de proprietários de terras. Devia a sua educação à filantropia local, para com a qual se sentia em dívida. Buchanan também mantivera os seus laços com os amigos huguenotes em Paris. Era próximo de Moray, ao qual dedicara um livro sobre reforma educativa. Em troca, Moray deu-lhe o lucrativo posto de reitor do St. Leonard's College, a mais rica e mais academicamente dinâmica das três faculdades da Universidade de St. Andrews. Quando Darnley foi assassinado, Buchanan ficou estupefacto. O seu rei estava morto, as suas mais antigas fidelidades chamavam-no para entrar em acção. Juntou-se aos Lordes Confederados e a Moray, desempenhando um papel essencial como moderador na Assembleia Geral da Igreja após a batalha de Carberry Hill, quando se juntou a Knox e Craig reunindo os protestantes para justificar o aprisionamento de Maria. Depois, quando ela foi deposta e Moray se tornou regente, Buchanan achou que se tinha ligado à mais poderosa junta na política escocesa.

O seu alinhamento próximo de Moray permitiu a Buchanan receber o que lhe pertencia. Há algum tempo que se esforçava para ultrapassar as ideias de Knox e substituí-las por uma teoria mais sofisticada que fundia as ideias clássicas das antigas Grécia e Roma com o protestantismo. O seu ideal era a Roma republicana, com a sua tradição da *civitas libera* («Estado livre»). Sentia uma consistente repulsa pela «tirania» representada pela ideia de império e detestava os ideais de monarquia de «direito divino», rejeitando reis, papas e imperadores da Idade Média como sendo charlatões e tiranos. Mostrava uma particular aversão pela ideia colonial de «império» no Novo Mundo, com a qual se

deparara pela primeira vez quando ensinava línguas na Universidade de Coimbra, em Portugal.

A sua premissa central era que os governantes são escolhidos pelo povo para desempenharem um conjunto de funções definidas. Se falharem no cumprimento das suas obrigações, quebram os termos do contrato estabelecido no seu juramento de coroação. Se isso acontecesse, o povo tinha o direito de os depor e nomear alguém mais qualificado para cumprir os deveres do ofício real. Buchanan reformulou a teoria da monarquia numa linguagem quase republicana para argumentar que os governantes tinham de prestar contas àqueles que os elegiam. De acordo com esse modelo, o governante, em vez de estar acima da lei por prerrogativa real, encontrava-se sujeito a ela o tempo todo: desprezar a lei não era apenas opor-se à vontade ou bem-estar do povo, era declarar-se «tirano» e «inimigo de Deus». Se Darnley tivesse sido coroado rei e não assassinado, Buchanan teria guardado as suas ideias radicais para si. Com um descendente dos Lennox no trono, a sua visão da monarquia teria sido diferente. Mas quando o seu senhor foi assassinado, ele disse o que pensava. Aprovou a abdicação forçada de Maria, que considerou uma das melhores ilustrações práticas da sua teoria da responsabilidade real em oitocentos anos de história escocesa.

Quando Maria perdeu a batalha de Langside e fugiu para Inglaterra, fazendo com que Cecil pedisse aos Lordes Confederados que lhe enviassem «provas» e outros «indícios» contra ela, foi Buchanan que Moray escolheu para compilar o relato dos lordes. O seu relatório assumiu a forma de um *dossier*: um compêndio das alegações contra Maria citando todos os factos relevantes. Moray enviou-o depois a Cecil, que o usaria para acalmar Isabel, que odiava rebeldes e estava furiosa e incrédula com a deposição de Maria, para a qual considerava nunca ter havido nada que se aproximasse de fundamentos suficientes.

O *dossier* seria o caso para a acusação. Recolhendo todos os indícios, Cecil pretendia ajudar Moray a destruir Maria. Sabia que seria uma tarefa árdua. Isabel não se encontrava sozinha na contestação da visão conspiratória que Cecil tinha de Maria ou em se recusar a presumir a sua «culpa». Os mais tradicionais dos lordes ingleses proprietários de terras, liderados pelo duque de Norfolk, pelo conde de Arundel e por lorde Lumley, concordavam com ela. Embora dispostos a conformar-se com o acordo religioso protestante, tinham simpatias católicas enraizadas. Norfolk, o neto do comandante de Henrique VIII que derrotara os

escoceses na batalha de Solway Moss, mal era um protestante: o mais pequeno arranhão revelaria um católico por baixo dessa capa. Os seus aliados, Arundel e Lumley, eram católicos. Apoiavam a recusa de Isabel de colocar a religião à frente de direitos hereditários quando se tratava de considerar a sucessão ao trono e estavam convencidos de que um ataque à autoridade de Maria na Escócia seria o prelúdio de um ataque semelhante ao poder de Isabel em Inglaterra.

Norfolk e seus aliados viam os Lordes Confederados como inimigos naturais da monarquia e do governo real e desconfiavam de Cecil e do seu círculo interno. O futuro da monarquia de direito divino nas Ilhas Britânicas ficaria num equilíbrio instável se a abdicação forçada de Maria fosse mantida. Uma rainha ungida só prestava contas a Deus. Maria nem era inglesa, portanto como poderia prestar contas à rainha de Inglaterra ou a juízes ingleses? Cecil evitava essas questões desconfortáveis argumentando que a Escócia era um Estado satélite de Inglaterra, e, portanto, Isabel tinha jurisdição sobre ela porque possuía uma posição feudal superior à de Maria. Era uma alegação ténue, mas pelo menos era uma maneira de justificar a «investigação» quase judicial dos seus «crimes», a qual seria necessária se Isabel quisesse ficar convencida de que os lordes eram homens de honra, buscando corrigir um terrível erro, e não meros rebeldes.

Pelo seu lado, Moray foi astucioso e prudente ao instigar Cecil a assumir um compromisso irrevogável para atacar Maria. Os Lordes Confederados, disse ao início, tinham todas as provas de que necessitavam para incriminar Maria no homicídio de Darnley. Assim que conseguiu captar a atenção de Cecil, Moray recuou, perguntando se os juízes que seriam delegados para ouvir o caso em Inglaterra podiam primeiro ser convidados a examinar as provas em privado e dar uma sentença prévia. Depois, os lordes escoceses ficariam a saber com certeza se o seu caso se aguentava, e se não, que mais material seria necessário recolher para que isso acontecesse.

A 22 de Junho de 1568, um mês após a fuga de Maria através do Solway para Inglaterra, Moray enviou a Cecil uma cópia do *dossier* de Buchanan, escrita em latim. Nenhuma versão desse texto em latim pode ser encontrada, mas o *dossier* foi pouco depois traduzido em escocês das Lowlands para o conde de Lennox, cujo manuscrito foi preservado. Recebeu o título de «Uma informação... pela qual aparece que Maria, agora rainha viúva dos escoceses, não só foi cúmplice do horrível e indigno homicídio perpetrado na pessoa do rei de boa memória,

como também foi o instrumento, órgão principal e causa dessa crueldade antinatural.»

Enquanto mistura de factos e ficção, o relato de Buchanan é uma obra-prima. Afirmou que os crimes de Maria tinham sido premeditados há tanto tempo que os imaginara após a conspiração contra Rizzio, seis meses antes do que até mesmo os Lordes Confederados tinham alegado. As suas indiscrições tinham começado durante as férias em Alloa, apenas algumas semanas depois de o filho dela ter nascido. Depois, quando regressou a Edimburgo, em vez de abandonar a sua ligação tinha-a intensificado e continuara a satisfazer a sua paixão por Bothwell ao mesmo tempo que evitava o marido.

Buchanan escolhera a data mais antiga possível para o início do alegado caso de Maria que evitava qualquer imputação de que o príncipe Jaime não era herdeiro legítimo de Darnley. Afirmou que Maria se exibira enquanto se encontrava em férias, saltando para os braços de Bothwell:

O que foi o seu costume em Alloa não precisa de ser relatado, mas pode bem ser dito que excedeu as medidas e todo o comportamento feminino... mas mesmo quando regressou a Edimburgo²⁹... o que o seu comportamento foi, não precisa de ser mantido em segredo estando nas bocas de tantos: o conde de Bothwell abusou do corpo dela à sua vontade, tendo entrada pela porta de trás... Isso confessou mais do que uma vez... usando apenas a desculpa esfarrapada que *lady Reres* dera acesso a Bothwell...

A insinuação era deliberada. Quando refere que Bothwell tinha «entrada pela porta de trás», estava a fazer eco da principal acusação de *Ane Ballat* (uma balada) divulgada pelos Lordes Confederados acusando os amantes ilícitos da «bestial sodomia que Sodoma não tinha visto». E, no entanto, ele fora incapaz de verificar os factos. Uma investigação mais minuciosa dos que tinham acompanhado Maria a Alloa teria revelado que Moray se encontrava lá. Testemunhara tudo o que aconteceu lá, mas na altura não disse fosse o que fosse acerca do suposto mau comportamento de Maria³⁰.

Mas Buchanan nunca foi homem capaz de deixar que os factos atrapalhassem uma boa história. Maria, continuou a afirmar, confiara numa proxeneta. Usara os serviços de *lady Reres*, sobrinha do cardeal Beaton. Era uma mulher de meia-idade, «corpulenta» e com excesso de peso, o estereótipo de uma vulgar dona de bordel, que conduziu Bothwell ao aposento privado de Maria para os seus encontros sexuais, uma vez sofrendo um acidente cómico quando foi obrigada a

subir um muro alto de jardim e caiu, tombando desajeitadamente no chão. Era uma história inverosímil porque, em vez de ajudar Bothwell, era uma das suas amantes descartadas. Drury, o delegado de Bedford em Berwick-on-Tweed, avisara Cecil num dos seus relatórios manuscritos que, em vez de ser conivente com o alegado adultério dela, Reres ficara tão ciumenta quando Maria tomou Bothwell como seu protector que foi banida da corte, sendo o seu lugar ocupado pela irmã de Bothwell.

Entretanto, Buchanan estava a entrar no seu ritmo normal. De acordo com o *dossier*, o pobre Darnley tinha visto serem-lhe negados os seus direitos conjugais. Todas as suas ameaças, amos, conspirações e paranóia deviam ser esquecidos. Em vez disso, o «humilhado» e «enganado» marido de Maria – que era, claro, o herói, a vítima e o mártir do relato dos Lordes Confederados – era descrito nesta versão desinfetada da história como uma personagem cheia de virtudes e de capacidades de estadista, correspondendo à imagem propagada pelos Lennox nos seus cartazes e anúncios afixados nas portas e muros das igrejas e edifícios públicos de Edimburgo.

Um dos incidentes essenciais na narrativa de Buchanan foi o episódio em Jedburgh, no início de Outubro de 1566, para onde Maria viajara a fim de presidir ao Justice Ayre ou tribunal itinerante e onde Bothwell, que a precedera dois dias antes, ficara ferido com gravidade num combate de espadas com os seus velhos inimigos, os Elliot de Liddesdale, um clã de bandidos da fronteira. Segundo o *dossier*, quando Maria soube do conflito de Bothwell com os Elliot, galopou para Jedburgh e no dia seguinte para o Hermitage, chegando mesmo a tempo de se encontrar com o seu suposto amante, antes de regressar a Jedburgh no mesmo dia. A sua corrida desesperada foi feita «na companhia de uma tal caravana que nenhum homem de honesta reputação quererá ter integrado». Mas Buchanan recusou-se a relatar os factos com exactidão. Na realidade, Maria aguardara uma semana até as formalidades da Justice Ayre estarem terminadas antes de ir visitar Bothwell com Moray ao seu lado em todas as etapas da viagem³¹. Ela viu-o na presença do seu Conselho e ficou lá apenas duas horas. E, contudo, foi a versão de Buchanan dos acontecimentos que acabaria por ficar na história. No século XVIII, o relato dele tornar-se-ia tão popular que forneceu a rampa de lançamento para uma das mais conhecidas falsificações marianas, a suposta «nova» crónica ou crónica «Crawford» que foi falsificada por um pastor

presbiteriano que inseriu o seu material voyeurista numa fonte mais antiga para fornecer pormenores sexuais realistas.

Em Jedburgh, como Buchanan alegou, tinha mudado Bothwell «dos seus alojamentos habituais» para «a casa da rainha na câmara por baixo da sua». Aí, apesar das graves feridas dele e do facto de ela ter estado quase a morrer quando a sua úlcera gástrica rebentou, prosseguiram o seu caso sórdido como se nada de desagradável tivesse acontecido, até a notícia chegar a um chocado e perturbado Darnley. Cheio de justa indignação e sabendo ser a parte enganada, o legítimo marido de Maria «não adiou, mas a toda a velocidade veio para Jedburgh». Mas não existe nenhuma prova independente de que Bothwell tenha estado alojado na casa de Maria, e Darnley veio a Jedburgh mais tarde e relutante, discutindo com a sua esposa assim que chegou. Buchanan estava disposto a criar a presunção mais forte possível de um motivo para o homicídio. Tentou mostrar como Maria tinha planeado livrar-se de Darnley:

Por volta do quinto dia de Novembro, mudando-se de Jedburgh para Kelso... ela disse que a menos que se livrasse do rei por quaisquer meios ou outros, nunca poderia ter um dia bom na sua vida, e em vez de falhar nisso preferia ser o instrumento da sua morte.

Regressando a Craigmillar ao lado de Edimburgo, onde descansou até ao fim de Novembro, renovou o mesmo propósito de que falara antes em Kelso numa audiência com o meu lorde de Moray, o conde de Huntly, o conde de Argyll e Maitland, propondo que a maneira de se livrar do rei e fazer isso parecer melhor era iniciar uma acção de divórcio contra ele... para o qual foi respondido que isso não podia ser bem feito sem risco, visto que por essa acção o príncipe seu filho deveria ser declarado bastardo... ouvindo essa resposta, quando pensou nisso, abandonou esse conceito e opinião do divórcio, e a partir desse dia imaginou e concebeu como o eliminar, como pela sequência deste discurso mais aparecerá...

Buchanan estava a distorcer os factos conhecidos para criar uma interpretação de quase completa fantasia. A verdade era que os lordes tinham sugerido um divórcio a Maria, e não o contrário. Ela dissera que desejava estar morta no Castelo de Craigmillar, mas não em Kelso. E nunca pedira para se livrar de Darnley «por quaisquer meios ou outros». Quando o plano de Maitland para lhe propor o divórcio de Darnley lhe foi apresentado em Craigmillar, ela respondeu:

– Quero que não façais nada pela qual alguma mancha possa ser posta na minha honra ou consciência e portanto peço-vos que deixeis o assunto ficar no estado em que se encontra³².

Nada disso interessava a Buchanan. Estava determinado a estabelecer um motivo para o homicídio de Darnley e, segundo o seu relato, Maria dormira com

Bothwell após o baptismo do filho durante oito noites seguidas «usando essa imundície quase sem capa ou respeito ou vergonha ou honestidade». Enquanto estava na cama com o seu amante, planeava um «dispositivo» para matar o seu marido, escolhendo uma casa vazia em Kirk o'Field como lugar onde o homicídio seria cometido. Tinha então cavalgado até Glasgow para ir buscar o seu esposo condenado, durante todo esse tempo estabelecendo um rasto de papel para a posteridade nas suas cartas a Bothwell, que tinham ficado para trás em Edimburgo a fim de iscar a armadilha:

A sua ideia, como bem aparece nas suas cartas³³, era trazê-lo a Edimburgo para o seu fim fatal e destruição final. Ela deixou o príncipe Jaime em Holyrood. Depois partiu para Glasgow acompanhada pelos Hamilton³⁴ e esses outros que não apreciavam o seu marido.

Buchanan entrara no seu ritmo normal. Estava a divertir-se, mas também a prestar insuficiente atenção à cronologia dos acontecimentos que era suposto descrever. Na realidade, Maria tinha sido escoltada por Huntly e Bothwell até Callander House na primeira fase da sua viagem para Glasgow a fim de ir buscar o marido. Foi só na segunda fase que os Hamilton foram seus guarda-costas. E mal Bothwell regressou a Edimburgo partiu para Liddesdale, na fronteira, o que significa que não podia ter estado em Edimburgo recebendo as instruções finais de Maria para preparar o local do crime em Kirk o'Field na altura em que Buchanan afirma que estava.³⁵

Talvez ciente de uma possível discrepância cronológica, Buchanan alegou que Maria tinha «concebido» com Bothwell atrair Darnley para a sua morte em Kirk o'Field mesmo *antes* de deixar Edimburgo para Glasgow:

Entretanto, o conde de Bothwell, de acordo com o dispositivo combinado entre eles, preparou para o rei o alojamento onde ele terminou a sua vida. Em que lugar isso ficava bastantes pessoas sabiam, e bastantes pensavam mesmo que era uma ruína inadequada para ter alojado um príncipe, encontrando-se num lugar solitário na parte extrema da cidade, afastado de toda a companhia...

Foi alojado em Kirk o'Field pelo bom ar, não obstante na Escócia no início de Fevereiro um homem doente estará mais contente com um gole de bebida e quarto quente do que com qualquer ar dos campos.

Não dormiu ela na casa, no quarto debaixo do seu, na quarta-feira e quinta-feira antes de ele ser assassinado para dar ao povo a impressão de que estava a começar a entretê-lo?

Assim que Darnley foi enredado em Kirk o'Field, Maria manteve-o divertido. Depois, a um sinal do seu criado de confiança, Nicholas Hubert, a quem ela

chamava *French Paris*, Maria regressou a Holyrood sob o pretexto de assistir à mascarada em honra de Bastian Pages e da sua noiva:

Assim que ela viu [*French Paris*³⁶], soube que a pólvora fora posta na parte mais baixa da casa, debaixo da cama do rei, porque Paris tinha as chaves das portas da frente e de trás dessa casa, e os criados do rei tinham todas as restantes chaves do alojamento. E então com riso fingido ela disse: «Teria feito ofensa a Bastian se não assistisse à mascarada em honra do seu casamento, esta noite, por isso vou regressar a Holyrood.»

Depois partiu, passando o resto da noite com Bothwell³⁷, que mais tarde «passou para o seu quarto e aí trocou os seus calções e gibão e pôs a sua capa sobre ele e seguiu para a realização desse muito horrível homicídio».

Maria, insistiu Buchanan, não conseguiu dormir de tal modo estava animada e entusiasmada com a perspectiva do homicídio de Darnley. Mal se mexeu mesmo quando ouviu o «estalo» fatal: «porque não precisava, compreendendo o propósito como compreendia».

Ouvindo o choque da explosão, Bothwell levantou-se da sua cama³⁸ e, acompanhado por Huntly, Argyll e outros, veio ter com ela para explicar «como o alojamento do rei foi erguido e ido pelo ar e ele morto, por causa de cuja notícia as emoções dela não foram tão grandes nem o seu semblante tão carregado como alguém no seu estado devia mostrar – nem mesmo se ele não fosse o seu marido mas um homem vulgar – pela indignidade e estranho exemplo da acção». Maria recebeu a notícia da sua perda em silêncio. Depois «fez o seu repouso sem expressão triste por nada que acontecera». Ordenou que a sua residência ficasse de luto, mas não conseguiu manter o fingimento durante muito tempo: «Dos quarenta dias de luto não conseguiu ficar assim em Holyroodhouse mais de dez ou doze dias, e isso com grande dificuldade sendo em muito grande caso difícil como simular luto e nada menos na sua mente.»

Nos repousantes arredores de Seton, Maria divertiu-se com Bothwell como se a explosão nunca tivesse acontecido. Usando a sua habitual astúcia, instalou o seu amante num conjunto de aposentos adjacentes às cozinhas para que pudesse deslocar-se ao longo de uma passagem dos criados usada para a entrega de comida aos aposentos dela, a fim de se divertir com ela. Mas Bothwell estava já casado e rumores do seu caso amoroso começaram a espalhar-se. Para evitar um escândalo, era o momento de se divorciar da sua esposa e casar com a rainha.

Visto que seria necessário um subterfúgio para justificar essa conduta escandalosa, Maria tinha planeado um sequestro combinado em que fingiria ser raptada e violada. Tal como com a sua conspiração inicial para assassinar Darnley, iria criar as provas de que os seus inimigos necessitavam. Uma das suas «cartas» escritas «fora de Linlithgow», segundo o *dossier* de Buchanan, provaria as suas intenções³⁹.

Não poderia ser sem escândalo que a rainha fosse para a cama com o conde de Bothwell, que tinha uma esposa sua. Não obstante antes e depois, não pouparam tempo a satisfazer o seu apetite pecaminoso, embora de algum modo para cobrir a sua honestidade ela tenha fingido que fora violada. Isso passou-se pouco depois de regressar de Stirling a Edimburgo, e quer tenha vindo dela ou não, a sua carta escrita para o conde de Bothwell fora de Linlithgow o pode declarar.

Assim que os amantes chegaram a Dunbar, Bothwell iniciou os procedimentos para se divorciar da esposa. Após o casamento com Maria, muitos dos lordes foram para o exílio interior, e, ainda assim, Maria nessa altura era uma mulher diferente: mesmo os lordes que ficaram ao seu lado eram alvo de maus-tratos.

Sendo levada por ele para Dunbar, sem demora fizeram com que um divórcio avançado em dupla forma contra a esposa legítima dele... Quando regressaram a Edimburgo ela declarou que estava livre, e, portanto, dentro de oito dias passaram à consumação desse casamento ímpio que todo o mundo considera perverso e um escarnecimento de Deus.

Não passou muito tempo entre o momento em que o mesmo fingido casamento, que foi feito em 15 de Maio de 1567, e o dia 15 de Junho depois disso, quando após a fuga do dito conde ela foi ter com os lordes que se tinham reunido para vingar o homicídio, e contudo nesse espaço de um mês que confusão e corrupção havia para observar – era espantoso! Todos os nobres pela sua maior parte tinham-se retirado, e os que ficaram para trás, quão sempre se mostraram para com Sua Majestade, e ainda assim não estavam em melhores graças do que os outros que tinham abandonado a corte...

Se deixarmos de lado os factos errados, o relato dos Lordes Confederados poderia ser considerado claro e consistente. Mostrava as acusações de uma forma simples. Havia três acusações dirigidas contra Maria:

1. Adultério com Bothwell, antes e depois do homicídio de Darnley;
2. Conspiração para assassinar Darnley em Janeiro de 1567;
3. Sequestro conivente para permitir que Maria e Bothwell justificassem o seu casamento.

A sensacional prova, na forma de oito «cartas» incriminatórias de Maria para Bothwell que Moray viria a apresentar como prova das alegações no *dossier* de

Buchanan, estão repartidas entre esses temas. Duas cartas seriam acerca do homicídio de Darnley, três seriam cartas de amor e três relacionadas com o sequestro. Das cartas de amor, duas também se refeririam ao homicídio, e das cartas sobre o homicídio uma delas seria também uma carta de amor.

Moray contou a Cecil que tinha essas cartas no mesmo dia em que enviou o seu secretário a Londres com o *dossier*. «Temos», disse-lhe, «essas cartas de Maria... que na nossa opinião provam o seu consentimento do homicídio do rei, seu legítimo marido.»

Ia fazer «cópias» delas, traduzidas em escocês, e eram essas que ele desejava que os juízes que deveriam considerar a «culpa» de Maria em Inglaterra examinassem em privado e comentassem antes de os documentos originais em francês serem postos em cima da mesa.

O caso contra Maria dera uma nova reviravolta dramática. Como e quando esses documentos devastadores ficaram na posse de Moray e dos Lordes Confederados? O que diziam? E poderiam ser verdadeiras cartas escritas por Maria? Para elas, as mais intensas e importantes questões acerca da vida de Maria, rainha dos escoceses, devemos agora virar-nos, porque é delas que a sua honra e reputação, então e agora, dependem.

²⁹ A 6 de Setembro de 1566, depois de também ter visitado o rio Megget e Glenartney.

³⁰ Ver capítulo 17.

³¹ Ver capítulo 17.

³² Ver capítulo 18.

³³ Isto refere-se em particular à «longa carta de Glasgow», que se disse ter sido escrita por Maria para Bothwell; para uma completa discussão deste significativo e contestado documento, ver capítulo 25.

³⁴ A família de Châtelherault, os inimigos dos Lennox.

³⁵ Para uma consideração pormenorizada desta cronologia, ver capítulo 25.

³⁶ Na realidade, Maria só se encontrou com Hubert quando estava a sair da casa.

³⁷ Visto que Maria assistiu à mascarada do casamento de Bastian, isto parece improvável.

³⁸ Pelos vistos, Bothwell conseguiu estar em dois lugares ao mesmo tempo!

³⁹ Para uma discussão dessa alegada carta, ver capítulo 26.

Capítulo 25

As Cartas do Cofre I

A questão mais debatida acerca de Maria é a de se saber se esteve envolvida no assassinio de Darnley. Só se era já uma adúltera e Bothwell fosse seu amante é que o caso dela seria convincente. O assunto está ligado com a controvérsia em torno das oito cartas apresentadas por Moray para justificar as acusações no *dossier* de Buchanan. A única prova de que ela participou na conspiração do assassinio vem delas. Não existe nenhuma outra. A sua culpa ou inocência depende de as cartas serem falsas ou não.

A primeira pista de que os Lordes Confederados tinham desenterrado material incriminatório surgiu no Verão de 1567. Um mês após Maria ter sido levada para o Castelo de Lochleven, o embaixador espanhol em Inglaterra, Guzman de Silva, relatou a Filipe II que Moray o visitara durante o seu caminho de volta para a Escócia, vindo do exílio em França, e que lhe contara que a irmã dele soubera de tudo, o tempo todo, acerca do homicídio. Isso fora provado por uma carta que ela escrevera a Bothwell, de Glasgow. Nessa altura, parece que os lordes tinham uma carta, mas não oito. Após o aprisionamento de Maria, os homens de Morton tinham saqueado os aposentos que ela e Bothwell haviam ocupado em Holyrood, que foi quando roubaram as pérolas mais tarde vendidas por Moray a Isabel. Sem dúvida teriam encontrado alguns documentos, mas desconhecemos quais possam ter sido.

Silva disse que Du Croc, o embaixador francês na Escócia, visitara Londres durante o seu caminho para França. Foi relatado que ele dissera que os Lordes Confederados «afirmam categoricamente» que Maria fora cúmplice do homicídio de Darnley, o que era «provado por cartas escritas pela sua mão». A mesma afirmação chegara ao conhecimento de Throckmorton, então o gestor de crise de Isabel na Escócia. Este escreveu num dos seus relatórios que os lordes «tencionam acusá-la pelo homicídio do seu marido, do que dizem que têm uma

prova contra ela tão evidente como é possível, assim como a prova da sua caligrafia, que recuperaram, assim como testemunhas suficientes».

Cinco meses mais tarde, quando os Lordes Confederados convocaram o Parlamento para darem sanção legal à sua revolta, aprovaram um decreto declarando que «a causa e ocasião da sua captura da pessoa da rainha no dito dia 15 de Junho» foi «por diversas das suas cartas privadas» ditas serem todas escritas na caligrafia dela. Esses lordes garantiram ao Parlamento que as cartas de Maria tinham sido encontradas *antes* de a terem obrigado a render-se no campo em Carberry Hill. Justificaram terem pegado em armas contra a rainha deles afirmando que tinham já obtido a prova incriminatória de que ela participara no homicídio de Darnley.

A declaração dos lordes não ficou sem contestação. Os apoiantes de Maria protestaram: «E se for alegado que a caligrafia de Sua Majestade prova a sua culpa, pode ser respondido que em nenhum lugar é feita menção disso pelo qual podia ser condenada, embora estivesse na sua caligrafia, o que não está.» Muito mais prejudicial para a causa deles, os Lordes Confederados contradisseram a sua declaração ao Parlamento no testemunho jurado enviado a Isabel e Cecil. Quando foram chamados a explicar como esses documentos incriminatórios tinham sido encontrados, Morton depôs sob juramento que não foi até 19 de Junho, quatro dias *depois* de Maria se ter rendido, que um informador lhe contou como três dos criados de Bothwell tinham chegado a Edimburgo e entrado no castelo. Um deles foi capturado e preso no Tolbooth. No dia seguinte, esse criado confessou sob tortura que tinha tirado uma caixa de prata ou cofre dos aposentos de Bothwell no castelo no dia anterior. A caixa foi depois trazida a Morton. Estava trancada, mas faltava a chave, por isso Morton guardou-a a noite inteira sem a abrir. Depois, a 22 de Junho, na presença de dez testemunhas, a fechadura foi aberta e o conteúdo examinado. Foram encontrados vinte e dois documentos: as oito cartas, dois contratos de casamento dos quais se disse provarem que Maria consentira em casar com Bothwell mesmo antes de ele estar divorciado, e doze sonetos adúlteros e que se dizia terem sido escritos por Maria para Bothwell⁴⁰. Um dos maiores desafios na discussão desses documentos importantes é que os originais, que estavam todos em francês, desapareceram. São agora apenas conhecidos através de transcrições palavra a palavra (em francês) ou em traduções em escocês ou inglês feitas na altura em que os

originais foram examinados em Inglaterra, ou então através de cópias impressas mais tarde.

As transcrições e traduções manuscritas fornecem a informação mais fiável acerca delas, enquanto as variantes publicadas mais tarde para difamar Maria foram de flagrante intenção propagandística. Mesmo as edições académicas padronizadas das Cartas do Cofre contêm uma quantidade preocupante de más transcrições. E nem todos os manuscritos foram editados. Duas desapareceram, talvez porque ainda não tinham sido catalogadas na altura em que essas várias edições foram feitas – serão discutidas aqui pela primeira vez.

O destino das Cartas do Cofre originais é um mistério. Depois de terem sido examinadas em Inglaterra, foram devolvidas a Moray, que as levou de volta para a Escócia. Em 1571, Morton obteve-as, e em 1581 passaram para o seu herdeiro, só para desaparecerem de vista alguns anos mais tarde. Não existe nenhuma prova de que foram destruídas, mas esse é o motivo mais provável para essa perda: nessa altura, Jaime VI estava a fazer dezoito anos e desejava proteger a reputação da sua família. E, no entanto, o seu impacto quando foram pela primeira vez apresentadas pode até ser avaliado com mais precisão a partir das transcrições e traduções do que qualquer outra fonte. Isso é porque diversas dessas versões têm notas ou comentários qualificados de Cecil nelas. Um novo exame cuidadoso desses documentos intrigantes permite-nos vislumbrar as suas ideias enquanto as lia com a maior atenção⁴¹. Conhecia todas elas muito bem, reconhecendo que eram explosivas.

Se as Cartas do Cofre fossem autênticas, uma rainha ungida podia ser deposta do trono, a «segurança» de Isabel seria garantida, e a ameaça de uma conspiração internacional dos Guise terminaria para sempre. Maria seria desacreditada. Podia até ser possível julgá-la por homicídio e executá-la. Se fossem falsificações, não havia outra prova da sua culpabilidade. Era provável que Isabel a libertasse. Recusaria reconhecer Moray como regente na Escócia. Até podia restabelecer Maria no trono. Depois os lordes seriam obrigados a fugir para o exílio, destruindo todo o trabalho árduo de Cecil e precipitando uma nova crise, visto que os lordes escolheriam a Inglaterra como seu refúgio e Maria exigiria a extradição deles.

Por que havia ali tantos documentos? A razão disso é que alguns elementos essenciais do relato dos lordes tal como tinha evoluído sob a vigilância de

Buchanan não eram cobertos pelas Cartas. Não lançavam nenhuma luz, por exemplo, sobre o alegado adultério nos seis meses entre a sua visita a Alloa e atrair Darnley para a sua condenação. Os sonetos deveriam preencher essa lacuna. Do mesmo modo, nenhuma das Cartas provou que ela concordara em casar com Bothwell antes de este estar divorciado. Era suposto que os contratos de casamento tratassem desse lapso.

Foi dito que os sonetos eram as reflexões de Maria acerca do seu adultério. Tinham a intenção de provar que a sua paixão intensa por Bothwell lhe dava um motivo poderoso para o homicídio. Muito poucos especialistas de literatura acreditam que são autênticos. São desajeitados e só com a maior dificuldade passariam por ser a obra de uma francófona. Como imitações do género de poesia de amor cortês, na qual Maria fora treinada por Ronsard, falham todos os testes. O poema mais incriminador, *Entre as Suas Mãos e no Seu Total Poder*, se não for dito à partida ser inspirado por paixão sexual, podia ser lido como um poema religioso:

Nas suas mãos e no seu total poder
Pus o meu filho, a minha honra e a minha vida,
O meu país, os meus súbditos, a minha alma, todos subjugados
A ele, e nenhum outro terei
Por meu objectivo, o qual sem mentira
Seguirei apesar de toda a inveja
Que possa seguir-se. Porque não tenho outro desejo,
Senão fazê-lo perceber a minha fidelidade;
Por tempestade ou bom tempo que possa vir,
Nunca isso mudará de morada ou lugar.
Em breve darei da minha verdade tal prova,
Que ele conhecerá a minha constância sem simulação,
Não pelas minhas lágrimas ou fingida obediência,
Como outros fizeram, mas por novas provações.

Mesmo que isto fosse uma obra autêntica, a prova é inconclusiva. O destinatário não é mencionado, e é tão provável que o soneto seja um exercício piedoso de agradecimento a Deus após a provação de Maria ao dar à luz como que seja uma efusão da sua paixão por Bothwell. Um poema ou poemas autênticos podem bem ter sido encontrados pelos homens de Morton quando saquearam os aposentos de Maria. Se foi assim, adaptaram o que descobriram para convir aos seus objectivos.

Os contratos são ainda menos problemáticos. Os casamentos reais e aristocráticos eram sempre precedidos por um contrato escrito, uma forma de acordo pré-nupcial que estabelecia os direitos de propriedade de ambas as partes. Maria e Bothwell assinaram um contrato desses em 14 de Maio de 1567, a véspera do seu casamento. Mas por alguma razão esse não foi um dos documentos encontrados no cofre. Segundo os Lordes Confederados, as suas «descobertas» significavam que o casal devia ter assinado contratos anteriores. Foi dito que um deles tinha a caligrafia de Huntly e estava datado de 5 de Abril «em Seton». É uma flagrante falsificação, porque embora Maria e Bothwell tivessem estado em Seton nesse dia, a formulação inclui extractos do compromisso da Taverna de Ainslie, e, contudo, esse documento só ficou pronto daí a mais duas semanas. O contrato até se refere à reunião dos lordes na Taverna de Ainslie, porque diz que Maria, *entre os outros*, tinha escolhido Bothwell como o mais adequado para ser seu marido. Como as palavras em itálico só se podem referir às discussões na Taverna, mesmo que Maria não estivesse presente, segue-se que o «contrato» não podia ter sido escrito mais cedo que 19 de Abril, quando o jantar decorreu.

O outro contrato, não datado, mas assinado «Maria R», não pode ser determinado. Contudo, mesmo que seja autêntico, é inócuo. É menos um «contrato» do que uma promessa escrita por Maria de se casar com Bothwell:

Nós, Maria, pela graça de Deus rainha da Escócia, rainha viúva de França, etc., prometemos fielmente e de boa-fé, e sem coacção, a James Hepburn, conde de Bothwell, nunca ter qualquer outro esposo ou marido, senão ele... E visto que Deus levou o meu falecido marido, Henry Stuart chamado Darnley, e que portanto estou livre... e visto que ele [Bothwell] está também livre, estarei pronta a realizar as cerimónias necessárias para o casamento...

Este fraseado, que é inequívoco, só podia ser formulado após a morte de Darnley e o divórcio de Bothwell. O que quer que possa sugerir acerca dos sentimentos de Maria, se for autêntico, não diz nada a respeito da cumplicidade dela no homicídio ou adultério. Moray sabia que estava a fazer uma tentativa desesperada quando o apresentou. Admitiu que estava escrito «sem data e embora algumas palavras nele pareçam indicar o contrário, contudo é sobre fundamentos credíveis *suposto* ter sido feito e escrito por ela antes da morte do seu marido».

Cecil concluiu que os sonetos e os contratos de casamento eram irrelevantes. Tudo dependia das Cartas do Cofre, das primeiras duas (Cartas 1 e 2).⁴² Essas eram as mais devastadoras. De facto, a Carta 2, chamada «a carta longa de Glasgow» para a distinguir da «carta curta de Glasgow» (Carta 1), se fosse autêntica, seria suficiente por si para provar que Maria era amante ilícita de Bothwell e co-conspiradora no homicídio de Darnley. A única surpresa é por que motivo, se na verdade era autêntica, os lordes precisaram de alargar o seu leque de opções.

Foi afirmado que as duas cartas «de Glasgow» tinham sido escritas enquanto Maria se encontrava de visita a Darney no seu leito de doente. A Carta 1 é a queixa de uma mulher que começa por repreender o seu correspondente pelo seu esquecimento. Prometera enviar-lhe notícias, mas esquecera-se de o fazer. Deixara-a para partir de viagem e a mulher acusa-o de adiar o seu regresso. Por conseguinte, iria «trazer o homem» na segunda-feira para Craigmillar, «onde estará na quarta-feira». «E eu vou para Edimburgo para me sangrarem se não tiver informação em contrário.» Quem quer que fosse esse homem, era «o mais alegre jamais visto e lembra-me tudo o que pode para me fazer acreditar que me ama». A mulher sofre de uma dor no seu lado. «Hoje dói-me muito. Se Paris⁴³ me trouxer aquilo que lhe pedi, vai-me deixar muito melhor.» Termina com um pedido de notícias. «Peço-vos, enviai-me notícias vossas e o que farei se não voltardes... Porque se não fordes sensato, verei todo o fardo cair sobre os meus ombros.» A carta é enviada «De Glasgow, este sábado de manhã». Uma das características menos satisfatórias das Cartas do Cofre só esta foi datada. Além disso, nem uma delas foi dirigida a um destinatário nomeado, e todas terminam sem qualquer indicação de quem as possa ter escrito.

A «carta curta de Glasgow» poderia ser incriminatória se fosse lida de uma certa maneira. As palavras «De Glasgow este sábado de manhã» significam, a ser autêntica, que fora escrita a 25 de Janeiro de 1567, o único «sábado» em que Maria esteve em Glasgow durante a sua visita a Darnley. Espera-se que o leitor presuma isso mesmo. Também nos é pedido que adivinhemos que «o homem» que deverá ser trazido para Craigmillar é Darnley. Mas mesmo ainda hoje, «o homem» é uma expressão coloquial comum na Escócia para uma criança do sexo masculino, e a suspeita de que o príncipe Jaime é aqui referido é reforçada pela descrição de quem escreve a carta. Descrever o amuado e sifilítico Darnley

como «o mais alegre jamais visto e lembra-me tudo o que pode para me fazer acreditar que me ama» é inacreditável. Por outro lado, podia-se bem esperar que uma carinhosa Maria dissesse tais coisas acerca do seu bebé em crescimento. Mas se o príncipe Jaime fosse «o homem» e a autora fosse a sua mãe, a carta não poderia ter sido escrita em Glasgow. A criança nunca esteve lá, ficara com Maria no Castelo de Stirling até ela regressar a Edimburgo para os festejos do baptismo e depois ficou com a sua ama em Holyrood, onde Maria o deixou quando partiu para Glasgow a fim de visitar Darnley. Mais tarde, regressou à custódia do conde e da condessa de Mar.

Mas por outro lado, a autora da carta estava de regresso a Edimburgo «para ser sangrada». Mas a carta não diz «para *tirar* sangue». Segundo o entendimento médico dessa época, a saúde de uma pessoa era regida pelo equilíbrio correcto dos quatro «humores» cardiais ou fluidos corporais, sangue, fleuma, cólera (bílis amarela) e melancolia (bílis negra). A sangria era uma parte rotineira da prática geral de um médico, do mesmo modo que podia receitar pílulas de ruibarbo para a «cólera» ou alcaçuz para distúrbios digestivos. E nós sabemos que os médicos de Maria puseram isso mesmo em prática quando sentiram que o seu estado de saúde assim o exigia.

A autora da carta mandara Paris ir buscar qualquer coisa. «Paris» era, claro, o criado pessoal Nicholas Hubert, alcunhado *French Paris*. Foi ele que Maria viu sujo à luz da tocha na noite anterior ao homicídio de Darnley. Mas a autora da carta tem uma dor no seu lado e a provável interpretação é que Paris tenha sido enviado aonde quer que foi para ir buscar o remédio dela. Paris era criado de Maria. *Anteriormente*, fora criado de Bothwell durante vinte anos, mas a contabilidade da residência de Maria mostra que ele mudara de patrão e passara a estar ao serviço dela mais ou menos um ano antes. Isso podia levantar suspeitas, porque Paris estava ainda ao serviço de Bothwell, como sugere o seu papel na explosão em Kirk o'Field. Nesse caso podia ter sido o elo que faltava entre Maria e Bothwell. Poderia estar a fazer recados entre eles enquanto Maria se encontrava em Glasgow?

Os Lordes Confederados sempre mantiveram que Paris tinha sido o mensageiro de confiança que ajudara a conspiração entre Maria e Bothwell. Disseram que ele tinha levado cartas trocadas entre Maria em Glasgow e Bothwell em Edimburgo, mas isso é problemático. No sábado, 25 de Janeiro de

1567, Bothwell já tinha deixado Edimburgo, partira para Liddesdale no dia anterior depois de ter acompanhado Maria a Callander House na primeira etapa da viagem dela para Glasgow. A data da partida de Bothwell é incontestável. O «diário» ou calendário de Moray descrevendo os movimentos de Maria e Bothwell entre 21 e 30 de Janeiro admite que ela deixara Edimburgo na noite do dia 24. Moray até teve o descaramento de entregar o diário a Cecil, apesar do conflito dessa prova com a Carta 1.

E os movimentos de Bothwell podem ser verificados. São corroborados por um relatório manuscrito enviado a Cecil quatro dias depois por lorde Scrope, o funcionário inglês em Carlisle, no lado ocidental da fronteira. No seu relatório, Scrope descreveu a excursão de Bothwell. Isso era porque este estivera envolvido noutra grande luta. Deixara Edimburgo acompanhado por oitenta homens para fazer a «correção» de ladrões e outros malfeitores na fronteira, viajando até Jedburgh na primeira noite. Daí continuou até Liddesdale, onde os seus homens capturaram uma dúzia de bandidos, um dos quais era Martin Elwood, o líder do bando da fronteira que estava ligado com os Elliot de Liddesdale. Elwood fez chegar a notícia aos seus homens e foi feita uma tentativa de resgate. Um dos homens de Bothwell foi morto e outros cinco capturados. Bothwell foi em perseguição impetuosa dos seus atacantes «até os seus servidores e cavalos ficarem exaustos e desgastados, e não conseguiu fazer nenhuma recuperação e, portanto, foi obrigado a regressar a Jedburgh». Se pudermos acreditar na lógica da «carta curta de Glasgow», devia estar a cumprir a sua promessa de escrever a Maria acerca dos preparativos finais para o homicídio de Darnley mesmo quando a sua mente se encontrava concentrada numa missão para lidar com os Elwood. Ainda mais intrigante, Maria estaria a acusá-lo de «adiar» o regresso de Liddesdale, quando ele mal tinha chegado lá. Se a ausência dele era uma questão nevrálgica por volta do sábado 25, Maria devia esperar que ele voltasse *antes* de sábado. Mas Bothwell só saiu de Edimburgo na sexta-feira à noite e Liddesdale ficava a mais de cento e dez quilómetros de distância.

E, no entanto, vários aspectos da Carta 1 parecem verdadeiros. A autora tinha uma dor no seu lado que requeria tratamento médico e um filho pequeno que era «o mais alegre jamais visto». Era possível – talvez provável – que isso fosse o rascunho ou cópia de uma das cartas verdadeiras de Maria, escrita a um

destinatário desconhecido noutra altura e num contexto diferente daquele que era alegado por Moray e seus aliados. Nesse caso, tudo o que os Lordes Confederados tinham de fazer era acrescentar as palavras: «De Glasgow este sábado de manhã.» Com uma penada, uma carta que sem ela seria normal podia ser tornada em algo incriminatório. A referência a «Craigmillar» é explicada, sendo um dos retiros preferidos de Maria, onde ela ficava durante períodos que podiam ir de alguns dias a várias semanas.

A Carta 2 era a mais longa das duas que se dizia terem sido escritas de Glasgow enquanto Maria tentava convencer Darnley a regressar com ela a Craigmillar. Era também a mais longa das oito Cartas do Cofre. Selecionada pelos lordes pelas suas alusões parecendo realistas à conspiração do homicídio, encontra-se entremeada com as queixas da autora de saudades e desejo do seu amante. Abre com uma nota elegíaca: «Tendo partido do lugar onde deixei o meu coração, pode ser avaliado qual era a minha expressão...» O autor, uma mulher, tendo feito as suas carinhosas despedidas ao seu amante, prossegue depois a sua viagem para Glasgow, onde foi recebida por um gentil-homem do conde de Lennox, pelo *laird* de Luss com quarenta homens e outros, mas por ninguém da cidade. Quando chega, descobre que Darnley já fez perguntas acerca dela. Quando o vê na sua cama de doente, fica surpreendida por ver como ele parece encontrar-se bem informado acerca dos acontecimentos em Holyrood. Depois do seu primeiro encontro com ele, vai jantar.

Mais tarde, nessa noite, ele manda-a chamar, fazendo as suas habituais queixas e culpando-a pela sua doença, a qual está convencido que foi causada pelo desdém dela. Pede-lhe uma reconciliação. Até chega a suplicar o seu perdão. Ela responde que foi perdoado muitas vezes antes, só para voltar às suas maneiras dissolutas.

– Sou jovem – protesta. – Não poderá um homem da minha idade, por carecer de conselho, falhar duas ou três vezes e quebrar a sua promessa e por fim arrepende-se e censurar-se pela sua experiência?

Darnley oferece-se para emendar o seu comportamento se puder receber perdão só mais uma vez.

– Peço apenas que possamos estar juntos na cama e à mesa como marido e esposa. E se não o fizerdes, nunca mais me levantarei desta cama.

A autora da carta pergunta-lhe por que, nesse caso, ele tentara sair do país num navio inglês. Ele nega-o, mas por fim admite que falou com os marinheiros. A seguir, ela vira-se para os rumores acerca da conspiração dele e questiona-o acerca dos relatórios de Hiegate, de que tinha estado a conspirar com os Lennox para a meter na prisão e governar em nome do filho dela⁴⁴. «Ele negou tal coisa até eu lhe dizer as mesmas palavras, e então disse que... foi dito que alguns dos do Conselho me tinham trazido uma carta para assinar a fim de o pôr na prisão e matá-lo se resistisse.»

Darnley nega ter conhecimento das suas conspirações, mas no dia seguinte muda de ideias e está disposto a confessar. Faz uma confissão completa de tudo, após a qual pede para ter sexo com a autora da carta. «Desejava muito que eu me instalasse nos seus aposentos. Recusei. Tinha-lhe dito que precisava de ser purificado e que isso não podia ser feito aqui.» A autora recusa-se a dormir com Darnley, oferecendo-se em troca para o levar para Craigmillar numa liteira puxada por cavalo. «Disse-lhe que o levaria para Craigmillar, que os médicos e eu também o podíamos curar sem estar longe do meu filho.» Darnley recusa. Não quer que ninguém o veja com a sua pele esburacada. Fica furioso quando é mais questionado acerca da sua conspiração. «Não tinha nenhum desejo de ser visto, e pôs-se furioso quando lhe falei de Walker, e disse que lhe iria arrancar as orelhas da cabeça e que ele mentira.»

A autora pergunta a Darnley por que se queixara dos lordes e ameaçara matar os que se tinham reconciliado com ela. «Negou e disse que já lhes tinha pedido que não pensassem tal coisa dele. Quanto a mim, disse que preferia perder a vida do que fazer-me o menor desagrado.» Parece que Darnley tinha muito menos receio da autora do que de alguns dos lordes. Isso faz sentido, porque os lordes perdoados e que tinham acabado de atravessar a fronteira de volta à Escócia – ou seja, Morton e os Douglas – eram os seus co-conspiradores no plano para matar Rizzio. Tinha-os traído, levando-os a buscar a sua vingança.

O curso dos pensamentos de Darnley conduziu-o a tentar uma reconciliação com a autora. «Não podia acreditar que a sua carne (que era eu) lhe fizesse algum mal.» Pediu-lhe que não o deixasse. Ela quase teve pena dele até que compara o coração mole dele com o seu, que era tão duro como diamante.

Segue-se uma série de saltos e ressaltos na carta, quando a autora se desvia quase aleatoriamente de assunto para assunto. O pai de Darnley, Lennox,

«sangrara nesse dia do nariz e da boca. Adivinhai que sinal é esse?». A mulher diz que não vira Lennox: «Está no seu quarto.» Diz que detesta enganar Darnley. «Faço aqui uma obra que detesto muito, mas iniciei-a esta manhã.» Segue-se um desabafo apaixonado da mulher para o seu amante: «Estamos amarrados a duas linhagens falsas⁴⁵. O bom ano desamarra-nos delas. Deus me perdoe, e nos una juntos para sempre para sermos o casal mais fiel que jamais uniu. Esta é a minha fé. Morrerei nela.»

Anseia por estar na cama com ele. «Estou pouco à vontade e infeliz por vos escrever quando outras pessoas dormem, vendo que não posso fazer como elas segundo o meu desejo, que é estar entre os vossos braços, meu querido...»

Ela diz que está a ficar exausta, mas não consegue impedir-se de rabiscar enquanto tem papel disponível. «Amaldiçoado seja este sujeito sífilítico», exclama, «que me perturba tanto!» A sua saúde está estável, mas o seu corpo é nojento. O seu hálito fede sempre que ela se aproxima da cabeceira da cama dele. «Julguei que seria morta pelo hálito dele, porque é pior do que o do vosso tio, e, contudo, estava sentada não mais perto dele do que numa cadeira junto do seu travesseiro.»

Neste ponto, quase a meio da carta, ocorre um hiato. Aparece de repente um memorando, um conjunto de apontamentos ou títulos a que a autora se refere com sendo um «memorial». Formam uma lista dos assuntos que até então ela desejava incluir na sua carta e que pretendiam avivar a sua memória enquanto escrevia. A carta prossegue depois como se o memorando não estivesse lá.

A mulher diz que se lembrou de que lorde Livingston, durante o jantar, a tinha importunado, na presença de *lady Reres*, acerca do seu amante. Isso (que é um tanto implausível) foi quando ela se encontrava inclinada sobre ele enquanto se aquecia à lareira. Livingston até fizera um brinde ao seu apaixonado. Na cópia de Cecil desta carta, este parágrafo é seguido por um inexplicado espaço de duas linhas. Quando é retomada a transcrição, a mulher informa-nos que está a fazer uma pulseira para o seu amante. «Tenho tido tão pouco tempo que é muito má, mas vou fazer uma mais formosa. E, entretanto, terei cuidado para que nenhum dos que estão aqui a veja, porque todo o mundo ficará a saber.» Ela tinha sido vista a trabalhar na pulseira e estava ansiosa, receando que alguém que mais tarde reparasse que o seu amante a usava pudesse adivinhar o segredo deles. Isso

parece um bocadinho estranho, porque poucas frases antes a relação da mulher com o seu amante tinha sido tratada como um assunto de galhofa geral.

É dito que o hiato causado pelo memorando foi o resultado do facto de a autora terminar a sua carta numa noite e voltar a ela na seguinte. Essa é uma possibilidade, porque segundo o parágrafo seguinte parece que passou outro dia e a autora retomou a sua «aborrecida conversa» com Darnley.

E, mais uma vez, ela detesta-se pela sua dissimulação. «Vós fazeis-me dissimular tanto», censura agora o seu amante, «que receio isso com terror, e fazeis-me quase representar o papel de uma traidora. Lembrai-vos que se não fosse por [vós, *riscado*] vos obedecer preferia estar morta.»

Darnley não acompanharia a mulher de volta a Edimburgo a não ser que ela promettesse ter sexo com ele. O assunto é discutido para cá e para lá e ela concorda, como única maneira de o convencer. Promete dormir com ele assim que estiver curado das suas marcas na pele.

Darnley ainda está algo desconfiado, mas como receia demasiado as represálias dos lordes para correr riscos, decide viajar na liteira com ela e terão uma vida feliz juntos. «Resumindo», diz a mulher, «ele irá a qualquer lugar sob a minha palavra.»

Ela diz que seguirá as instruções que espera receber em breve do seu amante. «E enviai-me aviso do que devo fazer, e seja o que for que me aconteça, irei obedecer-vos.»

Depois acrescenta a sua sugestão arrepiante: «Pensai também se não encontrareis alguma invenção mais secreta pela medicina, porque ele vai tomar remédios em Craigmillar e os banhos também. E não sairá daí durante muito tempo.»

Ela ainda tinha profundas dúvidas acerca do que estava a fazer. «Nunca estarei disposta a enganar quem pôs a sua confiança em mim. Contudo, podeis fazer tudo, e, portanto, não me estimeis menos, porque sois a causa disso. Para minha vingança não o faria.»

Não visita Darnley na segunda noite da sua estada porque está demasiado ocupada a terminar a pulseira do seu amante. Por enquanto, não encontrou fivelas para ela. «Dizei-me se as tereis e mais dinheiro, e quando regressarei e até onde posso falar. Agora, tanto quanto percebo, posso fazer muito convosco. Adivinhai se não serei suspeita.»

Mudando de assunto, a autora comenta que Darnley fica furioso sempre que ouve qualquer menção dos seus inimigos entre os lordes. Entretanto o pai dele, Lennox, não sai do seu quarto. Darnley pediu para ver a mulher na manhã seguinte.

Ela vai enviar a carta por um mensageiro, que também contará ao seu amante o resto das notícias. Termina com um aviso sombrio.

– Queimai esta carta, porque é demasiado perigosa, nem há aí nada bem dito; porque eu só penso em dor se estiverdes em Edimburgo.

Segue-se um segundo inexplicado espaço de duas linhas na transcrição de Cecil da carta, após o qual foi escrito um último parágrafo incriminatório:

Então se para vos agradar, querida vida minha, eu não poupo nem honra, consciência nem risco, nem grandeza, tomai-o em boa conta, e não de acordo com a interpretação do vosso cunhado falso, ao qual, peço-vos, não deis crédito contra a amante mais fiel que jamais tivestes ou tereis... Desculpai-me a minha má letra e lede-a duas vezes... Peço-vos, lembrai-vos da vossa amiga e escrevei-lhe muitas vezes. Amai-me sempre.

Um segundo memorando conclui a carta. Os principais títulos eram: «Acerca do conde de Bothwell», «Acerca do alojamento em Edimburgo». Se a Carta 2 tinha sido escrita em duas noites consecutivas, este segundo memorando pode não ter suscitado tantas suspeitas, mas as referências a Bothwell e ao «alojamento» (pelo qual podemos presumir, se queria referir à antiga residência do presidente do município em Kirk o'Field) marcadas no fim são difíceis de engolir. De todos esses apontamentos, esses são os *únicos dois* que não correspondem ao conteúdo da carta.

Segundo os Lordes Confederados, Maria era a autora da Carta 2, Bothwell era o seu destinatário e o mensageiro a quem ela foi confiada era Paris. Quando ela ficara na Callander House, na primeira etapa da sua viagem para visitar Darnley, tinha ordenado a Paris que a acompanhasse a Glasgow, onde deveria manter-se a postos para levar cartas de volta para Bothwell em Edimburgo.

Depois de ter estado duas noites em Glasgow, dera a Paris um maço de cartas, algumas para Bothwell e outras para Maitland, que as mostraria também a Bothwell. Ao chegar a Edimburgo, Paris teria encontrado Bothwell, a quem entregou as cartas dele. Bothwell ordenou-lhe que regressasse a Glasgow com a

mensagem de que tudo estava preparado e Maria deveria atrair Darnley para o seu destino fatal em Kirk o'Field.

Visto em conjunção com a Carta 1, este cenário torna-se uma farsa. Maria deixou Edimburgo a 20 ou 21 de Janeiro e só chegou a Glasgow a 22⁴⁶. Huntly e Bothwell tinham regressado a Edimburgo depois de a deixarem na Callander House. Bothwell partiu então para Jedburgh na noite do dia 24 e continuou no dia seguinte para Liddesdale.

Se Maria não tivesse feito mais nada em Glasgow senão escrever a Carta 2 nas consecutivas noites de 22 e 23, poderia ter sido possível para Paris apanhar Bothwell em Edimburgo no dia 24, antes de ele partir para Jedburgh. Mas o resto é inacreditável. Paris deveria ter regressado a Glasgow para informar Maria de que o «lugar» seria Kirk o'Field, e depois partido de Glasgow «este sábado de manhã», também dia 25, para Edimburgo a fim de entregar a Carta 1. Mas Edimburgo e Glasgow encontravam-se a oitenta quilómetros de distância, um duro dia de cavalgada em cada uma das direcções. Teria de ter deixado Glasgow no dia 25 antes mesmo de ali ter chegado. Além disso, mesmo que Paris tivesse conseguido essa milagrosa proeza, Bothwell já não estaria em Edimburgo para receber a Carta 1, porque já tinha chegado a Jedburgh.

As alegações dos lordes colocaram Paris no centro das atenções. Buscou refúgio na Dinamarca após Maria ter sido levada para Lochleven, mas depois da derrota dela em Longside e da fuga para Inglaterra, os lordes tentaram extraditá-lo e, se isso falhasse, raptá-lo. Isso não era para apresentá-lo como testemunha perante Isabel e Cecil. Pelo contrário, era para garantir que ele *nunca* apareceria a fim de dar o ser testemunho. Homens mortos não contam histórias.

Paris acabaria por ser trazido de volta para a Escócia em Junho de 1569. Foi mantido na prisão até 9 e 10 de Agosto, quando foi secretamente interrogado em St. Andrews por George Buchanan e pelo secretário particular de Moray, John Wood. No primeiro dia do interrogatório, Paris não disse o que os seus inquiridores queriam ouvir. No segundo dia, foi torturado e «confessou» tudo. Mal Moray recebeu uma transcrição desta segunda «confissão», o pobre Paris foi silenciado para sempre. Não houve nenhum julgamento: o leal criado de Maria foi enforcado. Mas foi ele, e não Moray, quem teve a última palavra. No cadafalso gritou a verdade à multidão ali reunida. Negou tudo o que dissera acerca de trazer as duas cartas «de Glasgow» de Maria para Bothwell.

Moray enviou uma cópia da «confissão» de Paris a Cecil, que escreveu em nome de Isabel exigindo que a execução fosse adiada. Assim que passou os olhos pela «confissão» deve ter entendido como era frágil e improvável. Exigiu que Paris fosse mantido vivo para ser mais interrogado, em Inglaterra. Mas era demasiado tarde.

E, no entanto, longas passagens da Carta 2 só podem ter sido tiradas de um documento verdadeiro que Maria decerto enviou a um destinatário desconhecido enquanto visitava Darnley. Diversos extractos essenciais parecem verdadeiros:

1. «Julguei que seria morta pelo hálito dele, porque é pior do que o do vosso tio, e, contudo, estava sentada não mais perto dele do que numa cadeira junto do seu travesseiro.»
2. «Ele desejava muito que eu me instalasse nos seus aposentos. Recusei. Tinha-lhe já dito que precisava de ser purificado e que isso não podia ser feito aqui.»
3. «Disse-lhe que o levaria para Craigmillar, que os médicos e eu também o podíamos curar sem estar longe do meu filho.»
4. «Em resumo, ele só irá na condição de que eu prometa estar com ele como antes na cama e na mesa, e que não o abandonarei mais, e sob a minha palavra ele fará o que eu quiser, e irá.»

O primeiro extracto está relacionado com o tratamento de Darnley por causa da sífilis com salivação de mercúrio. Passado algum tempo, o hálito do paciente começa a cheirar mal⁴⁷. Isso faz sentido. Mas então quem era o misterioso tio cujo hálito era quase tão mau como o de Darnley? Bothwell já não tinha nenhum tio vivo, portanto esta parte da carta não podia ter sido dirigida a ele⁴⁸. Alguns historiadores sugeriram que Maria escrevera um relatório pormenorizado sobre a doença de Darnley destinado a Moray, e que toda uma série de parágrafos desse documento perdido foram juntados na Carta 2. Se isso fosse verdade, o «tio» teria sido o conde de Mar, que Maria conhecia e a quem confiou cuidar do seu filho. Contudo, isso continua a ser uma pura conjectura.

Os outros três extractos referem-se às características exigências de sexo por parte de Darnley, primeiro recusadas e depois aceites por Maria. Confirmam que sabia como lidar com o seu marido debocado e degenerado. As tácticas dela assemelham-se à sua abordagem após a conspiração contra Rizzio, quando se ofereceu para dormir com Darnley a fim de conquistar o seu afecto, mas sabia que estaria demasiado bêbedo para poder aproveitar a sua oferta.

Se na verdade essas passagens são verdadeiras, é antes *menos* do que *mais* provável que Maria esteve envolvida no homicídio de Darnley. Embora depois realçado por Moray para afirmar que a sua irmã fazia parte da conspiração, o

terceiro extracto prejudica as acusações contra ela. Para fazer com que a fantasiosa cronologia das cartas «de Glasgow» funcionasse, Buchanan afirmara que Maria tinha «concebido» com Bothwell atrair Darnley a Kirk o'Field *antes mesmo de ter partido de Edimburgo para Glasgow*. Mas o terceiro extracto confirma que procurou trazer Darnley não para Kirk o'Field mas para Craigmillar, mesmo que a acusação de que planeava atraí-lo para Kirk o'Field fosse o ponto crucial do caso contra ela.

Outras partes da Carta 2 dizem-nos o que Darnley estava a pensar:

1. «Não tinha nenhum desejo de ser visto e pôs-se furioso quando lhe falei de Walker e disse que iria arrancar as orelhas da cabeça e que ele mentira.»
2. «Perguntei-lhe acerca da investigação de Hiegate. Ele negou tal coisa até eu lhe dizer as mesmas palavras e então disse que... foi dito que alguns dos do Conselho me tinham trazido uma carta para assinar a fim de o pôr na prisão e matá-lo se resistisse.»
3. «Perguntei-lhe... que motivo tinha para se queixar de alguns dos lordes e ameaçá-los. Negou e disse que já lhes tinha pedido que não pensassem tal coisa dele. Quanto a mim, disse que preferia perder a vida do que fazer-me o menor desagrado.»

Esses extractos correspondem bem ao que é conhecido da conspiração de Darnley e dos receios de Maria tal como foram expressados ao seu embaixador em França. Também sugerem que Darnley ouvira rumores sobre o encontro de Morton com Bothwell e Maitland no Castelo de Whittingham e que suspeitava de um plano para o aprisionar ou até mesmo matar.

Mas ainda que isto signifique que parágrafos inteiros da Carta 2 são verdadeiros, outros são forjados ou interpolados. Em particular, o último parágrafo, em que a autora ataca o «cunhado falso» do destinatário, não pode ser verdadeiro. Ao falar do «vosso cunhado falso», era suposto que Maria se estivesse a referir a Huntly⁴⁹. Se fosse esse o caso, o parágrafo não poderia ter sido tirado de uma carta verdadeira escrita em Janeiro de 1567 porque Huntly era ainda seu apoiante leal. Só se zangou com ela na última semana de Abril de 1567, quando o divórcio de Bothwell estava pendente⁵⁰.

E há mais indícios de trapaça. O segundo memorando terminava com os apontamentos «Acerca do Conde de Bothwell», «Acerca do alojamento em Edimburgo». Já nos perguntámos por que Maria, se estava já a escrever a Bothwell, teria feito esse apontamento? A Carta 2 contém mais de três mil palavras e, no entanto, não inclui uma única palavra sobre Bothwell ou o «alojamento». Parece que essas notas finais foram acrescentadas num espaço em

branco da última página da carta a fim de a fazer parecer mais incriminatória. Já comentámos que a Carta 2 parece ter sido escrita em duas partes. Está a tornar-se uma nítida possibilidade de que páginas seleccionadas de diferentes lugares tenham sido sub-repticiamente unidas.

Esta linha de investigação pode ser levada mais longe. Todas as passagens nas quais se diz que Maria admitiu o seu amor por Bothwell estão situadas de uma maneira curiosa no texto. A mulher diz que «pouco à vontade e infeliz por vos escrever quando outras pessoas estão a dormir, vendo que não posso fazer como elas de acordo com o meu desejo, que é estar entre os vossos braços, querida vida minha». Pede ao seu amado: «Amai-me sempre.» Noutro ponto da carta, lorde Livingston importunou-a. E, no entanto, apenas algumas linhas mais tarde avisa o seu amante que tenha cuidado para que «nenhum dos que estão aqui» alguma vez o veja com a pulseira que está a fazer para ele.

Cada uma destas passagens «amorosas» aparece mesmo antes ou depois dos memorandos ou apontamentos que Maria devia ter feito quando preparava as suas ideias para a carta. Sabemos já que há dois conjuntos de apontamentos, o que levanta a suspeita de que talvez as páginas de mais do que uma carta tenham sido colocadas juntas.

Ainda mais sugestivamente, mesmo antes dos curiosos comentários a respeito da pulseira, e depois outra vez antes do último e (como agora sabemos) interpolado parágrafo em que a autora ataca «o vosso cunhado falso» – que por acaso também está no mesmo parágrafo em que as palavras «Amai-me sempre» aparecem – há inexplicados espaços de duas linhas na transcrição de Cecil da carta. Nunca se tinha reparado nisso antes.

Embora a cópia de Cecil seja uma tradução em inglês dos documentos, as suas únicas lacunas estão nesses dois lugares. Visto que nenhuma delas acontece no alto ou no fundo de uma página, é provável que representem espaços em branco na versão original (e perdida) francesa da carta. É uma notável coincidência que esses espaços de linhas duplas apareçam em pontos onde o texto parece ter sido alterado. Uma hipótese plausível é que esses espaços também aparecessem no texto francês original, em intervalos de páginas ou outros lugares onde foram deixados espaços no papel, o que mais tarde permitiu que material forjado fosse inserido. Para evitar tais interpolações, foi sempre prática de Isabel desenhar uma grelha de riscos feitos à pena entrecruzados nos espaços brancos do papel

das suas cartas mais sensíveis e importantes para impedir que material forjado fosse acrescentado.

Voltando às acusações levantadas pelos Lordes Confederados, no fim o seu caso acabou por se basear nas seguintes passagens:

1. «Faço aqui uma obra que detesto muito, mas iniciei-a esta manhã.»
2. «Estamos amarrados a duas linhagens falsas. O bom ano desamarra-nos delas. Deus me perdoe, e nos una juntos para sempre para o casal mais fiel que alguma vez uniu. Esta é a minha fé. Morrerei nela.»
3. «O pai dele sangrou hoje do nariz e da boca. Adivinhai que sinal é este?»
4. «Fazeis-me dissimular tanto que receio isso com terror, e fazeis-me quase representar o papel de uma traidora. Lembrai-vos que se não fosse por vos obedecer preferia estar morta.»
5. «Pensai também se não encontrareis alguma invenção mais secreta pela medicina, porque ele vai tomar remédios em Craigmillar e os banhos também. E não sairá daí durante muito tempo.»
6. «Dizei-me se as tereis e mais dinheiro, e quando regressarei e até onde posso falar. Agora, tanto quanto percebo, posso fazer muito convosco. Adivinhai se não serei suspeita.»
7. «Queimai esta carta, porque é demasiado perigosa, nem há aí nada bem dito, porque eu só penso na dor se estiverdes em Edimburgo.»

Se Maria escreveu todos estes extractos, estava envolvida numa conspiração que Darnley tinha bons motivos para pensar que o iria pôr em perigo mortal. Se o quinto extracto, em particular, é autêntico, parece apontar para veneno como um possível método de assassínio e Maria seria condenada por conspiração para assassinar.

Contudo, tirando o quinto extracto, não há nenhum motivo para ligar qualquer dessas passagens a uma conspiração de homicídio. O primeiro extracto é compatível com uma intenção de ir buscar Darnley e mantê-lo sob prisão domiciliária. O segundo extracto *não pode* ter sido escrito de Glasgow em Janeiro de 1567, visto que a frase «duas falsas linhagens» refere-se a Darnley que está «amarrado» a Maria, e à irmã de Huntly, *lady* Jean Gordon, que está «amarrada» a Bothwell. Mas Huntly não foi «falso» até ao fim de Abril, o que significa que a passagem foi interpolada.

Do mesmo modo, os quarto, sexto e sétimo extractos são problemáticos. Claro que fariam sentido se fossem tirados das páginas de cartas verdadeiras de Maria para Bothwell no fim de Abril ou Maio de 1567. Essas páginas podiam ter sido escritas após o seu sequestro, quando ela estava à espera em Dunbar que Bothwell regressasse de Edimburgo, aonde fora para incitar a sua esposa a apresentar o pedido de divórcio e enquanto Maria estava em desavença com

Huntly, ou então podiam ter sido escritas depois de ela regressar a Edimburgo com Bothwell para que fossem publicados os banhos do seu casamento.

O sexto extracto sugere que Bothwell precisava de dinheiro para pagar aos seus soldados ou subornos para o seu divórcio. E embora o sétimo extracto sugira que Maria esperava que ele estivesse em Edimburgo enquanto se encontravam separados, isso seria mas fácil de acreditar se a carta fosse escrita três meses depois do que os Lordes Confederados dizem que foi. Como já foi mostrado, Bothwell deixara Edimburgo por Liddesdale na noite de 24 de Janeiro. Contudo, esteve em Edimburgo durante sete dias apresentando os seus papeis de divórcio no fim de Abril, quando Maria estava em conflito com Huntly e ansiosa por segurança.

Isso deixa-nos os terceiro e quinto extractos. O terceiro é difícil de avaliar. Lennox, o pai de Darnley, sofrera uma hemorragia nasal. O que significava isso? Era uma espécie de presságio. Era o que Maria queria dizer, presumindo que a questão não fora interpolada. Contudo, visto que ela não se aventurou a responder, a insinuação não será prova de uma conspiração para assassinar Darnley.

Desde o início, foi o quinto extracto que se destacou. E, no entanto, estava longe de ser o que parecia. Embora o extracto fosse a prova de que Maria desejava que Darnley fosse envenenado em Craigmillar, o relato dos lordes – tal como foi concebido por Buchanan no seu *dossier* e escrito com a sua letra na sua secretária⁵¹ – *não fizera nenhuma menção* dessa acusação particular.

Toda a força da acusação dos lordes, tal como fora compilada por Buchanan, não era que Maria e Bothwell tinham planeado envenenar Darnley em Craigmillar. Era que tinham conspirado para o atrair a Kirk o'Field, onde seria lançado ao ar numa conspiração da pólvora. Por isso foi tão importante acrescentar as palavras essenciais, «Acerca do conde de Bothwell», «Acerca do alojamento em Edimburgo» aos apontamentos na última página da carta, caso contrário esses pormenores não estariam disfarçados.

O problema com o relato dos lordes era que estava a tornar-se demasiado complicado para qualquer pessoa se lembrar. Uma narrativa desnecessariamente elaborada estava a tornar-se numa história deformada em que os planos se empilhavam uns sobre os outros, tornando difícil manter todos os pormenores sob controlo. A principal objecção à veracidade do quinto extracto é que a

sugestão de que Darnley seria envenenado em Craigmillar é *inconsistente* com a principal acusação de Buchanan – a de que Maria e Buchanan tinham já «concebido» entre eles atrair Darnley para a sua morte em Kirk o’Field *mesmo antes* de Maria viajar para Glasgow a fim de ir buscar o seu marido malcomportado. Se o quinto extracto fosse uma passagem verdadeira escrita por Maria, teria sido aproveitada e recebido a maior prioridade na lista original das acusações feita por Buchanan. Como parte mais incriminatória de qualquer das cartas «de Glasgow», teria sido demasiado tentadora para se passar por cima dela. O facto de a terem *deixado escapar* só pode significar que não existia na altura em que o material de Buchanan foi enviado a Cecil, em Junho de 1568. Tem de ser encarada com uma interpolação forjada mais tarde. Isso é ainda mais provável porque após o *dossier* ter sido compilado, mas antes de os Lordes Confederados terem apresentado as suas acusações finais contra Maria, *eles mudaram o seu relato*. Acrescentaram a acusação adicional de que tinha sido feita uma tentativa para envenenar Darnley após o baptismo do príncipe Jaime, argumentado que, por causa disso, Darnley tinha sido vítima de uma «doença penosa».

Apenas dois meses antes de as Cartas do Cofre terem sido mostradas a Isabel e Cecil, Moray chamou a atenção para a doença de Darnley como sendo a suposta «prova» do quinto extracto. Por esse passe de mágica, a sífilis de Darnley tornara-se numa tentativa de envenenamento. Mas a acusação de Moray tem falhas. Se o quinto extracto fosse verdadeiro, então Maria e Bothwell deviam ter planeado envenenar Darnley depois de ela o atrair a *Craigmillar*, não antes em *Stirling*, e, visto que Darnley estava já doente quando chegou a casa do pai em Glasgow, a tentativa falhada devia ter sido feita antes mesmo de ele ter deixado *Stirling*. É impossível explicar por que uma acusação tão desastrada e improvável foi acrescentada à lista das alegações contra Maria numa fase tão tardia. Mas a velhacaria dos lordes está demonstrada – Sabemos já que a Carta 2 continha interpolações acerca de Huntly e da sua irmã: «o vosso cunhado falso» e «duas linhagens falsas». Os apontamentos finais – «Acerca do conde de Bothwell» e «Acerca do alojamento em Edimburgo» – são também bastante suspeitos.

Faltando-nos as páginas originais manuscritas da Carta 2 na forma como foram apresentadas a Isabel e a Cecil, nenhuma conclusão final e incontestáveis

acerca deste extraordinário documento podem ser tiradas. Mas todos os indícios apontam numa única direcção. Cerca de 1500 a 1800 palavras são com certeza verdadeiras, mesmo que a passagem acerca do tratamento de Darnley por salivação de mercúrio não possa ter sido endereçada a Bothwell. Por outro lado, entre 1000 e 1200 palavras do texto que agora temos são susceptíveis de ser interpolações de cartas que Maria escreveria vários meses mais tarde, ou então são falsificações.

Muitas das interpolações eram na verdade de cartas genuínas (ainda que tardias). Isso mostra a verdadeira dimensão da astúcia de Moray, porque Isabel e Cecil não se deixavam enganar com facilidade. Queriam que os documentos fossem objecto de uma análise à caligrafia. Cecil nunca baixou a guarda ao lidar com eles. Quando as cartas originais foram examinadas, exigiu um depoimento escrito e comprovativo assinado por Moray, Morton e lorde Lindsay, os principais responsáveis pela abdicação forçada de Maria, declarando que eram todos de Maria e escritos com «a sua letra». Depois disso, seriam feitas comparações com cartas autênticas de Maria para Isabel, da colecção existente nos arquivos reais, antes de se chegar a um veredicto⁵².

Os lordes sabiam que não poderiam esperar safar-se com falsificações grosseiras em qualquer escala significativa. Para determinarem a culpa de Maria, precisavam de encontrar páginas de cartas autênticas que, uma vez trocadas, e adulteradas aqui e ali, decidissem o que queriam provar. Esta hipótese também explicaria as curiosas incongruências nos conteúdos da Carta 2 enquanto antigas e novas páginas eram misturadas de alguma forma para constituir um documento heterogéneo. Também explicaria por que as passagens mais suspeitas são breves. Se estavam a preencher espaços em branco nas folhas existentes, Moray podia estar bastante confiante de que não seriam detectadas. Como Maria era bem conhecida por rabiscar as suas cartas e também por usar as mais caras folhas de papel tão prodigamente como só se poderia esperar que uma rainha fizesse, poderia valer a pena correr esse risco.

⁴⁰ Os sonetos foram contados pelos historiadores como sendo doze, onze ou como um único poema longo; o «décimo segundo» tem apenas seis versos e ou é um soneto incompleto ou então um *postscriptum* dos outros.

⁴¹ Com uma única excepção, estão subdivididas entre a classe SP 53 no Public Record Office e os Cecil Papers na Hatfield House.

⁴² Segui os números dados às Cartas do Cofre por Henderson, 1890, que são os mais usados.

⁴³ Alcinha de Nicholas Hubert.

⁴⁴ Ver capítulo 18.

⁴⁵ A insinuação é a de que Maria está amarrada aos Lennox pelo seu casamento com Darnley, tal como Bothwell está amarrado aos Gordon, a família da sua esposa, *lady* Jean.

⁴⁶ Ver capítulo 18.

⁴⁷ Ver capítulo 18.

⁴⁸ O pai, Patrick, conde de Bothwell, não tinha nenhuns irmãos vivos, e o tio do lado da mãe dele, Alexander, conde de Buchan, morreu em 1563.

⁴⁹ Mais ninguém poderia ser referido; lorde John de Coldingham, marido de Jane Hepburn, irmã de Bothwell, morreu em Dezembro de 1563, e Jane tomou como seu segundo marido John Sinclair, que era leal a Maria.

⁵⁰ Ver capítulo 20.

⁵¹ Ver capítulo 24.

⁵² Ver capítulo 26.

Capítulo 26

As Cartas do Cofre II

As duas cartas «de Glasgow» foram os principais documentos apresentados por Moray e pelos Lordes Confederados para sugerir que Maria tinha estado envolvida no homicídio de Darnley. Mas não eram as únicas provas. Três das seis restantes Cartas do Cofre eram cartas de amor, das quais duas também se dizia terem alusões ao homicídio de Darnley. As últimas três Cartas estariam relacionadas com o sequestro de Maria na ponte sobre o Almond, o qual fora planeado em conivência. Nenhuma das transcrições ou traduções manuscritas dos originais perdidos torna possível verificar a verdadeira autora, o pretendido destinatário ou destinatários, ou a data da sua composição. E todas as seis cartas iriam suscitar quase tantas questões como respostas.

Das cartas 3 a 5 foi dito que seriam cartas de amor que Maria escrevera a Bothwell. A Carta 3 é escrita por uma mulher ao seu marido distante. Queixa-se amargamente da sua crueldade, ausência e negligência, mas «apesar de tudo isso, não vos acusarei de modo nenhum nem da vossa pouca lembrança, nem da vossa pouca atenção, e menos que tudo de todas as vossas promessas não cumpridas ou da frieza da vossa escrita». A mulher está a fazer o melhor que pode para manter as aparências e para aceitar o seu marido da maneira como ele espera. «Sou além disso tão vossa que aquilo que vos agrada é aceitável para mim, e os meus pensamentos estão de tão boa vontade sujeitos aos vossos que suponho que tudo o que vem de vós... por essas razões como sendo justo e razoável, e tal como desejo.»

Ela é ainda uma mulher de coragem. Para tornar claros os seus verdadeiros sentimentos pelo marido, está a enviar-lhe uma jóia, um anel concebido como um medalhão. Mas este não seria um vulgar testemunho de amor. Não era um diamante com a forma de um coração como tais presentes são, mas uma pedra dura com a forma de um sepulcro. Montado em esmalte preto e fixado com pequenas jóias representando lágrimas e ossos, o medalhão continha um anel do

cabelo da mulher – ela chama a isso «o ornamento da cabeça»: «E para vos testemunhar quão humildemente me submeto às vossas ordens, enviei-vos em sinal de homenagem por Paris⁵³ o ornamento da cabeça, que é o guia principal dos outros membros.»⁵⁴

As palavras da mulher passam da ironia ao macabro. Cederá ao seu marido tal como ele ordenou, mas a sua deferência será tal que preferiria morrer do que perder o seu sentido de dignidade e autonomia:

Envio-vos um sepulcro de pedra dura colorida de preto, fixado com lágrimas e ossos. Comparo a pedra com o meu coração, que está esculpido num sepulcro seguro ou porto de abrigo das vossas ordens, e acima de tudo do vosso nome e memória que estão nele fechados, como o meu cabelo neste anel, nunca saindo daí até a morte vos conceder um troféu de vitória dos meus ossos.

Esta carta é tão diferente em sentimento e tom da Carta 2, com as fervorosas expressões de anseio e desejo pelo amante por parte da autora, que é difícil supor que foi escrita pela mesma pessoa. E, contudo, é também impossível avaliar com fundamentos estilísticos se Maria era a autora, porque não escreveu outras cartas autênticas com este tipo de nudez emocional.

O debate tem de se concentrar no conteúdo da carta. Neste caso, o esposo da mulher era um bruto. Tinha-a rejeitado, e, portanto, ela foi forçada a fazer um apelo desesperado ao lado melhor da natureza que ela sabia que faltava ao marido. Palavras e frases tais como «as vossas promessas não cumpridas», «a frieza das vossas cartas», «o vosso nome e memória», «as lágrimas pela vossa ausência» tornam claro que este era um casal cujo casamento se encontrava com graves problemas. Vimos que Bothwell *se podia* comportar como um bruto. Os lordes podem muito bem ter tentado acrescentar alguma verosimilhança às desavenças e lágrimas da relação dele com Maria no mês entre a data do casamento deles e o confronto final com os lordes rebeldes em Carberry Hill.

Mas isso seria fazer vista grossa aos problemas da letra. Teria sido essencial, se a carta devesse parecer convincente, descobrir uma carta *autêntica* em que Maria tivesse expressado os seus sentimentos dessa maneira. Mas Maria e Bothwell mal tinham estado separados – de certeza não mais do que alguns dias de cada vez – entre o casamento deles e a rendição de Maria. Além disso, os seus reconhecidos momentos de separação, como quando Maria ficou no telhado plano do Castelo de Borthwick debruçada nas ameias para trocar insultos com os

lordes, ou quando estava a reunir as suas forças em Dunbar enquanto Bothwell se dirigia para Melrose, foram tão cheios de actividade fervilhante que não parece provável que ela tivesse arranjado tempo para encomendar uma jóia complicada a um ourives.

Se a carta tivesse de passar na análise da letra quando fosse mostrada a Isabel e Cecil, teria sido aconselhável apresentar uma carta autêntica que Maria tivesse enviado a Darnley num dos pontos baixos da relação deles, mas que os lordes agora afirmavam ter sido escrita a Bothwell. Nesse caso, seria o rascunho feito por Maria da carta ou então do documento como foi enviado e depois roubado do antigo alojamento de Darnley nos aposentos reais pelos homens de Morton.

Duas transcrições manuscritas dessa carta chegaram até nós, uma em francês, a outra em escocês. Esta última, até agora não reconhecida visto que só foi catalogada na British Library em 1994, altura em que ninguém parece ter compreendido que continha informação única, tem cópias de anotações de Cecil. Os seus comentários mostram que ficou desconcertado com a carta. «Uma cabeça», «um sepulcro», «um anel com o cabelo dela», anotou no fim. O que significava tudo isso?

Uma outra complicação é que, se a carta *era* autêntica, mas escrita por Maria a Darnley, a jóia só podia ter sido entregue por *Paris*, como a autora disse que foi, depois de ele se tornar criado dela em vez de criado de Bothwell. Isso limitaria a data da carta a não mais cedo do que a Primavera de 1566, fazendo-a condizer com os factos conhecidos do afastamento de Maria e de Darnley e com as suas discussões, tal como foram relatadas por Du Croc.⁵⁵ A convergência é tal que é provável que a carta 3 seja autêntica, mas escrita a Darnley e não a Bothwell, e portanto não tinha nada a ver com a conspiração do homicídio.

A carta 4 é ainda menos convincente do que a anterior enquanto suposta carta de amor para Bothwell. Também foi tomada pelos Lordes Confederados como contendo referências arrepiantes à conspiração do homicídio, visto que as frases de abertura incluem as palavras: «Prometi-lhe trazê-lo amanhã. Se estiverdes de acordo, dai ordem para isso.»

A autora da carta 4 não está nada contente com o seu amante – visto que parece que ele a traiu. Foi infiel, ingrato e ordenou-lhe que não lhe escrevesse ou contactasse com ele. Está amuado e ela sente-se humilhada por causa do último caso dele. A nova chama dele não tem «um terço da fidelidade ou da obediência

voluntária» que ela mostra. A autora compara-se com Medeia, a primeira esposa de Jasão – na mitologia grega, o herói que liderou os Argonautas na busca do Velo de Ouro. Foi Jasão quem, numa versão dessa história, abandonou a sua esposa para casar com Glauce, apenas para ser privado para sempre da felicidade quando o seu novo amor foi assassinado no dia do casamento pela ciumenta Medeia, que também matou os seus filhos.

Esta carta podia ter sido escrita por Maria para Darnley ou Bothwell. Sabemos que ambos tinham tido casos sexuais ilícitos, embora Bothwell não seja conhecido por ter dormido com *lady* Reres ou Bessie Crawford enquanto estava casado com Maria. Mas tal como foi elaborada pela autora, a comparação tem de se referir a Darnley. A mulher compara-se com Medeia. Ela era a primeira esposa de Jasão, não a segunda, ao passo que Bothwell estava ainda casado com a irmã de Huntly, *lady* Jean Gordon, na altura em que se diz que Maria escreveu a carta. Maria era a primeira esposa de Darnley, mesmo que ele fosse o seu segundo marido. Ela podia muito bem ter-se imaginado como sendo «Medeia» se os seus sentimentos tivessem sido dirigidos a ele; e visto que sabemos que ela tinha visto o quadro alegórico dos navios sobre o mesmo tema de Jasão e dos Argonautas no seu primeiro banquete de casamento nos aposentos de gala do palácio em Paris nove anos antes, é improvável que tivesse confundido Glauce e Medeia. Estudara literatura clássica com Jacques Amyot e Pierre Danès, os principais especialistas na corte de Henrique II. Ou a carta é para Bothwell, mas não de Maria, ou então é de Maria, mas não endereçada a Bothwell.

A discrepância torna-se insignificante quando comparada com a seguinte. Os Lordes Confederados alegaram que essa Carta 4 tinha sido escrita em 7 de Fevereiro de 1567, dois dias antes do homicídio de Darnley. Transcrições em francês e inglês ainda se encontram entre os papéis de Cecil. A versão francesa termina dizendo *Faites bon guet si l'oiseau sortira de sa cage ou sans son per comme la tourtre demeurera seulle à se lamenter de l'absence pour court quele soit*. Isso pode-se traduzir como: «Tomai bem conta não vá a ave sair da gaiola ou sem o seu companheiro como a rola viverá sozinha para chorar a sua ausência por muito curta que possa ser.» A metáfora pode referir-se a um poema que Darnley enviara a Maria antes de se separarem:

*A rola pelo seu companheiro
Mais dor não pode suportar*

*Do que eu por causa dela
Que tem o meu coração guardado.*

Se Maria enviou a Carta 4 a Darnley, isso só podia significar que ela era a ave que podia voar para longe deixando o seu parceiro a sofrer pela sua perda. Podia bem ter sido enviada para ele enquanto Maria se encontrava no Castelo de Craigmillar nas semanas anteriores ao baptismo do príncipe Jaime, quando Maitland e os seus aliados estavam a pressionar a favor de um divórcio entre eles. Contudo, os Lordes Confederados insistiram que a alusão se referia não a um divórcio mas à conspiração do homicídio, mesmo estando contida numa carta sobretudo preocupada com a infidelidade. Tal como avisaram Cecil, essa passagem «provava» que Maria avisara Bothwell pouco antes do homicídio para «ter cuidado não fosse a ave escapar da gaiola».

Para arrematar a questão, adulteraram a carta. Desta vez, a fraude pode ser determinada mais ou menos conclusivamente. Cecil recebera dos escoceses uma transcrição da versão francesa do documento. Isso é provado pela caligrafia, que era de um dos escrevões que acompanhavam a delegação de Moray. A mesma letra pode ser vista nos papéis e relatórios oficiais da delegação e, quando comparada com a da transcrição, são iguais. Mas quando se preparou a transcrição, quer fosse por iniciativa dele ou seguindo instruções de Moray, a palavra *per* foi transcrita como *père*, e *mate*, companheiro, tornou-se «pai», querendo dizer Lennox, pai de Darnley⁵⁶. A transcrição foi depois dada ao escrevão de Cecil para ser traduzida em inglês. Sem surpresas, interpretou desta maneira: «E vede bem se a ave foge da gaiola ou sem o seu pai...»

Isso era demasiado mesmo para Cecil. Ele era um linguista brilhante, que conquistara elogios pelo seu conhecimento de línguas enquanto estudante no St. John's College, em Cambridge. Conhecia a metáfora da rola, que aparecia num tema usado muitas vezes na literatura. Quando viu o passe de magia, riscou a palavra «pai» na tradução do seu escrevão e escreveu *mate*, «companheiro», por cima com a sua mão⁵⁷. A seguir, corrigiu *père* para *per* na transcrição francesa riscando a última letra. Isso destruiu a insinuação e devia ter posto tudo o resto em causa, mas pelo facto de Cecil querer tanto que Maria fosse incriminada, ou não conseguiu ver, ou então optou por ignorar as mais amplas implicações da fraude.

Da Carta 5 disse-se que tinha sido escrita por Maria para Bothwell alguns dias antes do casamento de Margaret Carwood, a criada de quarto preferida dela, em Holyrood na terça-feira de Carnaval de 1567, e, portanto, apenas um dia ou dois antes do homicídio de Darnley. Começa com uma reprimenda angustiada: «Meu querido, ai de mim! Deve a loucura de uma mulher cuja ingratidão para comigo conheceis bem ser motivo de desagrado para vós?» Não há indício interno que prove que isso se refere a Carwood, que longe de ser «ingrata» para com Maria era uma das suas aias mais leais e dedicadas, mas quem que fosse essa mulher, a sua bisbilhotice tinha envergonhado e embaraçado o amante infiel – ainda dito que seria Bothwell –, que se queixara e insistira em que fosse substituída logo que fosse possível.

A autora – ainda dito que seria Maria – diz que pouco pode fazer acerca disso até saber o que é alegado que a serva disse. Nisso, ela tinha sido muito entravada pelo facto de não ser suposto estar em comunicação com o seu amante. Se ele não lhe escrevesse nessa noite, não teria outra opção senão a de tomar o assunto nas suas mãos. Confrontaria a serva e procuraria substituí-la. Como a serva estava prestes a casar-se, isso poderia ser tratado.

A autora pede ao homem para não ser tão desconfiado. Lembra-lhe a «fidelidade, constância e sujeição voluntária» dela. A sua relação tem sido mais tensa do que é habitual. Conclui a carta dizendo: «Não podeis fazer-me maior injúria nem causar-me dor mais mortal» do que duvidar da sua honestidade e da sua palavra. Quando Cecil questionou a identidade da misteriosa serva, foi informado pelos Lordes Confederados que «Margaret Carwood era alguém de confiança especial da rainha escocesa e muito inteirada dos seus assuntos mais secretos». Nem é preciso dizer que Carwood não seria chamada a dar provas a Isabel e a Cecil que apoiassem a interpretação da carta feita pelos lordes ou para testemunhar acerca do destinatário da carta.

Aparentemente, a carta por si não prova nada. Mas então por que foi seleccionada para ser incluída no maço de documentos do cofre enviados para Inglaterra a fim de serem examinados?

A resposta reside na tradução manuscrita descoberta da carta em inglês. Até agora, a única transcrição manuscrita conhecida deste documento estava em francês. Por alguma razão, a tradução inglesa entre os papéis de trabalho de Cecil no Public Record Office não tinha sido identificada a tempo de ser incluída

nas edições eruditas das Cartas do Cofre da década de 1890. Depois, quando o documento foi catalogado, ninguém parece ter visto nada de novo nele, e, portanto, não pareceu necessário comentá-lo. Em resultado disso, ninguém sabia como Cecil interpretou as palavras, *Je m'en deferay au hazard de la fayre entreprendre ce qui pourroit nuire à ce à quoi nous tandons tous deux*. O que se traduz como, «Aliviar-me-ei disso correndo o risco de a fazer tentar algo que podia ser prejudicial para o que estamos ambos a apontar.» De que Maria – sempre presumindo que era ela a autora da carta – poderia estar a falar? A frase é tão obscura e indirecta que se torna impossível adivinhar o seu sentido. Só é bem claro que não se refere a uma conspiração de homicídio. A tradução inglesa feita por alguém do gabinete de Cecil diz: «Vou-me livrar disso *e arriscar fazer com que isso seja empreendido e tomado em mãos*.» Isso é uma má interpretação, uma falsa tentativa pelo inglês de fazer referência ao assassinio de Darnley e uma clara deturpação do francês. Cecil deve ter baixado a cabeça, envergonhado, porque corrigiu a tradução da carta. No início, trocou as palavras «Meu Senhor» por «Meu coração» onde o original dizia *Mon coeur*, mas deixou o restante como estava.

Ninguém que examine estas provas com abertura de espírito poderia considerar as Cartas 3 a 5 como incriminatórias. São muitas vezes vistas como falsificações. Isso é muito improvável. Podiam ser cartas autênticas que Maria escreveu em 1566 para o narcisista e adúltero Darnley. Ele tinha-se envolvido em casos ilícitos. Estava sempre melancólico e amuado. Tinha-a abandonado e ameaçado partir e viver no estrangeiro. O seu carácter assemelhava-se ao do destinatário dessas cartas «de amor» invulgares e idiossincráticas.

Na Carta 3, o infeliz casal está distante e vivem separados, o que Maria e Bothwell não estavam no mês a seguir ao seu casamento. Na Carta 4, a autora é Medeia e não Glauce, a esposa e não a amante. Por último, em ambas as Cartas 4 e 5, a autora lembra ao seu parceiro que se «sujeitou voluntariamente» a ele – um comentário típico de Maria, que sempre acreditou que ao casar com Darnley se tinha rebaixado e disse-lhe isso mesmo quando discutiram.

Isso deixa-nos com as últimas três Cartas, números 6 a 8, que se relacionam com a acusação dos Lordes Confederados de que Maria fora uma cúmplice voluntária no seu sequestro na ponte sobre o Almond. É provável que a Carta 6 seja uma carta autêntica de Maria para Bothwell que os lordes redataram. Foi

quase de certeza escrita *depois* e não *antes* do sequestro, visto que contém referências a acontecimentos que sabemos terem ocorrido só depois de Maria chegar a Dunbar e Bothwell ter partido para Edimburgo a fim de convencer a sua esposa a apresentar o pedido de divórcio.

«Ai de mim, meu Senhor», começa por dizer, «por que a vossa confiança está posta numa pessoa tão indigna ao ponto de desconfiardes daquela que é toda vossa?» Ou, numa linguagem mais simples, «Por que vos fostes embora e confiastes em alguém tão indigno, as suas intervenções levaram-nos a desconfiar da única pessoa que se preocupa convosco?» Como a autora explica:

Haveis-me prometido que iríeis resolver tudo, e que me escreveríeis todos os dias dizendo o que devo fazer. Não fizestes nada disso. Avisei-vos bem para terdes cuidado com o vosso cunhado falso. Ele veio ter comigo e, sem me mostrar nada de vós, disse-me que desejáveis que ele vos escrevesse...

Huntly era esse indivíduo «indigno» e era mais uma vez descrito como «vosso cunhado falso». As campainhas de alarme tocam, porque foi só *depois* do sequestro de Maria em 24 de Abril de 1567 que Huntly e Bothwell se tinham zangado por causa do plano de Bothwell de se divorciar da sua esposa, *lady Jean Gordon*, e casar com Maria. Esta tinha discutido violentamente com Huntly, mas não até o pedido de divórcio da irmã dele ter sido apresentado. Também sabemos que Bothwell, quando regressou da organização do seu divórcio, tinha discutido com Maria. Os relatórios escritos por Drury mostram que houve uma «grande indelicadeza» entre eles que durou metade de um dia. Tinha sido a sua única discussão espectacular antes do casamento.

A autora diz que o seu amante «desejara» que Huntly oferecesse o seu conselho a respeito do que ela devia dizer, e «onde e quando viríeis ter comigo». Mas isso não tinha corrido de acordo com o planeado. Em vez disso, Huntly dera à autora um raspanete. Insurgira-se contra a «iniciativa insensata dela», dizendo que ela nunca poderia casar com um homem que não só estava já casado como a raptara, e que a sua família, os Gordon, nunca o permitiria. Segundo os Lordes Confederados, Maria enviara esta carta «de Stirling» para avisar Bothwell dos riscos que ele estava prestes a correr na ponte sobre o Almond. A cronologia de Moray afirmava que ela a escrevera no dia 21, 22 ou só no início da manhã de 23 de Abril de 1567, antes do seu sequestro, no dia 24. Mas em nenhum lado as palavras «de Stirling» aparecem na carta. Nem a alegação de Moray de que a

carta precedeu o sequestro faz sentido. Os lordes sempre mantiveram que o objectivo da autora era incitar Bothwell a raptá-la, usando Huntly como seu intermediário para a informar do momento e do lugar onde o suposto «rapto» iria ocorrer. Espera-se que acreditemos que ela, até então, não tinha dado a Bothwell nenhuma ideia de quando e onde o evento seria encenado. Bothwell, que prometera tratar de tudo, afinal não conseguiu decidir, por isso aconselhou-se junto de Huntly, pedindo-lhe para perguntar à autora o que desejava dizer acerca disso e «onde e quando viríeis ter comigo».

Existem duas transcrições manuscritas desta carta nos papéis de Cecil, uma no original francês e uma na tradução inglesa. O original francês diz: Huntly (o vosso «cunhado falso») *m'a presché que c'estoit une folle enterprise, et qu'avecques mon honneur je ne vous pourries jamais espouser, veu qu'estant marié vous m'amenies et que ses gens ne l'endureroient pas et que les seigneurs se dédiroient*. Isto traduz-se como, ele «fez-me um sermão dizendo que *era* uma iniciativa insensata, e que com a minha honra nunca poderia casar convosco, vendo que estando casado vós me *trouxestes* para longe, e que os seus familiares não o suportariam, e que os lordes voltariam atrás na sua palavra» (ênfase acrescentada). Moray sempre sustentou que o sentido do francês era: «ele fez-me um sermão dizendo que *seria* uma iniciativa insensata... vendo que estado casado me *traríeis* para longe...» (ênfase acrescentada). Mas a língua materna de Maria era o francês. Se ela tivesse usado o tempo verbal no passado, então o que estava a descrever teriam sido acontecimentos passados, não futuros, como refere a interpretação dos seus acusadores. Além disso, o uso do pretérito perfeito faz muito melhor sentido e corresponde ao que sabemos que aconteceu em Dunbar depois de Bothwell ter partido para Edimburgo a fim de tratar do seu divórcio, deixando Maria sozinha com Huntly.

No dia 26, Bothwell galopara para Edimburgo. Aí, organizou as coisas para que a sua esposa apresentasse o seu pedido de divórcio no tribunal protestante. No dia seguinte, Maria pedira ao arcebispo de St. Andrews que concedesse a Bothwell uma anulação do casamento no tribunal católico. Quando Bothwell regressou a Dunbar, descobriu que Huntly e Maria tinham discutido. Depois, Maria e Bothwell tiveram a sua primeira grande discussão. Se a Carta 6 fosse autêntica, mas escrita *depois*, em vez de *antes* do sequestro de Maria, também

acrescentaria à nossa compreensão dos sentimentos dela por Bothwell enquanto este se encontrava longe em Edimburgo e ela discutia com Huntly:

Gostaria de estar morta. Porque vejo tudo correr mal. Vós prometestes algo muito diferente na vossa previsão, mas a ausência tem poder sobre vós que tendes duas cordas no vosso arco⁵⁸. Apressai a vossa resposta para que eu não falhe e não confie no vosso cunhado para este empreendimento. Porque ele fala e é contra ele. Deus vos dê boa noite.

Tudo isto faz muito sentido. Nunca saberemos o que Bothwell prometera a Maria. Mas os seus sentimentos correspondem aos que mais tarde expressou quando contou a sua história a Robert Melville e ao bispo de Dunblane para as suas missões diplomáticas junto de Isabel e de Catarina de Médicis. Nessa altura, ela sabia que tinha feito mal ao dormir com um homem casado e estava a tentar justificar o seu comportamento tanto perante si mesma como perante os outros.

Mas nem tudo correu como Moray queria. Quando Cecil deu a versão original francesa da Carta ao seu escrivão para traduzir, os tempos verbais foram traduzidos com precisão. «E então», escreveu, Huntly, «fiz-me um sermão dizendo que isso era uma iniciativa insensata e que com a minha honra nunca poderia casar convosco, vendo que sendo casado, me *levastes* para longe...» (ênfase acrescentada). Quando classificou a tradução para a arquivar, o escrivão escreveu: «Cópia de Stirling após o Rapto...» Exactamente. Quem quer que fosse, era um homem honesto. Tinha compreendido o sentido do documento que acabara de traduzir, que não podia ter sido escrito antes do rapto de Maria e, portanto, não «provava» nenhuma das alegações de Moray.

E Cecil viu o perigo. Estava a ficar muitíssimo preocupado. Esta «prova» não estava a revelar-se ser tão boa como Moray dissera que seria. Por vezes, os fins tinham de justificar os meios. Com uma penada, riscou «depois» e escreveu «antes» por cima com os seus inimitáveis rabiscos. Agora lia-se: «Cópia de Stirling antes do rapto...» Num segundo ou dois, um documento inócuo e compreensível tornou-se em algo que era incriminatório e uma algaraviada incompreensível. Esse «antes» foi talvez a mais importante palavra isolada que Cecil alguma vez pôs em qualquer documento relacionado com Maria rainha dos escoceses.

As Cartas 7 e 8, em comparação, são insípidas, o que pode explicar por que não há transcrições manuscritas delas. São conhecidas apenas a partir das

versões mais tarde impressas em escocês pelos inimigos de Maria.

A Carta 7 é quase um duplicado exacto do essencial da Carta 6. Era mais uma vez uma carta de Maria para Bothwell escrita na véspera ou alguns dias antes do rapto dela. «Acerca do lugar e do momento», começa por dizer: «Submeto-me ao vosso irmão e a vós... Ele encontra muitas dificuldades.» A carta parece não ser mais do que uma variante em tradução escocesa da Carta 6, incluída para aumentar o caso. Talvez o motivo principal para ter sido apresentada como prova seja o facto de descrever Huntly a Bothwell como «vosso irmão» e não como «vosso cunhado falso», desse modo suavizando o choque com o facto conhecido de Huntly não ter discutido com Bothwell senão *depois* do sequestro, quando Maria consentiu casar com ele.

A Carta 8 era a última das cartas das quais se disse que foram escritas na véspera do sequestro e a terceira que é suposto Maria ter enviado a Bothwell em menos de vinte e quatro horas. Também reiterava o essencial da Carta 6. Mas ao passo que a Carta 7 tentava corrigir um anacronismo na descrição de Huntly feita pelos lordes, desta vez ele era descrito como «o que foi vosso cunhado». A carta começa por dizer: «Meu Senhor, desde que escrevi a minha carta, o que foi vosso cunhado veio ter comigo muito triste, e pediu-me o meu conselho, o que devia fazer depois de amanhã, porque haverá muita gente aqui, e entre outros o conde de Sunderland...» Esta descrição de Huntly é ainda menos plausível do que «o vosso cunhado falso». E havia um segundo erro descuidado, porque o conde de Sunderland não acompanhou Maria desde Stirling até Linlithgow e na ponte sobre o Almond após a visita dela ao filho, nem esteve depois em Dunbar. Os que foram com Maria na sua viagem eram Maitland, Huntly e *sir* James Melville. Mesmo o relato retrospectivo de Moray dos procedimentos de Maria e Bothwell não refere Sunderland, que não aparece no relato. Por que o nome dele acaba por ir parar à Carta 8 é um completo mistério.

Das Cartas 6 a 8, as três «cartas do sequestro», só a número 6 merece séria atenção. É provável que seja autêntica, mas em vez de fazer parecer que Maria foi conivente com Bothwell no seu rapto, não prova nada disso. «Gostaria de estar morta», disse ela alegadamente. «Porque vejo tudo a correr mal. Vós prometestes algo muito diferente na vossa previsão...» Estes não seriam os sentimentos que se poderiam esperar de uma parceira voluntária a respeito de se envolver numa escapadela ousada. Além disso, os verbos no passado eram fatais

para o caso de Moray. Com certeza percebeu isso mesmo e achou que seria necessário algo mais concreto se os lordes quisessem ganhar a discussão. Isso levou à fabricação das Cartas 7 e 8, que tentaram ampliar o texto da Carta 6, mas que durante esse processo expuseram ainda mais as suposições inválidas nas quais a argumentação se baseava.

E, no entanto, à primeira vista, as Cartas do Cofre eram condenatórias se fossem autênticas e com a letra de Maria. Dois meses depois da primeira leitura do *dossier* de Buchanan e das cópias de amostra que Moray fornecera para lhe abrir o apetite, Cecil decidiu agir. Convenceu Isabel a conferir poderes a um tribunal especial – muitas vezes chamado «conferência» para evitar a utilização da palavra «tribunal» – a fim de examinar o caso contra Maria.

Um julgamento legal decorreria em breve sob os auspícios de arbitragem imparcial. Isabel foi com certeza sincera quando disse que o seu objectivo ao nomear comissários era conseguir um «bom fim das divergências, debates e contendas criadas e continuadas entre a sua querida irmã e prima, Maria rainha dos escoceses e os seus súbditos». Mas o tribunal, tal como Cecil o iria engendrar, era mais próximo de um tribunal especial estabelecido para condenar Maria sob a acusação de conspiração para assassinar Darnley. Os juízes deveriam ser o duque de Norfolk, o conde de Sussex e esse veterano dos assuntos escoceses, *sir* Ralph Sadler, antigo secretário e embaixador de Henrique VIII em Edimburgo.

A ideia de Cecil, engenhosa, era que Isabel apareceria como árbitro imparcial em relação às Cartas do Cofre, embora na realidade tivesse sido convencida a nomear uma comissão autorizada a declará-las autênticas ou falsificações, e assim determinar a dimensão da culpa de Maria. Esta encontrava-se hesitante acerca de aceitar a legalidade do tribunal, mas não estava em posição de argumentar. Tinha tudo a ganhar de uma análise cuidadosa de documentos que ela afirmava serem descaradas falsificações. Encarou a nomeação do duque de Norfolk como um sinal positivo, visto que a opinião deste acerca dos Lordes Confederados como sendo inimigos congénitos da monarquia era manifesta. Portanto aceitou as competências do tribunal e nomeou os seus advogados, mesmo não reconhecendo o direito de Isabel de a deter em Inglaterra ou de a julgar.

O tribunal iniciou os seus trabalhos em 4 de Outubro, em York, quando os advogados de Maria foram autorizados a falar primeiro e a apresentar as suas acusações contra Moray e os Lordes Confederados. Protestaram contra as «grandes ofensas, injustiças e danos» infligidos a Maria e aos seus leais súbditos pelos lordes rebeldes, e apelaram a Isabel por ajuda enquanto árbitro honroso. Se Moray e seus aliados tinham qualquer prova, disseram, deveria ser exibida por escrito para que fosse examinada e contestada.

Depois foi a vez de Moray. Sem surpresa, encontrava-se relutante em continuar com a acusação de homicídio ou em mostrar as provas que dizia ter reunido. Estava a ser cuidadoso, receando a ira de Isabel se acusasse a sua irmã de homicídio e adultério e depois não o conseguisse provar. Também queria garantias antecipadas de que, se fosse bem-sucedido ao estabelecer a culpa de Maria, ela nunca regressaria como rainha da Escócia.

Esse era o centro da questão. Moray receava que, mesmo que conseguisse provar que Maria fora cúmplice na morte de Darnley, ainda assim Isabel não reconhecesse a sua nomeação como regente ou aceitasse entregar Maria aos lordes para liderem com ela como achassem adequado, ou então mantê-la em segurança trancada numa prisão inglesa. Até ter a certeza da vitória, de uma maneira ou de outra, não estava disposto a apresentar os originais das Cartas do Cofre perante o tribunal como provas – pelo menos oficialmente. Moray queria ter tudo. Declinou apresentar as Cartas, mas mostrou-as de bom grado aos juízes ingleses «em privado e em segredo». As Cartas não foram mostradas aos representantes de Maria e, de acordo com os procedimentos estabelecidos por Cecil para o tribunal, eles não tinham nenhum direito de exigir vê-las.

Os juízes ingleses não se deixaram impressionar pelas táticas de Moray. As alegações eram infames, mas as cartas seriam mesmo de Maria? Os juízes não tinham visto nada que o provasse. O mais pragmático deles, o conde de Sussex, fez um aviso franco a Cecil. Escreveu em 22 de Outubro:

Se a parte contrária a ela a acusar do homicídio apresentando as cartas, ela irá negá-las e acusar a maioria deles⁵⁹ de manifesto consentimento no assassinio. O que não se poderia negar.

Sussex tinha compreendido que se Moray e a sua delegação apresentassem as Cartas do Cofre, os advogados de Maria só tinham de negar que fossem dela. Ela podia virar o jogo contra os lordes rebeldes, acusando-os de cumplicidade no

homicídio de Darnley. Então seriam eles a sentar-se na cadeira dos réus, não ela. E como uma maioria dos seus acusadores tinham estado envolvidos, o caso de Moray iria desabar.

Norfolk estava ainda mais perturbado. «Esta causa», explicou a Cecil, «é a mais duvidosa e a mais perigosa com que alguma vez lidei.» Os advogados de Maria tinham já dado a entender que, se as Cartas do Cofre chegassem formalmente a julgamento, Maria exigiria estar presente nas sessões do tribunal. Pelo seu lado, Norfolk estava chocado com as implicações da Carta 2 (a «carta longa de Glasgow») e da Carta 6 (a mais convincente das três cartas «do sequestro»), mas também era claro, disse ele, que os lordes não estavam interessados na justiça, mas «procuram servir os seus propósitos particulares». Na sua ânsia de se justificarem, «não se interessam pelo que pode acontecer à rainha ou ao rei!». O plano de Cecil estava a começar a correr mal. O que Sussex e Norfolk tinham dito tornava claro que os juízes ingleses sabiam que muitos dos acusadores de Maria eram cúmplices no homicídio de Darnley, e a última coisa que Moray queria era que isso se tornasse conhecido.

Cecil interveio. Organizou as coisas para que as sessões do tribunal fossem suspensas. Foi mudado para Westminster, no Sul, e mais cinco juízes foram nomeados, sendo os principais entre eles Cecil e o seu cunhado, *sir* Nicholas Bacon, mudando o equilíbrio das opiniões a favor de Moray. O tribunal alargado retomou as suas audiências a 26 de Novembro. Entretanto, Cecil convenceu Isabel a dar a Moray as garantias que procurava. Se as Cartas do Cofre fossem autênticas, Isabel entregaria Maria aos Lordes Confederados, desde que eles garantissem a sua segurança, ou então mantinha-a em Inglaterra. Também reconheceria Moray como regente. Isso deu-lhe o que ele queria e, pouco tempo depois, Moray acusou Maria de cumplicidade no homicídio de Darnley.

Maria ficou atordoada com a mudança de atitude da sua prima. Tinham-lhe assegurado que os juízes ingleses não procurariam julgá-la, mas apenas agir como árbitros no conflito dela com os seus lordes rebeldes. Como rainha, recusou-se a ser chamada a prestar contas perante uma jurisdição que não reconhecia e ordenou aos seus advogados que se retirassem do tribunal.

Eles partiram em 6 de Dezembro, mas era demasiado tarde. No dia seguinte, Moray apresentou os documentos do cofre. Foram examinados em sessões demoradas que duraram dois dias inteiros e depois no dia 14 em Hampton Court.

Quando corrigiu as actas do tribunal descrevendo como os documentos tinham sido admitidos enquanto provas, Cecil teve o cuidado de ver com atenção tudo. «E assim», sugeriu o rascunho do seu secretário, «eles apresentaram um pequeno cofre de prata e dourado, onde havia certas cartas e escritos que disseram ser da rainha dos escoceses para o conde Bothwell.»

Parece bastante claro, mas não servia para Cecil. Reescreveu a acta com a sua letra para dizer:

E assim eles apresentaram um pequeno cofre dourado com menos de trinta centímetros de comprimento, sendo guarnecido em muitos pontos com a letra romana «F» posta debaixo de uma coroa de rei⁶⁰, onde havia certas cartas e textos que eles disseram e afirmaram terem sido escritos pela mão da rainha dos escoceses para o conde Bothwell.

Essas não seriam apenas cartas de Maria. Eram as cartas que «afirmaram» serem da «própria mão» dela. E não era apenas um qualquer cofre velho. Os pormenores acrescentados davam credibilidade à investigação. A ironia disso é que, daí em diante, o cofre contendo as famosas Cartas ficou na história como Cecil o descreveu. A delegação escocesa, que até então tinha considerado o objecto banal e lhe chamava apenas «a caixa» ou «a caixa de prata», nem seria autorizada a descrever o seu troféu.

O tribunal estava a tornar-se uma encrenca. A delegação de Moray só apresentou os originais das Cartas do Cofre para serem examinados depois de os advogados de Maria se terem retirado. E segundo as regras irregulares que Cecil havia engendrado, Maria veria ser-lhe negado o acesso a elas, pelo menos até *depois* de terem sido avaliadas pelo tribunal. Em sua defesa, refira-se que Isabel se mostrava relutante. Bem lá no fundo, desejava que Maria fosse considerada inocente e restabelecida como rainha da Escócia. Não gostava de Moray nem confiava nele, e não acreditava que as Cartas do Cofre fossem autênticas. Do seu ponto de vista, o principal objectivo do tribunal tinha sido revelar a dimensão da sua falsificação. Agora os procedimentos estavam a ficar descontrolados. Estavam a ficar demasiado parciais. A sua reputação encontrava-se em jogo se agisse injustamente ou com desonestidade.

Isabel interveio para reafirmar o controlo sobre Cecil e a sua política. Suspendeu o tribunal uma segunda vez, depois acrescentou os condes de Northumberland, Shrewsbury, Huntingdon, Westmorland e Warwick à lista

dos juízes, supervisionando os procedimentos em Hampton Court no dia 14, quando as Cartas do Cofre foram examinadas pela última vez. Mandou que as actas dos procedimentos do tribunal até então fossem lidas em voz alta, depois as acusações de Moray e por fim as «provas», as Cartas do Cofre.

Cecil fez as actas como de costume. «Foram apresentadas», escreveu, «várias cartas escritas em francês, escritas pela mão da rainha dos escoceses para o conde Bothwell»:

Das quais cartas, os originais⁶¹ foram depois também apresentados e examinados, e sendo lidos, foram conferidos e comparados a maneira de escrever e feitio de ortografia com várias outras cartas antes escritas e enviadas pela rainha dos escoceses a Sua Majestade a rainha. E a seguir, depois destas foi apresentada e lida uma declaração do conde Morton acerca da maneira como foram encontradas as ditas cartas, tal como a mesmo foi apresentada no seu juramento de 9 de Dezembro. No cotejo da qual nenhuma diferença foi encontrada.

A acta de Cecil é demasiado boa para ser verdadeira. É quase enganadora. Lida pouco criticamente, parece indicar que o exame da letra tinha sido passado com distinção quando as Cartas do Cofre originais foram comparadas com cartas autênticas de Maria para Isabel guardadas ao longo dos anos nos arquivos reais. Isso é improvável. Pelo menos no que diz respeito à essencial «carta longa de Glasgow», o texto explica que foi «rabiscada» a altas horas da noite. «Desculpai-me a minha má letra e lede-a duas vezes. Desculpai-me também que tenha rabiscado...» Além disso, vimos já que as Cartas 7 e 8 eram falsificações pelos indícios dos seus conteúdos.

É inconcebível que o que foi rabiscado pela mão de Maria tenha sido comparado e cotejado com as cartas autênticas que ela enviara a Isabel sem que se tenha reparado em algumas diferenças. Quem quer que tenha visto as dúzias de exemplos das cartas de Maria para Isabel nos arquivos notou que quando escrevia para a sua «rainha irmã» usava a sua melhor caligrafia. Essas cartas são em geral impecáveis, apenas com muito raros sinais de pressa. Se tivessem sido comparadas com os rabiscos de Maria, teria sido impossível chegar a qualquer conclusão definitiva, num sentido ou noutro. No máximo, uma certa semelhança poderia ter sido observada.

E o que foi «cotejado»? Teriam todas as oito Cartas do Cofre sido cotejadas com as cartas autênticas de Maria para se comparar a caligrafia carta a carta? Ou aconteceu apenas que a *lista de documentos do cofre*, tal como dada na

declaração de Morton ao tribunal, explicando as circunstâncias em que foram encontrados foi comparada com o que estava em questão para ver se correspondia à descrição dada sob juramento? A acta de Cecil é ambígua, como todos os biógrafos de Maria foram obrigados a salientar.

Se, por outro lado, o exame da caligrafia foi feito apressadamente ou baseado numas poucas páginas de amostra, é bastante concebível que tenha passado no exame. Vimos já que, tirando as Cartas 7 e 8, é provável que Morton tenha apresentado páginas autênticas, ainda que escolhidas com astúcia, algumas das quais foram cotejadas a partir de cartas anteriores para Darnley e outras de cartas posteriores para Bothwell, e as interpolações mais acusatórias na Carta 2 foram encaixadas em espaços em branco do papel. Visto que seriam necessárias muitas horas para se fazer uma análise exaustiva de cada fólio de cada uma das Cartas do Cofre, e visto que sabemos que na altura em que o tribunal chegou a Hampton Court havia demasiados juízes para que todos se pudessem sentar à volta de uma pequena mesa e examinar cada um dos documentos, é possível que fosse feito apenas o suficiente para fazer *parecer* que tinham passado no exame da caligrafia.

Quando Maria soube dos procedimentos em Hampton Court, exigiu dirigir a palavra ao tribunal, o que lhe foi recusado. Mas Isabel disse à delegação de Moray que só permitiria que os juízes continuassem com as suas audiências se a sua prima pudesse delegar alguém para responder às acusações em seu nome, ou então falar com uma deputação enviada por Isabel.

Por fim, Maria fez uma declaração. Declinava responder até lhe ser permitido comparecer perante Isabel. Senão, não reconheceria o tribunal. Tinha feito demasiadas cedências.

– Não sou uma igual dos meus rebeldes – disse – nem me submeterei a ser pesada na mesma balança com eles.

Maria manteve a sua dignidade. Recusou-se a ser tratada de uma maneira tão desrespeitosa. Moray e a sua delegação tinham mentido, protestou. Tinha-na acusado do homicídio de Darnley, «do qual são autores». A única coisa mais que instruiria os seus advogados para dizerem era: «Nunca escrevi nada respeitante a esse assunto a ninguém. E se existem quaisquer escritos desses, são falsos e fingidos, forjados e inventados por eles, só para minha desonra e difamação.»

Se ao menos Maria soubesse que Isabel em grande parte concordava com ela... Tinha assistido ao primeiro dia dos procedimentos em Hampton Court, mas via-se como não sendo mais do que uma «observadora». Não achava bem que uma rainha fosse julgada por uma outra soberana. Nas suas palavras, o objectivo dessas audiências tinha sido «compreender verdadeiramente o estado da causa da rainha dos escoceses», mas «sem prejudicar um lado ou o outro». Quando isso não aconteceu e Cecil escreveu actas que sustentavam a culpa de Maria, acabou com os procedimentos. Recusou-se a deixar que Maria viesse à sua presença, mas disse que se ela não estivesse disposta a responder às acusações quando lhe fossem explicadas por uma deputação, suspenderia o julgamento. Foi isso que aconteceu. No Natal de 1568, Maria não tinha sido considerada inocente, mas também não tinha sido condenada. A questão ficou em suspenso. Nenhuma conclusão acerca da verdade das Cartas do Cofre poderia ser tirada, num sentido ou noutro. Isabel era guiada pelos princípios da justiça natural. Os procedimentos de Cecil tinham sido injustos, e Maria tinha o direito de apresentar o seu lado da história aos juízes. A única coisa que Isabel *não* conseguiu arranjar coragem para fazer foi encontrar-se com Maria e ouvi-la argumentar o seu caso em pessoa.

No entanto, Maria considerou que isso era insultuoso. Implicava que ela era inferior a Isabel. Estava convencida de que fora tratada injustamente pela prima. «Ai de mim, minha senhora», perguntou, «quando alguma vez soubestes de um príncipe ser censurado por ouvir em pessoa as reclamações dos que se queixam de terem sido acusados por falsidade?» Maria aconselhou Isabel a afastar da sua mente a noção de que ela fugira para Inglaterra a fim de salvar a sua vida. Só viera para recuperar a sua honra e obter apoio para se vingar dos rebeldes. Não «lhes responderia como se fosse igual a eles». Nunca se rebaixaria dessa maneira. Sempre vira a rainha inglesa como a sua «parente mais próxima e amiga perfeita». Tinha suposto que se sentiria honrada por ser chamada «rainha restauradora» e esperara receber essa bondade da parte dela. Maria via agora que se tinha enganado. E considerava Cecil como o seu antagonista mais evidente e implacável. Estava por detrás de tudo. «Vós dizeis», repreendeu Isabel, «que sois aconselhada por pessoas da mais alta posição a serdes cautelosa neste caso. Deus me livre de ser motivo de desonra para vós quando a minha intenção era buscar o contrário disso.»

Seguindo os acontecimentos o melhor que podia a partir do seu aprisionamento, através de correspondência, Maria reagiu da única maneira que sabia: a maneira como o seu tio, o cardeal de Lorena, teria reagido. Escreveu a Filipe II, o líder da causa católica na Europa, manifestando a sua inocência e procurando a sua ajuda. «Estou privada da minha liberdade e guardada», disse-lhe. Queria que todos os príncipes católicos do mundo soubessem que era «uma obediente, submissa e dedicada filha da Santa Igreja Católica Romana, na fé da qual viverei e morrerei, sem jamais alimentar qualquer outra intenção senão a sua». A sua carta não era mais do que uma apalpação de terreno, mas era uma reviravolta dramática para uma rainha que, tirando um breve interlúdio antes da conspiração contra Rizzio, fizera do compromisso religioso a pedra angular da sua política. Estava prestes a ocorrer uma mudança radical, que reduzia os seus laços de parentesco com Isabel e ligava a sua causa à de Filipe II e do papado e, portanto, representava para a «segurança» de Isabel e para a causa protestante uma ameaça maior do que qualquer outra desde que Maria regressara à Escócia.

Maria fora sangrada por Cecil, mas não abatida. Uma fase nova estava prestes a abrir-se na sua vida.

⁵³ Nicholas Hubert.

⁵⁴ I. e., partes do corpo.

⁵⁵ Ver capítulos 17 e 18.

⁵⁶ O facto de Lennox estar em Glasgow e não em Kirk o'Field não parece ter preocupado os lordes.

⁵⁷ A correcção é visível. O «t» de Cecil pode por vezes parecer um «k». A leitura é erradamente dada como *make* nas edições eruditas modernas, o que torna o sentido obscuro, e, no entanto, ninguém parece ter voltado à transcrição manuscrita para verificar.

⁵⁸ Isso poderia querer dizer que Bothwell ou podia escolher entre a esposa e Maria ou que poderia fazer as pazes com os lordes e abandoná-la.

⁵⁹ I. e., os Lordes Confederados.

⁶⁰ O monograma de Francisco II.

⁶¹ Isto significa as Letras do Cofre originais e não as transcrições ou cópias.

Capítulo 27

Rainha cativa

Quando Isabel rejeitou o pedido de Maria de uma audiência pessoal e Maria se recusou a discutir as Cartas do Cofre através de intermediários, atingiu-se um impasse. O tribunal não se voltou a reunir. Nenhuma decisão foi dada. Maria não tinha ganho, mas também não perdera, só que Isabel cedera às insistentes exigências de Cecil e mesmo relutante acabou por reconhecer Moray como regente da Escócia. Senão, teria havido um vazio de poder no país. Mas Isabel ainda desconfiava de Moray. Tinham-no despachado com um empréstimo de cinco mil libras, o que do ponto de vista dele era insuficiente. Mesmo que a sua irmã tivesse sido marginalizada por enquanto, estava viva e de boa saúde e a viver como uma rainha no exílio, não havendo nada provado contra ela. Isabel tinha tanto respeito pelo ideal da monarquia que obrigara todos os juízes no tribunal a jurarem estrito segredo. Para a opinião pública, as Cartas do Cofre nem existiam.

Maria seria mantida em cativeiro por Isabel durante os dezoito anos seguintes, uma prisioneira no sentido em que se encontrava sob prisão domiciliária e proibida de receber visitas, e, no entanto, durante muito desse tempo foi-lhe permitido ter muitas se não mesmo todas as cortesias e luxos devidos a um governante e hóspede exilado. Apesar da duração do seu aprisionamento, nunca foi, na verdade, decidido que isso seria uma disposição permanente. Quase até ao fim, os privilégios dela incluíam o direito de ter representação diplomática, o uso de cerimónias e de protocolo adequados a uma corte real, ainda que numa escala reduzida, assim como certos direitos de se exercitar e, de vez em quando, de montar a cavalo num perímetro de mais ou menos dois quilómetros em torno do seu alojamento. Em certos aspectos, Maria podia fazer o que lhe agradava, noutros encontrava-se sujeita a severas restrições, os seus movimentos eram vigiados, as cartas interceptadas, guardada, por vezes rigorosamente, outras

vezes de maneiras que eram negligentes, e no entanto, apesar das suas muitas prerrogativas, ela viu-se como injustiçada do primeiro dia até ao último.

Era menos a natureza do seu aprisionamento que a magoava do que o motivo para isso. Maria achava que Isabel não tinha coragem para fazer o seu dever e restabelecê-la no trono. A sua profunda sensação de agravo permaneceu através de todo o tédio e trauma da reclusão. Fora isso, o seu ânimo era muitas vezes elevado. O seu primeiro guarda, *sir Francis Knollys*, disse dela: «É uma mulher rara, porque, tal como nenhuma bajulação a pode insultar, também nenhuma conversa franca parece ofendê-la, se achar que o orador é um homem sincero.» Nunca era distante ou reservada desde que o seu «estado real» fosse reconhecido. Conversava bastante, mas era ousada, agradável e «familiar». «Mostrava um grande desejo de se vingar dos seus inimigos.» Tinha horror da cobardia, quer fosse num amigo ou num inimigo. «Mostrava uma prontidão a expor-se a todos os perigos, esperando sair vitoriosa.» Era «indiferente» a todas as outras preocupações.

Maria chegara a Inglaterra sem dinheiro ou uma muda de roupa. Tinha apenas dezasseis servidores, mas à medida que os meses passavam, mais de uma centena dos membros do seu antigo pessoal doméstico congregaram-se à volta dela. Entre esses encontravam-se Mary Seton, Bastian Pages e a sua esposa, e George Douglas (*Geordie Bonito*) e o Willie *Pequeno* Douglas, os heróis da sua fuga de Lochleven. A única das quatro Marias, Mary Seton ficou contente por partilhar os dias sombrios de sua senhora durante quinze longos anos até a sua saúde a trair, altura em que se retirou para o convento de Saint-Pierre des Dames, em Rheims, dirigido pela tia de Maria, Renée.

Reduzir a dimensão do pessoal doméstico de Maria era a maneira mais visível de cortar as asas à águia real. Em poucos meses, os seus criados tinham sido reduzidos a sessenta, um número que passou para metade em menos de um ano. Passados três anos, esse número tinha passado a ser de quarenta, reduzido a trinta quando um dos homens foi denunciado como sacerdote católico disfarçado. Mais tarde, voltaram a ser dezasseis, embora isso deixasse de fora os dez ou algo assim membros do pessoal da cozinha e despensa, lavandaria e moços das cavaliças necessários para serviços subalternos. A comida de Maria era confeccionada nas suas cozinhas. Os lençóis eram lavados pelas suas lavadeiras, e mantinha os seus cavalos, mesmo que não lhe fosse permitido

montar tantas vezes como desejava. Nos últimos e mais apertados anos do seu cativeiro, quando quase todas as cortesias lhe eram negadas, os membros do seu pessoal ainda atingiam o total elevado de cinquenta e um.

Mas Maria foi várias vezes forçada a dizer adeus a criados que muito desejava manter. Quando se recusava a escolher entre os que deviam ficar e os dispensados, isso era feito por ela sem a consultarem mais. «Ela ficava perturbada, chorando e lamentando-se», mas ninguém lhe prestava atenção. O Willie *Pequeno* Douglas foi um dos que tiveram de partir. Com a sua típica generosidade, Maria amortecia o impacte para os que ficavam desempregados enviando-os para o seu embaixador em Paris, que recebera ordem de lhes dar pensões. Às vezes, conseguia arranjar-lhes outras posições. Uma das suas aias preferidas, Mary, a sua perfumista, conhecida pela designação afectuosa de *Angel Mary*, foi dispensada, mas Maria conseguiu arranjar-lhe um novo trabalho na embaixada francesa em Londres.

Poucas semanas depois de ter chegado, Maria começou a comer normalmente e foi-lhe permitido aventurar-se lá fora, a partir dos seus aposentos na torre⁶² do canto sudeste do Castelo de Carlisle, com vista para o rio Eden. Foi-lhe permitido duas vezes divertir-se com o seu pessoal doméstico masculino quando eles jogavam à bola uns contra os outros, dez em cada equipa, num relvado de uma aldeia próxima. Mais tarde, participou na caça à lebre, galopando tão depressa e com frequência que suscitou um pânico súbito nos seus guardas de que ela estivesse a fazer uma tentativa de fuga, atravessando a fronteira para a Escócia.

Apesar da sua inicial falta de fundos até lhe serem pagas novas prestações do seu rendimento pessoal como rainha viúva de França, Maria manteve as aparências. Houve carência de cosméticos durante os primeiros seis meses, mas teve os mesmos cuidados de sempre com as suas roupas e cabelo. Quando se recusou a usar roupas que não fossem as suas, um resignado Knollys enviou um mensageiro para ir buscar o guarda-roupa dela ao Castelo de Lochleven e também pediu a Moray que lhe enviasse o coche dela e um fornecimento de vestidos de Edimburgo. Como os aposentos reais em Holyrood tinham sido saqueados pelos homens de Morton, havia pouco que se pudesse trazer de lá, além de uma selecção de camisas, algumas luvas perfumadas e um relógio, mas cinco carradas e quatro cavalos carregados de roupas e bens pessoais chegaram

de Lochleven, que constituíram um primeiro passo. Em breve, Maria estava a encomendar artigos substitutos e umas trinta carroças seriam necessárias, um ano mais tarde, para os seus pertences quando se mudou de um lugar para outro.

Quando Mary Seaton reapareceu, Maria começou a parecer uma rainha. O seu cabelo necessitava de atenção, porque para evitar ser reconhecida na sua fuga precipitada após a batalha de Langside, ela tinha cortado grande parte dele. Segundo Knollys, Maria elogiou a mais dedicada das suas Marias como sendo «a melhor artista, ou seja, a melhor a arranjar a cabeça e cabelo de uma mulher que já viu em qualquer país». Não havia nada que ela não pudesse fazer. «Entre outras bonitas invenções... ela penteou um cabelo encaracolado na rainha que se disse ser uma cabeleira postiça⁶³ que mostrava muito delicadamente». Todos os dias dava ao cabelo de Maria um estilo diferente de penteado «sem qualquer dificuldade, e apesar disso dava a uma mulher uma apresentação muito alegre».

Maria passou o vigésimo sexto aniversário em casa de lorde Scrope, no Castelo de Bolton, um lugar isolado no terreno alto e acidentado com vista para o pitoresco vale de Wensleydale, no Norte de Yorkshire. Foi levada de Carlisle para lá em Julho de 1568, mais ou menos quinze dias depois de Cecil começar a sua leitura atenta do *dossier* de Buchanan. O seu aniversário, 8 de Dezembro, foi um dia depois de Moray ter apresentado os originais das cartas «curta» e «longa de Glasgow» em Westminster.

O Castelo de Bolton deve ter parecido menos um lugar de cativeiro do que de refúgio. Lorde Bolton era o funcionário inglês mais antigo no lado ocidental da fronteira escocesa. Como se encontrava colocado em Carlisle, estava longe de casa. Maria foi recebida por *lady* Scrope, a irmã do duque de Norfolk. As simpatias dela estavam com Maria, sendo católica. Tal como o seu irmão, tinha uma má opinião acerca de Moray e deve ter sido tranquilizador para Maria ter tido o ombro dela para chorar quando as Cartas do Cofre foram apresentadas. Além disso, a sua casa era quente e confortável. Não era apenas uma fortaleza fria e húmida, os seus alojamentos tinham um dos primeiros sistemas de aquecimento central de qualquer casa em Inglaterra. Mas Maria não seria autorizada a ficar ali muito tempo. Dentro de poucos meses, seria mudada para um local mais seguro e hostil. Cecil não só receava a influência de *lady* Scrope como também estava muito preocupado com o facto de o castelo se encontrar

muito perto da fronteira e do mar. Estava já alerta para o caso de Maria tentar fugir.

No fim de Janeiro de 1569, Maria foi levada numa longa viagem para sul, em direcção ao Castelo de Tutbury em Staffordshire, uma viagem através dos caminhos íngremes e enlameados de Yorkshire e Derbyshire que demorou dez dias. Tutbury ficava nas Midlands, a região central de Inglaterra: longe o suficiente para tornar difícil um resgate feito pela pequena nobreza católica do norte, e além disso distante o suficiente de Londres e dos portos para tornar improvável uma fuga precipitada para a liberdade.

Maria foi recebida por George Talbot, conde de Shrewsbury, que iria ser o seu guarda nos quinze anos seguintes. Era um dos principais nobres de Isabel, o par de mais alta posição depois do duque de Norfolk e o candidato ideal para lidar com uma católica exilada, do ponto de vista de Isabel. Era um protestante, mas pouco, e conhecia melhor do que ninguém o tipo de contradições que envolvia ter de lidar com Maria. Tinha de conquistar a sua concordância, mas não o seu afecto. Estivera presente nas últimas sessões do tribunal de Isabel e, portanto, tinha conhecimento das acusações de Moray e das Cartas do Cofre. Como Maria nunca fizera qualquer segredo das suas ligações católicas e aos Guise, ou do seu desejo de vencer os seus captores pela astúcia, era um constante foco de mexericos, boatos e insinuações.

Maria acabou por respeitar Shrewsbury, cujas opiniões de Cecil expressadas eram mais próximas das de Sussex e Norfolk do que mais alguém. Sobreviveu à sua provação, mesmo se após mais de uma década nesse posto se afundasse em humores negros e numa sensação de paranóia nas suas relações com Isabel e os cortesãos dela. Sentiu-se obrigado a denunciar Maria como sendo «uma estrangeira», uma «papista» e «minha inimiga» para manter os seus poderes. Também enfrentava o fardo do aumento em espiral dos custos de receber Maria e a sua comitiva. Tinha a sorte de o poder fazer, visto que Isabel era demasiado avara para suportar as despesas totais do encargo dele. Por vezes dava algum do dinheiro necessário, muitas vezes nenhum, e embora Maria se pudesse dar ao luxo de se sustentar, recusava-se a fazer qualquer contribuição a partir do seu rendimento francês, a menos que lhe fosse concedida a liberdade. Shrewsbury foi apanhado no meio disso, obrigado a pagar a parte de leão do que equivalia a um gigantesco cuco no seu ninho doméstico – a simulação de uma corte real.

Shrewsbury tinha as suas ambiguidades domésticas. Pouco antes de se tornar guarda de Maria, casara com a temível Bess de Hardwick, com quem Maria passara muito do seu tempo. Bess era uma mulher muito orgulhosa, ciumenta e com uma ambição quase insaciável para si e para os seus filhos de um casamento anterior. Nas suas relações com Shrewsbury, seu quarto e último marido, os tradicionais estereótipos de género estavam invertidos. A sua heroína grega preferida era Penélope, a mulher mais independente da literatura clássica, cuja imagem, ladeada pelas da Perseverança e da Paciência, era o tema de Bess para a sua tapeçaria mais amada. A sua ambição, já para não falar da sua infundada suspeita de que o marido andava a dormir com Maria, levou ao colapso do seu casamento. Enquanto, em 1568, Shrewsbury chamava a Bess «minha namorada», «minha querida», «minha jóia», dez anos depois criticava-a como «minha perversa e maliciosa esposa», «minha inimiga confessa» ou apenas «esposa». Recusava-se a passar nem que fosse uma única noite debaixo do mesmo tecto que ela.

O conde tinha uma amante e sete mansões, enquanto a sua esposa possuía casas em Chatsworth e Hardwick em Derbyshire de seu direito. Tutbury era a importante propriedade deles: um castelo real pertencente ao ducado de Lancaster que era arrendado. Era húmido, encontrava-se arruinado e quase desprovido de móveis, e tinha um problema particular com as drenagens. Isabel enviou camas, roupas de cama e uma dúzia de tapetes para fornecer um mínimo de conforto a Maria à sua chegada. Mas eram inadequados para a tarefa e poucos dias depois de atravessar a ponte levadiça para o pátio do castelo a exilada rainha dos escoceses estava de cama com reumatismo e febre.

Ao longo dos meses seguintes, Shrewsbury negociou com Isabel e Cecil para que Maria fosse transferida de Tutbury para alguma das residências mais confortáveis. Primeiro foi mudada para Wingfield Manor, e a seguir para a casa de Bess em Chatsworth. Depois, em Novembro de 1570, foi levada para o Castelo de Sheffield, a principal residência do conde, onde foi autorizada a instalar-se durante mais de dois anos, a sua mais longa estada ininterrupta em qualquer lugar.

Mais ou menos a dois quilómetros do castelo ficava Sheffield Lodge, ou Mansão, uma casa magnífica no sítio de um antigo pavilhão de caça, que Shrewsbury aumentou e reconstruiu enquanto Maria se encontrava sob a sua

responsabilidade. Ficou lá em Abril de 1573 e ao longo dos onze anos seguintes andou num vaivém constante entre as duas moradas Sheffield, pelo meio fazendo ocasionais incursões a Chatsworth e a um pavilhão que Shrewsbury construiu para ela na estância termal em Buxton – isso até o conde ser substituído como seu guarda em 1584.

A proximidade existente entre Sheffield Lodge e o castelo era inestimável, visto que, para contrabalançar a quantidade de servidores de Maria e lidar com a ameaça à segurança que constituía uma possibilidade de tentativa de fuga, Shrewsbury teve de manter um pessoal ainda mais numeroso do que o dela. Isso significava que a quantidade total do pessoal das duas residências ficava apenas em segundo lugar depois da corte de Isabel. E na falta de esgotos e canalizações modernas, longas estadas em casas ocupadas por grandes quantidades de pessoas deviam sempre ser evitadas por razões sanitárias e médicas. A fim de se manterem as casas livres de doenças, as drenagens e as latrinas tinham de ser limpas. Isso significava remover os excrementos e os restos da cozinha e levá-los para outro lado, uma tarefa nauseabunda, difícil de levar a cabo enquanto a casa se encontrava habitada.

Durante todos esses longos anos em que ficou à guarda de Shrewsbury, Maria foi tratada com todas as honras. Os seus aposentos estavam luxuosamente ornamentados com tapeçarias e iluminados de noite por velas postas em candelabros dourados, o que era excelente visto que Maria muitas vezes se recusava a deitar-se antes da uma da manhã. Havia tapetes turcos no chão, tão valiosos que eram usados apenas como toalhas de mesa. As cadeiras de Maria estavam estofadas com veludo carmesim e tecido dourado, enquanto as suas aias se sentavam em bancos baixos, como faziam em Holyrood quando ela era ainda uma rainha reinante. Numa ponta da sua sala de recepção havia uma cadeira de espaldar alto sob um baldaquino, num estrado ou plataforma elevada. Um baldaquino mais pequeno era erguido por cima da sua cadeira no quarto de cama. Dormia numa grande cama de dossel envolvida por cortinas e os lençóis eram do melhor linho e trocados todos os dias. Não podia ter esperado menos do que isso.

Um dos emissários de Cecil, Nicholas White, que a visitou em Tutbury a caminho da Irlanda, fez comentários acerca da disposição dos seus aposentos. Tinha duas divisões principais, que organizara como câmara privada e sala de

recepção. Maria «saiu da sua câmara privada para a sala de recepção onde eu me encontrava, e com modos muito cortes deu-me as boas-vindas». Depois efectuou uma audiência real, impressionando o seu visitante, protestante convicto, de algum modo contra tudo o que podia imaginar, com o seu aspecto e encanto pessoal. «Ela tinha além disso», informou Cecil, «uma graça sedutora, um bonito sotaque escocês e um espírito inquiridor, confundido com doçura.» A conversa virou-se para o conhecimento das artes. Era um tema no qual Maria se sentia em casa, e exaltou a pintura como sendo a «mais louvável» das artes. Quando White protestou, afirmando que pintar, pelo menos na arte religiosa, era «verdade falsa», Maria terminou a entrevista. Era um comentário provocante. «Ela terminou a conversa e, despedindo-se, retirou-se para a sua câmara privada.» White teve de procurar a saída sozinho, mas antes de se ir embora levantou os olhos para o baldaquino. «Reparei numa frase que tinha bordada, e que dizia, *En ma fin est mon commencement*, que é um enigma que não compreendi.»

Mal ele sabia como Maria gostava de emblemas e enigmas. «No meu fim está o meu começo» era o lema da sua mãe, Maria de Guise, cujo emblema ou *impresa*, empresa, era a fénix. Esta era a ave mítica que se incendiou e renascia das cinzas de quinhentos em quinhentos anos, representando a beleza ou qualidade inultrapassável, a esperança e o triunfo final. Até então, a *impresa* de Maria, escolhida quando estava em França, tinha sido o malmequer virando-se para o Sol. O seu lema era «a sua virtude atraindo-me». Mais tarde, usara o mesmo lema com uma variante iconográfica: a magnetite, uma pedra magnética que se virava por sua livre vontade para o Pólo Norte e que era usada pelos marinheiros como ajuda à navegação. Agora prisioneira em Inglaterra, Maria trocou o seu lema pelo da mãe, que convinha muito melhor à sua situação de apuro. Era inócuo no sentido em que pertencia à sua família, mas era rico de significado profético. «No meu fim está o meu princípio» era a sua maneira de proclamar que, mesmo que fosse morta, a sua pretensão dinástica sobreviveria na pessoa do seu filho, Jaime, o qual herdaria o trono inglês, mesmo que ela não o herdasse.

O relatório de White mostra como era civilizado e luxuoso o ambiente que a rodeava. E, contudo, continuava a ser uma prisão. Ela desprezava os guardas que patrulhavam lá fora e que via da janela do seu quarto, que a escoltavam, muitas vezes trazendo pistolas, nas raras ocasiões em que cavalgava no parque ou na

charneca. Dentro de casa, era vigiada de dia e de noite por sentinelas que eram convocadas por um rufar de tambor às cinco da manhã. Temia cada vez o envenenamento, razão pela qual insistia em nomear o seu pessoal da cozinha e da despensa.

Mas se por vezes Maria caía no pessimismo, nunca se esqueceu de que era uma rainha. Manteve o protocolo, agarrando-se aos rituais da alimentação real sempre que tomava as suas refeições. As suas «dietas» eram registadas nas contas da sua casa. Tal como Isabel, gostava de ter dois «pratos» ao almoço e ao jantar, e cada «prato» incluía dezasseis pratos diferentes, apresentados um a um, e acompanhados por pão, vinho, salada e fruta. Isso significava trinta e dois pratos por cada refeição e sessenta e quatro em cada dia. Por vezes eram ainda mais, outras vezes um pouco menos, de acordo com a disponibilidade dos abastecimentos. E era prerrogativa de Maria escolher qual desses pratos queria comer ou provar.

Os pratos de carne predominavam, excepto nos «dias de peixe» – em geral sextas-feiras e em cada dia da Quaresma. Ao almoço, servido entre as onze horas e o meio-dia, havia sopa, vitela, vaca, carneiro, porco, capão, ganso, pato e coelho para o primeiro prato, seguido por faisão, perdiz, cordeiro, codorniz, pombo, torta e maçãs ou peras fritas para o segundo. Ao jantar, entre as 5 e as 6 da tarde, no Inverno, e as 7 e as 8 no Verão, havia sopa, vitela, cordeiro, tripas, língua, frango, faisão e coelho, seguido por codorniz, pudim, torta e fruta. Nos «dias de peixe» seria solha, badejo, eglefim, bacalhau, rodovalho, arraia, barbo, maruca, enguias e lúcio, seguido por carpa, anchovas, truta, tenca, arenque e torta ao almoço, e salmão, caboz, truta, arenque, perca, enguias, camarão e lagostim ao jantar.

Maria almoçava com grande pompa na sua mesa. A sua comida era delicadamente servida em baixela de prata, o vinho em copos de cristal. Decerto usava talheres feitos em Sheffield. Eram de tal qualidade que os enviava de presente aos seus parentes em França. Antes de começar a comer, e enquanto fazia um intervalo entre os dois «pratos», lavava as mãos numa bacia de prata dourada. Os seus principais criados apresentavam-lhe a comida e o vinho na sua sala de recepção que era também sala de jantar, antes de se sentarem na mesa. As damas de companhia de Maria tinham refeições de nove pratos, os secretários sete ou oito. A maior parte dos criados inferiores e suas esposas e filhos comiam

nas cozinhas, alimentando-se dos restos, mas guardando uma parte para os muitos cães de Maria.

Maria engordou. Embora as suas «dietas» fossem semelhantes às que desfrutara na Escócia, aí fazia exercício diário, sob a forma de longas cavalgadas, ao passo que agora a combinação de exercício limitado e muita comida causava problemas. À medida que ia ficando corpulenta, os ombros foram-se arredondando e começou a adquirir uma ligeira corcunda. Sofria muito de obstipação e outros problemas digestivos, e a sua antiga doença episódica voltou. Quase logo após ter chegado a Tutbury, ficou doente durante quinze dias. Mal tinha recuperado, ficou outra vez doente. Queixava-se de fortes dores abdominais, que dizia serem causadas por gases, mas podiam ser causadas por complicações resultantes da sua úlcera gástrica. Shrewsbury escreveu a Cecil: «Muitas vezes, devido a grandes dores por questões de gases que lhe sobem à cabeça e a outras partes, está pronta a desmaiar. Na última quinta-feira tomou pílulas feitas pelo seu médico, do que ficou muito doente nessa noite, mas depois melhorou.»

Algumas semanas depois, Maria vomitou e desmaiou após ter tomado as suas pílulas. O médico deu-lhe uísque para a fazer voltar a si, tal como fizera o seu antecessor na corte em Saint-Germain dez anos antes. Foi enviado um pedido a Isabel para que Maria pudesse ter dois médicos a prestar-lhe assistência permanente, o que foi concedido. Quase todas as suas doenças no cativeiro parecem ter estado relacionadas com a sua úlcera gástrica, com nevralgia e fortes dores de cabeça causadas pela inactividade e frustração, com desequilíbrios digestivos e intestinais ou com um forte inchaço da perna. Esta estava talvez ulcerada ou então tinha uma forma de trombose venosa – mais uma vez, decorrente da inactividade – que sabemos tê-la afligido na prisão em Lochleven. Também sofria de reumatismo crónico, de dores no calcanhar esquerdo, assim como de recorrentes acessos de uma doença viral não identificada. Um desses ataques aconteceu em Sheffield em 1575, onde ficou de cama com o que se disse ser uma febre ligada com dores abdominais e catarro.

Maria achava que estava a envelhecer antes do tempo. Queixava-se de «uma constante provocação para vomitar», quando vomitava «uma grande quantidade de fleuma em bruto, resistente e pegajosa». As dores abdominais eram sempre do lado esquerdo, «por baixo das costelas». Não conseguia dormir, por vezes

durante dez ou doze dias seguidos. Os médicos prescreveram um clister, o que a fez vomitar. Continuou a tomar as pílulas, sem sinais visíveis de melhoria. Pelo menos algumas das suas doenças eram psicossomáticas, provocadas por *stress* em alturas em que parecia que Isabel a esquecera ou se recusava a estender-lhe um ramo de oliveira. «Ninguém pode curar esta doença tão bem como a rainha de Inglaterra», dizia vezes sem conta, não sem razão.

Sentia sobretudo saudades do filho. Só conseguia obter poucas notícias dele, além do irritante facto de estar a ser educado pelos seus inimigos e criado como protestante. Não estava autorizada a escrever-lhe e em todos os anos do seu cativeiro mal recebeu uma carta dele ou do seu guardião. A primeira carta de Jaime para a sua mãe parece ter sido escrita tão tarde como 1585, quando tinha dezoito anos⁶⁴. Uns dois ou talvez três anos antes de ela a receber, Maria não se conseguiu conter mais. Deixou escapar os seus sentimentos. «Será isto justo e certo que eu, uma mãe, seja proibida não só de dar conselhos e sugestões ao meu filho oprimido como também de entender em que estado preocupado se encontra?» Que ansiava por vê-lo outra vez é sugerido por algo que manteve ao seu lado até ao dia em que morreu. Era um estojo de ouro fino com uma aba dobrável, descrita no seu inventário de testamento como «um volume de esmalte dourado contendo os retratos da falecida rainha escocesa, do marido e do filho». Além do facto de ela ter querido o retrato em miniatura do filho perto dela, seria surpreendente se tivesse guardado juntos um retrato seu e do falecido marido se o tivesse assassinado.

A saúde debilitada de Maria foi exacerbada pela falta de apoio que sentia que recebia de França. Após decorrerem dois anos, ela humilhou-se ao ponto de implorar a Catarina de Médicis que tivesse pena dela. Suplicou à mais insensível das ex-sogras que ouvisse «esta pequena expressão de humilde pedido de ter alguma ajuda para a Escócia». Quando escreveu a Carlos IX recomendando um seu criado para um lugar na guarda escocesa, deixou escapar: «Não tenho recebido resposta a nenhuma das minhas cartas, o que é o motivo para não vos incomodar acerca de nenhum dos meus assuntos.»

Em todos esses anos houve poucos sinais de porfíria aguda intermitente da qual alguns especialistas médicos afirmaram que Maria sofria⁶⁵. As suas doenças resultavam da inactividade, *stress* e depressão. Para contrariar esta última, usava um anel de ametista, que alegava ter propriedades mágicas «contra a

melancolia». Escreveu ao seu embaixador em Paris pedindo-lhe «mitridato», uma substância considerada como sendo um antídoto de todos os venenos e um remédio de efeito imediato. Pediu-lhe para lhe arranjar «um pedaço de bom chifre de unicórnio, porque estou muito necessitada disso». O chifre de unicórnio era um dispendioso remédio de curandeiro que tinha um prestígio particular entre as famílias governantes dessa época. Henrique VIII mantivera sempre um fornecimento disso com os seus unguentos e bálsamos. Era feito a partir de chifre de rinoceronte ou de presa de narval, mas acreditava-se que era uma cura milagrosa.

Maria estava ansiosa por sair lá para fora, sabendo que se iria sentir muito melhor. Primeiro pediu para fazer uma visita à estância termal de Buxton em 1572. As nascentes de águas quentes eram famosas desde os tempos romanos pelos seus poderes curativos. Robert Dudley, conde de Leicester, e outros cortesãos faziam visitas regulares a Buxton, dando à cidade um sabor cosmopolita que apelou ao desejo de Maria de se aventurar num mundo mais amplo e mais sofisticado. Ironicamente, por duas vezes encontrou-se lá com Leicester, ficando frente a frente com o favorito ainda querido de Isabel, que esta lhe propusera como marido. E havia sempre a probabilidade de se encontrar com Isabel. Em Julho e Agosto de 1575, quando a visita real da rainha inglesa a levou às Midlands e portanto a Staffordshire, as duas «irmãs» e «primas» ficaram apenas separadas por alguns quilómetros. Mas Isabel não iria correr o risco de se encontrar com Maria, que durante todo esse tempo receara que pudesse levar a melhor numa discussão. Quando soube que Maria estaria nas termas, mudou de planos.

Entre 1573 e 1584, Maria passou muitos dos seus verões em Buxton. Gostava tanto disso que o atencioso Shrewsbury construiu lá um pavilhão isolado para uso privado dela. Não queria que ela fosse lá, pensando que seria um risco de segurança. Por que precisava de banhos quando tomava banho com ervas e até começara a usar o melhor vinho branco como loção facial? O pedido de Maria foi enviado a Isabel, que o entregou a Cecil, que o remeteu para o Conselho Privado e daí voltou à rainha. Enquanto o pedido era passado de mão em mão, Maria foi levada para Chatsworth, uma etapa na estrada para Buxton, antes da sua estada ser aprovada.

Os visitantes das termas bebiam a água – várias canecas por dia – e banhavam-se nela. Quando terminavam as suas abluções, faziam jogos ou então descansavam na casa dos banhos (também pertença de Shrewsbury) que funcionava como um hotel com trinta quartos. Havia cadeiras à volta das nascentes de água quente, e «chaminés para o calor arejar o nosso vestuário no lado dos banhos, e outras necessidades muito decentes». Os homens divertiam-se jogando *bowling* ou fazendo tiro ao alvo com arco e flechas, as mulheres fazendo um jogo com bolas alcunhado *Troule in Madame*. Maria adorava misturar-se com outros visitantes, mas era mantida isolada o mais longe possível. Por vezes tinha oportunidade de falar com outros banhistas. Contudo, quando as termas estavam mais cheias, era levada a visitar as grutas de pedra calcária próximas ou então ficava confinada ao seu pavilhão e jardins.

Nos primeiros dez anos de cativo, Maria passou muito do seu tempo a bordar e conversar com Bess de Hardwick. Como Shrewsbury relatou, Maria via Bess sempre que «se sentava a trabalhar com agulha, em que muito se deleitava». Bess, sendo uma das quatro irmãs de uma família da pequena nobreza, era vinte anos mais velha que Maria, mas ansiosa por ser associada a uma rainha. Um historiador de século XVIII, Edmund Lodge, descreveu-a como «uma mulher de entendimento e conduta masculina, orgulhosa, furiosa, egoísta e insensível». Era também uma inspirada decoradora de interiores, que usou as suas ligações com Maria para obter algumas reservas de seda e de tecidos preciosos de França. Sentavam-se a coser juntas com as servas e acompanhantes, muitas vezes durante dias e semanas a fio. Algum desse trabalho delas ainda pode ser visto em Hardwick Hall e Oxburgh Hall.

Em 1574, Bess casou a filha, Elizabeth Cavendish, com o irmão mais novo de Darnley, Carlos, cunhado de Maria. Bess tinha pretensões reais, levadas a mal por Isabel e pelo seu marido resignado, a quem descurou de informar do noivado da enteada e que deu por si como receptor da ira de Isabel. O casamento provocou arrefecimento nas relações de Maria e Bess, visto que foi levado a cabo com uma reivindicação dinástica em vista. Mas até por volta de 1577, elas continuaram a coser juntas. Bordar era um dos prazeres de Maria, ao longo de toda a vida. Na sua busca de modelos, folheou livros de emblemas, e as magníficas xilogravuras de aves, animais e peixes de Conrad Gesner ofereceram-lhe um substancial leque de opções que apelaram ao seu gosto

artístico e amor pelos animais domésticos. Bordou pelo menos três modelos tirados do livro dele, *Animal Illustrations*, publicado em 1560: o gato, a fénix e o tucano – ao qual Maria chamou *Uma Ave da América*. Também copiou o golfinho de *The Nature and Diversity of Fish*, obra de Pierre Belon publicada em 1555.

Primeiro, Maria desenhava um contorno na tela, esboçando ou traçando as formas com giz e depois escolhendo as cores. A seguir, dava pontos nas sedas e lãs coloridas, o que podia demorar uma semana ou três meses. No fim acrescentava as suas iniciais «MR» ou o monograma com a letra grega «M»⁶⁶ à sua obra, que era sempre de alta qualidade. Mas não bordava só para passar o tempo: a sua obra oferecia-lhe um escoadouro para o seu sentido de humor perverso. Os seus temas podiam parecer terem sido escolhidos inocentemente, mas muitas vezes escondiam um significado mais profundo, mais subversivo, para aqueles que tinham olhos para ver.

Ao passo que Isabel foi representada por um pequeno exército de poetas ou artistas adúladores como uma estrela ou como o Sol ou a Lua, Maria bordava panos que mostravam eclipses. *Uma Gata* de Maria era muito mais do que apenas uma reprodução do animal doméstico preto e branco de Gesner. Ela – porque este gato era uma fêmea – foi bordada em cor de gengibre (o cabelo ruivo de Isabel era lendário) usando uma coroa de ouro em miniatura e vigiando de perto um rato, detalhes não presentes no desenho original de Gesner. Maria dissera várias vezes que era o rato e Isabel o gato, que vigiava e aguardava antes de decidir saltar sobre a presa. A «Fénix» era, na versão de Maria, a *impresa* da sua mãe e agora também a sua, coroada e com as iniciais «MR» de cada lado da cabeça. Mais uma vez, o seu *Golfinho* não era apenas um mamífero marinho, mas um jogo de palavras com delfim⁶⁷ e também o emblema do seu primeiro marido, Francisco II, e, portanto, uma chamada de atenção para o estatuto dinástico de Maria.

Também empreendeu um trabalho com um tema mais sinistro: um pano para uma tapeçaria em que uma mão descia do céu com uma podadeira, cortando uma planta trepadeira, com o lema: *Virescit Vulnere Virtus* («a virtude cresce mais forte se for golpeada»). O lema podia referir-se ao ultraje moral do seu tratamento por parte de Isabel, mas podia assinalar a sua determinação em sobreviver-lhe por quaisquer meios. A ambiguidade era maliciosa.

O amor de Maria por desenho de animais reflectia a maneira como, na sua solidão, se virou para os seus animais domésticos em busca de consolo. Pouco tempo depois de se mudar para Sheffield Lodge, pediu ao seu embaixador em Paris para descobrir se o seu tio, o cardeal de Lorena, partira para Lyon. «Tenho a certeza de que ele me enviará dois cãesinhos bonitos, e também me comprarei alguns, porque além de ler e de bordar, só sinto prazer com todos os pequenos animais que posso obter. Deveis-me enviá-los em cestos, mantidos muito quentes.» Quando chegaram, ela confidenciou: «Gosto muito dos meus cãesinhos, mas receio que cresçam e fiquem muito grandes.»

O amor de Maria por animais era também um instrumento da sua diplomacia. Castelnau, que a conhecia desde a adolescência, foi em 1575 nomeado embaixador francês em Londres. Escreveu a Maria poucos meses depois da sua chegada, buscando a ajuda dela para encontrar alguns cães de caça ingleses. «Pedi logo ao conde de Shrewsbury para me ajudar», respondeu ela. «Ele deu-me três *spaniels* e dois dos outros, que tem a certeza de serem bons.» Quando Castelnau já não precisava dos cães, Maria enviou-os para os seus primos Guise. Recomendou-os como presente para Henrique III, o novo rei de França, que sucedera ao seu irmão adoentado, Carlos IX, em 1574, aos vinte e dois anos, depois de passar um ano extraordinário como rei eleito da Polónia. O único pesar de Maria era não poder pôr à prova esses cães, visto que, como disse de algum modo num tom de autocomiseração, «sou uma prisioneira e só posso testemunhar a beleza deles, visto que não estou em liberdade para andar a cavalo nem para caçar».

Em Sheffield, decidiu dar início a um aviário. Tinha-se habituado a ter aves exóticas na corte de Henrique II e começou por pedir ao seu agente em Paris que obtivesse casais de rolas e galinhas da Berbéria. «Desejo», disse, «ver se posso criá-las nesta região, como vosso irmão me disse, quando estava convosco, ele tinha criado algumas... Tirarei grande prazer de criá-las em gaiolas, o que faço com todo o tipo de avezinhas que encontro. Isso seria um passatempo para uma prisioneira.»

Os pensamentos de Maria estavam muitas vezes postos em França. Apesar da vigilância a que estava submetida, escreveu aos funcionários da embaixada francesa em Londres, ao seu tio, cardeal de Lorena, ao duque e duquesa de Nemours, e menos vezes aos cinco primos, os filhos do seu tio assassinado,

Francisco, duque de Guise. Não se apercebeu de que as suas cartas estavam a ser interceptadas e encaminhadas, para serem vetadas ou decifradas, para os agentes do novo secretário principal de Isabel, *sir* Francis Walsingham. Com quarenta e quatro anos, tinha sido um dos protegidos de Cecil desde os seus tempos de estudante em Cambridge. Walsingham era o ideólogo mais tenaz na corte de Isabel, um calvinista confesso que em todas as oportunidades defendia a causa da Reforma. Cecil recomendara-o a Isabel como seu secretário principal em Dezembro de 1573. Durante mais ou menos cinco anos, esse homem bem mais novo trabalhara no seu gabinete como especialista em recolha de informações e chefe da espionagem. Depois de as cartas de Maria serem abertas e de fazerem cópias delas, eram enviadas para os desejados destinatários, os selos parecendo intactos.

Maria ficou consternada com as reacções às suas cartas. Muitas vezes nem era acusada a recepção delas. A sua tia Anne, a duquesa de Nemours, ex-viúva do seu tio assassinado, era uma correspondente compreensiva, mas até mesmo as suas cartas foram diminuindo de quantidade. A família Guise fora eclipsada na corte francesa a meio dos anos de 1570; foram ultrapassados pelos seus rivais, os herdeiros e sucessores do condestável Montmorency e o seu velho adversário, António de Bourbon. A influência do cardeal de Lorena diminuía muitíssimo. Tanto ele como o primo de Maria, Henry, duque de Guise, tinham trocado Paris por Joinville e Meudon.

Depois, em Dezembro de 1574, o cardeal morreu em Avignon, aos cinquenta anos, cortando o principal elo de Maria com a França. A notícia chegou até ela em meados de Fevereiro, um mês depois de ela lhe ter escrito uma longa carta incitando-a a persistir na sua tentativa de recuperar as boas graças de Catarina de Médicis. Maria ficou perturbada. «Embora eu não pudesse, de início, controlar os meus sentimentos ou impedir que as lágrimas corressem», disse, «contudo, a minha longa adversidade ensinou-me a esperar consolo de todas as minhas aflições numa vida melhor.»

Com apenas um dos filhos do avô, Cláudio, ainda vivo, Maria sabia que os destinos da família se encontravam nas mãos de uma nova geração. Estava triste e desanimada, de luto pela sua perda. Receava que os seus primos não estivessem interessados nela ou na sua causa, que para eles parecia perdida. Catarina, ainda o poder por detrás do trono, continuava a ser uma adversária.

Também distante e inútil era a matriarca da família, Antonieta de Bourbon, outrora o anjo-da-guarda de Maria, mas agora uma avó amargamente desapontada, que continuava a culpá-la pelos mal aconselhados segundo e terceiro casamentos.

Maria nunca perdera o gosto pelos luxos, aos quais se acostumara em França. Pediu ao seu agente em Paris para lhe enviar «padrões de vestidos, e de tecidos dourados e prateados, e de sedas, os mais belos e mais raros que são usados na corte». Encomendou toucados «com uma coroa de ouro e prata, tais como antes foram feitos para mim». Também queria as últimas modas de Itália: «toucados, véus e fitas». Na sua última carta para o tio, pediu «um bom espelho dourado para pendurar à cintura com uma corrente para ficar preso». Queria que um lema fosse gravado na armação combinando os monogramas dela e de Isabel. Pediu retratos em miniatura dela para dar aos seus apoiantes em Inglaterra, «que pedem o meu retrato». Pouco depois da morte do tio, Maria obteve permissão de posar para um artista em Sheffield. Alegou que queria enviar as miniaturas para os seus amigos em França – a coisa certa a ser dita, ainda que talvez falsa.

A identificação deste retrato tem causado muito debate. O de corpo inteiro existente em Hardwick Hall, em que Maria é mostrada como uma católica piedosa, com trinta e seis anos, uma cruz no peito e contas de rosário na cintura, é uma imagem póstuma. Apesar de se alegar que foi pintado em 1578, o retrato não está mencionado no inventário de Bess de Hardwick, que ela elaborou em 1601, e não foi encomendado até depois da ascensão de Jaime VI ao trono inglês, em 1603.

Em 1575, posou para um miniaturista desconhecido e em ou após 1578 para Nicholas Hilliard, o decano desse género, quando este regressou de França. Em ambas as versões, ela tem uma delicada touca de cambraia presa a um elegante véu e uma bela gola de renda. Os seus caracóis lustrosos – mas talvez agora mais escuros e artificiais – são visíveis de ambos os lados da touca. Os olhos amendoados cor de avelã ainda são brilhantes e penetrantes. As maçãs do rosto continuam altas, o nariz aquilino, uma vez que é em parte visto de lado. A tez marmoreada é perfeita, mas o rosto está mais cheio, um duplo queixo começou a aparecer, e já não se encontra nos primórdios da juventude ou no seu auge. O aprisionamento está a causar danos.

Maria enviou presentes caros a Isabel numa tentativa vã de conquistar a sua atenção e de a colocar na obrigação de a libertar. Começou com confeitos de açúcar, maçapão e nozes importadas de França, que Isabel, que era gulosa, muito apreciou, apesar do aviso de que podiam estar envenenados. Outros presentes incluíram uma saia de valioso cetim carmesim forrada com tafetá que Maria bordou. Tinha concebido um padrão intrincadamente entrelaçado de flores inglesas encimado por um cardo, e para conseguir um efeito elegante e sumptuoso usou a seda mais cara e preciosos fios de metal, o melhor que os seus fornecedores franceses lhe puderam providenciar. Pediu à embaixada francesa em Londres para entregar a saia, o que foi feito apesar dos protestos de Shrewsbury. Foi dito que Isabel admirou o presente e «valorizou-o muito». Foi mais branda com Maria, mas isso não durou muito e não houve alívio das restrições dela. Em particular, foi-lhe negado mais exercício, aquilo pelo qual mais ansiava. Quando consultado sobre o assunto, Shrewsbury avisou: «Eu seria muito adverso a que qualquer liberdade ou exercício lhe fosse concedido, ou a algum dos seus, fora destes portões... Tolero que ela caminhe nas coberturas de chumbo do telhado aqui ao ar livre, na minha grande sala de jantar e também no pátio.» Isso era considerado suficiente, no caso de ela se sentir tentada a fugir.

Contudo, por vezes Shrewsbury contornava as suas regras – quando Maria se sentia doente ou desatava a chorar. Num Janeiro glacial, quando a neve cobria o solo em Sheffield, deixou-a caminhar no parque, julgando que iria recusar a oferta e não se aventurar lá fora. Sem pensar duas vezes, Maria vestiu as roupas mais grossas e saiu, mesmo que a neve lhe chegasse bem acima dos sapatos e lhe encharcasse os pés.

Esses mimos eram poucos e muito espaçados. A falta de exercício de Maria teve um custo pesado. As suas pernas tornaram-se tão inflamadas e o calcanhar tão dorido que mal conseguia andar. Em 1582, pouco antes do seu quadragésimo aniversário, foi-lhe permitido, como uma concessão, usar o coche para apanhar ar lá fora. Ficou eufórica ao saber disso. Quando saiu, foi precedida pelos seus secretários e outros funcionários principais, guardados por um contingente de homens de Shrewsbury, armados com pistolas carregadas. O seu percurso foi alvo de reconhecimento por batedores, no caso de alguém tentar encontrar-se com ela ou fazer uma tentativa de resgate. Mas o prazer de Maria foi fugaz. Em breve ficava com dores quando andava, mesmo que fosse uma distância curta.

Só subir ou descer do coche podia ser mais do que as suas pernas conseguiam aguentar e nos meses de Inverno sentia-se tão fraca, como dizia, que preferia ficar dentro de casa.

Os seus últimos anos em Sheffield e Chatsworth foram manchados pela crescente discórdia conjugal entre Bess e o conde, tornada pior pela infundada suspeita de Bess de que o marido estava a ter um caso secreto com a sua prisioneira. Os mexericos abundavam na corte de Isabel, e até mesmo a rainha se associou a eles. Castelnau, que sempre tentou fazer o melhor que podia por Maria, contra ventos e marés, avisou-a de que Isabel estava a contar boatos a embaixadores estrangeiros para que os pudessem espalhar.

– É o último veneno que os vossos inimigos têm de reserva – disse –, não para envenenar o vosso corpo mas a vossa reputação.

Quase toda a informação que alimentou esses mexericos veio de Bess, e, num acesso de raiva, por volta de 1584, Maria virou o jogo. Enviou a Isabel, com certeza através de Cecil, um resumo de tudo o que Bess dissera referente à sua «rainha irmã», antecedendo os seus comentários por um desmentido: «Afirmo que respondi censurando a dita dama [Bess] por acreditar ou falar tão licenciosamente de vós quanto a algo em que não acredito de todo.» As acusações eram do tipo mais picante: que Isabel prometera casar com o seu favorito, Leicester, e que este era seu amante; que ela tivera uma sucessão de amantes, incluindo *sir* Christopher Hatton⁶⁸, e que se tinha comprometido com um diplomata francês visitando-o de noite, beijando-o e desfrutando «de várias familiaridades inconvenientes com ele». Não contente com isso, traíra os seus conselheiros a favor dos franceses nas suas conversas de travesseiro. Segundo Bess, Isabel era também tão vaidosa que tinha de ser lisonjeada pelos seus cortesãos «além do que seria razoável». Divertiam-se fazendo um jogo em que tentavam ultrapassar-se uns aos outros fazendo-lhe elogios extravagantes, e era tudo que conseguiam fazer para evitar desatar a dar gargalhadas.

Maria sabia onde espetar a faca. Disse que quando Isabel estivera doente, Bess profetizara a sua morte baseando-se nos relatórios de um astrólogo que, «num livro antigo, previu uma morte violenta para vós e a sucessão de outra rainha, que ela interpretou como sendo eu». Tentando agarrar-se ao que podia na sua ânsia de se encontrar com a sua rival e falar com ela frente a frente, Maria ofereceu-se para revelar mais da infâmia de Bess numa entrevista pessoal.

Isabel, se alguma vez Cecil lhe permitiu ver este documento extraordinário, recusou. Por volta dos anos de 1580, a polarização entre católicos e protestantes na Europa estava a aproximar-se do seu auge. Nos Países Baixos, a revolta dos calvinistas contra Espanha ultrapassara o ponto de não retorno. Em França, outra guerra civil surgiria em 1584, quando a Liga Católica se aliou com Espanha para extirpar os huguenotes e bloquear a pretensão ao trono do líder deles, Henrique de Navarra. Quanto a Filipe II, após quase trinta anos em que deu o benefício da dúvida a Isabel, acabou por acreditar que a chave da derrota dos rebeldes holandeses e do domínio do oceano Atlântico por Espanha era a conquista da Inglaterra. A guerra entre Inglaterra e Espanha estava a aproximar-se cada vez mais.

Era o pior pesadelo de Cecil. Estava aí uma conspiração internacional católica como uma vingança. Tudo o que todos conseguiam pensar no Conselho Privado, no Parlamento e entre a elite protestante «assegurada» que formava a coluna dorsal da sua facção interior era que tinha de se lidar com Maria de uma vez por todas. A «preservação» do Estado protestante dependia disso: dizia-se que Maria era uma ameaça ainda maior para a segurança da sua prima do que Espanha, e embora Isabel tivesse até então apoiado Maria como sua herdeira presuntiva, isso era demasiado para Cecil, cuja carreira inteira dependia da sua visão quase apocalíptica do destino da Inglaterra protestante.

Em Agosto de 1584, Shrewsbury foi chamado a Londres para participar em reuniões urgentes do Conselho Privado. Maria foi transferida para a custódia de *sir* Ralph Sadler e do genro deste, John Somers. Era suposto ser uma disposição temporária, o que não era de admirar, visto que este Sadler, agora um venerável senhor de setenta e sete anos, não era senão o embaixador de Henrique VIII na Escócia, que tinha baloiçado Maria nos seus joelhos quando esta era bebé. As suas instruções eram as de levá-la de Sheffield para Wingfield Manor e daí para o confinamento rigoroso do húmido e insalubre Castelo de Tutbury, ao qual ela regressou em Janeiro de 1585. A caminho de Wingfield, onde foi guardada por quarenta soldados, Maria perguntou a Somers se achava que ela tentaria fugir. Somers respondeu que sim, era apenas natural.

– Não – retorquiu furiosa –, estais enganado. Preferia morrer neste cativeiro do que fugir com vergonha.

Sadler era um dos mais fiéis e firmes apoiantes de Cecil, e contudo – pelo menos em privado – teve pena da rainha cativa. «Encontro-a muito diferente», disse, «do que era quando primeiro travei conhecimento com ela.» O encarceramento tinha-lhe arruinado a saúde. «Ainda não é capaz de estender o pé esquerdo para o chão e, para seu muito desgosto, não sem lágrimas, achando que estando enfraquecido e encolhido do seu tamanho natural e mais curto que o outro, receia que não regresse ao seu estado natural sem o auxílio de banhos quentes.»

Mas o fascínio de Maria não diminuía. Quando Sadler levou o seu encargo para Tutbury, ela conquistou-o. Em menos de três meses, foi apanhado a levá-la a praticar falcoaria. Chamado a contas pelos seus superiores, confessou que ela «suplicou-me que a levasse lá para fora comigo para ver os meus falcões voar». Era «um passatempo com que na verdade ela se deleitava, e eu, pensando que não seria mal aceite, assenti ao seu desejo, e portanto estive comigo lá fora três ou quatro vezes caçando sobre o rio, por vezes uns dois quilómetros, outras vezes quatro, mas não mais longe do que seis, quando se afasta mais do castelo». Estivera o tempo todo guardada por quarenta ou cinquenta homens. Ele usara a sua discrição e fizera o melhor que podia. «Mas visto que não é bem aceite, queira Deus que outro tenha este encargo.» Somers confirmou o depoimento do sogro. Maria estivera bem guardada enquanto se encontrava lá fora com os falcões. «Se algum perigo se tivesse oferecido ou dúvida suspeitada, este corpo de rainha seria o primeiro a provar o que custava o descaramento.»

Não era suficiente. Sadler era um homem demasiado decente e atencioso para ser o guardião de Maria. Embora fosse um protestante devoto e inabalável na sua fidelidade a Isabel, era incapaz de ajustar as suas obrigações políticas e religiosas com os seus sentimentos enquanto ser humano. Aceitou uma dispensa honrosa, abrindo caminho para a nomeação de alguém mais bem equipado para ser um carcereiro – porque era isso que a ameaça internacional tornava necessário.

O seu sucessor foi *sir* Amyas Paulet. Falava francês e tinha sido embaixador em França durante três anos, de 1576 a 1579, quando foi conivente com Catarina de Médicis para denegrir o nome de Maria. Calvinista e aliado próximo de Walsingham, era o inimigo jurado de Espanha e da Liga Católica, um apoiante fervoroso dos huguenotes e dos protestantes holandeses. O seu trabalho em Paris

pusera-o em contacto com vários agentes de Maria, de cuja malícia nunca tivera a menor dúvida. Chegou a Tutbury em Abril de 1585, assumindo plena responsabilidade pela sua prisioneira no dia 19, quando Sadler regressou à sua casa de Hertfordshire.

Paulet não era alguém susceptível de permitir que Maria fosse caçar com falcões. Não fazia nenhuma distinção entre a sua vida privada e os deveres públicos. «Outros», dizia, «desculparão a sua piedade tola como podem.» Pelo seu lado, como uma vez se gabou, preferia renunciar à sua pretensão a uma quota-parte das alegrias celestes do que colocar sentimentos de compaixão acima das suas obrigações para com Isabel. Foi o único guardião de Maria até Novembro de 1586, quando o seu amigo *sir* Drue Drury – um cortesão menor de uma proeminente família de advogados, que Maria descreveu como «muito modesto e gracioso em todas as coisas» – foi enviado para o ajudar. Maria achou Paulet «um dos homens mais zelosos e impiedosos que conheci, e, numa palavra, mais adequado para ser carcereiro de criminosos do que para a custódia de alguém da minha categoria e linhagem». Captou quem ele era.

Para começar, Paulet derrubava o baldaquino dela sempre que tinha oportunidade de entrar na sala de recepção, dizendo que essas insígnias reais não tinham lugar na residência dela, visto que só podia haver uma rainha em Inglaterra. Isso levou a uma batalha de vontades em que ele desmontava o ofensivo baldaquino e uma chorosa Maria mandava-o pôr como estava. Abria as cartas e encomendas dela à procura de indícios de uma conspiração, tratando tudo o que fosse para ou enviado da embaixada francesa com a máxima suspeita. As suas intrusões até se estendiam a buscas aleatórias nos aposentos dela e em última instância estava disposto a arrombar a porta do quarto de Maria. Todos os documentos que apreendia eram remetidos para Walsingham a fim de serem submetidos a exame minucioso.

Paulet desconfiava de todos e de tudo. Para evitar que alguém da residência o ouvisse por caso, por vezes conferenciava com mensageiros enviados de Londres no campo aberto. Pôs de quarentena o pessoal doméstico de Maria. Não lhes era permitido misturar-se com outros servos ou entrar ou sair do castelo sem serem revistados. Nenhum, por muito subalterno que fosse, era dispensado das novas regras. Os cocheiros e lavadeiras recebiam uma atenção especial. Deviam ser vigiados, em particular três mulheres que viviam numa pequena casa no

parque adjacente ao castelo. Tinham contactos com o exterior, mas também acesso aos aposentos de Maria. Paulet ordenou que não só fossem revistadas como também despidas até às camisas de cada vez que entravam ou saíam do edifício.

A saúde de Maria continuou a deteriorar-se. Emitiu um boletim negando que tivesse hidropisia ou cancro, mas as suas pernas estavam mais inchadas do que nunca. Foi autorizada a sair uma ou duas vezes por mês, sendo o seu coche rodeado por um pequeno destacamento de homens da infantaria com mosquetes carregados e prontos a disparar. Outras vezes era carregada para o jardim numa cadeira. Quando conseguia andar, necessitava de dois dos seus secretários para a sustentarem. Nessa altura, ambas as pernas já se encontravam afectadas. Precisavam de cataplasmas e ligaduras, que tinham de ser aplicadas todos os dias. «As pernas dela», disse Paulet, «ainda estão fracas e na verdade estão cobertas de maneira grosseira, como pareceu à minha esposa.»

O tratamento severo que lhe foi dado por Paulet suscitou protestos da parte dos franceses. Na véspera de Natal de 1585, Maria foi mudada do espartano Tutbury, famoso pelas suas divisões húmidas e pelas latrinas fedorentas, para Chartley, uma mansão quase palaciana, em comparação, que foi escolhida por questões de segurança, visto que se encontrava rodeada por um fosso.

O humor de Maria estava também a mudar para uma tonalidade de rebeldia. Nunca fizera segredo do seu objectivo, ser restabelecida como rainha da Escócia, se necessário como co-governante com o filho. Todas as suas tentativas de alcançar um acordo político com Isabel fracassaram devido ao seu desejo de liberdade e de regressar a casa. Nunca desistiu da sua pretensão dinástica ao trono inglês, e falava apaixonadamente disso, levando Paulet a protestar contra o «carácter fastidioso» e os «discursos supérfluos e ociosos» dela. Quando Maria começava a falar disso, Paulet ia-se embora.

A deserção de Maria para o lado dos interesses espanhóis acabaria por ser a sua desgraça. Acreditava que a França e os seus parentes Guise a tinham abandonado. Aproximara-se de Filipe II após o impasse do tribunal de Isabel, e a sua política ganhou um novo impulso quando o cardeal de Lorena morreu. Por volta da década de 1580 estava a começar a falar acerca de ligar a sua causa à grande estratégia europeia de Filipe II. Isso era muitíssimo imprudente, mas

voltou a pô-la debaixo dos holofotes. Mais uma vez, estava prestes a ocupar o centro do palco num drama pan-europeu.

Cecil esperara pelo momento certo. A aranha estava preparada para apanhar a mosca. Maria sentia-se irrelevante e descartável, e reagiu da única maneira que sabia. Reinventou-se como uma pobre mulher católica perseguida só por causa da sua religião. Era uma pose quase teatral, mas não sabia o que mais fazer. Entretanto, Walsingham recrutara uma toupeira na embaixada francesa. Concretizara esse golpe de informações enquanto Maria se encontrava ainda em Sheffield. A toupeira esteve «activa» menos de dezoito meses, mas foi tempo suficiente para o mestre de espionagem de Cecil identificar muitos dos agentes dela no país e no estrangeiro. Era só uma questão de tempo até o destino de Maria ficar selado.

⁶² Entretanto demolida.

⁶³ Uma das mais antigas referências na língua inglesa à utilização de extensões de cabelo; mais tarde, o cabelo de Maria tornou-se fino e grisalho e foi obrigada a usar uma peruca.

⁶⁴ Ver capítulo 28.

⁶⁵ Ver capítulo 4.

⁶⁶ Ver capítulo 5.

⁶⁷ *Dolphin*, golfinho e delfim.

⁶⁸ Vice-camareiro-mor da residência de Isabel, mais tarde lorde chanceler, um favorito segundo apenas atrás de Leicester.

Capítulo 28

Um machado ou um decreto?

Maria tinha primeiro sondado Filipe II em Novembro de 1568, nos meses iniciais do seu cativeiro, quando ainda se encontrava no Castelo de Bolton. O momento era propício, porque um novo embaixador espanhol, D. Guerau de Spes, chegara a Londres. Era inexperiente, mas um conspirador inato. Dentro de poucos meses, marcara posições que provocaram uma guerra comercial anglo-espanhola e ameaçaram uma invasão espanhola de Inglaterra em favor de Maria.

Mais ou menos quinze dias depois de Moray ter mostrado as Cartas do Cofre para serem examinadas, de Spes fez uma visita à embaixada francesa em Londres, onde apresentou duas propostas. A primeira era «que não conhecia maior herege neste mundo nem maior inimigo da fé católica do que Mestre Cecil». Incitou a França a cooperar com a Espanha «para o fazer perder o seu ofício e favor e crédito de que gozava junto da sua senhora a rainha». A segunda proposta era que a França e a Espanha deviam impor um embargo conjunto a todo o comércio inglês até a fé católica ser restabelecida.

Um mês mais tarde, um banqueiro florentino, Roberto Ridolfi, que estava a canalizar secretamente os fundos enviados pelo papa Pio V para os católicos ingleses, entrou na história. Era um agente duplo, trabalhando tanto para Espanha como para Walsingham. Em Fevereiro de 1569, ofereceu-se para mediar entre Isabel e o duque de Alba, governador-geral de Filipe II nos Países Baixos, a fim de acabar com a guerra comercial. No mês seguinte, visitou de Spes, trazendo uma mensagem excitante e perigosa do duque de Norfolk e dos seus aliados, o conde de Arundel e lorde Lumley. Estes tinham dito que não estavam mais dispostos a aceitar serem excluídos dos seus legítimos lugares na facção interior de Cecil pelos arrivistas de origem humilde. Desejavam derrubar Cecil e obrigar Isabel a realinhar a sua política tornando-a mais próxima de Filipe II e de Roma. Mais tarde, Ridolfi contou ao embaixador francês que fora encarregado pelo papa de ajudar a restabelecer a fé católica em Inglaterra.

Ridolfi contactou Maria através do agente dela em Londres, John Lesley, bispo de Ross, para quem transferiu três mil libras de De Spes com o conhecimento de Maria. A transacção colocou-a no centro de duas conspirações convergentes. Uma foi concebida para melhorar as suas condições no exílio e afastar Cecil das funções de primeiro-ministro. A outra ligou a sua pretensão dinástica com um plano para restabelecer o catolicismo na Inglaterra.

O duque de Norfolk tinha conspirado para destituir Cecil pouco depois da primeira etapa do tribunal de Isabel ter aberto em York, em Outubro de 1568. Ele tinha sido um dos juízes ingleses originais e sentia-se ressentido com a maneira como Cecil impusera os procedimentos, mas Cecil ignorou os seus protestos. O tribunal fora revogado e mudado para Westminster, e Norfolk foi enviado numa missão fútil para inspeccionar as fronteiras do norte, até Cecil estar pronto para reiniciar as audiências.

Mas Norfolk não se deixava marginalizar com facilidade. Era o primeiro duque de Inglaterra, cuja família se encontrava no centro do partido católico em Inglaterra. O seu talento para fazer alianças vantajosas era único. Casara com três herdeiras, *lady* Mary Fitzalan, filha do conde de Arundel, que morreu com dezasseis anos; Margaret, filha de lorde Audley, que morreu depois de dar à luz cinco filhos em cinco anos; e Elizabeth Leyburne, a viúva de lorde Dacre. Quando a terceira esposa morreu em 1567, Norfolk tornou-se o tutor das herdeiras com quem casou os três filhos. A irmã, Jane, era a esposa do conde de Westmorland, um dos dois predominantes nobres proprietários de terras no Norte de Inglaterra. Por fim, uma segunda irmã, Margaret, casou com lorde Scrope do Castelo de Bolton. Pouco depois de o tribunal de Isabel ter acabado num impasse, Norfolk decidiu que iria tentar casar com Maria. Tinha-se esgueirado até ao Castelo de Bolton para lhe dar uma olhadela, usando uma visita à sua irmã como pretexto. Por fim, iria conspirar para pôr Maria (e ele) no trono inglês.

Contudo, não foi assim que a conspiração começou. Tal como foi imaginada pelo maior conspirador entre os lordes escoceses, o insinuante Maitland, o objectivo era muito diferente. A ideia dele era que, se Maria se pudesse casar com um nobre inglês, seria neutralizada. Seria tratada honrosamente, mas o seu poder e autoridade seriam investidos no seu marido. Segundo a lei inglesa, seria uma *femme couverte* (expressão arcaica que definia o estatuto legal de uma

mulher casada). A ideia era engenhosa, por ser atraente para esses nobres hereditários que sempre tinham mostrado desagrado pela maneira como Henrique VIII passara por cima da ordem estrita de sucessão no seu testamento. Também resolvia o problema da pretensão dinástica de Maria de uma maneira que Isabel já tinha previsto: era análogo ao seu antigo estratagema de casar a sua prima com Robert Dudley, conde de Leicester.

Maria agarrou a ideia. Pediu ao papa para anular o seu casamento com Bothwell, que fora feito segundo os ritos protestantes e, portanto, era inválido. Ao longo dos doze meses seguintes, escreveu a Norfolk uma série de cartas de amor, apesar de só o ter visto uma vez. «Viverei e morrerei convosco», disse-lhe. «Nem a prisão de uma maneira, nem a liberdade da outra, nem todos esses acidentes, bons ou maus, me conseguirão convencer a afastar-me dessa fé e obediência que vos prometi.» Por sua vez, Norfolk enviou a Maria um diamante que ela levaria consigo para Fotheringhay, descrevendo-o como algo «que muito estimo, tendo-me sido dado... como uma promessa do seu compromisso e sempre o usei como tal». Tal como disse ao duque nessa altura: «Prometestes-me ser meu e eu vossa... Como vos aprouver ordenai-me, porque eu por todo o mundo seguirei a vossa ordem, portanto não estejais em perigo por mim... A vossa fiel até à morte, rainha dos escoceses. Meu Norfolk.»

Temos de levar em conta as convenções dos casamentos reais em que o costume era exprimir afecto assim que um noivado tivesse sido combinado em princípio. Mesmo assim, Maria estava mais uma vez a agarrar-se ao que podia. Se um casamento com Norfolk lhe podia permitir recuperar a liberdade, iria fazê-lo sem fazer perguntas. Era uma união razoável, uma melhor perspectiva dinástica do que a velha ideia do casamento com Leicester. Mas havia um senão irremediável. Ninguém ousara contar a Isabel, sem cujo consentimento o plano era inútil.

Contudo, de início até mesmo o pérfido Moray era a favor. Em Julho de 1569, encontrava-se no centro do plano. Depois, um mês mais tarde, foi obrigado a reconsiderar. Percebeu qual era o problema. Maria usaria o casamento para procurar ser restabelecida como rainha dos escoceses e Norfolk usaria o mesmo para fazer valer o direito da sua esposa ao trono de Inglaterra com o objectivo de restabelecer o catolicismo. Além disso, com Norfolk ao lado de Maria, Moray seria deposto como regente e obrigado a buscar exílio fora do país. Acabaria por

trocar de lugar com a irmã. Portanto, fez uma jogada suja, enviando a Isabel, ainda ignorante do proposto casamento, uma cópia autenticada da carta de Norfolk anunciando a sua intenção de se casar com Maria, mesmo que Moray levantasse objecções.

Raramente Isabel ficara tão furiosa. Talvez detestasse menos o plano de casamento do que o facto de ter sido concebido nas suas costas. Todos os envolvidos foram chamados excepto Maria, e aqueles que, como Leicester e Throckmorton eram expeditos numa crise, inventaram desculpas. Apanhados neste jogo das cadeiras foram os condes de Northumberland e Westmorland. Quando estes lordes católicos foram abandonados pelos seus aliados e tiveram de enfrentar sozinhos Isabel e uma possível execução, decidiram rebelar-se. A sua revolta, o chamado Levantamento do Norte, estalou em Novembro de 1569 e foi esmagada por forças avassaladoras do sul dentro de seis semanas.

Os dois condes e a condessa de Northumberland refugiaram-se em Liddesdale, mas foram denunciados pelo antigo adversário de Bothwell, o *laird* de Ormiston. Westmorland e a condessa de Northumberland fugiram para os Países Baixos, onde permaneceram exilados. Northumberland foi apanhado por Moray e executado por Isabel depois de os escoceses o terem vendido à Inglaterra por duas mil libras. A condessa de Westmorland retirou-se para as propriedades do seu irmão em Norfolk, onde viveu os seus últimos dias na obscuridade.

Maria não foi responsabilizada por Isabel por ter causado isso, a mais grave rebelião do seu reinado – pelo menos ainda não. Mas durante todo esse tempo tinha havido duas conspirações. O plano de casar Maria com Norfolk falhara e o duque foi aprisionado na Torre. Entretanto, Ridolfi ainda estava a conspirar. Em Maio de 1569, elaborara um plano para depor Isabel chamado o Empreendimento de Inglaterra e levou-o à embaixada espanhola. Filipe II estava disposto a dar-lhe ouvidos. Esses eram planos que se encaixavam na sua grandiosa estratégia para a Europa e de dominação do comércio mundial.

Depois Ridolfi fez uma visita a Walsingham. Desde que fosse cauteloso e os dois lados não se encontrassem para comparar anotações, podia esperar safar-se com o seu jogo duplo e reclamar recompensas de ambos os lados. Tinha informações para vender, porque os seus serviços bancários forneciam-lhe o único elo entre de Spes, Norfolk e o agente de Maria em Londres. Também tinha fornecido a cifra usada para codificar as comunicações entre de Spes, Maria e os

lordes ingleses. Quem possuísse uma cópia dessa cifra podia ler todas as cartas interceptadas.

Ridolfi foi detido na véspera do Levantamento do Norte, mas libertado seis semanas depois. E não foi detido na Torre, o lugar habitual para presos políticos, mas em casa de Walsingham. Ridolfi tinha sido «virado» por Walsingham. Foi um golpe de sorte para Cecil, porque em Fevereiro de 1570 o papa, estimulado pela perspectiva de reverter a Reforma inglesa, fez o que os seus antecessores sempre se tinham recusado a fazer. Publicou um decreto, *Regnans in excelsis*, privando Isabel do seu «pretenso título» ao trono inglês e libertando os seus súbditos da sua lealdade. Essa era a oportunidade única de Maria e o que buscara na sua juventude, quando se casara com o delfim Francisco.

A reacção de Cecil foi imediata, a sua lógica tão inexorável como sempre. Agora os protestantes eram leais e os católicos eram traidores. Pela sua definição, os católicos concordavam com o papa que Isabel devia ser deposta. Quando o Parlamento se reuniu em Abril de 1571, Cecil introduziu um juramento para garantir que todos os membros católicos eram excluídos. Depois esboçou um projecto de lei para desqualificar qualquer candidato à sucessão – principalmente Maria – que em qualquer altura, durante o resto da vida de Isabel, pudesse reclamar o trono ou usurpar as insígnias da rainha. Ao debater esse projecto, nunca deixaria que o Parlamento se esquecesse de que as armas heráldicas de Maria em França tinham sido esquarteladas com as armas reais de Inglaterra e que os seus arautos tinham gritado «Abram alas para a rainha de Inglaterra» enquanto ela caminhava para a igreja.

Durante 1571, Cecil e Walsingham vigiaram de perto o Empreendimento de Inglaterra. Numa tentativa de apanharem os principais conspiradores distraídos, Norfolk foi libertado da Torre em regime de liberdade condicional. A correspondência de Maria foi mais rigorosamente examinada e por volta de Abril, Walsingham – substituindo um embaixador inglês em Paris, onde a maior parte da conspiração se encontrava centrada – tinha obtido, com suspeitosa facilidade, uma cópia da cifra fornecida por Ridolfi aos conspiradores. Não havia nenhuma necessidade de se esforçarem para decifrar o código. Walsingham recebera a solução de bandeja.

A 4 de Agosto, Filipe enviou a Alba as suas instruções pormenorizadas. O plano era capturar Isabel na fase final da sua viagem real de Verão a Hertfordshire

e Essex. Isso desencadearia um levantamento geral de católicos ingleses, que libertariam Maria e a casariam com Norfolk. Depois uma frota espanhola zarparia com seis mil tropas de choque das forças de Alba nos Países Baixos para tomarem conta do país. Maria e Norfolk ascenderiam ao trono. Para fazer face aos custos da expedição, Filipe II estava a enviar vinte mil ducados a fim de reabastecer a tesouraria de Alba.

O plano foi divulgado quando um dos conselheiros de Filipe o revelou a um mercador do comércio anglo-ibérico que era outro dos agentes duplos de Walsingham. O tal homem regressou a Inglaterra. Chegou por volta de 4 de Setembro e foi enviado para Cecil. Logo no dia seguinte, Cecil emitiu um mandado para voltar a meter Norfolk na Torre. Também escreveu ao conde de Shrewsbury, o guarda de Maria. A carta foi endossada «enviada da corte, a 5 de Setembro de 1571 às nove da noite». Nenhum documento de Isabel tinha uma prioridade maior. Está assinalado «pressa, urgente, pressa, pressa, pressa, pela vida, vida, vida, vida.»

Shrewsbury foi avisado do plano e da reacção de Isabel a essa conspiração. Segundo Cecil, ela sabia que Maria estava a planear fugir e queria ir para Espanha, em vez da França ou da Espanha. Sabia que tinha proposto que o seu filho, Jaime VI, casasse com uma das filhas de Filipe e de Isabel de Valois, a amiga e companheira de brincadeiras de Maria, há pouco falecida, a quem Maria chamava «Isabel» e por quem chorara muitíssimo. Isabel I, disse Cecil, não fica ofendida com nada disso. Maria era uma rainha em cativeiro. Essas coisas não passavam de «dispositivos tendentes à sua liberdade». O que magoava, e que Isabel «com certeza compreendia», assim era dito, eram «os trabalhos e dispositivos» da sua prima «para fomentar uma nova rebelião neste reino e ter o rei de Espanha a ajudá-la». De todos esses factos, concluiu Cecil, Isabel estava «decerto segura e de muito mais.»

Estava a exagerar muitíssimo. As suas informações acerca do plano de invasão de Filipe vieram do agente duplo de Walsingham e eram apenas verbais. Mais tarde, afirmou que tinha confissões de Norfolk e do bispo de Ross, uma carta deteriorada do papa para Maria e uma carta cifrada dela para Norfolk, encontrada debaixo de um tapete na casa do duque, contendo «grandiosos discursos em assuntos de Estado, mais do que o entendimento de uma mulher consegue alcançar». Mas não havia nenhuma prova de que Maria tivesse apoiado

um plano para depor e matar Isabel. A carta mais incriminatória, interceptada entre as enviadas por Maria e escrita alguns meses antes do Levantamento do Norte, não dizia o que Cecil necessitava que dissesse.

A carta chegou até nós sob a forma de uma cópia do original decifrado. Nela, Maria fala em termos gerais e alusivos. Agradece aos seus apoiantes anónimos pelo seu «cuidado em alargar a nossa liberdade, restabelecer-nos no nosso lugar legítimo, cessar as nossas mágoas diárias, eliminar os nossos inimigos usurpadores e imerecidos, calar a raiva de tiranos erróneos, para a promoção da palavra de Deus, para a libertação e consolo de cristãos».

Que obras podiam ser mais aceitáveis para Deus do que ajudar a Igreja Católica, defender o legítimo título de um príncipe, libertar cristãos aflitos do cativeiro e restabelecer a justiça para todos os homens, golpeando o mais infiel anticristo e usurpador de títulos, o destruidor da justiça, o perseguidor de Deus e da sua Igreja, o perturbador de todos os Estados tranquilos, o único protector de todos os sediciosos e maliciosos rebeldes de Deus e de todos os príncipes católicos, tendo um caminho feito pelo nosso Santo Padre. Por isso rogo-vos que sigais em frente em nome de Deus e da Nossa Bendita Senhora com a ajuda de toda a companhia⁶⁹.

Em nenhum ponto a carta menciona Espanha ou Isabel pelo nome. O «anticristo» aqui referido podia ser só isso. Maria não exigira que se fizesse um atentado contra a vida da sua prima, nem pedira a ajuda de Filipe II ou do papa. «Obras... aceitáveis para Deus» não eram mais do que os mecanismos da divina Providência, e que criatura terrestre lhes podia resistir? E «seguir em frente em nome de Deus» não era um incitamento ao assassinio ou à invasão. Claro que aquilo que Maria queria dizer é claro. Mas essa prova não se aguentaria num tribunal, mesmo supondo que Maria, que não era inglesa nem súbdito de Isabel, estaria sujeita à lei inglesa.

Cecil não tinha provas suficientes para levar Maria a tribunal. A fim de se obter mais confissões prejudiciais, Shrewsbury recebeu ordens para a confrontar e «pôr à prova a sua paciência desta maneira para a provocar a responder». Mas ela não poderia ser apanhada desse modo. Podia ser impulsiva ou ingénua, mas não era parva. Ao lidar com Ridolfi seguiu à letra a máxima do seu tio, cardeal de Lorena: «Sobretudo discrição.»

Se Cecil não a podia levar a julgamento, podia isolá-la diplomaticamente. Enviou o seu amigo e colega do Conselho Privado, *sir* Thomas Smith, a Catarina de Médicis, exagerando a importância da ameaça espanhola na Europa e

incitando-a a persistir na dissociação de França da causa de Maria. Esse foi o início do entendimento anglo-francês que durou uma década. Sobreviveu mesmo ao contratempo dos massacres do dia de S. Bartolomeu (24 de Agosto de 1572), quando uns trezentos huguenotes foram chacinados em Paris e mais dez mil assassinados nas províncias de França durante três semanas. Os massacres causaram pânico em Inglaterra. O bispo de Londres aconselhou Cecil a «cortar de imediato a cabeça da rainha escocesa». Cecil só desejava poder dar resposta a esse pedido. Encontrara-se com Maria frente a frente quando a visitara em Chatsworth, em Outubro de 1570, numa tentativa de fazer calar as suas exigências de regressar à Escócia. Ela desatara a chorar e as suas entrevistas foram inconclusivas. Como ele a impressionou e como ela o impressionou, não se encontra registado. Mas Cecil era insensível a lágrimas de mulher. Não tinha mais capacidade do que Paulet para «piedade tola» e pequenos escrúpulos nas suas relações com Maria. Tinha já seguido Knox ao identificá-la como «Atália», um precedente bíblico para o regicídio⁷⁰. E fora avisado por Knox, antes de partir para Chatsworth, que se «não atacasse na raiz, os ramos que pareciam quebrados iriam florescer com maior força». Para dar o máximo impacte ao seu aviso, Knox informou o seu velho aliado que escrevera a sua carta «com o seu único pé na cova».

Quando Cecil se encontrou com Maria, afirmou que Isabel tinha-se «sempre abtido de publicar tais assuntos como podia ter feito por atingirem a rainha da Escócia por homicídio do seu marido». Se Isabel tinha essas reservas, não era esse o caso de Cecil. Os juízes que examinaram as Cartas do Cofre tinham sido obrigados a jurar manter o assunto em segredo, mas agora Cecil rompeu o silêncio deles. Organizou as coisas para que o seu amigo Thomas Wilson, autor de um aclamado tratado sobre *A Arte da Retórica*, preparasse uma edição em língua nacional do *dossier* de Buchanan para ser publicada, contando a versão dos lordes dessa história, e traduzindo-o do latim para uma imitação de escocês a fim de criar a falsa impressão de que era autorizada pelos lordes na Escócia e não por alguém em Inglaterra⁷¹.

As provas do livro a imprimir ficaram prontas no fim de Novembro ou início de Dezembro de 1571, às quais Wilson apensou uma «oração» incriminatória, mas anónima, contra Maria e traduções das Cartas do Cofre. Cecil ficou encantado. Fez com que fosse publicado pelo seu impressor «doméstico», John

Day, sob o título tortuoso, mas informativo, de *Uma Detecção das Acções de Maria Rainha dos Escoceses, respeitante ao homicídio do seu marido, e a sua conspiração, adultério e pretensão casamento com o Conde de Bothwell. E uma defesa dos verdadeiros lordes protectores de Sua Graça o rei*⁷², acção e autoridade.

Cecil difamara Maria com as velhas e não provadas alegações das Cartas do Cofre. Uma adúltera que conseguia assassinar o seu marido não teria nenhuns escrúpulos em conspirar para depor e matar Isabel. Isso fazia com que a sua culpa como co-conspiradora no Empreendimento de Inglaterra parecesse mais credível. Também atingia Norfolk pouco antes do início do seu julgamento por traição. A insinuação era que alguém preparado para aceitar Maria como sua esposa estava conotado com o homicídio de Darnley.

Ao publicar a *Detecção* dessa maneira secreta, Cecil estava a brincar com o fogo. É improvável que Day fosse autorizado a vender o livro na sua loja. Isabel ficaria furiosa com a intromissão de Cecil se fosse capaz de ligar a obra a ele. Circulou em privado na sua facção interior, pelo menos ao início. Uma exortação final dava o tom:

Agora julgai, ingleses, se seria bom mudar de rainhas. Oh, união de confusões! Quando a rude Escócia vomitou um veneno, deve a excelente Inglaterra lambê-lo como um tónico? Oh, vil indignidade! Enquanto a inimiga da vossa rainha estiver viva, o seu perigo continua. A necessidade desesperada ousará o extremo...

E essa era a questão. A *Detecção* colocou a ideia fundamental para o Parlamento que se reuniu em Maio de 1572 a fim de debater a questão da «segurança» de Isabel. Quando Norfolk foi declarado culpado de traição e condenado à morte, Isabel hesitou em relação à sua execução, ao passo que Cecil e os seus aliados protestantes queriam ver Maria e Norfolk mortos. Tinham garantido a reunião deste Parlamento para tentar executá-la assim como ao duque. O seu objectivo era fazer uma proposta de lei de proscricção pela qual Maria seria declarada «culpada» de traição por um Decreto do Parlamento e sem um julgamento formal, desse modo evitando o problema de apresentar provas.

Num memorando redigido na véspera da reunião do Parlamento, Cecil censurou Isabel pela «maneira duvidosa como tratava a rainha dos escoceses». O seu parecer era arrepiante. A única Maria «boa» era uma Maria morta. O erro de

Isabel era o seu desejo de dar à prima o benefício da dúvida. Em vez de a ameaça que ela colocava estar a diminuir, estava a aumentar. Todos os católicos apoiavam a sua pretensão dinástica, como fazia qualquer um que colocasse a sua ênfase no direito hereditário. Maria gozava do apoio espanhol e dos Guise. O seu «partido» mantinha que ela tinha direito a ser a rainha legítima de Inglaterra. Só precisava de ter as forças e a oportunidade para desencadear um golpe de Estado.

Quando o Parlamento se reuniu, os membros da facção política mais próxima de Cecil exigiram a execução de Maria. A Primavera estava invulgarmente quente e a temperatura na Câmara dos Comuns ainda mais quente. Oradores sucessivos levantaram-se para denunciá-la, repetindo-se, quase palavra por palavra. Maria, argumentaram, tinha-se desqualificado. Já não era rainha, mas antes a «antiga rainha dos escoceses». Era «uma rainha de tempos passados e, contudo, pelos seus actos, agora não era rainha». Era parente de Isabel «e, contudo, uma irmã muito desnaturada». «Procurara despojar Sua Majestade a rainha da sua coroa... fizera tão pouco caso da bondade da rainha para com ela que não merecia nenhum favor.» É «apenas um cometa, que prognostica a queda do seu reino». «Não é nenhuma rainha nossa, não é nenhuma das nossas ungidas. Os exemplos do Velho Testamento não são poucos para a condenação à morte de reis perversos.»

A *Detecção* posta a circular por Cecil fizera o seu trabalho. Maria era «Jezabel», «Atália», «idólatra», a «mulher mais perversa e imunda». Era «o dragão monstruoso e enorme e massa da terra». Não havia segurança para Isabel enquanto ela estivesse viva. «Foi uma assassina do seu marido, uma adúltera, uma frequente perturbadora da paz deste reino, e por isso deve ser tratada como uma inimiga. E, portanto, o meu conselho é cortar a sua cabeça e sem mais demoras.»

Foram citados precedentes de tratados legais e históricos para justificar o seu julgamento e execução:

Cada pessoa delinquente deve ser julgada no local onde cometeu o crime...
Um rei de passagem pelo reino de outro ou aí residente é apenas uma pessoa privada...
Um rei deposto não deve ser confundido com um rei...
Um rei ainda que não deposto pode cometer traição...
O castigo tem de ser equivalente aos delitos cometidos...
A morte é a pena por traição.

Um dos protegidos de Cecil, Thomas Norton, resumiu a disposição do Parlamento. «A execução da rainha escocesa é uma necessidade, pode ser feita legalmente... Uma impunidade geral para cometer traição nunca foi permitida a qualquer... Direis que ela é uma filha de rainha e portanto deve ser poupada; então poupai Sua Majestade a rainha que é uma filha de rei e nossa rainha.» Este orador até citou a *Detecção*: «A necessidade desesperada ousa fazer o extremo...» Quem sabe que maldade a serpente poderia fazer se a deixassem viver?

Mas podia Maria, uma rainha dos escoceses ungida, cometer traição em Inglaterra? Isabel ainda não pensava assim. Recusou-se a entregar ao Parlamento um machado para a execução de Maria e em vez disso incitou os membros do Parlamento a recorrer a um decreto que a excluísse da sucessão. Contudo, quando o projecto foi aprovado, ela vetou-o. Alegou que não era um veto, mas estava a jogar com as palavras. Não conseguiu arranjar coragem para ir contra uma rainha ungida, cedendo apenas aos apelos do Parlamento para executar o duque de Norfolk, que foi decapitado a 2 de Junho, um mês antes de o Parlamento terminar.

Cecil estava frustrado. Como escreveu a Walsingham, então ainda em França: «Tudo aquilo para o qual trabalhámos e que com pleno consentimento moldámos... Quero dizer, uma lei para tornar a rainha escocesa incapaz e indigna de sucessão à coroa... foi por Sua Majestade nem aprovado nem rejeitado, mas adiado.» E numa segunda carta fez uma queixa estridente acerca de como a «mais alta pessoa» no reino (ou seja, Isabel) fracassara em actuar e, portanto, envergonhara os seus conselheiros.

Cecil não era temerário para dizer isso a Isabel cara a cara. Não precisava de o fazer, visto que ela se encontrava bem ciente de que invocara a prerrogativa real para defender a sua prima ao arrepio do Parlamento, ilibando-se ao prometer que o decreto de exclusão podia ser recuperado mais tarde. Mas o dia marcado chegou e passou, e quase quatro anos decorreram até o Parlamento se reunir de novo. Ninguém tocou em Maria. Cecil não conseguiu um machado nem um decreto.

A mais intrépida das aranhas não afrouxou nem um instante. *Lady Catarina Grey*, a herdeira presuntiva segundo os termos do testamento de Henrique VIII, e a irmã estavam ambas mortas. Cecil virou toda a sua atenção para o objectivo de

conseguir a exclusão de Maria da sucessão por todos os meios. Enviou o cunhado, Henry Killigrew, numa missão secreta à Escócia para ver se, no caso de Maria lhes ser devolvida, os lordes protestantes a submeteriam a julgamento e a executariam. A fim de cumprir essa delicada tarefa, Killigrew foi chamado de França, onde as suas instruções tinham sido de angariar apoios para a execução de Maria entre os inimigos da família Guise.

Outro dos intermediários de Cecil era Robert Beale, cunhado de Walsingham, mais tarde o encarregado de entregar o mandado para a execução de Maria no Castelo de Fotheringhay. Começou a demonizar Maria e a fazer pressão a favor de uma política integrada, ligando o apoio inglês à causa protestante no estrangeiro e a «extirpação» do catolicismo em Inglaterra. No que dizia respeito aos católicos, Beale aconselhou que «a principal cabeça deles devia ser eliminada». «Ou seja, a rainha dos escoceses, que tal como tem sido a principal causa da destruição de dois reinos, de França e da Escócia, tem desempenhado um papel igual aqui.»

Era só uma questão de esperar até Maria ser apanhada. Paciência e vigilância eram necessárias. Quando Walsingham regressou a Inglaterra, a interceptação das cartas dela aumentou. Foi-se acumulando um enorme montão de transcrições decifradas, muitas delas respeitantes a pensões que Maria concedeu a católicos exilados no estrangeiro. Também recompensou os que fugiram depois da derrocada do Levantamento do Norte. «Peço-vos», escreveu em 1577 ao seu agente em Paris, «dai a entender ao papa assim que puderdes que tudo o que resta do meu dote (como podeis informá-lo) não é suficiente para a manutenção dos assuntos da minha residência e para prover às necessidades dos ingleses e escoceses banidos que sou obrigada a ajudar.» No mesmo ano apelou a Filipe II para «tomar conta dos que foram banidos para fora de Inglaterra e o conde de Westmorland». O primo, o jovem duque de Guise, seria o destinatário de pedidos semelhantes.

Pouco a pouco, Walsingham foi juntando as peças de um quebra-cabeças ligando os agentes de Maria a Filipe II, ao papa, à família Guise, ao grão-mestre da Ordem de Malta e ao embaixador espanhol em Roma. Mas nada de invulgar foi encontrado para que se pudesse fazer uma interpretação maldosa delas até 1579.

Nesse ano, Esmé Stuart, senhor d'Aubigny, primo direito do segundo marido de Maria, lorde Darnley, regressou à Escócia, vindo de França. As suas maneiras cortesias e aspecto atraente cativaram o impressionável jovem Jaime, que o encheu de presentes e o fez duque de Lennox. Daí a menos de um mês, Jaime iria abandonar a sua sala de estudo no Castelo de Stirling e ocupar o seu lugar em Holyrood. D'Aubigny reformou a corte e a residência real segundo o modelo francês e depois virou a sua atenção para os seus inimigos entre os restantes Lordes Confederados. Em Dezembro de 1580, Morton foi detido e executado no mês de Junho seguinte. Maria ficou radiante, acreditou que os acontecimentos estavam a virar-se a seu favor e que em breve seria restabelecida como rainha dos escoceses.

Entrou em contacto com Castelnau na embaixada francesa em Londres. Concordaram em trabalhar juntos para alcançar a independência da Escócia sob a protecção de França e com Maria como rainha. O projecto deles iria ressuscitar a «velha aliança». Como Castelnau lembrou a Catarina de Médicis e a Henrique III – com grandes custos para ele, visto que a sua ligação a Maria iria ocasionar o fim prematuro da sua carreira –, «Convém a Vossa Majestade preservar a aliança com a Escócia, que sempre foi o freio para a Inglaterra.»

Todo o trabalho de Cecil desde o tratado de Edimburgo em 1560 parecia prestes a ser desfeito. D'Aubigny tinha o apoio dos Guise, que estavam a fazer um regresso na década de 1580, na sua capacidade de aliados de Filipe II na Liga Católica francesa. Seria a sua influência combinada sobre Jaime suficiente para convencer o susceptível adolescente a convidar a mãe a regressar à Escócia como rainha?

Em Novembro de 1581, Isabel procurou recuperar o terreno perdido. Enviou Beale a Sheffield para ver se Maria poderia ser usada como distração contra o filho dela. Maria estava entusiasmada por voltar às luzes da ribalta, mas não tencionava jogar esses jogos. Apresentou um esquema alternativo a Beale, pelo qual seria restabelecida no seu trono como co-governante, com o filho. Usou todas as armas do seu arsenal a fim de obter o apoio de Beale para a sua ideia, mas ele era imune aos seus poderes de sedução. Quando as táticas de Maria falharam, tentou uma abordagem mais teatral. Exagerou a sua doença, explorando o seu efeito dramático ao fazer as entrevistas a partir do leito de doente. Afirmou que estava a morrer. Tinha estado a vomitar e encontrava-se

imobilizada devido à falta de exercício, mas secretamente estava eufórica com a perspectiva de recuperar a sua liberdade.

Beale não era assim tão fácil de enganar. Quando encontrou Maria e as damas de companhia «a chorar no escuro», retirou-se, mais tarde comentando que «as partes com quem um homem lida são muito manhosas». Partiu de Sheffield com as garantias de Maria de que reconhecia Isabel como a rainha legítima de Inglaterra e de não ter relações com poderes estrangeiros ou rebeldes. Todavia, dentro de poucos meses estava a escrever a Bernardino de Mendoza, sucessor de de Spes como embaixador espanhol em Londres, pedindo-lhe informações acerca de novos planos concebidos por d'Aubigny e os jesuítas. Estava determinada a manter todas as opções em aberto.

As suas esperanças foram desfeitas quando uma reviravolta na Escócia levou ao exílio de d'Aubigny. Em Agosto de 1582, enquanto se encontrava fora de casa a caçar, Jaime foi atraído para uma armadilha no Castelo de Ruthven, onde foi aprisionado pelos protestantes e d'Aubigny foi expulso. Maria ficou muito perturbada com essas notícias.

– Quando soube que o meu filho foi levado e surpreendido por rebeldes tal como eu há alguns anos – disse –, não pude deixar de extravasar a minha dor por justo receio de que caísse no mesmo estado em que me encontro.

Mas nem tudo estava perdido. Nessa altura Jaime tinha dezasseis anos e estava a ganhar confiança. Em 1583, escapou aos seus captores e declarou que a sua menoridade chegara ao fim. Já não seria mais um governante regente na Escócia. Quase de um dia para o outro, Henrique III de França entrou em competição com Isabel para o deslumbrar. Henrique enviou dois embaixadores à Escócia com instruções para renovar a «velha aliança». Até reconheceu Jaime como rei, uma jogada que garantiu uma sumptuosa recepção aos seus embaixadores. Algum progresso foi feito nessa diplomacia e, em retaliação, Isabel falou de conceder a sua liberdade a Maria sob condições restritas. Até a influência francesa sobre Jaime poder ser neutralizada, a rainha dos escoceses ainda era uma carta com a qual valia a pena jogar.

Mesmo assim, o seu aprisionamento arrastou-se. Beale foi enviado de volta a Sheffield, onde Maria propôs um acordo no qual ela e Jaime partilhariam o trono. Reconheceriam Isabel como rainha de Inglaterra enquanto vivesse, ao mesmo tempo que reservavam a sua reivindicação dinástica para a sucessão. Não

era uma ideia nova. Mas Isabel estava disposta a tomá-la em consideração. Até enviou Walsingham, muito contra a vontade deste, numa embaixada à Escócia para lançar o plano.

Isso foi pouco depois de Walsingham ter concretizado o seu golpe de espionagem mais significativo, recrutando uma toupeira na embaixada francesa. Foi Laurent Feron, um dos escrivães de Castelnau. Como tinha bons motivos para visitar Walsingham no percurso normal dos seus deveres, era fácil passar-lhe documentos secretos além dos papéis que era suposto mostrar-lhe. Walsingham estava a vigiar atentamente a embaixada porque um jovem e obstinado fidalgo católico, Francis Throckmorton, que também viajara para Madrid e Paris, foi visto a fazer visitas frequentes à mesma. Foi detido em Novembro de 1583, quando confessou sob horríveis torturas que o duque de Guise estava a preparar-se para invadir a Inglaterra e a Escócia com apoio espanhol e papal e que Mendoza era o empresário do plano.

Em Janeiro de 1584, Mendoza foi convocado para se apresentar perante o Conselho Privado e expulso de Inglaterra. Partiu furioso, fechando a porta da embaixada espanhola em Londres durante o resto do reinado de Isabel. Agora Maria dependia de Castelnau para conseguir que as suas cartas e instruções em código fossem entregues aos seus agentes em Paris. Foi aí que entrou a toupeira de Walsingham. Tudo o que enviasse ou recebesse através da embaixada podia ser copiado e enviado para Walsingham. Não muito das provas contra Throckmorton podia ser usado contra ela, porque, se fosse o caso, o disfarce da toupeira seria descoberto e Walsingham não poderia continuar a ler a correspondência secreta dela. Apesar disso, foi preparada uma armadilha.

Maria era ingénua a respeito do perigo que enfrentava. Após tantos anos de aprisionamento, acabara por ocupar um espaço mental fechado no qual a sua noção de realidade estava a esmorecer e a intriga se tornou um substituto para a actividade. Preocupava-se com medidas de segurança mesmo quando arriscava a sua segurança. «A melhor receita para tinta invisível», informou Castelnau (como se ele não soubesse já disso), «é alúmen dissolvido num pouco de água pura vinte e quatro horas antes de ser necessário escrever com ela. Para a ler, o papel deve ser mergulhado numa bacia de água, e depois segurá-lo perto do fogo; a tinta invisível então aparece branca, e pode ser lida até o papel secar.» A

toupeira enviou uma cópia desta carta para um muito divertido Walsingham, em cujos papéis ainda permanece.

Mas em breve Maria não se deixou mais enganar. Após um misterioso silêncio que durou seis semanas, ela escreveu, «pela descoberta de todos os meus agentes que visitaram a vossa casa, muitas pessoas suspeitam que um dos vossos criados foi “virado”, o que, para dizer a verdade, sem dúvida também penso». Felizmente para Walsingham, Castelnau não detectou nenhuma toupeira. Continuou a fazer o que fazia, permitindo ao mestre da espionagem prosseguir a leitura das suas cartas. Elas mostravam que Maria tinha na verdade incitado Throckmorton e prometido recompensá-lo. Exortara Castelnau a fazer tudo o que pudesse para o ajudar, o que era suficiente para provar que ela estava a envolver-se em conspirações mesmo enquanto negociava com Isabel para ser restabelecida como co-governante na Escócia, A fúria de Isabel com esta fraude acabou com todas as perspectivas futuras de um acordo político com Maria. A partir daí, não sealaria mais de uma aproximação.

Depois, em Julho de 1584, ocorreu uma catástrofe. Guilherme de Orange, o líder dos protestantes holandeses na sua revolta contra Filipe II, tombou vítima de uma bala de um assassino católico. As ondas de choque ressoaram por toda a Europa. Isso, e uma série de planos de assassinio contra Isabel, gerou um frenesim em que os católicos e seus aliados foram descritos como terroristas pelos protestantes. Em Outubro, Cecil e Walsingham elaboraram o Vínculo de Associação. Foi modelado sobre exemplos escoceses e huguenotes, alargado para incluir o total da elite protestante e outros que desejassem subscrevê-lo. No seu cerne encontrava-se a noção de cidadania protestante. Os signatários deviam constituir «uma firme e leal sociedade... pela majestade de Deus Todo-Poderoso». Deviam fazer um juramento solene pelo qual se inseriam numa aliança nacional para defender a vida de Isabel e a sucessão protestante.

O Vínculo não era apenas um juramento de lealdade. Era uma licença para matar. Os signatários juraram «perseguir pela força das armas como por todos os outros meios de vingança» quem tentasse fazer mal a Isabel. A retaliação devia ser exercida de imediato. Além disso, «nenhum pretenso sucessor pelo qual *ou para quem*²³ qualquer acto detestável desses for tentado ou cometido» seria poupado. Esta cláusula era a mais arbitrária. Incluía os herdeiros e sucessores do desejado beneficiário. Desse modo, se alguém ameaçasse a vida de Isabel no

interesse da sucessão Stuart, tanto Maria como Jaime VI seriam executados, quer estivessem a par do atentado ou não.

O Parlamento reuniu-se em Novembro para debater o Vínculo. O que se seguiu foi uma prolongada batalha de vontades. Isabel tinha cinquenta e um anos. O pai, Henrique VIII, morrera aos cinquenta e cinco, e a irmã, Maria Tudor, aos quarenta e dois. Apesar da tentativa de assassinio e da iminente guerra com a Espanha, Cecil estava empenhado em resolver de uma vez por todas a questão polémica da sucessão. Queria criar um mecanismo constitucional radical que excluísse Maria e permitisse que um governante protestante fosse escolhido pelo Parlamento quando Isabel morresse. E Isabel estava determinada a impedir que ele o fizesse.

Cecil propôs um «Grão» ou «Grande Conselho» que entraria em acção aquando da morte da rainha, governando como um conselho de regência e convocando um Parlamento que escolhesse um sucessor protestante, cuja autoridade seria confirmada por uma lei. Era uma solução quase republicana para a questão da sucessão, que garantia a exclusão de Maria, visto que os católicos eram inelegíveis para terem lugar no Parlamento, segundo a legislação de 1571. Mas era uma proposta arriscada e do ponto de vista de Isabel uma quase escandalosa subversão dos princípios da monarquia e do direito hereditário.

Ela exerceu o seu poder e ordenou a Cecil que deixasse cair os seus planos para a sucessão. Em vez disso, o Decreto para a Segurança da Rainha, tal como foi aprovado em Março de 1585, tratava de duas contingências, cada uma delas concebida tendo Maria em mente e abrindo caminho para o seu julgamento e execução. A primeira dizia respeito a um reclamante do trono (i. e., Maria) que estivesse envolvido numa invasão, rebelião ou conspiração. Nesse caso, uma comissão de conselheiros privados e outros lordes do Parlamento, auxiliados por juízes, tomaria conhecimento das provas e promulgaria o seu veredicto por proclamação real. Os que fossem considerados culpados seriam excluídos da sucessão, e todos os súbditos «em virtude deste decreto e da indicação de Sua Majestade nesse interesse» podiam exercer a sua vingança matando-os. A seguir, o Decreto considerava a possibilidade do assassinio de Isabel. Nesse caso, os comissários deviam investigar e proclamar a sua sentença como antes, após o

que o desejado beneficiário (i. e., Maria) seria proscrito e ele e seus cúmplices perseguidos e mortos de acordo com o Vínculo.

Mas se o Decreto confirmava o Vínculo no que dizia respeito a Maria, as suas sanções mais draconianas eram moderadas. Ao passo que o Vínculo não previa um julgamento público, o Decreto insistia que os responsáveis fossem julgados por uma comissão. E ao passo que o Vínculo se referia a herdeiros e sucessores (i. e., Jaime VI), Isabel isentou-o, a menos que «aprovasse ou estivesse a par» de uma conspiração. Isso não era mero altruísmo. Isabel estava a ponto de enviar uma força expedicionária sob o comando de Leicester para ajudar os holandeses na sua revolta. Isso significaria guerra aberta com Filipe II, conduzindo à batalha com a armada espanhola. Para proteger a sua fronteira a norte, Isabel abriu negociações com Jaime. E acenou-lhe com a perspectiva que até então sempre recusara. Quando, após a sessão do tribunal na qual Moray exibira as Cartas do Cofre, ela reconheceu um regente da Escócia, não reconheceu Jaime VI como rei. Agora abria a porta para isso e também não excluiu a futura possibilidade da sucessão ao trono inglês, desse modo tentando o rapaz de dezanove anos com a perspectiva desse prémio resplandecente.

Jaime era homem, protestante e estava disponível. O seu namorisco com d'Aubigny e os seus amigos jesuítas tinha sido pouco mais do que uma paixoneta de adolescente. Encontrava-se ressentido com os constrangimentos a que tinha sido sujeito pelos lordes, os impostos por Buchanan, o seu detestado preceptor. Ansiava por um trono mais poderoso do que o da Escócia, e, com uma recompensa tão espectacular como a Inglaterra ao seu alcance, decidiu que não era do seu interesse pensar em partilhar a sua reivindicação dinástica com uma mãe da qual nem se lembrava.

No mesmo mês em que Isabel fez as suas intervenções decisivas no Decreto para a Segurança da Rainha, Jaime informou a sua mãe que sempre a honraria com o título de «rainha-mãe». Mas só poderia ir até aí. Estava fora de questão a soberania conjunta ou o seu regresso à Escócia como rainha. Para Maria era o mais cruel dos golpes. Não podia acreditar no que estava a ler. Por seu turno, sofreu acessos de vômitos, aflição e raiva. «Peço-vos que presteis atenção ao facto», disparou enquanto continha as lágrimas, «de que eu sou a vossa verdadeira e única rainha. Não me insulteis mais com esse título de rainha-mãe... não há nenhum rei ou rainha na Escócia a não ser eu.»

Maria escreveu logo a Castelnau exigindo que, quando tratasse com Jaime, não lhe chamasse rei. Ameaçou deserdar o filho e amaldiçoá-lo se a ignorasse e fizesse um tratado separado com a Inglaterra. Isso tocou-lhe no nervo mais sensível, destruindo tudo pelo qual lutara desde que regressara à Escócia, vinda de França. «Acho», disse, «que nenhum castigo, divino ou humano, pode igualar tão enorme ingratidão, se ele é culpado disso, como preferir optar por possuir pela força e tiranicamente aquilo que só a mim pertence e ao qual não pode ter qualquer direito senão através de mim.»

E no entanto, um ano depois, o tratado com a Inglaterra foi assinado. Jaime, talvez sem se aperceber disso, fez com que a execução da sua mãe em Fotheringhay se tornasse inevitável. Com a sua assinatura, tornou-a irrelevante e dispensável. Para Maria, que sofrera tantos contratempos quando os seus inimigos e rivais acharam que ela se atravessava no seu caminho, era a derradeira rejeição. Ficou desesperada. A profecia da *Detecção* estava agora a cumprir-se: «A necessidade desesperada ousará o extremo...», dissera.

A partir desse momento, Maria encontrava-se preparada para dar ouvidos a qualquer conspiração que pudesse oferecer uma oportunidade de escapar, por mais implausível que pudesse parecer e por mais obscuros que fossem os seus defensores. E Walsingham estava à espera dela. Já não precisava da sua toupeira na embaixada francesa porque Castelnau estava a ser eficazmente chantageado. Para o poupar a exposição pública enquanto cúmplice da conspiração de Throckmorton, foi-lhe pedido que mostrasse todas as cartas em seu poder endereçadas a Maria ou desta para Walsingham. Depois, quando Paulet substituiu *sir* Ralph Sadler como guarda de Maria e ela foi devolvida à maior segurança de Tutbury, todos os contactos dela com o mundo exterior foram fechados. Não havia mais necessidade de fingimento. As cartas dela deviam ser enviadas a Walsingham a fim de serem encaminhadas. Maria ficou indignada com esta flagrante interrupção das suas comunicações, mas em vão. Nenhuma das suas cartas era já confidencial, porque o mestre de espionagem de Cecil estava a lê-las.

Na altura em que uma autêntica – ainda que irrealista – conspiração para assassinar Isabel foi gerada sob a liderança de um jovem ingênuo chamado Babington, a rede de Walsingham encontrava-se completa. A sua armadilha estava preparada e saltou. Como escreveu a Leicester: «Se o assunto for bem

tratado, partirá o pescoço de todas as práticas perigosas durante o reinado de Sua Majestade.» Desta vez, nenhum erro seria cometido. Tinham iniciado o jogo final. As provas seriam obtidas por todos os meios e Isabel seria obrigada a agir de acordo com o Decreto para a Segurança da Rainha. Cecil sairia vitorioso e Maria seria decapitada.

⁶⁹ I. e., a Virgem Maria com a ajuda de todos os santos no Céu.

⁷⁰ Ver capítulo 22.

⁷¹ Uma versão latina foi também publicada anonimamente, sem identificar o editor ou o lugar da edição; seguiu-se uma tradução autêntica em 1572, publicada em St. Andrews, após a qual as Cartas do Cofre foram reveladas.

⁷² I. e., Jaime VI.

⁷³ O itálico é meu. (*N. do T.*)

Capítulo 29

Vingança

Maria sentiu que tinha sido despedaçada quando o filho, Jaime VI, a rejeitou a fim de abrir caminho para a suas perspectivas dinásticas brilhantes. *Sir Amyas Paulet*, o carcereiro dela em Tutbury e Chartley, previu com frieza a sua reacção. Tal como avisou Walsingham, era «quando se encontrava no seu ponto mais baixo que o seu coração estava no ponto mais alto, e estando preparada para as situações limite, provocará os inimigos a fazerem o pior». Apesar das suas pernas inflamadas e da fraqueza física causada sobretudo pela inércia, ainda era a mesma Maria que cavalgara com o capacete de aço à frente do seu exército durante a Incursão da Perseguição por todo o lado e lidara muito engenhosa e corajosamente com Darnley após a conspiração contra Rizzio.

Adivinhou o motivo pelo qual Paulet cortara as suas ligações com o mundo exterior. Walsingham compreendeu que o seu êxito em fazer xeque-mate a Castelnau tinha sido completo. Se queria enganar Maria, então, em vez de bloquear toda a sua correspondência, teria de lhe arranjar um novo correio em quem ela confiasse e acreditasse estar segura. Castelnau já não podia desempenhar esse papel visto que se encontrava desacreditado tanto em Inglaterra como em França pela sua cooperação com a conspiração de Throckmorton e por ter ajudado Maria além das suas instruções. Foi substituído como embaixador francês, em Setembro de 1585, por Guillaume de l'Aubépine, barão de Châteauneuf.

O génio de Walsingham como mestre da espionagem consistia na sua capacidade para penetrar as redes dos seus adversários católicos e virá-las a seu favor. Recrutou um refugiado católico desertor, Gilbert Gifford, a fim de estabelecer um canal de comunicação vigiado entre Maria e a embaixada francesa. Gifford era amigo de um dos agentes de Maria em Paris, que certificou as suas credenciais. A operação foi posta em andamento por volta do fim de Janeiro de 1586 e em breve Walsingham acumulava um novo montão de papéis

com informações confidenciais ainda maior e mais informativo do que antes. Maria confiou em Châteauneuf, que acreditava ser um católico zeloso do tipo de quem poderia obter a sua liberdade e tomar em consideração o decreto papal de 1570 que declarara Isabel excomungada e deposta. Escreveu-lhe, inconsciente de que Gifford estava a trabalhar para Walsingham e a reencaminhar as cartas dela para o gabinete dele a fim de serem inspeccionadas antes de serem entregues na embaixada.

Maria instou Châteauneuf a ter cuidado com «espiões» e «toupeiras» que pudessem existir entre os seus secretários. Também aprendera a lição acerca de usar alúmen como tinta invisível. Era descoberta com facilidade, disse, «e, portanto, não façais uso disso excepto numa emergência». Se não houvesse outra alternativa, sugeria esconder mensagens secretas «em livros novos» como os que lhe enviavam, «escrevendo sempre na quarta, oitava, décima segunda e décima sexta página, e assim por diante, de quatro em quatro... e fazei com que fitas verdes sejam atadas a todos os livros em que escrevestes dessa maneira».

Maria pediu que as cartas para ela fossem embaladas, embrulhadas, nas solas ou saltos dos novos sapatos elegantes que ainda usava e dos quais recebia remessas regulares, ou então enfiadas entre os painéis de madeira dos baús e caixas que eram usados para transportar as suas sedas ou outras mercadorias enviadas de Londres ou Paris. No auge do plano de armadilha de Walsingham, Gifford deu por si a usar uma pequena caixa impermeável que enfiou através do orifício de um barril de cerveja, onde flutuou na superfície da cerveja. Paulet foi encarregado por Walsingham de interceptar os barris, que eram entregues todas as semanas pelo fabricante de cerveja. Depois, no momento crucial, o principal decifrador de Walsingham cavalgou para Chartley e introduziu-se, incógnito, na residência de Paulet para ler e copiar os documentos interceptados, após o que foram outra vez bem selados e devolvidos à sua caixa dentro do barril.

O avanço inicial de Walsingham aconteceu em Março de 1586. Maria enviou a Châteauneuf a chave de uma nova cifra, talvez concebida por ela, que insistiu que usasse para a correspondência entre eles, visto que as antigas cifras fornecidas por Ridolfi e Castelnau encontravam-se comprometidas. O principal decifrador de Walsingham não teve de decifrar o código, que lhe foi inadvertidamente fornecido, desta vez por Maria. Foi apenas o primeiro de uma série de erros de avaliação que conduziram à queda dela. Como Châteauneuf

explicou lacónico no seu último relatório sobre a derrocada para Henrique III, «a rainha dos escoceses e os seus principais servidores depositaram grande confiança no dito Gifford... e daí veio a ruína da dita rainha». Em vez de procurar espiões na embaixada francesa, Maria devia ter sido menos confiante quando Gifford apareceu de repente para oferecer os seus serviços como correio.

Pouco depois, um plano desmiolado tomou forma. Anthony Babington era um jovem fidalgo católico e rico com muito tempo disponível e que tinha servido o conde Shrewsbury em Sheffield como pajem. Agora com vinte e cinco anos, era casado e tinha uma filha pequena. Envolveu-se nas franjas de uma conspiração católica quando visitou França em 1580 para ter uma educação superior. No regresso a Inglaterra, prestava serviços a numerosos sacerdotes e missionários católicos como um favor. Acima de tudo, fez seguir cinco maços de cartas confidenciais para Maria antes de ela ser transferida da custódia de Shrewsbury para a de Sadler.

O papel de Babington como conspirador podia ter parado aí, mas as suas ligações com agentes de Maria em Paris arrastaram-no para uma conspiração clandestina, depois de Mendoza ter sido expulso enquanto embaixador espanhol em Londres. Mendoza foi viver em Paris e foi a partir daí que começou a chocar a ideia de um golpe de Estado. O plano de Mendoza visava conjugar uma revolta dos católicos ingleses, uma invasão espanhola, o assassinio de Maria e por fim a libertação e triunfo de Maria.

Em Maio e Junho de 1586, Babington primeiro conspirou com John Ballard, um sacerdote-soldado e fanático, Gifford e outros. Numa reunião nos seus aposentos em Londres, no dia 7 de Junho, foi acordado que Isabel devia ser capturada e Maria libertada com ajuda estrangeira. Após treze conspiradores terem sido recrutados, muitos deles mais comprometidos com a conspiração do que ele, Babington propôs relutante o assassinio de Isabel por um grupo de «seis cavalheiros», embora os nomes dos «seis» nunca fossem estabelecidos.

Mas será que Maria aprovaria o plano? Babington escreveu para lhe perguntar a 6 de Julho. Graças ao papel de Gifford como seu correio, a carta foi interceptada e os homens de Walsingham alertados. Ele percebeu que essa era a oportunidade pela qual esperava para encurralar Maria. A conspiração não era uma « projecção »²⁴ para a incriminar – existia, mas em vez de a cortar pela raiz, o mestre da espionagem de Cecil deixou que ela se desenvolvesse a fim de que

pudesse obter provas escritas que a levassem a um julgamento do qual dependesse a sua vida. Walsingham esteve envolvido desde o início até ao fim, entrevistando Babington não menos de três vezes depois da conspiração se ter desenvolvido e antes de o deter, para ver se ele estaria disposto a desertar e implicar Maria. A conspiração estava desorganizada, era quase um produto da fantasia. Babington estava cheio de dúvidas e Walsingham até teve de enviar Gifford para o animar quando entrou em pânico e quis recuar.

Walsingham enviou Thomas Phelippes, seu escrivão e principal decifrador, para perto de Chartley, a 2 de Julho. Aguardou aí até dia 10, quando recebeu a carta de Babington. Depois de a ter conseguido decifrar, a carta foi devolvida à caixa secreta escondida dentro do barril de cerveja e este reintroduzido em Chartley. Em prontidão para a resposta de Maria, o decifrador sentou-se e esperou.

Maria matutou durante uma semana antes de a enviar. A sua angústia e desespero levaram-na à imprudência. Sopesou as suas opções, que por essa altura eram muito limitadas, e decidiu arriscar. Em primeiro lugar na sua mente encontrava-se o receio de poder ser discretamente assassinada. «Ela percebeu», escreveu Paulet a Walsingham, «que a sua destruição era procurada, e que a sua vida lhe seria tirada, e que depois seria dito que morrera de doença.»

Uma vez tomada a decisão, Maria ficou entusiasmada. A sua súbita animação foi observada por Phelippes, que reparou na sua mudança de humor com sinistra satisfação. A saúde dela melhorou e foi autorizada a sair de coche para gozar o sol de Verão. Enquanto era levada para fora dos portões, Maria passou pelo decifrador, que a reconheceu. «Recebi uma expressão sorridente», informou Walsingham, «mas pensei nos versos:

*Quando alguém te faz uma saudação,
Tem cuidado porque pode ser um inimigo.»*

Maria elaborou as suas ideias para a resposta fatal. Depois delineou alguns tópicos no papel e sentou-se à mesa no escritório com os seus secretários para os discutir. O mais velho dos dois era Claude Nau, o irmão do cirurgião que tinha salvado a vida dela após a úlcera gástrica ter rebentado em Jedburgh. Tomou notas, depois fez o rascunho de uma carta para Babington em francês que submeteu à aprovação de Maria. A seguir, traduziu-a em inglês. A versão final

«autêntica» da resposta foi feita em inglês, não em francês, nesta ocasião. O motivo era que a cifra que Babington estava a usar era baseada no inglês. O rascunho original francês de Nau não chegou até nós⁷⁵ e mesmo que tivesse chegado, não teria sido o documento que Walsingham mais desejava, porque precisava do texto tal como foi enviado a Babington. Mesmo nesse caso, estaria em cifra, e não escrito pela mão de Maria.

A carta de Maria ficou terminada a altas horas da noite de 17 de Julho. Foi enviada no dia seguinte, bem cedo, quando foi recuperada do barril de cerveja e trazida ao agente de Walsingham a fim de ser decifrada. O seu texto decifrado em inglês – a importantíssima prova que seria apresentada contra Maria no seu julgamento – foi enviado a Walsingham no dia 19. Para indicar a sua urgência e como símbolo do humor negro do decifrador, foi desenhada uma forca na parte de fora.

Assim que Walsingham leu a carta de Maria, percebeu que seria muito mais incriminatória do que o anterior apelo aos seus apoiantes estrangeiros antes do Levantamento do Norte. Aí ela falara em termos gerais e alusivamente. Aqui era quase explícita:

Os assuntos estando desse modo preparados e as forças em prontidão tanto fora como dentro do reino, então será o momento de os seis cavalheiros começarem a trabalhar recebendo ordens, para o cumprimento do seu desígnio, eu posso ser transportada para fora deste lugar, e que todas as vossas forças ao mesmo tempo estejam no terreno para se encontrarem comigo esperando a chegada da ajuda estrangeira, a qual então deve ser apressada com toda a diligência.

O sentido é claro. Maria dera o seu consentimento ao assassinio de Isabel e a uma invasão estrangeira. A rigor, não especificara qual seria o «trabalho» dos seis cavalheiros, mas a carta de Babington à qual estava a responder incluía esta passagem pormenorizada: «Para o despacho da usurpadora, da obediência da qual, pela sua excomunhão, estamos libertos, haverá seis nobres cavalheiros, todos meus amigos privados, que pelo zelo que mostram pela causa católica e pelo serviço de Vossa Majestade levarão a cabo essa execução trágica.»

Quando as duas cartas são lidas juntas, a cumplicidade de Maria na conspiração é inegável. No seu julgamento, ela protestou que a prova contra ela era circunstancial. Exigiu ser julgada apenas pelas suas palavras e escritos, dizendo que nas suas palavras não se encontraria nenhum consentimento ou

incitamento a assassinio. Recusou-se a aceitar que as duas cartas fossem vistas como formando um todo.

Isso tornar-se-ia o cerne da sua defesa, e não a posterior alegação de falsificação. Tem havido muita confusão acerca de um *postscriptum* que o principal decifrador de Walsingham acrescentou à versão final «autêntica» da sua carta antes de a devolver à sua caixa no barril de cerveja para subsequente entrega a Babington. Foi construída toda uma teoria da conspiração sobre este breve *postscriptum*, em que o decifrador é acusado de «adulterar» o corpo principal da carta para incriminar Maria na conspiração de homicídio. Mas não há provas que apoiem a alegação de que o texto principal da carta foi alterado, e o *postscriptum* – uma falsificação flagrante e audaciosa da qual Phelippes até de forma insolente deixou o seu rascunho nos arquivos – não foi usado contra Maria. Era uma jogada táctica desajeitada: uma tentativa para aliciar Babington a revelar os «nomes e qualidades» dos «seis cavaleiros» e seus cúmplices para que Cecil e Walsingham pudessem detê-los a todos. Não resultou, porque Babington ficou com suspeitas e fugiu. Dez dias depois, foi apanhado num celeiro com o cabelo cortado curto e a cara suja para o fazer parecer um trabalhador rural.

Walsingham demorou tempo a levar os conspiradores a julgamento. A sua principal presa era Maria, que foi levada para a casa de *sir* Walter Aston em Tixall, a cerca de cinco quilómetros de Chartley. Foi concebido um subterfúgio para a separar dos seus secretários e apanhar todo os seus papéis e cifras antes que ela soubesse que Babington e os cúmplices iriam ser executados. Ela encontrava-se demasiado alegre. Quando Paulet a convidou a fazer uma cavalgada e a juntar-se a uma caçada ao veado no parque vizinho da casa de *sir* Walter, ela agarrou logo a oportunidade. As suas pernas estavam tão melhores que conseguiu montar a cavalo pela última vez na sua vida.

A 11 de Agosto, partiu com Paulet e os acompanhantes deste para a caçada, acompanhada pelos seus secretários, pelo seu leal criado Bastian Pages e pelo médico, Dominique Bourgoing, a quem devemos um relato vivido dos últimos sete meses da vida dela. Após terem percorrido uma distância curta, Paulet e alguns dos seus homens ficaram para trás. No horizonte, aparecera um grupo de cavaleiros. O coração de Maria deve ter saltado. A sua visão era quase apocalíptica, porque era um grupo assim que imaginara que Babington lhe

enviaria para a libertar. O comandante do grupo conferenciou com Paulet e depois avançou. Desmontou e disse a Maria que tinha sido descoberto um plano para matar Isabel e as suas instruções eram para deter os seus secretários e levá-la em segurança sob escolta para Tixall.

Maria tentou mentir para se livrar de problemas. Queixou-se que Isabel tinha sido induzida em erro. «Sempre me mostrei sua boa irmã e amiga», insistiu. Ordenou aos servidores que desembainhassem as suas espadas para a defenderem, mas os outros eram em maior número e tinham pistolas carregadas. Depois de todos serem desarmados, Maria desmontou e sentou-se no chão. Recusou-se a mexer-se, dizendo que preferia morrer onde estava. Paulet ameaçou mandar buscar o coche dela e tirá-la dali à força. Maria exigiu saber para onde seria levada. Sentou-se colada ao chão até Bourgoing vir para o seu lado a fim de a confortar e ajudá-la. Por fim, concordou em sair dali, mas primeiro ajoelhou-se encostada a uma árvore e rezou em voz alta. Paulet e os seus homens foram obrigados a esperar que ela acabasse de rezar.

Maria foi mantida em Tixall durante quinze dias. Enquanto se encontrava lá, os seus aposentos em Chartley foram revistados e os seus papéis guardados em três grandes cofres. Os secretários foram escoltados primeiro até uma aldeia ali perto e depois para Londres, a fim de serem interrogados. Seguiram-se os seus papéis. Tudo que foi encontrado foi levado: cartas, rascunhos, anotações, minutas, memorandos e as chaves e tabelas de umas sessenta cifras. Tudo isso foi trazido para Walsingham, que presidiu a uma comissão de conselheiros privados encarregados de esquadriñar o arquivo inteiro, procurando provas que podiam se usadas para a condenar.

A 25 de Agosto, Maria foi trazida de volta para Chartley. Quando atravessou os portões de Tixall, uma pequena multidão de curiosos tinha-se juntado ali. Aproveitando a oportunidade, Maria gritou aos mendigos:

– Não tenho nada para vós. Também eu sou uma mendiga. Tudo me foi tirado.
– E para os outros, chorando: – Não sei nem tenho conhecimento de alguma coisa planeada contra a rainha.

Mas a humilhação de Maria mal tinha começado. Quando chegou a Chartley, ficou exasperada ao descobrir as suas gavetas e aposentos saqueados. Lutando para conter as lágrimas, gritou:

– Alguns de vós ireis arrepender-vos disto! – Depois declarou que havia duas coisas que não lhe podiam ser tiradas – o seu sangue real e a sua religião, que guardarei até à minha morte.

A 5 de Setembro, Paulet recebeu ordem para confiscar o dinheiro de Maria e isolá-la o mais possível dos servidores. Até Walsingham ficou alarmado com essas medidas, «no caso de elas a lançarem nalguma doença». Se Maria morresse inesperadamente, tornar-se-ia uma mártir para a causa católica, o centro de um foco de publicidade. Ele desejava evitar uma coisa dessas a todo o custo. Mas Isabel foi inflexível. Pela primeira vez desde que tinha brigado com a sua prima acerca da ratificação do tratado de Edimburgo, endureceu o seu coração. Por fim, levou a sério os avisos extremos de Cecil acerca da sua segurança. Receou que pudesse ser vítima de veneno ou da bala de um assassino e já se tinha ido esconder no Castelo de Windsor, então mais uma fortaleza do que um palácio e que mal visitava, excepto quando sentia que a sua vida se encontrava em perigo. Sabia que mais cedo ou tarde Maria teria de ser levada a julgamento. O Conselho Privado estava a pressionar para que fosse convocado o Parlamento e era óbvio o que a facção interior de Cecil iria exigir após os seus pedidos estridentes, em 1572, de que Maria fosse executada. Ao contrário de Cecil e Walsingham, Isabel preferia que Maria morresse de causas naturais. A sua ideia era que, confiscando o seu dinheiro e mantendo-a o mais longe possível em confinamento solitário, ela ficaria tão desmoralizada que as suas doenças e aflições iriam piorar de uma maneira fatal.

Isabel podia permitir-se virar-se contra Maria, que era irrelevante e descartável depois de Jaime VI ter assinado um tratado separado com Inglaterra. E, no entanto, sentiu-se relutante em levar a julgamento a sua prima e «rainha irmã». Não era escrupulosa, mas não queria a responsabilidade de executar uma rainha ungida, com todas as implicações que isso poderia ter por minar o ideal da monarquia. Se Maria não morresse naturalmente, a preferência de Isabel ficaria mal disfarçada. Desejava vê-la perseguida e morta segundo os termos do Vínculo de Associação.

Isabel tinha uma noção clara dos problemas. Sabia que o regicídio autorizado por uma lei feita no Parlamento iria alterar o futuro da monarquia nas Ilhas Britânicas. Teria tendência a tornar o governante responsável perante o Parlamento, diminuindo para sempre a «divindade que rodeia um rei». Isso era

pouco preocupante para Cecil, cujo objectivo durante quase vinte anos tinha sido a execução de Maria e a garantia de uma sucessão protestante.

Por essa altura, Maria encontrava-se doente de cama. Quando Paulet veio confiscar o seu dinheiro, Maria insurgiu-se contra ele e os seus amos políticos. Numa cena pungente, recusou-se a entregar a chave do seu aposento, mas Paulet ordenou aos seus homens que arrombassem a porta. Então Maria cedeu e pediu às suas damas de companhia que entregassem a chave. Quando os homens de Paulet levaram o dinheiro, Maria levantou-se da cama e «sem chinelos ou sapatos seguiu-os, arrastando-se o melhor que pôde para o seu gabinete». Suplicou-lhes que lhe dessem algum tempo, mas o coração de Paulet era feito de pedra.

Entretanto, o Conselho Privado reunia-se todos os dias à porta fechada em Windsor. Isabel pediu retaliação contra Maria, mas pôs objecções a tudo o que foi proposto. Cecil escreveu a Walsingham, que se encontrava doente na sua casa de Lonbres: «Ainda estamos em longas discussões, mas nenhuma conclusão se aguentam, sendo tão variáveis como o tempo... e portanto as coisas estão longe de serem realizadas para se trazer a rainha escocesa para algum lugar adequado onde a sua causa e ela sejam ouvidas.» Isabel rejeitara a Torre como sendo demasiado perto de Londres. Todos concordaram com a escolha do Castelo de Hertford durante um dia, mas depois Isabel mudou de ideias.

Por fim foi escolhido o Castelo de Fotheringhay, em Northamptonshire. Desde a morte de Henrique VIII, tinha sido sobretudo usado como prisão, mas ainda se encontrava num razoável estado de conservação. Era acessível a partir de Londres, mas não demasiado próximo. E estava a uma distância razoável de Staffordshire, reduzindo o risco de Maria fugir durante o trajecto.

Maria partiu de Chartley para Fotheringhay no dia 21 de Setembro. Aos quarenta e três anos, encontrava-se envelhecida. O reumatismo e as pernas inchadas estavam a piorar, e o ritmo foi lento. Demorou quatro dias a chegar ao seu destino final, uma mulher fisicamente destroçada, mas que ainda insistia em ter o máximo de grandeza que podia ser preservado. Mesmo no seu actual estado diminuído, faltando-lhe dinheiro para pagar os bens essenciais assim como os luxos, foram requeridas vinte mulas para transportar as suas bagagens.

Os preparativos de Cecil para o julgamento foram meticulosos. Todos os pormenores foram bem planeados: foram tiradas medidas dos aposentos,

requisitados móveis e um planeamento dos lugares sentados. Comida e lenha em quantidades suficientes foram trazidas para ali e estabelecidas as disposições para as refeições e tempo de descanso. Segundo o Decreto para a Segurança da Rainha, Maria seria julgada por uma comissão de não menos que vinte e quatro nobres e conselheiros privados, que deviam ser aconselhados e assistidos por juízes de direito comum. Neste caso, mais de quarenta comissários foram nomeados, mas sete ou oito não apareceram. Para grande desagrado de Isabel, uma série deles esquivaram-se às convocatórias com a desculpa de doença. Também eles não queriam participar num regicídio.

O lugar escolhido para sala de audiências foi o salão de recepções no primeiro andar dos antigos aposentos de cerimónia, um espaço com cerca de vinte metros de comprimento e seis metros de largura, que foi dividido em duas metades desiguais por um parapeito à altura da cintura. O espaço maior diante do parapeito seria a sala de audiências. Na extremidade superior havia uma cadeira numa plataforma elevada por baixo de um baldaquino brasonado com as armas reais de Inglaterra. Isso simbolizava o trono de Isabel e foi deixado vazio durante os procedimentos. Foram dispostos bancos em cada um dos três outros lados do espaço, destinados aos nobres e conselheiros privados, com mais bancos e uma mesa no centro para os juízes, advogados e notários. Uma cadeira de costas altas com uma almofada de veludo vermelho foi colocada para Maria, de lado, atrás dos juízes principais e diante dos nobres sentados à direita do trono, se vistos a partir do centro do espaço. A outra parte, mais pequena, atrás do parapeito, foi usada como lugares em pé para os cavaleiros e fidalgos do condado, a quem foi permitido assistirem aos eventos.

A maioria dos comissários congregaram-se em Fotheringhay na terça-feira, 11 de Outubro, ao passo que Cecil chegou bem cedo na manhã seguinte. Assumiu o controlo desde o início, enviando uma pequena delegação a Maria no seu aposento privado. Entregaram-lhe uma carta de Isabel informando-a que ia ser julgada. Depois de ler a carta, Maria recusou comparecer perante a comissão.

– Sou uma rainha verdadeira – disse-lhes – e não farei nada que possa prejudicar a minha majestade real ou outros príncipes na minha posição e categoria ou o meu filho. – Estava calma e composta durante a entrevista, falando devagar, mas com confiança. – A minha mente ainda não está desanimada – disse-lhes – nem me afundarei sob a minha calamidade.

A delegação retirou-se, deixando Cecil a repensar as suas táticas. Passou a maior parte da quinta-feira, o dia seguinte, a tentar induzi-la a mudar de ideias. Chefiou uma comissão maior para tratar com ela, fazendo várias idas e vindas da câmara privada dela. De manhã, Maria repetiu as objecções.

– Sou uma rainha – disse – e não um súbdito... Se comparecer, estarei a trair a dignidade e majestade dos reis, e isso seria equivalente a uma confissão de que estou obrigada a submeter-me às leis de Inglaterra, mesmo em assuntos referentes à religião. Estou disposta a responder a todas as perguntas, desde que interrogada perante um Parlamento livre, e não perante esses comissários, que foram escolhidos com cuidado, e que já me condenaram sem me terem ouvido. –

Maria avisou os comissários que deviam pensar no que estavam a fazer. – Examinai as vossas consciências e lembrai-vos que o teatro do mundo inteiro é mais amplo do que o reino de Inglaterra.

Ao ouvir isso, Cecil (que na sua narrativa Bourgoing descreve como «homem mais veemente») interrompeu-a. Lembrou-lhe as gentilezas de Isabel para com ela e depois disse-lhe que ele tinha um parecer jurídico segundo o qual os comissários podiam avançar para julgamento mesmo com ela ausente.

– Por conseguinte, ireis responder-nos ou não? Se recusardes, os comissários continuarão a agir de acordo com a sua autoridade.

Maria ripostou:

– Eu sou uma rainha.

Ao que Cecil retorquiu:

– A rainha, minha senhora, não conhece outra rainha no seu reino senão ela. Cecil continuou durante vários minutos nesse tom, mas Maria ignorou-o.

A comissão regressou à tarde, altura em que *sir* Christopher Hatton tentou uma abordagem mais conciliadora. Disse-lhe que a majestade real no caso de um crime como aquele de que era acusada não a isentava de responder, acrescentando:

– Se fordes inocente, prejudicareis a vossa reputação esquivando-vos a um julgamento.

Maria replicou que não se recusava a responder. Não compareceria perante os comissários, mas defender-se-ia perante um Parlamento desde que o seu protesto contra a legitimidade dos procedimentos fosse admitido e reconhecidos os seus

direitos como parente mais próxima de Isabel e herdeira presuntiva do trono inglês.

Cecil decidiu que já chegava.

– Os comissários – anunciou – vão avançar amanhã com a acção judicial, mesmo que estejais ausente e continueis com a vossa contumácia.

– Examinai as vossas consciências – replicou Maria. – Atendei à vossa honra! Que Deus vos recompense e aos vossos pelo vosso julgamento contra mim.

Mas quando ela pensou sobre o assunto, ficou dividida entre duas posições antagónicas. Receava comparecer como ré num julgamento público, e, contudo, podia ver que a comissão iria considerá-la culpada à revelia de conspirar para assassinar Isabel. Na sexta-feira, bem cedo, exigiu ver uma nova e alargada comissão. Entre eles encontrava-se Walsingham, com quem se encontrou pela primeira vez. Após algumas concessões mútuas, Cecil perguntou-lhe se iria comparecer se o seu protesto formal fosse recebido e posto por escrito pelos comissários. Maria concordou. Encontrava-se, disse, tão ansiosa por se expurgar das acusações contra ela que estava disposta a aceitar os seus termos.

Pouco depois das nove horas, os comissários ocuparam os seus lugares na sala de audiências, e Maria chegou envergando um vestido de veludo preto e com a sua característica touca de cambraia na cabeça, à qual estava ligado um longo véu de gaze branca. Quando entrou devagar, mas premeditadamente, os comissários tiraram os chapéus em sinal de respeito. Ela agradeceu-lhes e tomou o seu lugar, os seus olhos dardejando em volta para ver quem estava presente e quais deles poderiam estar do seu lado.

Quando a ordem foi posta no tribunal, Maria registou o seu protesto, após o qual o advogado de acusação abriu o caso contra ela. Fez o que a transcrição oficial do julgamento descreve como «um discurso histórico» da conspiração de Babington. Argumentou ponto por ponto que Maria sabia da conspiração, aprovou-a, concordou com ela, prometeu a sua ajuda e «mostrou as maneiras e meios».

Uma das objecções de Maria à legitimidade do tribunal foi que o seu procedimento era o de um julgamento por traição. Não foi autorizada a ter um advogado, não lhe deixaram chamar quaisquer testemunhas nem usar notas ou examinar qualquer documento enquanto fazia a sua defesa. Apesar dessas restrições inflexíveis, que fizeram pender a balança contra ela, Maria estava

preparada para apresentar a sua defesa. Fez uma vigorosa refutação. O relator ficou favoravelmente impressionado, sublinhando a sua «forte coragem».

MARIA: Não conheço Babington. Nunca recebi nenhuma carta dele, nem lhe escrevi nenhuma. Nunca planeei a destruição da rainha. Se quereis prová-lo, então apresentai as minhas cartas assinadas por mim.

ADVOGADO: Mas temos provas de cartas trocadas entre vós e Babington.

MARIA: Se é esse o caso, por que não as apresentais? Tenho o direito de exigir ver os originais e as cópias lado a lado. É bastante possível que as minhas cifras tenham sido adulteradas pelos meus inimigos. Não posso responder a esta acusação sem pleno conhecimento. Devo contentar-me em afirmar que não sou culpada dos crimes que me são imputados.

O que Maria ainda não podia conhecer era a dimensão plena da confissão de Babington e das provas reunidas por Walsingham. Babington tinha-se declarado culpado no seu julgamento, mas isso fora ocultado a Maria. Ela só sabia que a sua resposta para ele fora enviada em cifra por um dos seus secretários e não escrita por ela. Não sabia que a carta tinha sido interceptada pelo caminho. Presumiu (e bem) que Babington queimara o documento depois de o ler, como lhe ordenara que fizesse. Como o texto «final» e mais incriminatório era aquele que Babington destruíra, pode ter pensado que o caso contra ela era fraco, no que dizia respeito ao assassinio de Isabel, visto que sabia bem que não especificara na sua carta o que seria o «trabalho» dos seis cavalheiros.

Mas Maria estava enganada. Tinha subestimado o mestre de espionagem de Cecil, que tinha na sua posse a transcrição decifrada em inglês da resposta fatal a Babington. Possuía uma cópia do texto inglês autenticada por Babington sob interrogatório (felizmente sem necessidade de tortura), e *sem o postscriptum* forjado, portanto a prova podia ser apresentada em tribunal. Mais importante do que tudo, tinha uma cópia «recifrada» da carta original de Maria para replicar o documento desaparecido que ela enviara. Esse era o documento mais importante de Walsingham. Um fac-símile do original perdido tinha sido reconstituído por Phelippes para substituir a prova que Babington queimara. O fac-símile tinha sido feito de uma maneira tão brilhante que parecia a versão «final» da carta original e podia ser confundido com ela. Quando foi mostrado aos secretários de Maria durante as fases finais dos seus interrogatórios, eles cederam e confessaram tudo. As suas confissões foram anotadas. As suas declarações foram a «corroboração» essencial de que a cifra reconstituída era o texto

«verdadeiro» da carta original de Maria – aquela que ela tinha enviado a Babington! E claro que o conteúdo do fac-símile correspondia à transcrição inglesa na qual o principal decifrador tinha antes desenhado uma forca. Por esse passe de mágica, Walsingham conseguiu convencer os comissários de que o caso contra Maria era invencível.

Maria deve ter ficado estupefacta quando o advogado de acusação passou a apresentar o que agora parecia ser uma prova inequívoca contra ela. Peça a peça, a prova foi lida em voz alta. Quando esses documentos incriminatórios foram apresentados perante o tribunal, não conseguiu conter mais as suas emoções. Desatou a chorar lágrimas de desespero. Mas apesar da sua aflição, manteve a sua perspicácia. Virou-se para Walsingham, atribuindo-lhe a estranha perfeição dessas provas. «Era fácil», disse, «falsificar as cifras e caracteres de outros.» Ela sabia que tinha havido ali um passe de magia. Não tinha a certeza de qual era ou de como fora feito, mas tudo o que um falsificador tinha de fazer era consultar o seu «alfabeto de cifras» roubado para descobrir os códigos, presumindo que já não os conhecia.

Foi a vez de Walsingham se sentir ofendido: levantou-se para se defender.

– Invoco Deus como testemunha – disse – que como pessoa privada não fiz nada impróprio de um homem honesto, nem como portador de uma posição pública fiz algo indigno desse lugar.

Era uma explicação délfica das antigas regras da política, digna de um verdadeiro Maquiavel. Só Cecil e o seu mestre de espionagem podiam saber onde as fronteiras tinham sido traçadas neste caso entre deveres «privados» e «públicos». Os fins justificariam os meios? Walsingham sugeriu a resposta correcta quando admitiu que tinha sido sempre «muito cuidadoso com a segurança da rainha e do reino.»

Maria aceitou a resposta de Walsingham com uma extraordinária boa vontade. Talvez o significado mais subtil lhe tenha escapado sob a pressão desse drama na sala de audiências. Pediu-lhe para não ficar zangado com ela e para não dar mais crédito aos que a caluniavam do que ela dera aos que o acusavam. Depois voltou a desatar a chorar. Limpando as lágrimas, gritou:

– Nunca afundaria a minha alma planeando a destruição da minha querida irmã.

Após essa electrizante troca de palavras, o tribunal suspendeu os trabalhos por volta da uma da tarde para almoço. Quando todos regressaram, as provas restantes foram lidas em voz alta, as confissões dos secretários de Maria. Ela ficou chocada. Percebeu como os depoimentos deles eram prejudiciais, e tentou contrariá-los sugerindo que podiam ter sido acrescentadas passagens às suas cartas depois de ter aprovado os rascunhos finais. Endireitou-se e, com a restante dignidade que conseguiu reunir, disse:

– A majestade e a segurança de todos os príncipes cairia no chão se dependessem dos escritos e testemunhos dos seus secretários. – Fez um momento de pausa e depois enfrentou a acusação. – Só serei declarada culpada pelas minhas palavras ou escritos. – Salientou que os seus secretários não tinham sido chamados a testemunhar e, portanto, não podiam ser submetidos a interrogatório pelas duas partes. E observou, num suave tom de troça, que o memorando inicial de tópicos em bruto para as cartas que tinha discutido com os seus secretários no dia essencial desaparecera. Sentiu um ponto fraco no caso da acusação, porque sabia que essas notas deviam ter sido conservadas nos arquivos apreendidos pelos homens de Walsingham nos seus aposentos em Chartley⁷⁶.

Embora obrigada a defender-se sem lhe ser permitido submeter nenhum dos documentos apresentados contra ela a análise legal ou forense, Maria enfrentou bem a sua provação. Os debates da tarde continuaram até altas horas da noite e foram retomados no sábado de manhã. O caso começou a incidir sobre a questão de se perceber se Maria tinha dado o seu consentimento ao assassinio de Isabel: o ponto crucial era a insistência do tribunal em que a resposta dela a Babington fosse lida em conjunção com a carta deste propondo que «a usurpadora» fosse «despachada» numa «execução trágica». Dessa maneira, o «trabalho» dos seus cavalheiros mostrava ser a conspiração para assassinar Isabel.

Maria alegou que as circunstâncias da sua culpa podiam ser provadas, mas nunca o facto. Ela parecia ter-se convencido disso, porque mesmo depois do julgamento fez uma clara distinção nas suas cartas entre «pretender assassinar» e «deixar a Deus e aos católicos sob a Providência de Deus». Em nenhum ponto, disse, especificou o «trabalho» que os seis cavalheiros deviam levar a cabo. Mas estava a agarrar-se ao que podia, visto que na carta cifrada para Babington apelara a ajuda estrangeira⁷⁷ para a auxiliar no campo de batalha após a sua libertação. A sua justificação baseava-se no facto de ser uma rainha

independente injustamente mantida em cativeiro. Do ponto de vista dela, mesmo um acto de guerra era legítimo se lhe permitisse recuperar a sua liberdade. Se não fosse uma rainha independente, era culpada. Se o fosse, e a morte de Isabel não fosse mais do que um incidente providencial no seu esforço legítimo para reconquistar os seus direitos, ela era inocente. Era assim que ela via a questão, mas não se poderia esperar que os comissários concordassem com ela.

Ninguém que tivesse assistido ao julgamento de Maria poderia alguma vez esquecê-lo. Aquele que foi talvez o choque mais memorável aconteceu no último dia, com Cecil. Cada vez mais impaciente com o que via como semântica fútil acerca do direito dela de tentar conseguir a libertação, o primeiro-ministro de Isabel enfiou a faca. Com pouco respeito pela majestade e dignidade de uma rainha, disse a Maria que todas as suas falhas e lacunas nos seus esforços para se libertar eram o resultado das acções dela e dos escoceses, e não de Isabel. Ouvindo isso, Maria virou-se para ele:

– Ah, vejo que sois meu adversário.

– Sim – replicou Cecil. – Sou adversário dos adversários da rainha.

Nessa breve mas foga troça de palavras, foi captado todo o fervor de uma disputa que durara quase trinta anos.

A partir de então, na opinião de Maria, o julgamento tinha terminado. Embora continuasse a participar, as suas esperanças tinham-se desvanecido.

– Tomarei conhecimento das provas – disse – noutra lugar e defender-me-ei.

Querendo com isso dizer que reservava o seu caso para julgamento no mais alto tribunal da consciência, no céu. Bourgoing, cujo relato é um pouco diferente, diz que ela exclamou: «Meus lordes e cavalheiros, a minha causa está nas mãos de Deus.»

Manteve-se sentada até os procedimentos se aproximarem do fim, mas quando lhe foi perguntado se tinha mais alguma coisa a dizer, terminou como tinha começado:

– Exijo de novo ser ouvida numa sessão plenária do Parlamento, ou então falar com a rainha, que, penso, mostrará mais consideração por outra rainha...

Com estas palavras, levantou-se (como o relator oficial anotou) «com grande confiança e compostura», falou depreciativamente com Cecil, Walsingham e Hatton acerca da conduta dos seus dois secretários e depois precipitou-se para fora da sala.

Depois de ela ter partido, Cecil suspendeu a comissão durante dez dias. Recebera uma carta de Isabel ordenando-lhe que adiasse a sentença mesmo que Maria fosse considerada culpada. Isabel não queria que nada fosse feito à pressa. Foi ordenado aos comissários que se voltassem a reunir a 25 de Outubro na Câmara Estrelada em Westminster. Aí, as provas foram revistas e os secretários de Maria obrigados a jurar que os seus depoimentos escritos eram verdadeiros. Foram depois interrogados pelos comissários para verificarem os seus relatos. Maria foi considerada culpada à revelia.

Então Cecil pediu que o veredicto fosse proclamado de acordo com o Decreto para a Segurança da Rainha, a fim de que o mandado para a execução de Maria pudesse ser emitido. Mas Isabel coibiu-se de o fazer. Cecil e Walsingham elaboraram uma minuta, contudo nada aconteceu. Quando o Parlamento se voltou a reunir no dia 29, estava garantida uma sessão tormentosa. Os debates viraram-se para a sentença de Maria e ela foi denunciada numa série de discursos preparados. Todas as velhas acusações de adultério com Bothwell e do homicídio de Darnley foram ressuscitadas em conjunto com as novas. Maria foi demonizada num frenesim de invectivas formuladas na linguagem do fundamentalismo bíblico.

O Parlamento, manobrado por Cecil e Walsingham, pediu a Isabel que executasse Maria. Contudo, nos bastidores estava a decorrer uma batalha real. Isabel encontrava-se receptiva a uma petição, mas insistiu no Vínculo de Associação como base de acção contra a sua prima. Preferia que ela fosse sufocada por um cidadão privado, alguém que tivesse subscrito o Vínculo, ao passo que Cecil queria que Isabel assinasse um mandado para justificar uma execução pública como meio para validar o regicídio. Em causa encontrava-se o futuro da monarquia de direito divino nas Ilhas Britânicas. Se Maria fosse executada por um cidadão privado que assinara o Vínculo, este teria agido de acordo com as suas competências particulares, ao passo que uma execução oficial sancionada por Isabel segundo os termos do Decreto para a Segurança da Rainha justificaria o regicídio como precedente legal e cederia ao Parlamento algumas das prerrogativas do governante.

Isabel pediu a Cecil que garantisse que a petição parlamentar fazia referência ao Vínculo de Associação. Cecil deu uma resposta desonesta. Disse que essa mudança de formulação não poderia ser feita por falta de tempo. Na realidade, a

formulação que Isabel esperava tinha sido incluída no primeiro rascunho da petição – mas Cecil tinha-a suprimido. O resultado foi um beco sem saída. Quando Isabel deu a sua resposta à petição que defendia a execução, encobriu o que queria dizer num manto de nevoeiro. «Se eu dissesse que não faria o que pedis, porventura poderia ser mais do que pensava, e dizer que o faria poderia talvez pôr em risco o que trabalhais para preservar.» Chamou a isso uma «resposta sem resposta».

Cecil atacou por conta própria. Estava determinado a levar a sua avante. A 4 de Setembro, a sentença de culpa contra Maria foi proclamada publicamente. Isabel concordou com isso, mas pelas suas razões. Quando decidiu contra Cecil no ano anterior, insistiu em pôr a sua formulação no Decreto para a Segurança da Rainha. De acordo com ela, quando o veredicto contra um conspirador era proclamado, então a pessoa culpada «nos termos deste Decreto e da orientação de Sua Majestade nesse interesse» devia ser perseguida e morta. Segundo a formulação final tal como Isabel a aprovara, era desnecessário um mandado de execução. Os que tinham assinado o Vínculo de Associação estavam *já* autorizados a assumir a responsabilidade se ela lhes manifestasse esse desejo. E foi assim que Isabel planeou o fim de Maria. O beco sem saída durou seis semanas. Foi quebrado por Cecil e Walsingham, que visitaram Châteauneuf na embaixada francesa em Londres. Mais uma vez, a França recusou-se a intervir em defesa de Maria. Nessa altura, Catarina de Médicis e o filho, Henrique III, consideravam-na um perigoso embaraço. Ela tinha de desaparecer. Châteauneuf até foi conivente com Cecil numa pequena conspiração mesquinha. Fingiram que outra conspiração de assassinio para matar Isabel tinha sido «descoberta». Na verdade, era um velho plano conhecido de Châteauneuf há mais de um ano e que nunca dera em nada, mas que agora serviu o seu propósito. Cecil até ajudou a promover o rumor de que tropas espanholas tinham desembarcado em Gales e ordenou aos juizes de paz que instigassem o clamor público.

Quando disseram a Isabel que devia duplicar o número dos seus guarda-costas, ela cedeu. A 1 de Fevereiro, mandou chamar o seu secretário e pediu para lhe trazer o mandado de execução de Maria. Pediu uma pena e tinta e depois assinou-o. Até fez uma piada. Walsingham encontrava-se doente em casa. «Comunicai-lhe esse assunto, porque, por conseguinte, a “dor” aumentaria quase ao ponto de o matar!»

A ideia de que Walsingham morreria de dor com a morte de Maria era hilariante. Só que Isabel não gracejou em vão. Nunca foi sua intenção que o mandado fosse usado. Em vez disso, disse ao seu secretário que ordenasse a Walsingham que escrevesse uma carta em nome dele a Paulet, pedindo-lhe para matar Maria sem um mandado. Paulet devia agir por sua iniciativa, porque lhe tinham dito que era uma boa ideia. Isabel queria ver Maria morta, mas sem assumir nenhuma quota-parte da responsabilidade. Paulet tinha sido um dos primeiros a assinar o Vínculo de Associação e essa «carta» de Walsingham devia servir como a «orientação» referida no «Decreto para a Segurança da Rainha». E, no entanto, se Paulet agisse baseado nisso, mataria Maria como um cidadão privado, com todos os riscos daí decorrentes.

Paulet ficou chocado. Em tempos tinha-se gabado que preferia renunciar às alegrias do céu do que desapontar Isabel no seu dever. Quando foi obrigado a fazer jus à sua afirmação, engoliu as suas palavras. Robert Beale, que foi mais tarde responsável por entregar o mandado de execução em Fotheringhay por ordem de Cecil sem conhecimento de Isabel, contou a história:

Quando vim a Fotheringhay, soube por *sir* Amyas Paulet e *sir* Drue Drury que *tinham sido abordados por carta* no sentido de saber se podiam ser induzidos a suportar que Maria fosse assassinada por alguém que tivesse nomeado para esse objectivo. Mas eles não gostaram desse procedimento por ser desonroso e perigoso, e Robert Beale também. E, por conseguinte, acharam conveniente que isso fosse feito de acordo com a lei, de tal maneira que pudessem justificar os seus actos por lei. Um tal Wingfield (como foi pensado) devia ter sido nomeado para essa acção... Sua Majestade ficaria contente se isso fosse feito assim, alegando a Associação.

Quando Paulet protestou, «Deus me livre de arruinar a minha consciência de uma maneira tão sórdida», Isabel ficou furibunda com a «delicadeza» dele.

Entretanto, Cecil foi em frente. Quando Isabel assinou o mandado, ainda que não fosse para ser usado, ele assumiu o controlo, tratando de fazer com que fosse selado. Depois convocou uma reunião secreta de dez conselheiros privados nos seus aposentos e em menos de dois dias tinham ordenado que o mandado fosse despachado para Fotheringhay. Os condes de Shrewsbury e Kent foram escolhidos para dirigir a execução de Maria, sendo as suas cartas de nomeação redigidas por Cecil por sua iniciativa e assinadas por autorização dada pelos seus colegas conselheiros. Os conselheiros acordaram entre eles que não falaria a Isabel da execução «até estar feita». Uma carta de acompanhamento para os

condes, à qual Walsingham acrescentou a sua assinatura do seu leito de doente, justificou isso como sendo «para serviço especial da rainha cuidando da segurança da sua real pessoa e tranquilidade universal de todo o seu reino».

Essa fundamentação era necessária porque Isabel chamara o seu secretário, dizendo-lhe que sonhara com a morte de Maria. Falou elipticamente, mas tornou claro que o que ela queria para Maria era que fosse assassinada. Esse era o seu objectivo principal, mas por essa altura tinha maquinado as coisas de tal modo que vencesse, fosse o que fosse que acontecesse. Se Maria fosse assassinada segundo o Vínculo de Associação, Isabel poderia negar responsabilidades. Se Cecil secretamente selasse o mandado e o enviasse para Fotheringhay nas costas dela, Isabel poderia alegar que tinha sido a vítima de uma conspiração de corte.

O seu secretário manteve-se calado. Sabia que o mandado já estava a caminho de Fotheringhay. Beale fora enviado a toda a pressa para ir ter com os condes de Shrewsbury e Kent nas casas deles, mostrar-lhes o documento e entregar-lhes as suas cartas de nomeação. Também a caminho do norte se encontrava o carrasco disfarçado de criado, com o machado escondido num baú. Walsingham escolhera-o e até lhe prometera pagar o seu salário e um bónus.

Cecil foi implacável. Agira clandestinamente. Era um verdadeiro momento histórico. Estava preparado para não correr nenhuns riscos e optou por seguir em frente apesar de tudo. Esperara muito tempo por esse dia. Nesse aspecto, era bastante mais do que o adversário da desgraçada rainha dos escoceses. Era o pior inimigo dela. E agora que o momento tinha chegado, nem a rainha de Inglaterra o iria travar.

⁷⁴ I. e., usando agentes provocadores para fomentar conspirações que depois eram «detectadas».

⁷⁵ As versões francesas da carta que sobreviveram são todas traduções inimigas usadas para desacreditar Maria em França ou para o interrogatório dos seus servidores franceses.

⁷⁶ De facto, Walsingham tinha buscado em vão essas notas e também o rascunho inicial de Nau em francês da resposta a Babington.

⁷⁷ I. e., espanhola.

Capítulo 30

As últimas horas

Maria encontrava-se animada nas poucas semanas e meses após o seu julgamento. Os seus aposentos no Castelo de Fotheringhay eram espaçosos e confortáveis e o seu dinheiro tinha-lhe sido devolvido, o que lhe permitiu comprar mais alguns luxos. Talvez isso, com a «resposta sem resposta» de Isabel ao Parlamento e o óbvio adiamento em promulgar a proclamação contra ela, tenha aumentado as suas esperanças e a tenha incentivado a pensar que por fim ninguém ousaria pôr em vigor o veredicto dos comissários do julgamento?

Uma ferida aberta num dos ombros e uma rigidez no braço direito adicionaram-se à dor que sofria das outras doenças, mas fora isso estava bem-disposta. Paulet achou que ela «tira prazer de brinquedos insignificantes e no decorrer do seu discurso mostra-se livre de amargura de espírito na aparência exterior». Continuava a recapitular os acontecimentos do julgamento: quem dissera o quê na sala de audiências e o que ouvira por acaso sussurrado pelos comissários sentados perto dela.

Então, no sábado 4 de Fevereiro de 1587, Robert Beale chegou às proximidades de Fotheringhay. A sua primeira tarefa foi localizar e informar os condes de Shrewsbury e Kent, o que demorou a maior parte dos três dias seguintes, visto que eles estavam em movimento visitando as suas propriedades. Quando isso foi feito, e todos os três chegaram ao Castelo de Fotheringhay, dirigiram-se para os aposentos privados de Maria, onde deveriam informá-la de que seria executada pouco depois das oito horas da manhã seguinte.

Paulet e o seu ajudante, *sir* Drue Drury, levaram os condes ao andar superior. Quando lhes foi permitido entrar, aquele que apreciava o seu papel de carcereiro de Maria irrompeu por ali adentro e derrubou o baldaquino dela pela última vez. Segundo o relato de Beale, o mandado da execução foi lido em voz alta, enquanto Maria escutava em silêncio.

Ficou parada durante vários minutos, depois franziu o sobrolho enquanto se

recordava de como o deposto rei Ricardo II tinha sido discretamente assassinado no Castelo de Pontefract. Perguntou se lhe iriam fazer o mesmo, ao que Drury, um homem honrado que era mais gentil e bondoso do que Paulet, respondeu:

– Minha senhora, não precisais de temer tal coisa, porque vos encontrais ao cuidado de uma rainha cristã.

Mal poderia ela adivinhar que a firme intenção de Isabel, como Drury sabia muito bem, tinha sido que ela fosse assassinada por «um tal Wingfield», um assassino contratado, e que devia o relativo privilégio de uma execução pública quase à opinião de Cecil e Walsingham.

Maria dirigiu-se aos condes com voz calma.

– Agradeço-vos essa excelente notícia. Far-me-eis um grande bem retirando-me deste mundo, para fora do qual fico muito contente por ir.

Falou durante algum tempo, lembrando a sua ascendência e reivindicação dinástica, e dando o seu relato das suas tentativas de alcançar um acordo político com Isabel ao longo dos anos e a sua disponibilidade para um compromisso. Todas as suas aberturas, disse, tinham sido rejeitadas. Sentia que nada mais podia ter feito.

– Não sou boa nem útil para ninguém – concluiu.

Durante todos esses anos, talvez mesmo desde a morte do primeiro marido, tinha estado sempre a atravessar-se no caminho de alguém.

Mas tinha descoberto um novo papel. Ia morrer como uma mártir pela sua fé católica. Persignou-se em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

– Estou preparada e muito feliz por morrer, e por derramar o meu sangue por Deus Todo-Poderoso, meu Salvador e meu Criador, e pela Igreja Católica, e por manter os seus direitos neste país.

Maria pediu que o seu capelão fosse autorizado a consolá-la, mas o pedido foi cruelmente negado. Depois fez perguntas acerca do lugar onde seria enterrada. Seria autorizada a ficar sepultada ao lado do seu primeiro marido no mausoléu real de Saint-Denis ou ao lado da sua amada mãe no Convento de Saint-Pierre des Dames em Rheims?

Shrewsbury respondeu que, embora nada tivesse sido decidido, não poderia esperar que Isabel lhe permitisse ser sepultada em França.

– Então pelo menos – perguntou Maria – os meus pedidos a favor dos meus servos serão aceites?

Ela era famosa, desde os seus conflitos em adolescente, pela sua generosidade em relação aos servidores, e agora exprimia o sincero desejo de recompensar as damas de companhia e pessoal doméstico que tinham ficado com ela durante tanto tempo. Como os condes não tinham recebido instruções a esse respeito, não puseram objecções.

Quando eles saíram e Maria ficou sozinha com as suas damas de companhia, aguentou o seu desafio.

– Chorar – disse-lhes – é inútil.

Comeu pouco ao jantar, mas ajoelhou-se a rezar durante mais ou menos uma hora. Depois, reuniu forças e deitou mãos à obra. Primeiro, fez o testamento. Disse que morria na verdadeira fé católica e deixou instruções para que fossem rezadas missas de *requiem* pela sua alma em França, a que todos os seus servidores poderiam assistir. Todas as suas dívidas deviam ser pagas e o dinheiro que restasse seria usado para recompensar os seus servos. Como executor do testamento, nomeou o primo, duque de Guise.

A seguir, consultou o inventário dos seus roupeiros e armários e distribuiu os respectivos conteúdos entre as damas de companhia e servidores. Bourgoing, cuja narrativa é o relato mais fiável das últimas horas de Maria, recebeu dois anéis, duas pequenas caixas de prata, dois alaúdes em que por vezes Maria tocara, o livro de música encadernado de veludo e as sanefas e cortinados de cama vermelhos.

Depois de distribuir os seus bens, foi para a secretária. Já se tinha despedido do duque de Guise, que considerava como o chefe da família. «Despeço-me de vós», escrevera um pouco mais de dois meses antes e um mês depois do veredicto de culpa, «estando prestes a ser condenada à morte por um julgamento injusto, um julgamento que nunca ninguém pertencente à nossa casa ainda sofreu, graças a Deus, muito menos alguém da minha categoria.» Esperava que a sua morte desse testemunho da sua fé católica e disponibilidade para sofrer «pelo apoio e restabelecimento da Igreja Católica nesta infeliz ilha». Mandou lembranças a todos os seus parentes. Mal conseguiu esconder a amargura que ainda sentia em relação ao filho, Jaime VI, por tê-la rejeitado. «Que a bênção de Deus, e aquela que gostaria de ter dado aos meus filhos, esteja sobre vós, a quem recomendo a Deus não menos do que o meu infeliz e iludido filho.»

Chegara o momento de Maria terminar as suas despedidas. Sempre gostara muito de enviar e receber cartas, e sem contar com os documentos que se perderam ou foram destruídos, deve ter escrito mais de duas ou três mil cartas ao longo dos seus quarenta e quatro anos de vida. Agora sentou-se para escrever a última. Seria enviada para França, o país que tinha sempre considerado como sua pátria, mesmo enquanto era uma rainha reinante na Escócia. O destinatário escolhido seria o seu cunhado, Henrique III, que conhecia desde bebé no quarto das crianças reais em Saint-Germain e Fontainebleau.

Eram quase duas da manhã quando começou a escrever a carta. Só restavam seis horas antes da execução, mas apesar da sua habitual tendência a rabiscar, a carta encontra-se escrita com a sua melhor caligrafia. Algumas manchas ligeiras na primeira página podem marcar os pontos onde as suas lágrimas caíram no papel enquanto escrevia.

Hoje, depois de jantar, começou, fui avisada da minha sentença.

Vou ser executada como uma criminosa às oito horas da manhã. Não tive tempo para vos dar um relato completo de tudo o que aconteceu, mas se escutardes o meu médico e os meus outros tristes servos, ficareis a saber a verdade, e como, graças a Deus, desprezo a morte e afirmo que a enfrento inocente de qualquer crime...

A fé católica e a defesa do direito dado por Deus ao trono inglês são as duas razões pelas quais sou condenada, e, no entanto, não me vão deixar dizer que é pela fé católica que morro...

Imploro-vos enquanto Majestade muito cristã, meu cunhado e velho amigo, que sempre afirmastes o vosso amor por mim, que deis agora prova da vossa bondade em todas estas questões: pagando aos meus infelizes servos os seus salários atrasados (este é um fardo na minha consciência que só vós podeis aliviar) e também mandando que sejam oferecidas orações a Deus por uma rainha que foi chamada muito cristã e que morre como católica, despojada de todos os seus bens.

Em relação ao meu filho, recomendo-o a vós na medida em que o merece, visto que não posso responder por ele...

Aventuro-me a enviar-vos duas pedras preciosas, amuletos contra doenças, confiando em que gozareis de boa saúde e de uma longa e feliz vida.

Por fim, Maria deitou-se na sua cama e tentou dormir. Mal pôde dormir, mas conseguiu ficar quieta até às seis da manhã, quando os candelabros foram acesos e ela se levantou e começou a arranjar-se. As suas damas de companhia tinham estado atarefadas toda a noite, preparando as suas roupas, maquilhagem e peruca.

Vestiu-se e ficou sentada num banco até as damas de companhia terminarem o seu trabalho. Depois deu ordens para que todos os membros da sua casa se

reunissem na sala de recepções. Bourgoing leu o testamento em voz alta, após o que foi assinado por ela e dado a ele para ser entregue ao duque de Guise. Despediu-se de todos e depois ajoelhou-se para rezar com os seus servos.

Mal tinha começado a pronunciar as palavras quando ouviram alguém bater com força na porta exterior. Era Thomas Andrews, xerife do condado de Northamptonshire, com os condes de Shrewsbury e Kent ao seu lado.

Chegara a última hora de Maria. Os condes tinham vindo a fim de a acompanhar na descida das escadas para o grande salão no piso térreo. Estava prestes a fazer a sua última caminhada, aquela pela qual seria sempre lembrada.

Levou o crucifixo de marfim numa mão e o livro de orações em latim e iluminuras na outra. Quase se esqueceu do livro de orações, mas Bourgoing lembrou-lho. Beijou o crucifixo e aproximou-se da porta.

Esse era o momento. Tinha sido a estrela de tantos espectáculos brilhantes durante a sua vida, começando pelo seu casamento com o delfim em Notre-Dame, quando ainda não tinha dezasseis anos, e sabia que podia manter a sua coragem. O seu acto de teatro mais convincente aguardava-a. Deu um passo em frente e atravessou o limiar. O resto, qualquer que seja a visão que se tenha da medida em que ela se posiciona como mártir da fé católica e do ideal da monarquia, marcou para sempre o seu lugar no panteão da história como uma heroína trágica realizada.

Epílogo

Isabel I morreu pouco antes das três da manhã de dia 4 de Março de 1603. Viveu o seu septuagésimo ano – dezasseis anos depois da morte da prima rainha – e foi a primeira governante inglesa a alcançar essa idade. Permanecia solteira e recusou-se com firmeza a indicar o sucessor, pelo menos oficialmente.

A falsa ideia de que indicou o filho de Maria, Jaime VI da Escócia, como sucessor no leito de morte não é fundamentada por fortes provas. Como já tinha perdido, por essa altura, a capacidade de falar, o máximo que poderia ter feito teria sido um sinal de aprovação com um gesto. Mas até isso é uma suposição.

Da mesma forma, Jaime foi reconhecido como sendo um rei em espera. Foi proclamado Jaime I de Inglaterra e da Irlanda com uma facilidade sedutora. As formalidades não demoraram mais do que algumas horas. Às dez em ponto, um grupo de nobres e de conselheiros privados apareceram nos portões de Whitehall Palace e na cidade de Londres com os seus arautos para anunciar a ascensão ao trono do novo rei.

A proclamação está documentada. Ela afirmava que Jaime era o rei de Inglaterra por direito pois era da «linhagem e descendente legítimo» de Margarida Tudor, filha de Henrique VIII. Era o trineto do fundador da dinastia Tudor, o bisneto de Margarida Tudor, que – e os arautos fizeram questão de salientar – era irmã de Henrique VIII. Assim, era rei «pela lei, pela sucessão linear e indubitável direito».

Maria, claro, não foi mencionada. Mas a declaração é muito clara afirmando que Jaime sucedia por virtude dos seus direitos hereditários. O testamento de Henrique não foi tido em consideração. Isto foi um pouco o reconhecimento da reivindicação de Maria de ser sucessora legítima de Isabel se estivesse viva. Ela tinha vencido, por fim. A sua vitória foi mais conclusiva até do que aquela pela qual ela tinha ousado esperar, pois todos os governantes britânicos que vieram a seguir foram seus descendentes, e todos remetem a sua reivindicação do trono a ela e não a Isabel.

Uma vez tendo chegado a Londres e tendo-se instalado como rei, veio a lamentar a sua rejeição da mãe, que tentou expiar. A seguir à sua execução, o corpo embalsamado de Maria foi mantido num caixão de chumbo em Fotheringhay Castle por seis meses antes de poder ser sepultado. Fizeram-se uma série de debates inflamados sobre se deveria ser sepultada obscuramente na igreja paroquial local ou se se permitiria um funeral de Estado na catedral de Peterborough. Por fim, foi-lhe concedido um funeral de Estado, mas com um número limitado de enlutados, e o ritual de sepultamento feito na calada da noite. Foi colocada no sul da capela-mor, não longe do túmulo de Catarina de Aragão, a primeira e a mais infeliz rainha de Henrique VIII.

Pouco depois da sua subida ao trono, Jaime encomendou dois magníficos túmulos monumentais do início do Barroco, cada um com uma efígie jacente, para serem construídos na capela de Henrique VII na abadia de Westminster, um para Isabel, outro para a sua mãe. O memorial de Isabel era para ficar localizado no altar norte da Capela, o de Maria no sul. Jaime não concebeu dois projectos semelhantes. Os túmulos eram similares no estilo, mas o de Maria era maior e custou a soma astronómico de 2000 libras, enquanto apenas 765 foram gastas no de Isabel.

Em Outubro de 1612, o corpo de Maria foi exumado de Peterborough e solenemente de novo sepultado em Westminster. Um exercício de construção do mito estava em marcha. Quando Isabel morreu, o embaixador veneziano relatou que muito retratos dela foram retirados para serem substituídos pelos de Maria. Era uma rainha de novo digna de honras, enquanto Eduardo VI e Maria Tudor, irmão e irmã de Isabel, desapareceram. Jaime não construiu memoriais para eles. Deixou Eduardo onde descansava, e embora Isabel tenha estado sepultada no túmulo do avô Henrique VII, debaixo do altar da sua capela, Jaime trasladou-a para a capela-mor para partilhar o túmulo com a irmã mais velha. Depois construiu-lhe um monumento por cima como se ela fosse a única ocupante. Apenas um pequeno verso em latim, num lado do túmulo, indica que Maria Tudor ficou também lá dentro sepultada.

A mãe, Maria Stuart, foi então transportada numa procissão solene desde Peterborough e de novo sepultada na nave sul da capela-mor, com os restos mortais de Margarida Beaufort, a mãe de Henrique VII e avó paterna de Jaime, condessa de Lennox. Esta acção foi uma vergonhosa encenação do revisionismo

dinástico com o intuito de colocar Jaime no centro da história britânica. No entanto, teve muito êxito. Os novos símbolos dinásticos foram gravados em pedra: até hoje estão entre as maiores atrações turísticas da abadia de Westminster. E a «Maria» que ocupa o maior e mais grandioso monumento é Maria, rainha dos escoceses. De uma penada, Jaime prestou homenagem a dois «parentes» seus, a sua mãe «natural» e a sua mãe «política», e, nesse processo, legitimou os Stuart como «fundadores» daquilo a que Jaime gostava de chamar o seu «Império» da Grã-Bretanha.

O novo rei também encorajou o principal historiador da época, William Camden, a terminar os seus incompletos *Annals* do reinado de Isabel. Camden foi um sério e livre-pensador académico que trabalhou a partir de documentos originais. Foi muito respeitado e o seu relato sobre o reinado de Maria foi pesquisado, oferecendo o contraste perfeito da difamação feita pelo seu homólogo escocês, George Buchanan, na sua *History of Scotland* e noutras. Isto foi o que Jaime pretendia. Camden elogiou Maria a um tal ponto que a sua primeira breve edição inglesa dos seus *Annals* pôde ser publicada em 1614 como a *History of Life and Death of Mary Stuart, Queen of Scotland* e não como a *History of Elizabeth*, de todo. A sua interpretação do papel de Maria contradiz a difamação que Buchanan faz dela.

Segundo Camden, Maria foi «focada e constante na sua religião, de uma piedade única dirigida a Deus, uma mente magnânima, de uma sabedoria acima da sua condição sexual, e de uma beleza admirável». A sua catástrofe política não podia ser ignorada. Ela tinha de ser colocada entre aqueles governantes «que trocaram a sua felicidade pelo sofrimento e pela calamidade», mas isso não se deveu aos seus defeitos de carácter, mas sim porque era uma princesa «lançada e inquietada» pela fortuna. Foi uma vítima dos seus «ingratos e ambiciosos súbditos», sobretudo do seu meio-irmão e principal conselheiro, James Stuart, conde de Moray.

Camden bate em Buchanan, a quem acusa pelo nome. Foi céptico em relação ao relato dos lordes tal como é apresentado no *dossier* que Buchanan forneceu a Moray e, através dele, a Cecil, depois da fuga de Maria para Inglaterra em 1568. Foi esse mesmo *dossier* que salientou as acusações das Cartas do Cofre e a *Detection of the Doings of Mary Queen of Scots, touching the murder of her husband...* que Cecil autorizou para publicação na imitação do escocês. «Aquilo

que Buchanan escreveu», afirmou Camden, «não há ninguém que não saiba pelos livros publicados». Esta afirmação é bastante mais insultuosa do que seria nos nossos dias. Camden estava a afirmar que ele não conseguiu encontrar nada nas fontes de arquivo que justificasse as alegações de Buchanan. As suas observações eram mordazes, porque o seu conhecimento dos documentos de Cecil e de Walsingham – dos quais ele e os seus colaboradores usufruíram, tendo um exclusivo e privilegiado acesso – era famoso por ser enciclopédico.

Uma mais descuidada e tendenciosa defesa de Maria veio da pena de Adam Blackwood, um escocês católico e ultramonárquico exilado em França, o decano dos apologistas de Maria por altura da sua execução. Chegou a viajar para Peterborough a fim de pendurar uma inscrição num pilar perto do túmulo, elogiando-a como «o ornamento da nossa Idade» e uma mártir para a «majestade de todos os reis e príncipes». Ela era «uma luz real, extinta pela crueldade bárbara e tirânica». Publicou uma defesa do seu martírio, *Martyre de la Royné d'Écosse*, em Paris, em 1587, iniciando um debate ferozmente intenso quando o seu túmulo em Westminster se transformou numa espécie de altar de um santo canonizado e foi associado a alguns milagres.

Como os defensores de Maria não podiam deixar de observar, poucos dos lordes escoceses que a contrariaram durante o seu turbulento reinado duraram muito. Quase todos tiveram um fim complicado. A inteligência rápida de Moray, o seu humor dubio, as suas famosas «maneiras reais» famosas não foram suficientes para o ajudar. Viveu para desfrutar a sua cobiçada posição como regente da Escócia durante menos de dezoito meses. Foi assassinado em Janeiro de 1570 enquanto montava a cavalo pelas ruas de Linlithgow.

Em parte, ele provocou essa situação por causa das suas fraudes sem escrúpulos. Apoiara o plano do duque de Norfolk para desposar Maria, em seguida traiu-o a favor de Isabel. Isto foi de mais para os aliados de Norfolk, que o tentaram assassinar durante a sua viagem para casa depois do interrogatório sobre as Cartas do Cofre no tribunal de Isabel. Escapou aos assassinos e, ao chegar a Edimburgo, afirmou que continuava tão dedicado como antes ao projecto de casamento e que tinha sido obrigado a fazer as suas acusações contra a sua irmã por Isabel e Cecil.

Desta forma, ganhou tempo, reafirmou-se como regente e garantiu uma indemnização oficial por todos os procedimentos contra Maria. Em Abril de

1569, atirou o duque de Châtelherauld, o chefe dos Hamilton, para a prisão. O duque tinha regressado à Escócia depois de dois anos de exílio voluntário a seguir à conspiração contra Rizzio, quando se dedicou à causa de Maria com Huntly e Argyll. Moray seria assassinado nove meses depois de assinar o mandado de captura para o aprisionamento do duque. A bala fatal, que atravessou o seu corpo, foi disparada por James Hamilton de Bothwellhaugh. Este também tinha uma quezília pessoal, pois Moray privara a mulher de algumas propriedades perto de Edimburgo e tinha permitido que a tivessem forçado a sair da sua casa.

Moray mal tinha quarenta anos quando morreu. A sua morte não foi lamentada por Maria, que nunca fez qualquer referência ao facto. O sermão do funeral em St. Giles Kirk foi feito por Knox e Buchanan elaborou um epitáfio em latim louvando Moray como um homem de virtude e um patriota escocês. Foi inscrito numa placa de latão e colocada em cima do túmulo.

Maitland, o chamado «Cecil escocês», em simultâneo com as alcunhas de *Maquiavel* e *Camaleão*, morreu três anos depois de Moray. Em breve se zangou com o antigo aliado a propósito das aldrabices envolvendo as Cartas do Cofre, cujas cópias que ele decerto deu a conhecer aos advogados de Maria no Tribunal de Isabel, ao qual compareceu como um membro da delegação escocesa. No seu regresso à Escócia, foi acusado por Moray de cumplicidade no assassinio de Darnley, mas assegurou uma absolvição e a sua liberdade na noite do funeral do regente assassinado. Voltou a juntar-se a Huntly e Argyll, o maior dos apoiantes de Moray, mas os seus esforços não deram em nada e em 1573 foi forçado a render-se enquanto procurava refúgio no Castelo de Edimburgo. Morton invadiu o castelo com um forte auxílio dos ingleses e Maitland entregou-se a Drury, o antigo oficial de fronteira inglês em Carlisle que tinha sido promovido a comandante dessas forças. A rendição de Maitland foi-lhe pouco proveitosa. Foi dito que cometeu suicídio na prisão, em Leith. Segundo *sir* James Melville, «ele tomou uma bebida e morreu como os antigos romanos costumavam fazer».

Morton, o mais sinistro dos principais lordes que ansiara por vingança sobre Darnley a seguir à conspiração contra Rizzio e que se oferecera para prestar a Cecil «tanta honra e prazer quanto o que estiver no meu poder» enquanto viajava para um encontro com Bothwell no Castelo de Whittingham, sobreviveu até 1581. Apoiado por Isabel e por Cecil, chegou a ser regente da Escócia durante

seis anos completos a seguir a 1572, mas a sua voracidade fiscal e sexual trouxe-lhe muitos inimigos. Vivera pelo partidarismo e morreu por ele. Foi deposto quando d'Aubigny regressou à Escócia, e depois executado pelo seu papel no assassinio de Darnley.

O conde de Lennox, pai de Darnley, não se saiu melhor. A sua primeira aparição em cena deu-se como rival do antigo conde de Bothwell no que tocava a desposar a mãe de Maria⁷⁸. Foi designado regente na sucessão de Moray, em seguida foi apunhalado pelas costas, catorze meses depois, por um tal capitão Calder durante um confronto no seguimento de um ataque inesperado em Stirling feito pelos apoiantes de Maria, em 1571. Cavalgou procurando a segurança no castelo, mortalmente ferido, mas esvaiu-se em sangue, morrendo passadas poucas horas. Morreu em agonia. No entanto, mais do que muitos, morreu satisfeito. As suas últimas palavras foram: «Se a criança está bem, tudo está bem.» Queria dizer que desde que o neto, Jaime VI, sobrevivesse, a reivindicação ao trono inglês por parte dos Lennox estava justificada, pelo que os seus esforços e os da sua mulher para que a coroa fosse obtida pela sua família não tinham sido em vão.

Quanto ao indomável John Knox, a sua verdadeira natureza foi revelada. Maitland arranjou coragem para lhe dizer. «Vós não sois mais do que um profeta desprezível.» Knox tinha casado com uma rapariga de dezasseis anos quando tinha cinquenta e nunca recuperou do escândalo. Randolph, que tinha sido colocado em segundo plano por Isabel como director geral dos correios, mas que voltou a ser embaixador da Escócia durante o cativeiro de Maria, brincou com o facto de Knox se ter tornado «silencioso», tendo mais em que pensar do que em sermões. O pregador ressurgiu para comentar o texto «Fui coroado jovem» na coroação de Jaime VI. Sofreu um ataque de coração em 1570, o que explica a sua carta dirigida a Cecil, escrita com «um pé na cova». Morreu em 1572, com cinquenta e oito anos, e foi sepultado no cemitério de St. Giles. Dois anos depois, a sua jovem viúva casou com Andrew Ker de Fawdonside, o homem que tinha apontado uma pistola a Maria durante a conspiração contra Rizzio, tendo-se escondido em seguida num beco perto de Kirk o'Field. Não se sabe sobre do que terão falado na cama.

Talvez de forma surpreendente, Walsingham, o homem que conduziu Maria à sua destruição na conspiração de Babington, não foi recompensado. Isabel tinha

pouco tempo para o obscuro mundo da espionagem e informação. Por volta do ano de 1586, ela queria ver Maria morta. mas ficou ressentida com a forma como a encurralaram. Quando Walsingham morreu, em 1590, foi descrito por Camden como «um homem de grande sensatez e perícia... um investigador diligente mas de segredos escondidos, que sabia muito bem como conquistar as mentes dos homens para ele e aplicá-los ao seu uso». Isto era mordaz, mais do que lisonjeiro. Walsingham teve muitos mais talentos além deste, mas foi como espião principal de Cecil que ficou na história.

O homem que viveu mais tempo e mais desfrutou da vida foi Cecil. Nem a execução de Maria o levou à tentação de se retirar. Sofria de gota e de maus dentes na idade avançada, mas os proveitos do seu ofício eram lucrativos e teve várias casas de luxo e acumulou uma fortuna. Isabel elevou o seu estatuto concedendo-lhe o título de lorde Burghley em 1571 e não havia nada de que ele gostasse mais de fazer senão de cavalgar nos seus jardins em cima de uma mula, admirando as suas plantas e árvores ornamentais. Shakespeare satirizou-o como Polonius, o burocrata do «sistema» em cuja ideia de política não havia nada de mais subversivo do que um homem velho a espiar por detrás de uma tapeçaria. Na sua última doença, Isabel sentou-se ao lado do seu leito e alimentou-o com uma colher. Morreu em 1598, a poucas semanas do seu septuagésimo oitavo aniversário.

Mais do que ninguém, ele foi inimigo de Maria. O partidarismo volátil dos lordes tinha-a desgastado e a sua recusa de colocar os interesses da Escócia acima das suas brigas privadas enfraqueceu a monarquia. Mas foi Cecil quem encorajou a sua primeira revolta em 1559-60. Mais tarde, esteve por detrás das acções de Moray, Maitland e de Morton, a quem ajudou às escondidas e com quem sempre manteve correspondência. Sem o seu apoio encoberto eles teriam feito poucos progressos.

Cecil tinha uma visão apocalíptica, quase messiânica, de Inglaterra como um Estado protestante. Quando se deu a revolta dos lordes, ele soube que isso lhe daria uma oportunidade única para transformar as Ilhas Britânicas numa única comunidade protestante. Ele foi, claro, sempre inglês acima de tudo. Tratou a Escócia como um Estado satélite de Inglaterra, tal como Henrique VIII e o protector Somerset antes dele. O papel do nacionalista escocês coube, ainda que talvez ironicamente, ao aventureiro fanfarrão, o conde de Bothwell.

Mais do que tudo, Cecil temia o plano dinástico da família Guise para um império «franco-britânico». Ele considerou Maria como a mais perigosa adversária, tanto dele como do seu país, a partir do momento em que o seu tio, o cardeal de Lorena, ordenou que as armas reais de Inglaterra fossem esquarteladas com as da Escócia e de França nos seus emblemas e escudos. Apesar de Maria ter apenas dezasseis anos, viu-a como a instigadora e a principal beneficiária de uma conspiração internacional católica para depor e matar Isabel e destruir a verdadeira fé. Acreditava tanto nisso que lhe fez referência no epitáfio que escreveu para o seu túmulo na sua cidade natal, Stamford, em Lincolnshire. O maior feito da sua vida, declarou, tinha sido «salvaguardar» a rainha e o Estado protestante.

A derrocada do governo de Maria na Escócia não foi um acidente. Desde sempre, Cecil seguiu um guião escrito por ele. É um dos mais notáveis documentos em toda a história britânica, pois tornou-se o modelo do curso verdadeiro dos acontecimentos. Escreveu-o dois anos antes do regresso de Maria de França. Deu-lhe a forma de um memorando datado de «31 de Agosto de 1559», com o título «Memória de certas questões reunidas para restituir o reino da Escócia ao seu antigo estado». A formulação parece inócua. O conteúdo era explosivo, porque por «antigo estado» Cecil queria dizer a sua visão da Escócia como um Estado «satélite», visto que era sua convicção de que assim tinha sido sob o reinado de Eduardo I, que tinha afirmado a sua soberania sobre a Escócia por volta de 1290. A Escócia, afirmou Cecil, não devia ser administrada por um governador ou por um regente, no caso de um governante ausente, como Maria, mas sim por um conselho de nobres designado para «governar todo o reino». E se Maria, já então rainha de França, «não estiver disposta a isto», então, afirmou Cecil, devia ser deposta. «Então é patente», escreveu, «que Deus Todo-Poderoso está agradado por transferir dela o governo desse reino para o bem-estar deste.»

Dois anos antes de Maria deixar França, Cecil fizera a sua primeira tentativa para forçar a sua abdicação. O seu ideal era que os lordes protestantes se chamassem Estados da Escócia de forma a suplantá-la. Cecil, tal como Knox, descreveu Maria, desde o início, na linguagem das profecias bíblicas. Ela era «Jezabel» e «Atália» e no seu coração apoiava a teoria de Knox de uma resistência armada contra os governantes «tirânicos» (i. e., católicos).

Cecil prestou serviço a Isabel durante quarenta anos. Ele era o seu «leal súbdito» e «humilde servo», como fervorosamente declarava mesmo por detrás das costas dela. E ainda assim as suas principais prioridades eram as de excluir Maria da sucessão inglesa através de todos os meios possíveis, enquanto minava o seu papel na Escócia desestabilizando-a nos seus momentos críticos, ao passo que Isabel respeitava os direitos de Maria como rainha independente dos escoceses e sentia repulsa pelo arrogante desrespeito de Henrique VIII pelos princípios da sucessão hereditária no seu testamento. Vezes sem conta, Cecil queixou-se de que Isabel tinha sido demasiado generosa e compreensiva para com Maria e demasiado disposta a transigir.

Quanto mais o académico moderno estuda os documentos de Estado isabelinos, mais Cecil exige escrutínio. A muito bem enraizada interpretação que vê Isabel e Maria como rainhas «rivais» vai até aí, mas não mais. Claro que existiu rivalidade e Isabel era implacável nas suas tentativas para ditar os termos dos casamentos de Maria e com quem se deveria casar. Mas as duas rainhas tinham muito mais em comum do que esta concepção redutora permite pensar. Tinham, sobretudo, um claro entendimento acerca dos problemas ideológicos. Era isso que estava em jogo e com o que tinham de lidar as monarcas, quando eram obrigadas a tratar com os homens conselheiros num ambiente político dinâmico, informado pelo facciosismo religioso, muito mais do que com as questões habituais.

O que vislumbramos na relação de Isabel com Maria são as contradições inscritas numa monarquia em que as incertezas sobre a sucessão dinástica competiam com as lealdades a um ideal de uma comunidade protestante. Quando Isabel falava com a sua voz, os direitos hereditários ganhavam prioridade em relação à religião; quando Cecil falava por ela, era sempre ao contrário. Enquanto Isabel se manteve firme ao ideal monárquico e estava preparada para defender os direitos de Maria como rainha ungida, Cecil trabalhava no sentido de definir uma cidadania protestante e um enquadramento no qual o Parlamento possuiria o direito soberano para determinar a sucessão com vista a defender os seus cidadãos e as suas crenças religiosas.

Apesar do grau enérgico da confrontação entre Maria e Isabel, dramatizado por Friedrich von Schiller na sua obra *Mary Stuart* de 1801, que serviu de inspiração para a ópera de Donizetti apresentada em 1835, as duas rainhas «britânicas»

nunca se encontraram. No fim, Isabel não concedeu a audiência privada que Maria sempre tinha solicitado. E enquanto os meses e os anos passavam, a verdadeira razão tornou-se clara a partir das suas muitas desculpas pouco convincentes. Ela temia que a rainha dos escoceses, mais nova e mais bonita, fosse tão magnética, tão brilhante a conversar que a colocasse na sua sombra e a suplantasse.

Maria era um conjunto de contradições, mas algumas qualidades subsistiam. Tinha *charme*, inteligência, era sociável, tinha vivacidade, era amável, generosa, leal para com os seus apoiantes e amigos e dedicada aos seus parentes Guise, quer lhe retribuíssem ou não o seu amor. Podia ser ingénua e corajosa, com uma presença de espírito aguda, e quando estava mais animada e exuberante era quando montava o seu cavalo à frente do seu exército usando o seu capacete de aço.

Mas tinha necessidades emocionais profundas. Esperava amor e necessitava de ser amada. E, em grande parte, teve o que desejava: da sua família Guise enquanto criança, das suas Marias enquanto adulta, do seu pessoal doméstico, e, até casar com Bothwell, do seu povo, que estava fascinado pela sua juventude, beleza e *charme*. Maitland aproximou-se da realidade quando previu que as gentes comuns da Escócia seriam cativadas apenas pelos seus sorrisos e olhares. Mas como rainha não tinha o amor de um companheiro, um igual, que lhe poderia ter dado apoio nas suas ansiedades e acalmado a sua impulsividade. E a sua sede de um parceiro, um marido, um rei, conduziu-a da forma mais grotesca e atípica a más escolhas. Embora a sua categoria significasse que nunca estava sozinha, a solidão deve tê-la consumido e foi um sinal dos seus últimos anos de vida que os animais se tenham tornado tudo para ela. A sua imprudência final em 1586, apoiando uma conspiração impulsiva da qual nem os verdadeiros motivos dos conspiradores principais eram claros, é o reflexo do seu desespero.

Além disto, Maria era uma verdadeira celebridade. Levou a que uma multidão fosse ao seu casamento na catedral de Notre-Dame em Paris bem como às suas entradas triunfais em Edimburgo e em Perth. Depois de regressar para subir ao trono ela trouxe algo de diferente, mais vibrante e interessante à triste rotina do governo da Escócia. Quando foi conduzida pelas ruas de Edimburgo pela última vez antes da sua viagem para Lochleven, os gritos dizendo «Queimem-na, queimem-na... matem-na, afoquem-na» provinham não da multidão, mas de um

grupo de dissidentes escolhido a dedo, bem posicionados pelos Lordes Confederados.

Para esses lordes, com o seu código de honra assente nas lealdades tribais e nas teias regionais, as regras do jogo eram muito diferentes. O amor e a lealdade podiam ser comprados e vendidos como uma mercadoria. Para Maria, tinha-se tornado uma competição desigual. A visão com que se fica dela não é a de um joguete político ou a de sedutora manipulativa, mas de uma perspicaz juíza de caracteres que conseguia lidar com as pessoas como a sua congénere e prima inglesa. Ela apreciou o seu papel de rainha e, por algum tempo, arranjou forma de manter unido um país dividido e fatalmente instável. Ao contrário do já gasto estereótipo de Knox, ela sabia como governar, tanto com a cabeça como com o coração. De facto, ela fez a transição de França para a Escócia com tanto êxito que em menos de seis meses Maitland informava Cecil: «A rainha minha senhora comporta-se tão delicadamente no benefício de todos tal como lhe podemos pedir. Se algo está errado, a falta é da nossa responsabilidade.»

Ela manteve-se o melhor que conseguiu ao longo do seu casamento infeliz com Darnley, apesar do comportamento intolerável deste. Decidiu colocá-lo em prisão domiciliária em Craigmillar Castle apenas quando foi confrontada com a perspectiva de um golpe de estado. Manteve as aparências com Bothwell depois do seu casamento, mesmo quando o seu verdadeiro carácter surgiu e o seu temperamento violento, enraivecido e descontrolado. Ela não permitiu que nada fosse esquecido durante o seu cativeiro. O pessoal da sua casa seguia o estrito protocolo de uma corte real no exílio, e Maria sempre arranjou forma de ter o melhor aspecto, mesmo que na privacidade dos seus aposentos ela deva ter olhado com tristeza e desânimo enquanto o seu cabelo se tornava mais ralo e a sua cintura engordava. Estava determinada a fazer jus à sua imagem mesmo quando a sua juventude e beleza se desvaneciam e gastou extraordinárias somas de dinheiro e energia a adquirir o mais sumptuoso vestuário e jóias no seu pequeno mundo a que estava confinada.

A sua «solução» para os costumes de uma monarca foi quase radical. «Não casar», disse a Randolph em St. Andrews, pouco antes de se casar com Darnley, «sabeis que não é para mim.» Ela fez aquilo que os conselheiros homens em toda a Europa com monarquias hereditárias esperavam de uma governante mulher. Casou-se e assegurou a sucessão no seu país. A sua escolha do primeiro

e segundo maridos é apenas explicável pelo critério dinástico. O enigma permanece apenas relacionado com o seu terceiro casamento. Aqui a verdade é mais complexa. Primeiro viu Bothwell no papel de protector da rainha contra as constantes lutas internas dos lordes e depois casou com ele para selar esse compromisso. Foi uma jogada calculada. No mundo caleidoscópico em que habitou desde o seu regresso à Escócia, Bothwell parecia oferecer a única hipótese de estabilidade. «Este reino», afirmou ela, «estando dividido em facções como está, não pode ser mantido em ordem a não ser que a nossa autoridade seja ajudada e estabelecida pela força de um homem.» Onde se enganou desastrosamente foi ao permitir que Bothwell (ainda um homem casado) a seduzisse em Dunbar. O seu pior erro foi permitir-se, uma rainha, apaixonar-se.

Maria foi a rainha com menos sorte na história britânica. Uma mais brilhante e carismática rainha não poderia ser imaginada e, ainda assim, a Escócia era um pequeno e dividido país, a presa dos seus vizinhos maiores. No cimo de tudo isto, a Reforma protestante conjugou-se com o facciosismo dos lordes para criar um momento em que a monarquia ficou mais vulnerável do que era usual. «Maria, rainha dos escoceses, ficou com a cabeça cortada» é ainda uma lengalenga infantil conhecida na Escócia, mas deixar visível apenas a última parte da sua vida é uma injustiça. As probabilidades estavam contra ela desde o princípio.

Em Inglaterra e no mundo de língua inglesa, Maria é conhecida por quase toda a parte, mesmo que não tenham consciência disso. Uma das mais conhecidas lengalengas infantis fala dela⁷⁹:

*Mary, Mary, quite contrary,
How does your garden grow?
With silver bells and cockle-shells
And pretty maids all in a row.*

O jardim refere-se ao jardim ornamental no Palácio de Holyroodhouse. Os sinos de prata são os sinos sagrados utilizados na capela privada de Maria durante a missa. As conchas referem-se às conchas distintivas dos peregrinos, os mais amados entre os símbolos católicos, aquelas que foram obtidas no santuário de S. Tiago na catedral de Santiago de Compostela em Espanha. E as «criadas

bonitas» são as quatro Marias, damas de companhia e amigas de Maria desde sempre e com quem ela partilhou tantas alegrias e tristezas.

Para começar, os inimigos de Maria ganharam na argumentação. Enquanto ainda estava viva, Buchanan era o historiador oficial da Escócia (e de Inglaterra). Posteriormente, o debate intensificou-se e continuará a ser assim enquanto ela exercer fascínio nos seus biógrafos. Quando Blackwood a descreveu como alguém «cujas barbaridade e crueldade tirânica a levaram a ser extinta», mostrou que não tinha percebido nada. Se Isabel triunfou em vida, Maria triunfaria na morte. Em vez de cair no esquecimento tal como Cecil pretendia, ergueu-se das cinzas para se tornar numa das mais célebres e sedutoras governantes da história britânica. Ao escolher a fénix como seu último emblema, ela escreveu o seu epitáfio: «No meu fim está o meu início».

⁷⁸ Ver capítulo 2.

⁷⁹ Alguns especialistas questionaram isto com base em que não foi encontrada nenhuma prova escrita desta lengalenga antes de 1744, mas isso só significa que não foi impressa ou incluída numa antologia até então.

Bibliografia

As obras primárias e secundárias citadas na Bibliografia pretendem fornecer uma lista de verificação das referências às obras citadas no texto e também incluir livros e artigos que foram consultados durante a investigação para este livro

Obras primárias

AMBROGINI, A., 1520, *Illustrium Virorum Epistolae*, Paris.

AMYOT, J., 1559, *Les Vies des Hommes Illustres*, Paris.

ANDERSON, J., 1727-8, *Collections Relating to Mary Queen of Scots*, 4 vols., Edimburgo.

[Anónimo] 1571? 1572?, *A treatise of treasons against Q. Elizabeth, divided into two partes* [Lovaina] APC (1890-1964), *Acts of the Privy Council of England*, New Series, ed. J. R. Dasent *et al.*, 46 vols., Londres.

APS, 1814-75, *Acts of the Parliament of Scotland*, ed. Thomas Thomson and Cosmos Innes, 12 vols., Edimburgo.

[AYLMER, John], 1559, *An harborowe for faithfull and trewe subiectes, agaynst the late blowne blaste, concerninge the government of wemen*, Londres.

[BUCHANAN, G.] (1571a), *Ane admonitioun direct to the trew Lordis mantenaris of the kingis grace authoritie*, Stirling.

— (1571b), *De Maria Scotorum Regina totaque eius contra Regem coniuatione, foedo cum Bothuelio adulterio, nefaria in maritum crudelitate et rabie, horrendo insuper et deterrimo eiusdem parricidio: plean et tragica plane historia*, Londres.

— (1571c), *Ane Detectioun of the duinges of Marie Quene of Scottes, touchand the murder of hir husband, and hir conspiracie, adulterie, and pretended mariage with the Erle of Bothwell*, Londres.

— (1572a), *Ane Detectioun of the Doingis of Marie Quene of Scottis tuiching the Murther of hir husband, and hir Conspiracie, Adulterie, and pretended Mariage with the Erle of Bothwell*, St. Andrews.

— (1572b), *The copie of a letter written by one in London to his friend concernyng the credit of the late published detection of doynge of the ladie Marie of Scotland*, Londres.

— 1958, *The Tyrannous Reign of Mary Stewart: George Buchanan's Account*, ed. W. A. Gatherer, Edimburgo.

CAIUS, J., 1552, *A Boke or Counseill against the Disease commonly called the Sweate or Sweating Sicknesse*, Londres.

CALDERWOOD, D., 1842-9, *The True History of the Church of Scotland from the Beginning of the Reformation unto the End of the Reign of King James VI*, 8 vols., Wodrow Society, n.º 7, Edimburgo.

[CAMDEN, William], 1624, *The Historie of the Life and Death of Mary Stuart, Queen of Scotland*, tr. William Udall, Londres.

—, 1630, *The Historie of the Most Renowned and Victorious Princess Elizabeth*, tr. R. Norton, Londres.

- CASTELNAU, Michel de, 1838, *Mémoires the Michel de Castelnau*, ed. J.-F. Michaud and J.-J.-F. Poujoulat, in *Nouvelle Collection des Mémoires pour servir à l'Histoire de France*, 1.^a série, vol. 9, Paris.
- [CECIL, W.], 1571, *Salutem in Christo*, Londres.
- CHANTELAUZE, M. R, 1876, *Marie Stuart, Son Procès et son Exécution d'après le Journal Inédit de Bourgoing*, Paris.
- Complete Peerage*, 1987, *The Complete Peerage of England, Scotland, Ireland, Great Britain and the United Kingdom* by G. E. C [okayne], 6 vols., Gloucester.
- CPR, 1939-73, *Calendar of Patent Rolls, 1558-1575*, 6 vols., Londres.
- CSP Borders, 1894-6, *Calendar of Letters and Papers Relating to the Affairs of the Borders of England and Scotland*, 2 vols., Londres.
- CSP Scotland, 1898-1969, *Calendar of State Papers Relating to Scotland and Mary, Queen of Scots, 1547-1603*, 13 vols., Londres.
- CSPD, 1856-72, *Calendar of State Papers, Domestic: Edward VI, Mary, Elizabeth I, and James I*, 12 vols., Londres.
- CSPF, Edward VI, 1861, *Calendar of State Papers, Foreign: Edward VI*, Londres.
- CSPF, Elizabeth, 1863-1950, *Calendar of State Papers, Foreign: Elizabeth*, 23 vols., Londres.
- CSPF, Mary, 1861, *Calendar of State Papers, Foreign: Mary*, Londres.
- CSPS, Série I, 1862-1954, *Calendar of Letters, Despatches, and State Papers Relating to the Negotiations between England and Spain*, 13 vols., Londres.
- CSPS, Série 2, 1892-9, *Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas*, 4 vols., Londres.
- CSPV, 1864-1947, *Calendar of State Papers and Manuscripts Relating to English Affairs Existing in the Archives and Collections of Venice and in Others Libraries of Northern Italy*, 38 vols., Londres.
- DAWSON, J., 1997, *Campbell Letters, 1559-1583*, Edimburgo.
- DESTRAY, P., 1924, *Un Diplome Français du XVI siècle*, Philibert du Croc, Nevers.
- Discours du Triumphe*, 1558, *Discours du Triumphe faict au Mariage de François de Valois et Princesse Marie d'Estreuart*, Paris.
- Diurnal of Occurrents*, 833, *A Diurnal of Remarkable Occurrents that have passed within the Country of Scotland since the Death of King James IV till the Year 1575*, Bannatyne Club, Edimburgo.
- [Elizabeth I], 2000, *Collected Works*, ed. L. S. Marcus, J. Mueller, and M. B. Rose, Chicago e Londres.
- ELLIS, H, 1824-46, *Original Letters, Illustrative of British History*, 3.^a série, 11 vols., Londres.
- [Feria's Dispatch, 1558], 1984, «The Count of Feria's Dispatch to Philip II of 14 November 1558», ed. M. J. Rodríguez-Salgado and S. L. Adams, Camden Society, 4.^a série, 29, Londres, 302-44.
- FORBES, P., 1741, *A Full View of the Public Transactions in the Reign of Queen Elizabeth or a Particular Account of all the Memorable Affairs of that Queen*, 2 vol., Londres.
- Foreign Correspondence*, 1923, *Foreign Correspondence with Marie de Lorraine, Queen of Scotland. From the Originals in the Balcarres Papers, 1537-48*, ed. M. Wood, Scottish History Society, 3.^a série, vol. 4, Edimburgo.
- Foreign Correspondence*, 1925, *Foreign Correspondence with Marie de Lorraine, Queen of Scotland. From the Originals in the Balcarres Papers, 1548-57*, ed. M. Wood, Scottish History Society, 3.^a série, vol. 7, Edimburgo.
- FOUQUELIN, A., 1557, *La Rhétorique Française*, Paris.
- FRESCOLN, K. P., 1973-4, «A Letter from Thomas Randolph to the Earl of Leicester», *Huntington Library Quarterly*, 37, 83-8.
- GRAFTON, Richard, 1548, *An epitome of the title that the kynges maiestie of Englande, hath to the sovereigntie of Scotland, continued upon the auncient writers of both nacions, from the beginnyng*, Londres.

- GROSE, F, 1791, *The Antiquities of Scotland*, 2 vols., Londres.
- Hamilton Papers*, 1890-2, *The Hamilton Papers. Letters and Papers Illustrating the Political Relations of England and Scotland in the Sixteenth*, 2 vols., Londres.
- [HAYNES AND MURDIN], 1740-59, *A Collection of State Papers... left by William Cecil, Lord Burghley*, ed. S. Haynes and W. Murdin, 2 vols., Londres.
- HC 1509-1558, 1982, *The House of Commons, 1509-1558*, ed. S. T. Bindoff, 3 vols., Londres.
- HC 1558-1603, 1981, *The House of Commons, 1558- 1603*, ed. P. Hasler, 3 vols., Londres.
- [Henry IV], 1614, *L'Ordre des Ceremonies du Sacre et Couronnement du Très Chrestien Roy de France et de Navarre, Henry III*, Tours.
- [HEPBURN, J.], 1829, *Les Affaires du Conte de Boduel, L' An MDLXVIII*, ed. H. Cockburn and T. Maitland, Bannatyne Club, vol. 29, Edimburgo.
- HOLINSHEAD, R., 1587, *The First and Second [and Third] Volumes of Chronicles, first collected by Raphael Holinshed, William Harrison and others, now newly augmented and continued to 1586 by John Hooker alias Vowell and others*, 3 vols., Londres.
- HOWELL, T. B., 1816, *A complete Collection of State Trials and Proceedings for High Treason and other Crimes and Misdemeanours from the Earliest Period to the Year 1783*, 21 vols., Londres.
- [James VI], 1825, *The Histoire and Life of King James the Sext*, Bannatyne Club, vol. 13, Edimburgo.
- KEITH, R., 1844-50, *History of the Affairs of Church and State in Scotland from the Beginning of the Reformation to the Year 1568*, ed. J. P. Lawson, 3 vols., Spottiswoode Society, Edimburgo.
- KNOX, John, 1949, *John Knox's History of the Reformation in Scotland*, ed. W. C. Dickinson, 2 vols., Londres e Edimburgo.
- [—] 1994, *On Rebellion*, ed. R. A. Mason, Cambridge.
- LABANOFF, A., 1839, *Lettres Inédites de Marie Stuart 1558-1587*, Paris.
- , 1844, *Lettres, Instructions et Mémoires de Marie Stuart, Reine d'Écosse; publiés sur les Originaux et les Manuscrits du State Paper Office de Londres et des Principales Archives et Bibliothèques de l'Europe*, 7 vols., Londres.
- LARKIN, J. F., e HUGHES, P. L., 1973, *Stuart Royal Proclamations, vol. 1, 1603-1625*, Oxford.
- Leicester's Commonwealth* (1985). *Leicester Commonwealth. The Copy of a Letter Written by a Master of Arts of Cambridge (1584) and Related Documents*, ed. D. C. Peck, Athens, Ohio.
- [LESLEY, John], 1569, *A defence of the honor of the right high, right mighty, and noble princesse, Marie queen of Scotlande*, Rheims.
- Letters and Papers* (1862-1932). *Letters and Papers, Foreign and Domestic, of the Reign of Henry VIII*, ed. S. Brewer, J. Gairdner, and R. H. Brodie, 21 vols., in 32 parts, and Addenda, Londres.
- [*Lettres Inédites de Dianne de Poitiers*] (1866). *Lettres Inédites de Dianne de Poitiers*, ed. G. Guiffrey, Paris.
- LODGE, Edmund, 1971, *Illustrations of British History, Biography, and Manners, in the Reigns of Henry VIII, Edward VI, Mary, Elizabeth, and James I, Exhibited in a Series of Original Papers*, 3 vols., Londres.
- [Mary, Queen of Scots], 1867, *Accounts and Papers Relating to Mary, Queen of Scots*, ed. A. J. Crosby and J. Bruce, Camden Society, 1.^a série, vol. 93, Londres.
- [—] 1960, «The Execution of Mary, Queen of Scots», ed. G. R. Batho, *Scottish Historical Review*, 39, 35-42.
- MÉDICIS, Catherine de, 1880-1963, *Lettres de Catherine de Médicis*, ed. Hector de la Ferrière, 11 vols., Paris.
- MELVILLE, J., 1827, *Memoires of His Own Life, by Sir James Melville of Halhill*, ed. T. Thomson, Bannatyne Club, vol. 18, Edimburgo.
- MONTAIGLON, A. de, 1855, *Latin Themes of Mary Stuart*, Warton Club, Edimburgo.

- MORRIS, J., 1874, *The Letter-Boks of Sir Amias Poulet, Keeper of Mary Queen of Scots*, Londres.
- [NAU, C.], 1883, *The History of Mary Stewart from the Murder of Riccio until her Flight into England*, ed. J. Stevenson, Edimburgo.
- [Négociations] 1841, *Négociations, Lettres et Pièces Diverses relatives au Règne de François II*, Paris.
- NICOLAS, N. H., 1823, *Life of William Davison, Secretary of State and Privy Counsellor to Queen Elizabeth*, Londres.
- PARADIN, C., 1557, *Devises Heroiques*, Lion.
- PCS, 1st Series (1877-98). *The Register of the Privy Coucil of Scotland (1545-1625)*, 1.^a série, ed. J. H. Burton and D. Masson, 14 vols., Edimburgo.
- POLLEN, J. H., 1901, *Papal Negotiations with Mary Queen of Scots during her Reign in Scotland*, Scottish History Society, 1.^a série, vol. 37, Edimburgo.
- , 1904, *A Letter from Mary Queen of Scots to the Duke of Guise, January 1562*, Scottish History Society, 1.^a série, vol. 43, Edimburgo.
- , 1922, *Mary Queen of Scots and the Babington Plot*, Scottish History Society, 3.^a série, vol. 3, Edimburgo.
- [PONET, John], 1556, *A Short Treatise of Politike Pouuer, and of the true Obidience which subiects owe to kynges and other civile Gouvernours, with an Exhortacion to all true naturall Englishe men*, Estrasburgo.
- [Proceedings in Parliament], 1981-95, *Proceedings in the Parliaments of Elizabeth I*, ed. T. E. Hartley, 3 vols., Leicester.
- [Progresses of Elizabeth I], 1788-1805, *The Progresses, and Public Processions, of Queen Elizabeth*, ed. J. Nichols, 3 vols., Londres.
- PTOLEMY, 1490, *Liber Geographiae, cum tabulis*, Roma.
- READ, C., 1909, *The Bardon Papers: Documents Relating to the Imprisonment of Mary Queen of Scots*, Camden Society, 3.^a série, vol. 17, Londres.
- Revised CSPD, Edward VI (1992). Calendar of State Papers, Domestic Series, of the Reign of Edward VI, 1547-1553*, revised edn., ed. C. S. Knighton, Londres.
- Revised CSPD, Mary (1998). Calendar of State Papers, Domestic Series, of the Reign of Mary I, 1553-1558*, revised edn., ed. C. S. Knighton, Londres.
- ROBERTSON, J., 1863, *Inventaires de la Roynie d'Escosse, Douairiere de France, 1556-1569*, Bannatyne Club, vol. 111, Edimburgo.
- [Royal Scottish Geographical Society], 1919, *The Early Views and Maps of Edinburgh, 1544-1852*, Edimburgo.
- [RUTHVEN, P.], 1891, *The Murder of Riccio, being Lord Ruthven's Own Account of the Transaction*, Holyrood Series, Edimburgo.
- Sadler State Papers*, 1809, *The State Papers and Letters of Sir Ralph Sadler*, ed. Arthur Clifford, 2 vols., Edimburgo.
- [Salisbury MSS], 1883-1976, *Historical Manuscripts Commission, Calendar of the Manuscripts of the Most Honourable the Marquis of Salisbury*, 24 vols., Londres.
- [Scotland], 1718, *Theatrum Scotiae: Containing the Prospects of His Majesties Castles and Palaces*, Londres.
- Scottish Correspondence (1927). Correspondence of Mary of Lorraine. Including some Three Hundred Letters from 20 February 1542-3 to 15 May 1560*, ed. A. I. Cameron, Scottish History Society, 3.^a série, vol. 10, Edimburgo.
- SELVE, G. de, 1543, *Les Vyes de Huict Excellens Personnaiges Grecz et Romain*, Paris.
- State Papers (1830-52), State Papers during the Reign of Henry VIII*, 11 vols., Record Commission, Londres.

- STC2 (1976-91), *A Short-Title Catalogue of Books Printed in England, Scotland and Ireland, and of English Books Printed Abroad*, ed. W. A. Jackson, F. S. Fergusom, and K. F. Pantzer, 2.^a ed., 3 vols., Londres.
- STEVENSON, J., 1837, *Selections from Unpublished Manuscripts in the College of Arms and the British Museum illustrating the Reign of Mary, Queen of Scots, 1543-1568*, Maitland Club, vol. 41, Glasgow.
- STRICKLAND, A., 1844, *Letters of Mary, Queen of Scots and Documents connected with her Personal History*, 2.^a ed., 2 vols., Londres.
- TENNYSON, A., 1894, *The Works of Alfred Lord Tennyson*, Nova Iorque e Londres.
- TEULET, A., 1859, *Lettres de Marie Stuart*, Paris.
- , 1862, *Relations Politiques de la France et d’Espagne avec l’Écosse au XVI siècle*, 5 vols., Paris.
- TURNBULL, W., 1845, *Letters of Mary Stuart, Queen of Scotland*, Londres.
- WEBER, B. C., 1969, *The Marriage of Mary Queen of Scots to Francis the Dauphin of France 1558*, Greenock.
- WOOD, M. A., 1846, *Letters of Royal and Ilustrious Ladies of Great Britain*, 3 vols., Londres.

Obras secundárias

- ADAMS, S. L., 1973, «The Protstant Cause: Religious Alliance with the West European Calvinist Communities as a Political Issue in England, 1585-1630», dissertação não publicada de Oxford D. Phil.
- , 1987, «The Release of Lord Darnley and the Failure of the Amity», *Innes Review*, 38, 123-53.
- , 1991, «Favourites and Factions at the Elizabethan Court», in *Princes, Patronage and the Nobility: the Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, ed. R. G. Asch and A. M. Birke, Oxford, 265-87.
- ALFORD, S., 1996, «William Cecil and the British Succession Crisis of the 1560s», dissertação não publicada de Andrews Ph. D.
- , 1997, «Reassessing William Cecil in the 1560s», in *The Tudor Monarchy*, ed. John Guy, Londres, 233-52.
- (1998a), *The Early Elizabethan Polity: William Cecil and the British Succession Crisis, 1558-1569*, Cambridge.
- (1998b), «Knox, Cecil and the British Dimension of the Scottish Reformation», in *John Knox and the British Reformations*, ed. R. A. Mason, Aldershot, 201-19.
- ARMSTRONG DAVISON, M. H, 1965, *The Casket Letters: A Solution to the Mystery of Mary Queen of Scots and the Murder of Lord Darnley*, Londres.
- AXTON, Marie, 1977, *The Queen’s Two Bodies: Drama and the Elizabethan Succesion Question*, Londres.
- BARWICK, G. F., 1901, *A Bound for Mary Queen of Scots*, Bibliographical Society, Londres.
- BASING, P., 1994, «Robert-Beale and the Queen of Scots», *British Library Journal*, 20, 65-82.
- BASSNETT, Susan, 1988, *Elizabeth I: a Feminist Perspective*, Nova Iorque.
- BECKETT, M., 2002, «The Political Works of John Lesley, Bishop of Ross», unpublished St. Andrews Ph. D. dissertation.
- BERNARD, G. W., 2000, «Amy Robsart» in *Power and Politis in Tudor England*, ed. G.W. Bernard, Aldershot, 161-74.
- [Bibliothèque National], 1931, *Collection de Manuscrits, Livres, Estampes et Objects d’Art Relatifs à Marie Stuart, Rene de France et d’Écosse*, Paris.
- BONNER, E., 1996, «The Recovery of St. Andrews Castle in 1547: French Naval Policy and Diplomacy in the British Isles», *English Historical Review*, 111, 578-98.
- , 1998, «The French Reactions to the Rough Wooings of Mary, Queen of Scots», *Journal of the Sydney Society for Scottish History*, 6, 1-161.

- (1999a), «The *Politique* of Henri II. *De facto* French Rule in Scotland, 1550-1554», *Journal of the Sydney Society for Scottish History*, 7, 1-107.
- (1999b), «Scotland's "Auld Alliance" with France, 1295-1560», *History*, 84, 5-30.
- BOSSY, J. A., 1959, «English Catholics and the French Marriage, 1577-81», *Recusant History*, 5, 2-16.
- , 1975, *The English Catholic Community, 1570-1850*, Londres.
- , 2001, *Under the Molehill. An Elizabethan Spy Story*, New Haven e Londres.
- BOWER, G., 1984, «An "Axe or an Act": the Parliament of 1572 and Resistance Theory in Early Elizabethan England», *Canadian Journal of History*, 19, 349-59.
- [*British Medical Journal*], 1968, *Porphyria: a Royal Malady*, British Medical Association, Londres.
- BRYCE, W. M., 1907, «Mary Stuart's Voyage to France in 1578», *English Historical Review*, 22, 43-50.
- BURNS, J. H., 1992, *Lordship, Kingship and Empire: the Idea of Monarchy, 1400-1525*, Oxford.
- , 1993, «George Buchanan and the Anti-Monarchomachs», in *Political Discourse in Early Modern Britain*, ed. N. Philipson and Quentin Skinner, Cambridge, 3-22.
- , 1996, *The True Law of Kingship Concepts of Monarchy in Early-Modern Scotland*, Oxford.
- CAMERON, J., 1998, *James V. The Personal Rule, 1528-1542*, East Linton.
- CARROL, S., 1998, *Noble Power during the French Wars of Religion: the Guise Affinity and the Catholic Cause in Normandy*, Cambridge.
- CHAMBERLIM, F., 1925, *The Private Character of Queen Elizabeth*, Nova Iorque.
- CHÉRUÉL A., 1858, *Marie Stuart et Catherine de Médicis*, Paris.
- COLLINSON, P. (1987a), *The English Captivity of Mary Queen of Scots*, Sheffield.
- (1987b), «The Monarchical Republic of Queen Elizabeth I», *Bulletin of the John Rylands University Library of Manchester*, 69, 394-424.
- , 1995, «The Elizabethan Exclusion Crisis», *Proceedings of the British Academy*, 84, 51-92.
- (1998a), «One of Us? William Camden and the Making of History», *Transactions of the Royal Historical Society*, 6.^a série, 8, 139-63.
- (1998b), «John Knox, the Church of England and the Women of England», in *John Knox and the British Reformations*, ed. R. A. Mason, Aldershot, 74-96.
- , 2003, «William Camden and the Anti-Myth of Elizabeth: Setting the Mould?», in *The Myth of Elizabeth*, ed. S. Doran and T. S. Freeman, Londres, 79-98.
- COWAN, I. B., 1972, *The Enigma of Mary Stuart*, Londres.
- (1987a), *Mary Queen of Scots*, Edimburgo.
- (1987b), «The Roman Connection: Prospects for Counter-Reformation during the Personal Reign of Mary, Queen of Scots», *Innes Review*, 38, 105-22.
- CRANE, Mary T., 1988, «Video et Taceo: Elizabeth I and the Rhetoric of Counsel», *Studies in English Literature*, 28, 1-15.
- CRESSY, D., 1982, «Binding the Nation: the Bonds of Association, 1584 and 1696», in *Tudor Rule and Revolution*, ed. D. J. Guth and J. McKenna, Cambridge, 217-34.
- CROFT, P., 2003, *King James*, Londres.
- CROZE, Joseph de, 1866, *Les Guise, Les Valois et Philippe II*, 2 vols., Paris.
- CUST, L., 1903, *Notes on the Authentic Portraits of Mary Queen of Scots*, Londres.
- DACK, C., 1889, *The Trail, Execution and Death of Mary Queen of Scots*, Northampton.
- DAVIDSON, P., 2001, «The Casket Sonnets: New Evidence concerning Mary Queen of Scots», *History Scotland*, I:I, 28-34.
- DAWSON, J., 1986, «Mary Queen of Scots, Lord Darnley and Anglo-Scottish Relations in 1565», *International History Review*, 8, 1-24.
- , 1989, «William Cecil and the British dimension of early Elizabethan foreign policy», *History*, 74, 196-216.

- , 1991, «The Two John Knoxes: England, Scotland and the 1558 Tracts», *Journal of Ecclesiastical History*, 42, 556-76.
- , 1995, «Anglo-Scottish Protestant Culture and Integration in Sixteenth-Century Britain», in *Conquest and Union: Fashioning a British State, 1425-1725*, ed. S. G. Ellis and S. Barner, Londres, 87-114.
- , 2002, *The Politics of Religion in the Age of Mary, Queen of Scots: The Early of Argyll and the Struggle for Britain and Ireland*, Cambridge.
- DIGGLE, H. F., 1960, *The Casket Letters of Mary Stuart. A Study in Fraud and Forgery*, Harrogate.
- DONALDSON, G., 1969, *The First Trial of Mary Queen of Scots*, Londres.
- , 1971, *Scotland: James V to James VII*, Edimburgo.
- , 1974, *Mary Queen of Scots*, Londres.
- , 1983, *All the Queen's Men: Power and Politics in Mary Stewart's Scotland*, Londres.
- DORAN, Susan, 1996, *Monarchy and Matrimony: the Courtships of Elizabeth I*, Londres.
- DRUMMOND, H., 1975, *The Queen's Man. James Hepburn, Early of Bothwell and Duke of Orkney, 1536-1578*, Londres.
- DUNCAN, T., 1905, «The Queen's Maries?», *Scottish Historic Review*, 2, 363-71.
- DURKAN, J., 1987, «The Library of Mary Queen of Scots», *Innes Review*, 38, 71-104.
- EDINGTON, C., 1994, *Court and Culture in Renaissance Scotland. Sir David Lindsay of the Mount*, Amherst, MA.
- EDWARDS, F., 1968, *The Marvellous Chance: Thomas Howard, Fourth Duke of Norfolk, and the Ridolfi Plot, 1570-1572*, Londres.
- ELTON, G. R., 1977, *Reform and Reformation: England, 1509-1558*, Londres.
- FORBES-LEITH, W., 1885, *Narratives of Scottish Catholics under Mary Stuart and James VI*, Edimburgo.
- FRASER, A., 1969, *Mary, Queen of Scots*, Londres.
- FROUDE, J., 1912, *The Reign of Elizabeth*, 5 vols., Londres.
- GARRISSON, J., 1995, *A History of Sixteenth-Century France, 1483-1598*, Londres.
- GEDDIE, J., 1991, *Romantic Edinburgh*, 2.^a ed., Londres.
- GIROUARD, M., 1996, *Hardwick Hall*, Londres.
- GOODARE, J., 1987, «Queen Mary's Catholic Interlude», *Innes Review*, 38, 154-70.
- , 1999, *State and Society in Early Modern Scotland*, Oxford.
- GORE-BROWN, R., 1937, *Lord Bothwell*, Londres.
- GREENGRASS, M., 1987, «Mary, Dowager Queen of France», *Innes Review*, 38, 171-94.
- GUY, John, 1988, *Tudor England*, Oxford.
- , 1995, *The Reign of Elizabeth I: Court and Culture in the Last Decade*, Cambridge.
- HARRISON, J., 1919, *The History of the Monastery of the Holy-Rood and the Palace of Holyrood House*, Edimburgo e Londres.
- HAY FLEMING, D., 1897, *Mary Queen of Scots from her Birth to her Flight into England*, Londres.
- HEISCH, Alison, 1992, «Arguments for an Execution: Queen Elizabeth's "White Paper" and Lord Burghley's "Blue Pencil"», *Albion*, 24, 591-604.
- HENDERSON, T. F., 1890, *The Casket Letters and Mary Queen of Scots*, 2.^a ed., Edimburgo.
- HOLMES, P. J., 1987, «Mary Stewart in England», *Innes Review*, 38, 195-218.
- HOULBROOKE, R. A., 1994, «Henry VIII's Wills: a Comment», *Historical Journal*, 37, 891-9.
- IVES, E. W., 1994, «Henry VIII's Will: the Protectorate Provisions of 1546-7», *Historical Journal*, 37, 901-14.
- , 1992, «Henry VIII's Will: a Forensic Conundrum», *Historical Journal*, 35, 779-804.
- JACKSON, R. A., 1984, *Vive le Roi! A History of the French Coronation from Charles V to Charles X*, Chapel Hill e Londres.
- JOLLET, E., 1997, *Jean et François Clouet*, Paris.

- JONES, A. R., e STALLYBRASS, P., 2000, *Renaissance Clothing and the Materials of Memory*, Cambridge.
- JORDAN, Constance, 1987, «Women's Rule in Sixteenth-Century British Political Thought», *Renaissance Quarterly*, 40, 421-51.
- KANTOROWICZ, E. H., 1957, *The King's Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology*, Princeton, NJ.
- KNECHT, R. J., 1984, *French Renaissance Monarchy: Francis I and Henry II*, Londres.
- , 1989, *The French Wars of Religion, 1559-1598*, Londres.
- , 1994, *Renaissance Warrior and Patron: the Reign of Francis I*, Cambridge.
- LANG, A., 1902, *The Mystery of Mary Stuart*, Londres.
- , 1905, «The Household of Mary, Queen of Scots in 1573», *Scottish Historical Review*, 2, 345-55.
- LEADER, J. D., 1880, *Mary Queen of Scots in Captivity: A Narrative of Events*, Sheffield.
- LEVINE, M., 1973, *Tudor Dynastic Problems, 1460-1571*, Londres.
- LOCKIE, D. McN, 1954, «The Political Career of the Bishop of Ross, 1568-80», *University of Birmingham Historical Journal*, 4, 98-145.
- LYNCH, M., 1981, *Edinburgh and the Reformation*, Edimburgo.
- , 1988, *Mary Stewart, Queen in Three Kingdoms*, Oxford.
- , 1990, «Queen Mary's Triumph: the Baptismal Celebrations at Stirling in December 1556», *Scottish Historical Review*, 69, 1-21.
- MACCAFFREY, W. T., 1963, «Elizabethan Politics: the First Decade, 1558-568», *Past & Present* 24, 25-42.
- , 1969, *The Shaping of the Elizabethan Regime: Elizabethan Politics, 1558-72*, Londres.
- , 1981, *Queen Elizabeth and the Making of Policy, 1572-1588*, Princeton, NJ.
- , 1993, *Elizabeth I*, Londres.
- , 1997, «The Newhaven Expedition, 1562-1563», *Historical Journal*, 40, 1-21.
- MACKAY, J., 1999, *In My End is My Beginning. A Life of Mary, Queen of Scots*, Edimburgo.
- MACKIE, J. D., 1921, «Queen Mary's Jewels», *Scottish Historical Review*, 18, 83-98.
- MAHON, R. H., 1923, *The Indictment of Mary Queen of Scots*, Cambridge.
- , 1930, *The Tragedy of Kirk o'Field*, Cambridge.
- MARSHALL, R. K., 1977, *Mary of Guise*, Londres.
- MASON, R. A., 1994, «The Scottish Reformation and the Origins of Anglo-British Imperialism», in *Scots and Britons: Scottish Political Thought and Union of 1603*, ed. R. A. Mason, Cambridge, 161-86.
- (1998a), *Kingship and the Commonweal: Political Thought in Renaissance and Reformation Scotland*, East Linton.
- (1998b), «Knox, Resistance and the Royal Supremacy», in *John Knox and the British Reformations*, ed. R. A. Mason, Aldershot, 154-75.
- , 2000, «George Buchanan and Mary Queen of Scots», *Records of the Scottish Church Historical Society*, 30, 1-27.
- MCCULLOUGH, P. E. (1998a), «Out of Egypt: Richard Fletcher's Sermon before Elizabeth I after the Execution of Mary Queen of Scots», in *Dissing Elizabeth. Negative Representations of Gloriana*, ed. J. M. Walker, Durham, NC, e Londres, 118-49.
- (1998b), *Sermons at Court: Politics and Religion in Elizabethan and Jacobean Preaching*, Cambridge.
- MENIN, M., 1772, *The Form, Order and Ceremonies of Coronations*, Londres.
- , 1775, *A Description of the Coronation of the Kings and Queens of France*, Londres.
- MERRIMAN, M., 1987, «Mary, Queen of France», *Innes Review*, 38, 30-52.
- , 2000, *The Rough Wooings. Mary Queen of Scots, 1542-1551*, East Linton.
- MIGNET, M., 1852, *Histoire de Marie Stuart*, 2 vols., Paris.

- NEALE, J. E., 1934, *Queen Elizabeth I*, Londres.
- , 1949, *The Elizabethan House of Commons*, Londres.
- , 1953-7, *Elizabeth I and her Parliaments*, 2 vols., Londres.
- OPIE, Iona, e PETER, 1952, *The Oxford Dictionary of Nursery Rhymes*, Oxford.
- PARKER, G., 2002, «The Place of Tudor England in the Messianic Vision of Philip II of Spain», *Transactions of the Royal Historical Society*, 6.^a série, 12, 167-221.
- PERRY, Maria, 1990, *The Word of a Prince: A Life of Elizabeth I from Contemporary Documents*, Woodbridge.
- PEYSTER, J. Watts de, 1882, *A Vindication of James Hepburn, Earl of Bothwell*, Filadélfia.
- , 1890, *Mary Stuart, Bothwell and the Castel Letters* [n.p.].
- PHILLIPS, J. E., 1941, «The Background of Spenser's Attitude toward Women Rulers», *Huntington Library Quarterly*, 5, 5-32.
- , 1948-9, «George Buchanan and the Sidney Circle», *Huntington Library Quarterly*, 12, 24-5.
- , 1964, *Images of a Queen: Mary Stuart in Sixteenth-Century Literature*, Berkeley e Los Angeles.
- PLATTARD, J., 1947, *La Renaissance des Lettres en France de Louis XII à Henry IV*, Paris.
- POLLITT, Ronald, 1985, «The Defeat of the Northern Rebellion and the Shaping of Anglo-Scottish Relations», *Scottish Historical Review*, 64, 1-21.
- POTTER, D., 1983, «The Duc de Guise and the Fall of Calais, 1557-1558», *English Historical Review*, 98, 481-512.
- (1995A), *A History of France, 1460-1560. The Emergence of a Nation State*, Londres.
- (1995B), «Foreign Policy», in *The Reign of Henry VIII: Politics, Policy and Piety*, ed. D. MacCulloch, Londres, 101-34.
- READ, C., 1913, «Walsingham and Burghley in Queen Elizabeth's Privy Council», *English Historical Review*, 28, 34-58.
- (1925a), «The Proposal to Assassinate Mary Queen of Scots at Fortheringhay», *English Historical Review*, 40, 234-5.
- (1925b), *Mr. Secretary Walsingham and the Policy of Queen Elizabeth*, 3 vols., Oxford.
- , 1955, *Mr. Secretary Cecil and Queen Elizabeth*, Londres.
- , 1960, *Lord Burghley and Queen Elizabeth*, Londres.
- RÉGNIER DE LA PLANCHE, K., 1836, *Histoire de L'Estat de France tant de la République que de la Religion sous le Règne de François II*, Paris.
- RITCHIE, P. E., 2002, *Mary of Guise in Scotland, 1548-1560: a Political Career*, Edimburgo.
- RODRÍGUEZ-SALGADO, M. J., 1990, *The Changing Face of Empire: Charles V, Philip II and Habsburg Authority, 1551-1559*, Cambridge.
- ROMIER, L., 1913-14, *Les Origines Politiques des Guerres de Religion*, 2 vols., Paris.
- ROSE, D. M., 1905, «Mary Queen of Scots and her Brother», *Scottish Historical Review*, 2, 150-62.
- RUBLE, Alphonse de, 1891, *La Première Jeunesse de Marie Stuart*, Paris.
- SANDERSON, M. H. B., 1986, *Cardinal of Scotland: David Beaton, c.1494-1546*, Edimburgo.
- SCARISBRICK, D., 1995, *Tudor and Jacobean Jewellery*, Londres.
- SCHIERN, F., 1880, *The Life of James Hepburn, Earl of Bothwell*, Edimburgo.
- SCOTT, M., 1905, *The Tragedy of Fotheringay*, Edimburgo e Londres.
- SHEPHARD, A., 1994, *Gender and Authority in Sixteenth Century England: The Knox Debate*, Keele.
- SKINNER, Q., 1978, *The Foundations of Modern Political Thought*, 2 vols., Cambridge.
- , 1996, *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, Cambridge.
- STODDART, J. T., 1908, *The Girlhood of Mary Queen of Scots*, Londres.
- STRICKLAND, A., 1888, *Life of Mary Queen of Scots*, 2 vols., Londres.
- STRONG, R., 1983, *Artists of the Tudor Court. The Portrait Miniature Rediscovered, 1520-1620*, Londres.

- STRONG, R., e OMAN, J. T., 1972, *Mary Queen of Scots*, Londres.
- SWAIN, M., 1986, *The Needlework of Mary Queen of Scots*, Bedford.
- TANNENBAUM, S. A., e D. R., 1944-6, *Marie Stuart, Queen of Scots: A Concise Bibliography*, 3 vols., Nova Iorque.
- TAVINER, M., 2000, «Robert Beale and the Elizabethan Polity», unpublished St. Andrews Ph. D. dissertation.
- THORP, M. R., 1984, «Catholic Conspiracy in Early Elizabethan Foreign Policy», *Sixteenth Century Journal* 15, 431-48.
- THWAITES, G., TAVINER, M., e GANT, V., 1997, «The English Sweating Sickness, 1485-1551», *New England Journal of Medicine*, 336, 580-2.
- TURNER, G., 1934, *Mary Stuart. Forgotten Forgeries*, 2.^a ed., Londres.
- TYLER, P. F., 1828-42, *History of Scotland*, 8 vols., Edimburgo.
- VILLIUS, H., 1985, «The Casket Letters: A Famous Case Reopened», *Historical Journal*, 28, 517-34.
- WALKER, J. M., 1998, «Bones of Contention: Posthumous Images of Elizabeth and Stuart Politics», in *Dissing Elizabeth. Negative Representations of Gloriana*, ed. J. M. Walker, Durham, NC, e Londres, 252-76.
- WAY, A., et al., 1859, *Catalogue of Antiquities, Works of Art and Historical Scottish Relics Exhibited in July 1856*, Edimburgo.
- WHITE, A., 1987, «Queen Mary's Northern Province», *Innes Review*, 38, 53-70.
- WILLIAMS, N., 1964, *Thomas Howard, Fourth Duke of Norfolk*, Londres.
- WOODWARD, J., 1997, *The Theatre of Death. The Ritual Management of Royal Funerals in Renaissance England, 1570-1625*, Woodbridge.
- WORMALD, J., 1981, *Court, Kirk and Community: Scotland, 1470-1625*, Londres.
- , 1985, *Lords and Men in Scotland Bonds of Manrent, 1442-1603*, Edimburgo.
- , 1988, *Mary, Queen of Scots: A Study in Failure*, Londres.
- , 1993, «Resistance and Regicide in Sixteenth Century Scotland», *Majestas*, I, 67-87.



PLANETA MANUSCRITO
Rua do Loreto, n.º 16 – 1.º Direito
1200-242 Lisboa • Portugal

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© 2004, John Guy
© 2018, Planeta Manuscrito

Título original: *My Heart is My Own*

Tradução: António Carlos Carvalho

Imagem da capa: © Focus Features LLC
All rights reserved

Adaptação: Guidesign

1.ª edição em epub: Janeiro de 2019

Conversão para epub: Segundo Capítulo

ISBN: 978-989-777-199-6 (epub)

www.planeta.pt

Reservados todos os direitos sobre esta obra. É proibido proceder a cópia, reprodução, publicação ou distribuição, total ou parcial, bem como a sua incorporação em sistema informático e/ou a transmissão, utilização, modificação, sob qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo electrónico, digital ou em suporte físico, nomeadamente por fotocópia, gravação ou qualquer outro método, salvo consentimento prévio e por escrito do Editor. A infracção ao aqui disposto constitui crime, nos termos do disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (artigos 195.º e 224.º).

